UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TEREZA CRISTINA M. PINHEIRO DE LIMA

O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS: EXPANSÃO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO NO PERÍODO DE 1995-2006

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Goiânia/GO
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS: EXPANSÃO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO NO PERÍODO DE 1995-2006

Tese apresentada no Programa de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Goiás — Faculdade de Educação para a obtenção do título de Doutora em Educação, na área de concentração Educação, tendo como linha de pesquisa o "Estado e Políticas Educacionais", sob a orientação da Profa. Dra. Maurídes B. de Macedo Filha.

Goiânia/GO
2007

TEREZA CRISTINA M. PINHEIRO DE LIMA

O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS: EXPANSÃO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO NO PERÍODO DE 1995-2006

GOIÂNIA, _____/_____/_____

_____	_____	_____
Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho	**ASSINATURA**	**NOTA**
_____	_____	_____
Prof. Dra. Íria Brzezinski	**ASSINATURA**	**NOTA**
_____	_____	_____
Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira — UFG	**ASSINATURA**	**NOTA**
_____	_____	_____
Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral — UFG	**ASSINATURA**	**NOTA**
_____	_____	_____
Profa. Dra. Maurídes B. de Macedo Filha – UFG Presidente da Banca	**ASSINATURA**	**NOTA**

LIMA, Tereza Cristina M. P.

O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS: EXPANSÃO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO NO PERÍODO DE 1995-2006. Tereza Cristina M. Pinheiro de Lima. UFG. Faculdade de Educação.
Goiânia, 2007.

Inclui Bibliografia

Orientador: Prof. Dra. Maurídes Batista de Macêdo Filha

Doutorado (Tese). Para obtenção do título de Doutora em Educação. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação.

1. Ensino Superior no Brasil 2. Ensino Superior de Administração 3. Políticas Publicas de Educação Superior. 4. Expansão do Ensino Superior de Administração 5. Estado de Goiás. 6. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Goiás (UFG).

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Wilton Pinheiro de Lima e Maria José M. Pinheiro de Lima, meu alicerce.

Meu marido Nicolau, companheiro e amigo.

Meus maiores presentes, meus filhos Eduardo, Leandro e Anna Eliza.

Minha filha do coração:Rafaella.

Ao meu neto Lucas: um pedaço de meu pedaço.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado, meu primeiro orientador, que desenhou comigo os primeiros passos dessa Tese. Um educador que sabe caminhar fazendo despertar o que tem de melhor nas pessoas.

A minha orientadora Prof.a Dra. Maurides Macêdo, minha amiga querida, por aceitar o desafio de caminhar comigo. Um exemplo de dedicação e competência!

Ao Prof. Irineu Gomes, Diretor do Departamento de Administração da Universidade Católica de Goiás, pelo apoio incondicional.

Aos professores Dr. Bianor Cavalcanti e Prof. Dr. Antônio Freitas, ambos da Fundação Getúlio Vargas, pelas entrevistas concedidas.

As professoras Dr. José Luiz Ruz Peres , Prof.a Dra. Heloísa Holfling e Prof.a Dra. Márcia de Paula Leite do Programa de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, pelos diálogos orientadores nas disciplinas realizadas no Programa de Doutorada da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Aos professores componentes da banca examinadora Prof.a Dra. Íria Bzzezinski, Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho, Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira e Prof. Dr. Nelson Cardoso do Amaral, pela leitura e exame cuidadoso por ocasião da qualificação. Relevantes considerações, observações e sugestões para aprimoramento da tese.

As colegas de doutorado Rose e Geovana pela amizade. Os debates, trabalhos e idas a ANPED deram qualidade a nossa pesquisa e ao nosso convívio.

Aos Mantenedores e coordenadores das IES pesquisadas, que se prontificaram em oferecer dados e informações, para o enriquecimento do trabalho.

A Irene Toscano, Diretora da Biblioteca Central da Universidade Católica de Goiás, pelo apoio e ajuda nas tantas correções indispensáveis para a qualidade do trabalho.

A Prof.a Msc. Milena Guimarães Mundin Lemos, pela leitura atenta e revisão cuidadosa.

A Suzane Mota pela organização e formatação da tese. Obrigada pela disponibilidade.

A Rosa e Ana Paula, pelo profissionalismo em nos atender na Secretaria do Programa sempre que necessitávamos de informações.

A Marilza, minha secretária em casa. Seu cuidado e zelo com as atividades domésticas me possibilitaram dedicação exclusiva nos caminhos do saber.

Aos amigos e colegas da Universidade Católica de Goiás que estiveram comigo nestes tempos de tese e cuja solidariedade representou a possibilidade concreta para levar adiante a tarefa proposta.

A educação e sua causa são a paixão que me move, o objetivo de minha luta, em todas as condições concretas que me dei ou que me foram dadas. Viverei enquanto puder educar e, certamente, educarei enquanto viver.

LUCCHESI

S U M Á R I O

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....13

RESUMO.....19

ABSTRACT.....20

INTRODUÇÃO.....21

CAPÍTULO I - O ESTADO E AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....33

1.1. Ensino Superior no Brasil: as primeiras escolas de ensino superior.....34

1.2. Ensino Superior no Brasil na Primeira república (1889-1930): o surto expancionista do ensino superior.....36

1.3. Ensino Superior no Brasil (1930-1964): o Estado Populista e as políticas de expansão do ensino superior.....42

1.4. A expansão do Ensino Superior no Brasil: do Golpe Militar (1964-1979) até a abertura política.....73

1.5. Educação Superior no Brasil na década de 1980: a contenção e privatização do público.....98

1.6. Políticas para a Educação Superior na década de 1990 nos Governos Collor, Itamar e FHC: antecedentes históricos, marco da expansão e a influência dos organismos multilaterais.....113

1.6.1. Governo Fernando Collor de Melo – 1990 – 1992.....118

1.6.2. Governo Itamar Franco - 1993 – 1994.....122

1.6.3. Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC 1995-2002.....125

1.7. Expansão do Ensino Superior no Governo Lula: 2003-2006.....161

CAPÍTULO II - A EXPANSÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL.....175

2.1. O Surgimento do Curso de Administração no Brasil: 1930-1960.....176

2.2. Curso de Administração na Década de 1970: Consolidação e Expansão dos Cursos de Administração.....208

2.3. Cursos de Administração na Década de 1980: A Contenção e Interiorização da Graduação e a Expansão da Pós-Graduação.....217
2.4. Curso de Administração na Década de 1990: O Movimento Expansionista dos Cursos de Administração.....226

CAPÍTULO III - A EXPANSÃO, INTERIORIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO EM GOIÁS: 1960-2006.....262
3.1. Universidade Católica de Goiás: o surgimento do primeiro Curso de Administração em Goiás – 1963-2006.....264
3.2. O Curso de Administração em Goiás: interiorização na década de 1970 – 1980....270
3.2.1. Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.....271
3.3. A Década de 1990: Expansão Privatizada do Ensino em Goiás.....278
3.3.1. Caracterização das IES que oferecem o Curso de Administração: 1995-1999.....291
3.3.1.1. Faculdade de Rubiataba.....292
3.3.1.2. Faculdade de Jussara – UNIFAJ.....294
3.3.1.3. Faculdade Padrão.....297
3.3.1.4. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.....298
3.3.1.5. Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo – IUESO.....299
3.3.1.6. Faculdade Cambury.....300
3.3.1.7. Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS.....301
3.3.1.8. Faculdade de Piracanjuba – FAP.....303

3.4. O Movimento Expansionista do Ensino de Administração em Goiás e o Fenômeno das Habilitações: 2000 a 2006.....305
3.4.1. Caracterização das IES que oferecem o Curso de Administração: 2000-2006.....315
3.4.1.1. Região Metropolitana de Goiânia.....317
3.4.1.1.1. Faculdade Alves Faria – ALFA.....318
3.4.1.1.2. Universidade Paulista – UNIP.....321
3.4.1.1.3. Faculdade Ávila.....323
3.4.1.1.4. Faculdade Sul Americana – FASAM.....326
3.4.1.1.5. Faculdade LIONS – FACLIONS.....328
3.4.1.1.6. Escola Superior Associada de Goiânia – ESUP.....330
3.4.1.1.7. Faculdade Tamandaré – FAT.....333
3.4.1.1.8. Faculdade de Goiás.....335
3.4.1.1.9. Faculdade Brasileira de Educação – FABEC – BRASIL.....337
3.4.1.1.10. Universidade Federal de Goiás: Curso de Administração em Goiânia.....338

3.4.1.1.11. Faculdade Dinâmica – UNICAMPS.....340
3.4.1.1.12. Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP.....341
3.4.1.1.13. Faculdade Alfredo Nasser.....343
3.4.1.1.14. Faculdade Suldamérica.....345
3.4.1.1.15. Instituto Aphonsiano de Ensino Superior – IAESup.....347
3.4.1.1.16. Faculdade de Inhumas – FACMAIS.....348

3.4.1.2. Região Centro Goiano.....350
3.4.1.2.1 – UniEVANGÉLICA – Centro Universitário.....351
3.4.1.2.2. Faculdade Centro Oeste – FCO Atual é a FLA de Anápolis.....353
3.4.1.2.3. Faculdade Latino Americana – FLA – Anápolis/GO.....353
3.4.1.2.4. Faculdade do Instituto Brasil Central – FIBRA.....354
3.4.1.2.5. Faculdade Betel de Goiânésia – FABEGO.....356
3.4.1.2.6. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Cursos de Administração - UEG: Unidade Universitária de Goianésia.....360

3.4.1.3. Região Entorno do Distrito Federal.....360
3.4.1.3.1. Faculdade JK – Administração de Valparaíso.....361
3.4.1.3.2. Instituto de Ensino Superior de Goiás: Faculdades Integradas – IESGO.....362
3.4.1.3.3. FACEC - Faculdade Central de Cristialina.....363
3.4.1.3.4. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Cursos de Administração - Unidade Universitária de Luziânia.....364

3.4.1.4. Região Sul Goiano.....364
3.4.1.4.1. Faculdade Santa Rita de Cássia – UNIFASC.....365
3.4.1.4.2. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Cursos de Administração - UEG: Unidade Universitária de Caldas Novas.....367

3.4.1.5. Região Sudeste Goiano.....368
3.4.1.5.1. Universidade Federal de Goiás: Curso de Administração em Catalão.....369
3.4.1.5.2. FASUG - Faculdade do Sudeste Goiano Ltda.....370
3.4.1.5.3. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Cursos de Administração - UEG: Unidade Universitária de Silvânia.....371

3.4.1.6. Região Sudoeste Goiano.....371
3.4.1.6.1. Instituto de Ensino Superior de Rio Verde – Faculdade Objetivo.....372

3.4.1.6.2. Faculdade Almeida Rodrigues – FAR – Rio Verde – GO.....374
3.4.1.6.3. Faculdade de Quirinópolis.....376
3.4.1.6.4. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Cursos de Administração - Unidade Universitária de Santa Helena.....378

3.4.1.7. Região Oeste Goiano.....378
3.4.1.7.1. Faculdade de São Luiz de Montes Belos – FMB.....379
3.4.1.7.2. Faculdade de Iporá – FAI.....380
3.4.1.7.3. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Unidade Universitária de Sanclerlândia. Cursos de Administração.....382
3.4.1.7.4. Faculdade de Anicuns – FECHA – FEA.....383

3.4.1.8. Região Norte Goiano.....384
3.4.1.8.1. Faculdade Serra da Mesa – FASEM.....385

3.4.1.9. Região Noroeste Goiano.....385
3.4.1.9.1. Faculdade Aliança.....386

3.5. Algumas considerações.....386

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....389

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....398

APÊNDICES.....420

ANEXOS.....432

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior.

ABC – Academia Brasileira de Ciências.

ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias.

ANACEU – Associação nacional dos Centros Universitários.

ANAFI – Associação nacional de Faculdades e Institutos Superiores.

AMESG – Associação dos Mantenedores do Ensino Superior em Goiás.

ALFA – Faculdade Alves Faria.

ABE – Associação Brasileira de Educação.

ABESC – Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas.

ANC – Assembléia Nacional Constituinte.

ANDE – Associação Nacional de Educação.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior.

ANDIFES – Associação Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

ABRUEM – Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais.

ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares.

ANGRAD – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração.

BM – Banco Mundial.

BNDS – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior.

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa.

CEE – Conselho Estadual de Educação.

CESUT – Centro de Ensino Superior de Jataí.

CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão.

CF – Constituição Federal.

CFE – Conselho Federal de Educação.

CFA – Conselho Federal de Administração.

CRA – Conselho regional de Administração.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CONED – Congresso Nacional de Educação.

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais.

DASP – Departamento Administração do Serviço Público.

DEMEC – Delegacia Regional do MEC.

DIEESSE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

DIU – Diário Oficial da União.

ECN – Exame Nacional de Cursos.

EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.

EAESP – Escola de Administração do Estado de São Paulo.

ESAN – Escola Superior de Administração de Negócios de São Paulo.

EC – Emenda Constitucional.

EDUCON – Sociedade de Tecnologia em Educação Continuada.

ESAMC – Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Goiânia.

ESEFEGO – Escola Superior de Educação Física de Goiás (transformada em UEG).

EANES – Faculdade Alfredo Nasser.

ESUP – Escola Superior de Goiânia.

FACH – Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas.

FACEA – Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (incorporada a UEG).

FAP – Faculdade de Piracanjuba.

FEA – Faculdade de Economia e Administração.

FAC LIONS – Faculdade Lions.

FASAM – Faculdade Sul Americana.

FACER – Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba.

FLA – Faculdade Latino Americana.

FAE – Faculdade Almeida Rodrigues.

FACEC – Faculdade Central de Cristalina.

FAT – Faculdade Tamandaré.

FMB – Faculdade Montes Belos.

FAI – Faculdade de Iporá.

FAGO – Faculdade de Goiás.

FASUG – Faculdade do Sudoeste Goiano.

FAQUI – Faculdade de Quirinópolis.

FECHA – Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns.

FABEC – Faculdade Brasileira de Educação e Cultura

FAC – MAIS – Faculdade de Inhumas.

FASEM – Faculdade Serra da Mesa.

FABEGO – Faculdade Betel de Goiânia.

FESURV – Fundação de Ensino Superior de Rio Verde.

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba.

FAFIMES – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior de Mineiros.

FIPLAC – Faculdades Integradas do Planalto Central.

FIBRA – Faculdade do Instituto Brasil Central.

FANAP – Faculdade Nossa Senhora Aparecida.

FCO – Faculdade Centro-Oeste.

FC – Faculdade Cambury.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FNE – Fórum Nacional de Educação.

FC – Faculdade Cambury.

FUNADESP – Fundação para o Desenvolvimento do Ensino Superior Particular.

GATT – *General Agreement on Tariffs anda Trade* (Acordo geral de Tarifas e Comércio).

GERES – Grupo Executivo de Reformulação da Educação Superior (extinto).

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial.

IDORT – Instituto de Organizaçlão Rcional do Trabalho.

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

IESGO – Faculdade Integrada IESGO.

IUESGO – Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo.

ICSC Instituto de Ciências Sociais e Comunicação da Faculdade UNIP.

IES – Instituição de Educação Superior.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IAESup – Instituto Aphonsiano de Ensino Superior.

IESRIVER – Instituto de Ensino Superior de Rio Verde.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

IFES – Instituições federais de Ensino Superior.

ILES – Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara.

JK – Juscelino Kubitscheck.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MARE – Ministério de Administração federal e da Reforma do Estado (extinto).

MEC – Ministério da Educação.

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OES – Organização do Ensino Superior.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OTAN – Organização do Tratado Atlântico Norte.

OVG – Organização das Voluntárias de Goiás.

PAIUB – Processo de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.

PBU – Programa Bolsa Universitária.

PEC – Projeto de Emenda Constitucional.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.

PL – Projeto de Lei.

PNE – Plano Nacional de Educação.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PPP – Projeto Político-Pedagógico.

PPP – Parceria Público Privado.

PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro.

RI – Regimento Interno.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SEDUC – Secretária de Educação.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás.

SEPLIN – Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações.

SESU – Secretaria de Educação Superior.

SULDAMÉRICA – Faculdade Sul da América.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UFG – Universidade Federal de Goiás.

USP – Universidade de São Paulo.

UCG – Universidade Católica de Goiás.

UNB – Universidade de Brasília.

UNIFAJ – Faculdade de Jussara.

UNIP – Universidade Paulista.

UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

USAID – *United States Agency for International Development* (Agência Norte Americana de Cooperação Técnica Internacional).

UNIFASC – Faculdade Santa Rita de Cássia.

UNICAMPS – Faculdade Dinâmica.

UNICALDAS – Faculdade de Caldas Novas.

UNIANA – Universidade de Anápolis (transformada em UEG).

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice I – Questionário enviado aos Mantenedores das Instituições de Ensino Superior Privadas de Goiás.

Apêndice II – Questionário para os Coordenadores de Curso de Administração em Goiás.

Apêndice III – Entrevista realizada com Bianor Scelza Cavalcanti, Diretor da Escola de Administração Pública e de Empresas – EBAPE da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Apêndice IV – Entrevista realizada com Prof. Dr. Antônio Freitas, Vice- Presidente da Associação Nacional de Graduação em Administração – ANGRAD.

Apêndice V – Entrevista realizada com Prof. Irineu Gomes, Diretor do Departamento de Administração da Universidade Católica de Goiás.

Apêndice VI – Tabela I (Cursos de Administração criados na Década de 1960 – Registro de 44 cursos).

Apêndice VII – Tabela II (Curso de Administração: Criados na Década de 1970 – Rergistro de 255 cursos).

Apêndice VIII – Tabela III (Curso de Administração: Criados na Década de 1980 – Registro de 101 cursos).

Apêndice IX – Tabela IV (Curso de Administração: Criados na Década de 1990 – Registro de 339 cursos).

Apêndice X – Tabela V (Relação das Instituições de Ensino Superior – Cri ação dos Cursos de Administração e suas Habilitações no período de 2000-2002 – Registro de 411 cursos).

ANEXOS

Anexo I – Resolução Nº 4, de 13 de Julho de 2005 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

Anexo II – Mapa das Regiões.

LIMA, Tereza Cristina M. Pinheiro **O ensino superior de administração no Brasil e em Goiás: expansão, privatização e mercantilização no período de 1995-2006.** 2007. 445f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

RESUMO

Esta pesquisa procura examinar a expansão do Ensino Superior de Administração, no Brasil e em Goiás, no período de 1995-2006, período marcado por profundas transformações nas estruturas política, econômica e social do país, a partir da mercantilização, da privatização e da interiorização desse nível de ensino. Este trabalho tem vinculação com a linha de pesquisa Estado e Política Educacional e analisa a expansão do ensino superior, no contexto da reforma do Estado brasileiro e respectivas políticas para a educação superior. Para tanto, toma as políticas de expansão do ensino superior de Administração na conjuntura das transformações do modo de produção capitalista, no Brasil, explorando, inclusive as orientações das políticas neoliberais propaladas pelos organismos multilaterais. As políticas governamentais implementadas representam o coroamento da política neoliberal em Goiás, com predominância para o ensino privado (com verbas públicas), onde a lógica se estabelece pelos critérios do mercado, da concorrência, do menor investimento e, maior lucro. O percurso metodológico inclui pesquisa bibliográfica, documentos oficiais, *sites* do organismos estaduais e nacionais, *sites* das IES pesquisadas em Goiás, questionários e entrevistas com os protagonistas desta história, diretores, mantenedores e professores.. O universo pesquisado incluiu, 47 cursos de Administração criados no período de 1995 – 2006, sendo 18 cursos em Goiânia e, 29, no interior do Estado, 9 em IES públicas e 38 em IES privadas. Os resultados da pesquisa indicam um crescimento significativo do ensino superior privado, a estreita relação da expansão, privatização, mercantilização e interiorização do Ensino Superior de Administração. Apresenta a expansão do curso de Administração, com suas múltiplas habilitações como estratégia mercadológica para atender ao mercado de trabalho, gerar lucratividade aos empresários da educação, desconfigurando o curso de Administração. Indica ainda, que criar cursos de Administração foi uma oportunidade de investimento no mundo dos negócios delineando-se a expansão privatizada do Ensino Superior no país e no estado de Goiás

Palavras-chaves: Educação Superior. Expansão. Mercantilização. Privatização. Políticas Públicas. Administração.

ABSTRACT

This research intends to examine the expansion of the undergraduate teaching in Administration, specifically in Brazil and Goias state, through the period of 1995-2006, which was marked by deep transformations in the political, economic and social structures of the country, starting from the mercantilism, privatization and inland of that education level. This project analyzes the expansion of the undergraduate teaching in the context of a Brazilian State Reformation. It takes the politics of undergraduate teaching expansion in Administration within the conjuncture of the transformations in the capitalist way of production in Brazil, exploring, inclusively, the orientations of the neoliberal politics divulged by the multilateral organisms. The implemented government politics represent the crowning of the neoliberal politics in Goias, with predominance for the private teaching (with public budgets), in which the logic is settled by the criteria of the market, of the competition, of the lowest investment and largest profit. The methodological course includes bibliographical research, official documents, state and national organisms websites, as well as websites in IES researched in Goiás, questionnaires and interviews with protagonists of this history. The researched universe included 47 courses of Administration created in the period of 1995 - 2006, which 18 courses are carried out in Goiania, 29 inside the state, 9 in public IES and 38 in private IES. The results of the research indicate a significant growth of the private undergraduate teaching, the narrow relationship of the expansion, privatization and the inland of the undergraduate teaching in Administration. It presents the expansion of the course with its multiple qualifications as market strategy in order to supply the labor market, to generate profits to the educational entrepreneurs, disfiguring the course of Administration. It still indicates that creating courses of Administration was an investment opportunity in the world of businesses, delineating the privatized expansion of the undergraduate teaching in the country and in Goias state.

Keywords: Higher education. Expansion. Mercantilism. Privatization. Public policies. Administration.

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objeto a expansão do Ensino Superior de Administração no Brasil e em Goiás, no período de 1995-2006, a partir da mercantilização, da privatização e da interiorização desse nível de ensino e foi desenvolvida visando a conclusão de estudos no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, nível de Doutorado, da Universidade Federal de Goiás. Em seu âmbito, a pesquisa é situada na linha de pesquisa Estado e Políticas Educacionais.

A escolha do objeto de investigação relaciona-se ao interesse da pesquisadora, docente do Departamento de Administração, da Universidade Católica de Goiás, em conhecer e discutir o processo expansionista do referido curso, indagando sobre os fatores sociais, políticos e econômicos que contribuíram para que o Curso de Administração se tornasse o que mais cresceu, no Brasil e, em Goiás.

Conforme nossa revisão de literatura, são poucos, no País, os estudos que buscam explicitar e compreender a expansão desse curso, daí a relevância e também originalidade deste trabalho. A expansão do ensino superior é tão significativa que desperta a necessidade de desenvolver pesquisas que fomentem discussões e suas implicações sobre o fato.

Procuramos, inicialmente, realizar uma caminhada histórica sobre a expansão da educação superior no Brasil, tendo como marco inicial a década de 1930, embora retroceda rapidamente a primeira república por tratar-se do período do primeiro surto expansionista do ensino superior no Brasil.

Como disse Eduardo Galeano (1979), " A história é um profeta com o olhar voltado para trás". A busca desse percurso histórico da expansão justifica-se por entendermos que a atual expansão foi fruto de um processo sócio-econômico e político do Brasil nas décadas em estudo, e permite entender esse movimento expansionista dos cursos de Administração no Brasil e, em Goiás, no tempo presente. Este tempo é marcado, sobretudo, a partir da década de 1990, pela privatização, mercantilização, diversificação e interiorização no período dos governos Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, e Marconi Perillo, em Goiás. Pretendemos deixar evidente a trama política e econômica que justifica a expansão do Ensino Superior.

Um dos objetivos desta pesquisa foi buscar compreender o movimento "frenético" de uma expansão do ensino superior. No diálogo com as fontes, a problematização foi

contínua, e a questão central que norteou este trabalho: que fatores históricos, culturais, políticos e sociais possibilitaram a expansão, a privatização e a mercantilização do Ensino Superior de Administração?

Outras questões surgiram e foram analisadas: qual a influência do momento político na última década, no Brasil e em Goiás, nos governos FHC no Brasil e Marconi Perillo em Goiás, para o o processo de expansão do Ensino Superior de Administração? O governo Lula propiciou um novo cenário nas políticas educacionais? Os cursos de Administração são o "carro chefe" da expansão das IES no Brasil e em Goiás? Qual a relação de desenvolvimento econômico, expansão e interiorização em Goiás?

A problemática em questão articula-se com a nossa experiência pelo estudo produzido na Dissertação de Mestrado, defendida em 2001,[1] cujo objeto de pesquisa foi a profissionalização da Administração no Brasil e em Goiás, a criação e a consolidação deste curso no interior da Universidade Católica de Goiás, como o primeiro curso criado em Goiás.

A partir dos problemas levantados e da pesquisa realizada, observou-se que há uma relação entre a expansão, a privatização, a diversificação, a diferenciação e a interiorização do Ensino Superior de Administração e os governos Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, e Marconi Perillo, em Goiás, a partir do receituário e de orientações das políticas neoliberais.

A expansão é fruto de um contexto no qual a educação é vendida como "mercadoria", o aluno é tratado como um "cliente", o saber é um "produto" e o professor um "vendedor" de conhecimentos utilitários de acordo com as exigências do mercado de trabalho, fórmula que é altamente lucrativa e bem sucedida no mundo dos negócios. A expansão do curso de Administração com suas múltiplas habilitações é uma estratégia mercadológica para atender ao mercado de trabalho e gerar lucratividade aos empresários da educação, desconfigurando este curso.

Nessa direção, verifica-se que para discutir as políticas de expansão, de interiorização, de diferenciação, de diversificação e de privatização do ensino superior de Administração em Goiás torna-se necessário situá-las no âmbito global das políticas educacionais no Brasil, na medida em que, segundo Dourado (1997, p. 2), "as políticas desencadeadas no Estado de Goiás não são autônomas, mas, apresentam-se entremeadas e inseridas na lógica global do Estado brasileiro, guardadas as suas particularidades históricas".

---

[1] Dissertação defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Profª Dra. Maurídes de Macedo Filha transformada no livro: *O Curso de Administração da Universidade Católica de Goiás:* criação e consolidação, publicado em 2003, pela Editora da Universidade Católica de Goiás.

O movimento expansionista do Ensino Superior, a partir da publicação da LDB n° 9.394 de 1996, segundo dados disponibilizados pelo INEP, mostra que o número de IES passou de 922 para 2.498, sendo 2.141 privadas e 257 públicas (Censo da Educação Superior de 2005). Considerando esses dados, faz-se necessário registrá-los e analisá-los a partir de categorias histórico, econômica, social e científico-acadêmicas.

Metodologicamente, foi privilegiada uma grande diversidade de documentos: oficiais, escritos, inclusive aqueles disponibilizados nos *sites* das IES. Serão utilizados documentos textuais: datilografados, digitados e impressos, decretos, estatutos, regimentos, projetos etc. Quanto ao gênero, natureza e espécies de documentos, serão usados : anuários, boletins informativos, relatórios, consulta de periódicos (jornais, revistas), leis, resoluções, portarias, dentre outros, a partir dos quais foi feito uma acareação do conteúdo informacional contido nesses diferentes tipos de documentos. Desse modo, afirmamos que nessa investigação pretende-se ultrapassar o nível da descrição dos fatos, buscando no *corpus* documental elementos para a análise proposta. Como se observa, os vários tipos de documentos mencionados acima e inclusive as fontes orais na nossa avaliação, propiciarão um diálogo mais produtivo e permitir-nos-á construir um discurso mais consistente, mais rico, porém entendendo-a apenas como técnica e não metodologia.

Descortinar o movimento expansionista, marcado pela privatização, pela mercantilização e pela interiorização do Ensino Superior de Administração, despertou o desejo de prosseguir e buscar compreender o movimento acelerado dessa expansão. O processo expansionista é tão significativo que desperta a atenção acadêmica para o desenvolvimento de pesquisas que fomentem discussões sobre a "trama" política e econômica que sustenta e justifica essa expansão.

Para compreender esse movimento de expansão, julgou-se necessário dialogar com protagonistas dessa história do tempo presente, como: presidentes de entidade representativa da categoria, mantenedores das IES e diretores e coordenadores dos cursos de Administração em Goiás, que têm imprimido, ao modo de fazer o Ensino Superior no Brasil e em Goiás, uma prática mercadológica agressiva no contexto educacional para aqueles que vêem a educação como um direito social, o que nos provoca e nos instiga para a temática em questão.

Por isso, no movimento desta pesquisa, sentimos necessidade de lançarmos mão da documentação oral, através de entrevistas semi-estruturadas e também da utilização de um questionário como roteiro, com questões fechadas e abertas para captar melhor o sentido desse processo para seus protagonistas.

As entrevistas foram realizadas com profissionais que participam da construção da Administração no Brasil e em Goiás, como: Prof. Dr. Bianor Scelza Cavalcante, atual diretor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, no Rio de Janeiro, primeira escola de Administração do Brasil[2]; Prof. Dr. Antônio Freitas, presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD,[3] e Prof. Msc. Irineu Gomes, diretor do Departamento de Administração da Universidade Católica de Goiás.[4]

Nesse sentido, esta tese adota um enfoque descritivo-analítico, cujo direcionamento não seguiu questões rígidas. De modo geral, buscou-se ir além da descrição de situações, ambientes, pessoas, documentos ou da mera reprodução das suas falas e de seus depoimentos, buscando uma análise do conteúdo informacional dessas fontes.

A investigação congrega mediações entre a teoria e a nossa experiência vivida em campo, diálogos, revisões daquilo que se escreve e do que se pratica, buscando-se uma aproximação do real a partir do referencial teórico e do processo de coleta, compreensão e análise de dados, na tentativa de (re)conhecer e desvelar a expansão do Ensino Superior de Administração no Estado de Goiás.

Com esse entendimento, procuramos dialogar com as fontes para analisarmos a permeabilidade do neoliberalismo nas políticas públicas do Brasil, a partir da influência dos organismos multilaterais[5] e de seus princípios explícitos que orientaram os rumos da expansão via privatização e mercantilização.

Assim, para a pesquisa bibliográfica, são vários os trabalhos que têm abordado a temática sobre a educação superior no Brasil; as políticas públicas para a educação superior; a privatização, a mercantilização, a avaliação, a diferenciação, a diversificação e o financiamento, especialmente no período de 1990 até 2006.

---

[2] Entrevista realizada dia 6 de outubro de 2006, às 15:30 min., nas dependências da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE da Fundação Getúlio Vargas - FGV, no Rio de Janeiro.

[3] Entrevista realizada em 29 de novembro de 2006, na sala de reunião do Castro's Park Hotel, em Goiânia. O Prof. Dr. Antônio Freitas, na condição de presidente da Associação Nacional de Graduação em Administração ANGRAD, diretor e professor da Fundação Getúlio Vargas, veio a Goiânia para proferir uma palestra na Escola Superior de Goiânia - ESUP, instituição que havia recebido a Certificação de Qualidade FGV em Goiânia para o curso de Administração. Na oportunidade, concedeu a referida entrevista.

[4] Entrevista realizada dia 16 de março de 2007, às 17:00 hs., na sala da Diretoria do Departamento de Administração da Universidade Católica de Goiás.

[5] Especialmente Banco Mundial quando apresentou, em 1994, o documento "La enseñanza superior: lãs leciones derivadas de la experiência", com as orientações para a reforma da educação superior nos países em desenvolvimento e que privilegiam uma maior privatização e diferenciação, diversificação das fontes de recursos, menor envolvimento do governo com as questões da educação superior, dentre outras, conforme será trabalhado no capítulo segundo.

Dentre outros trabalhos que abordam diretamente essa temática, podem ser destacados os trabalhos de Amaral (2003-2005), Catani (2000-2002), Cunha (1980-1988-1989), Dias Sobrinho (2000-2001-2002), Dourado (1997-2001-2002-2003), Fávero (1977-1999/2000), Martins (1989), Neves (2002), Peixoto (2002), Oliveira (2002-2003), Sampaio (2000), Sguissardi (1999-2000/2003) e Silva Jr. (2002/2005).

A pesquisa bibliográfica sobre temas específicos na área de Administração foi surpreendida pela escassa produção científica sobre a formação em Administração e, assim, grande parte desta pesquisa foi conseguida, a partir das revistas especializadas[6] de Administração, produzidas em instituições de ensino consideradas referências para o tema em estudo. Para um maior aprofundamento da temática, numa análise econômica, social e política e sua influência no mundo do trabalho, buscou-se ainda fugir de uma avaliação unívoca e recorremos a diversos olhares sobre essa temática.

Além das referências citadas, e não menos importantes, há muitos artigos, livros, anais de congressos, dissertações e teses ligados, sobretudo, à área de história da educação superior, das políticas públicas, do processo de expansão, mercantilização e privatização desse nível de ensino, que exploram, direta ou indiretamente, a temática e contribuíram com informações necessárias para o estudo empreendido.

Foram necessárias pesquisas em organismos estaduais na perspectiva de conhecer a trajetória de desenvolvimento político, social e econômico de Goiás, como a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás - SEPLAN, buscando contextualizar os municípios em que foram criadas as IES e os cursos de Administração com suas várias habilitações, como uma "máscara" mercadológica para justificar a referida expansão.

Há análises, também, de documentos, portarias e decretos que caracterizam o movimento de expansão dos cursos de Administração através de pesquisa na Revista Documenta do Conselho Federal de Educação – CFE, atualmente Conselho Nacional de Educação – CNE, do Ministério da Educação – MEC,[7] no período de 1960 a 2002, o

[6] Revista de Administração de Empresas – RAE, da Fundação Getúlio Vargas - EAESP, de 1961 a 2006, disponível no *site:* http://www.rae.com.br, onde foram consultadas cada uma das revistas e selecionados os artigos que faziam referência ao ensino superior de Administração. E, ainda, Revista de Administração Pública – RAP, da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE, de 1992 a 2006, disponível no *site:* http://www.ebape.fgv.br, e Revista de Administração da Universidade de São Paulo – RAUSP, de 1977 a 2006, disponível no *site*: http://www.rausp.usp.br.

[7] Pesquisa realizada na Biblioteca Central da Universidade Católica de Goiás - UCG, na Universidade Federal de Goiás – UFG, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCAMP, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e, ainda, consultada no Núcleo de Estudos e Documentação, Educação, Sociedade e Cultura – NEDESC, órgão de pesquisa e memória das instituições educacionais em Goiás, da Faculdade de Educação – FE da Universidade Federal de Goiás.

levantamento dos cursos criados em cada década estudada. E, ainda, documentos, leis e resoluções do Conselho Federal de Administração - CFA[8].

Os dados, as informações e estatísticas foram coletados por meio de pesquisas em *sites* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Conselho Nacional de Educação - CNE, Conselho Federal de Administração – CFA, da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás - SEPLAN, Associação de Pós-graduação em Administração – ANPAD, Associação Nacional de Graduação em Administração – ANGRAD, Conselho Estadual de Educação – DEMEC-GO, Superintendência de Ensino de 3° Grau, dentre outros. Os dados suscitam uma série de questionamentos quando mostram a expansão da rede privada em detrimento da rede pública de Ensino Superior e o processo de interiorização das IES, dentre outros.

Esta pesquisa se justifica porque o curso que mais se expande por todo o Brasil é o curso de Administração e, especificamente, em Goiás, quando em 1960 foi criado o curso de Administração da Universidade Católica de Goiás. Em 1970, criou-se apenas o curso de Administração da Faculdade Anhanguera, em 1980 foram criados seis (6), todos no interior do Estado (Catalão, Rio Verde, Anápolis, Goiatuba, Mineiros e Jataí), em 1990 foram criados onze (11), e no período de 2000 a 2006, foram criados quarenta e sete (47) novos cursos de Administração com suas várias habilitações. Tais dados nos instigaram a ampliar o período de estudo.

Quanto ao estado de Goiás, a pesquisa de campo foi construída com base no universo dos municípios em que foram criadas as IES, onde os cursos de Administração capitanearam os processo de expansão. Inicialmente, buscou-se o período de 1995 a 2002, atendendo ao período do governo FHC que coincidia com o início do governo Marconi Perillo em Goiás. No entanto, o processo de pesquisa nos instigou a ampliar o universo das IES criadas a partir de 2003 até 2006, no governo Lula, período que coincidiu com o segundo mandato do governador Marconi Perillo e com o fenômeno da explosão dos cursos de Administração e de suas habilitações, que surgiam com uma nova "veste" para justificar a expansão deste curso num processo de mercantilização do Ensino Superior. Suas preocupações são o mercado, a concorrência com outros empresários, o oferecimento de cursos cuja lógica é o menor investimento e o maior lucro, e, assim, delineava-se a privatização do Ensino Superior em nosso país e em nosso Estado.

É importante registrar que, tendo em vista o passado recente do governo Marconi Perillo (1999-2006), muito pouco foi produzido em termos de trabalhos científicos no

[8] Disponível no site www.cfa.com.br.

período, o que nos levou à árdua pesquisa documental e, também, em periódicos locais. Utilizou-se a Biblioteca da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – SEPLAN - para pesquisa de periódicos e revistas[9] produzidos pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações – SEPLIN, e, ainda, a disponibilização de documentos governamentais,[10] com o objetivo de buscar dados sobre a economia em Goiás e as ações do poder público para a inserção de Goiás na economia globalizada.

Buscou-se conhecer as atividades econômicas, políticas e sociais orquestradas e implementadas pelo poder público estadual que irão clarear o objeto estudado – expansão do Ensino Superior de Administração em Goiás, uma vez que é uma ciência que carrega consigo as leis da produtividade, da competitividade, do desenvolvimento, do lucro etc.

As fontes registram que Goiás teve um crescimento maior do que a média nacional no período em estudo. Moderniza-se e se destaca como pólo agropecuário e, também, em setores de confecções, pólo farmacêutico, mineração, comércio, serviços e turismo, passando a ser um atrativo para investidores que vêem no Estado um campo fértil para o desenvolvimento de seus negócios. Esta constatação leva-nos a aprofundar a relação do desenvolvimento econômico e da expansão dos cursos de Administração, na tentativa de compreender a relação dinâmica entre desenvolvimento e educação.

À medida que as políticas econômicas de industrialização e de desenvolvimento são implantadas com agressividade pelo governo Marconi Perillo, os cursos de Administração vão sendo "plantados"[11] em cada uma das cidades mais promissoras do interior do Estado. Estas cidades acolhem as indústrias e a migração de trabalhadores de todo o País, pois precisam formar pessoas com um nível de qualificação maior para responderem aos desafios das grandes corporações industriais e das empresas multinacionais que chegam e aqui se instalam, seduzidas pelos programas de incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelo governo estadual e que "passam a ser o diferencial na atração e na formação de novos investimentos" (PASCHOAL, 2005, p. 5).

Para atender a essa necessidade e respaldar o desenvolvimento econômico, fez-se necessário a expansão do ensino superior para "qualificar" a "mão de obra" que o

[9] Goiás em Dados, 2003 a 2005. A Revista: *Conjuntura Econômica Goiana*, disponível do ano de 2001 a 2005, Anuário Estatístico do Estado de Goiás, Ranking dos Municípios Goianos, Índices de Desenvolvimento Econômico e Índice de Desenvolvimento Social, Revista Economia e Desenvolvimento e Produto Interno Bruto de Goiás. E ainda, o Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás integra os órgãos da Administração Pública Estadual visando à otimização da área de estatística e geoprocessamento e disponibilização de informações do Estado de Goiás para a sociedade, disponível no site: http://www.sieg.go.gov.br

[10] PPA 2004 – 2007 – Plano Goiás Século XXI – "Avançar Mais" – o segundo plano de governo da gestão de Marconi Perillo.

[11] Termo usado por ROSSATO (1998).

desenvolvimento estava a exigir. Qual o perfil da região em que essas empresas foram implantadas? O discurso que justifica essa expansão é da universalização e democratização da Educação Superior, permitindo que o jovem permaneça em sua região ou no seu município?

O universo pesquisado incluiu, num primeiro momento, onze (11) cursos de Administração criados no período de 1995 a 1999[12], sendo seis (6) cursos em Goiânia e cinco (5) no interior do Estado.

Num segundo momento, trabalhamos com outro corte cronológico: 2000 – 2006,[13] quando ocorre uma verdadeira "explosão" de cursos de Administração com suas diversas habilitações, num total de quarenta e sete (47), sendo trinta e nove (39) em IES privadas, seis (6) na Universidade Estadual de Goiás (Caldas Novas, Santa Helena de Goiás, Luziânia, Goianésia, Sanclerlândia, Silvânia) e dois (2) na Universidade Federal de Goiás (Goiânia e Catalão), tendo, portanto, a ampliação de oito (8) cursos de Administração em IES públicas.

Ampliou-se o universo das IES pesquisadas com o objetivo de indagar: Qual o quadro da educação superior em Goiás no período de 2000 a 2006? Por que em apenas 7 anos criou-se mais cursos de Administração, em Goiás do que em 40 anos de história deste ensino no Estado? Que fatores potencializaram esse crescimento? Qual a relação existente entre o processo de expansão, da interiorização e da privatização do Ensino Superior em Goiás e o

[12] Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO em Goiânia, Instituto Unificado de Ensino Superior – OBJETIVO em Goiânia, Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER em Rubiataba – GO, Universidade Católica de Goiás – UCG _ Administração com Habilitação em Administração em Turismo e Administração em Agronegócios em Goiânia, Faculdade Cambury em Goiânia, Faculdade de Jussara – UNIFAJ em Jussara-Go., Faculdade PADRÃO em Goiânia, Faculdade de Piracanjuba – FAP em Piracanjuba, Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS em Caldas Novas –GO, Universidade Estadual de Goiás – UEG em Anápolis – Go.

[13] Universidade Estadual de Goiás – UEG em Caldas Novas e Santa Helena, Faculdade Alves Faria – ALFA em Goiânia, Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica em Anápolis, Instituto Aphonsiano de Ensino Superior – IAESup em Trindade, Universidade Paulista – UNIP em Goiânia, Instituto de Ensino Superior de Rio Verde – IESRIVER em Rio Verde, Faculdade Ávila em Goiânia, Faculdade Centro – Oeste – FCO em Anápolis, Faculdade do Instituto Brasil Central – FIBRA em Anápolis, Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Goiás – ESAMC em Goiânia, Faculdade Sul Americana – FASAM em Goiânia, Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP em Aparecida de Goiânia, Faculdade Cambury de Formosa em Formosa, Faculdade JK – Administração de Valparaíso em Valparaíso, Faculdade Almeida Rodrigues – FAR em Rio Verde, Faculdade Lions – FAC-LIONS em Goiânia, Faculdade Montes Belos – FMB em São Luiz de Montes Belos, Faculdade Alfredo Nasser – EANES em Aparecida de Goiânia, Faculdade Latino Americana – FLA em Anápolis, Faculdade Integrada IESGO em Formosa, Faculdade Santa Rita de Cássia – UNIFASC em Itumbiara, Escola Superior Associada de Goiânia – ESUP em Goiânia, Faculdade Central de Cristalina – FACEC em Cristalina, Faculdade Tamandaré – FAT em Goiânia, Faculdade Dinâmica – UNCAMPS em Goiânia, Faculdade de Iporá – FAI em Iporá, Faculdade de Goiás – FAGO em Goiânia, Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG em Pires do Rio, Faculdade de Quirinópolis – FAQUI em Quirinópolis, Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – FECHA em Anicuns, Faculdade Betel de Goianésia – FABEGO em Goianésia, Faculdade Sul da América – SULDAMÉRICA em Aparecida de Goiânia, Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG em Pires do Rio, Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – FABEC BRASIL em Goiânia, Universidade Estadual de Goiás – UEG em Goianésia, Luziânia, Sanclerlândia, Silvânia, Universidade Federal de Goiás – UFG em Goiânia e Catalão, Faculdade Mestra-Mestra em Aparecida de Goiânia, Faculdade de Inhumas – FAC– MAIS em Inhumas, Faculdade Serra da Mesa – FASEM em Uruaçu, Faculdade Aliança em Itaberaí.

governo Marconi Perillo?

Expondo ainda os caminhos dessa pesquisa é importante registrar que, a partir de setembro de 2006, foi definida a aplicação de um questionário semi-estruturado, composto por questões abertas e fechadas, definidas em função da problemática do estudo, para ser aplicado aos coordenadores dos cursos de Administração de vinte e cinco (25) IES, criadas em Goiás. Isso foi no período de 1995 a 2002, a partir de um recorte cronológico do governo Fernando Henrique Cardoso no Brasil, e Marconi Perillo, em Goiás, caracterizando o movimento expansionista do ensino superior de Administração tanto no Brasil como em Goiás.

Buscou-se a participação da Associação das Mantenedoras do Ensino Superior de Goiás - AMESG, através do seu presidente Prof. Msc. Jorge de Jesus Bernardo, que encaminhou a todas as IES, via e-mail, a solicitação de preenchimento do questionário, encaminhado em anexo. No entanto, em março de 2007, havíamos recebido a resposta de apenas quatro instituições, Faculdade de Jussara – UNIFAJ[14], Faculdade Ávila[15], Faculdade Betel de Goianésia - FABEGO[16] e a Faculdade Sul da América - SUDAMÉRICA[17].

Buscou-se viabilizar uma nova estratégia junto aos mantenedores das IES, para resposta de um novo questionário, no qual não mais se discutia questões específicas em relação ao curso de Administração, criação, projeto político pedagógico, número de vagas, perfil de aluno e professores, atividades de pós-graduação, pesquisa e extensão, evasão, avaliação do MEC e outros temas relevantes para a compreensão da expansão do referido curso e o processo de formação do administrador.

Foi definido que buscar-se-ia, junto aos mantenedores, questões sobre as razões pessoais de se investir no Ensino Superior; sobre os fatores sociais, econômicos e políticos que interferiram para a criação e a expansão dos cursos de Administração em Goiás; qual a relação da expansão com o governo FHC, no Brasil, e Marconi Perillo, em Goiás, tendo em vista o período de maior expansão, e, ainda, compreender o fenômeno da expansão das habilitações em Administração, na perspectiva de entender os motivos que promoveram esse movimento expansionista, privatista e de interiorização..

A ASMEG viabilizou a participação da pesquisadora em Assembléia da Entidade, no dia 15 de fevereiro de 2007, com a presença de 28 IES, para exposição de motivos da

[14] Coordenador do Curso de Administração da Faculdade de Jussara – UNIFAJ, Prof. Osmar de Paula Oliveira, no Campus da Faculdade de Jussara, na cidade de Jussara – GO, em 11 de maio de 2006.
[15] Coordenadora do Curso de Administração da Faculdade Ávila, Prof.a. Msc. Maria Bernadete Snavalle Ruguê, em 14 de janeiro de 2007.
[16] Coordenador do Curso de Administração, Prof. Msc. Geraldo Fernandes Monteiro, em 08 de março de 2007.
[17] Questionário respondido pelo Prof. Msc.Eugênio Brito Jardim, Diretor da Faculdade SULDAMÉRICA.

realização da pesquisa e da aplicação do questionário. Obteve-se a participação, naquela data, das seguintes IES: Faculdade Padrão,[18] Faculdade de Rubiataba,[19] Faculdade Lions,[20] e, posteriormente, da Escola Superior de Goiânia,[21] estabelecendo-se o compromisso de que os outros presentes, encaminhariam as respostas por *e-mail* (o que não aconteceu até o presente momento, 10 de março de 2007).

Numa tentativa de organizar essas reflexões, o trabalho ficou composto de três capítulos, assim divididos:

O primeiro capítulo, "O Estado e as políticas de expansão e de privatização do ensino superior: antecedentes históricos", pretende apresentar estudos sobre o Ensino Superior no Brasil, com ênfase em sua expansão, desde a criação das primeiras escolas de Ensino Superior até a década de 2000, buscando recompor o passado, valorizando a história da expansão na interação de objetivos entre Estado e Educação. A amplitude do período estudado exigiu um trabalho de diálogo com a história da educação brasileira, através de uma pesquisa bibliográfica que contribuiu para o entendimento da realidade atual através dos antecedentes históricos da expansão do Ensino Superior no Brasil destacadamente a partir de 1930. Porém, o acento do estudo recaiu sobre as décadas de 1990 até 2006, período em que se iniciou o processo de profunda transformação na estrutura do capitalismo, quando se implantou uma nova ideologia econômica e política que "responde pelo nome de neoliberalismo" (FIORI, 2002, p. 77).

O segundo capítulo, "O Curso de Administração no Brasil: criação, consolidação e expansão", objetivou traçar um panorama histórico da criação dos cursos de Administração no Brasil, abordando a questão de sua expansão, evidenciando o contexto sócio-econômico, político e cultural, procurando identificar de que forma estes fatores contribuíram para o processo da expansão do referido curso. A caminhada histórica inicia-se com o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público – DASP e, posteriormente, da Fundação Getúlio Vargas – FGV. A importância desse momento histórico justifica-se pela criação da primeira escola de Administração do Brasil, a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP - da Fundação Getúlio Vargas – FGV, em 1952. Percorremos pelas décadas de 1960 a 2006, analisando os momentos das políticas educacionais, dos movimentos sociais, econômicos e

[18] Questionário respondido pelo Sr. João Rodrigues, diretor/proprietário da Faculdade Padrão.
[19] Questionário respondido pela Sra. Prof.a. Zita Pires de Andrade, diretora/proprietária da Faculdade de Rubiataba – FACER.
[20] Questionário respondido pela Prof.a. Sônia Galvão, diretora acadêmica da Faculdade Lions.
[21] Questionário respondido pela Presidente da mantenedora da Escola Superior de Goiânia – ESUP, Sra. Helena Barbosa Machado Ribeiro.

políticos em que se foram construindo espaços para a expansão do curso de Administração no Brasil. Buscamos debater sobre o campo de atuação do profissional de Administração, tendo em vista as políticas e reformas do Estado, as reformas educacionais, as mudanças no mundo do trabalho e a análise de indicadores dos cursos de Administração criados no Brasil, no período de 1995 a 2006, a partir dos dados estatísticos do MEC-INEP, *sites* e revistas especializadas que tratam do tema em questão.

No terceiro capítulo, "Os cursos de Administração criados em Goiás no período de 1995-2006", pretendemos discutir o desenvolvimento do Ensino Superior de Administração, em Goiás, como centralidade do trabalho proposto. Buscamos conhecer quais os fatores sociais, econômicos e políticos que influenciaram a expansão do Ensino Superior de Administração em Goiás, iniciando-se, na década de 1960, com a criação do primeiro curso de Administração da Universidade Católica de Goiás.

Foi necessário conhecer e discutir cada uma das IES criadas, em sua maioria, tendo como "carro chefe" para a sua instalação, o curso de Administração. Ao realizarmos essa caminhada, deparamos com o fenômeno da expansão ocorrida de 2000 a 2006, durante o governo Marconi Perillo, que representa o coroamento da política neoliberal em Goiás. Esse período que marcou o ápice do movimento expansionista dos cursos de Administração, especialmente através do fenômeno das habilitações. Discutiremos o processo de expansão do Ensino Superior, em Goiás, público e privado, com predominância para o ensino privado (com verbas públicas), e tentaremos compreender o quadro de complexidade da realidade educacional e as políticas públicas que viabilizaram a expansão e privatização desse nível de ensino em Goiás, no qual a lógica se estabeleceu pelos critérios do mercado, da concorrência e do menor investimento e o maior lucro (PEIXOTO, 2002, p. 90).

Pretendemos realizar a caracterização de todas as IES criadas e dos cursos de Administração com suas várias habilitações, criados no período de 1995 a 2006, bem como a região em que foram criados, buscando compreender a relação entre o desenvolvimento econômico e a expansão do ensino superior em Goiás.

É necessário reafirmarmos que nossa orientação filosófica é dialética, valorizando a contradição e a participação ativa do sujeito que observa, num processo cheio de contradições, avanços e recuos. Lembrando Gramsci (1991):

> Todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim, *para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.* (GRAMSCI, 1991, p. 7) *(Grifos nossos)* .

Que este estudo possa estimular para esta reflexão. Esperamos poder contribuir, a partir da pesquisa realizada, com conhecimentos que possam colaborar com a comunidade acadêmica no entendimento e debate a respeito da expansão, privatização e interiorização do ensino superior de Administração no Brasil e em Goiás, que vem ocorrendo na ótica do privado e do mercado com fins lucrativos.

CAPÍTULO I
O ESTADO E AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Neste capítulo pretende-se apresentar estudos sobre o Ensino Superior no Brasil, com ênfase em sua expansão, desde a criação das primeiras escolas de Ensino Superior até a década de 1980, buscando recompor o passado, para entender o presente na atual interação de objetivos entre Estado e Educação. A amplitude do período estudado exigiu um trabalho de idas e vindas na historiografia da educação brasileira e, assim, optou-se pela pesquisa bibliográfica que contribuiu para a composição do cenário educacional, marcando as reformas educacionais a partir do período Republicano, com foco na expansão do Ensino Superior.

A retrospectiva histórica se justifica pela necessidade de contextualização da expansão do Ensino Superior no Brasil, a partir da Primeira República (1889-1930), período considerado marco da expansão quando se registra um surto expansionista, com predominância dos cursos jurídicos. Propõe também, contextualizar o processo de criação e de crescimento das primeiras escolas de Ensino Superior e, as reformas que marcaram a história da educação no Brasil.

Em seguida, descortinar o período de 1930 a 1964 buscando apreender o Estado Nacional e as políticas públicas desenvolvidas no campo educacional, marcado pela expansão, numa relação dinâmica com os fatores econômicos, políticos e sociais que estiveram em debate no país.

O esforço de apresentar esse período, contextualizando o panorama da política educacional, justifica-se pelo desejo de contribuir para uma maior compreensão do momento histórico e de sua influência no atual cenário da educação superior no Brasil, marcado pela expansão e, pela privatização. Fávero (1980, p. 7) alerta que "a pesquisa histórica aplicada à educação só faz sentido quando capta o significado de certos eventos como parte de uma totalidade de uma realidade concreta".

Discute o período de 1964 a 1970, caracterizado pela ditadura militar cujas políticas públicas estiveram alicerçadas no binômio expansão e privatização da educação superior. Tratar da criação dos cursos de Administração que nasceram dentro de um contexto de mudanças do projeto de desenvolvimento econômico e social do país, bem como das

significativas mudanças no mundo do trabalho (mudança do modelo fordista-taylorista de produção) e das empresas (mercado como princípio regulador da sociedade competitiva).

Contextualizar a década de 1980, período em que se iniciou o processo de transição democrática, quando as forças progressistas manifestaram-se como oposição ao regime militar. Estas tentaram revolucionar o desenvolvimentismo conservador e promover o bem estar econômico e social da população brasileira. Período que concentra a expansão pública da educação superior e, ao mesmo tempo, o incremento do processo de privatização.

Finalmente, estudamos as transformações ocorridas ao longo da década de 1990, a partir de um modelo alicerçado em privilegiar as relações de mercado e seus desdobramentos para as políticas educacionais no Brasil.

Importante se faz, abordar a história do Ensino Superior no Brasil, seu papel e importância no desenvolvimento da sociedade, sem pretensões de esgotar o passado, mas para uma maior compreensão das políticas educacionais que foram sendo gestadas até os dias atuais, trabalhando com categorias chaves que devem orientar a estrutura do estudo: expansão, privatização, público e privado, diferenciação, diversificação, qualidade e quantidade. Assim, buscar-se-á retomar o passado na perspectiva de construção do presente.

1.1. Ensino Superior no Brasil: as primeiras escolas de ensino superior

O artigo publicado por Anísio Teixeira (1961, p. 3), *A expansão do ensino superior no Brasil*, ilustra o quadro do surgimento dos primeiros cursos superiores no Brasil, a partir da seguinte análise:

> O ensino superior vem-se expandindo de forma surpreendente entre nós. Basta que vejamos os estabelecimentos criados nos períodos indicados: 1808 a 1890 foram criadas 14 cursos superiores; de 1890 a 1930, criados 72 perfazendo-se um total de 86; de 1930 a 1945 mais 95 num total de 181 e de 1945 a 1960 temos a criação de 223, com um total de 404. (TEIXEIRA, 1961, p. 3)

As primeiras instituições educacionais chegaram ao Brasil através do trabalho educacional dos jesuítas, em 1549, trazendo como missão à catequese dos índios e o apoio religioso e educacional aos colonos. Estariam sendo preparadas as condições para a criação das instituições de ensino superior no Brasil? Romanelli (1993), ao analisar a importância da ação dos jesuítas observava que:

> A obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou cedendo lugar, em importância, à educação da elite (...) Dela estava excluído o povo e foi graças a ela que o Brasil se

> "tornou, por muito tempo, um país da Europa", com os olhos voltados para fora, impregnado de uma cultura intelectual transplantada, alienada e alienante. (ROMANELLI, 1993, p. 35)

Em 1550 foi fundado, na Bahia, o primeiro colégio e, o predomínio dos jesuítas na educação brasileira permaneceu até 1759, quando o Marquês de Pombal resolve expulsar os jesuítas do Brasil (RIBEIRO, 1998, p. 33). Durante o período pombalino, ocorre o fechamento dos colégios dos jesuítas, ficando o ensino superior seriamente prejudicado.

Com a transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, o cenário cultural brasileiro ganhou novo impulso, pois traziam consigo os hábitos da metrópole. Foram criados os cursos e academias destinadas a formarem burocratas para o Estado e a formar profissionais liberais, como exigência dos novos tempos do Brasil Imperial. Cunha (1980) enfatizava que:

> Neste período formou-se o núcleo do ensino superior sobre o qual veio a ser edificado o que existe até hoje, ligado á sua origem por ampliação e diferenciação. O ensino superior atual nasceu, assim, junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir predominantemente, as funções próprias deste. (CUNHA, 1980, p. 76)

A primeira escola, criada por D. João VI, foi a Academia Real Militar da Marinha (1808) e, em 1810, a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), uma faculdade do Exército destinada a formar oficiais e engenheiros para a defesa da sede da Monarquia.

A estrutura educacional era semelhante às escolas européias e assim, "a Academia de Guardas-Marinha foi criada com todos os instrumentos, livros, modelos, máquinas, cartas e planos que a mesma academia tinha em Lisboa" (CAMPOS, 1940, p. 142). Os cursos eram criados para atender à formação dos quadros burocráticos para o Estado, formar profissionais liberais atendendo aos interesses visíveis e imediatos do Estado Nacional.

O ensino superior foi, gradativamente, construído para atender às necessidades sociais e econômicas daquele momento, marcado por um caráter utilitário e imediatista, restrito, basicamente, a Bahia e ao Rio de Janeiro. Na análise de Fávero (1977):

> Estas escolas tiveram duas características marcantes: primeiramente, apresentavam um nítido "caráter profissionalizante", e, em segundo lugar, foram criadas e organizadas como um "serviço público", mantido e controlado pelo governo, visando à preparação de pessoal para desempenhar diferentes funções na Corte. Daí ter-se tornado quase lugar comum a afirmativa que as primeiras escolas superiores brasileiras nasceram e se estruturaram com um caráter nitidamente prático e imediatista. (FÁVERO, 1977, p. 21)

Com o advento da Independência, em 1822, e com a Constituição do Império, outorgada em 1824, foram dados os primeiros passos para a formação de um sistema de ensino em que conviviam o ensino estatal e o particular; o ensino para a elite e as escolas de primeiras letras para o restante da população demonstrando, o aprofundamento da dualidade educacional instalada no país.

Um dos maiores problemas do Imperador era a exigência de "formação de quadros para a burocracia do novo Estado" (CUNHA, 1980, p. 111). O ensino superior se firmou com um modelo de institutos isolados, profissionalizantes e elitistas, uma vez que só atendia aos filhos da aristocracia colonial, com destaque para os cursos jurídicos, instituídos em 1827, com relevante papel na vida do país, durante o século XIX. Campos (1940, p. 173), relatava que "é verdade que durante o governo do nosso primeiro Imperador realizou-se um grande acontecimento: a fundação dos cursos jurídicos".

Em seus estudos Romanelli (1993, p. 40) reforça que, "para se ter uma idéia da predominância do ensino jurídico sobre os demais ramos, assinale-se que em 1864, nas duas faculdades de Direito, estavam matriculados 826 alunos, contra 294 em Medicina e 154 em Engenharia". Estas faculdades passaram a desempenhar o papel de fornecedoras de pessoal qualificado para os quadros superiores do Império.

Temos ainda a constatação de que:

> Esta camada social passou a desempenhar relevante papel na evolução política do Brasil monárquico e nas transformações porque passou o país no final do século, rompendo a instituição da escravidão sem alterar basicamente as condições de organização sócio-econômica legadas pela colonização. (QUARESMA, 1978, p. 21)

1.2. Ensino superior no Brasil na Primeira República (1889-1930): O primeiro surto expansionista do ensino superior

Proclamada a República, em 1889, o período que se segue até 1930, caracterizou-se por um processo de rearranjo jurídico-político que propiciou um período de prosperidade econômica, representado pelo crescimento da cafeicultura e pelo início da industrialização, visto como "o progresso da democracia"[22] tendo a influência das empresas norte-americanas no Brasil.

Esse processo de relativo desenvolvimento urbano e industrial levou à eclosão de contradições, caracterizando-se por uma sociedade dualista, de "dirigentes e dirigidos". De um lado os proprietários de terra e os industriais e, do outro, fazia surgia uma nova classe

[22] Termo usado por Moniz Bandeira (1973, p. 133).

social[23] representada pelos proletários e imigrantes "portadores das ideologias anarquista e socialista" (CUNHA, 1980, p. 158) que se organizavam na perspectiva de se oporem ao poder oligárquico. No entanto, predominavam os interesses burgueses e a supremacia das estruturas oligárquicas. Temos em Ianni (1985), a análise de que:

> O Estado oligárquico, vigente durante a Primeira República, em 1889-1930, é todo ele marcado pelo arbítrio dos governantes contra setores populares que se organizavam para reduzir a exploração; ou lutavam para avançar as conquistas democráticas. (IANNI, 1985, p. 14)

Quanto ao sistema educacional não houve modificações estruturais significativas mantendo-se as heranças do período Imperial. No entanto, o ensino superior sofreu modificações quantitativas, percebidas pelo crescimento de escolas superiores no país, exigidas pelas mudanças sociais provocadas pela Proclamação da República.

Apesar do crescimento quantitativo, com o aparecimento das instituições particulares, permaneceu o modelo de unidades desconexas e voltadas para a formação profissional, tendo o governo federal como normatizador e fiscalizador das instituições de ensino superior. Nesta linha de análise:

> A história do ensino superior de 1889 a 1929 mostra, também, que a União procurou conservar, em toda plenitude, a sua função normativa e fiscalizadora: as escolas superiores federais ditavam os padrões para todas as suas congêneres – estaduais e particulares – disseminadas em todo país. (NAGLE, 1974, p. 157)

Importante ressaltar que o aproveitamento dos "letrados" em cargos administrativos e políticos introduziu modificações na estrutura social do país; as Faculdades de Direito[24] foram importantes nesse momento histórico. Cunha (1980) apresentava as reformas que estavam em pauta e com números, demonstrava a expansão das escolas superiores no período, afirmando:

> No período que vai da reforma Benjamim Constant, em 1981, até 1910, ano imediatamente anterior ao da Reforma Rivadávia Corrêa, foram criadas no Brasil 27 escolas superiores: 9 de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia, 8 de direito, 4 de engenharia, 3 de economia e 3 de agronomia. (CUNHA, 1980, p. 175)

---

[23] Para aprofundamento: IANNI, O. (1996, p. 65), quando diz: "O fazendeiro e o imigrante revelam-se, assim, os personagens dessa nova época da formação social brasileira. Representam a forças mais visíveis na marcha da revolução burguesa que se deslancha com a Abolição e a República". E continua na pg. 67: "A República levará para uma posição central e culminante" uma nova figura, o "homem de negócios", ou seja, "o indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer", "dinamizar os negócios no campo e na cidade".

[24] Em Goiás, a Faculdade de Direito foi criada em 1903, período em que a maioria da população era de analfabetos.

Com a Constituição de 1891, novas orientações foram sendo desenhadas no plano educacional. Determinava a laicização do ensino público, por meio da institucionalização da liberdade de culto, iniciava a desoficialização do ensino[25], possibilitava aos governos estaduais criarem suas instituições de ensino superior bem como a criação de instituições privadas. Não seria exagero afirmar que a história do ensino superior privado teve início no período republicano.

O crescimento do ensino superior foi significativo nesse período, uma vez que o objetivo dos jovens da classe dominante era obter um diploma superior "premidos pela ideologia do bacharelismo" (CUNHA, 1980, p. 179) na medida em que a escolarização de nível superior era vista como espaço de ascensão e prestígio social, tendo em vista a carência de profissionais capacitados para a administração da recém-criada República, que necessitava de profissionais qualificados em outras áreas de conhecimentos[26], pois as escolas que predominavam no período eram as escolas de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Engenharia e Agricultura. Este quadro veio acompanhado da facilidade de acesso ao ensino superior e, ao mesmo tempo, promovendo a multiplicação de escolas.

Importante ressaltar que foram criados em 1891, os decretos 1.232-G e 1.232-H, instrumentos que legalizaram a descentralização e a privatização do ensino superior, abrindo as possibilidades de expansão desse nível de ensino. Cunha (1980) registra que:

> O decreto 1.232-G criava o Conselho de Instrução Superior com a competência para aprovar os programas de ensino das escolas federais e das que lhe fossem equiparadas; de propor ao Governo Federal os regulamentos para a inspeção das faculdades livres; de criar novos estabelecimentos de ensino; de nomear as comissões e delegados estaduais para a inspeção das faculdades federais e das faculdades livres. (CUNHA, 1980, p. 173)
>
> O decreto 1.232-H determinava novo regulamento para as faculdades de Direito existentes (...) permitia aos governos estaduais e a particulares a fundação de escolas de direito. (CUNHA, 1980, p. 173)

Diante desse quadro pode-se concluir que as propostas de reformas do ensino superior que foram sendo desenhadas, bem como as tentativas de maiores investimentos em

[25] O movimento de desoficialização do ensino é caracterizado pela "retração do setor estatal do ensino superior em proveito do setor privado" (CUNHA, 1980, p. 177).

[26] Importante ressaltar a criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro e a Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia (1905) e, em 1910 a criação da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul. Estes dados são relevantes na medida em que, historicamente os cursos de Administração foram criados no interior das Faculdades de Ciências Econômicas e servirá para compreensão e aprofundamento do presente estudo.

educação por parte dos governos estaduais e incentivos a particulares estava sendo preparado o primeiro surto expansionista do ensino superior que ocorreu na Primeira República. Na análise de Sampaio (2000, p. 39), "as instituições particulares que surgiram nessa época, era basicamente, de iniciativa confessional católica, ou de iniciativa de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior". Em seus estudos Cunha (1980) complementa:

> O resultado de todo esse movimento expansionista foi à alteração quantitativa e qualitativa do ensino superior. Os estabelecimentos de ensino se multiplicaram e já não eram mais subordinados ao setor estatal nem á esfera nacional: os governos estaduais abriam escolas, assim como as pessoas e entidades particulares. (CUNHA, 1980, p. 175)

Esse crescimento quantitativo das escolas de Ensino Superior provocava, também, críticas e resistência quando colocava, em questão, a qualidade pela falta de critérios para acesso a este nível de ensino, o que provocou um movimento de contenção, fazendo surgir em 1911, a Lei Orgânica Rivadávia Correa[27] que desencadeou uma reforma geral do ensino.

A reforma em referência sintetizava os seguintes pontos: os estabelecimentos de ensino criados pelo governo não gozariam de privilégios para garantir matrículas em escola superior; autonomia didática, administrativa e financeira para as instituições governamentais; instituiu os exames de admissão; autonomia das escolas estaduais e particulares para organizar seus currículos; criação do Conselho Superior de Ensino e outras providências (CUNHA, 1980, p. 184).

Importante registrar que, nesse período, foram criadas três universidades. A primeira delas, a Universidade de Manaus (1909) que sobreviveu por onze anos. Em 1911 a Universidade de São Paulo que permaneceu até por volta de 1917, e em 1912, foi fundada a Universidade do Paraná que permaneceu até 1915. Esse quadro demonstra a efervescência do período para expansão das instituições de ensino superior sem, contudo, existirem as condições reais para sua manutenção e consolidação, por isso são denominadas, pelos historiadores, de universidades passageiras (CUNHA, 1980, p. 198). Fávero (1999) relata que:

> Cabe observar que na primeira metade deste século, com base nos princípios liberais de centralização, vão ocorrer algumas tentativas de criação de universidades, tendendo o movimento a deslocar-se da órbita do Governo Central para a dos Estados. Assim, sob a influência desses princípios surgem a Universidade de Manaus, em 1909, a de São Paulo, 1911, e em 1912 a do Paraná, como instituições livres para as quais as condições do meio não permitiram senão uma existência efêmera e precária. (FÁVERO, 1999, p. 17)

[27] Para aprofundamento: Cunha (1980), pg. 180-184.

Em 18 de março de 1915, processou-se a Reforma Carlos Maximiliano, através do Decreto n. 11.530, reorganizando o ensino secundário e superior. Regulamentou o ingresso nas escolas superiores encaminhando parâmetros para o controle da expansão do ensino superior, pois a expansão ocorria sem a fiscalização federal e, em alguns casos, a não obrigatoriedade de conclusão do ensino secundário, bem como da freqüência obrigatória de aulas, nas escolas superiores. Esta reforma veio normatizar essas questões e, ainda, estabelecer critérios para a criação das Universidades. Na análise de Campos (1940, p. 254), "o governo federal, quando julgasse oportuno, reuniria em Universidade a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e uma das Faculdades Livres de Direito existentes na capital da República".

Este dispositivo retratava uma organização simplista de Universidade reduzindo, sua organização a uma concentração de estabelecimentos. No entanto, foi esse dispositivo que possibilitou a criação da primeira Universidade, em 1920, surgindo a Universidade do Rio de Janeiro (Decreto n° 14.343/1920), a partir da agregação de três escolas superiores ali existentes: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica tendo como ligação, entre si, a Reitoria. Na trajetória histórica do ensino superior, esta é a base de muitas das universidades brasileiras que se constituíram de instituições agregadas e não integradas.

A segunda Universidade a ser criada foi a Universidade de Minas Gerais, em 1927, seguida pela Universidade do Rio Grande do Sul, em 1928. Surgiram, também, durante a primeira República, escolas superiores livres sob responsabilidade da iniciativa particular, para atender a uma sociedade que enfrentava a industrialização, necessitando, assim, de aumentar e de qualificar a força de trabalho, no restrito mercado de trabalho.

Período em que as reflexões pedagógicas propunham a criação de uma instituição estratégica para a geração de novas elites políticas e para a formação dos cidadãos, numa sociedade em mudança, que, progressivamente, via esgotar sua capacidade de crescimento, numa economia alicerçada na agroexportação e no modelo excludente de dominação oligárquica. Registra-se o primeiro surto expansionista do ensino superior que na análise de Cunha (1980):

> Foi durante esse período que surgiram as escolas superiores livres, isto é, não dependentes do Estado, empreendidas por particulares. Seu crescimento foi bastante grande, tendo ocorrido correlativamente á facilitação do ingresso no ensino superior. Esse fenômeno foi produto de determinações técnico-econômicas, tais como a necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade. (CUNHA, 1980, p. 146-7)

Em 1925, foi realizada a última reforma da Primeira República, a Reforma Rocha Vaz, apresentada através do Decreto no. 16.787-A, que objetivou o reforço do controle do Estado, particularmente do governo federal, sobre o aparelho escolar, numa tentativa de estabelecer o controle ideológico das crises políticas e sociais. Iniciava-se, também, um período de contenção na expansão do ensino superior, na medida em que limitou o número de vagas nas instituições de ensino superior, introduziu o critério classificatório para ingresso. Na análise de Cunha (1980, p.191), a referida reforma veio "completar a trajetória de contenção do fluxo de passagem do ensino secundário para o superior".

Previa também, "a criação de outras Universidades, segundo o modelo do Rio de Janeiro" (FÁVERO, 1977, p. 30). Percebe-se, nos diferentes projetos de reforma educacional, que vieram sendo propostos, que a universidade foi sempre parte integrante. De um lado, os propagadores de um ideário político conservador e autoritário e, do outro, os intelectuais progressistas. Tais embates foram sendo colocados em pauta nas discussões e encaminhamentos sobre o ensino superior, com a criação da ABE – Associação Brasileira de Educação[28] em 1924. Segundo Nagle (1974):

> A ABE representou a primeira e mais ampla forma de institucionalizar a discussão dos problemas da escolarização, em âmbito nacional; em torno dela se reuniram figuras mais expressivas entre os educadores, políticos, intelectuais e jornalistas, e sua ação se desdobrou na programação de cursos, palestras, reuniões, inquéritos, semanas de educação e conferências nacionais de educação. Será por meio de tais iniciativas que a preocupação com os problemas educacionais se alastra e se sitematizam as discussões. (NAGLE, 1974, p. 123)

A Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba (1927), Belo Horizonte (1928) e em São Paulo (1929), levantava pontos de debates relevantes sobre a questão da Universidade, sua função, autonomia e estrutura interna. Defendiam que a universidade deveria organizar-se, conforme condições peculiares de sua região, seus cursos e que suas pesquisas deveriam gozar de autonomia integral e ainda, estaria garantida pela renda de um patrimônio que poderia ser doado pelos governos federal, estadual ou por particulares. Fávero (2000) afirmava que:

> Entre as questões recorrentes sobre educação superior, nas discussões ao longo da década de 20, destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber as universidades brasileiras; autonomia universitária; modelo de universidade a ser adotado no Brasil, e se cada universidade deveria ser organizada de acordo com suas

[28] Para aprofundar, consultar: CUNHA (1980, p. 220).

> peculiaridades e as da região onde se localiza, ou sugerir um padrão. (FÁVERO, 2000, p. 34)

1.3. Ensino superior no Brasil (1930-1964): o Estado Populista e as políticas de expansão da educação superior

O desafio de tecer as tramas da educação superior, na história do Brasil, no período de 1930-1964, torna-se um desafio, pois florescem inúmeras tendências oriundas de um complexo programa de desenvolvimento e de industrialização no país, orquestrado por Getúlio Vargas, que alcançou o poder em 1930 e, governou centralizando a política brasileira, buscando fortalecer a administração pública num Estado populista[29] autoritário.

Importante analisar o movimento do capitalismo brasileiro, para entender o debate educacional. Vizentini (1994) fazia a análise de que:

> O período 1930-1945 pautou-se por uma tentativa consciente de tirar proveito da conjuntura internacional e da redefinição da economia brasileira, por intermédio da utilização da política externa como instrumento estratégico para lograr a industrialização do país. É necessário ressaltar, entretanto, que o estágio embrionário do desenvolvimento brasileiro e as escassas possibilidades oferecidas pelo contexto internacional, a longo e médio prazo, limitaram o alcance desta inovação varguista. (VIZENTINI, 1994, p. 100)

Assim, torna-se necessário buscar uma visão da totalidade que considere as relações da educação dentro de um contexto político, cultural, econômico e social onde ela está inserida, para se compreender a educação e, entender o processo de expansão e de privatização da educação superior e, mais especificamente, dos cursos de administração, objeto do estudo. Portanto, é preciso conhecer, analisar e entender o Estado nacional e as políticas públicas desenvolvidas no campo educacional para o ensino superior no Brasil, na medida em que "a reorganização do Estado tem repercussão na educação, e, conseqüentemente, no planejamento educacional" (FONSECA, 1992, p. 38).

Este caminho não se faz sem analisar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro quando a economia agrário-exportadora deslocava-se para o setor urbano-industrial e, o papel do Estado era redefinido com ampliação de suas funções, com influência no debate

[29] Ver: IANNI, O.(1975, p. 125-125). "Estado populista pode aparecer como centro de poder de um sistema de forças heterogêneas. As várias classes sociais urbanas destacando-se a burguesia industrial, o proletariado nascente ou em expansão – conjugam suas forças políticas par conquistar, manter e ampliar seu poder". E ainda: PRESTES MOTTA, F. C. "Até os anos 30 foi uma burguesia mercantil que dominou o país (...) de 1930 até ao fim dos anos cinqüenta, teve vigência o pacto populista", 1979, p. 11.

educacional. Necessário se faz visualizar o panorama econômico – cultural e político do início da década de 30, quando o Brasil começou a se repensar. Ianni (1985):

> Assinala a transição para uma época na qual se dinamizam processos econômicos, políticos, culturais, demográficos e outros tais como os seguintes: industrialização, urbanização, sindicalismo estatal, intervencionismo governamental crescente na economia, fortalecimento do aparato estatal, principalmente do executivo. (IANNI, 1985, p. 16)

Neste período, mudanças eram debatidas e anunciadas e, o setor educacional participou desse movimento de renovação. Conseguiu realizar reformas legais, especialmente no que se refere à estrutura orgânica do ensino superior.

Havia na sociedade um desejo de mudança expresso por um grupo de educadores e de estudantes que se referiam às idéias, à organização e à prática educacional aplicadas na época. Com este espírito, surgiram educadores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, Francisco Campos, dentre outros, que lideraram o debate educacional. Educadores que participavam, ativamente, dos mais significativos movimentos educacionais renovadores e reformadores no Brasil e, da criação das instituições de ensino superior – IES que foram embaladas com a idéia de modernização e com o ideal de promoção e desenvolvimento da ciência, da cultura e da tecnologia, mantidas pelo Estado e assim, públicas.

Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder, governou centralizando a política brasileira buscando fortalecer a administração nacional. A Revolução de 1930, apesar de ter promovido uma significativa concentração de poder nas mãos do Estado, promoveu condições que permitiram ao país, agitar-se no sentido de sair da imobilidade em que se encontrava. Florestan Fernandes (1975, p. 190) retoma o referido período, afirmando que o mesmo se caracterizava pela "necessidade de implantar novas formas de organização do poder na sociedade brasileira, capazes de expandir e de acelerar as transformações requeridas pela revolução burguesa".[30]

Assim, buscavam-se, no campo educacional, perspectivas para uma mudança social. Chagas (1967) ao analisar este período relatava que:

> Vitorioso o movimento revolucionário, estabeleceu-se no país um clima propício as grandes reformas, instalando-se o Ministério da Educação e Saúde como ponto de partida das ambiciosas transformações que se projetavam para o setor pedagógico, entre as quais a estruturação da Universidade. (CHAGAS, 1967, p. 48)

[30] Para aprofundamento: IANNI, O. (1985).

Os graves problemas que o país enfrentava, representavam a necessidade urgente de se criar mecanismos para sair da situação de subdesenvolvimento, que provocava a estagnação e o desânimo da população, sendo, para isso, primordial estimular o setor industrial brasileiro, investir em educação e buscar desenvolver, no povo, a crença numa sociedade melhor. Nosella (1998) lembrava que:

> A partir de 30, o Brasil fez uma política populista de conciliação conservadora como se dissesse: o país é grande, nele podem conviver os antigos coronéis e os modernos empresários, os escravos e os operários. Paralelamente, no âmbito educacional, o populismo fez uma conciliação conservadora entre a pobre escola do faz - de - conta e as que adotam modelos pedagógicos arrojados, entre instituições universitárias de beira de estrada e universidades de excelência. (NOSELLA, 1998, p. 173)

O período de 1930 a 1945 representou uma tentativa varguista de redefinir a economia brasileira tendo em vista o estágio embrionário de desenvolvimento do país. Esta redefinição, segundo (IANNI,1985, p. 31) não ocorre sem os "arranjos de cúpula", isto é, sem "uma resposta na qual a conciliação "pelo alto" não escondeu, jamais, a intenção explícita de manterem, marginalizadas ou reprimidas, as classes e camadas sociais "de baixo".

A intensificação do processo de urbanização, a industrialização, a ampliação da classe média exigindo novas possibilidades e oportunidades de ascensão social, trouxeram uma demanda para o ensino médio para facilitar o acesso ao ensino superior, garantia de acesso à alta burguesia das empresas privadas e do aparelho estatal.

Em decorrência de todo esse movimento, em 1931, visualizou-se um fato significativo no campo educacional, que marcou a educação no Brasil, com projetos e normas que perduram até os dias atuais: a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Fávero (1977), numa retrospectiva histórica, afirmava que,

> Logo após assumir o cargo de Ministro de Estado, Francisco Campos elabora os decretos sobre as reformas de ensino secundário, superior e comercial, reformas estas que passam a ser conhecidas como "Reformas Francisco Campos". O projeto relativo ao ensino superior está dividido em três decretos: a) um geral, relativo à organização das Universidades brasileiras; b) reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e do ensino superior brasileiro. c) cria o Conselho Nacional de Educação e define suas funções. (FÁVERO, 1977, p. 33 – 34)

O Estatuto das Universidades Brasileiras regulamentou as normas de criação e de funcionamento de escolas superiores e, representou um avanço para a época. Tornou-se um mapa orientador do governo e das entidades educacionais e, esteve vigente por trinta anos, mesmo tendo sido produzido no período da política educacional autoritária e possuir um modelo único de organização didático – administrativa de Ensino Superior. Foi importante

para a criação e organização das universidades, ao traçar novas diretrizes para o ensino, inexistentes até então, refletindo uma realidade sócio – política, também nova. Cunha (1989) relatava que,

> Já em 1931, foi baixado por decreto o Estatuto das Universidades Brasileiras, primeira diretriz geral para o ensino superior que mostrava a universidade como a forma preferencial do ensino nesse nível O Estatuto definia critérios gerais para a organização das Universidades (...) consagrando o princípio da organização das universidades a partir da reunião de faculdades isoladas, definia que pelo menos três das quatro seguintes deveriam estar presentes: direito, medicina, engenharia ou educação, ciências e letras. (CUNHA, 1989, p. 14)

Diante destes fatos, é preciso considerar que houve avanços no quadro educacional, especialmente no âmbito do ensino superior, como por exemplo: a finalidade social da universidade, a relativa autonomia administrativa e didática, a estrutura administrativa enfatizando a figura do Reitor e do Conselho Universitário, e ainda, os Departamentos ou Institutos realçando o cargo de Diretor e da Congregação, a organização acadêmica e, finalmente, a organização de associações docente e discente, entre outros.

As mudanças ocorridas, no período, representaram, sem dúvida, mudanças na educação superior no Brasil. No entanto, em 1932, as universidades que existiam não passavam de agregações de faculdades isoladas, com a função de preparar profissionais para as funções diretivas necessárias ao atendimento das instituições públicas e privadas. Era urgente debater a verdadeira missão da universidade e das instituições de ensino superior, uma vez que não se conseguia implantar uma verdadeira vida universitária. Anísio Teixeira (1989) assim posicionava-se:

> Em essência, o ensino superior continuava a ser esse serviço de distribuição de credenciais para certos cargos e profissões e não os centros de estudos da cultura do homem brasileiro e das pesquisas para o avanço e descobertas do conhecimento humano. E, por isso mesmo, as escolas podiam se multiplicar, apesar das limitações do saber existente no tempo e lugar, e da imensa falta de recursos financeiros. (TEIXEIRA, 1989, p. 111)

Para atender à necessidade de lançar um novo olhar às questões educacionais, foi realizada a I Conferência Nacional de Educação e lançado um manifesto denominado *A Reconstrução Educacional no Brasil*, conhecido como *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*[31]*,* em 1932, elaborado por Fernando Azevedo, durante a V Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação.

[31] Para maiores detalhes ver RIBEIRO (1998, p.108 –110 e 167), HORTA (1982, p. 20 – 21), ROMANELLI (1993, p. 145 – 153), que traz uma análise mais aprofundada do tema. E ainda, CURY (1986, p. 20).

O Manifesto tratava-se de um programa de educação, fruto de grandes debates de diversas correntes do pensamento educacional que direcionava a política educacional do país, exigindo a fixação de diretrizes para a educação nacional e, a elaboração de um plano nacional de educação. Quanto ao tema, Romanelli (1993) diz que,

> O "Manifesto" (...) inicia-se estabelecendo a relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento (...) Pois, como diz o documento, se a evolução orgânica do sistema cultural do país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (ROMANELLI, 1993, p. 145)

O movimento dos educadores brasileiros, visto como renovador, pretendia explicitar os princípios de uma política educacional democrática e, apresentar uma concepção avançada de educação e sua relação com o desenvolvimento do país. No entanto, retratavam as incoerências do momento político e econômico e, os problemas educacionais eram deslocados para métodos e técnicas educacionais, camuflando seus verdadeiros problemas.

Foram realizados vários congressos, seminários, conferências em que se pretendiam construir os princípios que deveriam orientar a educação nacional e afirmar a necessidade de conscientização e de compromisso na realização de uma ação conjunta de toda uma estrutura do sistema educacional, em conexão com a estrutura do desenvolvimento econômico.

Nesses debates, duas orientações eram conflitantes: uma representada pelos educadores católicos que defendiam o ensino particular e a responsabilidade da família quanto à educação e outra, representada pelos educadores influenciados pelas "idéias novas" que defendiam a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade, a universalidade e a responsabilidade pública, com educação (RIBEIRO, 1998, p. 111). Cunha (1989), retoma o debate e em relação ao ensino superior atentava que,

> No que se refere ao ensino superior, o manifesto, apresenta também, a dualidade de posições que permeia todo seu discurso. Ao lado da função atribuída à universidade de formar as elites dirigentes, dinâmicas e aberta, aparece a de difundir e criar ideais políticos, tomando partido na construção da democracia. (CUNHA, 1989, p. 274)

Assim, o Manifesto assinalava que o ensino superior deveria ser diversificado, organizando-se em cursos para as carreiras liberais e para as profissões técnicas e que suas atividades – fins seriam a transmissão, elaboração e produção do saber, através das atividades do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão. Romanelli (1993) reforçava:

> Quanto ao problema da educação de nível superior, adverte o Manifesto que "ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes".Enfim, que ela se organize segundo seus modernos objetivos, a saber: ensino, pesquisa e extensão. (ROMANELLI, 1993, p. 149)

Em 1934, Gustavo Capanema foi empossado no Ministério da Educação e Saúde e permaneceu até a instalação do Estado Novo. A Constituição promulgada, no mesmo ano, consignou avanços significativos na arena educacional criando o Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de elaborar o projeto do Plano Nacional de Educação. Ribeiro, 1998, relatava que,

> A Constituição de 1934, apesar de trazer pontos contraditórios ao atender as reivindicações, principalmente de reformadores e católicos, dá bastante ênfase à educação, dedicando um capítulo ao assunto (...) faz o Brasil ingressar numa política de educação desde que atribui à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional e fixar o plano nacional de educação. (RIBEIRO, 1998, p. 116)

Neste período, a intensificação do processo de urbanização e da industrialização provocou a ampliação da população de classe média trazendo, conseqüentemente, uma demanda para a educação, em todos os níveis. A questão educacional era tema altamente politizado, vivenciando divergências entre os educadores que se preocupavam com as características arcaicas do ensino acreditando que o mesmo deveria estar em condições de atender às necessidades de um país que se modernizava pela industrialização e, necessitava de um desenvolvimento tecnológico que respaldasse essa modernização. Assim, o desenvolvimento industrial trouxe uma demanda não só pela expansão do ensino médio como também, para o ensino superior.

Visualiza-se, assim, neste período, uma demanda por um ensino inovador, voltado para a realidade nacional e regional e, pela renovação dos cursos profissionais, para que fossem capazes de produzir uma equipe de profissionais qualificados e habilitados tecnicamente, com capacidade de conduzir o Brasil nos caminhos do desenvolvimento.

Em Anísio Teixeira (1989), podemos perceber a importância deste período, pela criação de instituições como a Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do

Distrito Federal (1935)[32], que serviram, por várias décadas, como um grande referencial para o ensino superior brasileiro. O autor assim se expressava:

> Na década de 30 surgem em 1934 e 1935 dois projetos ambiciosos de Universidade, a de São Paulo e a do Rio de Janeiro (federal) reestruturada no modelo de São Paulo, em 1937, mantêm-se representando novo esforço para firmar verdadeiros padrões universitários (...) O país enfrentava um agudo senso de dificuldade de se implantar a Universidade. A partir de 1940, romperam-se, entretanto, os diques de resistência e o ensino superior entraram em expansão indiscriminada. (TEIXEIRA, 1989, p. 92)

A Universidade do Distrito Federal, idealizada por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, representou uma ameaça aos setores conservadores da sociedade e ao Estado, na perspectiva de sua autonomia e liberdade na transmissão e na produção do conhecimento. Na análise de Sguissardi (2004),

> A obra de Anísio, a UDF, pouco tempo depois iria sucumbir ao elitismo conservador representado pelo Ministro Capanema, a serviço, entre outros, dos interesses da ordem estabelecida e sob pressão da Igreja. A perspectiva de uma universidade autônoma, produtora de saber desinteressado, formadora de indivíduos críticos, cultores de liberdade, foi vista como ameaça a "ordem" e às "boas relações" Universidade-Estado. (SGUISSARDI, 2004, p. 36)

Neste contexto, em 1937, instaurava-se a ditadura do Estado Novo que implicou no fortalecimento do aparelho do Estado e, conseqüentemente, na intensa intervenção nos aspectos da vida nacional, apoiada por uma burguesia[33] que reforçava a necessidade de um governo forte em detrimento ao fortalecimento das instituições da sociedade civil, provocando o enfraquecimento dos sindicatos, a extinção dos partidos políticos e repressão a qualquer tipo de greve contra o regime recém instaurado. Germano (1993) afirmava que:

> A dominação do domínio burguês, no nível político, no entanto ocorre a partir do estado Novo (1937-1945), quando se efetiva uma acentuada intervenção na economia, a modernização do aparelho estatal e a participação da classe média, militares e empresários no aparelho administrativo. (GERMANO, 1993, p. 43)

O Estado Novo outorgou, ao país, uma Constituição autoritária, registrando-se em decorrência, um grande retrocesso na política educacional do país, na medida em que a organização educacional permaneceu a mesma, marcada por uma "estrutura discriminatória,

---

[32] Cunha (1980, p. 275-279) trabalha a criação da Universidade do Distrito Federal ressaltando "as resistências do governo federal contra a criação da UDF apareceram desde antes do decreto, alegando que ela não se enquadrava no Estatuto das Universidades, de 1931, ameaçando o não reconhecimento dos cursos e dos diplomas fora dos limites do Distrito federal".

[33] Consultar: FLORESTAN FERNANDES (1974, p. 214) e IANNI (1985, p. 21) que dizia: "talvez se possa afirmar que o âmbito histórico da revolução burguesa no Brasil situa-se entre a Abolição da escravatura e o desfecho da ditadura militar".

caracterizando-se pelo ensino propedêutico para as "elites condutoras" e, o ensino profissional para as "classes menos favorecidas" (CUNHA, 2003, p. 171).

Torna-se importante salientar que o Estado ditatorial de Vargas impedia o debate educacional e, promovia um novo encaminhamento à medida em que o deslocava do seio da sociedade civil, passando-o para o controle da sociedade política.

O contexto político e econômico da Era Vargas determinou o surgimento de uma política educacional autoritária, como forma de impedir contestações de professores e de estudantes, que representavam ameaças à ordem social, e, ainda, uma política educacional liberal e elitista e, ao mesmo tempo, de disciplina e de autoridade, com o objetivo de atender aos interesses da classe dominante. No que diz respeito às instituições de ensino superior, Cunha (1980) lembrava que:

> A recriação da universidade num tempo de intensa repressão política permitiu ao estado aumentar o controle sobre as atividades universitárias através de vários dispositivos. O reitor e os diretores das escolas passaram a se escolhidos pelo presidente da República (...). Procurou-se, também, impedir a mobilização política dos membros da universidade. (CUNHA, 1980, p. 308-9)

Através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que reestruturou o Ministério da Educação e Saúde Pública, foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia, que posteriormente recebeu a denominação de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938), que tinha como missão realizar pesquisas sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. (http://www.inep.gov.br/institucional/70Anos.htm. Acesso em 16 de maio de 2007).

Em meio a esses aontecimentos, mesmo no período de vigência da política educacional autoritária, foi criada uma entidade destinada a congregar estudantes das escolas superiores de todo o país, a União Nacional de Estudante – UNE, no dia 13 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil no Rio de Janeiro. Desde então, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade[34].

Surgia na década de 1940, no Rio de Janeiro, as Faculdades Católicas, autorizadas pelo Presidente da República, transformando-se em Universidade em 1946, através do Decreto-lei n° 8.681/1946. Cunha (1980, p. 316) reforçava que "durante a era Vargas houve decidido apoio para a criação da Universidade Católica, uma instituição particular".

[34] Para aprofundamento consultar o livro de Arthur José Poerner, O Poder Jovem, nos capítulos V, VI e VII. E ainda, CUNHA, 1980, p. 230 e 319.

No bojo das discussões que estavam sendo realizadas no campo educacional, ocorriam também, as tentativas de modernização do Estado, em sua estrutura política, administrativa, econômica e social. Não foi por acaso que em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Publico – DASP[35]. Este órgão foi responsável por significativas reformas modernizadoras, buscando uma base política, administrativa e técnica para viabilizar a modernização do serviço público, através do processo de planejamento. Este encaminhando profissionais para os Estados Unidos, com o objetivo de qualificação, visando à profissionalização necessária para o desenvolvimento que se pretendia alcançar no país, nos governos de Getúlio Vargas.[36]

Fazer referência às ações relativas à qualificação de profissionais para o serviço público torna-se importante, uma vez que a criação deste órgão representava, o alicerce para o desenvolvimento dos cursos de economia[37] e, especialmente, para a criação dos cursos de Administração.

O período era fértil na tentativa de profissionalizar o serviço público e, assim, "difundia a idéia de que a eficiência administrativa estava associada à existência de pessoal qualificado" (MARTINS, 1989, p. 79) e, especialmente, a prática do planejamento[38] enquanto elemento da política econômica governamental, transformando em um "componente dinâmico do sistema político-administrativo" (IANNI, 1971, p. 15), incorporado tanto pelo governo quanto pelo setor privado. Horta (1982) relatava que:

> Durante o Estado Novo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) se tornou os "instrumentos racionais, científicos e centrais do controle administrativo... Como tal foi-lhe dados poderes orçamentários, de pessoal, de material, de planejamento e de controle. A imagem do DASP era a de uma instrumentalidade técnica, e seu pessoal era constituído por uma nova geração de técnicos em administração pública e planejamento". (HORTA, 1982, p. 26)

No bojo da ênfase na eficiência da administração pública, com foco na profissionalização de seu pessoal, foi criado, em 1944, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial com participação e empenho de governo e empresários que tinham como objetivo "estudar os problemas econômicos nacionais", mostrando que neste período, tanto nas organizações públicas quanto nas empresas privadas e indústrias, buscava-se a

[35] MARTINS, C. B (1989, p. 79):"O DASP tinha como finalidade proclamada estabelecer um padrão de eficiência do serviço público federal e criar canais mais "democráticos" para o recrutamento da administração pública, através da introdução de concursos de admissão aos órgãos governamentais".

[36] Para maior aprofundamento sobre o tema, consultar WAHRLICH (1974).

[37] Importante ressaltar que havia acontecido, no ano anterior, o I Congresso Brasileiro de Economia cujos debates foram travados em torno do apelo para que o governo ampliasse a sua participação na economia, investisse no aumento dos negócios privados com colaboração estatal, na medida que os recursos públicos eram imprescindíveis para o desenvolvimento nacionalista. Consultar: IANNI (1989, p.93).

[38]

profissionalização, através do planejamento com regras científicas. No entanto, Ianni (1989) alertava que:

> Nos debates havidos nas reuniões desse Conselho, empresários privados e os técnicos do governo (...) revelaram uma compreensão larga das possibilidades de planificação. Naturalmente, os seus objetivos eram diversos. Enquanto os técnicos estavam empenhados em esclarecer a maior parte dos problemas nacionais, numa perspectiva a longo prazo, os empresários encaravam com objetividade as soluções mais próximas. (IANNI, 1989, p. 54)

Poderíamos afirmar que neste movimento de profissionalização da administração pública e privada estava sendo plantada, no Brasil, a semente da criação dos cursos de Administração Pública e de Empresas concretizados através da Fundação Getúlio Vargas[39], na década de 1950, que será aprofundado no próximo capítulo da presente tese. Martins (1989, p. 79) relata que "a criação da FGV foi articulada por indivíduos que ocupavam posições estratégicas no governo federal, contando, também, com a contribuição e a participação de círculos empresariais". Na análise de Iglesias (2004):

> O Estado Novo tornou conhecidas e freqüentes as palavras como "plano", "planejamento", "planificação". Criaram-se serviços com esses nomes em todos os escalões administrativos. Confirmava-se assim, a superação da ideologia liberal pela intervencionista, protecionista, nacionalista. (IGLESIAS, 2004, p. 79)

Após a queda do Estado Novo, em 1945, restauradas as condições democráticas com a Constituição de 1946, setores sociais se mobilizavam, ampliando o debate nacional em torno de questões sobre liberdade, economia, partidos políticos, educação, imprensa livre e outros temas que alimentavam o desejo de redemocratização do país, visto como um tema não só político, mas também, econômico e social. Ianni (2004) assim registrava:

> Esse processo de redemocratização, que se iniciou formalmente com a Constituição de 1946, chegou até 1964. Trata-se de uma época muito importante para a história do país, pois aí se instauraram, a meu ver, algumas dos matizes do que é o Brasil de hoje. (IANNI, 2004, p. 98)

Assim, muitos dos ideais referentes às políticas educacionais foram retomados, houve uma eclosão cultural na medida em que se iniciava um maior debate sobre os problemas nacionais, promovendo uma ampliação aos estudos de história, ciências sociais e economia. Na análise de Cunha (1989):

> A organização educacional erigida pelo Estado Novo permaneceu a mesma, só se revogando os aspectos mais visivelmente autoritários da legislação (...) Por outro

[39] Veja-se como aprofundamento sobre a criação da Fundação Getúlio Vargas: MARTINS, C. B.(1989, p 79-87).

> lado, a nova Constituição continha dispositivos que visavam garantir, pelo menos formalmente, os direitos individuais de expressão, reunião e pensamento. No ensino superior, foi recuperado o dispositivo da Constituição de 1934, inexistente na de 1937, que garantia a liberdade de cátedra. (CUNHA, 1989, p.31)

Importante salientar que este período viu nascer um amplo debate sobre as políticas educacionais consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enviado ao Congresso Nacional em 1948 que, após difícil trajetória, foi, finalmente, aprovado em 1961 (Lei n° 4.024). Ribeiro (1998) registrava que,

> Quanto à educação, a Constituição reafirmava os princípios da democratização do ensino e um dado novo aparece quando atribui às empresas, a responsabilidade pela educação de seus empregados, bem como mudanças em relação à obrigatoriedade do ensino religiosa ficando a matrícula facultativa à confissão do aluno e dá ainda, a União competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. (RIBEIRO, 1998, p. 132-133)

Em meio a estes acontecimentos, registrava-se outro surto expansionista da educação superior através de escolas isoladas com o objetivo de formar o aluno para ocupar determinadas posições, cargos ou profissões na sociedade, reforçando a formação de uma classe de elite para o serviço público.

Diante das novas demandas da sociedade, das mudanças culturais, do crescimento econômico e, conseqüentemente, das mudanças no mercado de trabalho, registrava-se a expansão do ensino superior e Ribeiro (2002) reforçava a análise de que:

> Foi só a partir do pós-guerra, contudo, que teve início propriamente a expansão de nosso sistema de educação superior. Para esse processo foram de grande importância o fenômeno da urbanização e da escolarização feminina, assim como fenômeno do populismo, os quais acabaram constituindo para que a matrícula no ensino superior crescesse, ente 1954 e 1964, a uma taxa média anual de 12 % e, entre 1954 e 1964, com a criação das universidades federais, com base na federalização de escolas isoladas nos municípios e nos Estrados, a participação do setor público no total das matrículas representou 81%. (RIBEIRO, 2002, p. 18)

Ocorreu uma expansão significativa no número de escolas com conseqüente aumento no número de matrículas, e a proposta era de massificação da educação superior para acolher a classe média em expansão e formar profissionais em novas carreiras que o desenvolvimento econômico estava a exigir. Com a Lei n° 8.457/1945 houve uma maior facilidade para a criação de universidades.Assim, a educação superior deixaria de atender apenas a um grupo privilegiado da sociedade e da burocracia governamental que atendia aos

órgãos do governo. Anísio Teixeira (1989) apresenta dados que demonstrava a presente análise:

> De 1920 a 1930 criaram-se 15 escolas, sendo o total até 1930 de 86 escolas. De 1930 a 1945 foram criados 95 estabelecimentos, mais do que nos 30 anos anteriores, passando do total a 181. ***Entre 1945 a 1960 foram criados 223 estabelecimentos, passando o total a 404.*** Também nessa época, multiplicaram – se as universidades. (...) Este crescimento, por certo espantoso, fez-se pela multiplicação dos estabelecimentos existentes, pela criação de estabelecimentos novos até então inexistentes e sua imediata multiplicação, e pela diversificação de cursos nos estabelecimentos com currículos diferenciados, como a faculdade de engenharia, filosofia, economia e artes. (TEIXEIRA, 1989, p. 115) *Grifos nossos*.

Percebe-se que, a tendência nacionalista verificada no campo econômico e político, atingiram, paulatinamente, o educacional. O impulso da industrialização na década de 40, proporcionou a conscientização dos educadores, do governo e dos estudantes, recativas as características arcaicas da universidade brasileira. O Estado assumiu a industrialização do país como projeto de desenvolvimento e, tornava-se necessário repensar a educação superior, visando à profissionalização do aluno, para atender às transformações técnico – industriais pelas quais passava a sociedade brasileira.

Neste contexto, aumentou a demanda para a educação superior e o governo respondia com a liberalização de aberturas de novas faculdades, pela gratuidade das IES federais e a "federalização" de faculdades estaduais e privadas, unindo-as em seguida, em universidade (CUNHA, 2003, p. 171).

Os cursos mantidos pela rede pública das IES não acompanhavam o ritmo do desenvolvimento tecnológico da indústria em expansão. As escolas oficiais eram mais procuradas pelas camadas médias desejosas de ascensão social e que, por isso mesmo, preferiam os cursos de formação, desprezando os profissionalizantes. Assim, para atender a esta realidade registra-se a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, através do decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, entidade mantida pelas empresas, com cursos de aprendizagem profissional. Ribeiro (1998) afirmava que:

> O ensino industrial, além de ser o que mais representou crescimento de matrícula, foi o que mais recebeu maior atenção quanto ao aparelhamento, uma vez que quanto ao pessoal docente e as unidades escolares, o aumento foi bastante superior. O ensino comercial, segundo em crescimento no período, já demonstra uma tendência de maior aproveitamento da organização existente (RIBEIRO, 1998, p. 143).

Com os mesmos objetivos foi criado, em 10 de janeiro de 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, para atender uma demanda da população de baixa renda, habilitando-os para se integrar ao mercado de trabalho. Fica caracterizado mais uma vez, o sistema dual de ensino, isto é, os filhos das classes alta e média buscavam as

instituições de ensino superior que lhes conferiam posição social e os classificavam socialmente; e os filhos da classe popular buscavam uma escola que os preparavam mais rapidamente para o trabalho. Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social.

O final do Estado Novo deu início a uma nova conjuntura histórica com novas condições políticas, econômicas e sociais. Período que os historiadores denominavam de "Vargas do período democrático de 1951 a 1954" (D'ARAÚJO, 2004, p. 112). Assim, o referido autor acrescentava que "apesar de toda a instabilidade, o Estado brasileiro transformava-se, nesse período, numa instância definitivamente planejadora, intervencionista e pioneira, enfim, em um grande agente econômico" (p. 120).

Registram-se, na primeira metade da década de 1950, transformações significativas no processo de industrialização, como forma de promover o desenvolvimento nacional, bem como a necessidade de se realizar o planejamento de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento e à industrialização do país, viabilizando as condições infraestruturais para a indústria passando a ocupar, também, um maior contingente de população ativa no país. O desenvolvimento industrial ganhou grande impulso, reforçando sua posição de setor dinâmico da economia do país.

O Estado conduziu esse processo de desenvolvimento dentro de uma política populista, fortalecendo a participação política dos setores populares, amedrontando o poder burguês[40] (dimensão autocrática) que, posteriormente, se uniram e buscaram apoio nas Forças Armadas. Florestan Fernandes (1974), lembrava que:

> A dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos que deveriam ser instituídos. (FLORESTAN FERNANDES, 1974, p. 206)

Neste contexto, a educação era moeda de trocas políticas e, assim, os governos populistas permitiram acentuada expansão do ensino superior para atender a uma classe burguesa em expansão. Esta valorizava a educação superior, como um mecanismo de controle social, na medida em que galgava posições de destaque e de prestígio na sociedade. As massas assalariadas passaram a ter maior participação política. Na análise de Ianni (1993) tudo isso,

[40] Consultar: IANNI, (1989, p. 92): "A Burguesia industrial assume de modo crescente as suas possibilidades de atuação sobre a política econômica estatal. A democracia burguesa é fértil em canais e técnicas de controle e pressão das decisões dos governantes".

> Significa que entram em jogo as aspirações de bem-estar social de um proletariado cada vez mais numeroso, ao lado de uma classe média numericamente crescente (...) É ainda nesse período que se multiplicam os grupo políticos de esquerda; e a juventude universitária impõe-se ainda mais, como força política ativa e organizada. (IANNI, 1993, p. 17)

Todos esses acontecimentos refletiram no campo educacional, através do aumento de reivindicações de oportunidades educacionais, no nível superior. A Lei n° 1245/1950 abre caminho para a federalização das instituições de ensino superior mantidas pelos Estados, municípios e particulares. Foram criadas diversas instituições de ensino superior, a fim de promover ajustes na demanda por vagas, atendendo à forte pressão das camadas médias da população que se escolarizava. Passou-se a pleitear um modelo de instituição de ensino superior que fosse integrada e multifuncional para atender às novas exigências do mercado de trabalho. Cunha (1989) registrava que:

> A organização das novas universidades foi bastante facilitada pelo decreto-lei n° 8457, de 26 de dezembro de 1945 (...) As exigências ficaram bem mais flexíveis (...) A aglutinação de escolas isoladas foi um dos principais vetores de transformação do ensino superior na república populista que chegou ao seu fim em 1964, com 39 universidades. (CUNHA, 1989, p. 94-5)

Seguindo esta linha de pensamento, a educação superior privilegiava a função de formar o profissional para atender o mercado de trabalho em áreas técnicas específicas e assim, desprezava ou colocava em segundo plano, segundo Hawerroth (1999, p. 85) "as funções que deveriam ser esperadas de um sistema moderno de ensino superior, tais como formação intelectual crítica, criatividade científica e tecnológica em prol das aspirações sociais e da reelaboração da cultura".

Ianni (1989, p. 171) reforçava que "o desenvolvimento econômico do Brasil faz-se com a incorporação crescente do pensamento científico relativo aos processos econômicos". E ainda, que os conhecimentos técnicos na área de economia, administração[41] e gestão pelo planejamento eram necessários tanto quanto o "capital, tecnologia e capacidade gerencial disponível no mercado interno, em geral, insuficientes para atender às exigências da indústria contemporânea" (p. 254).

Esperava-se, assim, que a educação superior pudesse contribuir para o desenvolvimento econômico autônomo do país, via produção de ciência e tecnologia e,

[41] Aprofundar em COVRE (1991, p. 65) quando diz: "o que nos interessa especificamente, é a criação de uma escola que irá formar administradores. È neste contexto que se processa a valorização do desenvolvimento planejado, se alimenta o estimula à formação de uma burocracia e de um capitalismo mais "racional", que se situa a criação da Fundação Getúlio Vargas".

formação de recursos humanos qualificados para a indústria nacional, aumentando a pressão por vagas. Precisava-se urgentemente, de profissionais altamente capacitados para responder a esses desafios. O governo de Getúlio Vargas não tardou a investir, através de seus órgãos executivos, nas condições necessárias para viabilizar a capacitação de novos profissionais, em áreas carentes, para o desenvolvimento do país. Getúlio Vargas, em 1952, discursava:

> O desenvolvimento econômico do Brasil já atingiu o nível em que as práticas empíricas começam a demonstrar claramente a sua insuficiência na vida das empresas, indicando a necessidade de substituí-las pelos modernos métodos de administração. (GETÚLIO VARGAS apud COVRE, 1991, p. 65)

Dentro deste espírito, percebe-se que este quadro provocou mudanças na demanda para novas áreas profissionais, registrando-se assim, a criação de grandes e importantes instituições, todas voltadas para as áreas de gestão, de administração, de economia, com influência e orientações das faculdades norte-americanas. Cunha (1989, p. 191) relatava que "a Fundação Getúlio Vargas recebeu recursos para o ensino de economia, administração pública e de empresas".

Registrou-se, neste período, a criação da Escola Superior de Administração de Negócios - ESAN; o IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho; Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – USP (1946) o Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA (1947) a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAPE[42] (1952) e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP – (1954)[43], ambas da Fundação Getúlio Vargas.

Temos ainda, a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC com o objetivo da difusão da ciência, através do desenvolvimento de pesquisa para respaldar o desenvolvimento do país e se constituiu em "um intelectual coletivo, desde então um protagonista sempre presente nas políticas educacionais do país fosse como propositor, como colaborador de iniciativas estatais, fosse como crítico" (Cunha, 2003, p. 174).

Diante dessa realidade, visualiza-se um processo de expansão da educação superior, marcado pela federalização de instituições existentes; a criação e agregação de novas instituições privadas e o incremento e expansão das Universidades Católicas, para atenderem a demanda de estudantes que ansiavam por ingressarem na Universidade. Oliven (1989) descrevia que,

> Embora as faculdades tradicionais se constituíssem numa força que opunha resistência a mudanças, o período populista de 1945/64 pode ser caracterizado como

[42] Primeiro curso de Administração criado no Brasil, situado no Rio de Janeiro, através da Fundação Getulio Vargas quando "um representante da entidade visitou vinte e cinco universidades norte-americanas que mantinham cursos de administração pública para conhecer seu modo de organização" MARTINS, (1989, p. 82).
[43] Consultar STORCK, V. S. (1983, p. 61).

> uma fase de integração do ensino superior. Este processo de integração se deu tanto pela federalização de grande parte dos estabelecimentos de ensino de terceiro grau, quanto pela criação de universidades através da vinculação administrativa de faculdades preexistentes. Muitas das atuais universidades resultaram deste processo aglutinador. (OLIVEN, 1989, p. 51)

Diante do quadro de expansão das instituições de ensino superior e da necessidade de desenvolvimento de pesquisas, no âmbito das universidades brasileiras e, a conseqüente influência das organizações norte-americanas, nos rumos da educação brasileira, criou-se, em 1948, o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq[44], que tinha como objetivo inicial desenvolver pesquisas científica e tecnológica no Brasil e, que foi responsável, em grande parte, pela modernização do ensino superior com apoio do governo norte-americano e de suas agências financiadoras e, a saída de educadores e pesquisadores brasileiros para o exterior.

Em 1951, foi criada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES, através do Decreto 29.741, com a "finalidade de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados, que visassem ao desenvolvimento econômico e social do País" (FÀVERO, 1999, p. 30). A CAPES participou, posteriormente, da criação e expansão dos centros regionais de Pós-graduação em todo país.

A Lei n° 1821/1953 veio ampliar a porta de entrada para o ensino superior e, no mesmo ano, o Decreto n. 34.440 estabelecia critérios, oportunizando ao estudante de nível médio (cursos profissionais, comercial, industrial, normal, formação de oficiais, etc.) a ingressarem no ensino superior na medida em que "apenas os concluintes do ensino secundário podiam se candidatar a qualquer curso superior" (CUNHA, 1989, p. 80-81), o que veio a ser reforçado, posteriormente, pela LDB-61. Posteriormente, a Lei n ° 3104/1957 concedia, aos egressos da Escola Militar, acesso nas instituições de ensino superior.

Cunha (1989) fazia referência a medidas que produziram condições para o quadro de crescimento do ensino superior e afirmava:

> Foram tomadas medidas pelo Estado no sentido de produzir a "equivalência" dos cursos profissionais ao secundário, para efeito de progressão no sistema escolar. Elas surgiram durante o governo Vargas (1950/1954) cujas práticas populistas, ainda mais desenvolvidas do que antes, lhes davam sentido. (CUNHA, 1989, p. 78)

No entanto, o caráter discriminatório, da política educacional, fica explícito nos exames vestibulares que não só limitava o aceso das classes menos favorecidas (cursos

[44] Para maiores detalhes consultar CUNHA, (1989, p. 156- 159).

técnicos profissionalizantes) e privilegiava o estudante dos cursos propedêuticos, formados nas escolas particulares e religiosas.

Com a ascensão de Juscelino Kubitschek - JK ao poder em 1956, com a chamada "coligação desenvolvimentista" estabelecida entre capitalistas brasileiros, a burocracia do Estado e os conglomerados estrangeiros (CUNHA, 1989, p. 37), o Brasil retoma o projeto de industrialização e prossegue a abertura da economia ao capital estrangeiro com o programa de fazer o Brasil progredir "50 anos em 5".

Ianni (1989, p. 67) revela que "quando a industrialização se impõe no Brasil, esta se faz em conjugação e no âmbito do capitalismo internacional" considerado como essencial para a expansão das atividades produtivas. JK inaugurou um novo modelo de desenvolvimento[45] estabelecendo novas regras para os rumos da industrialização "a partir das relações entre os setores estatais, a burguesia nacional e o capital estrangeiro" (FLEURY, 1990, p. 75).

Cunha (1989, p. 41) reforça a análise de que a industrialização intensificou a intervenção do Estado na economia e "por via de conseqüência, o deslocamento dos canais de ascensão das camadas médias, fenômenos esse que vieram a ter importantes conseqüências no campo educacional". Bresser Pereira (1968) afirmava que o período entre 1956 a 1961:

> Constitui-se no período áureo do desenvolvimento econômico nacional. Nesse período consolida-se e encerra-se a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira (...) Esse extraordinário desenvolvimento atinge seu ponto máximo em 61, para depois a economia entrar paulatinamente em crise. (BRESSER PEREIRA, 1968, p. 44)

Registra-se que neste período, intensifica-se a mentalidade modernizante e a dinâmica atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. Criado em 1955 representou a consolidação de um projeto de desenvolvimento que "se inseriu como uma matriz importante da *ideologia do desenvolvimento*, que então tomava conta dos governantes e de amplos setores das populações urbanas" (IANNI, 1985, p. 57). Criado para ser um "centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário" (CUNHA, 1989, p. 53). Tinha, ainda, como objetivo promover uma reforma das instituições públicas que viabilizassem a formação de um Estado moderno responsável pelo planejamento econômico e pela intervenção efetiva na economia do país, favorecendo o processo de industrialização que levaria ao desenvolvimento e à modernidade. Toledo (2004) lembrava que:

[45] Aprofundar em: IANNI, O. "As decisões sobre o tipo de desenvolvimento preconizado para o país foram adotados de comum acordo com as empresas e órgãos financeiros internacionais. Nesse jogo, o Brasil foi pensado como base de operações e não como uma economia independente e autônoma" (1989, p. 28).

> O nacionalismo-desenvolvimentista se impunha, pois os setores modernos e dinâmicos da burguesia, do proletariado e das classes médias passaram a perceber a industrialização e as reformas sociais e institucionais como correspondentes aos seus interesses objetivos mais imediatos – de curto e longo prazo. (TOLEDO, 2004, p. 99)

No plano educacional, amplos setores da sociedade, alimentados pela euforia desenvolvimentista de JK, apresentavam ao país, propostas de uma política educacional que refletia o pensamento de um grupo de educadores que viam na Universidade, a possibilidade de não só transmitir o saber, mas de produzi-lo, como conhecimento científico, a partir de pesquisas realizadas na própria realidade. Góis (1961) afirmava que:

> É função precípua da Universidade, caracterizar, equacionar, desenvolver estudos e apontar soluções para os problemas que surgem no desenvolvimento do país. A consciência dessa missão e as responsabilidades que dela decorrem é que definem a posição da universidade na sociedade moderna. (...) Dentro dessa conceituação é que ressalta como um dos deveres mais elementares da universidade a prática sistemática da investigação científica. (...) *A universidade é a instituição onde se pesquisa e porque se pesquisa dá-se ensino*. (GÓIS, 1961, p. 42) *Grifos nossos*.

Emanados por essa euforia e pela crença das possibilidades do Brasil e de seus educadores surgiram grandes projetos educacionais. Assinala-se como um projeto de referência à criação da Universidade de Brasília[46] que representaria a oportunidade de constituição de uma Universidade "nova e moderna"[47], numa proposta arrojada, tal como foi a construção da nova capital.

O projeto da Universidade de Brasília reunia intelectuais que trabalhavam na perspectiva de uma instituição modelo de ensino, pesquisa e extensão, que contribuísse para a leitura dos problemas nacionais. Na crença de Darcy Ribeiro (1978):

> Uma Universidade que viesse a ser o que nenhuma universidade fora jamais: o centro nacional de reflexão e de estudos que nos ajudasse a amadurecer uma consciência crítica capacitada para ver o Brasil como problema e a buscar as linhas de ação que permitissem ao povo brasileiro realizar suas potencialidades. (RIBEIRO, p. 82)

[46] Para aprofundar consultar Darci Ribeiro – Universidade de Brasília (1961, p. 161-234).

[47] Esta concepção de "nova e moderna" deveria, no nosso entendimento, guiar-se pela visão expressa por Dumerval Trigueiro Mendes, 2000, p. 148, quando escreve sobre a Universidade e diz: "Ela representa os interesses da sociedade, participa da política do Estado – no sentido de que é parte da polis – mas não é governada pelo Estado, nem em seu nome. É a única instituição que se insere no Estado e o transcende. Ela exprime uma civilização nacional, mas não pode deixar de ser transnacional; serve a um lugar, a uma região, mas não pode ser nem local, nem regional. Nem pode, tampouco, ser governada pelas idéias de um partido ou de um grupo, ou de uma preferência intelectual – de humanistas, cientificistas ou de tecnólogos – nem por opções ideológicas, pois que todas devem encontrar-se dentro dela".

Assim, a perspectiva geral, assumida pelo governo brasileiro, quanto à educação era de ampliar o sistema educacional do país e colocá-lo ao serviço do desenvolvimento e por isso, JK em 1958, assim se posicionava:

> Em nossos dias, a educação, a ciência e as atividades produtoras são três faces de um mesmo problema, que só em conjunto pode ser resolvido. Por assim entender, é que o governo vem dando passos decisivos a fim de que, simultaneamente com a industrialização do país, se acelere o seu desenvolvimento cultural e científico. (JK – Mensagem, 1958 apud CARDOSO, 1978, p. 219)

JK não teve problemas para implantar seu programa[48] uma vez que atendendo aos interesses da burguesia industrial, relacionava, como prioridade de seu plano de metas, o desenvolvimento e a modernização do país, através da industrialização, que possibilitou salto tecnológico e aumento da capacidade produtiva dos bens de consumo, estimulando a modernização das empresas. Ianni (1985) reforçava a tese de que:

> Cresceu o poderio econômico e político da burguesia monopolista que se beneficiou, em escala crescente, da participação do Estado na economia. Na medida em que se desenvolvia a industrialização e o conjunto da economia, expandia-se o capital monopolista estrangeiro no país e crescia o comprometimento do poder estatal com esse capital (...) o processo desenvolveu-se ao longo dos anos, mas teve duas épocas de maior florescimento: durante o governo Kubitscheck e sob os governos militares. (IANNI, 1985, p. 53)

Foi um período em que a economia brasileira associava-se ao capital estrangeiro como forma de dinamizar as empresas que buscavam novas tecnologias como para garantir segurança aos investimentos privados realizados por essas empresas. Ribeiro (1998) desenhava o seguinte quadro:

> Juscelino contando com o apoio de significativos setores da sociedade brasileira, estabelece uma real liberdade política, com promessas de melhoria de condições de vida, obtém um clima de paz social procurando infundir um otimismo ilimitado nas possibilidades do país e do povo (...) e rodeou-se de uma equipe de técnicos, particularmente de economistas (...) o que fez com que pela primeira vez o governo federal se transformasse em um instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento brasileiro. (RIBEIRO, 1998, p. 152)

No plano educacional, o ambiente de debate e de participação mobilizava a União Nacional dos Estudantes – UNE a discutir a educação superior. Participavam de uma série de encontros e trabalhavam na elaboração de uma proposta de reforma universitária, com o objetivo de colocar em pauta a discussão sobre a questão da universidade.

[48] Para aprofundamento ver: CARDOSO, M L (1978).

Não era ao acaso que nesse período começa a se delinear a educação para o trabalho para atender à demanda de jovens para as empresas, com qualificação profissional e técnica, necessárias à industrialização e de pessoal especializado na área de gestão, para atender às empresas. Deste modo, a expansão da educação superior ocorre através de escolas isoladas, destinadas a uma formação tecnicista de caráter utilitário, sem estimular e promover o desenvolvimento da pesquisa na produção de novos conhecimentos. Dumerval Trigueiro Mendes (2000) em relação à expansão e a alta taxa de crescimento de matrículas no ensino superior, fazia a seguinte reflexão:

> A expansão das matrículas pressupõe uma política de mudanças sociais, refletidas em mudanças qualitativas e quantitativas do ensino; mas a maioria pensa o contrário, isto é, que a política meramente aumentativa do ensino satisfaz as exigências da expansão econômica e da promoção social. Uma concepção mágico-mecanicista anima o poder e a opinião pública a respeito dos efeitos da educação. (MENDES, 2000, p. 126) *Grifos nossos.*

O período de 1956 a 1961 caracterizou-se como o período "áureo" do desenvolvimento do país, pois acreditava-se que as mudanças econômicas criariam uma nova realidade (emprego, mão - de - obra em quantidade e qualidade, nova classe de dirigentes empresariais) sendo a educação instrumento para a realização deste novo momento. Assim, o Programa de Metas do Governo JK instituiu uma Comissão de Educação e Cultura do Conselho de Desenvolvimento e, na análise de Horta (1982) era objetivo da Comissão:

> Apresentar "um programa de metas educacionais a ser adotado pelo governo, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país. (...) Com base nos estudos dessa comissão foi incluída no Programa de Metas, a meta n. 30: formação de pessoal técnico, com o objetivo de intensificar a formação de pessoal técnico e orientar a educação para o desenvolvimento. Aparecia assim, pela primeira vez, num programa de governo, a afirmação clara da relação entre educação e desenvolvimento sendo a Educação vista em sua função de formadora dos quadros técnicos exigidos pelo crescimento do país". (HORTA, 1982, p. 27 – 28)

Importante ressaltar que o modelo político de desenvolvimentismo, caracterizado pelo nacionalismo, no período de Vargas, começa a entrar em contradição com o processo de internacionalização da economia, no governo JK[49], que fez uso do modelo de desenvolvimento associado, ao uso da ideologia nacional – desenvolvimentista.

Tais contradições mudaram o perfil da sociedade, exigindo-se uma nova postura em relação à educação em todos os níveis e, esse governo, não mediu esforços no sentido de

[49] Consultar: PRESTES MOTTA, F. (1979, p. 75). Para maior aprofundamento: CARDOSO, M. L.(1978).

apoiar a expansão do ensino superior, como direito tanto do poder público como da iniciativa privada. Fávero (1977) afirmava que,

> A partir da década de 50, acelerou-se o ritmo de desenvolvimento do país, provocado pelo processo de industrialização e pelo crescimento econômico. Simultaneamente às várias transformações que ocorreram, tanto no campo econômico quanto no campo sócio - cultural, surgiu, de forma mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por vários setores da vida nacional, da estagnação das universidades brasileiras (...) só ao final dos anos 60, porém, as discussões sobre o problema adquirem expressão nacional e foros de movimento. (FÁVERO, 1977, p. 44)

Os movimentos neste período promoviam discussões sobre a democratização da Universidade e a necessidade de reformá-la. O movimento estudantil, nos debates que promoviam, consideravam como prioridade uma reforma universitária que pudesse contribuir para a modernização do país eliminando sua dependência econômica e cultural em relação aos Estados Unidos. A partir de debates em vários encontros e seminários (Carta da Bahia, Carta do Paraná)[50] acreditavam que a Reforma Universitária deveria pautar-se em propor:

> a) lutar pela reforma e democratização do ensino, dando a todos, condições de acesso á educação em todos os graus; b) abrir a Universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização (feitos por qualquer faculdade), de mestre de obra (através das escolas de Engenharia), para líderes sindicais (nas faculdades de Direito); c) colocar a Universidade a serviço das classes menos favorecidas com criação de escritórios de assistência jurídica, médica, odontológica, etc. (FÁVERO, 1977, p. 47)

O ensino superior vinha se modernizando com as lutas das forças progressistas e no início da década de 1960, o Brasil contava com 21 universidades e, apesar da expansão das instituições de ensino superior[51] e, a evolução das matrículas, a quantidade indicava ser ainda insuficiente para atender a demanda de alunos.

Não foi por acaso que, em Goiás, JK autoriza a criação da Universidade de Goiás que tinha como mantenedora, a Igreja Católica em 1960 e, no ano seguinte, a criação da Universidade Federal de Goiás e da Universidade de Brasília – UnB, que falaremos adiante.

Rossato (1998), apresentava os dados que:

> Embora o número de estudantes universitários tivesse passado de 44 mil em 1950 para 96 mil em 1960, mais do que duplicado no período, observa-se que ainda era pouco expressivo para o volume de população do país, que atingia mais de 70 milhões na entrada da década de 1960. O crescimento estava longe de atingir as metas de modernização propostas pelo governo federal. (ROSSATO, 1998,p. 118)

[50] Consultar para maior aprofundamento: CUNHA (2003, p. 175-177).
[51] Consultar: TEIXEIRA, Anísio. (1961).

Registra-se nesse período, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei 4.024/61, que estabeleceu um "confronto entre os privatistas do ensino e os educadores que defendiam a escola pública, gratuita e laica" (CUNHA & GÓES, 1985, p. 13). Descrevia as universidades como possuidoras de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, tendo, como objetivo, o desenvolvimento da pesquisa e a formação de profissionais de nível universitário.

Apesar dos anseios da comunidade acadêmica por medidas modernizadoras, a LDB previa que apenas as Universidades deveriam caracterizar-se pela universalidade de conhecimento e, também, pela associação do ensino e da pesquisa. Veiga (1982) lembrava que:

> Os anos entre 1959 e 1964 são certamente os mais ricos se considera a profusão de propostas que são formuladas para enfrentar os problemas diagnosticados na universidade brasileira. (...) Em dezembro de 1961, duas leis incorporando duas concepções distintas foram promulgadas no Brasil. Em dezembro de 1961, foi criada a Universidade de Brasília e em 20 de dezembro a luta de 14 anos em torno da Lei de Diretrizes e Bases teve como desfecho a promulgação da Lei 4.024, através do qual foi consolidada uma estrutura tradicionalista para a maioria das instituições de ensino superior. (VEIGA, 1982, p. 31)

Nos anos 60, manteve-se presente a reflexão sobre a relação entre desenvolvimento, modernização e educação, na medida em que, para atender à formação de quadros para as empresas públicas e privadas, a expansão do ensino superior deveria correr paralelamente. No editorial da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Anísio Teixeira (1961), na ocasião, Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, revelava preocupações quanto ao **vertiginoso crescimento e ensino superior** e assim, escrevia:

> O ensino superior foi se expandindo de forma surpreendente. Basta que vejamos os estabelecimentos criados no período abaixo indicados:

Período	Criados	Total
De 1808 a 1890	14	14
De 1890 a 1930	72	86
De 1930 a 1945	95	181
De 1945 a 1960	**223**	**404**

Fonte: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – REBEP (1961, p.3-4).

Este quadro mostra, realmente, o incremento da expansão do ensino superior especialmente nos anos de 1945 a 1960, uma vez que se multiplicou o número de instituições. Assim, a educação superior, em face do desenvolvimento, deveria ser capaz de produzir os

profissionais necessários para atender aos anseios da sociedade e, do crescimento da economia.

A LDB n° 4.024 de 20 de dezembro de 1961, sancionada pelo Presidente João Goulart[52] acentuou a cooperação da atividade privada no campo da educação, garantindo subsídios públicos para os estabelecimentos privados de ensino, bem como a presença dos seus dirigentes nos Conselhos de Educação. Martins (1989) afirma que,

> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional constituiu outra vitória dos interesses privatistas, visto que assegurava a matéria educacional direitos iguais entre a escola privada e a pública, no que se refere tanto a distribuição de recursos da educação quanto à igualdade de representatividade nos órgãos de deliberação educacional, entre os quais o Conselho Federal de Educação (MARTINS, 1989, p. 36)

O Conselho Federal de Educação[53], criado em 1961, pela Lei n. 4.024/61, seria o "colegiado superior de todo o sistema federal de ensino" (Documenta, n. 254, 1982, p. 169) com as atribuições conferidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB que defendia a "prioridade da expansão do número de vagas nas instituições federais de ensino superior" (CUNHA, 2003, p. 172).

O Conselho passou a ser um importante ator na política de expansão, um órgão estratégico da política privatista, na medida em que detinha a responsabilidade de deliberar sobre a abertura de novas instituições, concedendo as autorizações para funcionamento e posterior reconhecimento. Martins (1989), assim posicionava-se:

> Na passagem das condições facilitadoras da emergência do processo de privatização para a sua efetiva implantação, o Conselho Federal de Educação, tornar-se-ia um vetor de fundamental importância. Este organismo foi consideravelmente reforçado pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, quando deixou de ser um simples órgão de assessoramento sobre questões educacionais e passou a deliberar sobre determinados assuntos como a abertura e o funcionamento de instituições de ensino superior. (MARTINS, 1989, p. 36)

Este período representou a realização de um movimento expressivo, em defesa da escola pública e gratuita. Havia mobilização de educadores contra a campanha de privatização do ensino, desenvolvida pela Igreja Católica e pelos proprietários de escolas particulares. Fonseca (1992, p. 34) alertava de que "a Igreja defende os direitos da família, a liberdade da iniciativa particular e a função subsidiária do Estado, na prática educacional".

---

[52] Consultar: TEIXEIRA, A. (1969, p. 226), comentário a LDB, a partir de um artigo publicado no Diário de Pernambuco.

[53] Consultar FONSECA (1992) sobre o pensamento privatista do Conselho Federal de Educação.

Importante registrar a participação dos estudantes nas propostas de reformulação do ensino superior no Brasil. Os estudantes reivindicavam, em seus documentos e manifestações, a necessidade de modernização do ensino, nos aspectos administrativos e pedagógicos, conectados às necessidades de desenvolvimento do país.

Outra questão relevante, em debate, era a ampliação de vagas na educação superior para atender aos egressos do nível secundário que pressionavam a demanda por novas vagas, na medida em que, nos dados apresentador por Hawerroth (1999, p. 34) "verificamos que, de 1960 a 1964, o número de inscritos no vestibular aumentou 50%, enquanto as vagas aumentaram 64%. Curiosamente, no período de 1964 – 1968, contabilizou um excedente que ultrapassou os 212%".

Tal fenômeno encontrava explicação, tendo em vista as orientações do Ministro da Educação, na medida em que, a meta quantitativa do Plano Nacional de Educação, era a "expansão da matrícula até ser atingida, pelo menos a metade dos alunos, que terminam o ciclo colegial" (DOCUMENTA, n. 8, out-1962, p. 25). Previa ainda que o ensino superior deveria contar com "30% de professores e alunos, em regime de tempo integral, tendo-se em vista o aprimoramento do ensino" (p.14).

Neste período, denominado nacional – desenvolvimentista, a educação era entendida como um instrumento destinado a promover o desenvolvimento do país e, assim, pensada como uma estratégia para formar uma ciência e uma tecnologia autônoma, exigindo, portanto, o repensar da universidade, voltada para o desenvolvimento.

A realidade da educação superior, neste período, revelava, também, a inexistência de uma verdadeira universidade, se constituíam como um conglomerado de faculdades, sem relação entre si e, com uma estrutura que não favorecia a pesquisa e a produção científica. Darcy Ribeiro assim se expressa:

> Só seremos realmente autônomos quando a renovação das fábricas aqui instaladas se fizer pela nossa técnica... (...) Só por este caminho poderemos acelerar o ritmo de incremento de nossa produção, de modo a realizar e, um dia, anular a distancia que nos separa dos países tecnologicamente desenvolvidos e que se apartam cada vez mais de nós pelos feitos de seus cientistas e técnicos. A reforma do ensino superior, para ajustá-lo às exigências da formação de tecnólogos, é, pois, imperativo a que não podemos fugir. (RIBEIRO, 1961, p. 164)

Os interesses da sociedade que o Estado buscava responder, através da educação, provocavam um incremento de instituições de ensino superior privado, criadas como faculdades isoladas, para atender a demanda de jovens que pretendiam ingressar no ensino

superior e, tornarem-se competitivos no mercado de trabalho, atendendo ao desenvolvimento econômico, tendo em vista as necessidades do setor produtivo. Martins (1988) lembrava que:

> Se o pensamento educacional, em 60, estava marcado e influenciado pela ideologia nacional – desenvolvimentista, o projeto de reformular o ensino superior a fim de construir uma nação autônoma encontrou na figura do educador um personagem ativo, seja produzindo projetos de reformulação, seja participando ativamente na sua atividade cotidiana para a realização da reconstrução da universidade brasileira. Esta participação do docente será amputada com o golpe de 64, quando então o problema educacional passa a ser assumindo pelo Estado como um problema técnico, centralizando as decisões sobre a educação num pequeno círculo de supostos especialistas. (MARTINS, 1988, p. 48)

Para isso, a universidade deveria abrigar a demanda crescente da classe média que buscava qualificar-se, para atender a uma nova empresa, que se modernizava em função da internacionalização da economia e do investimento na pesquisa científica passa a ser um pré-requisito para uma efetiva política de desenvolvimento econômico. Tal questão indica que os cursos de administração, criados e implantados neste período, vieram, com certeza, atender a essa necessidade de mudanças e reformas econômicas, políticas, sociais e técnicas, não no desenvolvimento de pesquisa adequada às necessidades do país, mas para atender a exigências de formação técnica e instrumental, com maciça influência norte - americana[54]. Wanderley (1984) dizia que,

> É preciso que, ao se importem às instruções e processos tecnológicos e científicos, muitas vezes inadequados às condições nacionais, sejam assimiladas as técnicas de sua criação e inovação. Não se pode simplesmente subordinar a política educacional aos ditames do mercado econômico e de trabalho, mas formar os homens capazes de efetuar a mudança mental e técnica pretendida. A ciência deve responder aos interesses nacionais. (WANDERLEY, 1984, p. 77- 8)

Neste período, registrava-se a reconfiguração do empresário[55] no desenvolvimento do país, tendo em vista a diversificação da atividade econômica e a aceleração das indústrias e do comércio que ao promoverem a criação de novos empregos e a necessidade de um novo contingente de mão – de – obra em quantidade e qualidade completamente diferente do existente, isto é, mais qualificada e integrada no processo de desenvolvimento e de modernização do país, e, ainda, a necessidade do administrador, profissional de nível superior.

---

[54] Para aprofundar, consultar: STORCK, S. (1983, p. 57-62) que ao estudar as origens e a história da administração no Brasil relata que "tudo o que vem dos Estados Unidos: os livros e as técnicas; os professores; as bolsas de estudo para cursos de pós-graduação (essas são oferecidas quase que em sua integralidade, em instituições de ensino de administração norte-americana). Dessa sorte, a administração apresenta-se no Brasil, como a mais norte-americana de nossas disciplinas".

[55] Aprofundar: PRESTES MOTTA, F. C. (1975, p. 46).

Bouzan (1966, p. 57) retoma a importância do "empresário como agente de desenvolvimento econômico e como homem capaz de dar eficiência econômica e social ao crescimento brasileiro".

O educador Anísio Teixeira (1969), analisava esse novo tempo relativo às influências das mudanças econômicas no processo de desenvolvimento da educação e dizia que:

> Com o avanço do conhecimento e da tecnologia, a longa revolução dos nossos tempos vem transformando radicalmente o mundo e com ele a sociedade humana. Esse novo mundo moderno, marcado por extremo dinamismo, representa a fase de intensiva industrialização (...) Surge então, a sociedade contemporânea, globalmente industrializada, a qual consiste em um complexo de sistemas altamente organizados. (TEIXEIRA, 1969, p. 323)

O autor fazia referência às transformações do perfil profissional desse novo trabalhador e, dos profissionais das áreas de gestão, tendo em vista as mudanças no mercado de trabalho, as novas tecnologias e o redimensionamento das estruturas organizacionais, ao dizer que "precisamos preparar como nunca, a equipe dos que irão não tanto guardar, mas aumentar o conhecimento humano: os pesquisadores; depois os organizadores, administradores e diretores – os verdadeiros maestros, mestres das grandes orquestrações do trabalho moderno" (TEIXEIRA, 1969, p. 364-5).

Bresser Pereira (1966, p. 96) relatava que "a industrialização é, pois um fato consolidado no Brasil. Novos valores e novas ideologias surgiram. O padrão de vida da população subiu (...) novas classes sociais surgiram, especialmente, uma poderosa classe média. A sociedade se modernizou e se pluralizou". E, neste contexto, a educação tinha que dar respostas a esta sociedade.

Foi assim, semeada a idéia na sociedade, de que o maior investimento, que alguém poderia fazer, seria na sua própria capacitação e, qualificação. A educação, de acordo com os adeptos da teoria do capital humano, seria um dos determinantes básicos para a superação do atraso econômico e, conseqüentemente, um instrumento de mobilidade ocupacional e social do indivíduo. A melhoria no nível de especialização, o aumento de habilidades e a acumulação de conhecimentos favoreceriam o desenvolvimento econômico (MACHADO, 2002, p.14).

Assim, o indivíduo através da educação, deveria canalizar todos os seus esforços na perspectiva de transformar-se em um profissional de nível superior, diferenciado, tecnicamente capacitado para atender às novas exigências das empresas e do mercado. Cunha (1989) reforçava que:

> As empresas privadas, principalmente o setor industrial, o comércio e os serviços... Os proprietários desempenhavam múltiplas funções gerenciais: compra de matéria primas e venda dos produtos; controle da produção e de pessoal, controle financeiro, etc. À medida que o duplo processo de centralização/ concentração de capital fez aumentar o porte das empresas, deslocando as pequenas, aquelas tiveram que substituir o proprietário / gerente por uma burocracia grande e complexa, composta de departamentos inteiros para cada função: departamento de compras, de vendas, de pessoal, de planejamento, de projetos, de controle de qualidade, financeiro, administrativo, de seleção e treinamento e outros. (CUNHA, 1989, p. 46)

Afirmava-se que o papel da universidade e, sua finalidade, receberam grande influência da política econômica do país, da expansão industrial e da modernização deste, tendo em vista a variedade e a complexidade das exigências profissionais, redefinindo currículos decididos pela administração governamental ou pelas instituições particulares, a partir da composição de um perfil desejado pelo mercado de trabalho que marca os processos de transformação do ensino superior brasileiro. Teixeira (1989, p. 159) afirma que "a educação superior irá fazer-se uma educação para a ação e não apenas para a contemplação, uma educação para o fazer e não apenas para compreender".

Foi um período em que se registrou o maior ingresso de jovens nas universidades provocando a expansão rápida do ensino superior privado, especialmente, como o modelo de faculdades isoladas. Ribeiro (1998) contextualiza o período afirmando que:

> O que se destaca neste período de forma específica na sociedade brasileira é o novo grupo, em formação desde 1951, composto de dirigentes brasileiros de empresas estrangeiras, engenheiros, advogados, relações públicas, cujos interesses estão intimamente relacionados aos dos grupos (estrangeiros) que detém tais empresas. (RIBEIRO, 1998, p. 157)

Jânio Quadros assume o governo, implantando uma política econômica alicerçada nos princípios de ampliação do mercado externo, formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico, coexistência pacífica entre Estados e Nações e, ainda, a não intervenção nos assuntos internos de outros países. Vizentini (1994 p.103), esclarece que "esses princípios enunciados oficialmente se mantiveram ativos entre 1961 a 1964". Sem dúvida, a concretização desse projeto esteve marcada por tensões e contradições que culminou, posteriormente, com a derrocada do regime populista.

Seu sucessor, João Goulart, no governo parlamentarista, através do Plano Trienal proposto para o período de 1962-1965 representou, segundo Ianni (1989):

> A síntese mais completa de todas as ambições da política econômica do estado no Brasil. Em sua consistência interna e em seu significado histórico; ele resume o

> máximo de objetividade científica, no sentido de completar a revolução burguesa, ou ao menos fazê-la avançar bastante. (IANNI, 1989, p. 20)

Dentro desse contexto, em 1962, havia receio da burguesia brasileira quanto ao comando do processo econômico e que o "mercado enquanto categoria fundamental do sistema capitalista se transformasse em uma entidade vazia" (IANNI, 1989, p. 20). Contudo, no curto período, do referido governo, não foi possível aplicar a maioria das proposições apresentadas no plano.

Na questão educacional, sob a coordenação de Tancredo Neves, o Plano tinha os seguintes objetivos: "a expansão da rede escolar comum; um programa de alfabetização; a extensão dos benefícios da cultura a todos os brasileiros; o incentivo à criação artística, intelectual e científica" (CUNHA & GÓES, 1985, p. 12).

No ano de 1962, foi criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais –IPES [56], por um grupo de empresários ligados a Escola Superior de Guerra[57] e de funcionários estatais. Cunha (1989, p. 59), relatava que "era uma sociedade civil que se mantinha às custas de contribuições de pessoas físicas e jurídicas, voltadas para a defesa da ordem capitalista e da "democracia", combatendo as lutas de classes e a atitude xenófoba diante do capital estrangeiro". O IPES, posteriormente, foi fortalecido pelo governo militar, na gestão de Castelo Branco. Na análise de Bresser Pereira (1968),

> Desenvolveu-se no Brasil uma classe de empresários a qual, embora não seja politicamente atuante, é economicamente poderosa. A classe média, por sua vez, especialmente a nova classe média, teve um grande desenvolvimento no Brasil e acabou por assumir o poder, através dos militares e dos tecnocratas. Ora vimos que a classe média é por natureza conservadora. (BRESSER PEREIRA, 1968, p. 184-5)

Neste período histórico, não faltam projetos, com o objetivo de viabilizar a expansão da educação superior, conhecidos como a expansão de matrícula nas primeiras séries dos cursos superiores, investimentos na criação de novos cursos, flexibilização nas normas dos exames vestibulares, barateamento das taxas cobradas pelas escolas públicas e, outras medidas que viabilizaram o crescimento quantitativo das instituições de ensino superior. No entanto, essa expansão não ocorreu sem que surgissem novos problemas,

---

[56] Consultar a obra de SOUZA, M. I. sobre os empresários e a educação e a política educacional após 1964. (1981).

[57] Consultar: IANNI, O. "A Escola Superior de Guerra (ESG) fundada em 1949 produziu um modelo para o desenvolvimento político e econômico do Brasil. É claro que o modelo denominado segurança e desenvolvimento não surgiram pronto, delineado, desde o começo. Foi elaborado ao longo dos anos de 1949-1964 (...) se torna a base das políticas, planos, programas e projetos governamentais".

mergulhando a educação superior em uma série de crises e de contradições em suas relações internas e, na sua relação com a sociedade.

Na avaliação de Cunha (1989, p. 93) "a conjugação de processos geradores da demanda e da oferta do ensino superior, levou a um intenso crescimento de matrícula" e, foi na criação de novas escolas, que se deu a maior parte da expansão.

Outro fator, que contribuiu de forma significativa para ampliação e expansão da educação superior, no período, foi a gratuidade total do ensino, nas instituições públicas. Registrou-se um nível de expansão da educação superior no Brasil, jamais experenciado, como no período de 1954 a 1964, tanto, no nascimento de faculdades isoladas públicas quanto de IES particulares, federalização de faculdades possibilitando transformá-las, posteriormente, em universidade, constituição das universidades católicas, a partir da agregação de estabelecimentos isolados que pertenciam à Igreja. Cunha (1989) apresenta os seguintes dados:

> Em 1954, já em crescimento acelerado, as escolas e universidades públicas abrangiam 59,7 % das matrículas, aumentando um pouco sua participação até o fim do período analisado, chegando a 61,3 %, em 1964. (...) A aglutinação de escolas isoladas foi um dos principais vetores de transformação do ensino superior na república populista, que chegou ao seu fim, em 1964, com 39 universidades. (CUNHA, 1989, p. 93- 96)

Dados da expansão da educação superior, pela aglutinação de escolas isoladas, mostram que a corrente expansionista iniciada neste período possibilita analisar que a democratização do ensino de primeiro e segundo graus veio multiplicar as possibilidades de acesso ao ensino superior e, ainda, a valorização da universidade, permeando todas as camadas sociais, sendo vista como "o mais poderoso instrumento de qualificação da força de trabalho e de promoção do desenvolvimento social, cultural, político e econômico" (SOUSA, 1980, p. 129).

Os dados reforçam a expansão da educação superior, no país, no período estudado, 1930 a 1964, quando foram criadas 34 (trinta e quatro) universidades, sendo 17 instituições públicas federais, 4 instituições estaduais e 13 particulares católicas, compredomínio para as IES públicas (21), conforme tabela abaixo:

Tabela 01: Universidades criadas no período de 1930-1964

UNIVERSIDADES	ANO DE CRIAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
1.Universidade do Rio Grande do Sul	1934	Federal
2.Universidade de São Paulo	1934	Estadual

3.Universidade Católica do Rio de Janeiro	1941	Particular
4.Universidade Rural do Rio de Janeiro	1943	Federal
5.Universidade da Bahia	1946	Federal
6.Universidade da Pernambuco	1946	Federal
7.Universidade Católica de São Paulo	1946	Particular
8.Universidade Rural de Pernambuco	1947	Federal
9.Universidade do Paraná	1948	Federal
10.Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1948	Particular
11.Universidade Católica do Paraná	1950	Particular
12.Universidade Estadual do Rio de Janeiro	1950	Estadual
13.Universidade Católica de Pernambuco	1951	Particular
14.Universidade Mackenzie	1952	Particular
15.Universidade Católica de Petrópolis	1953	Particular
16.Universidade Sagrado Coração	1953	Particular
17.Universidade do Ceará	1954	Federal
18.Universidade Católica de Campinas	1955	Particular
19.Universidade do Pará	1957	Federal
20.Universidade Católica de Minas Gerais	1958	Particular
21.Universidade Católica de Goiás	1959	Particular
22.Universidade Federal de Goiás	1960	Federal
23.Universidade de Santa Catarina	1960	Federal
24.Universidade Juiz de Fora	1960	Federal
25.Universidade da Paraíba	1960	Federal
26.Universidade Católica de Pelotas	1960	Particular
27.Universidade de Santa Maria – RS	1960	Federal
28Universidade Regional do Cariri	1960	Estadual
29.Universidade de Alagoas	1961	Federal
30.Universidade do Espírito Santo	1961	Federal
31.Universidade do Estado da Guanabara	1961	Estadual
32.Universidade de Brasília	1961	Federal
33.Universidade Católica de Salvador	1961	Particular
34.Universidade do Amazonas	1962	Federal

Fonte: Dados trabalhados pela autora a partir de CUNHA, 1989, p. 96 e ROSSATO, 1998, p. 197-8.

Importante visualizar, ainda, os dados que mostram a expansão das instituições isoladas de ensino superior, que passava a ser uma alternativa de qualificação para o mercado de trabalho em expansão, no período desenvolvimentista que ancorava grandes empresas e necessitava de pessoas aptas a responderem a este desenvolvimento. A tabela abaixo demonstra o grande número de IES isoladas criadas, a saber:

Tabela 02: Crescimento do Número de IES – (1960-1976)

ANO	ESCOLAS E FACULDADES ISOLADAS	TOTAL DE IES ISOLADAS NO BRASIL
1960	234	260
1966	310	609
1972	700	756

1976	876	937

Fonte: Tabela construída pela autora, a partir dos dados obtidos em FONSECA, 1992, p. 148.

A expansão do ensino superior foi marcada, neste período, tanto com a criação de instituições públicas quanto privadas e, especialmente, com a diversificação de novos cursos para atender a política de desenvolvimento e, assim, Teixeira (1989) apresenta os seguintes dados estatísticos:

> Em 1960 havia 10 universidades federais, seis estaduais, oito particulares e três rurais. Em 1968, a rede nacional de universidades foi ampliada para 48, sendo 18 federais, três estaduais, 10 católicas, sete fundações, cinco particulares e uma municipal, às quais se somam quatro universidades rurais. (TEIXEIRA, 1989, p. 119)

O golpe militar de 1964 frustrou as expectativas dos educadores brasileiros nas mudanças e reformas esperadas e planejadas, para um novo modelo de universidade, uma vez que a mesma deveria ser um instrumento a mais, para contribuir com a consolidação do projeto de desenvolvimento "associado e dependente" dos centros hegemônicos do capitalismo internacional (SGUISSARDI, 2004, p. 39).

1.4. A expansão do Ensino Superior no Brasil: do Golpe Militar (1964-1979) até a abertura política

Em 1964, com o Golpe de Estado, instaurou-se um período caracterizado pelo fortalecimento da centralização e do autoritarismo do poder político, em detrimento da sociedade civil, neste contexto de profundo movimento de transformações no setor político, "o Estado caracteriza-se por elevado grau de autoritarismo e violência" (GERMANO, 1993, p. 55). Por que se dá o Golpe? Francisco de Oliveira (1997) respondia a esta questão afirmando que:

> A burguesia brasileira estava sendo deslocada, pelo próprio processo de expansão capitalista, de seu lugar central; ela não era mais a única detentora de um poder de classe dominante (...) evidentemente, a burguesia não desapareceu, mas perdeu importância, ou melhor, exclusividade; compete, então, com a burguesia no comando da economia brasileira. (OLIVEIRA, 1977, p. 26)

O movimento político-militar tinha como objetivos a racionalização econômica, o desenvolvimento industrial, a modernização agrícola, o saneamento financeiro e o restabelecimento da moralidade administrativa (LEITÃO, 1994, p.65)[58].

[58] LEITÃO, L. (1994).

Importante reforçar que as mudanças ocorreram “de cima para baixo” (IANNI, 1985, p. 33) com a ajuda dos militares aliados à burguesia internacional, excluindo a maior parte da sociedade brasileira. O golpe não foi um acontecimento, eminentemente, político, mas teve raízes econômicas profundas e, como afirma Ianni (1985), significou a implantação do capitalismo monopolista, em sua modalidade dependente. O projeto político do regime militar estava identificado com os interesses externos traduzidos na lógica privatista. Temos a análise que:

> Era o pacto tecnoburocrático-capitalista de 1964, a partir do qual a burguesia, embora dominante economicamente, e hegemônica ideologicamente, punha-se sob tutela da tecnobrurocracia e associava-se firmemente ao imperialismo multinacional. (PRESTES MOTTA, 1979, p. 11)

Adotou-se, no período, uma estratégia de desenvolvimento “associado” e “dependente”, com o objetivo de fortalecer a indústria nacional, elaborar planos para o desenvolvimento tecnológico, preparar e formar pessoal para atender o tão propalado “Brasil: Grande Potência” (IANNI, 1996, p. 295). Foi neste contexto que o governo militar iniciou, a partir de 1968, “um ciclo de expansão econômica que ficou conhecido como o “milagre brasileiro” (GERMANO, 1993, p. 73).

O Estado ampliou sua atuação, fortaleceu a economia, diversificou e elevou o nível de produção nas indústrias e no campo, e o discurso era de que o Brasil, finalmente, estava na trilha do desenvolvimento e de melhoria das condições de vida da população. Para tal, foram tomadas medidas que possibilitavam a entrada de capital estrangeiro no país, “favorecendo o surgimento e o desenvolvimento dos grandes monopólios, às custas da falência e da transferência das empresas nacionais ao capital externo” (SHEEN, 1986, p.108).

O discurso que se veiculava era de que o Estado tinha que assumir a condução da sociedade, pois a mesma era incapaz e incompetente para organizar-se, em busca do desenvolvimento do país, estrangulado pela inflação, corrupção e subversão. Essa doutrina foi sendo construída pelo governo militar, com apoio da classe dominante, tendo “como núcleo da ideologia da ditadura, a doutrina de “segurança e desenvolvimento”, o lema “ordem e progresso”, ressurgindo a idéia da sociedade “amorfa” ou “débil” (IANNI, 1985, p. 35).

Na mesma linha de análise, Toledo (1997, p. 44) escrevia que o regime militar promoveu a chamada “modernização conservadora”, excluindo, da cena política e social, as classes trabalhadoras e populares. O que se pretendia era eliminar os “obstáculos à expansão do capitalismo internacional” (RIBEIRO, 1998, p. 182). Registravam-se ações ditatoriais, fechamento de sindicatos, repreensão de trabalhadores e, de instituições da sociedade civil,

extinção dos partidos políticos, prisões, torturas, eleições indiretas para governador, intervenção nas Universidades; agressões a professores e estudantes; fechamento do Congresso Nacional e tantas outras práticas de extrema repressão política.[59]

Diante desse quadro, Ianni (1985, p. 19) relatava que "é tão acentuado o divórcio entre o Estado e a maioria da sociedade civil, que o povo se sente estrangeiro no próprio país; emigra para dentro de si mesmo". A questão educacional passava a ser assumida pelo Estado, como um problema técnico, excluindo a comunidade para o debate que se restringia a um pequeno circulo de "especialistas". Assim, a afirmação de que "o caráter autoritário do novo modelo político brasileiro evidencia-se, no plano educacional, pelas medidas desmobilizadoras adotadas" (MARTINS, 1981, p. 55).

Na mesma linha, Sheen (1986) afirmava que:

> A fúria do governo militar contra as universidades, os professores e os estudantes levaram a quase destruição da Universidade de Brasília com a expulsão de muitos dos professores que compunham seu quadro docente, o que originou uma demissão em massa. (SHEEN, 1986, p. 122)

Os acontecimentos, pós-64, demonstraram que a dominação, exercida pelo Estado tecnocrático-militar,[60] não esteve isenta de muitos conflitos. O sistema educacional dominado e mantido pelo Estado passava a servir a sociedade, preparando técnicos para a produção de tecnologias e pesquisas, com respaldo e subsídios do governo militar, colocando as universidades submetidas as suas orientações e comando. Por outro lado, a sociedade exigia maiores oportunidades de acesso à educação superior, pressionando o governo a realizar maiores investimentos no setor e os estudantes universitários, pressionavam pela reforma universitária.

Importante registrar que a Universidade de Brasília[61], criada em 1961, foi uma das principais instituições alvo do governo militar, para demonstrar o seu "poder" autoritário e cerceador. Cunha (1988) analisava que:

> A localização da Universidade de Brasília junto à sede do poder foi sua força e sua fraqueza. Foi sua força quando os presidentes Kubitschek e Goulart apoiaram o projeto inovador contra todas a sorte de oposições, Foi sua fraqueza, quando a mudança do regime trouxe seus inimigos para o primeiro escalão do governo (...) O campus da Universidade de Brasília foi tomado como se fosse um reduto armado de tropas inimigas. (CUNHA, 1988, p. 40)

---

[59] Para aprofundamento. GERMANO, J. W (1993). Ver ainda: CUNHA, L. A (1988).

[60] Ver: GEBARA, J.J.

[61] Consultar obra escrita pelo criador da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro, quando relata que nesse período a UNB foi transformada em uma "ambição proibida" (p. 41). Ver: RIBEIRO, Darcy . *UnB*: invenção e descaminho (1978).

O quadro era de total repressão, especialmente, nas instituições federais de ensino superior – IFES que se colocavam contra a barbárie da ditadura e, assim, a oposição, dos estudantes e professores ao regime, fez com que a União Nacional dos Estudantes – UNE, criada, em 1942, fosse extinta.

Houve ações deliberadas de redução de recursos destinados ao ensino e à pesquisa, redução do salário docente[62], perseguição e prisão de professores e estudantes, num total cerceamento da liberdade e da autonomia, no contexto das universidades.

Não faltaram atores, no contexto educacional, para referendarem essa política privatista da educação superior e, daí o significativo estímulo a sua expansão ainda que, o Estado devesse disponibilizar ajuda financeira para as instituições privadas, pois representariam ampliação de vagas aos jovens brasileiros[63]. Quanto ao tema, Martins (1981) posicionava-se:

> Ao apoiar a criação de estabelecimentos superiores particulares, o Estado inclinou-se para uma política de rentabilidade, ou seja, uma ampliação de chances educacionais para setores das camadas médias urbanas, sem envolver-se com seu custo. O autoritarismo da época, que coincide com a proliferação dos estabelecimentos particulares superiores, a debilidade do debate sobre o ensino público e ensino privado, impediram uma mobilização para sustar a privatização do ensino superior. (MARTINS, 1981, p. 69)

O discurso veiculado era de que "só onde a iniciativa privada não tivesse interesse em abrir escolas, é que a escola pública seria bem vinda" (CUNHA & GÓES, 1985, p. 42).

No plano educacional visualizava-se um esforço de desenvolver ações "modernizadoras"[64] espelhando-se no modelo norte-americano e de promover uma reformulação do ensino superior, tanto em termos de legislação, como de estrutura organizacional das instituições, quadro de pessoal, disponibilidade econômico-financeira de recursos públicos, alterações no quadro docente, e muitas outras mudanças.

A crença era de que o símbolo da modernização deveria ser o ensino superior, a formação do tecnocrata e, por isso, precisava ampliar as oportunidades educacionais e modernizar as estruturas já existentes. Na análise de Gebara (1978):

[62] CUNHA, L. A & GÓES, M.(1985, p. 36).

[63] Atores relevantes no período encontram-se em debate na obra de Maria Inês Salgado de Souza: Os Empresários e a Educação: O IPES e a política educacional após 1964 (1981). Em artigo publicado sobre a "A responsabilidade democrática do empresário", o IPES "expões as razões do surgimento da instituição, suas crenças e valores e exorta o setor empresarial, ao qual se dirige, a conscientizar-se da necessidade de vir a liderar as transformações que a sociedade reclama", p. 37. Ghiraldelli, 2001, p. 167, destaca ainda, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, pois "desempenhou eficiente atuação no sentido de aplanar o terreno para o braço militar desfechar o golpe contra a ordem legal".

[64] Por "modernização" do ensino superior CUNHA (1989, p. 255) entende como "a adoção dos padrões de organização universitária vigente nos Estados Unidos".

> O crescente número de escolas de grau superior, que preparam os homens ensinando as novas técnicas produtivas e administrativas, passa a ter importância cada vez maior no sistema tecnoburocrático de produção (...) O Estado fica bastante ligado ou quase interligado, com a produção de tecnologia avançada e técnicos de alto gabarito. (GEBARA, 1978, p. 84)

Neste contexto, importante ressaltar que o governo federal, tendo a assessoria da Agência Norte-Americana de Cooperação Técnica Internacional - USAID[65] - junto ao Ministério da Educação - MEC, intensificou a interferência norte-americana no planejamento da educação brasileira, através do receituário para a "modernização" da administração universitária. O governo se comprometia a "implantar no ensino superior as medidas propostas, elaboradas pelo grupo de trabalho" (FREITAG, 1978, p. 76). A idéia era alterar as funções da Universidade, no sentido de transformá-la numa instituição formadora de profissionais para o processo produtivo.

Queriam, na realidade, os consultores americanos, implantar a educação técnica, a educação para o trabalho, dentro de uma ideologia empresarialista, em que o ensino superior desprovido de capacidade crítica, passava a ser organizado para atender ao desenvolvimento econômico e ao mercado de trabalho.

A ajuda técnica e financeira da USAID desempenharam papel importante no processo de reformulação do sistema de ensino superior brasileiro. Importante ressaltar que essa intervenção do imperialismo norte americano nos assuntos educacionais, não foi aceita por uma significativa parcela da comunidade universitária. Carvalho (2002) relatava que:

> A urgência na reestruturação do ensino superior foi emblemática. No bojo das sugestões dos especialistas da USAID, encontrava-se, de forma inequívoca a racionalização das estruturas administrativas para reduzir a capacidade ociosa e os gargalos do sistema, bem como, o estímulo às carreiras técnicas, subjacente à abordagem do investimento em capital humano. (CARVALHO, 2002, p. 29)

---

[65] *Agency for International Developmen* – USAID como ficou conhecida a agência americana. Tornou-se o principal financiador prestando assistência técnica para reorganização do sistema educacional no Brasil. Para aprofundar o estudo, consultamos: SKIDMORE (1988). E ainda, ROMANELLI, O. "Os acordos MEC-USAID e a definição da política educacional brasileira, (p. 209-216),1993. Ver: "Convênio com a USAID para o Planejamento do Ensino Superior". Parecer n. 595/65 aprovado em 15/06/1965. Revista Documenta, n. 38, jun. 1965, p. 55-57. "O presente convênio se destina a promover amplo e minucioso levantamento da situação e necessidades de nossa educação superior, tendo por fim apresentar planos exeqüíveis para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior abrangendo os próximos cinco anos (...) A execução dos estudos e trabalhos contará com a cooperação da USAID em pessoal e ajuda financeira, num total de 438.000 dólares". Consultar também: COVRE, 1991, p. 75 quando diz que "os acordo MEC/USAID constituem a pedra angular de nossa reforma educacional (...) eles correspondem à penetração maior da ideologia burguesa pós-liberal, a da etapa do capitalismo monopolista". Consultar ainda, CUNHA (1988, p. 167 – 226).

Essa reformulação tinha como objetivos manter as universidades segregadas em um campus universitário, intensificar a perseguição a professores e estudantes, tendo em vista suas posições político-ideológicas, impedindo suas manifestações. Deveria, também, controlar os currículos e cursos, através do fortalecimento do Conselho Federal de Educação que teria o poder para controlar e fechar qualquer estabelecimento de ensino superior.

No setor educacional, a política adotada foi se estruturando à luz da teoria do capital humano[66] que hegemônica nos anos 60 e 70 estruturou-se na crença de subordinação da educação ao processo produtivo, num "contexto em que a educação é alçada ao *status* de capital humano, elemento específico da teoria conservadora de desenvolvimento" (FRIGOTTO, 1996, p. 30).

Neste contexto, registrava-se a ampliação dos convênios de integração da empresa com as instituições de educação superior, através do Centro de Integração Escola-Empresa que criado em São Paulo, em 1963, expandiu-se, consideravelmente, após 64. O convênio tinha como objetivo trazer os estudantes para dentro do contexto empresarial e assim, possibilitar "colocar" no mercado os "recursos" humanos e de pesquisa a serviço das empresas. Cunha (1988, p. 65) relatava que "os CIE-Es foram criados por empresários, e seus recursos financeiros provinham de doações de empresas públicas e privadas".

O discurso da burguesia e dos "tecnocratas" da educação pretendia ajustar a oferta da educação à demanda de mão-de-obra qualificada e, a Universidade era lembrada como instância de preparação do profissional "polivalente" e "flexível" para atender ao mercado de trabalho. Para tal, a acentuada demanda pelo ensino superior foi conseqüência da percepção da classe média de que a via educacional representava o caminho para a ascensão pessoal e profissional e as empresas exigiam a qualificação através da titulação em nível superior, para atender a burocracia estatal.

Temos a afirmação, em Machado (2002, p. 40), que a "expansão do setor estatal abriu espaço para ampliação de cargos públicos de nível superior, formando uma camada privilegiada da tecnoburocracia".

Além da expansão do setor estatal, visualizava-se o incremento de uma nova classe de tecnocratas, empresários nacionais e estrangeiros que valorizavam a forma inovadora de planejar, de organizar e de dirigir as atividades empresariais e que a educação deveria preparar estes profissionais administradores, gerentes, para atender às empresas.

---

[66]Teoria construída por Theodoro Schultz nos Estados Unidos na década de 1950. Consultar: PIRES (2005). FRIGOTTO, 1996, p. 41 quando diz que a "disseminação da teoria do capital humano como "*panacéia*" para a solução das desigualdades (...) uma vez que representam dominantemente a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital". *Grifos nossos.*

A convicção era de que o governo deveria responder a esta necessidade de novas instituições de ensino superior destinadas a formar este profissional dentro do "modelo norte-americano de participação conjunta de elementos da universidade e do "mundo econômico-social" (SOUZA,1981, p.59).

Cunha (1988) reforça a análise de que,

> Não é exagero dizer que o processo de reforma do período 1964/68, definido no contexto do reforço da subordinação política e econômica do país foi o responsável pela edificação da universidade no Brasil, conforme o modelo mais avançado do mundo capitalista – o norte americano. (CUNHA, 1988, p. 11)

Assim, o Decreto n. 53.642, de 28 de fevereiro de 1964, assinado por João Goulart, foi referendado pelo governo militar. Dispõe sobre a duplicação de matrículas no primeiro ano das escolas de ensino superior e, entre suas considerações, retoma a "missão que cabe ao governo federal" enfrentar a desproporção entre as necessidades de quadros profissionais de que necessita o país e o número de alunos aceitos em suas Escolas Superiores", pois poderá comprometer o desenvolvimento nacional, o surto industrial do país, a formação de mão de obra qualificada, entre outras. E assim, resolvia implantar "a duplicação de turmas, mediante a utilização em horários diferentes, de instalações e equipamentos existentes e, do pessoal em exercício ou a ser contratado" (DOCUMENTA, n. 24, abr.1964, p. 61-62).

Somado a estes fatos, não há dúvidas de que houve maior elasticidade e permissividade para a abertura de novos cursos e de instituições de ensino superior, conforme dados apresentados no quadro abaixo, durante o governo militar:

Tabela n° 03: Número de cursos superiores autorizados e negados pelo Conselho Federal de Educação (1964-1972)

ANO	CURSOS AUTORIZADOS	CURSOS NEGADOS	TOTAL DE PEDIDOS
1964	11	21	32
1965	19	11	30
1666	45	12	57
1967	33	30	63
1968	118	36	154
1969	87	48	135
1970	104	14	118
1971	172	18	190
1972	278	43	321
TOTAL	**897**	**239**	**1.136**

Fonte: MARTINS, 1981, p. 71. Dados trabalhados pela autora.

Neste cenário de expansão, a administração pública estava mais complexa, necessitava de pessoal capacitado e a iniciativa privada exigia novos profissionais. O governo, assim, mobilizou-se para em 1967, iniciar uma reforma administrativa com o objetivo de "aperfeiçoar seus recursos humanos, recrutar novos quadros para a administração pública e sua seleção e promoção, segundo o texto, levaria em consideração o nível educacional dos candidatos" (MARTINS, 1989, p. 96).

Tal exigência, de considerar o nível educacional para admissão em empregos públicos, tornava-se imprescindível a criação de novas escolas, através do afrouxamento da sistemática oficial que controlava a abertura de novos estabelecimentos de ensino superior.

Na análise de Germano (1993, p. 88), "o mercado de trabalho intelectual sofre uma expansão, com o incremento da procura - por parte das empresas privadas e pelo Estado – de gerentes, administradores, técnicos de alto nível, engenheiros, etc".[67]

Gebara (1978) lembra que:

> Os donos do capital – até então os empresários – transferiram a direção de suas empresas para os técnicos e *administradores profissionais que fariam assim uma sociedade mais justa e racional*. Haveria uma racionalização do capitalismo, a tecnoburocracia seria uma conseqüência lógica do capitalismo, ou seja, viria adequá-lo, racionalizá-lo, sem entrar em grave conflito. (GEBARA, 1978, p. 85) *Grifos nossos.*

Neste período, não foi por acaso, que registrava-se a regulamentação da profissão do administrador, de nível superior, através da Lei n. 4.769 de 9 de setembro de 1965 que dispõe sobre o exercício do profissional "Técnico em Administração", que iremos abordar no próximo capítulo.

A prática deste período caracterizou-se por uma subordinação da educação às exigências do mercado, favorecendo a expansão das IES privadas e o descompromisso do Estado com as instituições públicas. Visualizava-se um permanente incentivo à privatização da educação, subordinada aos interesses do capital, para atender e contribuir com o desenvolvimento econômico e social autônomo do país. Cunha (1988), relata que.

> Nessa busca de determinações do ensino superior, encontrei a subordinação da universidade à empresa capitalista. Não a imediata e visível subordinação financeira e administrativa, que tanto se temia. Mais profundamente, a dominância – melhor

[67] Ver: BRESSER PEREIRA (1966) "O Administrador profissional e as perspectivas da sociedade brasileira", especialmente quando diz: os administradores profissionais possuem vantagem sobre a grande maioria dos empresários, são em geral, mais jovens, mais preparados intelectualmente e mais desligados de um mesquinho sistema de interesse imediatista. Tem, todavia, uma desvantagem. Ainda são poucos os que atingiram uma posição de cúpula, e sua autonomia ainda é relativamente pequena. Por isso, não vemos possibilidades ainda de os administradores profissionais constituírem força política autônoma. Terão que aliar-se aos empresários industriais, dos quais depende,m. Dessa aliança, desde que não se confunda com subserviência, poderá resultar em uma ideologia empresário-administrativa, que poderá ter influência decisiva no desenvolvimento do país.

> diria, com Antônio Gramsci, hegemonia – que as práticas do "americanismo", próprias da grande indústria, passaram a ter nela: a organização e a avaliação da universidade em função da produtividade, da organização racional do trabalho e das linhas de comando, conceitos essenciais de Frederick Taylor e Henry Fayol. (CUNHA, 1988, p. 19)

Neste contexto, as instituições federais foram invadidas por tropas militares; seus reitores destituídos e, posteriormente, nomeados novos homens de confiança do regime militar; aposentadoria compulsória de professores; prisões de professores e alunos e o clima era de medo, revolta e repressão. No entanto, o governo militar precisava da Universidade para implementar o seu projeto de desenvolvimento econômico e, era fundamental atender às grandes indústrias e empresas multinacionais, qualificando os quadros administrativos e gerenciais, às especialidades técnicas e o desenvolvimento da pesquisa tecnológica nacional. Esta foi a época da expansão da rede de escolas públicas e da criação da rede de universidades federais e, em alguns casos, estaduais.

As modificações ocorridas nos campos político e econômico tiveram, como conseqüência, a implementação de um projeto de desenvolvimento baseado no capital externo e, para apoiá-lo, definiu-se uma política educacional para a dominação, para a subordinação, para o controle social, e, ao mesmo tempo, para garantir, a formação de mão-de-obra, ao setor produtivo, sem que fosse necessária a utilização de grandes recursos públicos. Como pensar que a formação do administrador poderia se respaldar em uma ideologia progressista, reformadora, humanista e pragmática? Anísio Teixeira (1989) nos lembra-nos em sua obra que:

> O modo como o ensino superior se instituiu no Brasil como fenômeno histórico não foi resultado de acidentes, como julgam alguns, mas adaptação conseqüente ás condições e ás possibilidades da sociedade estabelecida (...) representam instituições concebidas e criadas por nós e adaptadas ás condições existentes e ao que se tinha em vista conseguir. (TEIXEIRA, 1989, p. 132)

Diversas consultorias, comissões e grupos de trabalho passaram a desenvolver estudos visando à racionalização e à eficiência de todo o sistema de educação brasileira. A ajuda de assessores americanos referendados pelo Conselho Federal de Educação – CFE[68] colaborou, de forma significativa, com a construção de um novo modelo de educação superior: tinham como princípio "racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, privilegiando, assim, a questão da privatização do ensino" (GERMANO, 1993, p. 117).

[68] CUNHA, 1988, p. 73, relatava que "não deixou de haver resistência no CFE ao aprofundamento da orientação privatista".

A educação era vista numa vertente tecnicista, utilitarista e econômica. A política de expansão do ensino superior, via privatização, aliviava o Estado de grandes investimentos em educação, visando "à expansão do ensino superior, baseada no princípio da "expansão com contenção de despesas" (MARTINS, 1989, p. 25).

Esta política de expansão, de cunho predominantemente privado, materializou-se, principalmente, através da ampliação quantitativa dos estabelecimentos isolados de ensino superior. Martins (1989) descreve:

> O sistema de ensino superior não poderia continuar atendendo a um público restrito e, para superar tal situação, recomendava a expansão do ensino superior, não só no que se referia ao número de estudantes e de docentes, mas também a rede física de estabelecimentos. (MARTINS, 1989, p. 23)

A influência de consultoria internacional, na educação brasileira, previa a adequação da educação aos interesses do desenvolvimento capitalista, à importação de técnicas de ensino modernas e, à produção de alta tecnologia para atender às indústrias. Para isso, eram necessários recursos financeiros que deveriam ser obtidos, através de empréstimos, em bancos estrangeiros para realização das reformas propostas. Em março de 1967, a Portaria n. 68, tratava sobre empréstimo para a expansão do ensino superior e designava:

> O Professor Athos da Silveira Ramos, da UFRJ, na qualidade de representante do MEC, coordenar os entendimentos relacionados com a contratação de empréstimos com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento para expansão e melhoramento do ensino superior no país. (DOCUMENTA n. 676, 1967, p. 86)

Em maio do mesmo ano, foi designada uma comissão especial para execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior[69].

Percebe-se que o debate, no MEC, neste período, dava ênfase às questões relacionadas com a política de expansão de matrículas, nos cursos superiores. Tem-se registro, através de Portaria do MEC n. 449/1967, que no VII Fórum de Reitores, realizado em Brasília, foi abordado o tema de expansão de matrículas "considerando que o problema de expansão de matrícula nos cursos superiores constitui imperativo do desenvolvimento educacional", torna-se necessário designar uma comissão para estudo da expansão de matrículas (DOCUMENTA, n. 75, 1967, p. 103).

Os registros mostram que o ano de 1967-68 representou um período de estudos em comissões, seminários e decisões de empréstimos, para financiamento dos planos de

[69] Revista Documenta n. 69, 1967, p. 44.

melhoria para o ensino superior que culminou com a Reforma Universitária de 1968, gerando um acontecimento de grande impacto na área educacional.

O plano de aplicação dos recursos estava destinado às Universidades e às instituições particulares de ensino superior[70] e, o Decreto n. 61.712 de 21 de novembro de 1967, assinado pelo Presidente Costa e Silva,

> Autoriza o Ministro da Educação a contratar, em nome da União, empréstimo com o BID, para o fim que especifica, no montante de US$ 25.000.00 (vinte e cinco milhões de dólares) destinado ao financiamento parcial de um programa de expansão e melhoramento do ensino superior. (DOCUMENTA n. 77, nov. 1967, p. 153)

Em 1968, o governo criou o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária – GTRU composto por membros designados pela Presidência da República[71], que tinha o objetivo de estudar a reforma da universidade brasileira e "ajustar" a educação superior do país ao modelo de desenvolvimento econômico que era preconizado pelo Estado Militar.

O Decreto n. 62. 937, de 2 de julho de 1968, dispõe sobre a instituição do grupo de trabalho, para promover a reforma universitária e, em seu art. 1º "fica instituído, no Ministério de Educação e Cultura, um grupo de trabalho, com 11 (onze) membros designados pelo Presidente da República, para acelerar a reforma da Universidade brasileira, "visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país" e que os estudos deveriam estar concluídos em 30 (trinta) dias após a instalação do grupo de trabalho" (DOCUMENTA n. 88, 1968, p. 163-164).

Cunha (1988) relatava que

> Em 2 de julho de 1968, o Decreto n. 62.937 mandava instituir, no MEC, um grupo de trabalho composto de 11 membros, a serem designados pelo Presidente da República, para, sob a presidência do Ministro da Educação, estudar a reforma da Universidade Brasileira. (CUNHA, 1988, p. 241)

O anteprojeto, apresentado pelo GRTU, transformou-se na Lei n. 5.540, promulgada no dia 28 de novembro de 1968. Este que fixava as normas de organização, de racionalização e de funcionamento do ensino superior. A reforma foi complementada por outras leis e decretos, abordando os seguintes temas: corpo docente, recursos para a educação,

[70] Revista Documenta n. 80, jan. 1968, p. 96-97, Decreto n. 62.082, de 8 de janeiro de 1968 que prove sobre a aplicação de recursos destinados ao incremento de matrículas no ensino superior.
[71] Os membros que representavam o Movimento estudantil negaram-se em participarem tendo em vista o auge da repressão política.

pós-graduação, expansão do ensino superior e racionalização administrativa. Na análise de Germano (1993):

> A reforma universitária do Regime Militar representa, sobretudo, uma incorporação desfigurada de experiências e demandas anteriores, acrescidas das recomendações privatistas de *Atcon*, dos assessores da *Usaid* e de outras comissões – como a comissão Meira matos – criadas para analisar e propor modificações do ensino superior brasileiro. Conceitualmente, ela tomou por base a "teoria do capital humano" – que estabelece um vínculo direto entre trabalho, educação e produção. (GERMANO, 1993, p. 123)

A reforma em referência, de acordo com seus idealizadores, deveria buscar a homogeneização do conjunto das instituições de Ensino Superior e, estabelecia a Universidade como modelo único, tendo como princípio básico, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão uma vez que exercia um papel importante na produção do conhecimento e na capacitação de técnicos para alavancar o desenvolvimento econômico do país.

Historicamente, não foi isso que se deu na prática. Nas considerações realizadas após a "reforma de 1968, em face da expansão da demanda e na trilha da privatização exacerbada e, no sucateamento do ensino público, houve uma irrupção descontrolada das instituições privadas" (WANDERLEY, 1998, p.87).

A educação superior veio sendo ofertada em estabelecimentos isolados privados com ênfase no ensino. Florestan Fernandes (1975, p. 207) afirmava, em termos práticos, que o trabalho da comissão "não encaminhou nenhuma reforma universitária. Endossou e consolidou a reforma no papel do Governo Castelo Branco, implementando-a com instrumentos legais e dotando-a de recursos materiais que pretendem incutir-lhe alguma eficácia prática".

Ficava claro, no trabalho da Comissão, a adoção de princípios da administração de empresas defendidos pelos assessores do Acordo MEC/USAID, tendo em vista "a crença nos valores de racionalização, da eficiência e da produtividade, e de que a solução dos problemas educacionais resultaria da adoção de procedimentos técnico-administrativos" (SHENN, 1986, p. 143).

O reflexo desta nova Lei representava a inserção das Universidades na lógica racionalizadora do capital e, foi sentido no interior das instituições de ensino superior, a partir da constituição dos Departamentos, da visão empresarial na estruturação administrativa, da adoção do vestibular unificado, das matrículas por disciplinas, da ênfase numa formação tecnicista, na criação do ciclo básico e, ainda, na mudança do sistema seriado para o sistema

de crédito. Instalava-se a "universidade voltada para a segurança" conforme análise de Covre (1990):

> Parece que a segurança nacional significou acabar com toda a "subversão", "despolitizar" o ensino do terceiro grau, ou seja, na prática, além do já indicado sobre a coerção direta contra professores e alunos, levou à implementação da racionalidade tecnocrática, de controle dos currículos, das pesquisas, com uma estrutura organizacional centralizada, autoritária, com intervenções em postos - chaves sempre que necessário para manter tal ordem (COVRE, 1991, p. 70)

Neste contexto, o Ministério desmobilizou a atuação dos movimentos estudantis e docentes (confronto que desembocou na crise de 68). O movimento estudantil[72] posicionava-se contra a reforma, considerando-a ameaçadora ao ensino público, tendo em vista as cobranças de taxas e anuidades escolares, uma vez que se pretendiam transformar as universidades públicas em fundações de direito privado. E ainda, a ênfase de que a formação de quadros técnicos deveria estar á serviço do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, subordinada aos interesses e demandas empresariais.

Covre (1991, p. 42) lembrava as prescrições do Relatório da Reforma Universitária de que "a reforma tem objetivos práticos e tende a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência tecnoprofissional, que tem por conseqüência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos". A autora acrescenta que "é devido precisamente a esse espírito que vai realizar-se o surto do ensino superior após 1970, a partir das reformas educacionais de 1968".

A expansão do ensino superior deveria ocorrer pela via privada, pois o governo não conseguia arcar com a mesma. Na verdade, o que ocorreu foi a expansão privatizada do ensino superior, acompanhada de baixo nível de qualidade, pois a maioria eram estabelecimentos isolados privados, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento da pesquisa.

A Lei n. 5540/68 já previa a diversificação do sistema de ensino superior quando no artigo 2º estabelece que "o ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em Universidade e excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado" (CARVALHO, 2002, p. 85).

Importante salientar, que as orientações para o sistema de ensino superior, aparentemente, administrativa e pedagógica, tinham um significado político que era de inibir e até mesmo, de impedir a atuação de professores e alunos no interior das instituições,

[72] Consultar: SANFELICE, J. L.(1986).

inviabilizando sua participação nas decisões do destino da Universidade, mantendo-a nas mãos das camadas conservadoras. Na análise de Saviani (1999),

> Com efeito, a lei instituiu a departamentalização e a matrícula por disciplina com o seu corolário, o regime de créditos, generalizando a sistemática do curso parcelado. Ora, tais dispositivos, aparentemente apenas administrativos e pedagógicos, tiveram, no entanto, o significado político de provocar a desmobilização dos alunos (...) desarmar, ao eliminar artificialmente a figura dos excedentes, as pressões organizadas por mais vagas globalmente oferecidas pela universidade, como também as reinvidicações pela ampliação das vagas nas carreiras especificamente mais procuradas (SAVIANI, 1999, p. p. 83-4)

As IES cresciam e implantavam, à luz da nova Lei, um processo de centralização de suas ações administrativas, tirando, de cada Faculdade, a independência na tomada de decisões administrativas e acadêmicas, e estruturando as áreas de tesouraria, matrículas, transportes, registro e pagamento de pessoal. Era o início da centralização acadêmica e administrativa dos dias atuais.

Percebe-se que, como em todo período de transição, esse foi um momento importante e difícil, pois as mudanças eram grandes e a centralização não era só administrativa, mas também acadêmica, refletindo-se, significativamente, nos cursos, centralizando áreas de conhecimento. Os professores saíram das faculdades e concentraram-se nos departamentos, perdendo a sua identificação com o curso e, os alunos perderam, também, a referência em relação ao seu próprio curso. A implantação do sistema de crédito representou o aniquilamento das lideranças estudantis na medida em que "desmantelava" aquela chamada "turma", que, em décadas anteriores, colocavam-se como atuantes na vida da Universidade.

As mudanças que se instalavam na Universidade têm na análise da Martins (1989) a afirmação de que:

> A criação do Ciclo Básico no primeiro ano de formação universitária poderia ampliar a capacidade de absorção do ensino superior (...) Ao mesmo tempo aconselhavam o abandono do sistema seriado de ensino e a adoção de uma outra modalidade, o "sistema de crédito", através do qual os alunos se matriculariam num conjunto de disciplinas que formavam cada série do curso, mas escolheriam, conforme pré-requisitos estabelecidos pelo Departamento, um conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas. (MARTINS, 1989, p. 26)

A reforma facilitou a interferência política no funcionamento das instituições de ensino superior, possibilitou sua subordinação ao modelo econômico (educação para o trabalho), institucionalizou a proteção aos interesses dos empresários da educação, viabilizou recursos para atender à rede privada, facilitou, através de flexibilização, as exigências para autorização e reconhecimento de inúmeros cursos. Hawerroth (1999, p. 37) reforça esta

análise lembrando que o governo "acabou por afrouxar as amarras da expansão ao facilitar a autorização para funcionamento de novas instituições, de ensino superior, privadas".

Cunha (1988, p. 322) escreveu sobre a participação do Conselho Federal de Educação quanto à expansão privada e fragmentada da educação superior através de uma quantidade significativa de autorizações e de reconhecimentos que eram expedidos por esse Conselho "sem que delas fossem exigidas condições adequadas em ternos de instalações, bibliotecas, laboratórios e principalmente professores". Vejamos a tabela, apresentada por Romanelli (1993, p. 78) que demonstra a expansão da educação superior:

Tabela n° 04: Expansão do Ensino Superior no Brasil entre 1929 e 1969

ANOS	MATRÍCULA	ÍNDICE
1929	13.239	100
1939	21.235	160
1949	37.548	283
1959	86.603	654
1969	**342.886**	**2.589**

Fontes dos dados brutos: Werner Baer, A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil, p. 250 e Estatísticas da Educação Nacional, 1960-1971, M.E.C.

Registra-se, também, neste período, para reforçar o ideário da privatização da educação, superior, a constituição de um grupo de trabalho denominado Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior – EAPES que "em seu relatório assim se pronunciou: deve ser estimulada a criação de universidades particulares, prestando-lhes o governo auxílios, a fim de assegurar nelas vagas para os alunos pobres" (GERMANO, 1993, p. 124).

Importante registrar que, neste contexto, a Universidade ainda era um dos segmentos mais combativos à ditadura. Resistiu quanto à privatização das instituições públicas, contrapuseram aos documentos produzidos pelo governo autoritário, e referentes aos cortes orçamentários para as instituições federais e contra a redução dos investimentos em pesquisa e pós-graduação que, com certeza, promoveram o comprometimento de sua estrutura física, chegando em alguns casos ao abandono.

Martins (1999, p. 70) confirma esta análise ao relatar que "a participação do MEC nos gastos totais da União, que variou entre 8,5 e 10,6% de 1960 a 1965, caiu significativamente pra 4,4 e 5,4 no período de 1970-1975, ou seja, durante o momento de crescimento econômico acelerado". A demanda de jovens em busca da educação superior visando à ascensão social dirigia-se às instituições públicas, mas na análise de Cunha (1985):

> O governo instalado pelo golpe de Estado não se dispunha a servir aos projetos das camadas médias. Embora lhes atirasse algumas migalhas, suas políticas destinavam-

> se a facilitar o processo de acumulação do grande capital, e não os projetos dos candidatos a médico, psicólogo, economista (...) Impunha-se, pela lógica do regime autoritário, conter essa demanda do ensino superior. Os dirigentes do Estado temiam que se o número de formandos aumentasse muito, este não encontrariam empregos compatíveis com suas expectativas de ascensão social (...) O que aqueles conservadores homens do poder temiam é que esses "desajustados profissionais" se transformassem em agressivos contestadores do regime. (CUNHA, 1985, p. 65)

Tal afirmação confirma o descaso do governo autoritário com as universidades públicas e o incremento da política de privatização do ensino superior que, a cada década, foi sendo fortalecido na orientação de vários governos que inclusive, subsidiavam o ensino privado. Tal afirmação encontrava ressonância na Constituição Federal quando em seu artigo. 168, 2º parágrafo, determina que "a iniciativa privada mereceria o amparo técnico e financeiro do poder público".

A política de expansão propiciou ampla liberdade de atuação do setor privado, transformando a educação superior em negócio altamente rentável. O Decreto-Lei n. 405 de 31 de dezembro de 1968, provê sobre o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior e em seu art. 1º "o número de vagas em editais de concurso vestibular para ingresso em cursos de ensino superior poderá ser aumentado mediante simples publicação em diário oficial (...) e a ampliação de matrículas, inclusive em extensão de cursos. Será autorizada pelas próprias Universidades, comunicando sua resolução ao MEC" (DOCUMENTA n. 96, dez/1968, p. 136).

Não há dúvida de que muitos foram os empresários interessados em aproveitar as oportunidades, ingressando no campo da comercialização do ensino superior, abrindo novas escolas com cursos que teriam maior aceitação no mercado, de baixo investimento inicial e baixo custo operacional seguindo os critérios econômicos e não os critérios de relevância social.

Essa política de expansão, de cunho predominantemente privado, materializou-se, principalmente, através de estabelecimentos isolados de ensino superior[73], com corte empresarial e teve, a partir do final dos anos 60 em diante, considerável expansão com respaldo do governo autoritário e dos governos neoliberais que reforçavam a necessidade de uma política educacional que favorecesse a participação da iniciativa privada, na medida que a União não conseguiria atender à necessidade de ampliação desse nível de ensino.

[73] Decreto-Lei n. 405, 31/12/68, art. 6º "as despesas decorrentes da expansão das matrículas verificada em virtude do deposto no presente Decreto-Lei serão objeto de previsão orçamentária no exercício de 1970 e subseqüentes, inclusive em favor de instituições privadas" (Revista Documenta n. 96, dez/68, p. 137).

Carvalho (2002) lembra, oportunamente, que existiam divergências no interior do Conselho Federal de Educação – CFE quanto à expansão do sistema de educação superior que se estruturavam em duas correntes opostas:

> Aquela que defendia a contenção do ensino superior, sendo que a expansão deveria ser permitida apenas pelo sistema oficial e por meio de planejamento. Essa corrente teve predomínio durante o período de 1961 a 1969, cujo principal representante foi Dumerval Trigueiro Mendes (...) a partir de 1969, com o afastamento deste membro do Conselho, a corrente liberal assumiu a supremacia da instituição em defesa da expansão da iniciativa privada no setor, inclusive por meio da adoção mais flexíveis para autorização de escolas e cursos atrelando sua permissão de funcionamento ás exigências do mercado de trabalho. (CARVALHO, 2002, p. 81)

Não seria exagero afirmar que o Conselho Federal de Educação tornou-se um órgão submisso às pressões do governo militar e, especialmente, aos interesses privatistas[74]. Fonseca (1992, p. 122) afirmava que o "Conselho Federal de Educação é um órgão estratégico na condução da política privatista", na medida em que detém o poder de autorizar e reconhecer os novos cursos, fazer opção pelo ensino privado para resolver o problema da crise dos excedentes e ampliar, quantitativamente, a população com grau superior de escolarização, exigida pelo desenvolvimento econômico, especialmente, em áreas técnicas e tecnológicas. Relatava, ainda, a posição e o discurso da maioria dos conselheiros quando diziam:

> Todo ensino é público; o Conselho sempre foi favorável à expansão do ensino superior privado; o Estado não deve ter o monopólio da educação; a família deve ter a opção de escolher a educação que lhe convém (...) a Constituição garante a livre iniciativa; o aluno da escola particular faz duplo pagamento da Educação considerando que quem estuda nessas escolas paga também a escola pública através de impostos; o Estado é incapaz de fornecer ensino para todos; a educação privada é direito da sociedade civil. (FONSECA, 1992, p. 123)

Deste modo, a LDB fez "a fórmula por excelência privatista de organização das universidades em fundações" o que representou mais uma vitória dos grupos privatistas e "aceitando a legitimidade das pressões particularistas, desencadeadas pela iniciativa privada (...) o governo no poder fez da "gratuidade do ensino público" um cavalo de batalha" (FLORESTAN FERNANDES, 1975, p. 230-233).

Sobre essa questão, Fávero (1989, p. 42) chama a atenção para o acelerado processo de privatização do ensino superior no Brasil, através do "crescimento desordenado e até estimulado de universidades e, sobretudo, de escolas isoladas (...). É também, no interior

[74] Para aprofundamento: Fonseca, (1992, p. 111 a 159).

da rede particular que predominam as faculdades isoladas, responsáveis por 69% de suas matrículas no ensino superior".

Complementando os dados acima temos no Boletim da Capes (1970, n. 208, p. 10-11), a informação de que "em fins de 1969 o Brasil já dispunha de 925 estabelecimentos de ensino superior, distribuídos por todo território nacional: 336 federais, 114 estaduais e 415 isolados".

Outro fato, extremamente, relevante da Reforma Universitária foi a imposição de mudanças sem a criação de um espaço de debate e avaliação. O discurso veiculado era de que a reforma era de âmbito nacional, amparada pela Legislação Federal, não cabendo, portanto, discussão. A referida reforma previa o controle do Estado sobre a Universidade, adotando políticas de expansão que concediam ampla liberdade ao setor privado, para criação de novas escolas pautando-se nas necessidades do mercado de trabalho. Covre (1991) afirmava:

> No pensamento dominante brasileiro, a concepção de educação passa pelo vínculo direto com o econômico (pensado primordialmente como mundo da produção, da empresa) e o político (enquanto educação que o Estado deve prover, em propiciar mão-de-obra especializada para o desenvolvimento calcado na tecnologia moderna). O que baliza esse pensamento é que ao atender o desenvolvimento das empresas estará propiciando o desenvolvimento da nação, o que vai beneficiar a todos, como por exemplo, a oferta de mais empregos. (COVRE, 1991, p. 42)

Não seria exagero afirmar que a reforma universitária determinou a supremacia quantitativa do sistema privado sobre o público[75]. Germano (1993, p. 130) afirma que "a posição em favor da privatização do ensino decorre de um "consenso" entre os setores dirigentes (intelectuais, empresários, tecnoburocratas, militares), em face do projeto político e econômico do Regime Militar".

A abertura de novas escolas superiores era vista como um "negócio" rentável e, com apoio estatal, abriam-se instituições com cursos em áreas consideradas prioritárias pelos militares, bem como os investimentos em pesquisa e pós-graduação que deveriam atender as exigências do projeto governamental de desenvolvimento. No conjunto, o crescimento do sistema provocou grandes disparidades no ensino superior e suas conseqüências são sentidas até os dias atuais. Neto (1983, p. 37) afirma que "dava-se o primeiro passo para a formação de um "proletariado universitário", de reduzido horizonte em termos de qualificação e de escassas oportunidades de trabalho." È indispensável para as relações de produção capitalista, em países dependentes a formação de um exército de reserva de mão-de-obra barata.

[75] Consultar: Carvalho (2002).

O sistema de ensino superior no Brasil, a partir da reforma de 68, fez surgir centenas de instituições ditas isoladas, que cresceram ao longo das décadas de 70 e 80 e que promoveram essa expansão acelerada, estimulada oficialmente e sem planejamento prévio, sem garantia de um padrão mínimo de qualidade.

Em 1968, o III Seminário sobre Assuntos Universitários, abordou o tema, a expansão do Ensino Superior e o Conselho Federal de Educação, através de seu conselheiro, Dumerval Trigueiro Mendes[76], apresentou estudos que "reafirmou a necessidade de impedir a criação de escolas isoladas, em favor de uma política de fortalecimento das universidades e escolas isoladas já existentes" (FONSECA, 1992, p. 143).

A concentração urbana, a onda desenvolvimentista, a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços, a entrada da mulher no mercado de trabalho e a crença de que o ensino superior constituía a solução para todos os problemas sócio-econômicos forçaram o aumento do número de vagas provocando um "congestionamento na entrada às universidades" e "o governo através de seus órgãos permitiu e incentivou que o setor privado participasse da solução da crise" (MARTINS, 1981, p. 72).

Temos em Covre (1991, p. 76) a afirmação de que é, exatamente, neste contexto que "se encaixa o surto de ensino superior após 1970, bem como o incentivo do governo às faculdades particulares para que o auxiliem na ampliação do ensino". Essa expansão expressiva, sem planejamento, resultou em dificuldades do poder público realizar fiscalização e controle dos cursos criados, o que gerou uma queda da qualidade de ensino e a imagem "mercantilista" e negativa da iniciativa privada, que persiste até hoje. Martins (1989) afirmava que:

> As novas instituições privadas surgidas na década de setenta, passariam a organizar suas atividades acadêmicas objetivando de forma prioritária a obtenção do lucro e acumulação do capital (...) se autoproclamariam como instituições voltadas para a "formação de recursos humanos", buscando atender sem hesitação as demandas profissionais e intelectuais esboçadas pelo regime político vigente. (MARTINS, 1989, p. 39)

Em 1971, na introdução do relatório de atividades do Conselho Federal de Educação (Documenta, n. 135, fevereiro/1972), afirma que um dos itens mais importantes da atual competência do Conselho era decidir sobre o funcionamento de Universidades e de estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares e relacionam os

[76] Foi exonerado do cargo de conselheiro do CFE por colocar-se contra a proliferação de escolas isoladas em detrimento da universidade.

documentos emitidos na Câmara de Ensino Superior (CESu) que apresentam os seguinte quadros:

Tabela nº 05 – Documentos emitidos na Câmara de Ensino Superior (CESu) -1971

A	R	C	E	RG	IP	O	TOTAL
212	95	20	15	91	225	164	824

A – Autorização; R – Reconhecimento; C – Credenciamento; E – Estatuto; RG – Regimento; IP – Indicação de Professores; O – Outros.

O Quadro IV mostra o altíssimo número de pareceres referentes a pedidos de autorização e de reconhecimento de Escolas ou de Cursos Superiores, os quais se incluem entre os de apreciação mais demorada e trabalhosa. Para se ter uma idéia mais clara da rapidez com que se está expandindo, nos últimos anos, a rede de ensino superior, vale apresentar o quadro seguinte no qual figura o número de processos de autorização apreciados, em igual período de 12 meses, em anos passados:

Tabela nº 06 - Autorização para Funcionamento – Distribuição Numérica

Março/1962 a Fevereiro/1963	1967 – Janeiro a Dezembro	1971 – Janeiro a Dezembro
17	94	212

Fonte: DOCUMENTA, n. 135, fevereiro – 1972, p. 317-321.

As instituições de ensino superior, como resultado das políticas de expansão e modernização, a partir da década de 70, já evidenciavam sua heterogeneidade na medida em que algumas se dedicavam à pesquisa, em sua maioria as instituições federais de ensino superior - IFES e outras, exclusivamente, ao ensino, as instituições privadas em sua maioria estabelecimentos isolados de ensino superior[77].

A universidade se apresentava como uma "ilha cercada por centenas e centenas de estabelecimentos isolados" (MARTINS, 1991, p. 64). Na mesma linha de análise, Souza (1980) afirma que:

> Considerando a expansão do ponto de vista da dependência administrativa das instituições observa-se na rede pública um crescimento percentual de 2,3 %, enquanto na rede particular esse crescimento foi maior: 8,2 %. O maior quantitativo de estabelecimento de dependência administrativa particular é nitidamente formado por escolas isoladas, enquanto nas universidades há predominância do ensino público. (SOUZA, 1980, p. 131)

[77] Veja como exemplo desse tipo de abordagem o estudo de MARTINS, 1991, p. 63-64, quando relata que "um dos impactos do aparecimento desse novo parceiro no campo das instituições de ensino de terceiro grau foi o de exercer um efeito complicador na própria estruturação desse campo, que até então, era estruturado fundamentalmente pela participação de estabelecimentos universitários públicos e confessionais, criados num momento anterior ao surto expansionista".

Freitag (1978) apresentava importantes dados para análise da década de 1970 e a confirmação da política privatista do ensino superior quando relatava que:

> Mais de meio milhão de estudantes universitários brasileiros estudam, portanto, em estabelecimentos de ensino particulares, dos quais (com exceção de algumas universidades com velha tradição como as PUCs) 96% são estabelecimentos de ensino isolados, recentemente criados. (FREITAG, 1978, p. 104)

Apesar dos problemas advindos da reforma, da expansão desordenada, da liberalização do vestibular, do autoritarismo na relação com professores e alunos, era, também, um momento privilegiado na carreira dos docentes das Instituições de Ensino Superior Federais (IFES) que ressaltava através dos programas de Pós-graduação[78] *lato sensu* e *stricto sensu,* a importância de uma política nacional com a finalidade de promover a qualificação de seu conjunto de professores.

Cunha (1974, p. 66-67) fazia referência a este movimento de incremento da Pós-graduação, dizendo que uma das razões para tal acontecimento era a expansão das matrículas no ensino de graduação e assim, necessitava "formar professores competentes que pudessem atender a expansão quantitativa do nosso ensino superior, garantindo ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade".

As mudanças no contexto político e econômico, especialmente, com a crise mundial do petróleo e a explosão de juros da dívida externa, afetaram os investimentos em pesquisa no Governo Militar e, sem o apoio do setor produtivo, os objetivos de modernização das IES foram inviabilizados. As iniciativas existentes eram vistas muito mais como custo do que como investimento. Martins (1991) lembrava que:

> Durante a década de 1950 e a metade dos anos 60, a rede pública respondia pela maioria dos centros de ensino então existentes, chegando ao término do período a representar 57% destes. Na década seguinte, inicia-se o declínio quantitativo das instituições públicas no país. Durante aquele período, o Estado diminuiu de forma considerável seus investimentos no setor educacional. (MARTINS, 1991, p. 65)

Ao final da década de 70, a maioria das Universidades do país reclamava por maiores e melhor distribuição de recursos que lhe possibilitassem fazer pesquisa e crescer com qualidade através da criação de agências de fomento, da formação de recursos humanos de alto nível e de uma estrutura de laboratórios e equipamentos para o desenvolvimento de pesquisa para responder às demandas do setor produtivo. Isso aconteceu em algumas

[78] CUNHA, L. A (1974, p. 66-70).

instituições consideradas instituições de elite e centros de excelência. Na análise de Fonseca (1992):

> Por volta de 1975-1976, aumenta a preocupação dos setores governamentais com a expansão do ensino superior. O governo recebe pressão da sociedade para reabilitar a qualidade de ensino, considerando que alguns segmentos sentiam-se ameaçados pela perda de relevância do titulo acadêmico. (FONSECA, 1992, p. 156)

Quanto ao tema, Martins (1991), relatava sua contribuição:

> Percebe-se que a ampliação do ensino superior na sociedade brasileira passou por dois momentos distintos. No ano de maior pressão dá-se um acentuado crescimento do mesmo: 1968/1972 (25% ao ano); 1970/1974 (21% ao ano) e 1972/1976 (14% ao ano) e uma vez atendida aquela pressão, diminui sensivelmente a taxa de crescimento. (MARTINS, 1991, p. 72)

No governo militar, a educação superior foi palco de políticas distintas como a expansão, privatização, diversificação e modernização. Expansão pela necessidade de aumentar o número de vagas para atender à pressão de demanda de jovens que queriam ingressar neste nível de ensino e às exigências do desenvolvimento e da modernização do país através da educação; privatização pelo incentivo, liberdade e apoio ao setor privado, na medida em que investir em educação tornou-se um "negócio" promissor e lucrativo. Modernização, na medida em que, com o apoio do governo, houve investimentos em Pesquisa e Pós-graduação, para atender às áreas relevantes e prioritárias para os militares. Neto (1983) apresenta os seguintes dados:

> A expansão do sistema de ensino superior brasileiro apresentou, na década de 1960/70, um incremento de aproximadamente 370 mil alunos, a que corresponde, em 1968, uma taxa de crescimento de 30,7 % em relação ao ano anterior. *O grande salto dar-se-ia, entretanto, no período seguinte, 1970/79, quando a população estudantil passaria de 456.134 para 1.410.000.* Os registros disponíveis indicam que, nessa década, o alunado de estabelecimentos particulares teve um crescimento duas vezes superior ao setor público. (NETO, 1983, p. 35) *Grifos nossos*.

A expansão realizada, a partir dos dados apresentados mostra que o crescimento econômico que o Brasil experimentou no período, 1969 a 1973, interferiu de forma significativa no ingresso do jovem no ensino superior, buscando a formação profissional universitária como veículo de ascensão social para atender as complexas exigências do mundo do trabalho. Sousa (1980) apresenta dados que confirmam essa expansão,

> Em termos absolutos, o ano de 1976 encerrou-se acusando a matrícula global de 1 milhão, 80 mil, 120 alunos nos estabelecimentos brasileiros de ensino superior, ou

> seja, mais de cinco vezes a matrícula de apenas dez anos atrás. (SOUSA, 1980, p. 131)

Ocorria ainda, grande disparidade quanto às regiões onde os cursos eram criados. Centraliza, na região sudeste, a referida expansão. Tal fato demonstra a falta de planejamento do processo de expansão. As empresas de educação abriam seus cursos não onde houvesse demanda pela educação, com corte social, mas onde fosse interessante, do ponto de vista da lucratividade e do retorno de investimentos. É com esta crença que o setor privado se movimenta. O autor, acima citado, lembrava que "considerando-se a expansão do ponto de vista da dependência administrativa das instituições, observa-se, na rede pública, um crescimento percentual de 2,3%, enquanto na rede particular seu crescimento foi maior: 8,2%" (SOUSA, 1980, p. 131).

No final da década de 1970, a crise do modelo econômico que vinha se alastrando no pós-guerra fez o mundo capitalista cair em recessão, com altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento do país. Tal situação propiciou, que as idéias neoliberais se fortalecessem, pregando um Estado "empresarial", com capacidade de gerenciar e intervir na política econômica e, frágil no desenvolvimento de políticas sociais, dentre elas a educação.

A política adotada, no plano educacional, com ênfase na expansão e na modernização das instituições de Ensino Superior, ampliou as contradições da educação superior no país comprometendo e colocando em discussão a questão da gratuidade do ensino público na medida que todos os gastos precisavam ser contidos, criando um ambiente propício para a "privatização do público". Nesse sentido temos a afirmação de Florestan Fernandes (1975) que afirma:

> O importante, no caso, não é a gratuidade de ensino, mas a que reponde a própria filosofia de um Estado republicano que assuma deveres fundamentais na nacionalização e na expansão do ensino público. A investida não é feita senão com intenções destrutivas: aí, a privatização do público que pretende é anular ou destruir certas tendências, que lançam o Estado através do ensino público, contra o monopólio da educação escolarizada e da cultura pelas "classes possuidoras". (FLORESTAN FERNANDES, 1975, p. 232)

Conforme a tabela abaixo, no período de 1964 a 1979, durante o regime militar, foram criadas 54 universidades sendo 21 universidades particulares, 14 universidades estaduais, 13 universidades federais e 6 universidades municipais. Isto demonstra a expansão do ensino superior e o início da privatização do mesmo, a saber:

Tabela n ° 07: Universidades criadas no período de 1964-1979 por dependência administrativa.

UNIVERSIDADES CRIADAS NO PERÍODO DE 1964/1979	ANO DE CRIAÇÃO	DEP. ADMINISTRATIVA
Universidade de Montes Claros	1964	Estadual
Fundação de Pernambuco	1965	Estadual
Universidade Católica de Itaúna	1965	Particular
Universidade de Santa Catarina	1965	Estadual
Universidade do Maranhão	1966	Federal
Universidade de Campinas	1966	Estadual
Universidade regional do Nordeste	1966	Municipal
Universidade Estadual da Paraíba	1966	Estadual
Universidade de Sergipe	1967	Federal
Universidade Sul de Santa Catarina	1967	Municipal
Universidade Católica de Caxias do Sul	1967	Particular
Universidade Católica de Uberaba	1968	Particular
Universidade Vale do Rio Doce	1968	Particular
Universidade de Passo Fundo	1968	Particular
Universidade vale do Acarau	1968	Estadual
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	1968	Estadual
Universidade de São Carlos	1968	Federal
Universidade Regional de Blumenau	1968	Municipal
Universidade de Uberlândia	1969	Federal
Universidade de Ouro Preto	1969	Federal
Universidade de Rio Grande	1969	Federal
Universidade de Viçosa	1969	Federal
Universidade de Pelotas	1969	Federal
Universidade de Maringá	1969	Estadual
Vale do R. dos Sinos	1969	Particular
Universidade de Bauru	1969	Municipal
Universidade de Franca	1970	Particular
Universidade de Nova Iguaçu	1970	Particular
Universidade de Mato Grosso	1970	Federal
Universidade Ponta Grossa	1970	Estadual
Universidade de Feira de Santana	1970	Estadual
Universidade da Bahia	1970	Estadual
Universidade de Londrina	1970	Estadual
Universidade Vale do Itajaí	1970	Municipal
Universidade do Piauí	1971	Federal
Universidade do Ibirapuera	1971	Particular
Universidade São Judas Tadeu	1971	Particular
Universidade Formação, Educação e Cultura	1971	Particular
Universidade de Alfenas	1972	Particular
Universidade Paranaense	1972	Particular
Universidade Tiradentes	1972	Particular
Universidade Mogi das Cruzes	1973	Particular
Universidade de Fortaleza	1973	Particular
Universidade da Amazônia	1974	Particular
Universidade Oeste Paulista	1974	Particular

Universidade do Acre	1974	Federal
Universidade de Taubaté	1974	Municipal
Universidade Metodista de Piracicaba	1975	Particular
Universidade Santa Úrsula	1975	Particular
Universidade Salgado de Oliveira	1976	Particular
Universidade paulista J. M. Filho	1976	Estadual
Universidade Sudoeste da Bahia	1977	Estadual
Universidade do Mato Grosso do Sul	1979	Federal
Universidade do Rio de Janeiro – Unirio	1979	Federal

Fonte: Dados trabalhados pela autora a partir de ROSSATO, 1998, p. 197-8.

Meneghel (2003, p. 234) afirma que "no final desta década, a crise da Universidade – por falta de qualidade e recursos já era evidente". Assim, o modelo neoliberal, que a cada década foi sendo desenhado, formulava que a política pública deveria pautar-se pela redução do gasto público e pela privatização. Reforçava a visão e ações práticas de um "Estado mínimo"[79] com o objetivo de enxugar o setor público e reduzir a intervenção estatal na economia, deixando-a para ser regulamentada pelo mercado.

A década de 80 trouxe o agravamento da crise econômica e política. O processo de recessão prolongou-se até 1983 e a "derrocada do crescimento econômico fez ruir o sonho dos governos militares – Brasil, Grande Potência" (Leitão, 1994, p. 94). A legitimidade do regime militar começava a ser questionado e desenhava-se uma nova etapa: era o reinício da democratização política.

1.5. Educação Superior no Brasil na década de 1980: a contenção e privatização do público

O início dos anos de 1980 foi marcado por um quadro de grande crise econômica, em todo o mundo e, as suas conseqüências são sentidas no Brasil, agravando seus problemas internos, provocando aumento da inflação, arrocho salarial, desemprego, escassez de recursos para investimento em programas sociais, dentre eles a educação, queda da produção industrial, desigualdades sociais e de renda e agravamento da pobreza.

Diante desse quadro de dificuldades e dependência o Brasil teve como interlocutores os organismos internacionais na condução das políticas econômicas do país, e "o governo acaba por bater ás portas e se submeter aos ditames do Fundo Monetário

[79] Ver: PINHEIRO, M. F. (1991, p. 89-100), quando diz::"Sem nenhuma identificação com as bandeiras libertárias que estão na origem do liberalismo, o que está acontecendo no Brasil é um movimento de desmantelamento do Estado. Antes, tinha-se o "Estado máximo", para atender aos interesse privados. Hoje, tenta-se anular o Estado, para que esses interesse sejam defendidos livremente no mercado"

Internacional - FMI" (GERMANO, 1993, p. 268). Soares (1998, p. 17) afirma que "nos anos 80, com a emergência da crise de endividamento, o Banco Mundial e o FMI começaram a impor programas de estabilização e ajuste da economia brasileira".

No campo educacional o Banco Mundial[80] teve seu papel redimensionado e reforçado na reestruturação econômica dos países em desenvolvimento e passou a exercer influente poder para prescrever as receitas que deveriam ser adotadas pelo Estado brasileiro para vencer as crises e buscar as possíveis e "melhores" soluções para os problemas econômicos e sociais, dentre eles, a educação. Segundo Dourado (2002):

> Das orientações gerais do Banco Mundial é possível depreender a prescrição de políticas educacionais que induzem as reformas concernentes ao ideário neoliberal, cuja ótica de racionalização do campo educativo deveria acompanhar a lógica do campo econômico, sobretudo, a partir da adoção de programas de ajuste estrutural. (DOURADO, 2002, p. 239)

Este período, de programas de ajustes estruturais, atendendo aos ditames do capital internacional que geraram a "década perdida" dos anos 80, foi sendo construído inserindo o país na lógica do modelo neoliberal,tendo o mercado como motor dinâmico no processo de desenvolvimento da sociedade.

Meneghel (2003) reforçava uma percepção macro da realidade que interferia, de forma sistemática, no modelo das políticas educacionais, desenhadas no decorrer da década de 1980, e sua consolidação na década de 1990, como veremos no próximo capítulo. A autora enfatizava que:

> Na década de 80, a globalização do capitalismo e sua repercussão nos Estados nacionais deram início à passagem do modelo de Estado intervencionista e de Bem-Estar para neoliberal, que atua apenas como regulador do mercado e promotor da competitividade. (MENEGHEL, 2003, p. 234)

A política educacional, no interior do sistema capitalista, foi marcada por desigualdades de condições e de oportunidades, de debates quanto ao atendimento às necessidades de aperfeiçoamento técnico ou de cultura geral em que a lógica do modelo era neoliberal. Outra problemática colocada para a política educacional fazia referência á sua expansão marcada por períodos de contenção e recessão[81] .

Em 1981, o Ministro da Educação, Rubem Ludwig, encaminha, ao Presidente João Figueiredo, solicitação para proceder ao *controle* da expansão das escolas de ensino

[80] Consultar a coletânea de artigos organizados por Tommase, Warde e Haddad sobre "O Banco Mundial e as Políticas Educacionais".
[81] Categorias usadas por Vieira (1991, p. 77).

superior, avaliar a organização do sistema e fixar novos critérios para sua expansão, através da "expedição de um decreto com vistas a ser sustada a autorização de novas escolas ou cursos, até 31 de dezembro de 1982", sendo prontamente atendido, através do decreto n° 86.000/81 (DOCUMENTA, n. 250, set. 1981, p. 216 -219).

O controle da autorização de novas instituições de ensino superior traz como conseqüência um desaquecimento da expansão deste nível de ensino. Foi retomado, posteriormente, via privatização, na medida em que muitos foram os empresários que, favorecidos pela constante demanda, ingressaram no campo da comercialização do Ensino Superior investindo na abertura de novas escolas. Na avaliação de Germano (1992):

> A política de expansão do ensino superior acabou por se transformar no inverso do que era estabelecido no Artigo 2º da Lei 5.540/68, pois os estabelecimentos isolados passaram a constituir a "regra" e a organização universitária, a exceção. Em 1983, o Brasil contava com 868 instituições de ensino superior, das quais somente 67 eram legalmente classificadas como universidades, sendo 47 públicas e 20 privadas. Em 1988, de acordo com o IPEA, existiam 871 instituições de ensino superior, sendo que 82,77 % correspondiam às escolas isoladas e apenas 9,52 % diziam respeito às universidades. (GERMANO, 1992, p. 151)

Em 1984, a sociedade mobiliza-se, em várias manifestações populares, pelas eleições diretas para Presidente da República[82]. Tal processo se restringiu a uma eleição indireta através de um Colégio Eleitoral, onde foram escolhidos os nomes de Tancredo Neves e José Sarney para Presidente e Vice-presidente, respectivamente. Com a morte de Tancredo Neves, assumiu o governo, José Sarney, em 15 de março de 1985.

Iniciava-se um período denominado "Nova República", "expressão cunhada por Tancredo Neves para caracterizar a transição democrática que deveria levar o país para a Constituinte" (GHIRALDELLI, 2001 p. 219).

Neste contexto de abertura política como lidar com a herança recebida do governo militar? Qual era o quadro econômico no país? Quais os rumos definidos para a política da educação superior? Na avaliação de Meneghel (2003):

> Na Nova República foram feitas diversas tentativas de acabar com o modelo moderno pelo reconhecimento da heterogeneidade do sistema de ES e pela proposição de medidas que legitimavam as diferenças: fim da indissociabilidade ensino-pesquisa; diferenciação de instituições; autonomia como forma de diminuir a participação do Estado nos custos e investimentos; avaliação como controle de gastos. Ma a legislação não foi alterada assim, como na prática, a política do MEC em relação as IES também foi mantida: a indissociabilidade e a autonomia permaneceram "letra morta" e as instituições públicas continuaram a sofrer e denunciar a drástica redução de verbas. (MENEGHEL, 2003, p. 235)

[82] Ver: GERMANO, W. J. (1993, p. 211-260).

Viveríamos um período de grave crise econômica, comentada por muitos autores como a "década perdida" e, uma sucessão de planos econômicos que não conseguiam conter a inflação, diminuir a dívida externa e retomar o crescimento. Na verdade, a economia brasileira vivia um quadro da ameaça constante de uma hiperinflação acompanhada de recessão. Na análise de Ribeiro (2002, p. 56) "não há dúvidas de que a crise da dívida externa acabou por levar o descontrole da política econômica governamental, evidenciando o esgotamento de um modelo de desenvolvimento, cuja base de sustentação estivera na capacidade de financiamento do Estado". Um quadro de exclusão e desigualdades bastante perverso em que os interesses do capital se sobrepõem aos direitos sociais.

A política educacional formatada no período da ditadura foi sendo repensada, tendo em vista o estado de carência da educação em todos os níveis de ensino (analfabetismo, evasão, repetência, precariedade das escolas, falta de material didático, péssimas condições de trabalho para os professores, estudantes apáticos). Precisava-se, no contexto da abertura política, responder a uma população que vislumbrava a possibilidade concreta de uma sociedade democrática. Na análise de Ghiraldelli (2001 p. 205), "todo esse clima de ebulição ideológica, geralmente própria dos anos finais de qualquer regime político, gerou um saldo de produção teórica riquíssima no campo educacional".

Vieira (2000, p. 20) afirmava que "vive-se um tempo de busca, de ensaios e de grande efervescência na organização da sociedade. O velho já não atende as demandas que vão surgindo, o novo, entretanto, ainda não nasceu". A autora acrescenta que foi um período considerado de "indefinição de rumos". E acrescentava:

> As políticas educacionais pretendidas pela Nova República devem ser buscadas nos documentos: Educação para Todos: caminhos para mudança (MEC, ago./1985) e I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República 1986-89 (Brasil, jun./1986). Elementos adicionais podem também ser obtidos no texto síntese do Dia Nacional de Debate sobre Educação (MEC, nov./1985), realizado em 18 de setembro de 1985, na época conhecido como o "Dia D da Educação". Esses documentos procedem a um amplo inventário dos históricos problemas da educação, mas *tendem a oferecerem poucas alternativas inovadoras à sua superação.* (VIEIRA, 2000, p. 55) *Grifos nossos.*

A prioridade das políticas educacionais, no período, tendo em vista os documentos acima mencionados, voltava-se para o ensino do primeiro grau, ampliação da oferta do ensino de segundo grau e, quanto ao ensino superior à preocupação era com os

temas relativos á expansão, á democratização[83], á qualidade e quantidade, a avaliação[84] e ao financiamento[85], público e privado[86], á centralização/descentralização e privatização[87].

Em 1985, novas propostas foram surgindo em relação ao ensino superior com a criação da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, pelo Decreto n° 91.177, que gerou um documento intitulado "Uma Nova Política para a Educação Superior", que, posteriormente, serviu de subsídios para o trabalho do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior – GERES, que será abordado adiante.[88]

Importante registrar que em todos esses documentos, produzidos pelo governo, não se previa expansão para a educação superior sob tutela do Estado e, sim, o favorecimento à privatização da educação com vistas a reduzir o papel do Estado nos custos e investimentos para a educação, diferentemente do quadro já trabalhado anteriormente, quando, no regime militar, visualizou-se um crescimento deste nível de ensino a um ritmo até então desconhecido.

Vale informar, que o referido documento sinalizava que o ensino superior não estava ajustado á realidade do país, estava inadequado na formação de profissionais para o mercado de trabalho, inexistência de trabalhos de extensão para atender ás necessidades da sociedade e ainda, que "a crença de que a indissociabilidade entre ensino e pesquisa foi um "mito" criado pela Reforma de 68" (PAULA, 2001, p. 241).

Esse período de transição democrática teve, como característica principal, a fragmentação institucional, a diferenciação (universidade de pesquisa e universidade de ensino), racionalização de recursos, acompanhada do incentivo à expansão pela via privatização, bem como a privatização do público. Cunha (2001, p. 321) reforçava que a ideologia privatista ganhou forças com o esgotamento do regime militar e ainda, os importantes modelos dos Estados Unidos e da Inglaterra, influenciaram as políticas privatistas no Brasil. Foi uma marca da década de 1980.

Martins (1991), ao referir-se à Educação Superior, apresentava dados reforçando sua privatização e a estagnação no crescimento das instituições públicas:

> Os dados disponíveis com relação aos anos 80 demonstram a consolidação do predomínio numérico das instituições privadas sobre as públicas. De um total de 871 instituições existentes, o segmento público é responsável por 233 estabelecimentos

[83] Democratização como justificativa ideológica para a ampliação da iniciativa privada na educação superior.
[84] Consultar obras de SOBRINHO, J. D.; RISTOFF, D. I.(2003) e SOBRINHO, J. D (2002).
[85] AMARAL, N. C. (2003).
[86] Ampliar discussão sobre o público e o privado na edeucação superior: MARTINS, C. B (1991, p. 63 – 100).
[87] FONSECA, D. M. (1992).
[88]

> (26,75%), ao passo que a rede privada, responde por 638 instituições (73,25%). (MARTINS, 1991, p. 66)

Reforçando o que foi dito anteriormente, este período representou um período de "contenção e de recessão" do Ensino Superior (VIEIRA, 1991, p. 77), na medida em que foram poucas as mudanças que ocorreram se comparadas com a década de 1970.

No entanto, fatos importantes, também, aconteceram, provocados pelo processo de abertura política como, por exemplo: o movimento docente organizado (sedento de participação) quando traziam como bandeiras de luta "a autonomia e democratização da universidade, o ensino público e gratuito como direito de todos e dever do Estado". (VIEIRA, 1991, p. 78). E ainda, a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão, as questões referentes a financiamento das instituições federais, a diferenciação institucional, a relação Estado e Universidade e outros temas que serão aprofundados nas reformas da década de 1990.

Com a efervescência dos debates e a percepção de que a educação deveria ser vista como primordial para atender as novas exigências do capitalismo contemporâneo, o Conselho Federal de Educação – CFE era chamado a discutir os problemas, impasses e desafios educacionais do país, em harmonia com as diretrizes políticas governamentais. Foi um dos principais atores que orquestrou o processo de expansão do ensino superior privado. Em 1981, temas relevantes sobre a educação nacional eram reunidos em torno de quatro temas:

> a) financiamento; b) planejamento de política de expansão da oferta dos cursos de graduação; c) modelo jurídico-administrativo das escolas públicas federais; d) estrutura organizacional da universidade, temas esses abordados e desenvolvidos em função da qualidade de ensino, problema sempre presente como a questão básica a ser, em última análise questionada. (DOCUMENTA, 254, jan. 1982, p. 173)

Quanto à questão do financiamento, o Conselho posicionava-se de forma clara, questionando os riscos as dificuldades da matéria constitucional que define sobre "o ensino superior público e gratuito" propondo, contudo, que permanecesse o sistema da gratuidade indiscriminada, num primeiro momento e, que, gradativamente deveria se implantar a "gratuidade relativa: não pagariam anuidades os que demonstrassem falta ou insuficiência de recursos e efetivo aproveitamento, e pagariam os demais". Outra questão que se colocava era que mesmo sendo a educação um "dever de Estado", as empresas, as famílias, as entidades privadas e a comunidade em geral deveriam "cooperar com o poder público no sentido de promovê-la e incentivá-la" (DOCUMENTA, 254, jan. 1982, p. 176).

Estava aí, sendo lançada a semente de privatização do público? A expansão privada com recursos públicos? Justificavam-se as autoridades governamentais que os recursos provenientes da cobrança de mensalidades, taxas, pós-graduação, pesquisa, seriam revestidos ao aluno carente e ainda, que a gratuidade seria substituída por bolsas de estudo restituíveis o que viabilizaria a participação "democrática" de mais jovens, dentro da Universidade. Buscavam-se novas formas de financiamento como estratégia de ausentar o Estado da responsabilidade com a educação superior.

O que se via, no contexto da educação superior no Brasil, era a política de redução da presença do Estado e a valorização do mercado nas decisões das políticas governamentais, com foco na privatização deste nível de ensino, e a justificativa que as universidades públicas eram, na análise de Meneghel (2003, p. 234) "dispendiosas e inadequadas ao país. Disfuncionais para um Estado endividado e inflacionado, tornaram-se um custo, não mais um investimento". As contradições do discurso governamental quanto à incapacidade do Estado administrar o ensino e, o apoio incondicional ao privatistas da educação são analisados por Cunha (2001), quando esclarecia que:

> Vários têm sido os mecanismos pelos quais os empresários do ensino conseguiram o apoio governamental para seus empreendimentos: imunidade fiscal, garantia de pagamento das mensalidades pelos alunos, mediante bolsas de estudo distribuídas pelo Poder Publico, e até mesmo a inibição de iniciativas governamentais de criação e/ou ampliação de escolas, para dispõem de uma espécie de reserva de mercado educacional. (CUNHA, 2001, p. 322)

Conforme a tabela abaixo, na década de 1980, constata-se, claramente, o quadro de privatização do Ensino Superior, uma vez que, foram criadas 17 universidades sendo 5 instituições publicas (2 universidades federais e 3 estaduais) e 13 universidades particulares, o que demonstra a opção do governo militar e a continuidade no governo da nova República.

Tabela n° 08: Universidades criadas na década de 1980 por dependência administrativa.

UNIVERSIDADES CRIADAS NA DÉCADA DE 1980	ANO DE CRIAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
Universidade do Maranhão	1981	Estadual
Universidade de Rondônia	1982	Federal
Universidade de Ribeirão Presto	1985	Particular
Universidade de São Francisco	1985	Particular
Universidade UNIJUI	1985	Particular
Universidade Braz Cubas	1985	Particular
Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes	1986	Particular
Universidade de Guarulhos	1986	Particular
Universidade Católica de Santos	1986	Particular

Universidade do Piauí	1986	Estadual
Universidade Oeste do Paraná	1987	Estadual
Universidade de Marília	1988	Particular
Universidade Luterana do Brasil	1988	Particular
Universidade Paulista	1988	Particular
Universidade Estácio de Sá	1988	Particular
Universidade Região da Campanha	1989	Particular
Universidade Cruz Alta	1989	Particular
Universidade de Roraima	1989	Federal

Fonte: Dados trabalhados pela autora a partir de ROSSATO, 1998, p. 197-8.

Acompanha esta realidade a opção, também, por mudar o modelo das Instituições de Ensino Superior no país, uma vez que o foco da expansão, desse nível de ensino, ficou a cargo dos estabelecimentos isolados e faculdades privadas. A tabela que se apresenta, a seguir, demonstra toda a evolução da educação superior na década de 1980 e confirma as discussões quanto à privatização, contenção, aumento do número de faculdades privadas e a estagnação das instituições públicas.[89]

Tabela n° 09: Evolução do Número de Instituições por Natureza e Dependência Administrativa – Brasil – 1980-1989

Ano	**Total**	**Universidades**		**Fac. Integradas e Centros Universitários**		**Estabelecimentos Isolados**	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1980	882	45	20	1	19	154	643
1981	876	45	20	2	47	212	550
1982	873	47	20	2	49	210	545
1983	861	47	20	1	56	198	539
1984	847	47	20	1	58	190	531
1985	859	48	20	1	58	184	548
1986	855	49	27	2	63	212	502
1987	853	53	29	-	66	187	518
1988	871	52	31	1	66	180	541
1989	902	54	39	-	64	166	579

Fonte: Evolução do Ensino Superior – Graduação – 1980-1998. MEC/INEP, Brasília, 2000. Dados trabalhados pela autora.

Visualiza-se a expansão de escolas isoladas de educação superior privadas, que em cada canto do país eram implantadas. Assim, o Ministério da Educação - MEC, o Conselho Federal de Educação – CFE, os empresários do ensino e as secretarias estaduais precisavam contar com um mecanismo que orientasse a expansão das escolas e a qualidade do

[89] Para evitar imprecisões, caberia enfatizar que a Instituição Pública entendida como as instituições cuja dependência administrativa seja Federal, Estadual e Municipal e as Instituições Privadas entendida como escola particular, leiga, confessionais, comunitárias classificadas pela dependência administrativa privada.

ensino. Surgiu, assim, um conjunto de orientações e normas[90], então denominada "Nova sistemática de autorização reconhecimento" que poderíamos resumir, em duas diretrizes gerais, a saber:

> A primeira, e talvez a mais importante, diz respeito á utilização do critério de qualidade, o que pode fazer-se tomando por base o conceito de *peer review* – avaliação de pessoas de competência já reconhecida nas respectivas áreas de conhecimento. A segunda diz respeito ao "critério do custo" que, enquanto tal, é indissociável da questão da avaliação. Segundo este último critério, em princípio, **não há nenhuma razão para o poder público vetar ou impedir a criação de estabelecimentos de ensino particulares, cujo custo par o governo será nulo**. (DOCUMENTA, 254, jan. 1982, p. 180-183) *Grifos nossos*.

O educador Anísio Teixeira (1989, p. 122) revelava preocupação quando dizia que, "não se trata de um aumento de matrículas em escolas experimentadas e consolidadas, com professorado competente, mas de maior matrícula devido à criação de escolas sem tradição e com professorado improvisado". Tal diretriz, ao nosso ver, incentivava a privatização da educação superior que foi se tornando uma realidade cada vez mais concreta, com total descaso do governo por suas instituições públicas, respaldando, sem limites, a autorização e o reconhecimento das instituições de Ensino Superior privadas e, canalizando recursos para sua sustentação.

Em relação às instituições públicas, iniciava-se, também, a adoção de uma política de financiamento atrelado, ao processo de avaliação[91] que se cristalizou, especificamente, na década de 1990,[92] e que serão trabalhados no próximo capítulo, quando houve a total consolidação da política-neoliberal, para o campo educacional, especialmente, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Registravam-se, ainda, os grandes debates sobre a crise institucional da universidade, sentida, especialmente, nas instituições federais de ensino superior – IFES, tendo em vista significativa diminuição de investimentos públicos para o funcionamento das universidades e a não ampliação das instituições confessionais comunitárias para atender à necessidade de vagas, neste nível de ensino. Como conseqüência, temos o fortalecimento do setor privado e "a entrada dos empresários da educação teve boa acolhida da política educacional como forma de ampliação das oportunidades educacionais" (MARTINS,1991, p. 66).

---

[90] Ver documento na integra: *Revista Documenta*, 254, jan. 1982, p. 180-183. Importante reforçar que "Autorização é o ato que condiciona o início de funcionamento da escola e dos cursos a que ela se proponha" (p.192) e "Reconhecimento é o ato da validade legal dos atos da escola autorizada" (p. 193).

[91] Para aprofundamento ler a obra de Dias Sobrinho (2002) e ainda do mesmo autor, em parceria com Ristoff (2003).

[92] Ver: AMARAL, N. C (2005, p. 81-91).

No entanto, mesmo assim, as instituições públicas continuariam criando espaços de debates e análises críticas sobre o papel da educação superior no país, através de suas associações, representativas de professores e dirigentes, mais especificamente a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB. Essas associações foram construindo um "mosaico de contribuições" que mostravam posições diferenciadas, muitas vezes incompatíveis, sobre o papel da universidade no contexto da sociedade brasileira. Vieira (1991) relatava que:

> Ocupa o cenário da política universitária um protagonista até então ausente das negociações com a burocracia estatal – o movimento docente organizado, o qual teve papel relevante no sentido de pressionar o Executivo para que atendesse a suas principais reivindicações. Dentre as bandeiras de luta defendidas com maior ênfase pelo movimento docente organizado destacam-se a autonomia e a democratização da universidade, o ensino público e gratuito como direito de todos e dever do Estado, e a conquista de uma carreira docente de base nacional. (VIEIRA, 1991, p. 78)

Moraes (2002, p. 20) alertava que a "proposta neoliberal de "reforma" dos serviços públicos, como se sabe, é orientada por uma idéia reguladora: a idéia de privatizar". Tratava-se de transferir a educação para a esfera privada, delegando responsabilidades públicas para entidades privadas, sob a alegação de que criam "melhores condições de eficiência nos serviços oferecidos à sociedade", transferindo, assim os princípios empresariais para o sistema educacional.

Outra questão, que marcava a política educacional, era a interferência das agências internacionais[93] na definição dos caminhos da educação do país, com prioridade para a universalização da educação básica, e ainda, programas de apoio ao estudante (merenda escolar, bolsas de estudo e material didático) expansão de vagas e oportunidades para o ensino fundamental, entre outros. Para o ensino superior "o crescimento da matrícula torna-se mais lento para não dizer que fica completamente estagnado" (ROSSATO, 1998).

O mesmo autor apresentava os seguintes dados:

> Assim, de 1 377 285 matriculados em 1980, passa-se a 1 594 668 em 1994, portanto, estamos longe do ritmo acelerado das décadas de 1960 e 1970 quando a população estudantil chegou a quadruplicar (...) determinados autores consideram esse período como a *década perdida* para a educação devido aos pequenos avanços que registramos nesse campo. (ROSSATO, 1998, p. 121)

Podemos depreender que as orientações dos organismos internacionais para o conjunto das políticas educacionais e, especialmente, em relação à educação superior, eram de

[93] TOMMASI, L; WARDE, M. J. & HADDAD, S.(1998).

descaso e ao mesmo tempo, de incentivo á privatização do sistema, na medida em que a linha de pensamento do Banco Mundial era de "que os recursos são escassos e todo país deve realocar recursos públicos da educação superior e técnica para a educação básica a ver os fatores do processo educativo como insumos, e a eficiência e as taxas de retorno como critérios fundamentais de decisão" (CORAGGIO, 1998, p. 100).

Silva (2002) relatava que:

> Em 1984, o Banco Mundial sobrepôs-se a UNESCO nas decisões de caráter educacional transformando-se no Ministério da Educação dos países latino-americanos. O ideário – pedagógico do Banco Mundial imposto aos Estados da América Latina, com prioridade para o Brasil, nas duas últimas décadas, está em sintonia com os determinantes e com a natureza do projeto econômico excludente, antidemocrático e hierarquizador. (SILVA, 2002, p. 46)

Tais orientações foram respaldadas pelo Conselho Federal de Educação, especialmente no que se refere à defesa da privatização do ensino superior, na medida em que se tornou importante ator no que se refere "a produção doutrinária de permitir, autorizar e controlar todo o processo de expansão do ensino superior, notadamente o ensino privado" (FONSECA, 1992, p. 63).

Com este quadro, ocorreu o "esfacelamento" da Universidade como campo de transmissão de produção do saber e lugar de ensino, pesquisa e extensão. Fez surgir numerosas instituições isoladas de "ensino" superior para atender ao mercado de trabalho, "produzindo" assim, um trabalhador flexível, reciclável, informado das técnicas mais modernas para atender ás exigências do mercado. Santos (1999) advertia que:

> Sua função tradicional *(da universidade)* de produzir conhecimentos e transmiti-los a um grupo social restrito e homogêneo, quer pelas origens sociais, quer por seus destinos profissionais e de modo a impedir a queda de status, passa a ser duplicada: produzir conhecimentos a camadas sociais muito amplas e heterogêneas e com vistas a promover sua ascensão social. (SANTOS, 1999, p. 211) *Grifos nossos.*

As estatísticas demonstravam essa análise e a opção por políticas públicas de privatização da educação superior do país e, a extinção do modelo de universidade. Segundo análise feita por Martins (1991):

> Em 1988, as universidades representavam apenas 9,53% do conjunto das instituições, ao passo que os estabelecimentos isolados, a maioria deles criados durante o surto expansionista, respondiam pela expressiva cifra de 82,78 % dos estabelecimentos. (MARTINS, 1991, p. 67)

A expansão acelerada das instituições isoladas, estimuladas oficialmente e, sem planejamento prévio, se deu na direção do setor privado, nos estabelecimentos isolados, tendo, como prioridade, a criação dos cursos de Direito e Administração.[94]

Importante visualizar os dados que mostram a expansão dessas instituições:

Tabela n° 10: Crescimento do Número de IES – (1960-1986)

ANO	TOTAL	ESCOLAS E FACULDADES ISOLADAS	UNIVERSIDADES
1960	260	234	26
1966	609	310	48
1972	756	700	56
1976	937	876	61
1980	882	817	65
1986	885	779	76

Fonte: Tabela construída pela autora, a partir dos dados obtidos em FONSECA, 1992, p. 148.

A tabela, a seguir, demonstra o movimento de crescimento da educação superior durante a década de 1980, o número de instituições existentes por natureza administrativa e conseqüentemente, o número de vagas ofertadas, revelando uma expansão significativa de oportunidades via privatização. Percebe-se que não houve expansão das instituições, uma vez que tem anos de refluxo como no período de 1985 a 1987. No entanto, a expansão de vagas, nas instituições privadas, foram,significativamente maior dos que nas IES públicas, a saber:

Tabela nº 11: Ensino Superior: Número de Instituições por natureza e dependência administrativa e número de vagas oferecidas (1980-1989)

ANO	TOTAL	IES PÚBLICAS	IES PARTICULARES
1980	874	192	682
1981	876	259	617
1982	873	259	614
1983	861	246	615
1984	847	238	609
1985	859	233	626
1986	855	263	592
1987	853	240	613
1988	871	233	638
1989	902	220	682

Fonte: Tabela construída pela autora, a partir dados obtidos em FONSECA, 1992, p. 168-169.

Hoje, é possível inferir que o desaquecimento do sistema de Ensino Superior foi provocado, muito mais, por questões econômicas do que por ações governamentais de conter a expansão em nome da qualidade do ensino. Na medida em que a crise da economia se

[94] "Evolução do Ensino Superior – Graduação 1980 - 1998" (MEC - INEP, Brasília, 2000) www.inep.gov.br/superior/censosuperior/evolucao.

agravava, os empresários da educação preocupavam-se em rever seus custos, refrear os investimentos. Ao governo não interessava impedir a expansão das instituições privadas, uma vez que não pretendia investir neste nível de ensino e o "discurso da "pedagogia da qualidade", veiculado pelo governo, em 1980, não alterou os rumos da política privatista" (FONSECA, 1992, p. 172).

Diante deste quadro, mudanças eram debatidas e as entidades educacionais não se furtaram de contribuir, através da Conferência Brasileira de Educação, da reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED realizadas em 1986, que trouxeram subsídios que "culminaram na Carta de Goiânia: educação escolar como direito de todos e dever do Estado, gratuita e laica nos estabelecimentos públicos, e destinação de recursos públicos exclusivamente para o ensino público" (CUNHA, 2001, p. 428).

Paralelo a este movimento, tendo em vista a necessidade de elaboração de propostas de reestruturação da educação superior, foi criado um grupo interno no Ministério da Educação denominado de Grupo Executivo de Reformulação da Educação Superior – GERES através da Portaria n. 100, de 06 de fevereiro de 1986, que tinha como objetivo "elaborar proposições e apresentar medidas legais e administrativas voltadas para reformulação da educação superior brasileira".

A referida portaria orientava para a necessidade de "recolher subsídios junto ao Conselho Federal de Educação e aos Conselhos Estaduais de Educação, às Instituições de Ensino Superior, às associações científicas, ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, às Associações de docentes e às de servidores técnicos administrativos das instituições de ensino superior e às entidades de representação estudantil"[95]. O grupo deveria, no prazo de 90 dias, apresentar suas "propostas e sugestões de medidas consideradas prioritárias".

Interessante perceber que as orientações quanto às categorias alvo de preocupação do GERES já estavam previstas na referida portaria e, tinham, como prioridade, os seguintes temas: "melhoria da **qualidade** de pesquisa, ensino e extensão universitária, montagem de sistemas internos e externos de **avaliação de desempenho** acadêmico e administrativo e financeiro das instituições de ensino superior, **financiamento** da educação superior, medidas relacionadas com o pluralismo organizacional, a **autonomia** acadêmica e administrativa e os **controles públicos** sobre as instituições de ensino superior, bem como **formas de gestão e supervisão** adequadas às peculiaridades de atividade científica e de produção e transmissão de conhecimentos" (*grifos nossos*).

[95] Portaria n. 100, 06/02/1986. Of. N. 27/86, publicado em DOU de 07/02/1986 e assinado por Marco Maciel.

Na avaliação de Ribeiro (2002, p. 132) “a diversificação real do sistema não era só reconhecida, como enfatizada e (...) não tinha sentido pretender o enquadramento da educação superior do país no modelo universitário clássico”. Daí, o conjunto de reformas propostas para a educação superior que foram implementadas, na década de 1990. Tem-se a confirmação em Paula de que:

> Através da Portaria n° 100, de 6 de fevereiro de 1986, o Ministro da Educação Marco Maciel, “considerando a necessidade de reflexão coletivas obre as proposições contidas no relatório “Uma Nove Política para a Reformulação da Educação Superior”, resolve criar o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior – GERES, “com objetivo de elaborar proposições e apresentar medidas legais e administrativas voltadas para a reformulação da educação superior brasileira”. Este grupo teria o prazo de 90 dias, a contar de sua instalação, para apresentar as suas propostas. (PAULA, 2002, p. 248)

Este período viu nascer a Assembléia Nacional Constituinte - ANC que preparou a Constituição de 1988, a partir de grandes debates e mobilizações, provocando a retomada de direitos esquecidos da sociedade.

Os debates que vinham sendo travados no interior do GERES foram deslocados para o Congresso Nacional e as entidades que representavam os interesses privatistas encontravam-se, em maioria.

Em outubro de 1988, é promulgada a Nova Constituição, sendo considerado um episódio marcante na vida da população brasileira, apresentando um capítulo destinado à questão da educação. Em seu Artigo 207, estabeleceu que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Ainda, no Artigo 209, I e II, define que o “ensino é livre à iniciativa privada”, atendendo as “normas gerais da educação nacional” e conseqüente “autorização e avaliação da qualidade pelo Poder Público” e ainda em seu Art. 213, quando afirma que “os recursos públicos serão destinados as escolas públicas, podendo ser dirigidos as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas”.

Os documentos produzidos no período expressavam que a política neoliberal deveria advogar a necessidade de um mercado educacional e que a educação deveria dar ênfase à competitividade, produtividade, eficiência e qualidade. Reforçava a crença de que o mercado era o único instrumento para a obtenção da liberdade política e econômica e defendia a transferência das atribuições do Estado para a esfera do mercado. Quanto ao tema Sousa (1980) afirmava que:

> Não se pode pretender que as necessidades do mercado de trabalho seja o balizador exclusivo e determinante da política de expansão do ensino superior. Destinada a uma elite privilegiada a educação superior ainda é vista como um “bem de

> consumo" por larga parte dos indivíduos que a demandam, os quais jamais irão competir no mercado de trabalho especifico da profissão em que receberão formação. É evidente que nem por isso pode o Estado negar-lhes acesso ao sistema de ensino superior. (SOUZA, 1980, p. 157)

No entanto, os partidários do neoliberalismo defendem que o mercado é o instrumento capaz de regular os interesses e as relações sociais e que o setor público é o responsável por toda a crise da sociedade. Tal afirmação é a base de sustentação do neoliberalismo: o Estado é insuficiente para administrar o setor público, enquanto o setor privado é considerado eficiente. Assim, fortalece os ideários da privatização da educação, orquestradas com maior harmonia na leitura da pauta contida no denominado "Consenso de Washington", estabelecido em novembro de 1989.

Nessa perspectiva, Dourado & Bueno (2001, p. 92) assinalavam que "esse caráter privatista é resultante, dentre outras coisas, do alargamento das funções do *ethos* privado ainda que subvencionadas pelo poder público". Fortalecia-se, no meio educacional, as instituições privadas e na análise de Martins (1989, p. 39) esse "novo" ensino privado constituiu-se como um conjunto de estabelecimentos que se autoproclamariam "como instituições voltadas para a formação de recursos humanos".

Assim, a política neoliberal implantou diferentes modalidades de privatizações, ausentando o Estado da responsabilidade de conduzir o processo de expansão desse nível de ensino. Dentre essas modalidades de privatização, no campo educacional, temos a constatação de que:

> A modalidade mais visível (e denunciada) de privatização educacional vincula-se à delegação da responsabilidade do financiamento estatal para entidades privadas. O Estado vai reduzindo sua participação como agente central na alocação dos recursos destinados ao financiamento dos serviços educacionais, transferindo essa responsabilidade aos próprios indivíduos, às famílias ou às empresas. (GENTILI, 2001, p. 77)

Na verdade, para os neoliberais, a educação passa por uma crise de eficiência, eficácia e produtividade e afirmam que o Estado é assistencialista e ineficaz, defendendo a retirada do setor público da área administrativa de políticas sociais. A solução, para a expansão das oportunidades de acesso ao ensino superior, é a aplicação de recursos públicos nas instituições privadas e ainda, a diversificação do Ensino Superior com ênfase nas instituições não universitárias. Fonseca (1992, p. 50) lembra que neste período de debates sobre as políticas de ensino superior alertando que "os empresários da educação detinham

mais poder que os grupos confessionais. Eles constituíram-se num verdadeiro lobby privatista formando grupo de pressão que veicularam e intensificaram a campanha de valorização do ensino particular".

Outro fator importante a considerar é que a privatização foi acompanhada pelo processo de diversificação das Instituições de Ensino Superior quando as qualificam em Universidade, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas e os Institutos Superiores.

O quadro nacional passou a ser caracterizado pelas seguintes diretrizes: economização, mercantilização, diversificação, expansão, privatização, flexibilização e descentralização, avaliação e financiamento, qualidade e quantidade, público e privado, categorias que acreditamos sintetizar o que, está em pauta nas discussões sobre as políticas para o ensino superior no Brasil. Reforça-se que, este período, encontra-se marcado pelo papel dos organismos internacionais na política educacional, na medida em que "difundem, entre outras medidas, em seus documentos, uma nova orientação para a articulação entre educação e produção do conhecimento, por meio do binômio privatização e mercantilização da educação" (DOURADO, 2002, p. 239).

O espaço político, que possibilitou tal influência, foi acelerado no Governo Collor de Mello e se cristalizou no governo Fernando Henrique Cardoso, que assumiram a agenda neoliberal, no alinhamento das políticas educacionais a nova ordem econômica e de mercado, na década de 1990 e que será objeto de maior discussão no próximo capítulo.

1.6. Políticas para a Educação Superior na década de 1990 nos Governos Collor, Itamar e FHC: antecedentes históricos, marco da expansão e a influência dos organismos multilaterais

Várias foram as transformações ocorridas, no Brasil, ao longo da década de 1990[96], que se iniciou com o processo de profunda transformação na estrutura do capitalismo, com a substituição do "modelo desenvolvimentista" (década de 1950-1980), de forte intervenção estatal, para um "modelo liberal" de predomínio das relações de mercado. Fiori

[96] Consultar: FIORI (2002, p. 92): "o discurso libera entronizou entre nós, na década de 1990, como princípios axiomáticos irrefutáveis de toda e qualquer decisão governamental, os conceitos utópicos do "indivíduo racional", "eficiência dos mercados regulados", " competitividade global", "estado mínimo", etc E ainda que "em nome do mercado e da competitividade global sucatearam o patrimônio público, desendustrializaram-se, destruíram empregos e direitos sociais, reduziram os salários e cortaram os gastos e investimentos públicos sem alcançar maior desenvolvimento, nem muito menos uma maior equidade social (p.93). Ver ainda: FERRREIRA, A. C. & ALVIM, V. (2001).

(2002, p. 77) relata que a "ideologia econômica e política, que saiu vitoriosa da década de 1990, responde pelo nome de neoliberalismo". E acrescenta:

> A primeira, sua pedra angular, pode ser sintetizada pela consigna "o menos de Estado e de política possível". A palavra de ordem é despolitizar a economia e reduzir ao mínimo a intervenção do Estado na vida social. Trata-se de propostas defendidas em nome da eficácia da "mão invisível" dos mercados e dos direitos e interesse do indivíduo. (FIORI, 2002, p. 78)

Essas mudanças, no funcionamento da economia capitalista no Brasil e, nos objetivos da política de Estado, provocaram a modificação da posição política e do poder econômico dos diferentes setores da burguesia brasileira, depois de sua adesão ao "mito neoliberal da modernidade, associado à utopia da globalização" (FIORI, 2002, p.189).

Tema que não poderia deixar de ser visitado uma vez que, a globalização se transforma em ideologia da classe dominante, permeando todos os discursos e justificativas para a implantação das políticas neoliberais, conforme análise de Rampinelli (2001):

> Com os conservadores assumindo cada vez mais posições de mando, com os economistas teóricos defensores do livre mercado recebendo seus prêmios nobéis, com as ditaduras de segurança nacional na América Latina silenciando os opositores e com os intelectuais em retirada para posições mais conservadora, abres-se o caminho para a implantação das políticas neoliberais. Os detentores do poder passaram a usar eufemísticamente a palavra globalização, termo criado pelas escolas de Administração de Empresas estadunidenses e popularizado nos anos 80 através de obras de conhecidos consultores em estratégias de marketing internacional, para caracterizar a nova situação econômico-político mundial. (RAMPINELLI, 2001, p. 16)

O Estado promoveu a abertura comercial, a desregulamentação financeira que levou ao aprofundamento da dependência da economia brasileira frente ao capital financeiro internacional, favorecendo a dominação e a exploração[97]. Silva Jr. (2003, p. 60) referia-se "a contradição que funda nosso Estado reformado e sobre a perda de nossa soberania: temos um Estado forte no âmbito interno e submisso no plano internacional".

O quadro apresenta uma política de juros altos, uma concorrência internacional desleal, tendo em vista a falta de investimento público e uma política de privatização do setor estatal produtivo e de serviços. Silva Jr. (2002) em novo estudo afirmava que não era difícil observar o movimento de mudança do Estado, uma vez que a esfera pública se retrai e a esfera privada amplia-se e, assim, o autor complementava:

---

[97] Vide: *Consenso de Washington*, trabalhado no capítulo anterior. Importante registrar ainda que, na análise de Rampinelli (2001, p.18) "toda esta ideologia de dominação está consubstanciada no Consenso de Washington, o qual consiste em um conjunto de medidas de ajustamento e estabilização das economias dos países da América Latina propostas em 1989 e julgadas recomendáveis pelos principais atores políticos da capital dos Estados Unidos, como também pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional".

> O Estado nacional é forte e pouco interventor no econômico e no social: forte porque produz políticas sobre as diversas atividades do Estado; pouco interventor, pois impulsiona, segundo a ideologia liberal, um movimento de transferência de responsabilidade de sua alçada para a da sociedade civil, ainda que as fiscalize, avalie e financie, conforme as políticas por elas produzidas e influenciadas pelas agências multilaterais. O poder regulador, sob a forma do "político", é agora o poder econômico macrogerido pelo capital financeiro, com graves conseqüências para a cidadania e a educação. (SILVA JR., 2002, p.33)

No plano educacional, a substituição do desenvolvimentismo pelo modelo capitalista neoliberal, levou ao declínio da escola pública, à privatização do ensino, à conversão da educação em mercadoria e à mudança no perfil da Universidade. As políticas educacionais implementadas no Brasil, para a educação superior, foram construídas dentro de uma visão economicista das políticas sociais, em especial a educação, com ênfase no processo de expansão, diversificação, descentralização, avaliação, privatização e mercantilização da educação superior.

Com a mundialização do capital, mudanças no mundo do trabalho, reestruturação produtiva, privatizações, um "novo" papel do Estado no contexto das políticas neoliberais foi sendo desenhado (FRIGOTTO, 1995; ANTUNES, 2004), a partir das prescrições dos organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial – BM, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e a Organização Mundial do Comércio – OMC, para os países em desenvolvimento.

As prescrições propostas, por esses atores, eram de conduzir as reformas econômicas e sociais com ênfase no ajuste estrutural, flexibilização das relações de trabalho, reforma econômica, globalização e estabilização. No entanto, essas orientações carregam posições ideológicas de corte neoliberal, mascaradas por um discurso muito bem estruturado de conotação positiva, mas que interferiram de modo significativo na implementação das políticas públicas no país e, na vida das pessoas. Ferreira (2001) expõe com clareza o que se encontrava entre linhas e o que se pretendia ocultar, a saber:

> Em primeiro lugar, o termo *ajuste estrutural* significa uma intervenção do Estado na economia com o objetivo de reduzir direitos sociais e trabalhistas e possibilitar uma concentração de renda e da propriedade; em segundo lugar, a *flexibilização das relações de trabalho* é uma contraposição aos contratos coletivos de trabalho e uma busca pela redução dos direitos do trabalhador; em terceiro lugar, a *reforma econômica* é uma forma de fazer com que o capital se aproprie de uma parcela cada vez maior da riqueza gerada na economia, as empresas públicas sejam transferidas para o capital privado e o capital externo possa explorar os recursos nacionais estratégicos; em quarto lugar, a *globalização*, que é um processo de expansão dos paises imperialistas que aparecem como sendo movimentos de produtos e de capitais através de fronteiras, unindo os países num esquema mundial de comércio; por último, a *estabilização* – um termo aparentemente neutro e técnico – carrega consigo

> a tarefa de diminuir a resistência social e fortalecer os lucros e a capacidade de barganha do capital. (FERREIRA, 2001, p. 35)

As duas últimas décadas do século XX foram marcadas por profundas mudanças em todos os níveis, especialmente, no mundo do trabalho, com o desenvolvimento tecnológico, no encolhimento do espaço público, através das privatizações e da desobrigação do Estado com as políticas sociais, a globalização do capital e a ideologia de competitividade, através dos critérios de eficiência e de eficácia com a implantação das políticas neoliberais e, conseqüentemente, uma nova reestruturação da sociedade capitalista.

Dourado et al (2003, p. 19) lembrava que "esse cenário de minimização do papel do Estado, no que se refere às políticas públicas, resultantes desses arranjos macro-econômicos, redimensiona tais políticas especialmente no campo educativo".

Diante desse quadro, verificavam-se desdobramentos, também, na atuação e no papel do Estado, no que se refere à questão educacional. Quanto à educação superior, objeto de estudo desse trabalho, pode-se constatar que essas mudanças implicaram em novas formas de organização das instituições, assim como uma expressiva expansão desse nível de ensino, no setor privado e uma nova configuração das instituições públicas. Gentili (2001) advertia que:

> O crescimento da oferta privada tendeu a se beneficiar da crise que atravessa a universidade pública: por um lado, canalizando e captando para si boa parte do aumento da demanda pela educação superior; por outro, desfrutando das vantagens oferecidas por administradores que, mediante regulação pseudoliberalizadora, autorizam a criação de dezenas de novas instituições, transformando a educação superior em um verdadeiro (super)mercado de títulos e cursos. (GENTILI, 2001, p.99)

Destaca-se, nesse período, as novas configurações do trabalho, a constituição de um novo paradigma técnico-econômico, a reestruturação do setor produtivo e a definição de novas trajetórias organizacionais e o papel da educação, como um "capital humano"[98] e não, a educação como base do resgate da qualificação no processo de trabalho e da própria construção da cidadania.

Este é o panorama geral com que se move a política educativa, nos anos 1990 e, onde os educadores passam a ocupar seu espaço, de forma diferente em relação aos anos anteriores, uma vez que numa sociedade globalizada, sob orientação do modelo neoliberal, valorizam-se os critérios e princípios da teoria da Administração de Empresas[99], tornando-se

[98] Consultar FRIGOTTO, G. (1993, P. 35-68), quando apresenta um capítulo específico sobre "Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum".

[99] Consultar: PARO, Vitor. (1998, p. 45). quando analisa as dimensões técnicas e políticas das teorias administrativas e relata que "a administração, ou a utilização racional de recursos para a realização de fins,

um arcabouço teórico das políticas públicas e, assim, discutir como são veiculados e difundidos os princípios de eficiência, eficácia, produtividade, qualidade, a partir do racionamento de recursos e redução de gastos, repensando o papel do Estado e da educação, no contexto brasileiro. É necessário refletir, a partir da avaliação realizada por Silva Jr. e Sguissardi (1999):

> Os aspectos ideológicos da administração capitalista na sua teoria e na sua prática, quando se tornam explícitos, são suficientes para mostrar a impossibilidade teórica de explicar e dar sustentação a políticas sociais, que vêm sendo produzidas como políticas econômicas, portanto, segundo as exigências colocadas pelo atual movimento do capital. No entanto, é preciso compreender este mesmo problema do ponto de vista educacional, ou seja, é necessário, compreendê-lo a partir da especificidade do fenômeno educativo. (SILVA JR & SGUISSARDI, 1999, p. 250)

Almeja-se, assim, refletir sobre como a educação, enquanto política pública, sofre as influências das relações estabelecidas na sociedade capitalista, embalada pela ideologia neoliberal e identificar os principais fatores relacionados às características e aos rumos assumidos pela expansão, mercantilização, privatização, diversificação e descentralização da educação no Brasil.

Torna-se necessário apreender a realidade, sua concretude, suas contradições e complexidades e compreender que, com a mercantilização da sociedade, visualiza-se um quadro de intenso desenvolvimento tecnológico e, de brutal desigualdade social e de renda, acompanhado de mecanismos ideológicos para dar sustentação à atual fase do capitalismo.

A ampliação das demandas educativas nos anos 1980 e 1990, numa sociedade em processo de redemocratização, encontrava obstáculos com o agravamento da crise do modelo de desenvolvimento adotado pelo país. Tendo em vista as mudanças provocadas pela internacionalização da economia, a dependência de capitais externos para investimentos, o crescimento das dívidas interna e externa foi possibilitando o alinhamento da economia brasileira às diretrizes propostas pelos organismos financeiros internacionais.

Esse alinhamento político e econômico que repercutiu e influenciou de forma significativa a questão educativa enquanto política pública foi possível com a ascensão de Fernando Collor de Melo empossado em 15 de março de 1990 e, afastado da Presidência, em 2 de outubro de 1992, decorrente do processo de *impeachment.*

Assumiu a presidência, o vice-presidente Itamar Franco permanecendo até 1994, sendo substituído por Fernando Henrique Cardoso, que conduziu o país por dois mandatos, de 1995 a 2001.

---

adquire, na sociedade capitalista, como não poderia deixar de ser, características próprias, advindas dessa situação de domínio"

Este período caracterizou-se por um processo de reestruturação do Estado sob orientação das políticas neoliberais, "contemplando uma integração subordinada do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado" (ANTUNES, 2004, p. 16).

Na década 1990, visualizou-se o incremento do processo de privatização e o Estado passou a ter uma administração pública de caráter gerencial e flexível, em que o cidadão passou a ser visto como consumidor; introduziu-se, nas funções públicas, os valores do mercado; transferiu-se muitas das funções do Estado para a iniciativa privada, tendo em vista as orientações e recomendações dos organismos multilaterais, em especial o Banco Mundial.

Também no campo educacional a privatização esteve presente, quando disseminaram as instituições privadas de Ensino Superior que se expandiam, cada vez mais, através de significativas redução dos gastos com as instituições públicas de Ensino Superior, dos inúmeros incentivos fiscais e, da dotação de uma variedade de tipos de verba pública para sua manutenção e expansão.

Os estudos e dados que serão apresentados, ao longo deste capítulo, indicam que o Ensino Superior, no país, passou por um acentuado crescimento quantitativo, na década de 1990, caracterizado pelo aumento do número de instituições, de matrículas, de cursos, de novas modalidades de cursos e instituições, de um novo perfil de estudante, etc. O ensino superior, no período estudado, deu mostras de sua capacidade de crescer aceleradamente e é, sobre essa expansão que caminharemos.

Na trajetória dessas transformações, forma-se um campo acadêmico extremamente complexo, uma vez que o crescimento quantitativo dessas instituições não tem sido acompanhado pelo crescimento qualitativo. A expansão de escolas isoladas, dissociadas da tríplice função da Universidade que é o ensino, a pesquisa e a extensão está sujeita às leis do mercado como uma grande empresa, onde o aluno é o cliente, e o dono da instituição é o dono do capital. Assim, veiculava-se uma nova concepção gerencial de Estado e de Educação.

Pode-se afirmar que esse período caracterizou-se por um processo de reestruturação do Estado sob orientação das políticas neoliberais "contemplando uma integração subordinada do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado" (ANTUNES, 2004, p. 16), orquestradas nos governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso. Discutiremos, como foram veiculados e difundidos os princípios de eficiência, eficácia, produtividade e qualidade na educação superior, expressos na Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional – LDB – 9394/96 e no Plano Nacional de Educação – PNE – 1996/2006, como será examinado mais adiante.

1.6.1. O governo de Fernando Collor de Mello – 1990-1992

A implementação concreta dos dogmas neoliberais no Brasil começou a se delinear no início dos anos 1990, no governo de Fernando Collor de Mello. Foi neste contexto de reformas estruturais que se situaram o processo de globalização, a reforma do Estado[100], a liberalização financeira, abertura comercial, redução do papel do Estado na economia e modernização tecnológica, gerando mudanças sociais, políticas e econômicas profundas.

Esse período de desmonte das políticas sociais mostrava uma "violenta interrupção no seu estabelecimento e consolidação, a partir dos ajustes estruturais que tiveram início em 1990, na gestão do presidente Fernando Collor de Mello" (NASCIMENTO et al, 2002, p. 94). O espaço político que possibilitou assumir a agenda neoliberal foi o referido governo, adequando-a a nova ordem econômica e de mercado que "Collor insistia em nominar como a "inserção do Brasil na modernidade" (SGUISSARI & SILVA JR., 1999, p. 230).

A entrada do Brasil na nova ordem mundial, ditada pelos organismos multilaterais, pressupunha um novo projeto político com o consentimento do governo federal, através de seus ministérios, em que prevaleciam a superioridade do setor privado sobre o setor público. Frigotto (1991) relatava que o modelo econômico que veio sendo implantado no Brasil:

> Define-se por uma postura neoliberal ou neoconservadora, onde as teses básicas são a ineficiência do Estado e por isso a necessidade de um Estado pequeno, fim dos salários garantidos, novo arrocho e *eleição do mercado como o deus regulador no conjunto das relações sociais*. (FRIGOTTO, 1991, p. 50) *Grifos nossos*.

O Governo Collor, historicamente, significou a adesão do Brasil a um programa *neoliberal* de desenvolvimento inspirado nas políticas da 1ª ministra Margareth *Thatcher* (1979-1990) na Inglaterra e, do presidente dos Estados Unidos Ronald Regan (1981-1989), sistematizado no chamado Consenso de Washington que representava o receituário das políticas neoliberais para os países emergentes que precisavam "reformar" sua política econômica.

A propagação deste Consenso estava alicerçada em medidas como: eliminação das barreiras alfandegárias e de investimentos, implementação de rígida disciplina fiscal,

[100] Consultar STORCK, Vera Sueli (1992) sobre a reforma administrativa do governo Collor.

reforma tributária, liberalização das taxas de juros, revisão das prioridades de gastos públicos com conseqüente redução dos mesmos.

A gestão econômica do governo Collor foi marcada pela implantação de política neoliberal, acompanhada por uma grave desorganização financeira com abertura da economia nacional ao mercado internacional; lançamento de um programa de estabilização baseado no confisco monetário; congelamento de preços e salários e na reformulação dos índices de correção monetária. Tomaram-se medidas duras de enxugamento da máquina estatal, como a demissão de funcionários públicos e a extinção de empresas públicas com uma justificativa da imediata necessidade de "modernização (privatista) do Estado" (ANTUNES, 2004, p.10).

O discurso veiculado era de que o Estado era caracterizado como:

> Ineficiente, ineficaz e atrasado ao contrário do setor privado, que é apresentado como aquele que possui mais responsabilidade na gestão dos recursos, é "empreendedor" e possuidor de uma "racionalidade" que o torna mais eficiente e eficaz, permitindo que seus produtos e seus serviços tenham maior qualidade. (NASCIMENTO et al, 2002, p. 96)

Vale lembrar que as medidas, adotadas através dos planos econômicos causaram grande impacto e afetaram a vida da população. Ações norteadas pelo autoritarismo e intervencionismo (congelamentos, confiscos, bloqueios) no sistema econômico do país, tendo como conseqüências um quadro de recessão econômica, inflação, instabilidade e agravamento dos problemas sociais. Com o processo inflacionário, as agências financeiras internacionais pressionavam o governo a adotar uma política de contenção dos gastos públicos, através de reformas que levassem ao "enxugamento" do Estado, e mudanças significativas na relação do Estado com a sociedade civil. Na análise de Silva Jr. e Sguissardi (1999) essas mudanças,

> Significam transformações em variadas esferas de atividades: na base produtiva, na organização macro e microeconômica, na política e na cultura. Ainda na articulação de tais esferas, transformações na produção de um novo ser social, o que implica, parafraseando Gramsci, um novo jeito de sentir, ver e pensar o mundo, ou seja, a produção de um novo homem, para um novo momento histórico do capitalismo. SILVA JR. E SGUISSARDI, 1999, p. 230)

No projeto político do governo, pautado no discurso da modernização, as Instituições de Ensino Superior teriam a responsabilidade de formar profissionais demandados pelo mercado. Na arena educacional, em dezembro de 1990, foi apresentado ao país um documento denominado "Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de Educação - 1991/1995"[101], que tinha por objetivo apontar os rumos da política educacional.

[101] MEC. Programa setorial de ação do Governo Collor na área de educação. 1991-1995. Brasília, dez., 1990.

Indicava a necessidade de melhoria da formação básica com apoio da sociedade, propunha mudanças substantivas em relação à autonomia universitária e ao engajamento dos setores produtivos da sociedade, buscando uma articulação entre universidades, empresas e instituições científicas.

Destacavam, ainda, a questão da autonomia, o apoio às atividades de assistência ao estudante universitário e a necessidade de maior eficiência na gestão das Universidades Federais, colocadas no campo de prioridades e inovações setoriais.

A história mostra que a ação político-educativa do referido governo avançou, deixando a semente da crença de que o ensino básico é prioridade e deveria ser responsabilidade maior dos Estados e Municípios e fazia crítica ao sisatema de Ensino Superior de pais, em especial as IFES, consideradas muito dispendiosas aos cofres públicos. Ressaltava a necessidade premente de expansão do ensino superior privado.

As políticas públicas para o Ensino Superior expressas no documento lançado em 1991, denominado "Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional"[102], colocava em pauta a discussão da gratuidade do Ensino Superior, oferta de vagas na IFES, regulamentação da autonomia universitária e, instituía um novo sistema de alocação de recursos financeiros, articulados a um amplo processo de avaliação que poderia garantir a qualidade do ensino.

A educação vai aparecer como uma das "estratégias para a reestruturação produtiva" (VIEIRA, 2000, p. 102) numa relação de comunhão com as empresas privadas.

Representantes do Banco Mundial propunham, ainda, incentivar ganhos de produtividade, através das atividades de pesquisa e extensão, estimulando as IFES a buscarem recursos extra-orçamentários, sobretudo junto às empresas como fontes alternativas de financiamento. Ou seja, a privatização da Universidade concretizada através da venda de prestação de serviços, colocava a extensão como veículo privilegiado para a sua efetivação. Era uma forma de possibilitar investimentos no ensino básico e reduzir os investimentos no ensino superior gratuito.

Como resultado dessa política, o Governo elabora um Projeto de Emenda Constitucional (PEC nº 56/91), intitulado "Abertura da Economia Brasileira e Modernização das Universidades". Este projeto propunha alterações dos artigos 206 e 207 da Constituição Federal, que sistematizava todas as propostas acima mencionadas. Pretendia-se transformar a Universidade pública em uma categoria de organização, retirando dos trabalhadores em

[102] BRASIL. Presidente, 1990-1995 (F. Collor). *Brasil:* um projeto de reconstrução nacional. Brasília, 1991. Importante consultar VIEIRA (2000, p. 100) que reforça a necessidade de leitura do referido documento "por trazer uma discussão sobre a reforma do Estado (...) um tema – chave do debate nacional ao longo dos anos noventa e assim, *é impossível ignorá-lo*". (*grifos nossos*).

educação, a condição de servidor público e ainda, apontava o setor privado como fonte de financiamento das instituições federais de ensino superior – IFES. Essas propostas sofreram várias críticas do movimento docente, mas já indicava o caminho de desregulamentação dos direitos dos servidores públicos e de desmonte das universidades públicas que seria trilhado pelo futuro governo Cardoso.

Vieira (2000), examinando o período de 85 a 95, revelava que o governo Collor, caracterizou-se na educação com "muito discurso e pouca ação" e lembrava que:

> Para o conjunto da educação brasileira, todavia, o governo Collor passou em brancas nuvens. A paralisia da máquina federal, mas emperrada do que antes, em função da extinção de órgãos, de ameaças de demissões e de disponibilidade, associada a um clientelismo sem precedentes contribuiria para com o esgarçamento da política educacional, algo que já vinha ocorrendo desde o período anterior. Trata-se de um governo que, em matéria de educação, não governa e não diz a que veio e, por isso mesmo, caracteriza-se por muito discurso e pouca ação. (VIEIRA, 2000, p. 113)

No ano de 1992, começou a crescer uma mobilização social de oposição a Collor com um grande engajamento de estudantes, políticos, empresários, da mídia, de trabalhadores que culminaram em seu *impeachment*. Torna-se necessária, a reflexão da participação de cada sujeito histórico envolvido no movimento e, o que motivou seu engajamento. No entanto, ficava claro que o grande eixo responsável pela união de todos esses grupos foi, sem dúvida, a questão ética.

Leher (2003) demonstrava o fim da "era" Collor e sua estreita ligação com a "era" FHC, no encaminhamento do receituário neoliberal, orquestrado pelos organismos internacionais, e afirmava:

> A história do fracasso do *modus operandi* do governo Collor é relativamente conhecida. A fragilidade de seu sistema de alianças e a sua incapacidade de tornar-se dirigente criaram as condições para o *impeachment*. A seguir, as frações das classes dominantes comprometidas, direta ou indiretamente, com o Consenso de *Washington*, criaram o governo FHC que, finalmente representava plenamente os interesses da burguesia internacional, especialmente a financeira. (LEHER, 2003, p.85)

1.6.2. Governo Itamar Franco – 1993 -1994

Assumiu o governo, o vice-presidente Itamar Franco, e diante da situação em que o país se encontrava, provocada por todas as denúncias de corrupção e de planos econômicos desastrosos, dentre outros, o Presidente procurou tranqüilizar a opinião pública e os setores da economia.

No que se refere à política para o Ensino Superior houve a tentativa de implantação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC-56), citada, anteriormente, na gestão do Ministro Murilo Hingel, que procurou dialogar com os Estados, Municípios, professores, funcionários públicos da Pasta da Educação e as entidades representativas da educação, em todos os níveis, buscando avaliar as necessidades, ações e soluções que a arena educacional reclamava. Na avaliação de Vieira (2000),

> O Ministro posiciona-se em sentido contrário às políticas dos dois governos precedentes: acredita na universidade pública, declara-se contra o ensino pago nas instituições superiores públicas, não busca a polêmica com os proprietários de escolas privadas através do controle de mensalidades, preocupa-se com a educação das crianças pequenas e com a valorização do professor. (VIEIRA, 2000, p. 116)

Nos documentos produzidos, no período, pode-se afirmar que o ministro considerava a educação como prioridade nacional, sendo a educação de qualidade um direito de todos os cidadãos. Confiava que a política educacional deveria ser resultado da participação da comunidade educacional e seus órgãos representativos e, assim, propiciou um debate sobre o "Plano Decenal de Educação Para Todos" em 1993, que se desdobrou em planos, programas e projetos educacionais elaborados pelos municípios e Estados.

Em 1993, a Secretaria de Ensino Superior – SESu/MEC, criou uma comissão[103] que tinha por objetivo, conduzir o processo de avaliação institucional, denominado "Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB[104], formulado e implementado, durante o governo Itamar (1993-1994). Esta comissão era formada por representantes de relevantes associações nacionais como: a Associação Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior -ANDIFES, Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM, Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP e Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas - ABESC e de quatro associações nacionais de pró-reitores.

Coordenada pela SESU-MEC, a comissão ganhava respeitabilidade diante da comunidade universitária por sua representatividade e legitimidade e produziu o "Documento Básico de Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional", em novembro de 1993, que buscava sistematizar uma " proposta institucional desenvolvida pela IES, buscando atender a uma tripla exigência da universidade contemporânea: um processo continuo de

[103] MEC/SESu, Comissão Nacional de Avaliação. Documento Básico: Avaliação das Universidades Brasileiras, Brasília, SESu, 1993.
[104] MEC/SESu, PAIUB. Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Brasília, SESu, 1994. 111p.

aperfeiçoamento do desempenho acadêmico; uma ferramenta para o planejamento e gestão universitária e, um processo sistemático de prestação de contas à sociedade".

O processo de participação da comunidade universitária era estimulado e, até 1994, o MEC desenvolvia um trabalho de parceria com as universidades, atuando como "coordenador, articulador e agência financiadora da avaliação institucional, assumindo a posição política de parceiros das universidades" (MEC/SESu, 1996, p.1).

Os princípios contidos no PAIUB diziam respeito à identidade institucional, permitindo a adesão voluntária ao processo de avaliação. A crença da comissão estava alicerçada na criação de uma cultura de avaliação que representasse um avanço no processo de desenvolvimento das instituições, visando elevar a qualidade das atividades acadêmicas e não um mecanismo de punição e de perseguição. O processo de avaliação deveria ser realizado pelas próprias instituições de Ensino Superior.

É importante registrar que a forma, como o PAIUB foi sendo conduzido, gerou a adesão de um número significativo de IES. No entanto, a crítica, formulada ao processo, era a da não obtenção de dados suficientes, para um diagnóstico mais profundo do sistema de educação superior. Críticas que possibilitaram, posteriormente, a "imposição" de um novo modelo de avaliação das IES, comandado pelo Ministro Paulo Renato, em 1995, denominado Exame Nacional de Cursos, que será abordado posteriormente.

Como fruto dos trabalhos desenvolvidos com o estímulo ao debate das questões educacionais brasileiras, foi realizada a Conferência Nacional de Educação para Todos, em 1994, com a participação de segmentos do poder público e da sociedade civil. Nos documentos produzidos revelavam o compromisso do governo em garantir recursos que possibilitassem a melhoria da qualidade, isto é, o cumprimento dos percentuais mínimos de financiamento educativo (art. 212 da CF-88) elevação dos padrões de escolaridade média à população, valorização social da profissão do professor, pois previa um piso salarial nacional e, ainda, a adoção de mecanismos de colaboração entre União, Estados e municípios e, de outros setores organizados da sociedade.

No jogo de força e poder, começa um novo governo. A educação acaba por perder seu fim social e transformava-se em uma questão técnica. As categorias serão sistematizadas e implantadas, definindo os rumos da educação brasileira, através da desregulamentação, privatização, diversificação, descentralização, reforma do Estado, qualidade e quantidade das IES, eficiência e eficácia, estreitamento do financiamento, relação do Estado com a Sociedade

Civil, os embates entre o público e privado, e um processo do *bomm* expansionista do Ensino Superior privado.

1.6.3. Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995 – 2002

O presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) assumiu o país com apoio popular resultante de sua atuação como Ministro da Fazenda do governo anterior que proporcionou a estabilidade da moeda, visando a inserir o Brasil no contexto de uma economia globalizada. Revelava, assim, alinhamento com a ideologia neoliberal no que se refere à condução da política econômica de seu governo, tomando como referência a estabilização de preços e das contas nacionais, a privatização, a liberalização econômica, a desregulamentação de mercado e a austeridade fiscal.

Silva Jr. (2003) lembrava que:

> Com legitimidade política e eleitoral e em um clima de "hiperpresidencialismo", o presidente transforma o Brasil no país das reformas e o submete, apesar de suas peculiaridades, ao figurino do capital, desenhado agora, pelos organismos multilaterais, com especial destaque para o Banco Mundial. (SILVA JR., 2003, p. 71)

O quadro econômico que se desenhava era o de uma política neoliberal, conforme a lógica capitalista, dentro dos preceitos e regras estabelecidas pelo "Consenso de Washington", sinalizado na restrição ao crédito, à privatização de órgãos públicos, na desvalorização da moeda, no aumento da dívida interna e externa, no aumento do número de desemprego, nas elevadas taxas de juros, na redução dos gastos sociais e na ampliação da concentração de renda e, em um quadro de estrema desigualdade social. Ferreira (2001, p. 45) escrevia que "não há como contestar que, durante o governo FHC houve uma aceleração na deteriorização das condições de vida da maioria da população".

Foi um período de reformas, tendo em vista o processo de globalização e as mudanças no papel do Estado, a partir da crença de que o Estado do Bem-Estar Social[105] estava em declínio e, tornava-se necessário defender o "Estado mínimo", condição imposta pela política internacional para os países em desenvolvimento que teriam por objetivo não só diminuir, mas, também, modernizar o Estado brasileiro.

---

[105] "O Estado de bem-estar social, ou *welfare state*, como é mais conhecido é uma denominação que tem origem no processo de ampliação da democracia, incorporando, além dos direitos políticos e civis, os direitos sociais como formulou T. H. Marshall" (NASCIMENTO et al, 2002, p. 88).

Silva Jr. & Sguissardi (2005) faziam um balanço da gestão FHC e de seu projeto político, com os seguintes traços:

> a) a adoção no país do novo paradigma das corporações mundiais; b) a desnacionalização da economia; c) a desindustrialização; d) a transformação da estrutura do mercado de trabalho, incluindo sua terceirização e precarização; e) a reforma do estado e a restrição da esfera pública e a ampliação da privada; f) o enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre a sociedade civil e o Estado, especialmente os sindicatos e partidos políticos; g) o trânsito para a sociedade do emprego para a sociedade do trabalho, isto é, a tendência do desaparecimento dos direitos sociais do trabalho; h) a transferência de deveres e responsabilidades do estado e do direito social e subjetivo do cidadão para a sociedade civil. (SILVA JR. & SGUISSARDI, 2005, p. 7)

Dupas (2001, p. 224) lembrava que, no Brasil "a redução das dimensões do Estado tem sido apresentada como capaz de resolver os problemas de um setor público estrangulado por suas dívidas". Continuava o autor referindo-se ao novo papel do Estado como "indutor, normativo e regulador", reforçando a idéia do "Estado mínimo e a entronização do mercado".

Colaborava, Almerindo Afonso (2001, p. 25) quando dizia que "não é apenas a expressão Estado-regulador que vem acentuar o *facto* de o Estado ter deixado de ser produtor de bens e serviços para se transformar, sobretudo, em regulador do processo de mercado". É assim que tem sido desenvolvida a política para a educação superior no Brasil, cada vez mais de acordo com a lógica capitalista, que é a lógica do mercado, valorizando a excelência a partir de valores mercantis, centrado num individualismo exacerbado.

A defesa das "reformas", para modernização do Estado, concentra-se na defesa do processo de privatização[106] das empresas estatais, baseadas numa visão "empresarial" de eficiência do Estado. Essa visão reflete comprometimento desse governo com um projeto político determinado e sua ligação com o grande capital internacional, legitimando os interesses do projeto do bloco no poder: privatizar, privatizar, privatizar. E foi esse o quadro que testemunhamos nos oito anos de governo FHC, conforme análise de Seibel (2001):

> Decidiu-se a sorte do patrimônio público sem que o público, dono desse patrimônio, fosse consultado, configurando um crime político histórico. Esse processo de privatização percorreu um ciclo que começa com a estratégia deliberada de sucateamento de órgãos públicos no decorrer da década de noventa, centrada no desinvestimento financeiro, físico e humano em vários setores. Paralelamente, realizou-se uma bem articulada campanha de *marketing* com o apoio incontestável

[106] Ver MORAES (2002, p. 20) quando esclarece: "Privatizar, no sentido estrito do temo, é apenas uma delas: transferir a agentes privados (empresas) a propriedade e gestão de entes públicos. *Mas há outros modos de fazer valer o mandamento.* Pode-se delegar a gestão, sem necessariamente transferir a propriedade, mas providenciando reformas que façam funcionar os agentes público "como se" estivessem no mercado, modelando o espaço público pelos padrões do privado". Grifos nossos.

> da mídia, salientando por um lado a ineficiência crônica do setor público e, por outro lado, a eficácia do mundo do mercado. (SEIBEL, 2001, p. 91-2)

Assim, para atender a esses princípios, foi desenhada uma diversidade de documentos: "Mãos à obra Brasil: proposta de governo FHC" e o "Planejamento Político Estratégico – 1995-1998", em que as mudanças desencadeadas, neste governo, com características gerenciais foram, especialmente, a transformação do Estado na medida em que o "Estado reduziria o seu papel de prestador direto de serviços, mas manteria o papel *regulador, provedor e promotor* desses serviços, entre os quais os de educação e saúde" (SGUISSARDI; SILVA JR., 1999, p. 40).

Para implantação desse modelo gerencial,[107] fazia-se necessário a privatização das empresas estatais e a transferência de atividades e serviços, que eram do governo federal para os Estados e Municípios, e para a iniciativa privada[108], especialmente, no campo educacional. Isso refletiu o quadro de distanciamento do poder público, promovendo a despolitização das relações entre Estado e sociedade, enfraquecendo entidades organizadas, sindicatos e associações de classe.

Importante registrar que o citado planejamento destacava que o Ministério da Educação, no referido governo, previa:

> As transformações das relações entre o poder público e as instituições de educação superior, adotando a avaliação dos serviços oferecidos, assim como da relação custo-benefício, exigindo padrões mínimos de eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos e pela descentralização; expandir o sistema público de educação superior pela otimização de recursos disponíveis e pela diversificação de atendimento, valorizando alternativas institucionais aos modelos existentes e reconhecer a diversidade e heterogeneidade do sistema. (Planejamento Político-Estratégico 1995-1998 do MEC, 1995, p. 26)

A solução proposta era o desmonte gradativo do Estado, nas políticas sociais, especialmente, no campo da educação. Esta crença, mesmo nas instituições de ensino superior, já vinha encontrando adesão de "intelectuais orgânicos"[109] que referendavam o discurso de que o alto custo da universidade não permitirá a ampliação necessária no ensino público.

---

[107] Consultar SILVA JR. (2003, p. 72) quando afirma que "o Estado de bem estar social dá lugar a um Estado gestor, que carrega em si a racionalidade empresarial das empresas capitalistas transnacionais, tornando-se as teorias organizacionais, antes restritas aos muros das fábricas, as verdadeiras teorias políticas do Estado moderno", daí a implantação do modelo gerencial das políticas públicas e em especial na educação.

[108] Consultar: ARRETCHE, M. (2002) quando diz que: "no caso brasileiro, a implementação de um abrangente programa de descentralização das políticas sociais a partir dos meados de 1990, que transferiu para os estados e municípios brasileiros grande parte das funções de gestão de políticas sociais".

[109] Ver: GRAMSCI, A. (1991).

O discurso veiculado reforçava uma visão produtivista sobre a educação superior, pujante na afirmação de que "a educação superior pública brasileira é, de longe, a mais cara da América Latina" e ainda, que "a expansão do sistema da educação superior requer sua diferenciação" (SCWARTZMAN, 1996, p. 268), assim, defendiam a privatização, a diversificação e, novas formas de financiamento para o sistema de educação superior em que buscava isentar o Estado da responsabilidade com esse nível de ensino.

Serão sob essas bases estruturados os documentos e propostas para a educação superior, por toda a década de 1990. Ribeiro (2002) reforçava que:

> Na verdade, com o agravamento das dificuldades da economia brasileira, juntamente com o problema de endividamento do estado, exaustivamente veiculado pela mídia, em meados dos anos 90, e associado, no discurso do governo, à necessidade de medidas que lhe fizessem frente, estavam postas as condições subjetivas e as condições objetivas para que a diversificação do sistema de educação superior no Brasil fosse inscrita no plano legal. (RIBEIRO, 2002, p. 128)

Neves (2002, p. 112) advertia que "a parceria Estado e sociedade, no campo social, é a expressão mais clara da especificidade da privatização das políticas sociais nos tempos neoliberais". Sendo assim, Catani & Oliveira (2000) lembravam que:

> Desde o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) tem sido implementada uma série de políticas e um conjunto de medidas "cotidianas" que já configuram a existência de uma reestruturação da educação superior no Brasil que inclui, especialmente, *um "novo" padrão de modernização e de gerenciamento para o campo universitário, inclusos no novo paradigma de produção capitalista e na reforma de administração pública do Estado.* (CATANI & OLIVEIRA, 2000, p. 63) *Grifos nossos*.

No documento publicado, em 1994, pelo Banco Mundial[110], denominado *La enseñanza superior – lãs lecciones derivadas de la experiência* [111]*,* foram apresentadas todas as estratégias que conduziram a reforma da educação superior no Brasil, alicerçadas na diferenciação institucional (universidade públicas, universidades privadas, instituições não universitárias – cursos de curta duração, educação a distância, cursos politécnicos), na diversificação de fontes de financiamento que previa a cobrança de matrículas e de mensalidades nas instituições públicas, no corte de verbas públicas para a educação, na

[110] Para aprofundar: FONSECA, M. e OLIVEIRA, R. P. (1998).

[111] Consultar o documento: BIRD/Banco Mundial, Washington, D.C., 1994, quando na página 4 já deixava explícita todas as orientações para serem implantadas na educação superior no Brasil e o que norteou todas as reformas posteriores, a saber: "a) fomentar la mayor diferenciación de lãs instituiciones, incluído el desarrollo de instituciones privadas; b) proporcionar incentivos para que lãs instituciones públicas deversifiquen lãs fuentes de financiamiento, por ejemplo, **la participación de los estudiantes em los gastos;** c) redefinir la función del gobierno em la enseñanza superior e e) adotar politicas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad.".

utilização de verbas privadas oriundas de empresas, na questão da autonomia[112], e nas palavras do próprio Banco Mundial (1994):

> Mobilizar más fondos privados para la enseñanza superior; proporcionar apoyo a los estudiantes calificados que no pueden seguir estúdios superiores debido a ingresos familiares insuficientes e mejorar la asignación y la utilización de los recursos fiscales entre y dentro de lãs instituiciones. (BANCO MUNDIAL, 1994, p. 7)

A diversificação das fontes de financiamento é uma forma de constatar, no plano concreto, a crescente desobrigação do Estado no terreno educacional, e, na análise de Sguissardi (2000):

> Reporta-se à "tese" de que o conhecimento deve ser visto como "investimento produtivo" (...) bem privado ou mercadoria de interesse individual negociável no mercado das trocas disto decorrendo, portanto, a recomendação de que o Estado enfraquecido pelo *déficit público,* gradativamente se afaste (ainda mais) da manutenção desse nível de ensino. (SGUISSARDI, 2000, p. 48)

Outra proposição do Banco Mundial era a redefinição das funções do Estado em seu relacionamento com o Ensino Superior. A proposta era de que o Estado deveria ser um agente facilitador para a implantação de políticas privatistas, entendidas como "democratização" deste nível de ensino. Assim, o processo de privatização da educação é identificado como conseqüência da atuação sistemática dos organismos internacionais.

E ainda, considerada como uma quarta estratégia do Banco Mundial, referia-se à implantação de um processo de qualificação do Ensino Superior através da participação do setor privado à medida que "las instituciones a cargo de los programas avanzados de enseñanza e investigación deberían contar com la orientación de representantes de los sectores productivos" (BANCO MUNDIAL, 1994, p.79).

Com o apoio dos organismos internacionais e, a concordância das elites brasileiras ao ideário neoliberal, ocorreram significativas mudanças e reformas no campo educacional. A educação passou a ser concebida e organizada de acordo com os parâmetros da lógica empresarial e mercadológica, em que o conhecimento leia-se "capital intelectual", viabilizaria a competitividade no mundo globalizado.

Contribuindo, Dourado & Bueno (2001), lembravam que:

---

[112] Ver LEHER, R. (2001, p. 156), quando diz que "na tradição liberal reivindicada pelos neoliberais, o mercado é o espaço da autonomia". Faz referência ao documento do Banco Mundial quando afirma que: "uma maior autonomia institucional é a chave do êxito da reforma do ensino estatal em nível superior a fim de diversificar e usar os recursos mais eficientemente (...) as instituições autônomas respondem melhor aos incentivos para melhorar a qualidade e aumentar a eficiência".

> O processo de ressignificação da descentralização do sistema escolar defendido pelos organismos multilaterais articula-se, via de regra, com sua progressiva privatização ou assunção de modelos e estratégias de mercado, capitaneadas pela descontração das ações, sem que ocorra uma garantia efetiva de financiamento. (DOURADO & BUENO, 2001, p.97)

Importante fazer referência ao documento produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO[113], em 1995, intitulado "Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior", como resposta ao trabalho do Banco Mundial. Apesar de apresentarem a mesma lógica na concepção da educação nos preceitos da teoria do "capital humano" guardava algumas discordâncias. A UNESCO era contrária a posição do BM no que se referia a importância do financiamento público para a educação superior e à visão mercantilista de educação. Porém, os dois organismos continuam a defender a integração entre educação e esfera produtiva, reforçando a cooperação empresa x produção de conhecimento com financiamento privado.

O documento expressava que "a limitação dos fundos públicos é um dos maiores freios no processo de desenvolvimento e mudança do ensino superior" e que as IES precisam "melhorar sua administração e, fazer uso mais eficiente dos recursos disponíveis" (p. 14). E ainda, apesar da necessidade do apoio público para as IES, era necessário "buscar fontes alternativas de recursos", através da introdução das mensalidades escolares.

Fazia referência, também, à expansão quantitativa, à diversificação de estruturas institucionais. As "respostas do ensino superior, num mundo em mudança, deveriam ser guiadas por três palavras-chave: relevância, qualidade e internacionalização" (p. 13).

Um dos documentos lançados, em 1996, especificamente, sobre o ensino superior desenhava as orientações e ações do governo para este nível de ensino, conhecido como "Uma nova política para o ensino superior brasileiro: subsídios para discussão". Previa o esgotamento do modelo único baseado na indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão; necessidade de expansão do sistema com apoio ao crescimento de IES privadas e inadequação no processo de credenciamento de novas IES, institucionalizando um sistema de escolas isoladas de qualidade duvidosa, a necessidade de um sistema amplo de avaliação das IES públicas e privadas, tendo em vista a ineficiência de utilização dos recursos públicos, pelo sistema federal de ensino (MEC, 1996, p. 63).

Silva Jr. (2003) reforçava que:

> Estas mudanças expressam-se em uma concepção organizativa da educação superior fundada em diagnósticos da crise deste nível de ensino produzidos no contexto dos

[113] Consultar: TRINDADE, H.(1999) e DELORS, J. (1999).

> dogmas da eficiência, da eficácia, competência e da excelência do privado e do mercado; da diferenciação institucional e da competitividade empresarial; da ciência na condição de mercadoria e da minimização e centralização do Estado. (SILVA JR., 2003, p. 75)

O período do governo FHC foi emblemático no estabelecimento de diretrizes políticas, em relação à educação superior. Prevaleceu a proposta das elites brasileiras e internacionais, tendo em vista as mudanças que foram implantadas por meio da agenda política, dentre ela o processo de empresariamento da educação superior. Os dados mostram que:

> O setor privado, segundo o Censo Escolar de 2001, detinha 87% das instituições e 69% das matrículas. Enquanto de 1994 a 2001 o número de alunos em instituições privadas cresceu de 970.584 para 2.091.529 (115%), nas instituições públicas as matrículas passaram de 690.450 para 939.225 (36%). Tal processo inverteu a tendência do período 1990-1994, quando o setor privado cresceu apenas 0,9% e o público, 19,3%. (OLIVEIRA, 2004, p. 85)

Dourado & Oliveira (2003) registravam que:

> Nos oito anos de mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), adotou-se uma política de expansão acelerada, marcada por processos de flexibilização, de avaliação, de acirramento da competição entre as instituições de ensino superior (IES) e de crescimento do setor privado, tendo por base a constituição de um novo paradigma de ordenação acadêmico-institucional e de oferta de cursos, serviços e outros produtos acadêmicos. (DOURADO & OLIVEIRA, 2003, p. 57)

O processo de mercadorização era percebido pela expansão das IES privadas na medida em que a educação passou a ser considerada como um "negócio lucrativo" e, "gerenciada" a partir dos critérios empresariais: flexibilidade, eficiência, descentralização, competitividade, avaliação e qualidade.

Importante registrar que, a reconfiguração da educação superior, no governo FHC, teve, como prioridade, o setor privado. Colaborando, na análise de Silva Jr. e Sguissardi (1999):

> Esse movimento, que se acentua sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, expressar-se-á em todas as esferas da atividade humana, em particular a educação superior, mediante tentativa de reconfiguração desse espaço social, segundo a ótica e a racionalidade econômica. O capital procura reconfigurar tal esfera segundo seus objetivos e a sua lógica. (SILVA JR. & SGUISSARDI, 1999, p. 193-4)

Desde o início do governo FHC foi implementado um conjunto de políticas e medidas, visando às reformas da educação superior articulado com as entidades que defendiam a expansão da educação superior, via privatização do sistema. Catani e Oliveira

(2000, p. 66) descrevem que, na visão do Ministro Paulo Renato Sousa, a expansão "deveria ocorrer através de "vários tipos de Universidade" e de outros modelos institucionais que gozassem de autonomia para se dedicarem exclusivamente ao ensino".

Dias Sobrinho (1999, p. 151) lembrava que é "fácil entender que a expansão quantitativa, se de um lado significa provimento de ensino a um grande número de indivíduos, por outro, não produziu sistemas educacionais consistentes e de qualidade".

Foi, realmente, isso que aconteceu, pois vários atores de assessoria do governo e dos órgãos governamentais, ligados à educação, foram chamados a participarem. Todos os documentos produzidos não traziam nenhuma novidade, pois referendavam todos os princípios contidos nos documentos dos organismos internacionais do capital, reescritos nos documentos governamentais. Expansão privatizada e retração para as instituições federais.

Dourado (2003, p. 24) registravam que a "era" FHC (1995-2002), no entanto, constituiu-se período marcante como movimento expansionista e de reconfiguração do campo universitário brasileiro, assumindo feição nitidamente privada". Na análise que fazia Sguissardi (2000, p. 20), a "educação superior continua elitista e cada vez mais privatizada" e, a oferta de vagas é, cada vez maior, no setor privado.

Assim, a história registrava que em 1950, com a criação da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas – ABESC as instituições confessionais viam-se representadas com o crescimento das Universidades Católicas. Importante registrar ainda a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES, criada em 1982, com histórica presença no ensino privado brasileiro.[114]

Torna-se importante historiar que o crescimento das instituições privadas foi tão significativo na década de 1990, criando-se uma diversidade de associações que buscavam representar, politicamente, as instituições privadas de Ensino Superior na diversidade de suas organizações acadêmicas, a saber: Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP (1990), Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC (1995), Fundação para o Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – FUNADESP (1998)[115], Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU (1999), Associação Nacional de Faculdades e Institutos Superiores – ANAFI (2001).[116]

---

[114] A ABMES abrange, atualmente, no seu quadro de associados, 309 mantenedoras e 448 instituições de ensino superior (IES) mantidas de todo o território nacional. Ver. www.abmes.org.br. Acesso em: 21 de agosto de 2006.

[115] Também denominada de "Capes Privada" ligada a ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, composta de por 60 instituidoras.

[116] Para aprofundamento consultar: NEVES, L. M. (2002, p. 179-220). A autora advertia que "a análise da organização dos empresários educacionais teve como objetivo contribuir para o debate sobre o processo de privatização da educação escolar nos anos 1990".

As referidas entidades mobilizavam-se para se fazerem representativas nos fóruns de discussões da temática do Ensino Superior, frente ao controle do Estado, diante da mercantilização e competitividade do setor. É importante registrar que, na análise de Silva Jr. e Sguissardi (1999):

> Os reclamos pela autonomia do setor privado derivam da necessidade que tem esse setor de planejar e organizar-se em um mercado que tende a se estruturar de forma muito competitiva (...) Isso tem motivado a pretensão de soberania e formas de gestão das instituições de ensino superior privadas orientadas pelas formas administrativas empresariais acentuando-se a natureza mercadológica dessas instituições. (SILVA JR. & SGUISSARDI, 1999, p. 209)

E ainda que:

> As instituições privadas estão sendo obrigadas, legal e economicamente, a se reconfigurarem, a fim de garantir o espaço institucional que até então ocupavam no mercado, o que tem conduzido seus gestores e de entidades e associações representativas a duas direções: 1)buscar minimizar a ação do Estado; e 2)promover mudanças conforme a conjuntura política e econômica. (SILVA JR. & SGUISSARDI, 1999, p. 223)

No Ministério da Educação, o economista Paulo Renato de Sousa[117], ator na implementação de um conjunto de modificações legais na educação brasileira, sendo a mais importante, a Lei n. 9.131/95, de 24 de novembro de 1995, que criou o Conselho Nacional de Educação – CNE. Na análise de Cunha (2003):

> A Lei n. 9.131/95 criou, então, o Conselho Nacional de Educação, com funções homologatórias no que diz respeito ás políticas gerais do ministério, mas tendo a última palavra no que se refere ao reconhecimento de cursos, á criação de instituições de ensino superior e ao credenciamento de universidades, assim como é sua responsabilidade a última etapa do processo de avaliação das universidades visando ao recredenciamento periódico. (CUNHA. 2003, p. 47)

O Conselho Nacional de Educação foi criado com 24 membros, sendo a metade destes nomeada pelo Presidente da República e, o restante, indicado por entidades educacionais. O CNE[118] deveria ter funções de avaliação e assessoria da política educacional, no caso do Ensino Superior, através da Câmara de Educação Superior que deveria estar em concordância com os objetivos definidos pelo Ministério da Educação.

---

[117] "Economista, ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo, ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas e Técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID" (CUNHA, 2003, p. 38). Importante conhecer o perfil do Ministro que comandou o conjunto de "reformas" para a educação superior no mandato de FHC. O Ministro que influenciou decisivamente " na aprovação de vários instrumentos legais que regem hoje a estrutura e organização do sistema educacional brasileiro" (PINTO, 2002, p. 110).

[118] Para aprofundar consultar: SILVA, Andrea Ferreira (2002, p. 117-136).

A história mostra que este conselho esteve comprometido com os interesses de um projeto de privatização da educação superior no país, atendendo aos interesses dos empresários da educação superior, em detrimento a um projeto de educação superior pública. Estes defendiam o "combate aos "privilégios" da Universidade Pública e a necessidade da expansão da rede privada para reduzir o enorme déficit de vagas existentes no ensino superior brasileiro" (SILVA, 2002, p. 131). E foi essa a política adotada, referendada e implantada durante todo o governo FHC. A mesma autora reforça ainda que:

> A normatização do conselho define o caráter de assessoramento do CNE e os limites de sua autonomia diante do MEC, visto que todos os seus pronunciamentos e decisões deverão ter o aval do ministério. Isto significa que decisões do conselho podem não ser homologada pelo MEC. Neste formato, o conselho não tem comunicação direta com a sociedade civil, mas tem como mediador obrigatório o Ministério da Educação, adequando-se, deste modo, a concepção proposta pelo ministro Paulo Renato, "um conselho menos decisório e mais assessor". (SILVA, 2002, p. 124-5)

Nesse período, foi instituído, através da mesma Lei n. 9.131/95, o processo de avaliação do Ensino Superior que redundou no Exame Nacional de Cursos, o Provão[119]. Instituiu-se a Lei n. 9192/95, que regulamentava o processo de escolha dos dirigentes universitários das IFES; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394/96 - e o Plano Nacional de Educação – PNE – em 2001, que serão objeto de análise do presente capítulo.

A agenda política, implementada na arena educacional, incorporada à nova legislação produzida pelo MEC, privilegiou proposições que marcaram os anos 1990. Inicialmente, a diferenciação e diversificação[120] das instituições de ensino superior (universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, bem como instituições de pesquisa e instituições de ensino). Catani e Oliveira (2000) advertiam que:

> As políticas de diversificação e diferenciação em curso acentuam quatro pressupostos fundamentais: a) buscam favorecer a concorrência e o atendimento às diferentes demandas e clientelas; b) procuram "naturalizar", ainda mais, as diferenças individuais, instituindo paulatinamente um sistema meritocrático onde cada um terá o ensino superior que "possa" ter; c) ampliam a subordinação do ensino superior ao mercado, particularmente no tocante à formação e à privatização das atividades e serviços; d) explicitam a forma de funcionar do sistema mais do que as suas finalidades sociais. (CATANI & OLIVEIRA, 2000, p. 79)

[119] Consultar: Exame Nacional de Cursos - "Provão" - extraído do *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - http://www.inep.gov.br/enc/.

[120] Ver SGUISSARDI, 2000, p. 47, quando retoma o debate e esclarece o binômio diferenciação – diversificação no entendimento de "diferenciação institucional" e "diversificação de fontes de financiamento" (grifos nossos) que segundo o autor: "integra o discurso e a prática das políticas e reformas da educação superior" sob orientações de organismos multilaterais. Importante consultar os trabalhos de CATANI, A. M. & OLIVEIRA, J. F (2000, p.63-81).

A proposta governamental transformaria a configuração do sistema de ensino superior reconhecendo a diversificação das instituições, rompendo com o princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e, com toda uma tradição que apontava a universidade como modelo de organização. E ainda, a implantação de novas modalidades de financiamento ou de diversificação de fontes de financiamento; uma nova metodologia de avaliação implantada, como o Exame Nacional de Cursos (Provão); a expansão desenfreada de estabelecimentos isolados privados; os cursos seqüenciais (graduação de curta duração); a criação de cursos de graduação e pós-graduação a distância (EAD) com o uso de sofisticadas tecnologias, e, muitas outras propostas foram encaminhadas, modificando o cenário da educação superior no Brasil.

Sguissardi (2000) registrava dados relevantes desse período quando afirmava que:

> Neste clima de acelerada diferenciação institucional já se organizaram IES por iniciativas de empresas multinacionais – como a Fiat e a Ford – ou IES empresas que negociam suas ações na Bolsa de Valores. Lado a lado com 39 universidades federais, a maioria criada na década de 50 e 60, convivem aproximadamente 50 universidades – empresas, pertencentes á famílias ou grupos empresariais, criadas especialmente nos anos 80 (13) e nos anos 90 (em torno de 30). (SGUISSARDI, 2000, p. 50)

Leher (2001) auxiliava o debate sobre diversificação institucional e chamava a atenção para as orientações do Banco Mundial e seu caráter discriminatório das instituições de ensino superior, em relação à classe social a que pertence o aluno, uma vez que:

> A diversificação do sistema é vigorosamente defendido, pois, em geral, vem acompanhada de novos provedores privados e, não menos importante, permite a adequação do ensino superior ao mercado e aos segmentos sociais: universidades com núcleos de excelência para formar as "classes superiores" e prestar serviços tecnológicos e políticos ao mercado; universidade de ensino, para formar profissionais liberais e técnicos, basicamente provenientes da "classe média"; centros universitários e faculdades isoladas, para formar profissionais de pouca especialização e escolas profissionalizantes para os egressos do ensino médio vindo das "classes subalternas". As novas instituições permitem prever um sistema cada vez mais eficiente, eficaz e produtivo, desde que planejadas. (LEHER, 2001, p. 164) *Grifos nossos*.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em seu artigo 45, possibilitava a diversificação das instituições superiores estabelecendo, através do Decreto de nº 3.860/2001[121], as classificações das IES sob as mais diversas formas jurídicas, adotando as

[121] Decreto 3.860, no capítulo III - DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, em seu art. 7º- "Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, classificam-se em: I - universidades; II - centros universitários; e III - faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores".

seguintes organizações acadêmicas: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores ou Escolas Superiores[122] e sua grande maioria privilegiam o ensino em detrimento a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, estando esta última restrita às Universidades Públicas e Universidades Confessionais e ou Comunitárias. Na análise de Dias Sobrinho (2002):

> Na educação superior brasileira (...) é possível distinguir três tipos de instituições. Um deles é constituído por instituições privadas com nítida e até mesmo declarada orientação mercantilista (...) Mas há também um outro tipo de instituição privada que ainda preservam muito do sentido social e os valores da ciência e do conhecimento como valor público, como em geral costumam ser as confessionais e muitas comunitárias.(...) O terceiro tipo é constituído pelas instituições públicas, mantidas tradicionalmente pelo erário, com a responsabilidade de formar cidadãos e profissionais segundo as perspectivas da sociedade. (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 169/170)

Um dos aspectos mais significativos do processo de sua expansão foi o surgimento de uma multiplicidade de tipos de estabelecimentos acadêmicos, com formatos institucionais, vocações e práticas acadêmicas bastante diferenciadas. Essa diferenciação, estabelecida pelos autores da reforma da educação superior, representou a dualidade do sistema de educação superior no Brasil: "a universidade de pesquisa – que associaria ensino, pesquisa e extensão – e universidades de ensino, representadas pela IES não universitárias, das quais não se exige vínculo ensino-pesquisa-extensão, posto que centradas, especialmente, nas atividades de ensino" (SGUISSARDI, 2000, p. 48).

Importante sintetizar, na análise de Aguiar (2000), que a diversificação das instituições de ensino superior, no conjunto das reformas governamentais foi:

> Uma forma engenhosa de, sem despender mais recursos para a manutenção do ensino superior, responder aos interesses e pressões de diversos grupos: as universidades passam a ser o suposto reduto da *inteligentsis*; os centros universitários, o reino da excelência de ensino; as faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores, a grande alegria das massas que agora terão mais acesso (**facilitado, é bem verdade, mas pago, com certeza**) ao ensino superior. (AGUIAR, 2000, p.85) G*rifos nossos.*

Não menos importante, a diversificação de fontes de financiamento[123] entendido como o "implemento da privatização ou *mercadorização* da educação superior pública estatal, em tempos de mercantilização do conhecimento, por mais que se use o eufemismo *publicização*. Isto significa o afastamento do Estado da manutenção plena da educação superior pública" (SGUISSARDI, 2000, p. 55). Pinto (2002, p. 109) afirmava que "este

[122] Aguiar (2000, p. 83-102).
[123] Consultar: AMARAL, N. C. (2003).

governo será lembrado como aquele que gastou 4% do PIB com ensino e 8% com juros encargos da dívida pública".

Quanto à diversificação das fontes de recursos, a LDB induz a uma forma mascarada de privatização do Ensino Superior quando, define uma concepção do Estado que considera a educação como gasto e, não como investimento e faz uma opção por um modelo gerencialista, ficando a produção do conhecimento à mercê da lógica do mercado, uma vez que orienta a venda de serviços, pagamentos de mensalidades e, a obtenção de "novas" fontes de recursos pelas instituições públicas.

Na análise de Amaral (2003, p. 105), essas proposições atendem as orientações do Banco Mundial, quando sugere ao governo "mobilizar um maior número de recursos privados, mediante a participação dos estudantes nos gastos; a arrecadação de recursos de ex-alunos; a utilização de fontes externas, e, a realização de outras atividades que gerem receitas".

Essas orientações do Banco Mundial e do Governo Federal reforçam a crença de que o mercado é o único instrumento para a obtenção da liberdade política e econômica e, defende a transferência das atribuições do Estado para a esfera do mercado e para o indivíduo (no caso os alunos). Leher (2001) reforça a análise:

> Obedecendo aos mesmos princípios de controle e desobrigação do Estado, ambos os projetos estabelecem o controle gerencial do governo sobre as universidades por meio de "contratos de desenvolvimento institucional" ou "projeto de desenvolvimento institucional", como na última versão (leia-se, organizações sociais), cujos objetivos centrais são redução do número de empregados e aumento do número de alunos, sem qualquer referência à pesquisa, à extensão ou à qualidade do ensino. Qualquer semelhança com os critérios e eficiência e produtividade do Banco Mundial não é mera coincidência... (LEHER, 2001, p. 177)

Visualizava-se, neste período, o incremento da influência dos organismos internacionais na condução das políticas sociais e educacionais, orquestrando uma política econômica antidemocrática e excludente de desenvolvimento, fundado nas orientações impostas pelo Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional – FMI que passavam a possuir grande penetração nas decisões de caráter educacional, introduzindo, nas funções públicas, os valores e critérios do mercado, disseminando a idéia de que todos devem pagar pelo que recebem.

Havia uma modificação na definição das questões educativas, através da mediação de organizações não-governamentais e, de empresas privadas, que passava a representar importante papel de reforço à ação do Estado, especialmente, no que se referia ao

financiamento da educação. Silva Jr. (2002, 57) em sua análise diz que "o Banco Mundial e outros organismos multilaterais atuam, pois, na sedimentação da nova ordem mundial, interferindo na organização econômica e política dos Estados nacionais, especialmente dos chamados países em desenvolvimento"

Não seria exagero afirmar que os documentos, as propostas, os encaminhamentos e as ações desenvolvidas, principalmente, sobre o Ensino Superior no Brasil, especialmente, no governo Fernando Henrique Cardoso, privilegiavam as orientações neoliberais, numa relação orgânica e de subserviência aos organismos multilaterais e aos ditames do mercado.

O Planejamento Político-Estratégico de 1995/1998, elaborado pelo Ministério da Educação – MEC para o Ensino Superior, estava alicerçado na racionalização de gastos em contradição com a busca da qualidade. Tinha, como prioridade, a implantação da autonomia financeira na rede federal, que significava muito mais a desobrigação do poder público com o ensino superior e, propunha a implantação de um sistema de controle, através da avaliação da qualidade dos serviços prestados, que iria definir padrões de eficiência e eficácia para o uso dos recursos públicos. Neves (2002) advertia que:

> O MEC aponta, já em 1995, para o formato que iria tomar o processo de privatização da educação superior. Textualmente diz o documento, "cabe ao MEC um papel político-estratégico na coordenação da política nacional de educação: estabelecer rumos, diretrizes e fornecer mecanismos de apoio ás instâncias estaduais e municipais da administração pública e ao setor privado". (NEVES, 2002, p. 145)

Evidenciava-se a minimização do Estado, a racionalização de recursos na manutenção da educação superior, transferindo, para o mercado, os investimentos em educação, na medida em que concebe a instituição de ensino superior enquanto organização mercantil transformando a aquisição do saber em um bem privado subordinada e Organização Mundial do Comércio – OMC[124].

A OMC, criada em 1995, é uma *organização internacional,* com sede na Suíça. Supervisiona um grande número de acordos comerciais e tem como função administrar as regras do comércio e, entre outras, dar assistência técnica e treinar para o desenvolvimento dos países, o que indica que a educação encontra-se aí inserida, como uma atividade comercial. Dourado (2002) registrava que:

> Merece particular destaque as denúncias ás manobras da Organização Mundial do Comércio (OMC), de incluir a educação como um dos 12 setores de serviços capitulados no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, constituindo-se desse

[124] OMC. Organização Mundial do Comércio. O que é OMC? Disponível em: www.wto.org. Acesso em 8 de maio de 2006.

> modo, em um progressivo programa de privatização da educação e controle externos ás políticas educacionais, bem como em processos de clara mercantilização da educação. (DOURADO, 2002, p. 250)

Ribeiro (2002, p. 178) lembrava que o descaso do governo federal, com a educação superior, era denunciado pela precariedade em que viviam as IFES, especialmente, quando "no final de 1997, ocorreu um significativo corte no orçamento das agências de fomento á pesquisa como a CAPES e o CNPq, o que conseqüentemente gerou uma redução drástica nas bolsas concedidas por aquelas instituições, resultou numa enxurrada de protestos". No entanto, não faltavam defensores governamentais para justificar o descaso do governo federal, para com as instituições públicas de educação superior.

Neste governo, o processo de privatização foi acelerado, e o Estado passou a ter uma administração pública de caráter gerencial, voltada para o atendimento do cidadão consumidor. Não foi diferente com a educação, pois segundo o Ministro Bresser Pereira [125], responsável pela coordenação do Ministério Administrativo de Reforma do Estado – MARE[126], os fundamentos da educação gerencial deveriam ser: a descentralização administrativa e financeira, a privatização e a introdução de processos de avaliação como instrumentos de gestão, expressos no plano diretor da reforma do aparelho do Estado. Sguissardi (2000) afirmava que:

> No âmbito do MARE, com base no modelo gerencialista que anima o Plano Diretor da reforma do Estado (1996), que situa a educação superior, ciência, tecnologia e saúde como *serviços não exclusivos do Estado e competitivos*, e que visaria a chamada *modernização* e aumento da eficiência da administração pública (...) é no interior deste plano que se localiza o projeto de transformação das IES federais nas chamadas organizações sociais. (SGUISSARDI, 2000, p. 26)

Na análise de Silva Jr. (2002, p. 47), "tornava-se imperioso enxugar o Estado, transferindo responsabilidades públicas para a sociedade civil". O que se via era a desqualificação do serviço público e a valorização da iniciativa privada, como modelo de modernidade e produtividade.

Ainda, na avaliação de Neves e Fernandes (2002, p. 27) quando afirmavam que "a especificidade da privatização da educação superior na atualidade deve ser buscada nas estratégias do Estado de privatização dos serviços públicos".

---

[125] Consultar *site:* www. bresserpereira.org.br que contém toda a publicação do autor produzida na década de 1990 até 2006.

[126] Cadernos MARE**:** Caderno 1 - A Reforma do Estado dos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle 1997. Análise da reforma do Estado e das instituições que dela derivam a partir de uma lógica de controle econômico e social. Disponível no site: www.bresserpereira.org.br.

Assim, de acordo com o projeto do MARE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995)[127], visto como instrumento de controle político e econômico e ainda, um "projeto simplista em sua forma de ver as universidades, encontrou enormes resistências em praticamente toda a comunidade acadêmica" (RIBEIRO, 2002, p. 186).

O referido projeto representou um arcabouço legal para implantação das políticas neoliberais as universidades públicas federais deveriam modificar seu estatuto jurídico passando de instituições de regime especial para "organizações sociais"[128], sendo os recursos materiais, de pessoal e financeiros para as mesmas providas por um "contrato de gestão", que também definiria as metas e indicadores de desempenho a serem alcançados.

Na afirmação de Bresser Pereira (1995):

> Um dos projetos mais importantes do governo Fernando Henrique é o de garantir autonomia financeira e administrativa aos serviços sociais do Estado, ou seja, a suas universidades, escolas técnicas, museus, hospitais e centros de pesquisa, de forma que possam realizar com muito maior eficiência sua missão. Esse objetivo pode ser alcançado através da criação da figura jurídica das "organizações sociais" e do programa de "publicitação", através do qual entidades estatais serão transformadas em organizações públicas não-estatais. (BRESSER PEREIRA, Folha de São Paulo, 22.5.1995)

Na análise de seu principal articulador, o então Ministro Bresser Pereira, quando afirmava em 13 de agosto de 1995, no jornal Folha de São Paulo:

> O que se propõe é uma autonomia radicalmente maior para as universidades em troca de uma maior responsabilidade de seus dirigentes e de um maior controle social pelas comunidades diretamente atendidas por elas. É que se transformem, voluntariamente, em organizações públicas não-estatais de um tipo especial: as "organizações sociais". Através desse mecanismo, será possível garantir o financiamento atual da União às universidades, e, ao mesmo tempo, obter, através de uma parceria com a sociedade, recursos adicionais para o ensino e a pesquisa. (BRESSER PEREIRA, Folha de São Paulo, 13/08/1995)

O MEC, em sua proposta, manteria a autonomia das universidades federais, respeitaria seu poder de administrar sua política de pessoal, definiria o orçamento global para cada universidade e ainda, estimularia as IFES "buscar fontes adicionais de recursos em outras esferas do poder público e na iniciativa privada para ampliar o atendimento a outras demandas sociais que não o ensino" (CUNHA, 1996, p. 323). Ficava claro o deslocamento da

[127] Sobre esse assunto ver Neves, 2002, p. 113-114 quando alerta que "a privatização das políticas sociais vem sendo conduzida por uma nova forma de gestão, denominada, no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, administração gerencial". Ver também, Silva Jr. & Sguissardi em Novas faces da educação superior no Brasil, p. 37, quando explicita que esse "documento define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira".

[128] Consultar o *site*: www. bresserpereira.org.br. Acesso em 08, junho, 2006. Lei No.9637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

responsabilidade da educação superior do Estado para o mercado, fortalecendo a figura do Estado Avaliador.

Nesse cenário, a privatização e a descentralização de fontes de recursos e de financiamento apresentavam-se como a alternativa política para viabilizar as ações do Estado, de forma eficiente, eficaz e com qualidade, na medida em que a estratégia que se adotava era a de afastamento do Estado, em relação às suas obrigações sociais, gerando um aprofundamento no processo de mercantilização da educação. Lima (2002) adverte que:

> Quando o discurso dos organismos internacionais do capital considera a necessidade de redução das verbas públicas para a educação, especialmente superior, abrindo possibilidades para outras fontes de financiamento da atividade educacional via setores privados, depreende-se que, para garantia da expansão no acesso á educação, é imprescindível o fortalecimento da *expansão do ensino privado.* (LIMA, 2002, p. 47) G*rifos nossos.*

Em relação ao Ensino Superior, visto, pelos organismos multilaterais, como o motor do desenvolvimento econômico, deveria estar adequado às exigências do mercado, e, para isso propõem a partilha de custos do ensino com os estudantes e suas famílias. Este fato já vem acontecendo devido ao fato de algumas instituições públicas[129] cobrar dos seus alunos por cursos de pós-graduação, taxas, matrículas e cursos de extensão.[130]

No entanto, o governo conclamava a sociedade através dos canais de comunicação, a compreender que os recursos públicos não conseguiriam atender o financiamento da educação superior e, assim, torna-se-ia necessária a compreensão da comunidade acadêmica quanto às reformas em curso. O Ministro advertia, em artigo na Folha de São Paulo, em 22 de maio de 1995, que "para serem *eficientes, de boa qualidade e de custo relativamente baixo, a administração dos serviços sociais precisam ser descentralizadas, livre de procedimentos rígidos, orientada para resultados e, sempre que possível, submetida á competição.* (BRESSER PEREIRA, Folha de São Paulo, 22/05/1995) *grifos nossos.*

A justificativa veiculada nos meios de comunicação era a de que a prioridade dos recursos públicos deveria ser alocada na educação básica, deixando o ensino superior a ser suprido pelas chamadas instituições não-estatais[131], atuando conforme a lógica empresarial.

---

[129] Importante ressaltar que se entende por ensino superior público, o conjunto de instituições mantidas pelos poderes federal, estadual e/ou municipal.

[130] Ação incompatível e de desrespeito as leis brasileiras tanto em relação a Constituição Federal (artigo 206) e a LDB (artigo 3º, inciso VI) que prevê a determinação da "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais".

[131] Instituição não-estatal é sinônimo de organização social – são para estas organizações que o Estado transfere a função que deveria exercer - são propriedades públicas não-estatal, sem fins lucrativos que gozam de uma autonomia administrativa privilegiada, *podendo fazer* parte do orçamento público; são organizações que podem

Para os organismos internacionais do capital[132], a democratização da educação superior só acontecerá, através da privatização das instituições, com predominância para o ensino e a formação de "mão-de-obra" para o mercado de trabalho.

Em 1995, o governo enviou, ao Congresso Nacional, Proposta de Emenda à Constituição nº 233 -A, tentando convencer à sociedade de que o problema da educação não era provocada pela escassez de recursos financeiros, mas por sua gestão inadequada e ineficiente. Questionava a gratuidade do ensino nas instituições públicas indo contra direitos já garantidos no art. 207 da Constituição Federal. Propunha o pagamento de cursos de Pós-graduação *lato sensu*, considerados como "*fonte de receita própria não desprezível"* (p.11) e apresentava um modelo de universidade eficaz e racional. No entanto, essas propostas tiveram uma enorme rejeição da comunidade universitária.

Em abril de 1996, o governo apresentava a Proposta de Emenda Constitucional n. 370/96, que defendia a autonomia universitária, fundamentada na lógica do mercado, da produtividade e da qualidade total, na avaliação quantitativa para concessão de dotação orçamentária e, assim, criava um novo conceito de autonomia universitária. Alterava a natureza jurídica das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, de autarquia ou fundação, para entidades autônomas de regime especial, conferindo-lhes, assim, autonomia didática, financeira e administrativa.

Neste período, a orientação econômica, de cunho liberal, tornou-se hegemônica e, como adverte Moraes (1994), a imagem do mercado apareceu como "referendo permanente que reina e governa soberanamente". O autor reforça a visão de que:

> O mercado tem três méritos que lhe são exclusivos. Guardião da justiça recompensa os méritos, sobretudo habilidade e esforço. Matriz de riqueza garante eficiência na alocação dos recursos e disponibilidade de bens e serviços. Mandatário da liberdade impede que a distribuição de posses e oportunidades seja submetida ao arbítrio e a ação deliberada de qualquer pessoa. (MORAES, 1994, p. 528)

Tal afirmação torna-se fonte de reflexão e certa preocupação. Numa análise importante, Silva (2001) adverte:

> O Estado, devido ao seu caráter, é palco dos conflitos entre as classes sociais, espaço de manipulação das contradições, o que deixa margem de luta para as classes menos favorecidas. Se, por um lado, ele é, muitas vezes, aprisionado por interesses

submeter-se ao controle estatal, comunitário e do mercado e seriam resultantes da união entre o Estado e a sociedade, e deverão manter-se financeiramente buscando apoio junto às empresas privadas.

[132] "Comissão Econômica para a América latina e o Caribe (CEPAL), Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo Monetário Internacional (FMI), Grupo Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), que vem interferindo na implementação da política educacional na América Latina nos anos 1990, especialmente no caso brasileiro". Ver: LIMA, K. (2002, p. 41).

> privados, o mercado é, por excelência, o espaço de interesse das classes dominantes. *O predomínio do mercado é, sem dúvida, elitista e excludente.* (SILVA, 2001, p.93) *Grifos nossos*.

Em 1998, o presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE, Ricardo Capelli, publicava na Folha de São Paulo um artigo que fazia referência ao quadro em que se apresentava o ensino superior e dizia:

> Neste início de ano letivo, estamos revendo episódios já clássicos de uma história que se repete há anos na educação brasileira. Aumentos abusivos nas mensalidades das escolas pagas, falta de vagas no ensino público, corte de verbas do crédito educativo se tornam corriqueiros na vida do estudante que pretende ter uma profissão para concorrer no cada vez mais enxuto mercado de trabalho (...) O presidente não se contenta em não investir um centavo na universidade pública; quer desestruturar a rede para justificar sua privatização – ainda que disfarçada em parcerias com a iniciativa privada, que dita regras conforme os valores que aplica. (CAPELLI apud SGUISSARDI; SILVA JR., 1999, p. 198-9)

Outro mecanismo importante orquestrado pelo governo FHC encontra-se na Lei n. 9.131 de 1995, que estabelece avaliações periódicas das instituições e dos cursos superiores. O motor do governo passou a ser o processo de avaliação[133] implantado em 1996, denominado Exame Nacional de Cursos – ENC popularmente conhecido como "provão" que seria obrigatório para todos os estudantes que estivessem cursando o último ano de graduação[134]. Assim, o processo de avaliação se deslocou "da dimensão institucional para a dimensão individual" (CUNHA, 2003, p. 49), ganhando centralidade como instrumento de regulação e de controle, buscando padronização para as IES, mensuração da produção acadêmica, estimulando e favorecendo um processo de expansão competitiva sem, contudo, preocupar-se com a questão da qualidade da educação superior. Como ficará o processo de avaliação da educação superior, como um processo de construção coletiva?

Ristoff (2003) reforçava que:

> A marca registrada das políticas avaliativas oficiais tem sido a fiscalização, o controle, a responsabilização; a sua lógica, a do mercado; o seu propósito, a eficiência; a sua preocupação, o lucro e o impacto imediato; a sua arma, ma ameaça do descredenciamento. Como vimos, no entanto, há na avaliação verdadeira e séria uma outra lógica. (RISTOFF, 2003, p. 157)

---

[133] Consultar Decreto n° 2.026 de 10 de outubro de 1996, que estabelece os procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Para o tema Avaliação da Educação Superior, impossível não dialogar com DIAS SOBRINHO, J. & RISTOFF, D (2000, 2002, 2003).

[134] "Os exames são facultativos para os alunos, mas prestá-los passou a ser condição para a obtenção do diploma" (CUNHA, 2003, p. 49).

Catani, Dourado e Oliveira (2002, p. 245) ao analisarem as proposições do sistema de avaliação, para a educação superior, formulada pelo governo, indicam quatro pressupostos para o debate, a saber: "um processo de economização, amplação do poder do Estado alterando a lógica de constituição do campo e relacionamento entre as IES e a promoção de mudanças significativas na gestão universitária, na produção do trabalho acadêmico e na formação profissional".

Dourado et al (2003, p. 24) reforçavam que esse sistema de avaliação "na perspectiva governamental, o modelo estandardizado, flexibilizado, diversificado, diferenciado e competitivo de educação superior só seria efetivamente instituído se houvesse um sistema de avaliação capaz de estabelecer algum controle de qualidade".

Assim, o ENC estruturou-se como mecanismo de controle com indicadores de *performance*, comparação e competição entre as instituições, através do ranking dos cursos em forma de conceitos. No ano de 1996, "foram submetidos aos exames de conclusão de curso o estudante inscrito nas disciplinas do último período dos cursos de Direito, Administração e Engenharia Civil" (CUNHA, 2003, p. 49).

O processo de avaliação era visto como um instrumento essencial para gerar dados que permitiriam a formação de juízo de valor sobre a qualidade do ensino oferecido pelas instituições e, conseqüentemente, as devidas informações para que os estudantes pudessem escolher onde estudar.

Era uma relação explicita de comercialização de um produto numa relação entre produto e consumidor. No entanto, torna-se necessário entender que no trabalho educacional, "o produto não é separado do ato da produção" (PARO, 1998, p. 143). Isto compromete um processo de avaliação estruturado nessas crenças uma vez que o aluno ao ser avaliado, como participante do processo, "é ao mesmo tempo, objeto do trabalho humano (do professor) e sujeito do ato pedagógico, ou seja, ele é co-autor do processo educativo" e, assim sendo, o aluno "co-produtor e consumidor do produto realizado na escola, traz para o processo a sua subjetividade" (SILVA JR. & SGUISSARDI, 1999, p. 252).

Uma política de avaliação produzida de forma centralizada, de cima para baixo, sem nenhuma participação da comunidade excluída de sua formulação. A idéia era a de que os resultados da avaliação deveriam ser, amplamente divulgados, e, com isso, as instituições mal avaliadas deveriam dar respostas à sociedade, quanto ao seu desempenho. O governo colocava-se como o Estado avaliador, o Exame Nacional de Cursos - ENC representava uma nova forma de fazer e gerenciar as políticas educacionais do Ministro Paulo Renato e foi, estrategicamente, planejado para ser um poderoso instrumento político para fortalecer e

modernizar as funções de controle, monitoramento e coordenação do MEC, sem a participação das entidades representativas da educação superior.

O contexto de formulação do ENC foi marcado pela falta de participação, de representatividade e de legitimidade política. A preocupação do MEC era implantar um teste capaz de permitir a regulação e o acompanhamento do ensino de graduação, especialmente, regular a expansão do ensino superior: o objetivo nuclear deste governo.

Pela primeira vez, na história da educação superior brasileira, uma lei condiciona re-credenciamento, autorização e reconhecimento das instituições de ensino superior e de seus cursos, à avaliação. Assim, até meados de 1996 o ENC era o único instrumento de avaliação indicado pelo MEC, para satisfazer a condição acima.

A política de avaliação do MEC não pode ser entendida e reduzida a um simples teste, conhecido como "Provão", na medida em que foi planejado para operar uma nova lógica da política de controle, de coordenação e de acompanhamento das IES. Suas ações envolviam a manipulação de complexos e variados mecanismos reguladores que impactavam sobre o sistema de ensino superior como um todo, desde as condições estabelecidas para autorização, credenciamento e re-credenciamento das IES até a possibilidade de punição para as IES particulares, através do descredenciamento (não encontramos nenhum dado de que isto tenha acontecido), e ainda, a publicação dos resultados obtidos pelas IES, nas avaliações de cursos e das instituições.

Neves (2000, p. 144) ressaltava o aumento da burocracia do MEC, na avaliação das IES e de seus cursos e que o novo decreto n. 3.860, transferia a responsabilidade da avaliação para o INEP, uma vez que os seus resultados iriam orientar os processos de recredenciamento e reconhecimento das instituições.

Em artigo publicado no *site* do INEP, denominado "O peso do Provão", em setembro de 2003, Araújo e Ristoff, presidente e diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Inep/MEC, respectivamente, analisavam que:

> É impossível não concluir que o provão, além de ser administrativamente pesado, é financeiramente caro, tecnicamente deficiente, pedagogicamente ruim, e eticamente condenável. É urgente a criação de um sistema de avaliação, com instrumentos diversificados, que conversem entre si, que forneçam a todos os interessados na educação superior - pais, alunos, academia, mercado e governo - informações em maior quantidade e com melhor qualidade. Um sistema que, de fato, avalie as instituições e cursos, identifique o seu mérito e valor, respeitando os critérios internacionalmente aceitos: a avaliação deve ser útil, exata, viável e justa. (Disponível em www.inep.org.br. Acesso em 12 de julho de 2006)

O Plano Nacional de Educação – PNE – 2001-2010[135], aprovado pela Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001, submetido à aprovação do Congresso Nacional, tendo portanto, força de lei. Os objetivos do PNE referem-se, especificamente, à elevação do nível de escolaridade da população, melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis, redução das desigualdades sociais e regionais no que se refere ao acesso e permanência do aluno na escola e, ainda, à democratização da gestão do ensino público com conseqüente valorização dos profissionais da educação Com esses objetivos, define as diretrizes para a gestão e financiamento da educação, as metas para cada nível e modalidade de ensino e, para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação. (DIDONET, 2000, p. 36). Na avaliação de Valente & Romano (2002) constatava-se que o PNE traduziam dois projetos conflitantes no país, a saber:

> De um lado, tínhamos o projeto democrático e popular, expresso na proposta da sociedade. De outro, enfrentávamos um plano que expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia da classe dominante, devidamente refletido nas diretrizes e metas do governo (...) O PNE do governo insistia na permanência da atual política educacional e nos seus dois pilares fundamentais: máxima centralização particularmente na esfera federal, da formulação e da gestão da política educacional, com o progressivo abandono, pelo Estado, das tarefas de manter e desenvolver o ensino, transferindo-as, sempre que possível, para a sociedade. (VALENTE & ROMANO, 2002, p. 99-100)

No que se refere à educação superior, o PNE volta-se mais para a "racionalidade financeira", para ajustar-se aos desígnios da nova ordem globalizada. Nos poucos avanços encaminhados para o Ensino Superior, possibilitou a percepção de que não existia por parte do governo, prioridade para a educação superior e reforça que a política de expansão do Ensino Superior, no País, se dará, preferencialmente, por meio da ampliação das vagas nas instituições privadas, em clara conformação com o projeto antidemocrático e neoliberal do governo FHC, materializado a partir das orientações do Banco Mundial.

Importante salientar que toda a legislação educacional produzida, nos anos 1990, traduziram as crenças da área econômica do governo e não dos organismos representativos da educação e dos anseios da comunidade educacional. E foi com essas orientações que a LDB/1996 e o PNE/2001-2010, foram elaborados.

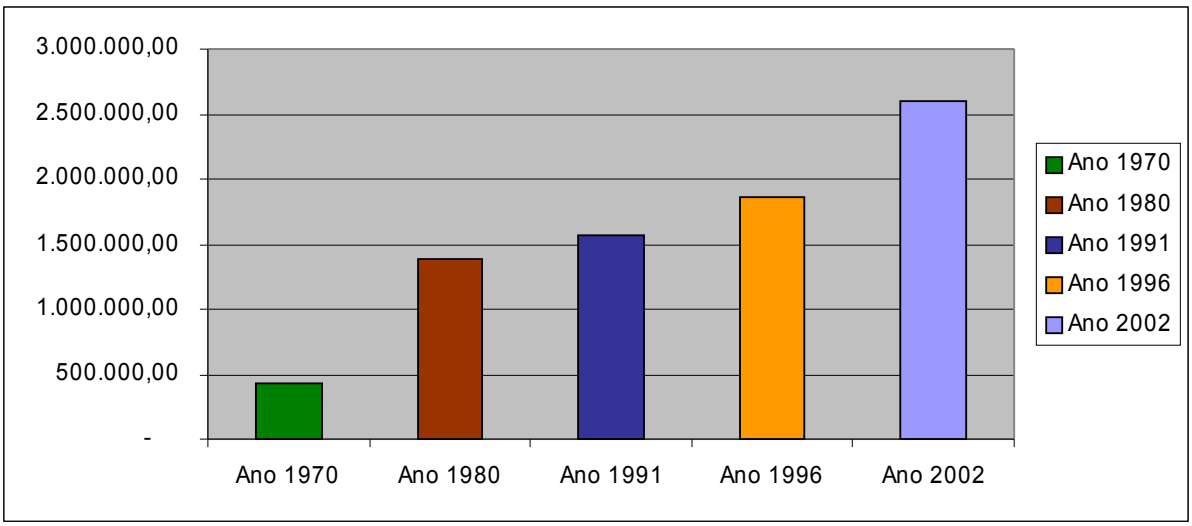
---

[135] Consultar: Plano Nacional de Educação / apresentação de Vital Didonet. Brasília: Editora Plano, 2000. Texto Legal.

O processo de expansão[136] da educação superior, tema do presente estudo, que ocorreu a partir da LDB/96 e do PNE, revelava um quadro perverso de privatização que se fez pela multiplicação dos estabelecimentos isolados e, pela criação e diversificação de cursos nas carreiras técnico-científicas, suscetíveis de contribuírem para o desenvolvimento de profissionais para o mercado de trabalho. A expansão pode ser expressa por números que nos mostram que, segundo os estudos de Dias Sobrinho (2003, p. 102), "em 1970, havia, em números aproximados, 425.000 estudantes na educação superior. Dez anos depois, em 1980, verificou-se um salto para 1.377.000. Em 1991, eram 1.565.000 os estudantes matriculados. Em 1996, contavam-se 1.868.000 e, em 2002 são mais de 2.600.000".

Conforme gráfico abaixo:

Gráfico n° 01: Expansão do Número de Estudantes no Ensino Superior: décadas de 1970 a 2002



Fonte: Dias Sobrinho, 2003, p. 12.

Os últimos dados consolidados da educação superior brasileira, do Censo da Educação Superior 2005 apontam que, em 2005, existem 4.453.156 matriculados.[137] Representa assim, um acréscimo de 71% em apenas 3 anos.

Percebemos hoje a expansão acelerada das instituições isoladas, a maioria privada (92%), estimuladas oficialmente e, sem planejamento prévio, oferecendo a sociedade um ensino superior de massa. O governo reconhecia a necessidade de expansão do Ensino Superior, mas, eximia-se da responsabilidade de arcar com os custos dessa expansão: a mesma deveria ser feita com a racionalização de gastos e a diversificação do sistema. Na análise de Silva Jr. o fato de que:

[136] Em matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 2003, cujo título era "Ensino Superior ganhou 6 cursos novos por dia" e relata que "no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, foram criados em média seis cursos de ensino superior por dia. De 1998 para cá, o número de cursos de graduação cresceu 107%, passando de 6.950 para 14.399. O aumento ocorreu na rede particular. Das cinco maiores instituições do País em número de alunos, quatro são privadas".

[137] Para consultar mais resultados do Censo Superior consulte: www.edudatabrasil.inep.gov.br.

> A substituição da produção do conhecimento pela administração de dados e informações assemelharia a instituição universitária, a empresa prestadora de serviço, e quando referidas ao mercado, a uma instituição legitimadora da nova cultura caracterizada pela adaptação e pela instrumentalidade. (SILVA JR., 2002, p.68)

Visualizamos um quadro de dinamismo do setor privado com o surgimento de centros universitários, faculdades isoladas e, até mesmo, grandes universidades. As universidades públicas ficaram estacionadas, no período dos dois mandatos do governo FHC. Este processo foi estimulado na flexibilização das normas e de exigências para autorização, reconhecimento e credenciamento das IES, previstos na nova lei. Na análise de Cunha (2003):

> O poder do Estado no âmbito do ensino superior foi reassegurado em novas bases, mediante a dupla reconhecimento/credenciamento e avaliação. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o reconhecimento de instituições de ensino superior, passaram a ter prazos limitados, sendo renovados periodicamente, após processo regular de avaliação. (CUNHA, 2003, p. 41)

Para atender à demanda do número de jovens que busca o ensino superior, instala-se o processo de privatização, que não pode ser entendido como um fenômeno isolado e sim, como parte de uma estratégia global, sob as ordens dos bancos internacionais, na medida em que amplia a ação do mercado e, promove a iniciativa privada como capaz de atender a essa demanda.[138]

Para isso, a política neoliberal, assumida pelo governo, na década de 1990, implanta diferentes modalidades de privatizações, ausentando-se da responsabilidade de conduzir o processo de expansão desse nível de ensino. Dentre essas modalidades de privatização, no campo educacional, temos a constatação de que:

> A modalidade mais visível (e denunciada) de privatização educacional vincula-se à delegação da responsabilidade do financiamento estatal para entidades privadas. O Estado vai reduzindo sua participação como agente central na alocação dos recursos destinados ao financiamento dos serviços educacionais, transferindo essa responsabilidade aos próprios indivíduos, às famílias ou às empresas. (GENTILI, 2001, p.77)

No que se refere à privatização do Ensino Superior, o Decreto n. 2.306, de agosto de 1997, regulamentava as atribuições das IES privadas de ensino superior, pois tornava de direito a existência de instituições de ensino superior de natureza lucrativa e, em seu art. 7º, afirmava que "as instituições particulares de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e

[138] SILVA Jr. & SGUISSARDI (p. 155-177).

administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime mercantil" (www.prograd.ufrgs.br) Acesso em 11 de maio de 2006. Na avaliação de Neves (2002):

> Pelo estudo desses instrumentos jurídicos[139] pode-se constatar a dimensão da política de privatização da educação superior, a natureza empresarial do processo de expansão da oferta de vagas nesse nível de ensino, o caráter altamente centralizador do MEC na definição dessa política e, inversamente, o estímulo governamental á fragmentação da execução da mesma. (NEVES, 2002, p. 137)

O referido decreto normatizava as expectativas das instituições privadas, através de procedimentos, citados em Sguissardi (2000, p. 32) no que se referia ao credenciamento das IES que pleiteavam o estatuto de universidade privada; autorização e implantação de cursos fora de sede por Universidades; credenciamento de Centros Universitários; credenciamento e autorização de novos cursos em Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos e escolas superiores. Percebe-se que o mesmo serviu, basicamente, como instrumento para a expansão do empresariamento da educação superior, no período estudado, abrindo portas para outros decretos que vieram referendar a opção pela privatização desse nível de ensino.

O decreto n° 2.306 foi substituído pelo Decreto n.º 3.860, de 9 de julho de 2001[140], que apresentava modificações especificamente em relação as IES privadas, sem fins lucrativos na medida em que retirava, a exigência de 60% dos gastos com pessoal e em relação às IES, com fins lucrativos, retirava, nas novas regulamentações, a necessidade de publicação das "demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes", liberando-as de serem submetidas a qualquer tipo de auditoria ou fiscalização do governo federal. Dourado (2002) sintetiza esta análise, esclarecendo que:

> Merece destaque, especialmente, os decretos n° 2.306/97 e n° 3.860/2001, que flexibilizam a estruturação da educação superior no país, rompendo com o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como parâmetro básico à educação superior no país. Na prática, as políticas governamentais para o setor, ao segmentarem a educação superior por meio de estímulo à expansão das matrículas e á diversificação institucional, naturalizaram esse campo como serviço e, na maioria dos casos, restringindo a educação superior à função ensino. (DOURADO, 2002, p.245-6)

O novo texto, em seu Art. 6º, previa que "As entidades mantenedoras de Instituições de Ensino Superior, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, deverão

---

[139] Importante ressaltar que quando a autora escreve sobre os "instrumentos jurídicos" está também fazendo referência a LDB n. 9.304/1996 e ao Decreto n. 3.860/2001.

[140] DECRETO Nº 3.860 de 9 de julho de 2001, publicado no Diário Oficial de 10 de julho de 2001. Consultar: http://www.inep.gov.br/download/superior/2001/Legislacao/Decreto_3860_09_07_20.

elaborar, em cada exercício social, demonstrações financeiras *atestadas por profissionais competentes"*. (G*rifos nossos*).

E ainda, determinava uma nova proposta de organização acadêmica das IES e segundo Cunha (2003, p. 53), "as IES podem adotar cinco formatos diferentes: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades; institutos superiores ou escolas superiores". Na análise de Ribeiro (2002):

> A diversificação do sistema de educação superior no Brasil veio a efetivar-se, no plano legal, em abril de 1997, com a edição do decreto n. 2.207, que regulamentou disposições da LDB para o sistema federal de ensino. Tal decreto acabou por afirmar duplamente a diversificação do sistema ao distinguir, de um lado, entre as instituições privadas, aquelas que se revestem de finalidade lucrativa, das demais, e de outro, ao classificar as instituições de educação superior, quanto a sua organização acadêmica em: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades; institutos superiores ou escolas isoladas. (RIBEIRO, 2002, p. 172)

Constatava-se assim, a fragmentação da escolarização de nível superior assegurada pela flexibilização de sua organização acadêmica. De acordo com dados do MEC/INEP, em 2001, existiam 156 universidades, 66 centros universitários, 1.036 faculdades isoladas (www.educaçãosuperior.inep.gov.br). Importante registrar ainda, o incentivo à diversificação quanto ao incentivo à criação dos cursos seqüenciais, no interior da IES quando se defendia que "deveria ser colocado em ensino voltado para a formação geral, no estilo dos *community colleges* norte-americanos, o qual, além de menos dispendiosos que os cursos tradicionais de graduação, deveria estar em sintonia com as demandas de mercado" (RIBEIRO, 2002, p. 190).

Assim o decreto n. 2.207/1997, veio reconhecer as universidades enquanto indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; criou a figura dos Centros Universitários possibilitando que as mesmas, teriam *autonomia* para criar novos cursos em sua sede (grifos nossos)[141] e ainda, estabeleceu para as IES privadas a mesma legislação que rege as sociedades mercantis.Na afirmação de Ribeiro (2002):

> A insatisfação manifestada pelo setor privado com a edição do decreto n. 2.207 resultou na edição de um outro que veio a revogá-lo. Assim, pelo decreto 2.306, de agosto de 1997, suprimiu a exigência de que as entidades sem fins lucrativos constituíssem conselho fiscal com representação acadêmica e a exigência de que publicassem balanços anuais, podendo tais entidades publicarem somente demonstrativos do movimento financeiro. (RIBEIRO, 2002, p. 174)

[141] Vale lembrar que o decreto estabelece a avaliação do Conselho Nacional de Saúde como condição para criação de cursos de medicina, odontologia e psicologia, assim como o pronunciamento do Conselho Federal.

A privatização das instituições públicas através da venda de serviços de pesquisa, extensão, pós-graduação, com o intuito de arrecadar recursos para a manutenção da universidade, o que não deixa de ser a privatização de um serviço público. Transfere e delega as responsabilidades públicas para entidades privadas sob a alegação de que criam "melhores condições de eficiência nos serviços oferecidos à sociedade", e assim implantando no sistema educacional os princípios empresariais. Tal afirmação é à base de sustentação do neoliberalismo: o Estado é insuficiente para administrar o setor público, enquanto o setor privado é considerado eficiente. Assim, fortalece os ideários da privatização da educação. Nessa perspectiva, Dourado & Bueno (2001) assinalam que:

> Esse caráter privatista é resultante, dentre outras coisas, do alargamento das funções do *ethos* privado ainda que subvencionadas pelo poder público. Tal quadro produz uma situação perversa da ação estatal na medida em que esta não estabelece fronteira e diferenças entre os interesses coletivos e os interesses particulares, facultando a emergência da privatização do público e, conseqüentemente, a interpenetração entre as esferas do público e privado. (DOURADO & BUENO, 2001, p. 92)

Com o objetivo de gerar recursos e reduzir despesas, além de vender os serviços educacionais o governo comercializou as empresas estatais num processo de privatização que provocou grande polêmica, pois se tratava de transferir recursos do Estado para a iniciativa privada. O governo FHC foi palco de um grande programa de privatizações com a justificativa de que as empresas privadas são mais eficientes e livres de corrupção.

Ao analisar os dados oficiais sobre o ensino superior brasileira observa-se a predominância do setor privado. Importante registrar os números que confirmam a expansão privatista da educação superior, a partir do quadro abaixo:

Quadro n° 12: Instituições de Ensino Superior, em 2001, por Organização Acadêmica

INSTITUIÇÃO	TOTAL	PRIVADAS	
		NÚMERO	%
Universidades	156	85	54,49
Centros Universitários	66	64	96,97
Faculdades Integradas	99	97	97,98
Faculdades/Escolas/Institutos	1036	954	92,08
Centros de Educação Tecnológica	34	8	23,53
Instituições	1.391	1.208	86,8

Fonte: Sinopse Estatística do Ensino Superior Graduação 2001 - INEP/MEC Disponível em: www.abmes.org.br. Acesso em: 25 de agosto de 2006.

Por fim, em 2001, de acordo com O Censo do Ensino superior (MEC-INEP), foram registradas 3.030.754 matrículas em cursos de graduação, sendo que destas, 939.225 em IES públicas e 2.091.529 em IES privadas. Houve um crescimento de matrículas de 1994-1999, de 43,15%, em todo o Brasil. No entanto, importante ressaltar que apenas 13% da população brasileira, na faixa etária de 18 a 24 anos, estão matriculadas nas Instituições de Ensino Superior, em todo país. Sguissardi (2000) provocava essa discussão, em um questionamento:

> Como se poderiam vislumbrar perspectivas de superação de desafios como os que são representados pelas categorias caracterizadoras das principais ações da reforma, tais como o reducionismo gerencialista/eficientista ou administrativa/gerencial, a mercantilização do saber e a competitividade empresarial das instituições de ensino, o afastamento do Estado e de suas responsabilidades com a educação e necessidade de as IES públicas buscarem recursos com a venda de serviços á iniciativa privada, a concepção de autonomia como autonomia empresarial (ainda que estatal), a diferenciação institucional que prescinde da produção científica, e da *satanização do público e sacralização do privado*? (SGUISSARDI, 2000, p. 44) *Grifos nossos*.

Quanto ao tema, Leher (2001) posicionava-se:

> Na área educacional, a criação de condições legais para o livre fornecimento privado e para o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada, por meio de fundações privadas, contratos e convênios com o setor empresarial, é tão ou mais importante do que a venda da participação estatal de um determinado setor. Com efeito, nessas instituições, outros métodos de privatização são experimentados. Entre as medidas que objetivam favorecer a mercantilização e a privatização interna das universidades públicas, temos, em aparente paradoxo, a política de autonomia universitária. (LEHER, 2001, p. 153)

Tem-se ainda a LDB, que em seu texto e orientações inviabilizava uma concepção de universidade democrática, pública e comprometida com as necessidades de uma parcela maior de beneficiários que não podem pagar pelos estudos, em instituições de ensino superior privada. Iniciava-se, assim, uma nova discussão entre o público e o privado.[142]

É importante ressaltar o entendimento formulado por Silva Jr. e Sguissardi (1999), ao trabalharem o referido tema:

> O que se constitui como estatal, público e privado, constitui-se em meio ao movimento dinâmico e contraditório do capital, segundo sua própria dinâmica, sempre em expansão (...) Em nesse contexto, o público e o privado são distintos, ainda que relacionados, o que implica dizer que as instituições privadas, isto é, pertencentes à sociedade civil, são necessariamente não-publicas. Por conseqüência, os espaços hoje ditos *semipúblico* e *semiprivado* são, de fato, privados. Como conclusão diante da insistência com que se proclama, nos projetos oficiais de reforma do aparelho de Estado, a existência desses novos setores, resta indagar-se

[142] Consultar: CUNHA, L. A. (1999, p. 39 – 55). E ainda: DOURADO, L. F. & BUENO, M. S. S.(2001). Ao analisar o embate político e ideológico entre os defensores do ensino o público e do ensino privado no Brasil, chama a atenção para a relação promíscua, na medida em que, o Poder Público tem sido acionado para subvencionar direta ou indiretamente o setor privado.

> sobre que objetivos procuram com isso os articulados arautos de tal ambigüidade. (SILVA JR & SGUISSARDI, 1999, p. 99-100)

Eram essas as orientações políticas e ações impostas ao Ensino Superior que consistia em transferir a educação para a esfera privada, delegando responsabilidades públicas para entidades particulares, sob a alegação de que criam "melhores condições de eficiência nos serviços oferecidos à sociedade", transferindo, assim, os princípios empresariais para o sistema educacional, financiando IES privadas com recursos públicos[143]. Cunha (2003) advertia que:

> Se, de um lado, as IES federais padeceram de recursos para continuarem a operar nos termos que antes faziam, e, de outro, as IES privadas recebiam os benefícios visíveis, como deixar de pensar que o sucateamento do setor público do ensino superior correspondia a um intento deliberado? Sem outra referência empírica, esse foi o pensamento dominante naquelas instituições durante o octonato FHC. (CUNHA, 2003, p. 58).

A base de sustentação do neoliberalismo é de que o Estado é insuficiente para administrar o setor público e, portanto, a solução era privatizar. Esse fenômeno era justificado na crença de que "o Estado, paquiderme, balofo e abobalhado, seria submetido a regime de emagrecimento e ginástica" (MORAES, 1994, p.525), entendido como redução significativa de investimentos governamentais nas IES públicas, resultando na estagnação e diminuição de sua expansão. Na análise de Neves (2002):

> O desmonte das universidades federais constitui importante mecanismo de desmobilização política uma vez que essas instituições vêm, historicamente, formando intelectuais (especialistas e dirigentes) em boa parte sintonizados com os valores e idéias e propostas do bloco de forças políticas democráticas de massas que, em relação á educação superior, critica a submissão desse nível de ensino aos interesses empresariais e a submissão do Brasil ás grande potências, no que diz respeito á produção do conhecimento, e vem realizando historicamente a defesa da educação pública. (NEVES, 2002, p. 107)

No gráfico a seguir, verifica-se a expansão das IES privadas se contrapondo com o número de IES públicas, em acelerado crescimento a partir de 1995. Esses dados sugerem que a expansão do ensino superior, centrado na iniciativa privada, encontra seus limites estruturais na capacidade financeira do aluno. Assim, a expansão privatizada das IES não assegura a democratização de acesso ao ensino superior.

Apresenta-se a seguir, a significativa expansão privatizada da educação superior, demonstrada nos seguintes números:

---

[143] Para aprofundamento consultar. DAVIES, N., (2002, p. 156 – 176), quando faz referência "as fontes indiretas de recursos públicos para as IES privadas – isenções tributárias; isenção de contribuição previdenciária patronal para as filantrópicas; isenção do salário-educação e as fontes diretas: subsídios; bolsas; subvenções; empréstimos; crédito educativo, FIES, etc".

Gráfico nº 02: Distribuição do número de instituições por natureza administrativa e organizacional (2001)

Uma questão para debate refere-se, ainda, à qualidade da educação fornecida, uma vez que se abrem escolas sem os mínimos critérios de recursos pedagógicos, corpo docente, instalações, laboratórios, bibliotecas, e, o mais importante, um projeto político - pedagógico que possibilite a inserção do jovem num projeto de educação que o forme para a vida, para o exercício da cidadania, tendo como um dos aspectos e, não o mais importante, a sua capacitação profissional no contexto do mercado de trabalho.

Além de ações que promoveram a flexibilização das regras para a abertura de novos cursos e instituições e para a regulamentação através dos referidos decretos que permitiram a existência de instituições de ensino superior constituídas de empresas com finalidades lucrativas, existia, ainda, a enorme demanda reprimida de alunos, tanto na faixa etária de 18-24 anos, quanto de pessoas mais velhas, pressionadas pela necessidade de formação em nível superior, provocada pelas transformações do mundo do trabalho e do crescimento do ensino médio, provocou uma das principais características do ensino superior, nesta década, que foi a desenfreada expansão das IES privadas se contrapondo à retração do crescimento das IES públicas. Na análise que realizava Catani e Oliveira (2000):

> A questão da expansão do sistema começou a ganhar destaque em 1997. Naquele ano o MEC anunciava que deveria *liberalizar o ensino superior*, ao mesmo tempo em que, "contraditoriamente", pretendia alterar as formas de controle e avaliação, o que veio a ocorrer posteriormente através de mecanismos de controle e avaliação(...) naquele momento o governo entendia que era preciso "criar novos cursos universitários" e permitir "a abertura de mais vagas na graduação de instituições privadas" (CATANI E OLIVEIRA, 2000, p. 65) *Grifos nossos*.

Em contrapartida, as IES privadas através de Faculdades Integradas e Centros Universitários, praticamente, aumentaram em 100%, nos últimos 10 anos, conforme tabela abaixo, na medida que em 1990 existiam 74 e em 2000 registrava-se 137. As faculdades, escolas e os institutos expandiram-se, de forma assustadora (em 1990 existiam 582 faculdades e em 2000, 782), enquanto que, nas escolas públicas, houve um decréscimo em 1990, (167 faculdades caindo para 83 em 2000), conforme os dados apresentados na tabela abaixo:

Tabela nº 13: Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Natureza Administrativa – Brasil 1990 – 2000

Ano	Total	Universidades		Faculdades Integradas e Centros Universitários		Faculdades, Escolas e Institutos.		Centro de Educação Tecnológica	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1990	918	55	40	0	74	167	582	-	-
1991	893	59	40	3	82	160	549	-	-
1992	895	60	46	3	81	164	539	-	-
1993	873	61	53	3	85	157	514	-	-
1994	851	68	59	3	84	147	490	-	-
1995	894	72	63	10	101	128	520	-	-
1996	922	72	64	11	132	128	515	-	-
1997	900	77	73	1	90	133	526	-	-
1998	973	77	76	0	93	132	595	-	-
1999	1097	72	83	2	111	102	711	16	-
2000	1180	71	85	3	137	83	782	19	-

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior/evolução 1980-1998 (www,inep.gov.br).

Fortalecia-se o ideário de eficiência do setor privado em detrimento do setor público e, expandiam-se os serviços privados, mesmo sendo financiados pelo poder público, através de inúmeros benefícios concedidos pelo Estado, como a isenção de impostos, isenção do salário-educação, isenção da contribuição previdenciária patronal das instituições filantrópicas e outros. Davies (2002) reforçava que:

> As IES privadas se expandiram e se expandem, não só porque existe uma demanda pelo ensino superior, mas também e, sobretudo porque os governos não têm procurado atender a toda a demanda em instituições públicas, desviando-a para as IES privadas. O apoio oficial as IES privadas tem se concretizado, não só por essa omissão, como também pelo financiamento público direto e indireto (...) sem este financiamento público as IES privadas certamente não teriam se expandido tanto. (DAVIES, 2002, p. 175)

O crescimento quantitativo dessas instituições não tem sido acompanhado pelo crescimento qualitativo e "há quem afirme que o ensino superior cresce sem controle no país e que há claros sinais de deteriorização, atestados pelas comissões de averiguação do próprio MEC" (CATANI & OLIVEIRA, 2000, p. 71). A expansão de escolas isoladas dissociadas

da tríplice função da universidade que é o ensino, pesquisa e extensão está sujeita às leis do mercado, como uma grande empresa, onde o aluno é o cliente, e o dono da instituição é o dono do capital. Assim, veiculava-se uma nova concepção gerencial de Estado e de educação e, a resposta do Estado neoliberal era a possibilidade de implantar diferentes modalidades de privatizações, ausentando-se da responsabilidade de financiar os serviços educacionais. Os mesmos autores reforçavam ainda que:

> Não parece ser uma preocupação para os gestores do sistema de ensino superior, no Brasil, pois parecem assumir a diferença, a distinção e a desigualdade como princípios de organização e metas a serem alcançadas. Além do que, parecem rejeitar a pertinência da "universidade pública como bem social", a serviço do bem comum, e a responsabilidade de Estado para com seu financiamento. (CATANI; OLIVEIRA, 2000, p. 71)

Até o final do mandato de FHC indicava que, no campo da educação, o quadro tornara-se ainda mais favorável aos grupos hostis à defesa da universidade pública. A situação de precariedade das universidades federais não sensibilizaram o governo, pois a reforma dava ênfase ao ensino, em detrimento da pesquisa, o que indicava um retrocesso do país na sua capacidade de produção científica e tecnológica. A expansão do sistema capitalista vai transformando os espaços públicos em espaços privados submetidos à lógica capitalista, vendo a educação numa abordagem economicista e as IES com o papel de aumentar a qualificação do individuo para atender as expectativas das empresas e do mercado.

O ensino superior público, visto como ineficiente e dispendioso, marca um discurso que prepara o terreno não só para a privatização da educação, mas também para a utilização de recursos públicos para o financiamento de instituições privadas, atendendo à lógica da eficiência e da produtividade.

Convive-se com a visão de que a política para o ensino superior deveria promover uma administração mais racional dos recursos, abrir cursos noturnos e aumentar as matrículas. Seu orçamento teria uma relação direta com as avaliações quantitativas no que se refere, especialmente, ao numero de estudantes formados, pesquisa realizadas, número de publicações, serviços prestados de consultoria e de pesquisa vendidos ao mercado, enxugamento do corpo docente e de funcionários e congelamento salarial com fins de racionalizar gastos e verbas. Todas essas ações desencadearam a necessidade das IFES buscarem recursos no mercado para completar os orçamentos públicos, cada vez mais escassos para as atividades realizadas pelas instituições.

Particularizava o que deveria ser um direito coletivo, subsidiado por um Estado forte, com políticas educacionais para combater o ideário neoliberal do extremo individualismo. Do ponto de vista de uma interpretação liberal, no mundo da livre-concorrência, vence o mais capaz e recebe mais salário quem maior educação tiver. A educação acaba situando-se no mundo dos negócios e o conceito de qualidade, competitividade e produtividade marcam os critérios de utilidade e de escolhas dos serviços educacionais, tendo em vista a lógica do mercado. Silva Jr. e Sguissardi (1999) reforçavam que:

> Uma das novas faces da educação superior no Brasil,m com ênfase do que se viu no setor privado, traduz-se na subsunção ao econômico e na aproximação identitária cada vez maior dessas IES ao modelo de empresas prestadoras de serviços, o que é condicionado por novas formas de organização e de gestão, em um contexto de adensamento dos aspectos mercantis desse setor e do acirrado movimento de concorrência entre suas IES, nunca dantes em tal grau presenciado nesse nível de ensino. Diante disso, são previsíveis sérios impactos sobre a organização da educação superior brasileira, assim como, por decorrência, sobre a produção científica e a organização da sociedade no Brasil. (SILVA JR. & SGUISSARDI, 1999, p. 255)

Um exemplo dessas crenças foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – n. 9394/96, que derrubou, de vez, a expectativa de se criar um Sistema Nacional de Educação que teria um caráter unificador das propostas educacionais para a população brasileira, considerando, certamente, os fins sociais do ensino.

Pinto (2002, p. 113) que contextualiza o período político de aprovação da referida Lei, afirma que "por meio de uma manobra regimental no Senado, o projeto originário da Câmara e fruto de longa discussão é substituído por outro, elaborado a toque de caixa, na cozinha do MEC".[144]

Considerando o contexto político de elaboração da Lei nº 9.394/96[145], torna-se necessário pontuar que coincide com a ascensão do neoliberalismo. A referida lei era considerada fundamental para a realização das reformas institucionais, baseadas em políticas de menor regulamentação do mercado e, conseqüentemente, de redução das obrigações estatais, para melhor alinhamento ao processo de globalização. Sua fácil aprovação demonstrava o "grau de hegemonia do Executivo sobre o Legislativo" e a "perfeita sintonia com os postulados defendidos pela Banco Mundial" (PINTO, 2002, p.115).

O sistema educacional não ficou isento de sofrer um conjunto de reformas e, assim, ao discutir os reflexos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, percebe-se que esta se constrói tendo, como matriz conceitual, as diretrizes do Banco Mundial

[144] Consultar: BRZEZINSKI, I. (1998).
[145] Consultar: OLIVEIRA, R. P. & ADRIÃO, T.(2002). E ainda: BRANDÃO, C. F. (2005).

e dos interesses privatistas, definindo como assuntos e temas prioritários: a qualidade, a padronização, a flexibilidade e a privatização do ensino em seus vários níveis.

A LDB 9394/96, também conhecida como Reforma Darcy Ribeiro, assumiu a matéria sobre as diretrizes e bases para a educação nacional, através de sugestões do MEC, sem uma participação efetiva da comunidade educacional, através de seus órgãos representativos. Preocupou-se, no entanto, em ver a educação superior como um nível de escolarização para capacitação ao mercado de trabalho. Neves & Fernandes (2002) referia-se a LDB considerando-a como:

> A divisão da educação escolar brasileira em apenas dois níveis de ensino – educação básica e educação superior – na nova Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB), de 20 /12/1996, referendou, em nível formal, o novo patamar de escolarização exigido para capacitação da força de trabalho brasileira, em decorrência das mudanças da natureza e da forma de organização do trabalho ao longo do processo de difusão da produção flexível em nosso país. (NEVES & FERNANDES, 2002, p. 23)

Cunha (2003, p. 40) advertia que o "MEC foi traçando, no varejo, as diretrizes e bases da educação nacional, não contra o que seria a lei maior de educação, mas por fora dela". O mesmo autor caracterizou a LDB como uma lei "minimalista" pois "não contêm, propriamente, todas as diretrizes nem todas as bases da educação nacional" e ainda, ganhava "admirável plasticidade", adaptando-se com facilidade "às políticas que o Poder Executivo elaborava" (CUNHA, 1997, p. 35). Na avaliação de Catani & Oliveira (2002):

> É evidente que essa lei não dá conta da totalidade de mecanismos implementados na atual reforma desse nível de ensino, articulando-se na prática, com outras leis, promulgadas desde 1995, e com outros instrumentos legais (...) A LDB traia em seu bojo, seja pela omissão, seja pela flexibilidade de sua interpretação, possibilidades múltiplas de concretização dos parâmetros e dos princípios da reforma iniciada pelo governo FHC. (CATANI & OLIVEIRA, 2002, p. 77)

Na análise de Dourado (2002);

> Nos anos 90, especialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas são orientadas por meio, entre outros processos, da reforma do Estado que, engendra alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais. Tais ações na arena educacional expressam-se no processo que resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (lei n° 9.394/96), negligenciando parte das bandeiras encaminhadas pela sociedade civil, especialmente o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. (DOURADO, 2002, p. 242)

As finalidades da Educação Superior contidas na lei incorporam as diretrizes do governo para a educação brasileira. E, as IES foram se estruturando com ênfase no ensino, objetivando preparar profissionais para o mercado de trabalho. Conceitos como eficiência, produtividade e competitividade eram colocados para debate, em detrimento dos conceitos de equidade, efetividade e relevância, para os quais a educação superior deveria estar voltada, para a formação do cidadão comprometido com a transformação e o aperfeiçoamento da sociedade, numa visão crítica e ética, em relação ao seu próprio papel.

Os discursos das IES, na atualidade, se revestem de uma fala muito bem descrita e elaborada, mas que na prática, percebe-se que a cada dia, o aluno é tratado como "cliente", o professor, conseqüentemente, como "vendedor de um conhecimento utilitário", o ensino como "mercadoria", uma vez que a educação superior passou a ser vista como um "serviço", dentro de uma lógica mercantilista..

A influência dos organismos internacionais do capital continuou, até o final dos anos de 1990, orquestrando a política educacional, e assim, em 1998, a UNESCO organizava a Conferência Mundial da Educação, reforçando a necessidade de integração da educação com a esfera produtiva, a cooperação das IES com o mundo do trabalho, produzindo um documento denominado: "Declaração Mundial sobre Ensino Superior no Século XXI: Visão e Ação". Tal documento sistematiza todas as questões discutidas anteriormente e reforçava "o intercâmbio de indivíduos entre o mundo do trabalho e as instituições de ensino superior e a revisão de planos de estudo para que os mesmos se adaptem melhor às práticas profissionais" (UNESCO, 1998, p. 86).

Propõe, ainda, o financiamento da educação superior a partir do princípio de que Estado e sociedade devem ser responsáveis por este nível de ensino e, quanto, à diversificação institucional, posicionava-se entendendo que:

> Alguns sistemas de educação superior mais diversificados supõem novos tipos de instituições de 3° grau, públicos, privados e sem fins lucrativos, entre outros. Essas instituições devem oferecer uma ampla gama de possibilidades de educação e formação: títulos tradicionais, cursos de curta duração, estudo em tempo parcial, horários flexíveis, cursos em módulos, ensino á distância, etc. (UNESCO, 1998, p. 87)

Em 1999, o Banco Mundial, novamente, se fazia presente através do documento: "Estratégia para o Setor Educacional – Documento Estratégico do Banco Mundial: a Educação na América Latina e Caribe"[146]. Confirmava as orientações contidas nos

[146] Documento estratégico do Banco Mundial, dezembro de 1999. Disponível em: www.bancomundial.org. Acesso em 19 de agosto de 2006.

documentos anteriores, a saber: fortalecimento do setor privado; diversificação nas fontes de financiamento; diversificação das instituições de ensino superior; flexibilização da gestão administrativa das IES e, melhoria da qualidade de ensino.

O discurso da qualidade na educação, expresso nesses documentos e, defendida por setores hegemônicos, detentores do capital, está em sintonia com as necessidades do mercado e as ações de privatização do sistema educacional, com a justificativa de que é a única maneira de se buscar excelência e modernização dos serviços educacionais. Concordando com Dourado et al (2003):

> Sem negligenciar a necessidade de mudanças na educação superior e de sua necessária expansão, atentamos para a importância do estabelecimento, pelo governo federal e pelo CNE, de políticas e mecanismos de reestruturação desse nível de ensino, tendo por critério a busca da qualidade social, como horizonte político-pedagógico para a efetiva expansão e interiorização da educação superior pautada pela indissociabilidade entre ensino e pesquisa e pelo compromisso social da Universidade. (DOURADO et al, 2003, p. 28)

Outra questão extremamente relevante refere-se à educação para o trabalho e de que forma esta se constitui pela demanda de trabalho, na sociedade capitalista. Que a educação interfere no mercado de trabalho, parece um consenso, e as decisões, acerca das políticas educacionais não ocorrem descoladas do sistema econômico e de suas pressões, mas também, não correspondem, apenas, há uma relação imediatista. Na análise de Silva Jr. e Sguissardi (1999) essas mudanças,

> Constituem de fato no ressurgimento da Teoria Geral da Administração ou de teorias gerenciais, que se tornaram às verdadeiras teorias políticas – base dos modelos e práticas gerenciais da empresa capitalista – na educação, apresentadas de uma nova forma, que, por sua própria racionalidade, não tem em conta a especificidade do fenômeno educativo, menos ainda os traços fundantes da identidade da instituição organizacional. (SILVA JR. & SGUISSARDI, 1999, p. 248)

Conceitos como competência, qualificação, eficiência, produtividade, qualidade não melhoraram as condições de trabalho, mas asseguraram a produtividade do capital. Na reflexão de Dias Sobrinho (2002),

> Se antes eram valores centrais o bem, o belo e a verdade, ou seja, valores referidos ao ser, ao outro, ao conhecimento e á estética, agora a dominação da ideologia do mercado confere ampla primazia à competência, à eficiência e à utilidade, isto é, aos valores utilitários e práticos, mas referidos ao ter do que ao ser.(...) a educação tem enfraquecido sua importância como processo de produção de idéias e de emancipação do homem e da sociedade e ganha valor instrumentando competências profissionais e a organização dos postos de trabalho. (DIAS SOBRINHO, 2002, p.41)

A crescente complexidade dos processos de produção e das exigências do mundo do trabalho demandam que o indivíduo tenha capacidade de análise, síntese, criação de respostas rápidas, criativas, capacidade para tomar decisões, comunicarem-se, relacionar-se, gerenciar processos, trabalhar em equipe e resistir às pressões.

É necessário ressaltar que os anos de 1990 são marcados por novas formas de organização do trabalho e que a temática suscita questões relevantes para discussão, especialmente, na relação e integração entre ciência, tecnologia e formação. Esta discussão não é objeto deste artigo, no entanto, abre a possibilidade de discussão. Parece relevante tendo em vista sua importância, no quadro atual.

1.7. Expansão do Ensino Superior no Governo Lula: 2003-2006

Assumiu o governo, em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No plano educacional, sua campanha eleitoral contemplava propostas de democratização e acesso à educação em todos os níveis de ensino, a partir do Programa "Uma Escola do Tamanho do Brasil"[147], que consta, em sua introdução, a afirmação de que:

> A educação é nos termos constitucionais, um direito do cidadão e um dever do Estado e da família. A expansão do sistema educacional público e gratuito e a elevação de seus níveis de qualidade são prioridades do novo modelo de desenvolvimento social a ser implementado pelo governo Lula.

A questão que se coloca, neste momento, é de como o governo Lula vem se posicionando nas discussões e nos encaminhamentos sobre a educação superior? Pode-se ter a esperança de se ver concretizado os anseios da comunidade universitária que colaboraram com sua eleição? Ou, sem pretensão de afirmar, será que as ações que até então estão sendo encaminhadas vêm representando uma continuidade das políticas implementadas no governo anterior, que foram extremamente combatidas pela comunidade universitária? Qual a relação entre as políticas para a educação superior e as macro-políticas adotadas pelo Estado Brasileiro?[148]

No que se refere à educação superior, o programa de governo assumia a defesa do direito de todos à educação, entendendo-a como dever do Estado, revelando a necessidade de se superar o modelo da política educacional dos últimos anos no Brasil, durante o período do

[147] C:\Documents and Settings\xp\Meus documentos\lula\020820 - Programa educacao.htm. Acesso em 24 de maio de 2007.
[148] Consultar: NEVES; MARTINS; SIQUEIRA;LIMA & OLIVEIRA (2004).

governo de FHC. Este tópico é de extrema relevância, uma vez que vivemos em um contexto no qual 70% da matrículas do ensino superior estão na iniciativa privada. Então, como dizer que educação é direito de todos e dever do Estado? O programa expressava que:

> A educação superior é reconhecida por seu valor na formação acadêmica e ética de recursos humanos, nas atividades de pesquisa científica e tecnológica e no desenvolvimento cultural, econômico e social. As fortes demandas populares por acesso à educação superior situam-na hoje no horizonte dos direitos sociais básicos. As universidades públicas e os institutos de pesquisa – na qualidade de instituições complexas, que detêm a síntese da capacidade intelectual, científica e cultural – devem ser valorizados e integrados ao processo de desenvolvimento nacional, considerando sua importância na recuperação da capacidade de produção própria de ciência e tecnologia e seu papel crítico diante da sociedade.

O programa apresentava, ainda, um diagnóstico da situação da educação superior no Brasil, nos dois últimos anos do governo anterior, quando informava que "o total de estudantes matriculados na educação superior no Brasil (7,7% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos) continua sendo um dos menores da América Latina". E continuava: "o aumento no número total de instituições nos últimos oito anos foi de 38%, mas o setor privado cresceu 51%. O número de universidades federais (IFES) permaneceu estável no período", alertando que as matrículas nas IES públicas era de 28%, enquanto nas IES privadas era de 86%. E ainda que, "segundo dados do Banco Mundial, já em 94 o Brasil situava-se entre os países do mundo com maior taxa de privatização da educação superior".

No mesmo documento, denunciava o descaso dos governos anteriores com a educação superior e informava que os cortes orçamentários e a redução de financiamentos públicos promovidos ao longo dos últimos anos comprometiam o presente e o futuro do sistema universitário brasileiro. Esse diagnóstico sinalizava ações efetivas em prol da educação superior no Brasil, especialmente quando se posicionava na perspectiva de construção de um "novo e diferente" projeto:

> Nosso governo vai empenhar-se para ampliar as vagas e matrículas na educação superior, em especial pública. Estimulará a qualidade do ensino, que também decorre da multiplicação dos investimentos no setor público, do respeito ao princípio da associação entre ensino, pesquisa e extensão e da permanente avaliação das IES públicas e privadas para a melhoria da gestão institucional e da qualidade acadêmica, com cumprimento de sua missão pública no âmbito local, regional ou nacional.

O programa encaminhava um conjunto de propostas relacionadas especialmente à ampliação de vagas na graduação (30% de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos) e na pós-graduação; ao aumento de 100% nas matrículas no mestrado e no doutorado em quatro anos; a ampliar a oferta de ensino público universitário; a rever o atual sistema de avaliação e

implantar um sistema nacional de avaliação institucional; a promover a autonomia universitária nos termos constitucionais; a implantar medidas que visem diminuir a desigualdade de oferta de cursos e vagas de graduação em termos regionais; a desenvolver com qualidade o ensino superior à distância e estabelecer mecanismos e novas formas de acesso ao ensino superior.

Outras tantas propostas constam ainda do programa, como: redefinir os critérios para autorização de funcionamento de novos cursos, para reconhecimento dos cursos autorizados e em funcionamento, e para credenciamento e recredenciamento das IES; substituir o atual sistema de crédito educativo (FIES) por um novo Programa Social de Apoio ao Estudante, com crédito educativo para 396 mil estudantes; criar um Programa de Bolsas Universitárias, no âmbito do Programa Nacional de Renda Mínima, para beneficiar 180 mil estudantes carentes que estudem em cursos de qualidade comprovada e que, em contrapartida, realizem trabalho social comunitário, um marco regulador para as Fundações de Apoio Institucional – FAI, criadas na IES públicas para regulamentar sua prestação de serviços ao setor produtivo e à sociedade, dentre outras propostas (Programa de Governo 2002. Coligação, Lula Presidente. "Uma Escola do Tamanho do Brasil", p. 26).

No transcorrer de 4 anos do governo Lula, qual foi o caminho percorrido na educação? O presente estudo não pretende esgotar o tema, mas compreender o movimento percorrido até então, (ano de 2006), pelo atual governo, no que se refere ao cumprimento das propostas apresentadas no programa acima citado. Quais as orientações e ações referentes à expansão, privatização, financiamento, autonomia, divesificação e diferenciação da educação superior deste governo?

Na primeira gestão do governo, assumiu a pasta do Ministério da Educação Cristovam Buarque com propostas consideradas arrojadas para erradicar o analfabetismo no país, que na análise de Cunha (2006),[149] o ministro revelava uma " obsessão pela alfabetização de adultos se espraiou por toda a equipe ministerial". No que se refere à educação superior, recebeu apoio da comunidade acadêmica por sua trajetória como Reitor da UnB, e suas publicações na temática universitária serviram de elementos de legitimidade antecipada para o novo ministro. No entanto, posicionava-se em dividir o MEC em dois, o Ministério da Educação Básica e o da Educação Superior, o que gerou desconforto entre a comunidade acadêmica. Conforme análise de Lima (2005, p. 392), o "Ministro defendeu, como o fazia antes mesmo de ser nomeado para o cargo, a existência de um ministério do ensino básico e um ministério do ensino superior".

[149] CUNHA, L. A. (2006).

A Reforma Universitária começou a ser debatida, no Governo Lula, a partir da criação do Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior GTI, que teve como um de seus objetivos regulamentar a relação entre o Estado e as Instituições de Ensino Superior, tanto públicas quanto privadas, respeitando suas diversidades, regionalidades e formas de organização, visando à reestruturação e ao desenvolvimento das IES.

O GTI era composto pelos ministérios da Educação, Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fazenda e pela Casa Civil e Secretaria Geral da presidência da República, com a participação de 12 membros. O grupo tinha como objetivo analisar a situação da educação superior e apresentar propostas para reestruturação e desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Almeida (2006) informa que:

> O relatório final do GTI, divulgado em dezembro de 2003, intitulado "Bases para o enfretamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira", é composto de quatro partes, enfocando : ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para implementação da reforma Universitária. (ALMEIDA, 2006, p. 61)

O relatório, que serviu de base para a Reforma da educação Superior, apontava para a situação de crise da educação superior no país, tanto nas IES públicas quanto privadas, e para a necessidade de propostas efetivas por meio de um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente nas universidades federais, e uma reforma universitária mais profunda. Fazia referência à problemática de acesso à educação superior, tendo como encaminhamento uma proposta de "criação de (100 mil) vagas públicas em universidades privadas ou "publicização", e a utilização da educação a distância"(LIMA, 2004, p. 40).

Na avaliação de Neves (2004):

> A análise de projeto de desenvolvimento e da política educacional implementada neste primeiro ano do governo Lula, especialemente das diretrizes apresentadas para as universidades federais, demonstra a grave possibilidade de aprofundamento do processo de privatização da educação superior, atrvés da retomada do conceito de público não-estatal.[150] (NEVES, 2004, p.24)

Em agosto de 2003, por meio do Seminário cujo tema era "Universidade: porque e como Reformar?", organizado pelo MEC e tendo por participantes representantes das universidades privadas e públicas, conclamava, segundo Neves (2004, p. 35), para a "elaboração de um novo contrato social entre a universidade e a sociedade e a participação de toda sociedade no financiamento da política de educação superior".

[150] Conceito que norteou as reformas de Estado na década de 1990 comandadas por Fernando Henrique e Bresser Pereira e defendido pelos organismos internacionais.

Otranto (2006), em trabalho apresentado a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação – ANPED,[151] relata que "a reforma "mais profunda" passa pela reposição do quadro docente, ampliação de vagas para estudantes, educação a distância, autonomia universitária e financiamento".

Em 23 de janeiro de 2004, Cristovam Buarque foi destituído, no bojo da primeira reforma ministerial do Governo Lula, e assumiu a pasta da educação Tarso Genro, que permaneceu até julho de 2005, tendo como prioridade a reforma da educação superior. Em comunicados, entrevistas e artigos do Ministro Tarso Genro, a pretensão seria de promover um amplo processo de discussão com a sociedade sobre a reforma universitária, uma vez que, na sua análise, o assunto não é uma exigência apenas de ordem acadêmica. Deve envolver estudantes, professores e toda a sociedade na formulação da proposta de reforma universitária que o governo pretende encaminhar este ano ao Congresso.

A posição do ministro parecia indicar que a comissão constituída para trabalhar a Reforma Universitária ultrapassava os limites do MEC e abria espaços para debates com a comunidade acadêmica e a sociedade civil na construção de uma lei que pudesse nortear a educação superior em nosso País, não apenas nas IFES, mas em todas as IES, públicas e privadas, diferentemente do que era proposto nos governos anteriores. Essa assertiva, para ser implementada, deve ser objeto de mobilizações e movimentos nacionais. No entanto, os estudos de Neves (2004) apontam para a seguinte análise:

> Apesar de considerar que cada gestor imprime sua identidade ao trabalho que realiza, acredito que o discurso "pela universidade pública" e sobre a necessária construção de consensos e acordos para a construção da reforma universitária encobre a proposta de privatização das universidades públicas através da retomada "envernizada" do conceito de público não-estatal e da diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas brasileiras. (NEVES, 2004, p. 37)

Vale ressaltar que os três anteprojetos de reforma da educação superior foram elaborados e divulgados na referida gestão e à revelia de um processo maior de discussões e debates. O que se viu foi um conjunto de medidas provisórias, projetos de lei e emendas constitucionais baixadas pelo Presidente da República, que ocorria em paralelo à discussão da tão falada "Reforma Universitária". Reforça Cêa (2006) que:

> Em função da impossibilidade prática de artificializar o "consenso" e da determinação governamental de fazer avançar o processo reformista, a estratégia oficial vem sendo a de recorrer a medidas que passam ao largo do "democrático" processo de discussão do projeto de lei que já está em sua quarta versão, e de buslar

[151] Para maior aprofundamento, consultar: OTRANTO, C. (2006).Disponível em:http://www.anped11.uerj.br/. Acesso em 20 de maio de 2007.

> o enfrentamento dos dissensos por meio da edição de decretos e da rápida aprovação de leis, em função dos mais diversos acordos políticos. (CÊA, 2006, p. 46)

Os principais exemplos desse conjunto de medidas refere-se à Proposta de Emenda à Constituição – 217/2003, que trata da diversificação das fontes de financiamento para a educação superior. Outro exemplo é o Projeto de Lei Complementar – 118/2003 que refere-se à Lei Orgânica da Autonomia Universitária. Destaque para a Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES[152] como processo de avaliação das instituições, do curso e do desempenho de estudantes de cursos superiores, com "a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação de processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica de seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados" (INEP, 2003).

O planejamento e a operação do sistema de avaliação serão realizados através da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, composto por representantes do INEP, da CAPES, do MEC e de membros indicados pelo Ministro da Educação.

A avaliação de Lima (2006) é de que :

> Entre as principais críticas ao SINAES, podemos destacar o fato de que a política de avaliação é apresentada de forma deslocada do conjunto de ações realizadas pelo governo Lula da Silva e que incidem, diretamente, na configuração da política de educação superior, como a política econômica e sua submissão às diretrizes da política dos organismos internacionais. (LIMA, 2006, p. 412)

Este sistema de avaliação está estruturado em avaliações internas e externas às IES e à aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.[153], sob coordenação do INEP, em substituição ai "Provão" do governo FHC. A primeira edição do ENADE ocorreu no dia 7 de novembro de 2004, num total de 156 mil ingressantes e concluintes de 2.187 cursos de graduação, de 13 áreas do conhecimento, sendo que 90,16% participaram do exame. A avaliação interna ou auto-avaliação seria coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída pelo reitor de cada instituição.

Registra-se ainda a implantação do Programa Universidade Para Todos – PROUNI,[154] publicado no Diário Oficial da União, em setembro de 2004, através de Medida

[152] Disponível em: http://www.inep.gov.br/superior/avaliacao_institucional/legislacao.htm. Acesso em 29 de maio de 2007.
[153] Disponível em: http://www.inep.gov.br/superior/enade/enade_default.htm Acesso em 30 de maio de 2007.
[154] Disponível em: http://www.prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/. Acesso em 30 de maio de 2007.

Provisória (MP n° 213/04), e em janeiro de 2005 foi sancionada a Lei n° 11.096. O ProUni é uma forma de criar novas vagas no ensino superior sem nenhum investimento adicional por parte do governo, pois, segundo Almeida (2005, p. 85), "a justificativa é puramente econômica: seria supostamente mais barato criar vagas nas instituições privadas que nas públicas". Mancebo (2004) diz que:

> Na própria justificativa do projeto de lei, apresentado no site do MEC, é transparente a idéia de que "o Universidade para Todos está inserido num esforço de mudanças de rumos, criando uma nova relação entre o setor público e privado" (Brasil/MEC, 2004. p. 2), melhor dito, promovendo um embaralhamento das barreiras entre o público e o privado, abrindo espaço para a emergência de uma esfera pública não-estatal, uma forma híbrida entre o estatal, o privado e o público. (MANCEBO, 2004, p. 853)

Em nossa avaliação, é a continuidade da transferência e utilização de dinheiro público para as instituições de ensino superior privadas, reproduzindo o modelo do governo FHC. O que houve foi a implantação de um programa de bolsas de estudo parciais ou integrais para alunos de cursos de graduação nas IES privadas, com ou sem fins lucrativos, em troca de isenção de impostos e isenção de contribuição previdenciária. Almeida (2005) reforça que:

> O apoio oficial às IES privadas tem se concretizado, não só por omissão, mas também pelo financiamento público direto e indireto a elas ao longo das últimas décadas. A transferência de recursos públicos é comprovada através da isenção de impostos e da contribuição previdenciária, além da concessão de subvenções, tais como bolsas de estudo, empréstimos subsidiados, crédito educativo, FIES e mais recentemente, com a educação do Programa Universidade para Todos – ProUni (ALMEIDA, 2005, p. 76).

Um dos requisitos exigidos aos bolsistas é que sejam alunos provenientes de famílias de baixa renda e terem cursado o ensino médio completo em escola da rede pública. O processo de seleção dos alunos bolsistas deveria considerar os resultados e perfis sócio-econômicos do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, e dispensaria o processo seletivo específico aplicado aos demais alunos.

Outro projeto de lei enviado ao Congresso, em 2004, fazia referência à reserva de vagas nas IES federais para alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas e alunos "negros" ou "indígenas", tendo em vista o Projeto de Lei n° 3.627, de maio de 2004.

O ProUni surge com um discurso de justiça social e de inclusão das camadas menos favorecidas no ensino superior, no entanto encobre a pressão dos interesses das IES privadas, tendo em vista sua expansão que culminou com um quadro de vagas ociosas, segundo dados do INEP de 2004:

> O sistema de educação superior, como um todo, em 2004, ofereceu 2.320.421 vagas. Do total de vagas oferecidas, 2.011.929 (86,7 %) são pertencentes ao setor privado; 131.675 (5,7%) ao setor estadual; 123.959 (5,3%) ao setor federal; e 52.858 (2,3%) ao setor municipal. Das 2.320.421 vagas oferecidas, apenas 1.303.110 foram preenchidas, ficando ociosas um total de 1.017.311 vagas, ou 43,8% das vagas oferecidas. (Censo da Educação Superior – Sinopse Estatística (2004).Disponível em: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior. Acesso em 4 de junho de 2007)

Além do quadro de vagas ociosas pela expressiva expansão das IES privadas constata-se ainda a questão da evasão, inadimplência e desistência e, assim, o Prouni, na análise de Almeida (2006, p. 96), "surge como uma operação de salvamento para o setor privado" e informa que "para 2006 foram abertas 130 mil novas bolsas".

No que se refere à expansão, Cêa (2006, p. 70) afirma que "até o momento o investimento do MEC na compra de vagas em instituições privadas tem sido a principal política de expansão do ensino superior". Não foi diferente em Goiás, com o Programa Bolsa Universitária, do governo Marconi, que financia as IES privadas.

Em meio a esses acontecimentos, foi constituído um Grupo Executivo no interior do MEC, coordenado por Fernando Haddad, com o objetivo de consolidar as propostas de reforma do ensino superior. Teve sua primeira versão divulgada em agosto de 2004, com o título "Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior".

O anteprojeto recebeu severas críticas de diversas entidades do campo educacional, acusando-o de "privatista, por estar pautado pelas exigências do Banco Mundial e do FMI" (Cunha, 2006). Colaborando, Lima (2005) esclarece que:

> A base da fundamentação política do documento parte das seguintes concepções: 1) a educação é considerada como um descaracterizado bem público, assim, o projeto advoga que, se todas as instituições públicas e privadas prestam este serviço público, poderá ser alocada verba pública para as instituições privadas e viabilizado o financiamento privado para as universidades públicas; 2) a justiça social é concebida como igualdade de oportunidades, assim caberá a cada indivíduo, a partir de suas competências e habilidades, conquistar espaço nos cursos pós-médio ou nas universidades; 3) o Estado deve assumir seu papel como regulador das novas relações entre público e privado. (LIMA, 2005, p. 415-17)

O documento propõe ainda a diversificação do sistema, a diversificação das fontes de financiamento (gratuidade só para as IFES e para as demais IES públicas), a possibilidade de cobrança de mensalidade, a necessidade de repensar a estrutura departamental como forma de "racionalizar" e "gerenciar" melhor as IES, a internacionalização do conhecimento por meio de parcerias com instituições estrangeiras através da educação a distância, dentre outras.

Um dos projetos que merece ser destacado é o projeto que regula a contratação de parceria público-privado, transformado na Lei n° 11.079, que autoriza o governo a realizar parcerias com a iniciativa privada diante da falta de recursos para investir no crescimento econômico. Este projeto prevê, de forma preocupante, a delegação de atribuições do Estado à iniciativa privada, inclusive em projetos sociais. Mancebo (2006, p. 861), sintetiza sua análise dizendo que o projeto "reduz o papel do Estado, dá excesso de garantias ao setor privado opondo-se aos interesses públicos e (...) de acordo com os ditames do FMI". Quanto ao tema, Martins & Neves (2004 p. 101), reforçam que a PPP "legaliza a participação da iniciativa privada na execução das políticas governamentais na área educacional", bem como a liberalização de financiamento público para os serviços prestados pela iniciativa privada.

Além do PPP, outro Projeto de Lei n° 3.476/2004, conhecido como Lei de Inovação Tecnológica, prevê o fortalecimento das relações do setor privado produtivo com as universidades públicas, sob coordenação do Ministério de Ciência e Tecnologia. Mancebo (2004, p. 855) afirma que, concretamente, "a nova lei viabilizará a transferência de tecnologia das universidades e dos centros de pesquisa para as empresas". E alerta ainda que "os principais riscos dessa lei dicam por conta da mercantilização do conhecimento" (p.856).

É importante registrar a relevância que foi dada à Educação a Distância - EAD, na avaliação do MEC, vista como:

> modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos". (MEC,2004)

Essa definição está presente no Decreto 5.622, de 19.12.2005[155] (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o art. 80 da Lei n° 9394/96 (LDB) . Para viabilizar o projeto de EAD, o MEC criou a Secretaria de Educação a Distância – SEED, que desenvolve o apoio à utilização da informática nas escolas públicas. É necessário lembrar que desde o governo FHC a educação a distância tem sido usada como estratégia de privatização, maquiada com os discursos de democratização do acesso ao ensino superior.

A segunda versão do anteprojeto foi divulgada em maio de 2005, permanecendo a submissão aos interesses privatistas. Nos estudos de Cêa (2006):

> Da segunda para a terceira versão foram incluídos os seguintes elementos: a indicação da necessidade de elaboração do Plano Nacional de Pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES a cada cinco anos, devendo ser homologado pelo MEC; a proibição de franquias no sistema

[155] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf.

> de educação superior; a possibilidade do ente mantenedor de entidades privadas de ensino superior ser pessoa física; a obrigatoriedade da oferta de cursos de ensino médio integrado em universidades, centros e escolas de caráter tecnológico que compõem o sistema federal de ensino. (CÊA, 2006, p. 51)

A terceira versão, foi em julho de 2005, data em que o Ministro Tarso Genro despediu-se do Ministério e assumiu o secretário executivo do MEC, Fernando Haddad. Na análise de Cunha (2006), o novo ministro assumia:

> Com o compromisso de conduzir a Lei da Reforma da Educação Superior, que se encontrava na terceira versão do anteprojeto, defendendo a valorização da universidade pública, a busca da qualidade do ensino e a democratização do acesso à universidade, além de afirmar o ensino superior como um direito.

O ministro Fernando Haddad possuía credenciais que o habilitava conduzir a reforma num ambiente de disputa eleitoral de 2006.

A quarta e última versão do projeto de lei da reforma da educação superior foi encaminhada ao Congresso Nacional, em junho de 2006, e tornou-se o Projeto de Lei n° 7.200/2006, que estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino e regula a lei de diretrizes e bases da educação nacional. Cêa (2006) afirma que nesta versão foram incluídos:

> Afirmação das fundações de apoio como gestoras financeiras das IFES; lista tríplice de candidatos a reitores para que um deles seja nomeado pelo Presidente da República; explicitação de indicadores de desempenho e qualidade como condicionantes para repasse de recursos as IFES; alteração em artigos da LDB n° 9.394/96 de forma que a lei passe a prever questões como educação ,profissional tecnológica, pós-graduação *stricto sensu* de caráter profissionalizante, certificação de competências etc. (CÊA, 2006, p. 52)

Na análise de Almeida (2006, p. 73), "é sacramentada a aliança do governo com as instituições privadas que oferecem serviços educacionais," e afirma que "em relação às IES públicas o projeto promove um retrocesso", afrontando a autonomia universitária, reafirmando a mercantilização do conhecimento e que a expansão do ensino superior deverá ocorrer pela via das IES privadas, com financiamento público. Lima (2006) reafirma que:

> O governo Lula, dando continuidade aos eixos centrais da política neoliberal do Governo Cardoso, reduz o gasto com as universidades públicas; amplia as verbas com o crédito educativo, revitalizando o acesso às universidades privadas, e faz referências às universidades corporativas, aos cursos não universitários e à educação superior a distância como estratégias de acesso à educação superior. (LIMA, 2006, p. 413)

Vários pesquisadores (Mancebo (2004), Silva Jr. (2005), Neves (2006), Lima (2005), Almeida (2006)) revelam em seus estudos a visão privatista e mercantilista da educação superior no conjunto de "reformas" que vêm sendo apresentadas pelo atual governo, de forma fragmentada, reproduzindo uma continuidade dos princípios e padrões do governo anterior de FHC. Conforme Siqueira (2004):

> Por certo, as diretrizes do Ministério da fazenda coadunam-se perfeitamente com as recomendações do Banco Mundial e com os grupos empresariais educacionais, ávidos por entrar de forma mais ampla no mercado dos "serviços educacionais" e, mais ainda, contar com o benefícios de recursos públicos, reduzindo a importância das Ifes, que vêm sendo asfixiadas pela falta de recursos para manutenção e desempenho de suas atividades- não apenas na dimensão do ensino – pressionadas a adotar a lógica de mercado, na qual impera a competição para a venda de serviços, a oferta do mais rápido e a menor custo. (SIQUEIRA, 2004, p.63)

Referem-se, especialmente, à subordinação das políticas educacionais ao econômico, ao favorecimento ao ensino superior privado, às críticas ao que é público e exaltação do privado,[156] à descaracterização do conceito de universidade, ao empobrecimento da discussão do público e privado, à mercantilização da produção do conhecimento, entre outras.[157] Almeida (2006) disse que:

> Dentro deste contexto, o governo Lula coloca em andamento um projeto de reforma universitária que deixa claramente especificadas duas estratégias: desobrigar o Estado no financiamento das universidades públicas criando mecanismos para que estas captem recursos junto ao mercado e criar mecanismos que permitam a transferência de recursos públicos direta e indiretamente para as instituições de ensino superior privadas. Para as públicas, o governo aprova o Decreto das Fundações de Apoio e a Lei de Inovação Tecnológica e para as privadas o governo aposta no ProUni. (ALMEIDA, 2006, p. 103)

Contribuindo, Cêa (2006) afirma que:

> Dessa forma, a versão atual, além de indicarem a possibilidade de se restringirem ainda mais os recursos públicos para as instituições públicas de ensino superior, aponta para a forçosa necessidade de que essas instituições aprimorem formas de arrecadação de recursos próprios, para o que ainda não existem outros caminhos além daqueles que levam à privatização do especo público. (CÊA, 2006, p. 68)

Percebe-se, com o presente estudo, que até o momento as ações encaminhadas no campo educacional pelo governo Lula não apontam para o modelo prescrito no documento

[156] Silva Jr. (2005, p. 113) aborda o tema afirmando que para que a estratégia neoliberal tivesse êxito, "demonizou-se o estatal como sendo o reino da ineficiência, da burocracia, da corrupção, da opressão, da extorsão (de impostos) e da má prestação de serviços, e sacralizou-se o privado como sendo o reino exclusivo da liberdade, da criatividade, da imaginação e do dinamismo".

[157] Maior aprofundamento em: MANCEBO, D. (2004). E, ainda, em SILVA, Jr. e MANCEBO, D. A., disponível em: www.lpp.uerj.net/outrobrasil/link_outrobrasil/artigos. Acesso em 24 de maio de 2007.

"Uma escola do Tamanho do Brasil", tendo em vista a fragmentação de medidas que estão sendo adotadas. As ações vêm de encontro às orientações dos organismos internacionais que orientaram as políticas educacionais do governo anterior. Mancebo (2004, p.849) afirma que "as reformas que vêm sendo propostas não tem se diferenciado substancialmente das que se iniciaram nos últimos dez anos".

Hoje, é possível inferir que o Estado Brasileiro, tendo em vista as mudanças produzidas nos últimos dez anos, impõe às IES normas de administração econômica, em detrimento de ações efetivas de autonomia, efetividade e equidade. Essa constatação nos instiga a refletir sobre quais serão os pressupostos necessários para a instauração de uma nova fase do Ensino Superior?

Refletir sobre o Ensino Superior, em seu processo de expansão permite-nos visualizar um mundo de problemas, mas, ao mesmo tempo, um conjunto de alternativas, perspectivas e possibilidades que nos fazem saber que é possível lutar pela educação superior em nosso país. Pensamos que é possível organizar o saber com o objetivo de atender à necessidade de desenvolvimento do cidadão e da sociedade, numa relação dinâmica e ética, respeitando sua especificidade, potencialidade e necessidades.

Um dos principais desafios para o ensino superior, hoje, refere-se à questão da expansão com qualidade, entendido como instituições com instalações físicas adequadas, número de docentes qualificados, critérios de seleção para ingresso do aluno, democratização do acesso ao ensino superior e, especialmente, como espaço de realização do ensino, pesquisa e extensão. São questões que devem nortear os debates sobre a Educação Superior.

Uma síntese do processo expansionista da educação superior no Brasil é realizada por Dourado (2002), e indica-nos, por fim, uma questão para continuidade da reflexão e do debate e preocupações de, efetivamente, fazer uma revisão e novas propostas de atuação enquanto construção coletiva para toda sociedade, vendo a educação como formação do ser humano, e não como formação de um profissional para atender às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Fica a análise:

> Nos últimos anos, esse processo expansionista fi deliberadamente conduzido pelas políticas oficiais, tendo se consubstanciado por natureza e caráter predominantemente privado (...)*Tais políticas têm resultado em um intenso processo de massificação e privatização da educação superior, caracterizado pela precarização e privatização da agenda científica negligenciando o papel social da educação superior como espaço de investigação, discussão e difusão de projetos e modelos de organização da vida social, tendo por norte a garantia dos direitos sociais.* (DOURADO, 2002, p. 247) (Grifos nossos).

O curso de Administração é o que mais cresce no Brasil, na multiplicação de instituições privadas de Ensino Superior. Veiculam as mudanças do mundo do trabalho e a necessidade premente de se formar o profissional generalista, flexível, dinâmico, ágil, gestor de recursos e "conectado" às necessidades do mercado. O objetivo é "formar" um profissional para o mercado de trabalho. Nogueira (2005) faz a seguinte reflexão:

> No sentido rigoroso da expressão, formar alguém não é apenas transmitir informações e habilidades ou socializar técnicas e modelos. Acima de tudo, é fixar uma perspectiva, ou seja, estabelecer parâmetros intelectuais, éticos e políticos. Trata-se de um processo de preparo para a vida, de articulação e de totalização dos saberes, de diálogo com a história e a cultura. (NOGUEIRA, 2005, p. 175)

Necessita-se pensar a educação como espaço de construção de um saber que esteja preocupado em substituir a repetição e a padronização pelo espírito inventivo, em desenvolver a curiosidade e a criatividade, acolher e conviver com a diversidade, valorizar a qualidade e desenvolver o exercício de liberdade responsável. E, ainda, a possibilidade concreta de desenvolver o espírito crítico na inserção com o mundo do trabalho, desenvolvendo uma formação cultural sólida.

O debate sobre o tema educação e trabalho não acontece sem contradições e conflitos. As inúmeras receitas do mercado de trabalho para a formação de profissionais que possam atender ao mercado convergem para as seguintes características: flexibilidade, versatilidade, liderança, orientação moral e ética, capacidade de tomada de decisão, comunicação, equilíbrio emocional. Contudo, estas características devem estar acompanhadas de um processo que permita, ao profissional, construir a si próprio pelo trabalho, um trabalho com um novo significado. Boaventura de Souza Santos (1999) afirma que:

> A educação, que fora inicialmente transmissão da alta cultura, formação do caráter, modo de aculturação e socialização adequado ao desempenho da direção da sociedade, passou a ser também educação para o trabalho, ensino de conhecimentos utilitários, de aptidões técnicas especializadas capazes de responder aos desafios do desenvolvimento tecnológico no espaço da produção (SANTOS, 1999, p. 196)

As formas que a educação assumirá no futuro serão o resultado de um determinismo histórico ou serão os resultados de nosso esforço conjunto e de nosso trabalho? O caminho está aí, sendo construído, e a nós cabem reflexões críticas e ações que possam traduzir no esforço de recuperar o verdadeiro sentido da educação, a formação humana.

O objetivo de contextualizar o governo Lula foi na perspectiva de compreeender a continuidade do processo expansionista e as propostas para a educação superior no País. Tal

objetivo foi atendido na medida em que constatamos a continuidade do processo expansionista, via privatização, com utilização e transferência de recursos públicos para IES privadas. A preocupação a seguir é: conhecer e analisar a expansão do Curso de Graduação em Administração no Brasil e em Goiás.

CAPÍTULO II
A EXPANSÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo tem-se por objetivo traçar um panorama histórico da criação dos cursos de Administração no Brasil. Aborda-se a questão de sua expansão, evidenciando o contexto sócio-econômico, político e cultural. Procura-se identificar de que forma estes fatores contribuíram para o processo de expansão destes cursos e o debate que envolveu a questão do campo de atuação do profissional de Administração, tendo em vista as políticas e reformas do Estado, as reformas educacionais, as mudanças no mundo do trabalho e, a análise de indicadores dos cursos de Administração criados no Brasil no período de 1995 a 2006. Lembrando que:

> O processo histórico efetivo não é linear; tampouco é sinônimo de evolução ou da constituição de um tempo homogêneo, um amontoado de fatos caóticos sem sentido ou sem inter-relações, mas a realização de um movimento contraditório e dialético. Da mesma forma, o conhecimento histórico não corresponde à simples agregação dos dados e fatos da realidade. Trata-se por sua vez da apreensão das conexões existentes entre eles, em perspectiva totalizante. (MINTO, 2006, p. 11)

A liderança, na formação do profissional de Administração, teve como berço os Estados Unidos, pois em 1952, quando instalava-se o primeiro curso de Administração no Brasil, a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas - FGV, os EUA "já formavam, anualmente, 50 mil bacharéis em Administração, 4 mil mestres e 100 doutores" (SANTOS, 2002, p. 21). Isso é compreensível, haja vista que esse país foi o carro chefe do sistema econômico no mundo capitalista. Nos estudos de Bertero (2006):

> O ensino de administração iniciou-se no país na década de 1950, com conteúdos e professores estrangeiros. Uma vez que a administração, como já assinalado, foi em grande medida uma criação norte-americana, não é de se estranhar que os cursos fossem baseados em textos e casos produzidos nos Estados Unidos, que retratavam necessariamente experiências e problemas daquele país. (BERTERO, 2006, p. 96)

Caminha-se numa viagem histórica que inicia-se com o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Sua importância advém do fato de que se estruturam as condições para o nascimento do curso de Administração, com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público – DASP (1938), da Fundação Getúlio Vargas (1944) e, da primeira escola de Administração, a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP

(1952). E até, o período do golpe militar de 1964, marcado pela ideologia desenvolvimentista, quando houve um incremento da educação superior no país e o nascimento dos cursos de Administração no interior das Faculdades de Ciências Econômicas das grandes universidades.

Pretende-se ainda, visitar a década de 1970 constatando no período a primeira grande expansão do curso de Administração, promovida pelo governo militar e que marca a formação do administrador como um técnico que tinha como "função primordial – servir o Capital" (COVRE, 1991, p. 8).

Os anos 1980, período de abertura política e da Constituição de 1988, visualiza-se um período de interiorização dos cursos de Administração, pois brotava, em quase todas as cidades do interior do país, uma escola de Administração em faculdades isoladas privadas. Foi um dos legados do governo militar: a acentuação da privatização do ensino superior no Brasil.

Registra-se ainda, neste momento histórico, a mudança da formação do Administrador e de seu perfil, numa sociedade em mudança, que buscava resgatar princípios democráticos de participação, de cidadania e de direitos civis. No entanto, passos curtos foram dados no sentido de formar um administrador critico, com capacidade de trabalhar as contradições: capital e trabalho. Covre (1991) explicava o que entendia sobre o administrador "moderno" e explicava que:

> Esse tipo de administrador serviria ao capital de forma moderna, mas também estaria preocupado em servir ao trabalho, não só pela linha da ideologia pós-liberal de possível manipulação da mão-de-obra, mas de real avanço aos interesses dos trabalhadores. (COVRE, 1991, p. 9)

Por fim, caminhar pela década de 1990, período em que o papel desenvolvimentista e interventor do Estado parece esgotado, reduzindo sua participação na economia. Ações efetivas de descentralização, novos modelos de gestão, maior participação da sociedade civil e de empresas privadas, em áreas que antes eram de competência do Estado, exigiram uma reforma do Estado. O mundo em mudanças, avanço tecnológico, globalização, mudanças no mundo do trabalho, reestruturação produtiva, questões como agilidade, rapidez, produtividade, competitividade, competência, demanda novos valores, um novo perfil de administrador.

2.1. O Surgimento do Curso de Administração no Brasil: 1930-1960

A análise histórica do período de 1930 a 1960 torna-se importante a fim de se contextualizar o período do nascimento do curso de Administração no Brasil. Neste, o país sofre grandes transformações, sociais, políticas e econômicas, provocando significativas mudanças na sociedade. Ampliavam-se as funções do Estado como agente e promotor do crescimento econômico e, na avaliação de Marcelino (1988, p. 11) o "aparato governamental é renovado e manifesta-se todo um esforço de inovação cuja característica mais marcante foi a de colocar maior ênfase na reforma dos meios (atividade de administração geral)".

Uma sociedade essencialmente agrária dá seus primeiros passos rumo à industrialização, à urbanização, à modernização e ao desenvolvimento e profissionalização da administração estatal, industrial e empresarial, para atender ao desenvolvimento capitalista. Conforme Bresser Pereira (1968), em uma de suas obras, realizava uma análise e afirmava que:

> O ano de 30 marca o início da Revolução Nacional Brasileira. O Brasil até então fora um país tipicamente semicolonial. Com o processo de industrialização que então se inicia, encetamos nosso caminho rumo ao desenvolvimento. (...) a nossa história dá uma guinada decisiva. Verifica-se então um processo acelerado de transformação. A história sofre um impacto e dá um daqueles seus típicos saltos para uma nova direção. Todos os campos são atingidos: o econômico, o cultural, o social e político. (BRESSER PEREIRA, 1968, p. 22)

Quando questionado sobre como analisava o período histórico que marcou o surgimento do curso de Administração, no Brasil, o Prof. Dr. Bianor S. Cavalcanti, 2006, assim posicionava-se, em entrevista:

> O entendimento que eu tenho desse processo histórico é que é um desdobramento da própria evolução do projeto de país. De alguma maneira nós podemos nos reportar a 22, ao Movimento Tenentista, já com uma perspectiva de sacudir o país para levá-lo a um processo de industrialização, de urbanização maior e de desenvolvimento, o que de alguma maneira vai tomar força efetiva com a Revolução de 30 e direcionamento maior com o Estado Novo em 37, quando Vargas no sentido de consolidar o poder nacional da face ao poder fracionado que era na Primeira República, nos Estados pelos Estados e comandado pelas oligarquias de produtos primários, Vargas implanta o DASP como um instrumento de trazer os valores de uma racionalidade administrativa para o Estado. Esse Estado mais forte que se desenvolve dentro de um projeto de modernização.

O governo Vargas, pressionado pelo acentuado desenvolvimento do processo de industrialização e urbanização, fez com que uma nova situação fosse configurada e, conseqüentemente, conduziu a sociedade brasileira para a mudança do modelo agrário-comercial-exportador para um modelo econômico capitalista-urbano-industrial. Iniciou-se um processo de reordenamento da economia, e de industrialização do país que passaram a exigir a profissionalização da Administração Pública. Foram gestadas várias áreas que necessitavam

da atuação do administrador, especialmente, nas funções de planejamento.[158] Os estudos de Bresser Pereira (1974, p. 16) afirmavam que "só a partir desse momento é que os empresários industriais brasileiros começam a se transformar em um personagem significativo (...) a industrialização, que então ocorre, transforma profundamente a economia e a sociedade brasileira".

Felix (1982, p. 41)[159] lembrava que "a evolução da Administração e a relevância que ela adquire ocorre, simultaneamente, à expansão do capitalismo, pois a relação entre ambos é reciprocamente determinada". Chiavenato (1999) afirmava que:

> O período da industrialização foi fundamental para o aparecimento da teoria administrativa (...) O Brasil somente ingressou nessa era no início dos anos 1940 - com um atraso incrível – graças aos esforços do governo Vargas de iniciar a atividade siderúrgica no país. (CHIAVENATO, 1999, p. 33)

A proposta da administração científica resulta da expansão do capitalismo e sua evolução, enquanto prática e ciência, tem uma função técnica e ideológica. Suas teorias vão desde a organização do processo de produção, até as atividades administrativas mais abrangentes como o planejamento. Os anos Vargas faziam emergir uma nova ideologia que significava "a redefinição das funções do Estado, pela qual este passa a se caracterizar como agente planificador" (PEREIRA, 1971, p. 13)[160].

Essa nova ideologia era representada por um projeto social de desenvolvimento progressista, cujo modelo econômico encontrava-se alicerçado nos fundamentos da "industrialização e do planejamento econômico do Estado" (COVRE, 1991, p. 63). Pode-se afirmar assim, que, na prática, esse novo modelo de gestão econômica resultou no alargamento das fronteiras do poder do Estado, que assumiu um papel crescentemente intervencionista e, regulador na sociedade brasileira. Ianni (1971) reforçava que:

> Foi nessa época que a planificação passou a fazer parte do pensamento e da prática dos governantes, como técnica mais racional de organização das informações, análise de problemas, tomadas de decisão e controle de execução de políticas econômico-financeira. (IANNI, 1971, p. 7)

O cenário econômico, político e social, após a Revolução de 30, assentava as bases do "Estado Administrativo no Brasil" (FISCHER, 1985)[161], dentro de um modelo de centralização e de autoritarismo.

---

[158] Sobre o tema, ler: IANNI (1971).
[159] FELIX (1982).
[160] PEREIRA, L. (1971).
[161] FISCHER (1985). Disponível em: www.ufba.com.br.

Siqueira (2001)[162] analisava o período reforçando que:

> Ao assumir o poder, logo de imediato, Getúlio Vargas estabeleceu a reforma da administração como o principal instrumento de mudança. Havia preocupações como o fortalecimento da organização administrativa federal tomando o social como ponto de partida, assim como a racionalização administrativa que almejava economia e eficiência por parte do Estado. (SIQUEIRA, 2001, p. 184)

A partir desta realidade de grandes mudanças, a própria administração pública e privada mostrava-se consciente da necessidade de adaptar-se às condições sociais e econômicas do país. O Estado sai de uma posição passiva para atuar de forma mais dinâmica no processo de desenvolvimento nacional, interferindo assim, no perfil do profissional das empresas públicas. O conceito de governo, predominante na época, na análise de Keinert (1994, p. 44), "era o de que governar é administrar".[163]

É um período em que se percebe a evolução da administração no país, permitindo o desenvolvimento de métodos e de técnicas de organização; a sistematização de seus princípios e sua aplicação prática na administração pública. Num primeiro momento, disseminaram-se para as empresas privadas, uma vez que, passaram a reconhecer necessidade do planejamento visando ao aumento de produtividade das empresas. Ianni (1996, p. 67) relatava que "a República levará para uma "posição central e culminante" uma nova figura, "o homem de negócios", ou seja, o indivíduo voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer, dinamizando os negócios no campo e na cidade".

Na análise de Félix (1982, p. 97) "as teorias da Administração são generalizáveis e podem se aplicar à prática administrativa da maioria das organizações porque entre elas existem similaridades de estrutura organizacional que se modificam em função de objetivos específicos". Isso possibilitou que a necessidade do administrador fosse percebida tanto para as empresas públicas quanto privadas.

Ações governamentais foram desenvolvidas buscando estruturar e fortalecer o Estado Nacional, com o objetivo de enfrentar os desafios que se colocavam. Grandes ações precisavam ser desencadeadas, propondo-se mudanças na estrutura e nos métodos de trabalho dos órgãos governamentais, tendo em vista as transformações sociais que passava o País.

Este foi um período de reformas de ordem técnica, decorrentes da natureza especializada dos serviços públicos, em que se generalizam os princípios da Administração, aplicáveis na maior parte das organizações, determinando padrões de eficiência, de

[162] SIQUEIRA (2001). Consultar *site*: ww.adm.ufba.br.
[163] KEINERT (1994).

racionalização e de produtividade. Neste contexto, foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) e o Ministério da Educação e Saúde Pública (1931).[164]

Em decorrência das transformações que ocorreram na sociedade brasileira, estas interferiram no campo educacional, e na reforma geral do ensino. Coordenada pelo então Ministro do recém – criado Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, em 1931, referia-se ao Curso Superior de Administração e Finanças, através do Decreto 20.148 de 30 de junho de 1931. De acordo com Silva (1958):

> Vários dos dispositivos do decreto no. 20.158 revelam a intenção de institucionalizar, embora ainda de maneira incipiente, o ensino misto de administração pública e particular do Brasil. Instituía, uma série de cursos que sob a cúpula comum de ensino comercial, formava simultaneamente peritos – contadores, guarda – livros, administradores – vendedores, atuários, secretários e bacharéis em ciências econômicas (...) aos que concluírem o curso superior de administração e finanças será conferido o diploma de bacharel em ciências econômicas. (SILVA, 1958, p. 18)

O autor ainda relata que era intenção do governo, preparar profissionais para conhecer as modernas técnicas administrativas, como maneira de ingressarem nos cargos públicos, uma vez que, um dos problemas da Administração Pública era a falta de profissionais qualificados, na referida área e, afirmava:

> Os diplomados pelo curso superior de administração e finanças, além, da preferência para os cargos públicos gozarão de regalias especiais nos concursos para provimento nos cargos de professores dos estabelecimentos de ensino comercial. (Decreto n. 20. 158 apud Silva, 1958, p. 18-19)

A Reforma Francisco Campos incluiu, também, disciplinas administrativas no currículo de vários cursos do Ensino Médio, sob a denominação de Ensino Comercial, tentando assim, a nosso ver, disseminar a importância dos estudos de administração, para o desenvolvimento das indústrias e do serviço público, em decorrência da otimização dos processos.

Naquele momento, apesar de fazer referência ao curso superior de Administração e Finanças, este não era reconhecido pelo Ministério da Educação, como cursos superior, uma vez que, o diploma conferido era o de Bacharel em Economia.

---

[164] Maiores detalhes em IANNI, (1996, p. 29), quando afirma que "foi na década de 30 que se formularam as principais interpretações do Brasil Moderno". E ainda, "multiplicam-se núcleos intelectuais e políticos preocupados com a tradição e a modernidade, procurando explicar o presente, exorcizar o passado e imaginar o futuro" (p. 36).

Em 1937, várias discussões foram realizadas sobre a necessidade e importância do curso superior de administração independente do curso de economia, quando se percebia que os objetivos dos dois cursos guardavam significativas diferenças. Na análise de Silva (1958):

> O ano de 1937 marca o momento em que já era clara, para o legislador brasileiro, a diferença entre um curso destinado a formar economistas, e outro destinado a formar administradores públicos **(não se faz referência aos administradores de empresa privada**). Se bem que haverá certas matérias em comum aos dois cursos (...) Os cursos de economia, por exemplo, geralmente não incluem antropologia cultural, administração municipal, organização e métodos, administração de pessoal, relações humanas, relações públicas, administração internacional e outras matérias específicas do curso de administração. (SILVA, 1958, p. 23-24) *Grifos nossos*.

Em 1938, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP[165], enseja a modernização do Estado brasileiro, pois emergia a necessidade de se ter no país uma administração profissional e eficiente.Para isso fez-se necessária, a formação de um quadro de pessoal qualificado, para atender as exigências de um país que se modernizava. Martins (1989), fazia a seguinte análise:

> O DASP passou a concentrar-se na formação de quadros para a administração pública, procurando oferecer treinamento para o pessoal envolvido em questões administrativas. Gradativamente, entre os seus dirigentes, firmou-se a convicção que seria necessária abertura de uma entidade com a finalidade específica de fornecer esta capacitação administrativa. (MARTINS, 1989, p. 79)

O DASP tinha como objetivo buscar a eficiência do aparelho administrativo. Funcionava como um dos órgãos de maior influência no planejamento estratégico do governo federal e cuidava do gerenciamento, supervisão e coordenação de todos os assuntos da administração do país. Foi um laboratório de produção e de divulgação do conhecimento administrativo. Nos estudos de Keinert (1994, p. 44), o DASP "iniciou um movimento de profissionalização do funcionalismo público, implantando um sistema de ingresso competitivo e critérios de promoção por merecimento, centralizou as atividades relacionadas a pessoal, materiais, orçamento, organização e método".

Quanto ao tema temos a análise de que o DASP era:

> O DASP concentrava o orçamento, agora proposto com técnicas e seguindo princípios mais avançados da orçamentação, dos recursos humanos, da gestão de

[165] Ver: MACHADO, M. (1966, p. 19). E ainda na pg. 186 quando escrevia: "O DASP, representa, sem dúvida, um marco decisivo no aperfeiçoamento do instrumental administrativo do país". Consultar sobre o tema: MARCELINO, (1988, p. 11), tem-se a afirmação de que o "DASP assumiu funções de um superministério, caracterizando-se como um órgão inovador e modernizador da administração pública brasileira". E ainda em FISCHER, T. (1984, p. 281), quando afirmava que "deve-se tributar ao DASP o mérito da introdução do ensino de Administração Pública no Brasil".

> pessoal pela introdução do sistema do mérito, o esforço de se atrair talentos para a gestão pública renovada (...) o Estado moderno brasileiro vai ser montado a partir daí (...) a orientação do DASP vai criar elos com a história então recentes das reformas norte-americanas que tinham um conteúdo mais gerencialista, mais administrativo, mais weberiano na sua formulação e já se consolidando lá nos Estados Unidos uma forma diferenciada de entender a Administração. (Prof. Dr. Bianor S. Cavalcanti, em entrevista)

Os estudos e pesquisas realizados demonstram que este órgão possibilitou a consciência da necessidade e da importância do profissional de Administração para o país e, conseqüentemente, a emergência de se criar escolas de Administração que viabilizassem a formação de profissionais, nas áreas de planejamento e gestão e, "deveria estar voltada ao estudo dos princípios e dos métodos da organização racional do trabalho para ampliar as oportunidades de educação e treinamento no campo administrativo" (LIMA, 2003, p.35).

A história mostra que o trabalho desenvolvido, na perspectiva de demonstrar a importância do ensino superior de Administração no Brasil, não o foi por Economistas, mas, muito mais, por profissionais da Engenharia e do Direito que escreviam e refletiam sobre a relevância dos estudos em administração. Silva (1958), afirmava que:

> As cruzadas pelo estabelecimento da profissão administrativa não foram conduzidas por economistas. As canseiras sofridas, os esforços envidados, o trabalho de reconhecimento, os riscos corridos – toda a tarefa, enfim, de recortar uma placa para o administrador no painel das profissões esteve a cargo de engenheiros, juristas, psicólogos e homens práticos. (SILVA, 1958, p. 29)

O contexto, que possibilitou a criação dos cursos de Administração no Brasil, iniciou-se a partir dos anos de 1940, tendo em vista a complexidade das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que foram sendo estabelecidas no país em função do desenvolvimento e de industrialização da sociedade. Esta nova realidade foi moldando novas necessidades e demandas de novos profissionais para atender esta sociedade, em pleno processo de transformação.

Assim, no bojo do contexto histórico, as reformas administrativas implantadas exerceram importante papel na criação dos cursos de Administração, destinados à formação de profissionais técnico-especializados, para diversos segmentos públicos e privados. As condições e motivações, para a criação desses novos cursos, apresentavam-se como uma faceta do desenvolvimento do espírito modernizante, tendo em vista as mudanças e o desenvolvimento de uma nova formação da sociedade brasileira (COVRE, 1991, p. 59). Essas motivações estão relacionadas com o uso crescente da técnica especializada, tornando imprescindível à necessidade de profissionais para as diferentes funções de controlar, analisar

e planejar as atividades empresariais tendo como princípios: a racionalização, a produtividade, a especialização, o controle e planejamento, a eficiência, entre outros.

Tendo em vista o desenvolvimento da sociedade sinalizado pelo processo de industrialização do país e, pelas mudanças no mundo do trabalho, acentuava-se a necessidade de mão-de-obra qualificada, de um profissional especializado, tendo em vista a divisão do trabalho entre administrador e proprietário. Na análise de Santos (2002):

> A partir de meados do século XX registra-se o crescimento de necessidades que respaldam a existência da profissão do administrador, conferindo a esta área do conhecimento humano um papel importante nas sociedades contemporâneas. Tal situação implicou em uma preocupação na promoção do ensino de Administração, objetivando a formação de quadros preparados para atuar no mercado de trabalho, preocupado com a desarticulação da empresa pública, ocupada com a implementação das mais diversas atividades econômicas na sociedade. (SANTOS, 2002, p. 18-19)

Os conhecimentos relativos ao campo da Administração eram ministrados nos cursos de Economia e Direito, tornando-se necessária à profissionalização do ensino de Administração que viria atender a necessidade de formar pessoal especializado, para analisar e planificar as mudanças econômicas que estavam ocorrendo. Fischer (1984, p. 281) afirmava que "as reformas de ensino propunham alteração nos cursos de Direito, de modo a favorecer a formação de administradores públicos". E ainda, que "outros cursos absorveriam conteúdos de administração, como engenharia e, mais tarde o curso de economia".

No entanto, fazia-se necessária a inserção mais efetiva do pensamento de Taylor e Fayol[166], considerados os criadores da Escola de Administração Científica, nos Estados Unidos, que promoveria a inserção de novas idéias e ações, na análise e nas pesquisas de temas econômicos e administrativos, que viriam a incentivar a criação dos cursos de Administração no Brasil, que só veio adquirir identidade na década de 1950.

Importante reforçar que a complexidade da sociedade, tendo em vista as questões econômicas, políticas e sociais que acentuavam as mudanças no cenário urbanizado e o movimento no campo educacional, foi trazendo novos elementos, enquadrando os princípios desenvolvimentistas da época, que possibilitou a discussão sobre os cursos de Administração. Storck (1983, p. 61) reforçava que a ampliação das indústrias de bens de consumo duráveis, altamente sofisticadas, exigia "volume de capital, tecnologia avançada, mão-de-obra especializada, produção em escala, capacidade gerencial".

O uso da técnica, como solução dos problemas sociais, econômicos e políticos, valorizou e determinou a necessidade da formação de uma burocracia técnica, não somente

[166] Consultar: LODI, (1993, pg. 29 – 66).

nas grandes organizações privadas como, especialmente, na administração pública, naquela hora, voltada para os deveres de planejar, racionalizar, definir e estabelecer a ação de um Estado crescentemente mais atuante e participativo. Ianni (1971) colabora afirmando que as origens da ideologia da prática do planejamento governamental do Brasil:

> Foi uma combinação privilegiada de condições (economia de guerra, perspectivas de desenvolvimento industrial, problemas de defesa nacional, reestruturação do poder político e do estado, nova constelação de classes sociais) que transformou a linguagem e a técnica do planejamento em um componente dinâmico do sistema político-administrativo. (IANNI, 1971, p. 15)

Este dinamismo do sistema estendeu seu alcance para todas as esferas do social, aí incluído o sistema escolar. As escolas da época não estavam aparelhadas para formar quadros de técnicos, aptos a lidar com o planejamento, com as informações e, com a tomada de decisões. Assim, a concepção de desenvolvimento e de capacitação de pessoal para a administração pública passou a ocupar uma posição estratégica, espelhando-se em experiências já consolidadas no contexto americano. Covre (1991) afirmava que:

> É neste contexto que se processa a valorização do desenvolvimento planejado; se alimenta o estímulo á formação de uma burocracia e de um capitalismo mais "racional", que se situa a criação da **Fundação Getúlio Vargas,** pelo Decreto-lei n. 6.693, que dispõe sobre a criação de uma entidade que se ocupará do estudo da *organização racional do trabalho* e do preparo de pessoal para a administração pública e privada. (COVRE, 1991, p. 65)

Reuniu-se em torno do DASP, um grupo de profissionais, que detinham maior conhecimento sobre problemas de administração e, em dezembro de 1944, foi criada a Fundação Getúlio Vargas[167], pelo Decreto-lei n° 6.693, como pessoa jurídica de direito privado que, sem dúvida, representou o início e a valorização do ensino de administração e o início de realização de pesquisas econômicas e administrativas da realidade brasileira a nível nacional.

Machado (1966, pg. 20), a FGV era uma "entidade de caráter técnico – administrativo, e tem como principal finalidade, entre outras, a de "prover à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados".[168] É neste contexto, que se processa "a valorização do desenvolvimento planejado, se alimenta o estímulo à formação de uma burocracia e de um capitalismo mais "racional" (COVRE, 1991, p. 65). O relevante papel que a FGV começou a desempenhar para o desenvolvimento da

[167] Para aprofundamento: Costa (1986).
[168] Fundação Getúlio Vargas – Estatutos – Rio de Janeiro, 1960, Art. 2º, item 4º.

administração governamental e para a gerência dos negócios encontrava-se sistematizado em seus estatutos originais. No seu trabalho Costa (1986) evidencia a missão da FGV:

> Promover estudos e pesquisas, nos domínios das atividades públicas e privadas; prover á formação, á especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados; constituir-se em centro e documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos; incumbir-se do planejamento e da organização de serviços ou empreendimentos, tomar o encargo de executá-los, ou prestar-lhe á assistência técnica necessária; concorrer para melhor compreensão dos problemas de administração, proporcionando o seu estudo e debate. (COSTA, 1986, p. 35-36)

A FGV tinha, em sua criação, a participação de políticos, empresários e contatos estabelecidos com as universidades de administração norte-americana, para qualificação do corpo docente, construção de currículos e métodos de ensino, que possibilitariam a expansão e aconsolidação do ensino superior de Administração. A referida instituição representou, sem dúvida, a primeira e mais importante instituição que serviu de "berço" para o nascimento dos cursos de administração no país. Martins (1989) relatava que:

> A FGV articulada no interior de um organismo vinculado ao aparelho estatal e tomando como seu patrono a figura do Presidente da República, que durante quase quinze anos, vinha dirigindo o país, a FGV envolveu em sua criação figuras expressivas do campo do poder político e personalidade proeminentes do empresariado nacional. (MARTINS, 1989, p. 80)

A FGV representava, portanto, a introdução da administração científica no país, através do início do desenvolvimento do ensino e da pesquisa de temas econômicos e administrativos. Contribuiu para o processo de desenvolvimento econômico do país, ocupando uma posição dominante, no campo das instituições de ensino de administração, assim como serviu de referência para o desenvolvimento desses cursos no Brasil. Na análise de Siqueira (2001):

> Logo após ser implantada, com o apoio do governo e de mais de 300 pessoas físicas e jurídicas que assinaram sua escritura de constituição e aprovaram o seu estatuto, a FGV expandiu-se no seu objetivo, saindo do campo restrito da Administração adentrando pelo campo mais amplo das ciências sociais, assim como não se limitou ao ensino e estendeu-se também para a pesquisa. (SIQUEIRA, 2001, p. 193)

A Fundação Getúlio Vargas[169], no Rio de Janeiro, representava a primeira e mais importante instituição que tinha por finalidade, prover a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de pessoas para empreendimentos públicos e privados. Próxima ao pólo

[169] Consultar MARTINS, C. B. (1989, p.80), refere-se ao Decreto n. 6.693/1944, que autorizava a criação da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

dominante dos campos do poder político e econômico, foi concebida para ser uma entidade que se dedicasse ao estudo de princípios e métodos do planejamento e de organização do trabalho, visando à preparação de profissionais qualificados. O presidente Getúlio Vargas, em discurso, assim pronunciava-se:

> O desenvolvimento econômico do Brasil já atingiu o nível em que as práticas empíricas começam a demonstrar claramente a sua insuficiência na vida das empresas, indicando a necessidade de substituí-las pelos modernos métodos de administração. (GETÙLIO VARGAS apud COVRE, 1991, p. 65)

Na entrevista realizada tem-se a confirmação que figuras proeminentes da Administração Superior do governo brasileiro faziam parte, também, da direção superior da referida Fundação, o que possibilitou o desenvolvimento de ações que possibilitariam a criação dos cursos de Administração no país. Tem-se a análise de que:

> Getúlio e Simões Lopes, ali, braço direito de Getúlio, homem do DASP com seus companheiros, gente que desde lá do DASP iam para os Estados Unidos fazer Administração (...) cria-se a Fundação, como campeã, vamos dizer, desses valores da racionalidade econômica e administrativa tanto para o setor privado quanto para o setor público. A Fundação era criada como uma inspiração do Estado mas participam da criação da Fundação, empresas, pessoas físicas e ela se estabelece com um compromisso de financiamento por parte do Estado mas com uma arquitetura de autonomia que garantisse a sua independência do Estado, uma coisa assim, fantástica, porque compromisso de financiamento e autonomia parecem coisas absolutamente impossíveis de serem compatibilizadas. (Prof. Dr. Bianor S. Cavalcanti, em entrevista)

A partir de 1945, período de prosperidade econômica, registrava-se um estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro, exigindo para tal, além de capital e tecnologia avançada, mão de obra especializada e profissional com capacidade gerencial. Em 1948, houve tentativa da Universidade de São Paulo - USP em criar, na Faculdade de Economia e Administração[170], um Instituto de Administração destinado a promover pesquisas sobre as várias técnicas e ramos administrativos. No entanto, isso não se concretizou, mas abriu amplos espaços para discussão de temas específicos de administração, como mostrava Martins (1989):

> O Decreto que criava a nova Faculdade estabelecia que, junto à cadeira de "Administração" funcionaria o Instituto de Administração. Este teria como finalidade a realização de pesquisas relativas à eficiência do trabalho e às condições de vida dos trabalhadores. Na medida em que aquele Instituto também se ocupou da realização de seminários, simpósios, conferências sobre temas relativos à administração, contribuiu para incentivar a reflexão sobre esta área de conhecimento nos vinte primeiros anos de existência daquela faculdade. (MARTINS, 1989, p. 89)

[170] Consultar: MARTINS, 1989, p. 87 - 94.

Em 1949, um grupo de professores americanos e brasileiros reuniram-se, através da Fundação Getúlio Vargas, para desenvolver um projeto de criação da Escola Brasileira de Administração Pública, a partir de um convênio realizado entre o governo brasileiro e as instituições de ensino superior norte americana, mais especificamente, a Universidade de Michigan. Tal convênio, possibilitou aos professores brasileiros, ampliarem seus estudos em instituições americanas, viabilizando um quadro de pessoal docente que comporia a futura escola.

Em 1950, acontece em Nova York o I Seminário Internacional de Administração de Pessoal e, por ocasião do referido seminário, iniciou-se um acordo das Nações Unidas com o Brasil, na perspectiva de se criar aqui, o Curso de Administração Pública através da Fundação Getúlio Vargas, que receberia não só os recursos materiais necessários à escola, mas também a oportunidade de manter, nas escolas de administração americanas, os bolsistas, instrutores e professores brasileiros, que seriam recrutados pela Fundação com o objetivo de se qualificarem nos conhecimentos da ciência da Administração. Assim, o objetivo seria qualificar profissionais em Administração, para que ao retornarem, ao Brasil, coordenarem não só a profissionalização da administração pública nos órgãos do governo, mas, também, estruturarem escolas para o ensino da Administração.

Representantes da FGV realizaram visitas a inúmeros cursos de Administração Pública nos Estados Unidos, para conhecer seu funcionamento, já que o Brasil carecia de experiência na organização e na implantação desses cursos. Com as visitas, abriram-se canais de comunicação que favoreceram a realização de encontros entre representantes da FGV e de escolas e professores americanos, visando à criação, no Brasil, de uma escola de nível superior voltada para a formação e treinamento de especialistas em Administração Pública (ANDRADE, 1997, p.18).

Destaca-se, nesse período, a criação do Instituto Brasileiro de Administração – IBRA, em 1951, vinculado à Fundação Getúlio Vargas, com apoio da Organização das Nações Unidas – ONU. Este foi embrião para o nascimento dos cursos de Administração, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 1952, realiza-se no Rio de Janeiro, o Seminário Internacional de Administração Pública e, na ocasião, foi organizada, pela Fundação Getúlio Vargas, a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP)[171]**,** destinada, especificamente, à preparação de

[171] Para maiores informações consultar OLIVEIRA, E. M. (1974 pg. 100). E ainda: trabalho histórico publicado em 2002, denominado "A Escola que faz Escola: EBAPE 50 anos", organizado por Helena Bomeny e Marly Motta.

administradores tendo "uma dupla orientação: formar quadros especializados para a administração pública – uma elite qualificada para assessorar na formulação de políticas e, treinar funcionários do serviço público que encontrariam, naquele ambiente acadêmico, apoio para responder às novas tarefas que o Estado brasileiro requisitava, no grande impulso rumo a modernização do país" (BOMENY & MOTTA, 2002, p. 15). Na análise do atual Diretor da EBAPE[172], Prof. Bianor S. Cavalcanti, lembra que:

> O Instituto Brasileiro de Administração – IBRA foi a raiz da EBAP. O IBRA se converte em EBAP por força de uma ação das Nações Unidas. Cria-se a EBAP com a benção de Getúlio Vargas em 52 e em 54 a EAESP em São Paulo e ambas as escolas foram buscando informar a sociedade esses valores da racionalidade administrativa completando com as Escolas de Economia.

A EBAP foi se estruturando como órgão de ensino de graduação, pesquisa e assistência técnica "com cobertura financeira da ONU até 1959" (FISCHER, 1984, p. 282). Teve seu projeto elaborado com destacada influência norte-americana tendo em vista o apoio da Organização das Nações Unidas e articulações de técnicos brasileiros e americanos, que marcaria profundamente o ensino de administração no Brasil, consolidando este campo de saber, num período de desenvolvimento do país. Machado (1966) reforçava que:

> Os principais objetivos da EBAP consistem em formar administradores profissionais, descobrir e desenvolver talentos administrativos, treinar e aperfeiçoar funcionários públicos para o desenvolvimento consciente de seus deveres e levar tais benefícios a toda esfera do governo federal, estadual e municipal, inclusive de suas autarquias e sociedades de economia mista. (MACHADO, 1966, p. 28)

A EBAP recebeu, em sua criação, além do apoio da ONU, a ajuda das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, orientada para qualificar pessoal de órgãos públicos e privados. Na análise de seus fundadores, uma escola de Administração que "nasceu da consciência de que o sistema educacional não estava correspondendo as necessidades de formação e treinamento de pessoal, geradas pelo desenvolvimento da estrutura governamental" (FISCHER, 1984, p. 142).

Pode-se afirmar que a criação dessa instituição possibilitava a emergência de um novo tipo de intelectual, dotado de uma formação técnica e de conhecimentos especializados que poderiam ser utilizados como uma estratégia indispensável ao prosseguimento das transformações econômicas iniciadas no país. Por isso, a idéia da criação da EBAP foi bem recebida pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, que disponibilizou recursos para

[172] A EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública teve seu nome alterado em 1990 para EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.

a formação de pessoal do DASP, nos Estados Unidos, com o objetivo de qualificar profissionais, tanto para o exercício da profissão do administrador público nos órgãos governamentais, quanto para formar o futuro corpo docente da EBAP.

A FGV-EBAP, com a finalidade de promover a preparação de técnicos de administração e funcionários executivos, inaugurou no Brasil, a graduação e a pós-graduação em Administração. Voltava-se para o estudo de princípios e métodos da organização racional do trabalho, visando à preparação de pessoal qualificado, capaz de propiciar o crescimento econômico e tecnológico anunciado, no período populista. Tal entidade surgia próxima do pólo dominante dos campos do poder político e econômico.

Foi na Fundação Getúlio Vargas que surgiram os primeiros institutos de investigação sobre assuntos administrativos e econômicos do país e pretendia formar especialistas para atender ao setor produtivo.

Assim, em 1954, foi criada pela FGV, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) com o objetivo de atender aos interesses e expectativas do empresariado, com apoio do governo federal, do governo estadual e da iniciativa privada, tendo como principal objetivo formar para as empresas nacionais os "especialistas em técnicas modernas de administração empresarial" (MARTINS, 1989, p. 84).

Covre (1991) relatava que:

> Em 1954, através da Escola Brasileira de Administração de Empresa de São Paulo, a Fundação faz sua primeira incursão no campo de administração de empresa, sob a forma de um curso intensivo e em 1955 realiza seu primeiro curso de graduação, cuja primeira turma se forma em 1958. (COVRE, 1991, p. 65)

Tal escola, nascida no pólo econômico do país, contou com o apoio de convênios firmados com entidades internacionais americanas, através da *USAID* (Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos). Neste convênio, o governo norte-americano comprometia-se a manter junto, a esta escola, uma missão universitária de especialistas em Administração de Empresas, recrutados junto à Universidade Estadual de Michigan. Por outro lado, a Fundação Getúlio Vargas enviaria docentes para estudos de pós-graduação, nos Estados Unidos, com intuito de preencher os quadros do corpo docente da EAESP. Tal convênio revela a influência do ensino de administração norte-americano na realidade brasileira, evidenciado, sobretudo, através dos currículos e bibliografias. Martins (1989, p. 663), afirmava que o ensino da administração no Brasil, desde o seu início, estabeleceu fortes vínculos com o sistema de ensino americano, inclusive com a utilização de bibliografia,

modelos curriculares e mesmo com a participação de professores americanos, como docentes, nos primeiros cursos de Administração no país.

São Paulo representava o grande centro econômico do país e, diferentemente do Rio de Janeiro, era o lugar que concentrava o maior número de empresas privadas, necessitando de profissionais qualificados, atendendo assim, às exigências e as necessidades do empresariado paulista. Por ocasião da fundação e organização da EAESP, o Presidente Vargas encaminha uma mensagem à comissão que trabalhava na organização da referida escola e assim se manifestava:

> Recebi com vivo interesse a notícia de realização da reunião de debates sobre a criação de uma Escola de Administração de Empresas. O desenvolvimento do Brasil já atingiu o nível em que as práticas empíricas começam a demonstrar claramente a sua insuficiência na vida das empresas indicando a necessidade de substituí-las pelos modernos métodos de grandes empresas existentes no país e a complexidade dos problemas estão a requerer para os seus quadros a competência de profissionais especificamente formados. Estou certo que São Paulo sente mais nitidamente que qualquer outra unidade da federação a necessidade de preparar quadros para o exercício das funções inerentes à organização, direção e gerência de grandes empresas. (GETÚLIO VARGAS apud MARTINS, 1989, p. 84)

Importante salientar que, além de São Paulo representar o Estado que possuía um maior número de empresas, com amplo crescimento do seu parque industrial, emergia, também, uma classe diferenciada de empresários, que não abria mão de investir no desenvolvimento dos seus negócios, diversificando as formas de gestão, necessitando para isso do aproveitamento de especialistas e de administradores profissionais[173]. Tal movimento dos empresários promove, sem dúvida, os investimentos do governo na criação dos cursos de Administração, através da Fundação Getúlio Vargas. Bresser Pereira, 1968, relatava:

> Uma revolução industrial só pode ser realizada desde que surja um grupo de homens com espírito empresarial, com capacidade de inovação, com possibilidades de comandar o processo de investimento e com disposição de arriscar. (...) A revolução industrial brasileira, portanto foi realizada basicamente por empresário imigrantes de classe média. Essa constatação é fundamental para compreendermos o comportamento econômico, político e social dos empresários brasileiros e o próprio processo de desenvolvimento do país. (BRESSER PEREIRA, 1968, p. 56)

[173] Quanto ao tema, Bresser Pereira, escrevia em 1966, na revista de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, o artigo: "O Administrador Profissional e as perspectivas da sociedade brasileira" e afirmava que: "A Administração é sem dúvida uma profissão, desde que é uma atividade especializada, remunerada, com objeto próprio e constitui a fonte de receita, por excelência, daqueles que a exercem. E um administrador de empresas profissional é aquele indivíduo que, sem possuir a propriedade de uma empresa, toma decisões com autoridade sobre seus recursos humanos e materiais, planejando, organizando e controlando suas operações. É o homem que realiza essas funções especializadas em razão de sua competência profissional, e não por ser o proprietário da empresa ou por manter com estas relações de parentesco ou amizade (p. 89)".

No final da década de 1950, já no governo de Juscelino Kubitschek[174] (1956-1960), os caminhos da Administração tornaram-se mais promissores. Foi um governo que imprimiu ao país, o caminho da modernidade, através de seu Plano de Metas, engajado ao capital estrangeiro para o desenvolvimento de energia, de transporte, de alimentação, da indústria e da formação de pessoal técnico, com um forte apelo às idéias de planejamento[175] "jogando simultaneamente com a ideologia nacionalista e uma política econômica do tipo internacionalista" (COVRE, 1991, p. 67).

Foi um período caracterizado pela passagem do modelo agropecuário para o modelo da industrialização, pela crescente internacionalização da economia. O modelo político passou a se identificar com a economia de mercado e o país crescia e desenvolvia, economicamente, a passos largos. Período marcado pela ideologia desenvolvimentista em que a denominada "Administração para o Desenvolvimento" (KEINERT, 1994, p. 44) foi implementada, através de projetos de cooperação internacional e, a criação das escolas de administração são, também, frutos desses acordos. Tem-se a afirmação de que:

> Como conseqüência, a Administração começa a adquirir contornos de campo de conhecimento: ocorre um aumento da produção de textos de caráter teórico-conceitual e uma presença marcante de traduções, importações destinadas a auxiliarem sua estruturação. O país já dispõe de um corpo de técnicos e estudiosos capazes de gerar uma sofisticação na produção de conhecimentos em Administração. (KEINERT, 1994, p. 44).

Percebe-se que, no primeiro período da criação dos cursos de administração, esses se voltavam mais à administração pública e as empresas nacionais que nasciam, no processo de desenvolvimento do país. O segundo momento representava a necessidade do profissional de administração para atender às empresas multinacionais, com gestão administrativa e tecnologia muito mais complexa e que não possuíam a figura do proprietário no processo de gestão administrativa. Na avaliação de Storck (1983):

> Implantam-se no país inúmeros estabelecimentos multinacionais (...) estrutura, portanto, *que precisa de administradores formados*, separados do capital e aptos à decisão longe da figura do proprietário. Dessa maneira, nesse novo contexto, torna-se mais gritante a valorização da planificação, da técnica, da *necessidade de profissionais especializados*, pelo vinculo profundo que se redefine e se firma com o capitalismo internacional e as imposições deste. (STORCK, 1983, p. 61) *Grifos nossos*.

Para a ciência da Administração trata-se de um momento histórico importante tendo em vista a necessidade da presença dos administradores profissionais, tanto na gestão

[174] Cardoso, M. L.(1978).
[175] Para aprofundamento consultar: IANNI (1971).

das organizações públicas quanto das empresas privadas. O perfil do administrador atenderia a necessidade de profissionalização, controle, direção, implantação de novas tecnologias e o exercício de uma gestão que buscasse eficiência, eficácia e produtividade.

No plano educacional, buscava-se a adaptação da política educacional às necessidades do desenvolvimento econômico e, em discurso, JK afirmava que:

> Em nossos dias, a educação, a ciência e as atividades produtoras constituem três faces de um mesmo problema, que só em conjunto pode ser resolvido. Por assim entender, é que o Governo vem dando passos decisivos a fim de que, simultaneamente com a industrialização do país, se acelere o seu desenvolvimento cultural e científico. (JK – Mensagem, 1958 apud CARDOSO, 1978, p.219)

Foi esse contexto que possibilitou a consolidação da importância do profissional de Administração para atender às exigências de uma política em que se buscava modernização na estrutura industrial e empresarial, necessitando de um quadro de pessoal técnico, capacitado nas funções de planejamento, organização e gestão para a administração das novas empresas privadas, para o moderno pólo industrial que se formava e para as organizações públicas. Tal contexto, desenhado no final dos anos cinqüenta e em toda a década de 1960, possibilitou o grande *boom* expansionista dos cursos de Administração na década de 1970.

Na análise de Motta (1983), reforçava que:

> A grande empresa surge moderna no Brasil, utiliza tecnologia avançada e dispensa em larga medida a mão de obra qualificada. Essa tecnologia, por sua vez, depende cada vez mais do fortalecimento de funções de planejamento, controle e análise de atividades empresariais. Em suma, essas funções, tornadas mais complexas, exigem mão-de-obra qualificada. (MOTTA, F., 1983, p. 54)

Em 1956, foi firmado um convênio com *U. S. Agency for Internacional Development – USAID* entre os governos brasileiro e norte – americano, para criação do Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas, na perspectiva de enviar professores para formação e pós-graduação na área, caracterizando a continuidade da influência estrangeira no ensino da Administração, especialmente, da Universidade do Sul da Califórnia (*University of Southern Califórnia*) que também, encaminhava professores para prestarem assessoria às escolas de Administração recém-criadas. Sobre o tema, Nicolini (2003) posicionava-se:

> Tal convênio que beneficiou a EBAP, a EAESP, o DASP e as universidades federais da Bahia e do Rio Grande do Sul – UFBA e UFRGS, respectivamente – enfatizava a necessidade de formar professores para o ensino de administração, visando dotar o governo e a área privada de técnicos competentes para promoverem o desenvolvimento econômico e social. (NICOLINI, 2003, p.46)

Colaborando com o tema, Fischer (1984) ressaltava que:

> As três instituições beneficiadas pelo acordo – EBAP, UFRS, e UFBA – empreenderam, daí para frente, esforços em criar, no caso das duas últimas, e em intensificar, no caso da EBAP, o ensino de administração pública, quer em iniciativas de caráter acadêmico, quer promovendo cursos de aperfeiçoamento, executando projetos de assistência técnica. (FISCHER, 1984, p. 283)

Na avaliação de Martins (1989, p. 75) "a emergência e a evolução dos cursos de administração na sociedade brasileira apresentam uma estreita relação com as transformações ocorridas no campo da produção econômica". Bresser Pereira (1966, p. 95) relatava que "é indiscutível o aparecimento, dentro do cenário econômico brasileiro, do administrador profissional com expressão cada vez maior", diferenciando-se do profissional de economia, uma vez que, enquanto o economista, historicamente, trabalhava com a área do planejamento governamental, o administrador viria atender ao planejamento empresarial, numa visão pragmática, com ênfase na gestão empresarial. Na análise de Sá e Silva (1971):

> Com freqüência, os cursos de administração nasceram em escolas de economia (...) atualmente, a primeira providência que uma universidade bem informada toma ao ingressar no campo de ensino de administração é criar uma escola de administração – nunca um departamento de administração subordinado a outra escola. (SÁ & SILVA, 1971, p. 18)

A criação de escolas de Ensino Superior de Administração, no Brasil, era justificada, tendo em vista a modernização do país, emergindo a necessidade de profissionais com especialização técnica.

A história mostra que, num primeiro momento, os cursos de Administração eram criados no interior das Faculdades de Economia, por terem em comum o estudo da produção, circulação e distribuição de bens econômicos, facilitando o intercâmbio de professores e afinidades de disciplinas, oferecidas aos dois cursos.[176] Registra-se, neste período, um incremento na criação de novos cursos de Administração nas Faculdades de Ciências Econômicas, já existentes. Posteriormente, a criação de faculdades isoladas que tiveram como "carro chefe" o curso de administração.

Em 1958, foi criada a Escola de Serviço Público destinada à qualificação de servidores públicos em todos os níveis, atendendo aos anseios do Presidente Juscelino Kubitschek que assim se posicionava:

[176] Consultar o artigo de Bresser Pereira (1979).

> O atual sistema educacional se mostra pouco apto para atrair a juventude brasileira para a modalidade de ensino que as conveniências do desenvolvimento econômico impõem imperativamente: formação de técnicos de nível médio para a indústria, comércio, agricultura e magistério primário. (Mensagem de JK apud MACHADO, 1966, p, 187-8)

Em 1959, foram criados o Instituto de Administração, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, o Curso Superior de Administração da Universidade do Recife e o Curso de Administração da Universidade Federal da Bahia. O quadro abaixo sintetiza os cursos que foram criados na década de 1950, para melhor visualização:

Tabela n° 14: Cursos de Administração criados na década de 1950

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO CRIADOS	ANO DE CRIAÇÃO	ESTADO
Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP da Fundação Getúlio Vargas – FGV	1952	RJ
Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP da Fundação Getúlio Vargas – FGV	1954	SP
Instituto de Administração e Gerência - IAG – da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.	1954	RJ
Instituto Cearense de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará.	1957	CE
Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul.	1959	RS
Curso Superior de Administração da Universidade de Recife	1959	PE
Curso de Administração da Universidade Federal da Bahia	1959	BA

Fonte: Dados trabalhados pela autora a partir de uma diversidade de fontes consultadas.

Registrava-se assim, na década de 1950, a criação de cursos de Administração que eram estruturados no interior das Faculdades de Ciências Econômicas, nas importantes capitais do país, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, conforme quadro acima. Essas instituições tinham como referência, a Fundação Getúlio Vargas através de suas duas escolas – EBAP e EAESP.

O quadro de expansão dos cursos de Administração altera-se na década de 1960, conforme veremos a seguir, uma vez que a expansão se processou em maior volume nas cidades do interior, em instituições isoladas.

A partir da década de 1960, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP e a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, ambas da Fundação Getulio Vargas - FGV, passaram a ser centros de formação de professores de Administração para outras instituições de ensino, promovendo, conseqüentemente, uma enorme expansão

dos cursos de Administração de Empresas na sociedade brasileira. Na avaliação de Bomeny & Motta (2002):

> E os anos 60 viriam confirmar seu sucesso: a Escola já conhecida e disputada pelos candidatos tornava-se referência para empresas e autarquias que nela viam o celeiro de novos profissionais altamente qualificados. A EBAP constituía-se em padrão de qualidade, e não apenas pelos cursos de administração: ultrapassava os limites disciplinares e atraía estudantes de outras áreas, instigados pelo "ambiente ebapiano", reconhecimento que se formou ao longo da década. (MOTTA, P., 2002, p. 15)

Representavam, também, centros de qualificação profissional de gestores de empresas privadas, atendendo a um empresariado que, no crescimento e na diversificação de suas empresas, já não podiam manter suas administrações centralizadas, tendo que delegá-las a gestores com qualificação e formação de nível superior.[177] Bresser Pereira (1966), ao analisar o período reforçava que:

> Os empresários que, entre 1930 e 1960, realizaram a revolução industrial brasileira, estão ainda em sua maioria, vivos e ativos, mas é indiscutível o aparecimento dentro do cenário econômico brasileiro, do administrador profissional com expressão cada vez maior. (BRESSER PEREIRA, 1966, p. 95)

Em 1958, a EAESP – FGV lançou um Programa de Pós-graduação em Administração, com professores brasileiros e americanos, sendo considerado o primeiro curso de Pós-graduação *lato-sensu* no Brasil, na área de Administração. Considera-se este programa, o embrião dos Programas de MBA - *Master Business Administration* que serão amplamente difundidos na década de 1990, inicialmente no Rio de Janeiro e São Paulo e posteriormente, em todo país.

Em outubro de 1960 criou-se a Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara, que tinha dentre as suas finalidades, "recrutar e selecionar servidores para a administração estadual; formar, aperfeiçoar e especializar servidores estaduais, bem como opinar sobre habilitação de servidores, transferências, remanejamentos, enquadramento e promoção" (MACHADO, 1966, p. 215).

Não há dúvidas de que, a criação dos cursos de Administração apresentava-se como uma faceta do desenvolvimento e da busca de modernidade, do sistema administrativo governamental e industrial e assim, a motivação para sua criação, estava relacionada com a necessidade de especialização técnica de profissionais capacitados para as diferentes funções administrativas. Na avaliação de Storck (1983):

[177] Sobre este assunto consultar: STOCK, V. (1983, pg. 57 – 62). E ainda: BRESSER PEREIRA (1966, pg. 89 – 110).

> A grande empresa multinacional assume o papel de carro chefe da economia brasileira. Implantam-se no país inúmeros estabelecimentos multinacionais. Ela transplanta suas máquinas, políticas e técnicas, mas sobretudo, transplanta a sua estrutura para o Brasil. Estrutura que não comporta administração nas mãos de uma só pessoa, não comporta processo decisório centralizado(...) estrutura portanto, que precisa de administradores formados (...). (STORCK, 1983, p. 61)

Em 1962, registrava-se, a criação do Curso de Administração Pública da Universidade de Brasília e em 1963, foi criado o Curso de Administração na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás, que será objeto de estudo no próximo capítulo. Neste mesmo ano, foi criado o curso de Administração Pública na Faculdade de Ciência Econômicas da Universidade da Paraíba.

A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas – FEA, da Universidade de São Paulo, mesmo instalada em 1946, só teve o seu curso de Administração Pública e de Empresas estruturado, a partir de 1964. E, no mesmo ano, o Curso de Administração da Universidade do Pará.

A Faculdade de Economia e Administração – FEA, da Universidade de São Paulo (USP), criou seu curso de Administração com o objetivo prático de atender, através da preparação de recursos humanos, às demandas oriundas do acelerado crescimento econômico, tendo em vista, o grande surto de industrialização do país, que fazia surgir empresas, movimentando altos capitais, exigindo, para seu sistema gerencial, profissional capacitado nas técnicas especializadas de direção.

Foi uma instituição que firmou um amplo leque de relacionamento com entidades representativas do mundo empresarial, através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da Associação Comercial do Estado e, com a iniciativa privada. Tais relações possibilitavam ainda, que os docentes da Faculdade atuassem em trabalhos de assessoria administrativa prestando serviços às organizações públicas e entidades privadas.

Importante perceber, que na década de 1960, os cursos de Administração nasciam no interior das faculdades de Ciências Econômicas e/ou Ciências Contábeis das grandes Universidades. No entanto, esse quadro foi se alterando e como veremos posteriormente, os cursos de Administração foram nascendo em faculdades e escolas isoladas de Ensino Superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1961, proporcionou a regulamentação do processo de expansão do Ensino Superior privado, tanto na criação de novas instituições quanto de novos cursos, permitindo o Ensino Superior em instituições

isoladas, fixando requisitos e normas mínimas para autorização e reconhecimento das escolas de nível superior. Tal fato possibilitou atender à forte pressão do mercado para a ampliação do sistema, através das IES privadas e, esse quadro permanece até os dias atuais, quando se constata a expansão do setor privado, em detrimento do setor público. Confirmando, Martins (1989) advertia que:

> A evolução posterior dos cursos de administração, a partir do final da década de sessenta, ocorreria em grande medida, não mais vinculada a instituições universitárias, mas às faculdades isoladas que proliferaram dentro do processo de expansão privatizada acontecida na sociedade brasileira. (...) O crescimento desse curso estava em grande medida relacionado com as transformações que se manifestavam no plano econômico. (...) O crescimento destas grandes empresas, caracterizou - se por uma utilização crescente da técnica, o que implicou a necessidade de recorrer a profissionais com treinamento específico para executar as funções de planejamento, controle e análise, indispensáveis ao funcionamento destas organizações. (MARTINS, 1989, p. 94)

Outro período, que merece destaque para a expansão do Ensino Superior de Administração, refere-se ao governo militar, uma vez que, após o Golpe de 1964, registraram-se na história, o incremento das escolas superiores isoladas, particulares, responsáveis pelo desenvolvimento do curso de Administração e, este profissional, ia ganhando destaque com o apoio da tecnoburocracia militar.[178]

Outro fenômeno, a ser analisado, é que os cursos de Administração nasciam nas grandes capitais e, a partir desse período, iniciava-se sua interiorização, tendo em vista a necessidade de crescimento das empresas no interior dos Estados, necessitando formar um quadro de profissionais especializados para atender ao comércio e indústrias que eram criados e a orientação do desenvolvimento nacional era a caminho da interiorização.

Surgia, também, por incentivo do governo militar um "novo" ator na educação superior: os empresários da educação, e neste sentido:

> A abertura dos cursos de administração prometia, segundo a visão destes proprietários de escolas, ser vantajosa. Se por um lado havia um aumento da procura de vagas por este curso, eles poderiam ser estruturados, segundo a visão privatista, "academicamente" sem grandes dispêndios financeiros. (MARTINS, 1989, p.101)

O governo militar, imposto em 1964, iniciou um ciclo econômico e político alinhado com as regras estritas da economia de mercado, e os movimentos políticos, de trabalhadores e de estudantes, acabaram sendo reprimidos. A educação, não dispunha de

[178] Conhecer trabalho para aprofundamento em: MOTTA, F.C. (1990).

recursos e, assim, a opção foi por um acelerado processo de privatização do Ensino Superior, nos anos seguintes. Covre (1991) afirmava que:

> Neste novo contexto, torna-se mais gritante a valorização da planificação, da técnica, da necessidade de profissionais especializados pelo vínculo que se redefine e se firma com o capitalismo internacional e com as imposições deste. Toda a estrutura se caracteriza por um processo de concentração de grandes empresas. (COVRE, 1991, p. 68)

Nesse contexto, foi regulamentada a profissão de Administrador, através da Lei 4.769, de 09 de setembro de 1965, dispondo sobre a definição legal de seus direitos, prerrogativas e deveres, especificados no exercício da profissão de "Técnico de Administração", tendo, em vista a ampliação do número de profissionais atuando na área e a necessidade de estabelecer os requisitos para o exercício da profissão. Martins (1989), relatava que na referida lei:

> Previa-se a regulamentação que ao exercício da profissão do administrador compreenderia as seguintes atividades: a) elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos para os quais fosse exigida a aplicação de conhecimentos específicos às técnicas de organização; b) estudos, pesquisas, análises, planejamento, administração e seleção de pessoal, análise de métodos e programa de trabalho, administração financeira, de produção, de material e relações industriais; c) exercício de funções e cargos denominados "técnicos de administração", nos serviços públicos federal, estaduais e municipais, empresas estatais e privadas nas quais ficasse declarado aquele tipo de cargo; d) exercício de funções de direção, intermediária ou superior, assessoria e consultoria em órgão de administração pública ou entidades privadas cujas atribuições envolvessem a aplicação de conhecimentos das técnicas de administração; e) magistério em matérias relativas ao ensino de organização e administração. (MARTINS, 1989, p. 97)

A referida lei, previa ainda, que os profissionais portadores de títulos, expedidos pelo sistema universitário, detinham os privilégios nas atividades de direção e orientação, tanto nos negócios públicos como empresariais, tendo em vista o nível de complexidade dos temas administrativos que estavam a exigir conhecimentos especializados de seus administradores e técnicos. Salienta-se que sua criação intensificou-se, sobretudo, após a década de 1960, com a expansão do Ensino Superior, no qual, o ensino de administração, está inserido. Na análise de Félix (1982):

> Existe uma necessidade gerada no bojo do movimento de expansão do capitalismo que é, por um lado, de criar funções cada vez mais diferenciadas mediante a divisão do trabalho e a especialização, gerando um número cada vez maior de instituições; por outro lado de organizar todas essas instituições conforme um modelo único que possibilite um controle cada vez maior abrangente sobre as forças antagônicas que existem no seio da própria sociedade que ameacem romper a ordem da estrutura capitalista. (FÉLIX, 1982, p.115)

A criação desses cursos assume um papel relevante, uma vez que passou a ampliar a organização do Ensino Superior do país que, até então, constituía-se, predominantemente, de engenheiros, pedagogos, médicos e advogados. Bresser Pereira (1966) afirmava que:

> Os administradores possuem vantagem sobre a grande maioria dos empresários são em geral mais jovens, mais preparados intelectualmente e mais desligados de um mesquinho sistema de interesses imediatista. Tem, todavia, uma desvantagem. Ainda são poucos os que atingiram as posições de cúpula, e sua autonomia é relativamente pequena. Por isso não vemos possibilidades de os administradores profissionais constituírem força política autônoma. Terão que se aliar aos empresários dos quais dependem. Dessa aliança, todavia, desde que não se confunda com subserviência, poderá resultar uma ideologia, empresário administrador, que poderá ter influência decisiva no desenvolvimento econômico e social do Brasil. (BRESSER PEREIRA, 1966, p 108)

Assim, pode-se afirmar que o ensino de administração está relacionado ao processo de desenvolvimento e da necessidade de racionalidade e de produtividade do país. Foi o terreno que estava sendo preparado para favorecer o *bomm* expansionista dos cursos de Administração registrado na década de 1970, como jamais foi visto.

Importante reforçar que:

> O modelo clássico de administração foi praticamente substituído a partir de 1967. Nessa época, consolidava-se o modelo chamado **administração para o desenvolvimento,** voltado fundamentalmente para a expansão da intervenção do estado na vida econômica e social e para a descentralização do setor público. (MARCELINO, 1988, p. 11)

O ensino de Administração ganha importância porque sua função é buscar mediar a homogeneização da estrutura organizacional, nos padrões mais elevados de racionalidade, agilidade, flexibilidade e produtividade, com predomínio da burocracia. Burocracia entendida como padronização de normas escritas, definição da estrutura hierárquica e divisão do trabalho que está fundada no saber técnico e na especialização, que garantem maior racionalidade porque se efetiva maior controle, portanto, o exercício da dominação baseado no saber[179].

[179] Não se pode esquecer que o curso de Administração do país teve sua maior expansão, nesse contexto, e que traz em suas raízes as marcas do tecnicismo, da fragmentação, do autoritarismo, da visão gerencial autoritária. Para aprofundamento consultar: COVRE, M. L. M.(1980), quando diz: "em nosso estudo, o que podemos buscar em Weber e em seu modelo de burocracia são os pressupostos teóricos que permitem classificar, a nossa burocracia em formação, *o nosso administrador em formação*... (p.50). *Grifos nossos*.

De acordo com o Parecer n. 307/66, aprovado em 8 de julho de 1966, o Conselho Federal de Educação fixou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração, com 2.750 horas, que habilita a exercício da profissão de Técnico de Administração.

Foi constituído das matérias de Matemática; Estatística; Contabilidade; Teoria Econômica; Economia Brasileira; Psicologia Aplicada à Administração; Sociologia Aplicada à Administração; Instituição de Direito; Legislação Social e Tributária; Teoria Geral da Administração; Administração Financeira e Orçamento; Administração de Material; Administração de Pessoal; Administração da Produção; Administração de Vendas. No currículo constava, a obrigatoriedade do Estágio Supervisionado, durante um período de seis meses, em organização pública ou privada cuja realização era pré-requisito para concessão do diploma de conclusão de curso.

As propostas curriculares para os cursos de Administração tinham como inspiração, a análise das condições reais da Administração no país, agrupando matérias de cultura geral, objetivando o conhecimento sistemático dos fatos e das condições institucionais em que se insere o fenômeno administrativo; as instrumentais, oferecendo os modelos e técnicas de natureza conceitual ou operacional e as de formação profissional.

A partir de 1966, surgiam os primeiros cursos de Pós-graduação em Administração Pública e de Empresas promovidos pela Fundação Getúlio Vargas, através da Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP. Foi, essa realidade, que gradativamente o curso de Administração foi se consolidando no país.

Na análise de Motta (2002):

> Vale mencionar, no entanto, que cursos de pós-graduação, em sentido amplo e sem o título de mestrado já faziam parte das grades de cursos da Escola. Mas o contexto histórico da época valorizava simplesmente o curso de graduação. Para efeitos profissionais, de valorização no mercado de trabalho e de status social e educacional, o bacharelado ainda possuía maior significado. Por exemplo, era mais vantajoso, na época, obter dois títulos de curso superior de que um adicional de pós-graduação. Ademais, a EBAPE, em todo seu esforço de reconhecimento e de criação de uma nova profissão de administrador, anunciava ao país a graduação em Administração, como a nova conquista e o valor da época. (MOTTA, 2002, p. 531)

Posteriormente, através do Decreto n° 61.934, de 22 de dezembro de 1967[180], foi constituído o Conselho Federal de Técnicos de Administração, entidade de direito privado e sem fins lucrativos, com o objetivo de controlar o exercício da profissão restrito aos profissionais que possuíam o título de bacharel em administração.

[180] Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967: dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965 e dá outras providências. Disponível em: **http://www.cfa.org.br/arquivos/legl**.

O referido decreto regulamentou, também, a criação dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração em todo país, normalizando o exercício da profissão do Técnico em Administração, tanto na sua formação acadêmica como no campo profissional, visando à sustentação do desempenho profissional. Tinha como objetivo, também, regulamentar a criação de escolas de graduação e as atividades de pós-graduação necessárias à qualidade do profissional, requerido pelo mercado de trabalho.

Importante ressaltar que as políticas educacionais da época eram voltadas à preparação para o mercado de trabalho, com discurso de modernização da sociedade. Nesse contexto, surgiu o ensino privado, nitidamente empresarial, como uma moldura que definiu o quadro da expansão do Ensino Superior no Brasil.

O surto de Ensino Superior, em especial o de Administração, é fruto da relação que existe, de forma orgânica, entre esta expansão e o tipo de desenvolvimento econômico, adotado após 1964, calcado na tendência para a grande empresa.

Neste contexto, tais empresas, equipadas com tecnologia complexa, com um crescente grau de burocratização, passam a requerer mão-de-obra de nível superior para lidar com esta realidade Covre (1991) lembrava que:

> Para se compreender melhor as mudanças no campo do ensino, é preciso ir aos fundamentos dos acordos MEC-USAID. Estes acordos tinham, por base três pilares: 1) criar a universidade para a segurança nacional; 2) a universidade para um vínculo com a comunidade; 3) a universidade adequada ás necessidades nacionais. (COVRE, 1991, p.75)

Os acordos MEC-USAID, assim, representaram a pedra angular para a realização da reforma educacional de 1968, através da Lei 5.540/68.

Ao final da década de 1960, já se registravam a existência de 30 escolas de Administração e grande parte de seus professores, graduados em Economia, Direito, Ciências Contábeis, necessitavam de formação específica, na área de Administração. Para atender a esta necessidade foi criado, em 1966, em convênio da EBAP e do MEC, o Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores de Administração – PRONAPA[181], tendo como objetivos "melhorar a qualidade do ensino da Administração no país e reforçar a base teórica do professorado" (FISCHER, 1984, p. 162). Na avaliação de Motta (2002):

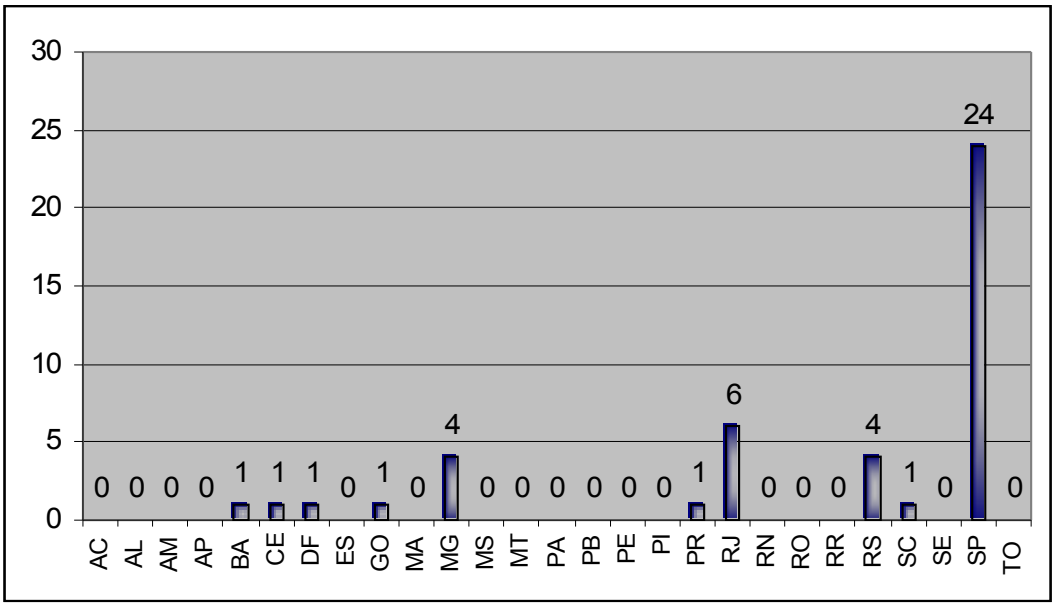
[181] "O PRONAPA foi estruturado seguindo os padrões estabelecidos pelo Parecer 977/65 e de certa forma os excedia no que se refere a currículo, carga-horária, número de créditos, requisitos para ingresso e apresentação de dissertação sujeira a defesa oral e pública. Esse programa conferia o grau de mestre em Administração aos alunos que cumprissem todas as exigências e vigorou até 1972" (OLIVEIRA, 1995, p. 111).

> Dentro da EBAPE, o curso de mestrado passou por várias transformações, sendo a primeira e bastante significativa a criação do Pronapa, Programa Nacional Aperfeiçoamento de Professores de Administração. Durante alguns anos, e sob os auspícios do Ministério da Educação, o curso de Mestrado da Ebape recebeu professores de faculdades de administração de vários estados do país em busca de aperfeiçoamento e capacitação para a docência em administração. Após o Pronapa, a Ebape manteve o curso de mestrado como atividade importante, mas isso não significava uma alteração de prioridade da Escola, que continuava centrada na graduação. (MOTTA, 2002, p. 532)

Pode-se afirmar que a criação e a evolução dos cursos de Administração, na sociedade brasileira ocorreram, num primeiro momento, no interior de instituições universitárias, fazendo parte de um complexo de ensino e pesquisa. Posteriormente, ao final dos anos de 1970, a evolução dos cursos de Administração ocorreria, não mais vinculada à instituições universitárias, mas às faculdades isoladas que proliferaram dentro do processo de expansão privatizada na sociedade brasileira.

Em pesquisa realizada na Revista Documenta do Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação, no período de 1960[182] a 1969, registrava-se a autorização e o reconhecimento de 44 cursos de Administração, sendo 24 cursos criados em São Paulo e 6 no Rio de Janeiro. Os dados apontam, ainda, para a criação de escolas de Administração em Minas Gerais (4), Rio Grande do Sul (4), Bahia (1), Ceará (1), Goiás (1), Santa Catarina (1), Paraná (1) e Distrito Federal (1), conforme gráfico a seguir:

Gráfico n° 03: Cursos de Administração Criados no Período de 1960-1969 no Brasil



[182] A Revista Documenta teve seu primeiro número publicado em 1960, pelo Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação.

Fonte: Revista Documenta – Período de 1960 a 1969 - MEC

Importante observar, conforme tabela abaixo, significativo número de cursos de Administração criados, no interior do Estado de São Paulo nas Faculdades de Ciências Econômicas já existentes, uma vez que o progresso e o desenvolvimento e de industrialização caminhava no sentido da interiorização. Conforme tabela abaixo:

Tabela n° 15: Cursos de Administração: Criados na Década de 1960

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO CRIADOS NA DÉCADA DE 1960 NO BRASIL	UF	REVISTA DOCUMENTA.- MEC NO. - MÊS - PG	PARECER ANO
Escola de Administração do Instituto Cearense de Administração.	CE	12 – mar - 40	33/63
Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo - Curso de Administração	SP	17 – ago/set – 26	144/63
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás – Curso de Administração	GO	Não encontramos registro na Revista Documenta.	1963
Faculdade de Ciências Econômicas de São Leopoldo	RS	19 – out –14	106/63
.Faculdade de Administração e Economia da Universidade de São Paulo – Curso de Administração	SP	Portaria do GR n° 8 de 17 de janeiro de 1964.	1964
Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia	MG	36 – abr – 86	151/65
Escola de Administração Superior e Negócios de São Paulo	SP	45 – Jan – 27	29/66
Escola de Administração da Bahia	BA	45 – Jan. – 79	30/66
Faculdade de Economia de São Luiz – Curso de Administração	SP	82 – Mar – 40	137/68
Faculdade de Administração de Empresas de Araçatuba	SP	97 – fev – 32	25/69
Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC- Faculdade de Ciências Econômicas - FCE - Curso de Administração -	SC	97 – fev – 45	112/69
Faculdade de Ciências Contábeis e Autariais do Rio de Janeiro	RJ	97 – fev – 46	58/69
Faculdade de Ciências Econômicas - Bauru	SP	97 – fev – 42	56/69
.Instituto de Ciências Econômicas, Jurídicas e Sociais do Paraná	PR	97 – fev – 36	38/69
Faculdade de Ciências Econômicas de Santo Ângelo	RS	100 – abr – 17	253/69
Faculdade de Administração de Santana	SP	100 – abr – 32	267/69
Faculdade de Economia e Administração de Olinda	RJ	101 – mai – 24	303/69
Faculdade de Ciências Econômicas de Divinópolis	MG	101 – mai – 46	336/69
Faculdade de Ciências Econômicas – Fundação Educacional de Alegrete - Curso de Administração	RS	101 – mai – 49	344/69
Faculdade de Ciências Administrativas da União de Negócios e Administração de Belo Horizonte.	MG	101 – mai – 76	375/69
.Faculdade Ciências Contábeis e Administrativas de Santos	SP	102-jun – 28	417/69
Faculdade de Ciências Econômicas – Guarulhos	SP	102 – jun – 30	404/69

Faculdade Municipal de Ciências Econômicas - Santo André	SP	102 – jun – 54	433/69
Instituto de Ensino Superior Senador Flaquer – Santo André	SP	102 – jun – 56	437/69
Faculdade de Ciências Econômicas – Administração de Empresas de Tupã	SP	103 – julh – 9	444/69
Faculdade de Administração de Empresas de Ituiutaba	MG	103 – julh – 29	476/69
Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Augusto Motta – GB	RJ	103 – julh – 44	504/69
Faculdade de Economia e Administração do Rio de Janeiro	RJ	103 – julh – 48	505/69
Faculdade de Ciências Administrativas de São Paulo	SP	103 – julh – 56	510/69
Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos	SP	104 – agosto – 10	531/69
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Botucatu	SP	104 – agosto – 14	548/69
Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de Passo Fundo	RS	104 – agosto – 23	565/69
Faculdade de Ciências Econômicas – São Carlos	SP	105 – set – 24	677/69
Escola de Administração de Empresas de Volta Redonda	RJ	105 – set – 26	678/69
Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Alcides Palma – Vila Prudente	SP	106 – out – 33	721/69
Faculdade de Educação e Administração	SP	106 – out – 56	776/69
Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração do Centro Universitário de Brasília.	DF	106 – out – 13	796/69
Faculdade de Ciências Econômicas de Ourinhos	SP	108 –nov – 9	710/69
Faculdade de Ciências Econômicas, Administração, Contábeis e Autariais de São Paulo.	SP	108 –nov – 30	805/69
Faculdade de Ciências Administrativas de Barra Mansa	RJ	108 –nov – 77	842/69
Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas de Piracicaba.	SP	108 –nov – 86	862/69
Faculdade de Direito, Ciências Contábeis e Administração de Marília.	SP	109 – dez –75	878/69
Faculdade de Administração e Relações Públicas Kerning Basarian – Itapetinga.	SP	109 – dez – 110	968/69
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Presidente Prudente.	SP	109 – dez – 86	952/69

Fonte: Revista Documenta, MEC-CFE – 1960-1969- Conselho Federal de Educação.

O ensino de Administração alcançou uma dimensão significativa na sociedade brasileira. Contando apenas com dois cursos em 1954, a EBAP e a EAESP, ambos mantidos pela Fundação Getúlio Vargas, passou-se para 31, nos anos sessenta (registra-se um aumento de 1.450%). Dos 31 cursos em 1960 saltando para 247 na década de 1970 (amento de 480%).

De 247 cursos em 1970 passa-se para 305 cursos em 1980 (período de contenção, uma vez que de 1970 para 1980, houve um aumento de 25%). Dos 305 cursos em 1980, registra-se em 1990, 823 cursos (um aumento de 270%). De 1990 (823) para 1.462 no ano de

2000, registra-se um aumento de 77 %. Atualmente, em 2006, tem-se o registro de 3.989 cursos, o que significa um aumento de mais de 172%, em apenas 6 anos.

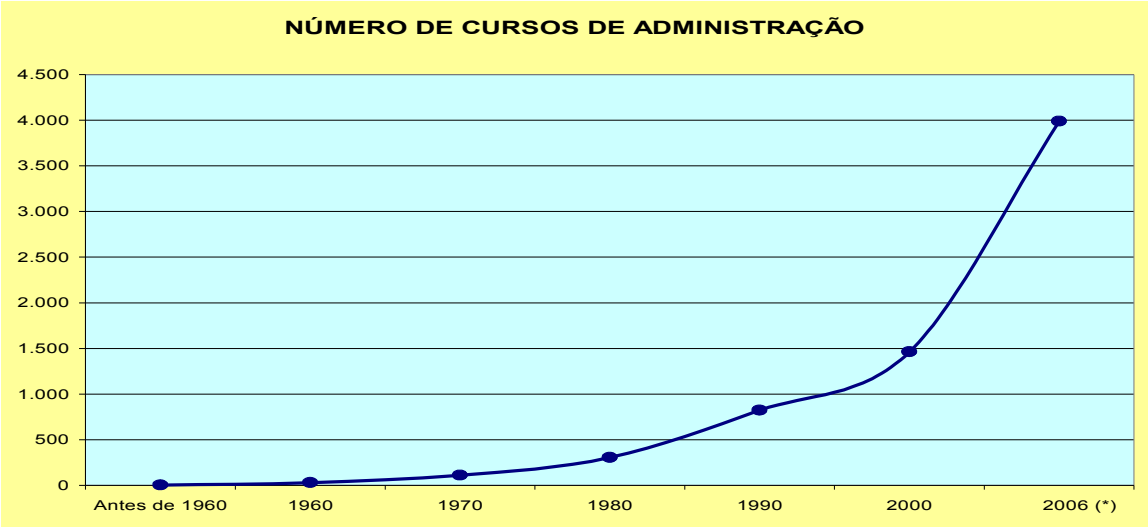
Pode-se verificar a evolução do número de cursos das décadas de 1960 até 2006, conforme a tabela e gráfico a seguir que ilustra os expressivos indicadores quantitativos do crescimento dos cursos de Administração no Brasil, a saber:

Tabela n° 16 : Número de cursos segundo as décadas de 60, 70, 80, 90, 2000 e 2006.

Número de Curso de Administração		
Década	**Quantidade**	**Taxa De Crescimento**
Antes de 1960	2	-
1960	31	1450,00%
1970	110	254,84%
1980	305	177,27%
1990	823	169,84%
2000	1.462	77,64%
2006 (*)	3.989	172,85%

Fonte: Dados da Revista Documenta sistematizados pela autora.

Gráfico n° 03: Cursos de Administração criados no período de 1960 - 2002



Outro fato que favoreceu a expansão desses cursos deveu-se à relação entre prática profissional e a obtenção de título específico, tendo em vista o reconhecimento da profissão (1965) que impulsionou aqueles que aspiravam ter acesso à funções econômico-

administrativas, em órgãos públicos ou privados, à ingressarem em centros de ensino que oferecessem tal habilitação.

Da mesma maneira, também, aqueles que já desenvolviam tais atividades no mercado profissional, foram impulsionados a buscar o título universitário para obter promoções.

> Essa expansão também está relacionada ás transformações ocorridas no plano econômico. A partir de década de 60, o estilo de desenvolvimento privilegiou as grandes unidades produtivas na economia do país. Ocorreu o crescimento acentuado das grandes empresas, permitindo a utilização crescente da técnica. Isso implicou diretamente a necessidade de profissionais com treinamento específico para executar diferentes funções internas das organizações. Diante dessa situação as grandes empresas passaram a adotar a profissionalização de seus quadros tendo em vista o tamanho e complexidade das estruturas. Isso veio constituir um espaço potencial para a utilização dos Administradores que passaram pelo sistema escolar. (Conselho Federal de Administração. Disponível: www.cfa.org.br)

Neste contexto, um dos aspectos que merece ser destacado, na expansão dos cursos de administração, é a considerável participação da rede privada, através dos estabelecimentos isolados, que absorvem 63% dos alunos de Administração, a partir da década de 1960.

A concentração da expansão de cursos, na área de Ciências Humanas e Sociais, entre eles, a Administração, teve a participação efetiva do Conselho Federal de Educação, tendo, em vista, a flexibilização nos processos de autorização e de reconhecimento destes, contribuindo para a criação de novas faculdades, especialmente, no setor privado, assim como para a criação de novos cursos e aumento de vagas.

A necessidade de adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico pautado na política de industrialização e urbanização, com seus processos implementados a partir de 1964, gerou, a partir de 1968, uma série de medidas práticas destinadas a tratar do problema da educação, não apenas com o objetivo de resolver problemas mais prementes da área, mas, principalmente, para adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico, encarando a educação como área estratégica.

O período, do final da década de 1960, em que as crescentes manifestações políticas e estudantis e a conseqüente necessidade do governo de reprimi-las, possibilitou a elaboração da Lei n. 5.540, de 28/11/68, cujos pontos mais relevantes foram, resumidamente: a) a criação de órgãos colegiados de representação na Universidade; b) fomento a pesquisa; c) a criação de conselhos para a fiscalização administrativo-financeira; d) a definição dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização; e) a divisão do

curso superior em 2 ciclos (básico e profissional) visando ao nivelamento inicial dos alunos e à escolha posterior da área desejada.

No plano administrativo, a reforma unificou o vestibular; extinguiu as cátedras; condicionou, à homologação do Ministro da Educação, os pareces do Conselho Nacional de Educação - CNE; abriu a possibilidade de nomeação de reitores fora do ambiente universitário; adotou mecanismos para o vestibular classificatório e, ainda, adotou o sistema de provas de vestibular padronizadas por instituição ou região, executadas na mesma data. Assim, a reforma, instituía uma série de controles que comprometia a autonomia da universidade; instalava um amplo processo de burocratização e de fragmentação através da departamentalização.

Importante ressaltar que a reforma de 1968 cometeu equívocos no que se refere à pretensão de submeter a universidade a uma racionalidade administrativa, baseada em "qualidade" e "eficiência", em detrimento da essência da vida acadêmica; a criação de uma estrutura burocrática pesada, e, finalmente, a excessiva ênfase nos números para se avaliar o trabalho educacional realizado. Desestimulou a criação de novas universidades oficiais e, ao incentivar o setor privado, enfraqueceu a universidade como instituição pública.

O crescimento dos cursos de Administração foi muito significativo, a partir de 1968, impulsionados pela Lei da Reforma Universitária n° 5.540/68 e, pela renovada valorização da administração, em nível nacional, pelo governo militar. Assistiu-se ao surgimento de grande número de instituições privadas de Ensino Superior, inclusive em pequenas cidades do país.

A partir da década de 1970, o estilo de desenvolvimento privilegiou as grandes unidades produtivas da economia do país. Ocorre o crescimento acentuado das grandes empresas, principalmente, estrangeiras e estatais, permitindo a utilização crescente da técnica. Isso implicou, diretamente, na necessidade de profissionais com treinamento específico para executar diferentes funções internas das organizações: houve uma demanda por administradores. Fischer (1984) afirmava que:

> Este período – o da década de 70 – caracteriza-se pelo declínio do papel do administrador público e pelo apogeu do tecnocrata, exacerbação máxima da racionalidade funcional e dos princípios desenvolvimentistas. Publicação recente enfatiza que a administração das empresas estatais no Brasil passou a ser dirigida pelo lema da competência e racionalidade técnica, especialmente no período de 1967 a 1978, que foi o de sua maior expansão. (FISCHER, 1984, p. 283-4)

Em face a esta situação, as grandes empresas passaram a adotar a profissionalização de seus quadros, tendo em vista o tamanho e a complexidade das suas

estruturas. Isso veio a constituir em um espaço potencial para a contratação de profissionais formados em cursos regulares de Ensino Superior de Administração aprovados e reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação. Ampliar mais, o já vasto campo de trabalho, para a profissão de administrador.

2.2. Curso de Administração na Década de 1970: Consolidação e Expansão dos Cursos de Administração

O início da década de 1970 caracterizou-se como um período de desenvolvimento e de crescimento econômico[183] (aumento do produto interno bruto, declínio da inflação, aumento das exportações, crescimento das empresas e indústrias) e, muitos outros fatores. Assim, o rápido crescimento econômico foi um dos principais fatores a manter o regime militar no Brasil.

Bresser Pereira (1977, p. 17) escrevia que "as empresas começaram a trabalhar em regime de plena capacidade e que, de um modo geral, observava-se um clima de euforia empresarial. Era o "milagre" brasileiro em marcha". Estruturava-se, assim, no Brasil, um modelo de desenvolvimento tecnobrurocrático-capitalista[184] que possuía características específicas e contraditórias, como modelo de desenvolvimento. Na análise do mesmo autor:

> As características básicas desse modelo são, de um lado, uma economia de mercado com grau crescente de planejamento econômico, uma economia que se industrializa, que se internacionaliza e começa a fazer parte do mercado mundial efetivamente; de outro lado, uma economia que concentra a renda, que marginaliza grande parte da população, e que mantém dependente o país. (BRESSER PEREIRA, 1977, p. 25)

Neste contexto de transformações, mudou-se o papel do Estado (intervencionista). O governo militar privilegiava as grandes empresas, tanto as estatais quanto as multinacionais e, o desenvolvimento da tecnologia, a influência da burocracia e a valorização dos técnicos tornavam-se palavra de ordem. Era necessária a utilização de um quadro gerencial responsável pelas atividades de planejamento e controle, através do saber profissional especializado.

Nos estudos de Keinert (1994, p. 45), quando afirmava que "nesta época, o Estado começa a gerir grandes organizações, ocorrendo um crescimento da máquina governamental com vistas à aumentar sua capacidade de intervenção, centralização e controle".

---

[183] Sobre o tema consultar: Sá e Silva, G.(1971).

[184] Conferência proferida por Bresser Pereira, no I Fórum Brasileiro de Comércio Internacional, em 1973, quando definia o "modelo capitalista tecnoburocrático de subdesenvolvimento industrializado". Consultar também sobre o tema: Martins, C. E. (1974).

O ensino de administração "expandiu-se em ritmo acelerado, resultado da regulamentação da profissão e, do bacharelado em Administração, procurando suprir a demanda por tecnocratas, gerada por esse tipo de desenvolvimento" (NICOLINI, 2003, p. 53). O momento valorizava a importância do conhecimento e da institucionalização de atividades científicas, cerceando, cada vez mais, o espaço para amadorismos, exigindo dos profissionais, em todos os níveis da administração pública ou privada, o saber especializado.

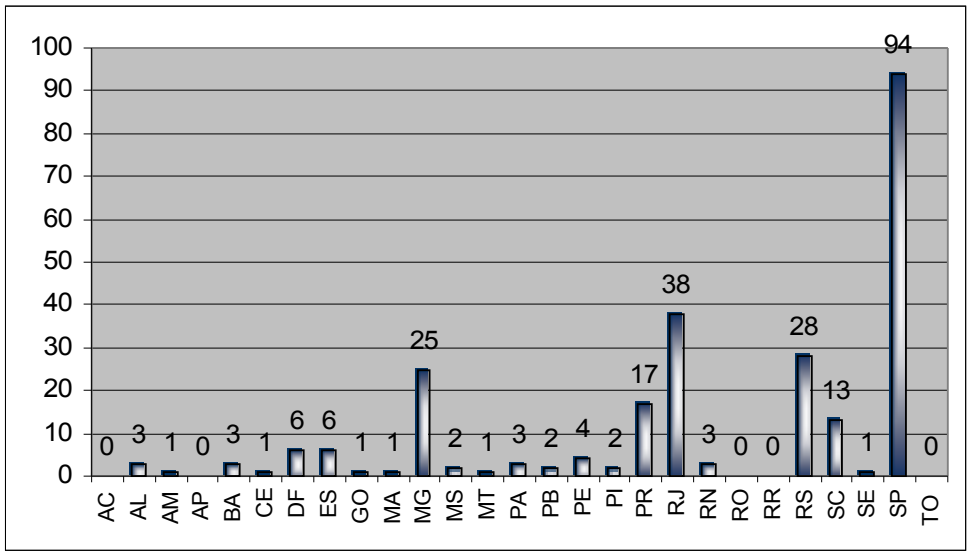
Bresser Pereira (1979, p. 41) escrevia que "a administração sempre existira, mas agora ela se torna uma tarefa especializada, própria de uma nova classe emergente – a tecnoburocracia". Era esse o ambiente que favoreceu, estimulou e em que se concretizou a expansão dos cursos de Administração, brotando em cada canto do país.

A demanda por administradores crescia, os cursos de Administração eram criados nas principais capitais dos Estados, proliferando-se para o interior, tendo em vista a necessidade de um número elevado de pessoas treinadas em técnicas de organização e deadministração. Castro (1974, p. 62) lembrava que "os cursos de administração estão proliferando e, no nosso entendimento, somente terão impacto substancial programas que atinjam a rede universitária regular". O autor relatava preocupações com os cursos que estavam sendo criados por oferecerem uma "preparação universitária acanhada", por "recrutarem material humano de nível inadequado, o que garante graduados medíocres" e ainda, o favorecimento aos economistas em programas de Pós-graduação, julgando "injustificável a exigüidade de bolsas de Pós-graduação para os cursos de Administração de Empresas" (p. 65). E acrescentava:

> Se todo o esforço e recursos destinados à área de administração mantêm-se à distância dos cursos regulares, de seus alunos e professores, inevitavelmente continuaremos a oferecer uma preparação subalterna e preterida pelo mercado. (CASTRO, 1974, p. 66)

Os dados, compilados pelo Conselho Federal de Administração, mostravam que, na década de 60, existiam 31 cursos de Administração e, na década de 1970, 247 cursos, com predomínio para o Estado de São Paulo, num total de 96 cursos criados, sendo que 39 destes foram criados na capital e 57 no interior do Estado. Registra-se, ainda, uma expansão significativa nos principais Estados como: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, como regiões mais desenvolvidas do país. Para melhor visaualização apresenta-se o gráfico, a seguir:

Gráfico n° 04: Cursos de Administração criados no período de 1970-1979



Fonte: Revista Documenta – Dados trabalhados pela autora.

Constata-se um movimento de criação dos cursos de Administração em todo o país, especialmente, nas capitais dos Estados, com exceção para o Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, na região Norte, conforme tabela abaixo:

Tabela n° 17: Cursos de Administração criados no Brasil por Estados da Federação – década de 1970

ESTADO	QUANTIDADE
São Paulo	**96**
Rio de Janeiro	**38**
Rio Grande do Sul	**28**
Minas Gerais	**25**
Paraná	**17**
Santa Catarina	**13**
Espírito Santo	**06**
Distrito Federal	**06**
Pernambuco	**04**
Alagoas	**03**
Bahia	**03**
Pará	**03**
Rio Grande do Norte	**03**
Mato Grosso do Sul	**02**
Paraíba	**02**
Sergipe	**01**
Maranhão	**01**
Piauí	**01**
Goiás	**01**
Amazonas	**01**
Mato Grosso	**01**
Total de Cursos Criados	**256**

Fonte:Revista Documenta: década de 1970 – cursos de Administração autorizados e reconhecidos.

Esse crescimento foi analisado, na literatura da época, como um movimento que atendia, num primeiro momento, à burocracia do Estado que necessitava de técnicos em administração. Num segundo momento, seguido por pessoas que tinham como objetivo preparar-se para a gerência de negócios familiares ou estabelecer-se por conta própria, abrindo o seu próprio negócio, e, ainda, possibilidades de empregos em empresas de médio e grande porte, tanto públicas como privadas, carentes desse profissional. Tem-se a análise que:

> A década de 70, durante o período militar, projeto ambicioso de desenvolvimento, se por um lado houve a privatização, havia a intenção que foi se materializando de privatização do ensino nas universidades com a geração de novas universidades privadas, por outro lado, também se fortalecia muito a área de empresas estatais quer mistas ou públicas, então você tinha de um lado o crescimento da graduação do setor privado universitário, mas você tinha muito investimento de capacitação e desenvolvimento gerencial, um dinamismo muito grande no setor público e nas empresas estatais. (Prof. Dr. Bianor S. Cavalcanti, em entrevista)

Covre (1980), que estudou a criação dos cursos de Administração, no Brasil, escrevia:

> Daí pode-se compreender, num determinado sentido, a proliferação dos cursos de administração, visando atender á necessidade de compor uma burocracia especializada, ou seja, de incorporar um contingente técnico científico crescente, exigido pelo processo de desenvolvimento capitalista. (COVRE, 1980, p. 45)

A década de 1970 pautou-se pela expansão do ensino superior no Brasil e, os cursos de Administração ocuparam um lugar de destaque neste processo, pois se caracteriza como um dos cursos que mais cresceu no período. Quanto aos dados sobre a expansão do Ensino Superior de Administração, tem-se no artigo de Castro (1981) apresentado em Seminário sobre o Ensino da Administração no Brasil organizado pela EAESP/FGV, em junho de 1981, os dados referentes a 1978, a saber:

> Os cursos de administração no Brasil alcançaram dimensões significativas. De dois cursos em 1954, passou-se para 31 em 1967 e 177 em 1973**. Em 1978, 244 cursos de graduação, 14 de mestrado e quatro de doutorado**. Esta rápida expansão na área de administração torna-se mais significativa quando comparamos com o crescimento do ensino superior, o qual pode sr considerado explosivo em número de matrículas, nos últimos 10 anos – 456 mil matrículas em 1970 e 1 milhão 410 mil em 1979, um aumento de 300%, ou seja 12 % ao ano. **Neste processo de crescimento, a área de administração cresceu ainda mais rapidamente, enquanto o ensino superior como um todo cresceu 57% em total de matrículas, a área de administração cresceu em 100%, passando de 59 mil para 118 mil alunos, um aumento médio de 15% ao ano.** (CASTRO, 1981, p. 58) G*rifos nossos*.

A exigência das especializações e da comprovação das práticas no exercício do profissional de Administração e, a regulamentação do curso (1965), encontravam-se subsidiados, pela teoria tecnicista assentada nos princípios da "Teoria do Capital Humano"[185] (pressupostos da eficiência, racionalidade e produtividade do ensino), atuando numa perspectiva economicista para acompanhar este novo processo de desenvolvimento.

A teoria do Capital Humano foi desenvolvida, na década de 1960, por dois economistas, Theodore Schultz e Gary Becker, pois acreditavam que o progresso de um país é provocado pelo investimento em pessoas enquanto "capital" intelectual.

O capital humano representado pelo conjunto de capacitações que as pessoas adquirem através da educação, dos programas de treinamento e da própria experiência profissional, procura justificar os investimentos em educação, de um ponto de vista econômico sem, contudo, atentar para as dimensões socioculturais. Essa teoria incorpora, em seus fundamentos, a lógica do mercado. A função da educação reduzia-se a "formar recursos humanos" para a estrutura de produção. A referida teoria foi pano de fundo para a significativa expansão e privatização dos cursos de Administração que ocorreram durante toda a década de 1970.

Neste período, a Administração surgia como tarefa especializada de extrema importância, "mais flexível, menos legalista, orientada mais para a consecução de objetivos do que para o cumprimento de regulamentos" (BRESSER PEREIRA, 1979, p. 41).

Castro (1974), ao estudar o período, lembrava que:

> Tradicionalmente, no Brasil, as escolas de direito atraíam os melhores alunos. Progressivamente esta hegemonia passou para engenharia e medicina. Nos últimos 20 anos, o curso de economia passou a competir com o direito, levando ainda considerável desvantagem com relação á engenharia, mas estando nitidamente à frente da *administração de empresas que apenas agora emerge como carreira respeitável.* (CASTRO, 1974, p. 60) *Grifos nossos.*

Sá e Silva (1971, p.10) alertava que "a demanda de profissionais que dominem métodos modernos de administração, manifesta-se na forma *descontrolada* com que surgem escolas de Administração em todo o país". *Grifos nossos.*

Descontrolada, em nossa avaliação, devia-se à desobrigação das Instituições com a pesquisa e a extensão e, conseqüentemente, a ênfase ao ensino com compromisso para a eficiência, racionalidade e produtividade facilitou a proliferação do Ensino Superior privado de Administração, por meio de instituições particulares isoladas. Ocorre a criação de cursos

[185] Existe uma multiplicidade de trabalho, nessa vertente de análise e dentre eles destaca-se: FRIGOTTO, G. (1993).

de Administração, pautada na coerência tecnicista, para atender ao mercado de trabalho, carente de profissionais especializados em técnicas de aplicabilidade prática. Bresser Pereira (1979) enfatizava que:

> Os elementos ideológicos da ciência da administração são muito claros: a maximização da eficiência ou a racionalidade transforma-se no bem supremo; a prática administrativa moderna é considerada a forma por excelência de se alcançar esse objetivo; o administrador, em vez do empresário, é o novo herói do sistema; planejar, organizar e controlar deixam de ser meras estratégias administrativas, para assumirem o papel de princípios ordenados do universo; o poder recebe o nome de autoridade racional legal e de liderança; democracia é identificada com descentralização e participação; a manipulação dos trabalhadores recebe o nome de relações humanas. (BRESSER PEREIRA, 1979, p. 42)

Os estudos de Paula (2001) relatavam que:

> No final da década de 70, baseado nessas percepções e atento as relações cada vez mais opressivas e desiguais entre professores, alunos e burocratas do ensino, ele denunciou a existência de uma "delinqüência acadêmica" nas universidades (Tragtenberg,1979). Na sua visão, os professores e pesquisadores exibiam pouca preocupação com as finalidades sociais do conhecimento, construindo um saber técnico aparentemente neutro e apolítico, mas utilizado como instrumento de poder. (PAULA, 2001, p. 78)

A ação do Estado, para diminuir a desigualdade social, seria de estimular a expansão do Ensino Superior e de controlar a qualidade dos cursos oferecidos. A concorrência, entre as instituições, conduziria a uma expansão com qualidade. Uma indicação desta tendência expansionista é que no "ano de 1979, o Conselho Federal de Educação – CFE recebeu 45 pedidos para abertura de novos cursos de Administração" (CASTRO, 1981, p. 59).

No artigo "Administração de Empresas e Desenvolvimento" publicado na Revista de Administração de Empresas – RAE, da FGV, Sá e Silva (1971), professor da EAESP-FGV, revelava todo o discurso que foi moldando os caminhos do ensino superior e que permitiu a expansão dos cursos de Administração, através da expansão privatizada, do empresariamento da educação superior, da mercadorização do ensino e da influência de organizações internacionais, no contexto educacional brasileiro, a saber:

> Atualmente, a primeira providência que uma universidade bem informada toma ao ingressar no campo do ensino de administração, é criar uma escola de administração – nunca um departamento de administração subordinado a outra escola. (SÁ E SILVA, 1971, p.18)

> Estamos precisando encontrar meios mais eficientes para estimular nossos empresários de hoje a participar mais direta e ativamente do processo de desenvolvimento de nossas escolas de administração. (SÁ E SILVA, 1971, p.19)

> Ao governo cabe, a oportunidade de intervir na canalização dos recursos que estão ou venham ser investidos nessa atividade educacional. Parece-me pouco produtivo a utilização de recursos já limitados em um grande número de escolas, cujo progresso está condenado a ser lento. (SÁ E SILVA, 1971, p. 19)

> È oportuno lembrar que a UNESCO, o CIOS e a AIESEC[186] estão se interessando pela criação de um mecanismo mundial de intercâmbio e transferência de tecnologia em administração. Temos a oportunidade de participar ativamente nesse processo do qual seríamos grandes beneficiários. (SÁ E SILVA, 1971, p. 20)

Constata-se, neste período, abertura dos cursos de Administração no Brasil atendendo à política de expansão privatizada, orquestrada pelo governo autoritário e, a necessidade do mercado de trabalho, tendo em vista a necessidade de profissionalização das empresas. Constata-se ainda, a inserção do empresariado na vida das IES.

Registra-se ainda, o crescimento significativo da pós-graduação *lato-sensu*. Oliveira (1995, p. 111) relatava que *"no final da década 1970, a EBAP lançou o Curso Intensivo de Administração Pública (CIPAD), a nível de Pós-graduação, na categoria lato sensu*".

Covre (1991), ao analisar o período burocrático militar, reforçava que:

> É exatamente neste contexto que cabe a "democratização do ensino", se encaixa o surto de ensino superior após 1970, bem como o incentivo do governo "as faculdades particulares para que o auxiliem na ampliação do ensino. É verdade que a expansão do ensino superior vinha "resolver" um problema há muito sem solução, o de vagas, correlato ao da busca de ascensão social das classes médias por meio da universidade. Entretanto, a isto se sobrepõem as necessidades de mão-de-obra especializada exigida pelo processo econômico. (COVRE, 1991, p. 76)

A importância e o crescimento da nova profissão são confirmados pela Lei n° 6.206, de 07 de maio, de 1975[187], que normalizava a emissão da carteira de identidade funcional dos Técnicos de Administração, expedidas pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

A significativa expansão é confirmada, a partir de pesquisa na Revista Documenta, publicação do Conselho Federal de Educação, quando se visualiza o registro de 256 instituições de Ensino Superior que buscam tanto a autorização quanto o reconhecimento de seus cursos de Administração.

Registra-se, não só a expressiva expansão dos cursos de Administração em todo Brasil, mas também o fenômeno da interiorização e da criação das faculdades isoladas, tendo,

[186] Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Conselho Internacional de Organizações Científicas (CIOS) e Associação Internacional dos Estudantes em Ciências Econômicas e Comerciais (AIESEC).
[187] Lei n.º 6.206, de 7 de maio de 1975: Disponível em: http://www.cfa.org.br/download/Lei6206.pdf

como "carro chefe", os cursos de Administração, que não nascem mais no interior das Faculdades de Ciências Econômicas. Foi isso, também, que aconteceu em Goiás? Os estudos que serão desenvolvidos, no próximo capítulo, responderá a esta questão.

A expansão do ensino superior se caracterizou, pela privatização, pela concentração de cursos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e pela interiorização.

No que se refere à Pós-graduação *stricto sensu*, registra-se, nesse período, a criação do primeiro curso, através da iniciativa pioneira da Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP da Fundação Getulio Vargas, para criação do curso de Mestrado em Administração[188], com ênfase nas áreas de planejamento governamental, organização governamental, métodos quantitativos e políticas públicas e que, na análise de seu coordenador Prof. Schwartzman deveria:

> Proporcionar aos alunos, ao mesmo tempo, um conjunto de instrumentos de análise e intervenção, mas principalmente, condições de avaliação crítica e independente de opções. É a diferença entre o "*know how*" e o "*know what*", com o peso se inclinando para o segundo". (SCHWARTZMAN, 1974, s/pg.)

Não resta dúvida de que foi uma proposta arrojada para a época. Motta (2002), ao estudar o período, lembrava que:

> Iniciava-se no Brasil em esforço de diferenciar, em natureza e conteúdo, o curso de pós-graduação em administração. A tarefa não foi fácil, não só porque, ainda jovem, o estudo de administração, em nível de graduação, ainda não se firmara curricularmente, mas também porque o avanço das ciências sociais provocava uma visão interdisciplinar bastante ampla que ofuscava o foco do estudo no fenômeno administrativo. (MOTTA, 2002, p.532)

Foi neste contexto, a criação da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração – ANPAD[189], em 1976, que nascia no interior da EBAPE, com a finalidade de "pomover o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da criação do conhecimento no campo das ciências administrativas, em nível de Pós-graduação, contribuindo, com a sua parcela de esforço, para o exercício competente da democracia e da cidadania no Brasil". Em entrevista, o Prof. Dr. Antonio Freitas[190], assim posicionava-se:

---

[188] Conhecer o pronunciamento feito aos membros do Conselho Latinoamericano de Escolas de Administração pelo Prof. Simon Schwartzman, coordenador do curso de Pós-Graduação, no Rio de Janeiro, em 1974. Disponível em: www.schwartzman.org.br. Acesso em 19 de agosto de 2006.

[189] http://www.anpad.org.br/frame_apresentacao.html

[190] Entrevista realizada pela autora com o Prof. Dr. Antônio Freitas Junior, Presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD, dia 29 de novembro de 2006, ás 21:00 horas, na sala de reunião do Castro´s Park Hotel, em Goiânia.

> Olha a pós-graduação no Brasil, ela começou mais ou menos há 30 anos, que é a idade da ANPAD, a ANPAD está com 30 anos, então grosso modo, na década de 70. A COPEAD inclusive, desde 70 na Fundação começou a pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado. Em 77, 78 a COPEAD começou e a COPEAD foi filha da Engenharia de Produção da UFRJ, a USP também começou nessa época, na década de 70. Naquela época, os professores que davam aula no Mestrado, eles mesmos tinham Mestrado, era um negócio meio incipiente. A CAPES teve um papel muito relevante em termos de organizar a pós-graduação. Hoje talvez a Capes em alguns momentos peca um pouco por excesso, por não reconhecer um pouco as diferenças do Brasil, explicitamente. Falta um pouquinho mais de sensibilidade, mas, no geral, a CAPES tem prestado um grande serviço à nação no sentido de criar uma pós-graduação organizada e com uma boa produção acadêmica.

Keinert (1994) comentava que em relação ao campo de conhecimento da Administração, houve, também, mudanças significativas e assim,

> Encerra-se um período marcado pelo tecnicismo, pela neutralidade dos princípios da Administração e como decorrência, pela separação dicotômica entre essa e a política. Expresso nas diversas fases como sinônimo de racionalização, desenvolvimento e de competência, o paradigma da Administração Pública como ciência começa a mostrar sinais de esgotamento. (KEINERT, 1994, p. 45)

As dificuldades enfrentadas, no final dos anos 1970, mergulharam o país numa crise econômica de dependência internacional e, conduziu ao progressivo esgotamento do modelo de intervenção militar. Aumentou a inflação, a recessão e o desemprego, comprometendo a estabilidade dos governos militares e, abriu um ambiente propício para a redemocratização do país, o que veio acontecer na década de 1980.

2.3. Cursos de Administração na Década de 1980: A Contenção e Interiorização da Graduação e a Expansão da Pós-Graduação

A década de 1980 foi de intensos movimentos de educadores, estudantes, trabalhadores urbanos, rurais, movimentos sociais, organizações não-governamentais, partidos políticos, organizações eclesiais de base, entre outros segmentos da sociedade civil.[191] Foi uma década marcada pelo fim do regime militar que não conseguiu controlar os movimentos populares, contra o cerceamento autoritário imposto. Apesar de ter sido considerada a "década perdida" para a economia, foi, também, "a década da explosão da sociedade civil, em múltiplas formas de organização" (FLEURY, 2004, p. 188).

Knight (1982) lembrava o período dizendo que:

> Embora mantendo o controle do processo de redemocratização e até efetuando

[191] Para aprofundar, consultar: KNIGHT, P. (1982).

> retiradas estratégicas ocasionais, os políticos militares do Brasil vêm sofrendo visivelmente fortes pressões da sociedade brasileira. E essas pressões, associadas a tensões dentro do próprio estado burocrático-autoritário, levaram os militares a tentar o seu gradual desligamento da conduta direta da política da Nação. (KNIGHT, 1982, p. 13)

A partir de 1985, várias iniciativas foram retomadas, visando à reorganização da administração pública, tendo como princípios orientadores a racionalização e a contenção de gastos públicos, formulação de uma nova política de recursos humanos e a racionalização da estrutura da administração federal. O que mais interessa é a percepção do discurso, com ênfase na formação profissional e na valorização do servidor público, uma vez que se percebia a necessidade de qualificá-lo na área de Administração, fortalecendo o campo de conhecimento nas ciências administrativas. Na análise de Marcelino (1988):

> A segunda diretriz está voltada para uma área prioritária, a de recursos humanos, área vital, pois sem servidor, sem o funcionário, nenhum processo de Reforma terá êxito. Daí porque foram criados dois instrumentos fundamentais para a reciclagem, o recrutamento de pessoal e a formação de novos quadros dirigentes: o CEDAM – Centro de Desenvolvimento da Administração Pública e a ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. (MARCELINO, 1988, p. 13)

Constatava-se assim, que as preocupações, com a função dos funcionários e administradores dos órgãos públicos, eram necessárias para o desenvolvimento de uma máquina administrativa eficaz e eficiente. No entanto, a década, em referência, não apresentou crescimento na criação de escolas de Administração, ocorrendo, inclusive, uma retração[192] em relação à década de 1970.

Toda a política de contenção da expansão do ensino superior encontrava-se expressa no Decreto n° 87.911 de 07 de dezembro de 1982, que fixou: "critérios, extremamente rigorosos, para a criação de novas Instituições de Ensino Superior, dentre eles, o de se comprovar o satisfatório atendimento às necessidades locais, de Ensino de 1° e 2° graus" (DOCUMENTA, n° 287, nov. 1984, p. 5).

Este contexto repercutiu na contenção da criação de novos cursos de Administração, nas capitais, concentrando-se, no interior, a criação das novas IES (instituições isoladas e particulares), a saber: "terão que ser adotados critérios que não

[192] Essa retração das escolas de ensino superior foi orquestrada pelo Ministério da Educação e pode ser analisado em documentos produzidos na década de 80 e publicado na Revista Documenta, como por exemplo: Colóquios sobre o Ensino Superior no Brasil que discutiam as medidas de controle da expansão do ensino superior (Revista Documenta, n° 243, fev. 1981, p. 8-15); Seminários de Assuntos Universitários de 1981 em que se discutia "Indicadores de Qualidade do Ensino Superior" (Revista Documenta, n° 251, out. 1981, p. 3-23), o Relatório da Política de Expansão do Ensino Superior, quando a Ministra Prof.a Esther Ferraz recomenda "que o ritmo do trabalho fosse o mais acelerado possível, pois, precisa estar informada sobre as razões que recomendariam ou não a chamada retomada da expansão" (Revista Documenta, n° 264, nov. 1982, p. 171).

impeçam sejam executadas as autorizações de novos estabelecimentos isolados e novos cursos nas escolas existentes, **em certas regiões** onde é rarefeita a distribuição espacial de instituições isoladas e **inexpressivas**, às vezes até **inexistente**" (DOCUMENTA, n° 264, nov. 12982, p. 174). *Grifos nossos.*

A pesquisa, realizada na Revista Documenta, revela que, na década de 1980, foram registrados 99 pedidos de autorização e de reconhecimento para cursos de Administração, sendo que em 1970 registra-se 256 e, na década de 1990, quando se retoma a expansão, tem-se 354 solicitações registradas.

Quanto ao tema, o Prof. Antônio Freitas, atual Presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD, assim posicionava-se em entrevista:

> Aí eu acho que da minha perspectiva, no final da década de 1970 e 80 até o governo FHC houve um crescimento vegetativo assim, meio morno, não consigo ver grandes coisas que eram grandes continuou grande e o que era pequeno continuou pequeno, houve um crescimento vegetativo. Aí com o governo Fernando Henrique e Paulo Renato, aí ele teve uma visão de mercado na medida em que ele facilitou a abertura a de cursos e controlava mais rigorosamente a qualidade. (FREITAS, em entrevista)

Importante salientar que no movimento de contenção da graduação, houve um incremento da Pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu,* conforme dados apresentados por Castro (1981):

> A demanda por pós-graduação em administração pode ser considerada alta, sendo que, em 1980, 1.515 alunos se candidataram para um total de 357 vagas, o que dá uma relação candidato/vaga superior a quatro. (CASTRO, 1981, p. 59)

O mesmo autor lembra ainda que:

> Os dados quantitativos citados sobre a pós-graduação em Administração são importantes, pois qualquer análise sobre o ensino na área, visando a melhoria de sua qualidade, não pode deixar de considerar o sistema de pós-graduação como o principal mecanismo impulsionador deste processo, não só na formação de docentes, como na geração de material didático especifico sobre a realidade do setor privado brasileiro. (CASTRO, 1981, p. 59)

As grandes escolas de Administração do Brasil, através da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo, mobilizaram-se para o incremento na oferta de programas de pós-graduação. Os anos 1980 pareciam sugerir novos rumos aos programas de Pós-graduação e as escolas passaram a assumir sua identidade, como área de pesquisa e de formação na área de administração e gerência a nível de Pós-graduação.

Conforme dados apresentados na década de 1970, a expansão acelerada de escolas

de graduação em Administração, concentradas nas regiões Sul e Sudeste, possibilitava que as escolas de maior tradição se vissem "obrigadas" a dedicarem-se à Pós-graduação. Na análise do Prof. Bianor Scelza Cavalacanti, atual Diretor da Escola de Administração Publica e de Empresas – EBAPE, em entrevista, lembrava que "a EBAPE, por exemplo, extingue o curso de graduação em 1983 (...) então se pensou em caracterizar-se a Fundação Getúlio Vargas mais como uma instituição de ensino de Pós-graduação e Pesquisa". E acrescenta, ao analisar o período:

> Eu acho que o Brasil, não obstante um desenvolvimento mais inibido na chamada década de 80 que alguns trataram como a década perdida, não foi efetivamente uma década perdida, na medida em que nos fomos consolidando a democracia no país e com a consolidação, o próprio país vai se repensando, se revendo, ainda que de forma inibida, por crises econômicas (...) o próprio movimento de democratização do país vai gerando também uma democratização maior da ambição das pessoas, vai também gerando uma consciência de renovação, de estudo, nós temos aprendido muito com essa questão porque no passado o Brasil vinha a Fundação e hoje, a Fundação vai ao Brasil. Nós começamos a descobrir aqui no Rio que aquilo que nós fazíamos em pouca quantidade, o CIPAD é, por exemplo, um tipo de MBA para Administração Pública que foi criado pioneiramente em 1977-1978, mas nós fazíamos curso de pós-graduação como o CIPAD, Recursos Humanos e uma série deles que a EBAPE sempre teve, mas, a década de 80 foi mostrando com maior clareza e a década de 90 que aquilo que se fazia em pequena quantidade o mercado queria muito mais, tanto no Rio de Janeiro quanto fora. (Prof. Dr. Bianor S. Cavalcanti, em entrevista)

Registra-se neste período, o incremento da pós-graduação *lato-sensu*, como curso de especialização em áreas específicas do conhecimento administrativo. A pressão do mercado e das IES (carentes de cursos de pós-graduação e a necessidade de competir no mercado em franca expansão) provocou a criação de inúmeros cursos de Pós-graduação no país, em diversas modalidades como Gestão Empresarial, Gestão de Recursos Humanos, Administração de Marketing, Administração Financeira, e muitos outros.

Em meados da década de 1980, movimentos promovidos por entidades representativas da sociedade civil, cresceram e culminaram com a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte que aprovou uma nova Constituição do Brasil, em 1988. Essa Constituição restaurava a democracia no país. Tinha como orientação de gestão, a descentralização, incorporando maiores responsabilidades aos municípios que deveriam ter, como obrigação, o desenvolvimento de uma política social, visando a prover a população dos serviços essenciais. Na análise de Fleury (2004):

> A Constituição Federal de 1988 foi a expressão da canalização de todas essas demandas para um novo marco legal. Inovadora na construção de uma nova institucionalidade democrática, manteve, no entanto, a proeminência da posição do Estado, em completa ausência de sintonia com os ditames da nova ordem internacional, globalizada e liberal. (FLEURY, 2004, p. 188)

No entanto, o que se viu, foi à adesão do governo à política de redução de gastos públicos, redução do papel do Estado, incremento do processo de privatização e a subordinação da política econômica aos interesses do capital financeiro, em detrimento das políticas sociais e do setor produtivo. É neste quadro, que vai emoldurando a política para a educação superior no país.

No que se refere à educação, a Constituição, em seu capítulo terceiro (artigos 205 a 211), definia como suas finalidades: desenvolver a pessoa humana, preparar o homem para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o exercício de uma função. Explicitava, ainda, que educação deveria estar aberta à iniciativa privada, inclusive a nível superior. Foi a consolidação da privatização da educação superior no Brasil e, o gradativo afastamento do governo no financiamento das instituições públicas.

O projeto para o Ensino Superior construído, no governo militar, continuou orientando a política educacional do país sob influência norte-americana, criando novas alternativas no setor privado de ensino. Martins (1989) advertia que:

> A reforma educacional do regime autoritário seria confiada a um pequeno círculo escolhido e designado pelo poder central. De modo geral, os estudos e as recomendações produzidas por estes atores proporiam a expansão do ensino superior e a racionalização de suas atividades enquanto estratégias para fazer face às pressões desenvolvidas por professores e estudantes com vistas à sua reformulação econômica. Estes trabalhos procurariam também imprimir ao ensino superior uma dimensão instrumental, uma vez que visariam ajustá-lo às modificações que o campo econômico experimentava na segunda metade dos anos sessenta. (MARTINS, 1989, p. 22)

As faculdades isoladas, na sua maioria privadas, foram criadas tendo como objetivo a maximização de rentabilidade para os empresários do sistema educacional e o surgimento de um "novo" modelo para o Ensino Superior na década de 1980, deveu-se à combinação de fatores sociais e políticos complexos, vividos no país. Nos dados apresentados por Fleury (1983)[193]:

> O ensino de graduação em administração no Brasil atingiu, nos últimos anos, uma dimensão quantitativa respeitável. Os dados oficiais de 1980 indicavam a existência de 245 cursos, 146 mil alunos matriculados e 21 mil formandos. Estes cursos e

[193] Importante conhecer pesquisa realizado sobre o ensino de graduação em administração que teve como objetivo "analisar, em profundidade, um conjunto de sete cursos de graduação em administração, situados em várias regiões do país e, que possuem diferenças relativamente à dependência administrativa, tamanho, ano de fundação e imagem de qualidade" com informações "junto aos alunos calouros, aos alunos formandos, ao corpo docente e à coordenação do curso". Publicado em: FLEURY, P. F.(1983).

> alunos encontram-se espalhados por quase todo o território nacional, em escolas de tamanho e qualidade variáveis e com diferentes dependências administrativas, incluindo aí as particulares, federais, municipais e estaduais. (FLEURY, 1983, p. 29)

No início da década de 1980, cerca de 70% dos alunos, de graduação em Administração encontram-se em IES privadas. Além da privatização do Ensino Superior, observava-se que o crescimento de escolas de Administração ocorreu, também, através do fenômeno da interiorização uma vez que, a abertura de novos cursos de Administração, começavam a ocorrer em pequenos municípios. Dourado (2001) explicava que:

> A expansão e a interiorização do ensino superior tiveram como justificativa a busca de integração e de desenvolvimento dos municípios e, impulsionados por pressões as mais diversas e interessados na criação de mecanismos pragmáticos capazes de tornar o município mais atrativo aos investimentos, buscaram não só melhorar sua qualidade de vida, mas também ampliar a oferta de serviços. (DOURADO, 2001, p.89)

Ocorreu uma grande procura pelo curso de Administração em decorrência do modelo econômico voltado para o crescimento do mercado empresarial, necessitando de pessoas para funções gerenciais, capazes de dialogar com as complexidades do sistema organizacional em um mercado em crise e, com o uso de novas tecnologias, criando um contexto propício ao fortalecimento da profissão do administrador.

Importante registrar, que em 29 de outubro de 1980, através da Lei n° 6.838[194] foram regulamentadas as atividades dos administradores e a sua fiscalização pelos Conselhos Regionais. Os Conselhos Regionais de Administração – CRAs, ganhavam força e legitimidade como "órgão consultivo, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão de Administração" (SANTOS, 2002, p.27), promovendo eventos para universitários através de seminários buscando, uma integração entre o órgão fiscalizador CRA e os estudantes. Nos estudos de Santos (2002):

> O CRA é de grande importância para os cursos de Administração, pois eles representam um apoio ao desenvolvimento de ações que objetivem a melhoria da qualificação profissional e a resolução de problemas presentes no cotidiano do profissional administrador. (SANTOS, 2002, p. 28)

Quanto à qualidade dos cursos de Administração, Castro (1981, p. 59) advertia que "é enorme a disparidade de qualidade entre cursos de graduação em administração. Há

[194] Lei n.º 6.838, de 29 de outubro de 1980: Dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar, a ser aplicada por órgão competente. Disponível em: http://www.cfa.org.br/download/Lei6838.pdf.

cursos em tudo, excelentes. Lamenta-se que seja diminuto o seu número. Tipicamente, o curso de Administração é fraco".

O mesmo autor, quanto ao perfil dos estudantes do curso de administração, posicionava-se que "o vertiginoso aumento da matrícula universitária significou o recrutamento de estudantes, cujo perfil acadêmico cada vez mais se distanciava daquele considerado necessário para um bom desempenho universitário" (CASTRO, 1981, p.59).

Quanto aos professores, Castro (1981, p. 60) afirmava que "é muito pequeno o número de professores da área que realmente se dedicam em tempo integral ao curso", uma vez que "como área profissional, a administração abastece tanto os quadros universitários quanto o mercado de trabalho".

Existia um mercado de trabalho promissor para o profissional de Administração e, por isso, este fato provocava, também, a elaboração de uma nova lei, tendo em vista a mudança do desempenho profissional individual, para a sua organização em empresas. A Lei n° 6.839, de 30 de outubro de 1980[195], dispõe sobre o registro de empresas ligadas à área de Administração nas entidades fiscalizadoras do exercício profissional. Assim, esta lei sinalizava para o incremento profissional do administrador no mercado de trabalho e para o seu reconhecimento social.

Por isso, na avaliação de Castro (1981, p. 60) "os cursos de graduação devem transmitir ao aluno, uma prática gerencial apropriada para o desempenho de suas funções nas organizações brasileiras" e, queria com isso, dizer, que era preciso "aperfeiçoar os procedimentos gerenciais, para aplicá-los, adequadamente, às empresas de pequeno porte, que predominam em grande número no setor privado brasileiro". Como contraponto importante, a análise de Paula (2001):

> Outro ponto importante a considerar é o caráter instrumental e tecnicista do ensino da Administração, especialmente em nível de graduação. Não há como aprender Administração sem dominar e simular conteúdos técnicos. Porém, a exagerada ênfase tecnicista em um contexto de aceleradas mudanças tecnológicas levará mais adiante à obsolescência prematura dos profissionais. De fato, somente a formação de um caráter crítico-analítico poderá garantir no futuro um desempenho profissional adequado. (PAULA, 2001, p. 80)

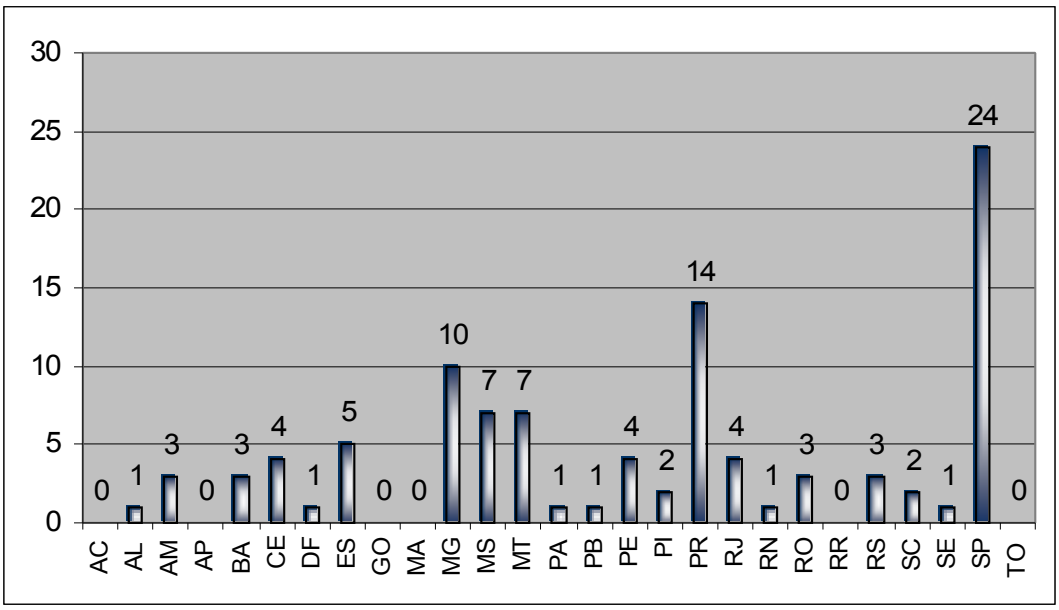
Outro fator, também fruto da expansão dos Cursos de Administração na sociedade brasileira, foi a concentração desse ensino, em determinadas regiões. No início da década de oitenta, as regiões Sudeste e Sul respondiam por 80.722 alunos e 81% de todo o ensino de

[195] Lei n.º 6.839, de 30 de outubro de 1980: Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões. Disponível em: www.cfa.org.br/download/Lei6839.pdf.

Administração do país. Estes dados indicam uma forte prevalência das regiões de maior concentração e diferenciação produtiva, onde se localizam as maiores oportunidades em termos de ação, nas faculdades para esta profissão. Em 1995, 76% dos cursos continuavam nessas regiões.

Em pesquisa realizada na Revista Documenta, constataram-se dados que confirmam a contenção da expansão do Ensino Superior no Brasil, refletindo nos cursos de Administração. De 256 cursos criados na década de 1970, a década de 1980 registra-se apenas a criação de 99 cursos, demonstrando o período de contenção do processo expansionista vivido na década de 1970, conforme gráfico a seguir:

Gráfico nº 05: Cursos de Administração criados no período de 1980-1989



Fonte: Revista Documenta – 1980-1989. Dados trabalhados pela autora.

Um dado relevante é a criação dos primeiros cursos de Administração no Estado de Rondônia (3), com ampliação do número de cursos nas Instituições de Ensino Superior dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Ceará e Pernambuco.

Importante ressaltar que se inicia o processo de abertura dos cursos de Administração com suas habilitações em Comércio Exterior, Análise de Sistema de Informação, Administração Hospitalar, Administração Rural, Administração Hoteleira e Administração Mercadológica, percebidas, inicialmente, nas Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo, tendo em vista a diversificação das profissões e do mercado de trabalho.

Tabela n° 18: Curso de Administração: Número de Cursos de Administração Criados na Década de 1980

Unidade da Federação.	Década de 1980
Cidade de São Paulo	15
Interior de São Paulo	7
Paraná	14
Minas Gerais	10
Mato Grosso do Sul	7
Mato Grosso	7
Espírito Santo	5
Ceará	4
Rio de Janeiro	4
Pernambuco.	4
Rio Grande do Sul	3
Bahia	3
Rondônia	3
Amazonas	3
Santa Catarina	2
Piauí	2
Distrito Federal	1
Alagoas	1
Pará	1
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	1
Sergipe	1
Total de cursos criados na década de 1980	**99**

Fonte: Revista Documenta, período de 1980-1989. Dados pesquisados pela autora.

Em 1985, iniciava-se uma mobilização dos administradores coordenada pelo Conselho Federal de Administração visando a obter a substituição do título "Técnico em Administração" para "Administrador", o que ocorreu em 13 de junho de 1985, através da Lei 7.321/85, sem qualquer alteração no campo e na atividade profissional. No artigo 1º, da referida lei, "o Conselho Federal de Técnicos de Administração e os Conselhos Regionais de Técnicos de Administração passam a denominar-se Conselho Federal de Administração e Conselhos Regionais de Administração, respectivamente". E ainda, em parágrafo único, fica "alterada, para Administrador, a denominação da categoria profissional de Técnico de Administração".

No final dos anos de 1980, as mudanças provocadas pelo modelo de desenvolvimento econômico, globalização, revolução microeletrônica, mudanças no mundo do trabalho, reestruturação produtiva e outras, interferiram de forma significativa, no mundo

das organizações; transformando, também, o modelo de gestão administrativa e, conseqüentemente, o perfil do profissional de administração.

Assim, devido a esse conjunto de fatores, os anos de 1990 foram profícuos para a ciência da Administração, especialmente, no que se refere ao boom expansionista dos Cursos de Administração no Brasil.

2.4. Curso de Administração na Década de 1990: O movimento expansionista dos cursos de Administração

O modelo econômico neoliberal adotado no Brasil e seus impactos em termos de transformação e redefinição do papel do setor público, a partir dos anos 1990, alcançaram graves desdobramentos sobre a estrutura estatal Catani (2000-2002), Dourado (2002-2003), Sguissardi (2000/2001), Silva Jr. (2002/2005). É importante ressaltar que o Estado tem aprofundado a distância que mantém dos interesses sociais e, com isso, ampliado seu papel de intervir, mais fortemente, a favor dos interesses do capital. Na análise de Keinert (1994):

> O papel desenvolvimentista e interventor do Estado brasileiro revelam-se esgotado e sua participação na economia decresce cada vez mais. Inicia-se um movimento de redução de papel do Estado, especialmente a partir das privatizações, embora proposições como descentralização, envolvimento da sociedade civil, fortalecimento da instância local e de formas alternativas de gestão – como as parcerias públicas – privado – estejam na ordem do dia. (KEINERT, 1994, p. 46)

Nesta década, a retomada do desenvolvimento econômico é anunciada por meio da Reforma do Estado, adotando-se a ideologia do neoliberalismo como a nova fase da reestruturação capitalista, que se apresenta marcada por políticas de centralização, privatização, diferenciação e diversificação institucional. Assim, na afirmação de Dias Sobrinho (2002, p. 76) "a reforma modernizadora da educação ganhou força e as idéias neoliberais se materializaram em políticas e num quadro legal-burocrático coerente com as novas configurações". Chiavenato (1999), diz:

> O início da década de 1990 marca o começo da terceira etapa do mundo organizacional. É a era da informação, que surge com o tremendo impacto provocado pelo desenvolvimento tecnológico e com a chamada tecnologia da informação. A nova riqueza passa a ser o conhecimento – o recurso mais valioso e importante – substituindo o capital financeiro. Em seu lugar surge o capital intelectual. (CHIAVENATO, 1999, p.34)

A educação superior passou por profundas mudanças percebidas, especialmente, pelo aumento da demanda por vagas e seu atendimento, por instituições isoladas particulares que vêem crescendo de forma alarmante e, a contenção, cada vez maior das instituições públicas de nível superior. Uma multiplicidade de documentos orientadores da política educacional para o país expressava a política neoliberal e advogavam a necessidade de um "mercado" educacional. A ênfase deveria estar na produtividade, na eficiência, na competitividade e na qualidade, redesenhando, assim, o sistema de Ensino Superior no Brasil.

A educação, integrada à lógica do mercado, passou a ser redesenhada tendo como finalidade formar, tecnicamente um individuo que seja capaz de decifrar os códigos de uma era técnico-científica. A educação integrada à lógica do mercado tornou-se "mercadoria"; o aluno passou a ser "consumidor", dentro de uma política exclusivista. A discussão deixa a esfera da coletividade e se transfere para o campo das potencialidades individuais, em que o modelo de competência "seria mais adequado ao novo padrão produtivo, que valoriza a atuação individual" (CARMO, 2004, p.148).

Barbosa (2002), evidencia que:

> O ideário neo-liberal propõe a nova era do livre mercado como a única via possível da sociabilidade humana, justifica a exclusão e desigualdade como elementos necessários á competitividade; afirma ser o sucesso dos incluídos o resultado de sua competência e esforço, bem como do acerto de suas escolhas e estabelece um projeto de Educação da Qualidade Total. (BARBOSA, 2002, p. 36)

Visualizava-se, um raciocínio eficientista, incorporado às reformas educacionais e, as Instituições de Ensino Superior assumem uma face operacional, estruturando-se e atuando como uma organização de tipo capitalista, que toma a educação como simples prestação de serviço. Os valores que passaram a serem veiculados, na sociedade, encontram ressonância nas organizações públicas e privadas. A Administração é a ciência que socializa esses valores, tais como: ênfase na qualidade, competitividade, agilidade, flexibilidade, enxugamento, focalização em metas e resultados e outros. Na análise de Chiavenato (1999):

> A partir da década de 1990, as técnicas de redução e de enxugamento, como a reengenharia de processos, de fábricas enxutas, o *just-in-time*, as organizações virtuais, as organizações em redes de equipes, provocaram o aparecimento de novas idéias sobre como gerir os negócios de maneira mais simples, ágil e competitiva. (CHIAVENATO, 1999, p. 60)

As mudanças atingiam as empresas privadas e públicas, que buscavam novas formas de administrar, veiculando os valores acima citados, mudando culturas, revendo

estratégias administrativas, ampliando o campo de ensino da Administração em suas várias modalidades, discutindo-se temas relevantes como globalização, governabilidade, cidadania e ética, buscando adaptar-se a este mundo em mudança, nas instituições, nas organizações, no mundo do trabalho, no comportamento das pessoas e, nas novas exigências profissionais, alicerçado no "modelo de competências" que se configura como um "rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano" (FRIGOTTO, 1995, p.56).

Conforme estudos de Keinert (1994):

> As rápidas mudanças que vêm sendo observadas na sociedade atual colocam a exigência de se repensar o papel do Estado, especialmente a partir de um contexto fortemente marcado pelos avanços da tecnologia da informação, que colocam questões como agilidade, rapidez, flexibilidade, competitividade e, especialmente qualidade nos produtos e serviços na ordem do dia. Isto demanda, sem dúvida, um novo Estado, novos valores, novos serviços e novos servidores públicos. (KEINERT, 1994, p. 47)

A educação superior no Brasil não esteve às margens dessas mudanças. Ao contrário, as políticas e reformas adotadas no período importavam os valores das empresas mercantis para as IES. As mudanças ocorreram tanto na reforma do Estado, nas políticas públicas como nas reformas para a educação superior no país, desde a graduação até a Pós-graduação, embaladas pelos mesmos princípios de agilidade, competitividade e flexibilidade.

Justifica-se o fato do curso de Administração aparecer como o curso que mais cresceu no país provocando a instituição da Associação Nacional de Graduação em Administração – ANGRAD, em 06 de dezembro de 1991, que surgiu como resultado do I Encontro Nacional de Avaliação dos Cursos de Graduação em Administração, realizado nos dias 30 e 31 de agosto de 1990 na Universidade de São Paulo.

A ANGRAD passava a fazer parte, desde então, do cotidiano do ensino de Administração no Brasil, concretizado através do intercâmbio de informações sobre o ensino da Administração, organização e a realização de encontros regionais e nacionais, estudos, pesquisas e soluções sobre os estudos de Administração. Os dados mostram que "atualmente, os sócios institucionais somam mais de 800 IESs e, os sócios individuais, totalizam aproximadamente 300" (www.angrad.com.br).

Importante ressaltar que a privatização da educação superior passa a ganhar novos contornos, através das universidades corporativas criadas por empresas multinacionais, universidades virtuais criadas em parceira com instituições norte-americanas para o ensino à distância – EAD, comercialização de projetos e de programas pedagógicos com instituições internacionais e, ainda, programas de treinamento de professores e livros didáticos, socializando e consolidando um processo de empresariamento e de mercadorização do ensino

e a padronização de conhecimentos. Assim, estabelece-se na educação, a relação de parcerias entre o governo brasileiro, universidades estrangeiras, universidades e IES brasileiras, empresas e empresários da educação, conforme análise de Barbosa (2002):

> Os empresários leigos de ensino, ancorados no discurso da parceria, ou seja de aprofundamento da privatização da educação escolar brasileira em todos os níveis e ramos de ensino, como parte da estratégia para ampliar a privatização das políticas sociais do governo não mediram esforços para se integra na proposta neoliberal da educação para a qualidade total. (BARBOSA, 2002, p. 38)

Não resta dúvidas de que um país que não investe em educação estará à margem da inserção na nova realidade mundial e, conseqüentemente, á margem do desenvolvimento. No entanto, diante das mudanças que ocorreram na educação superior, na década de 1990, até os dias atuais (2007), falta-nos compreender de qual educação superior estamos falando?

Os argumentos expostos na LDB Lei 9.394/96, viabilizaram-se, ao longo da década de 90, brechas propositalmente abertas, para o estímulo e a abertura das conhecidas "fábricas de diplomas"[196] e o curso de Administração era um dos cursos de maior demanda.

Os dados apresentados, abaixo, confirmam a opção da política educacional do governo em favorecer, facilitar e estimular a expansão privada do ensino superior. A ordem era desburocratizar o processo de criação de novas IES e, aumentar o grau de autonomia das instituições isoladas. Cresceu o número de cursos e vagas, flexibilizaram-se as barreiras burocráticas por parte do MEC em relação aos processos de abertura e de autorização de novas instituições e cursos.

Conforme dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP e outros:

Tabela n° 19: Ensino Superior – Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior – Período de 1960-1998

ANO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	ALUNOS MATRICULADOS
1960	404	95.691
1970	582	425.478
1980	882	1.377.286
1988	871	1.503.560
1998	973	2.125.958

Evolução das instituições de ensino superior a partir dos dados coletados em Ensino Superior no Brasil, de Anísio Teixeira, FGV, 1989 e dados do MEC/INEP/SEEC para os anos de 1960-1998.

Uma questão que se coloca, diante da expansão do ensino superior na década de 1990, é a de que, embora experimentando esse crescimento, o ensino superior não atende às

[196]Nicolini (2003).

necessidades da sociedade, uma vez que o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, no conjunto da América Latina, atingindo um percentual de 12 % de alunos matriculados, na faixa etária de 18 a 24 anos.

Oportuno observar, analisar e trazer para o debate os limites do modelo adotado nos dois governos de FHC, especialmente, no que se refere à expansão privatizada. Amaral (2003, p. 99), demonstrava os números da expansão do setor privado entre 1994 e 2001 – "as vagas oferecidas passaram de 396.682 para 1.034.679, um aumento de 160,8%". No entanto, o autor demonstra que as vagas do exame vestibular não estão sendo preenchidas nas IES privadas e, oportunamente, faz a seguinte análise:

> Esse duplo movimento – pequeno percentual de vagas não preenchidas nas públicas e elevado percentual de vagas não preenchidas nas privadas – estaria indicando que a sociedade não tem conseguido pagar as mensalidades nas instituições privadas? Estaria se atingindo o limite para as famílias brasileiras pagarem mensalidades, em função da enorme desigualdade social brasileira: Ou seja, existiria uma exaustão do ensino superior privado. (AMARAL, 2003, p. 100)

Conforme mostram os números, no quadro abaixo, prova-se a expansão do setor privado na educação superior, após o declínio na década de 1980, já mencionado anteriormente. As instituições públicas permaneceram inalteradas, registrando-se, inclusive uma diminuição no número de IES públicas, ao final da década de 1990[197], enquanto o crescimento para as instituições privadas registrava o maior *bomm* expansionista de acordo com o Censo do Ministério da Educação – MEC, nos anos de 1997 – 1999, a saber:

Tabela n° 20: Número de Instituições de Ensino Superiores Criadas no Brasil no Período de 1997 – 1999

ANO	TOTAL BRASIL	PÚBLICAS	% PÚBLICAS	% PRIVADAS	PRIVADAS
1997	900	211	23	77	689
1998	973	209	22	78	764
1999	1.097	192	18	82	905

Fonte: Dados Comparativos Censo MEC (1997/1998/1999). Elaborada a partir de dados do MEC/INEP/SEEC – Evolução do Ensino Superior – Graduação. Dados trabalhados pela autora.

Constata-se que em 1999, no Brasil, 18% das instituições de Ensino Superior eram públicas e 82% instituições privadas, o que ratifica a afirmação da "década da expansão privatizada do Ensino Superior no país".

[197] "Além disso, nos últimos 15 anos, os organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, impingiram aos países em desenvolvimento, entre eles, o Brasil, a orientação de **não investir recursos públicos em educação superior**" (p. 105, *grifos nossos*). Para aprofundar: AMARAL, N. C (2003).

Conforme mostram os dados do MEC, quanto ao número de alunos matriculados nas IES públicas e privadas, no período de 1980 a 1999 demonstrando que nas primeiras houve um crescimento de 35,11% no número de alunos matriculados, enquanto nas instituições privadas houve um crescimento de 64,89% de alunos matriculados, de acordo com o quadro abaixo:

Tabela nº 21: Número de Alunos Matriculados nas Instituições de Ensino Superiores no Brasil no Período de 1980-1999

ANO	TOTAL BRASIL	PÚBLICAS	% PÚBLICAS	PRIVADAS	% PRIVADAS
1980	1.377.286	492.232	35.74	885.054	64.26
1985	1.367.609	556.680	40.71	810.929	59.13
1988	1.503.555	585.351	38.94	918.204	61.06
1990	1.540.080	578.625	37.58	961.455	62.42
1994	1.661.034	690.450	41.57	970.584	58.43
1995	1.759.703	700.540	38.82	1.059.163	60.18
1997	1.945.615	759.182	39.03	1.186.433	60.97
1998	2.125.958	804.729	37.86	1.321.229	62.14
1999	2.369.945	832.022	35.11	1.537.923	64.89

Fonte: Elaborada a partir de dados do MEC/INEP/SEEC – Evolução do Ensino Superior – Graduação 1980 - 1998/1999.

Disseminaram-se as instituições privadas de ensino superior, tendo o curso de Administração, objeto em relevância no estudo, como o curso que mais cresceu no Brasil, no final da década de 1990, permanecendo até os dias atuais, conforme tabela abaixo:

Tabela N° 22: Cursos Criados nos Anos de 1997-98-99

CURSOS CRIADOS	1997	1998	1999
Administração	461	549	776
Pedagogia	482	520	688
Letras	432	485	628
Engenharia	168	186	536
Ciências Contábeis	458	406	386
Direito	362	303	280

Fonte: Dados Comparativos Censo MEC (1997/1998/1999). Elaborada a partir de dados do MEC/INEP/SEEC – Evolução do Ensino Superior – Graduação. Dados sintetizados pela autora.

De acordo com as informações obtidas, junto ao Conselho de Federal de Administração (www.cfa.br), o movimento de expansão dos cursos de Administração, no Brasil, continuou em expansão até 2004, conforme o quadro abaixo:

Tabela n° 23: Áreas de conhecimento com maior número de cursos: dados comparativos de 1991 e 2004.

1991	2004

Pedagogia	406	Administração	2.046
Letras	379	Pedagogia	1.437
Administração	333	Direito	790
Ciências Contábeis	262	Contabilidade	756
Ciências	246	Normal Superior	694
História	198	Engenharia	608
Economia	177	Letras	557
Direito	165	Comunicação Social	480
Geografia	155	Turismo	461
Engenharia	149	Sistema De Informação	445

Fonte: Conselho Federal de Administração – CFA (www.cfa.br) Acesso em novembro de 2006.

Registra-se ainda, o curso de Administração como o segundo curso de graduação que mais cresceu em vagas oferecidas no vestibular, e o segundo curso em número de matrículas o que demonstra sua expressiva expansão, conforme os seguintes dados:

Quadro n° 24: Número de Vagas Oferecidas no Vestibular, no Brasil, segundo os Dez Cursos com Maior Número de Alunos – 1998

BRASIL	
CURSOS	**MATRÍCULA**
Administração	99.338
Direito	89.080
Pedagogia	53.988
Engenharia	52.213
Letras	41.711
Ciências Contábeis	40.575
Comunicação Social	29.475
Ciências Econômicas	22.739
Educação Física	19.216
Psicologia	18.997

Fonte: MEC/INEP/SEEC – Evolução do Ensino Superior – Graduação 1980 – 1998, 2000, p. 57. Dados trabalhados pela autora.

Quadro n° 25: Matrícula no Brasil segundo os dez cursos com maior número de alunos – 1998

CURSOS	**MATRÍCULA**
Direito	292.728
Administração	257.408
Engenharia	150.217
Pedagogia	139.893
Ciências Contábeis	122.427
Letras	108.746
Comunicação Social	74.567
Ciências Econômicas	66.992
Psicologia	61.103
Medicina	50.879

Fonte: MEC/INEP/SEEC – Evolução do Ensino Superior – Graduação 1980 – 1998, 2000, p. 27. Dados trabalhados pela autora.

Ao analisar as tendências da expansão do Ensino Superior que ocorreram, na década de 1990, visualizava-se um contexto que encarava a educação como formadora de "mão-de-obra" para os interesses imediatos do mercado. Há, neste período, uma clientela em potencial que encaminha a expansão do ensino superior privado, especialmente, dos cursos de Administração, nas diferentes regiões brasileiras, a partir da segunda metade dos anos 90.

As reformas educacionais, empreendidas no Brasil, na década de 1990, apresentam-se marcadas por defesas ideológicas, sustentadas pelo discurso de modernização e de racionalização do Estado. Neste contexto, o discurso de modernidade, de desenvolvimento tecnológico e econômico é articulado ao sistema educacional brasileiro e, a educação é entendida como negócio.

Uma sociedade de "negócios", de "administrar" pessoas, empresas, instituições de ensino superior, como negócios produtivos, competitivos, eficientes e que precisam de gestores especializados. Os valores socializados impulsionavam a procura por cursos de administração que guardam as mesmas crenças que vêem sendo veiculadas na sociedade.

Existem acertos e erros, preocupações e críticas, movimentos em prol da qualidade dos cursos visando à valorização dos profissionais da área e atores oportunistas que buscam, na criação de novos cursos de Administração uma oportunidade um "bom negócio" o que caracterizou o fenômeno da mercantilização do Ensino Superior no Brasil.

Paula (2001, p. 78) relatava, em análise ao pensamento do cientista social, Maurício Tragtenberg, quando ele alertava "para o risco do tecnicismo superar o humanismo, transformando as universidades em "mutiversidades", ou seja, "multinacionais da educação", que ao "mercadorizarem" o ensino, se afastem de seu papel social".

Os professores da Fundação Getulio Vargas de São Paulo, Rafael Alcadipani e Ricardo Bresler (2000)[198], afirmavam que está ocorrendo no Brasil, uma "mcdonaldização" do ensino, através da proliferação de escolas isoladas com foco na quantidade de alunos, em detrimento da qualidade do curso oferecido.

---

[198] Revista Carta Capital, 10 de maio de 2000. Quanto ao tema, vários intelectuais posicionam-se quanto a mercantilização da educação superior: Prof. Marco Antonio Rodrigues Dias (2001) quando escreve "até recentemente, a educação esteve, em grande medida, ausente do debate sobre a globalização, porque se pensava que era um serviço não comercial. Porém, isso não é mais verdadeiro". E ainda, o sociólogo Boaventura Santos (2002) que vê esse processo como "uma liberalização total, a destruição da universidade moderna, a imposição para o ensino superior de tudo que é contrário á sua história, pois sua história foi no sentido de garantir a possibilidade de se pensar na sociedade a existência de interações não mercantis, isto é, a idéia de cidadania, a idéia de democracia, a idéia de conhecimento. Nesse momento, traz-se o mercantilismo para dentro da universidade". Disponível em: www.unb.br/fd/colunas. Acesso em 03 de agosto de 2006. Roberto Leher, no artigo "Feições da Mercantilização da Educação e Neocolonialismo" quando comenta sobre a compra de 51 % da Universidade Anhembi Morumbi por um grupo dos EUA. Disponível em: www.lpp-uerj.net/outrobrasil. Acesso em 14 de junho de 2005.

A área de Administração é a maior área de estudos superiores no Brasil. Na análise de Sampaio (1998):

> Esses cursos são, em regra, derivações de outros já abundantemente oferecidos pelo setor privado. Da perspectiva do estabelecimento particular, essas carreiras cumprem uma função compensatória: não requerem um alto investimento, como laboratórios, professores em tempo integral, podendo assim, ser oferecidas com anuidades de menor valor e por isso mais competitivas. (SAMPAIO, 1998, p. 29)

O curso de Administração passa ainda a oferecer atrativos para a clientela jovem que acenam para ocupações de futuro no mercado de trabalho, comprovado pela fragmentação dos cursos através da criação, sem uma profunda reflexão, das escolas de administração e sem qualquer controle do MEC, na criação e institucionalização do curso com suas várias habilitações, atendendo a um "modismo" de mercado, a saber: Administração em Marketing, Turismo, Administração Hoteleira, Comércio Exterior, Administração em Agronegócios, Gestão de Negócios, Análise de Sistemas de Informações Gerenciais, Administração Pública e outros, que serão mostrados adiante, na tabela de expansão dos cursos de administração criados no final da década de 1990, a partir de pesquisa na Revista Documenta do Ministério da Educação – MEC.

Conforme dados apresentados, em seminários realizados pela ANGRAD e CFA, as habilitações criadas em Administração surgem como uma alternativa para expansão, atendendo às especificidades de um mercado de trabalho que se amplia, internacionaliza-se, torna-se mais competitivo, requer gestão de empresas mais profissionalizadas e recursos humanos mais capazes e produtivos. Este movimento do mercado reforça a ampliação das habilitações abaixo:

Tabela N° 26: Quantidade das Principais Habilitações em Administração Criadas nas Instituições de Ensino Superior no Brasil

HABILITAÇÕES	QUANTIDADE
Administração de Comércio Exterior	357
Administração de Marketing	336
Administração de Empresas	328
Administração Geral	254
Administração de Recursos Humanos	119

Fonte: Conselho Federal de Administração – CFA/maio/2006. Disponível em www.cfa.br

No processo expansionista, da década de 1990, registra-se uma ampliação significativa das habilitações, a ponto de descaracterizar a ciência da Administração, transformando os cursos de Administração em cursos tão específicos, em áreas extremamente

restritas, para atender aos modismos de um mercado que prioriza o imediatismo, o descartável, o conhecimento útil. Dados do Conselho Federal de Administração apresenta um quadro das habilitações que passaram a existir, em meados da década de 1990, a saber:

Tabela N° 27: Denominação das Habilitações em Administração Criadas nas Instituições de Ensino Superior no Brasil

Formação de Executivos
Gerência de Negócios
Desenvolvimento de Negócios
Administração Rural e Urbana
Administração Generalista
Gestão para Inovação e Liderança
Talentos Humanos
Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho
Gestão de Bares e Restaurante
Gestão da Inovação
Ciências Gerenciais

Fonte: CFA/maio-2006 (www.cfa.br).

Os números dos cursos de Administração com suas habilitações podem ser demonstrados através dos dados estatísticos da educação superior por curso de graduação disponíveis no MEC-INEP, conforme tabela abaixo, no período de 1997 a 2003, com ênfase significativa para os anos de 2002 e 2003, a saber:

Tabela N° 28: Dados Estatísticos da Educação Superior, por Cursos de Graduação Presencial – Censo de 1997 A 2003 – Cursos da Área de Administração

Administração e Habilitações	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**
Administração	468	560	790	989	1.025	1.413	1.710
Administração bancária							1
Administração da produção industrial							1
Administração de agronegócios				4	4	4	9
Administração de cooperativas	2	2	2	4	4	4	5
Administração de empresa				56	49	42	44
Administração de recursos humanos				2	4	8	13
Administração de sistemas de informação				3	4	5	11
Administração de serviços de saúde				1	1	1	2
Administração em análise de sistemas/informática				11	10	7	4

Administração em comércio exterior			3	34	33	18	18
Administração em marketing				11	15	17	26
Administração em micro e pequenas empresas							2
Administração em prestação de serviços						1	1
Administração em Turismo				4	4	4	8
Administração financeira				3	2		2
Administração hospitalar				18	15	15	15
Administração hoteleira				11	12	7	6
Administração industrial				1	1	1	2
Administração mercadológica							1
Administração pública				2	1	4	10
Administração rural	2	2	1	11	8	6	5
Ciências Gerenciais	1	1	1			1	1
Empreendedorismo				3	3	4	5
Formação de Executivos	2	3	3	3	2	3	3
Gestão Ambiental					1	1	6
Gestão da Informação			1	3	1	3	8
Gestão da Produção		1	1	1	1	1	4
Gestão da produção do vestuário							1
Gestão da segurança							3
Gestão de cidades							1
Gestão de comércio						1	8
Gestão de empresas				3	4	5	19
Gestão de escritório							1
Gestão de imóveis						2	5
Gestão de negócios		1		1	1	3	21
Gestão de negócios internacionais				2	3	3	7
Gestão de organizações							2
Gestão de pessoal					1	6	29
Gestão da qualidade				1	1	2	5
Gestão de recursos de informática							1
Gestão de serviços						1	4
Gestão de supermercados			1	1	1		1
Gestão do lazer					7	15	26
Gestão financeira				1	3	7	16
Gestão Logística							

Fonte: MEC-INEP. Pesquisa realizada em setembro de 2006, disponível no *site* (www.inep.gov.br)

Os cursos de Administração, com suas várias habilitações, surgem como uma grande alternativa para os empresários da educação e, assim, estes cursos foram ofertados em

IES privadas. De acordo com a tabela acima, tem-se a constatação da criação de 46 habilitações, com predominância de sua expansão a partir do ano 2000.

Percebe-se ainda, que as habilitações que mais se expandiram estão relacionados à gestão de negócios e empresas, administração hospitalar, comércio exterior e sistema de informações gerenciais tendo em vista o desenvolvimento da tecnologia no contexto empresarial, e ainda, a área de Administração de Marketing, uma vez que demanda um processo sofisticado de divulgação e propaganda, no novo mercado competitivo, do início do século XXI.

Consolidou-se um nicho importante para as IES privadas que foram os cursos noturnos para atenderem ao aluno trabalhador, através de estabelecimentos isolados de ensino superior (diversificação), que foram os que mais expandiram, conforme dados apresentados por Amaral (2003), a saber:

> Essa diversificação se aprofundou a partir da aprovação da Lei n° 9.394, de 20/12/1996 (LDB). Dados do MEC/INEP/SEEC, do censo das Instituições de Ensino Superior de 2001, mostram que o sistema possui 1.391 instituições – dessas, 156 (11,2%) são Universidades, 66 (4,7%) são Centros Universitários, 99 (7,1%) são faculdades integradas, *1.036 (74,5%) são faculdades, escolas e institutos* e 34 (2,4%) são Centro de Educação Tecnológica. (AMARAL, 2003, p. 93) *Grifos nossos*.

No que se refere, especificamente, ao curso de Administração, o novo cenário da globalização, impulsionou sua expansão e, vale ressaltar que o mercado e a empresa valorizam o curso, na medida em que seus alunos já ouviram falar, pelo menos, em liderança, recursos humanos, cargos e salários, têm noções de contabilidade, economia, e são profissionais preferidos no mercado de trabalho para prosperar em um mercado global hiper-competitivo.

A área de administração possibilita, assim, um diálogo com a economia, com a psicologia, a sociologia, a matemática, a contabilidade, a informática, o direito e a disciplinas de formação geral, onde o estudante adquire um conjunto de informações sobre temas atuais da realidade do mundo em que vive e isso, é valorizado no mundo do trabalho, com empregos que exigem dos alunos capacidade intelectual, criatividade, relações interpessoais como base de uma nova lógica nas relações de trabalho.

O ideário neoliberal influencia o ensino de Administração, acentuado pelas seguintes idéias: a lógica do campo educativo deve acompanhar a lógica do campo econômico; a adoção de programas “conectados” com a realidade; desenvolvimento de capacidades básicas de aprendizagens necessárias às exigências do trabalho flexível; ênfase na

avaliação e na eficiência para induzir as instituições e as pessoas à concorrência; conhecimento útil e de fácil aplicabilidade tendo em vista o contexto de mudanças; banalização dos cursos de graduação e de Pós-graduação; pela incoerência dos "bem estruturados" projetos políticos pedagógicos e as reais possibilidades de implantação. Como fica a formação do aluno do curso de Administração?

Nicolini (2003, p. 52) manifestava seu ponto de vista quando afirmava que "o resultado desse processo é o ensino profissionalizante, que transforma o estudante em um técnico pouco "pensante", em um aplicador de tecnologias em sua maior parte importada, e não mais em um futuro pesquisador, cientista". E completava:

> Em instituições onde o ensino é a única atividade, o conhecimento administrativo torna-se rígido e estático, rígido, pois a inexistência da pesquisa torna seus mecanismos desconhecidos e não permite ajustamentos, e estático porque só se torna possível à reprodução dos conceitos. Registre-se que a expansão do ensino de Administração se fez primordialmente por meio de instituições desse tipo. (NICOLINI, 2003, p. 53)

O Conselho Federal de Administração, na primeira metade da década de 1990, com o crescimento indiscriminado dos cursos de Administração, estruturou-se para a realização de um trabalho intenso de normatização e controle profissional. Registra-se no período, a aprovação do Código de Ética do Administrador[199] com o objetivo de regular a conduta moral e profissional e, indicar normas que devam inspirar o exercício das atividades profissionais. Tal necessidade tornava-se emergencial, tendo em vista o enorme contingente de administradores formados, em decorrência da expansão dos cursos.A Resolução Normativa que dispõe sobre a Perícia do Administrador na Justiça[200]; a Resolução que dispõe sobre os registros profissionais de pessoas físicas e jurídicas e documentos de identidade profissional[201].

A Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração, n° 137 de 1993, trata da responsabilidade técnica do Administrador e outros bacharéis e Tecnólogos registrados nos CRAs [202] e dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício das profissão. O registro de responsabilidade técnica é restrito aos profissionais com situação regular perante o respectivo Conselho Regional de Administração e está

---

[199] Resolução Normativa CFA nº 128, de 13/09/1992. Disponível em: http://www.cfa.org.br/ download/rn92128.pdf.

[200] Resolução Normativa CFA N° 135, de 21 de maio de 1993. Disponível em: http://www.cfa.org.br/ download/RN93135.pdf.

[201] Resolução Normativa CFA N.º 136, de 18 de junho de 1993. Disponível em: **http://www.cfa.org.br/ download/RN93136.pdf**.

[202] Resolução Normativa CFA N° 137, de 18 de junho de 1993. Disponível em http://www.cfa.org.br/ download/RN93137.pdf.

condicionado à apresentação de Plano de Trabalho, contendo o objetivo, metas a serem atingidas e, cronograma de desenvolvimento das atividades que serão realizadas.

No mesmo ano, 1993, a Resolução Normativa n° 146 estabeleceu diretrizes para a organização e instalação de novos Conselhos Regionais de Administração[203]. Estabelecia como responsabilidade do CFA designará uma Comissão para analisar a viabilidade econômico-financeira do CRA a ser instalado; viabilidade técnico-operacional do CRA, e a existência de um número mínimo de pessoas físicas e de pessoas jurídicas registradas que garantam a sustentabilidade do CRA a ser instalado; existência, no mínimo, de 4 (quatro) cursos de bacharelado em Administração, devidamente reconhecidos; na área pleiteada e ainda arrecadação, no exercício que preceder à instalação, não inferior à necessidade apontada no estudo de viabilidade econômico-financeira.

A preocupação do CFA era de que os cursos de Administração "deveriam" ter como missão formar administradores dotados das habilidades e de competências para resolver os problemas de gestão em organizações complexas, com senso de cidadania e reflexões críticas de natureza humana, ambiental, social e organizacional. Para isso, tornou-se necessário desencadear uma discussão nacional sobre o currículo do Curso de Administração, uma vez que o currículo oficial existente era do ano de 1966, aprovado através do Parecer n° 307/66.

Neste contexto, foi constituído um grupo de trabalho, através do Conselho Federal de Administração – CFA, com o propósito de produzir um anteprojeto de Reformulação Curricular dos Cursos de Administração e, em 1991, o CFA realizava no Rio de Janeiro, um Seminário Nacional para a discussão do tema proposto. Muitos embates foram registrados e segundo Pizzinato (1999):

> As posições expostas em reportagens e entrevistas variavam desde os que afirmavam que, "ao se interessar mais por Durkheim que por Morita, as escolas do ramo se esquecem de que devem formar não sociólogos, mas "gerentes", até aqueles que defendiam a carga horária de ensino de disciplinas da área de humanas (como o Prof. Marcos Cintra, então diretor da EAESP/FGV), com larga utilização de textos teóricos como Marx, Weber e Keynes, justificando: "um bom administrador tem de estar aberto e conhecer todas as correntes de pensamento" para "gerenciar conflitos dentro de uma empresa e entender o que acontece na sociedade. (PIZZINATO, 1999, p. 178)

Percebe-se assim, que existe duas lógicas no processo de discussão do projeto político pedagógico, e, a partir dele, estrutura-se a proposta curricular, em que se apresenta: uma concepção de profissionalização para o mercado de trabalho, e assim o ensino superior

[203] Resolução Normativa CFA N° 146, de 17 de setembro de 1993. Disponível em: http://www.cfa.org.br/download/RN93146.pdf.

estaria a reboque da economia (racionalidade empresarial) e uma outra lógica que teria a instituição de ensino superior como escola de pensamento e de produção de novos conhecimentos que expliquem e transformem a realidade (racionalidade acadêmica). Acredita-se que a solução seria o equilíbrio entre as necessidades do mercado e a capacidade de desenvolver e produzir novos conhecimentos.

Após sucessivas reuniões regionais, o Conselho Federal de Administração elaborou a minuta da Resolução que foi encaminhada ao Conselho Federal de Educação que instituía o currículo mínimo do curso de Administração, através da Resolução n° 02, de 1993.[204]

Em seu artigo 1° - O currículo mínimo do Curso em Administração, que habilita o exercício da profissão de Administrador, será constituído das seguintes matérias:

Formação Básica e Instrumental: Economia, Direito, Matemática, Estatística, Contabilidade Filosofia, Psicologia, Sociologia e Informática
Total: 720 horas/aula (24%)

Formação Profissional: Teoria da Administração, Administração Mercadológica, Administração da Produção, Administração de Recursos Humanos, Administração Financeira e Orçamentária, Administração de Materiais e Patrimoniais, Administração de Sistemas de Informação e Organização, Sistemas e Métodos
Total: 1.020 horas/aula (34%)

Disciplinas Eletivas e Complementares
Total: 960 horas/aula (32%)

Estágio Supervisionado
Total: 300 horas/aula (10%) para as atividades de estágio supervisionado.

A referida Resolução previa ainda, que o curso de Administração deveria ser ministrado no tempo útil de 3.000 horas-aula, fixando para a sua integralização o mínimo de 04 e o máximo de 07 anos letivos. Importante registrar o artigo 3°, da referida Resolução, que

[204] Ministério da Educação – Resolução n° 2, de 4 de outubro de 1993. Disponível em: http://www.cfa.org.br/download/Resn2_93.pdf

favoreceu o processo de expansão dos cursos de Administração através das várias habilitações que foram criadas no final da década de 1990, a saber:

> Art. 3° - Além da habilitação geral prescrita em lei, as instituições poderão criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos correspondentes ás matérias fixadas nesta Resolução e em outras que venham a ser indicada para serem trabalhadas no currículo pleno.

Fica, aqui, uma questão para reflexão: porque as escolas de Administração esperaram 27 anos, para reverem seu projeto político pedagógico, uma vez que o primeiro currículo de Administração foi fixado pelo Conselho Federal de Educação, mediante o Parecer n° 307, de 1966? Sendo o primeiro currículo datado de 1966, o segundo só foi elaborado em 1993, através da Resolução n° 2 do Conselho Federal de Educação, em 4 de outubro de 1993.

Como uma ciência, que se diz tão dinâmica e, que seus cursos devem atender às demandas do mercado de trabalho, formar o aluno para empregabilidade, demora 27 anos, para adequar-se a este mercado? Posteriormente, será apresentado a resolução n°4, de 13 de julho de 2005, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.

A tese é que as mudanças produzidas com a Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso, a partir das orientações neoliberais em que se socializam os princípios da eficiência, produtividade, individualismo, competitividade, com ênfase na necessidade e exigências do mercado, o curso de Administração, como área de conhecimento guarda, a defesa a estes princípios e, encontra ambiente favorável e estimulador para revisão de seu projeto curricular, na formação de um profissional polivalente, generalista, que esteja apto a disputar, em um ambiente competitivo, com ênfase na formação técnica, com a multiplicidade de áreas que estão ao seu dispor.

O Prof. Antônio Freitas, em entrevista relatava que:

> Administração é Marketing, Administração é Finanças, Administração é Gestão de Pessoas, Gestão de tecnologia, Logística e se nós pegarmos o ENADE, que é o Provão atual, tinha questões lá de Logística, Gestão de Pessoas, Marketing, Finanças, Produção, então a área de atuação do Administrador é bastante ampla então o Administrador bem formado tem grande mercado de trabalho e é tanto assim que muitas pessoas que se formaram em outras áreas, Engenharia, Direito, Psicologia, estão militando na Administração. Porque? Porque a Administração tem um grande mercado de trabalho e vai continuar a ter esse mercado de trabalho porque é assim, não só no Brasil. É assim em todos os países desenvolvidos. A Administração tem um grande mercado de trabalho. (Prof. Dr. Antônio Freitas, em entrevista)

Vale lembrar que as instituições de ensino tiveram, até janeiro de 1995, para se adequarem à referida Resolução. Foi realizado, em 1994, em Brasília, o I Seminário Nacional de Qualidade e Avaliação dos Cursos de Administração e, em 1996, realizou-se, em Natal-RN, o Encontro Nacional de Avaliação do Estágio Supervisionado do Curso de Administração.

No II Seminário Nacional sobre Qualidade e Avaliação dos Cursos de Administração realizado em Vitória-ES, em 1997, apresentou o que deveria ser o ideal de contribuição de cada disciplina do currículo para a consolidação das habilidades necessárias ao perfil do administrador. O presidente do Conselho Federal de Administração, assim posicionava-se:

> O Curso de Administração deve buscar a construção de uma base técnico-científica que permita aos alunos desenvolverem um processo de autoquestionamento e aprendizado, de modo a torná-los capazes de absorver, processar e se adequar, por si mesmos, ás necessidades e aos requerimentos das organizações do mundo moderno. (ANDRADE, 1997, p. 28)

O novo currículo deveria responder não só a um enfoque de reprodutor das forças produtivas, mas também promotores de novas relações produtivas e sociais. Deveria constituir-se em agente transformador, capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços das ciências e da tecnologia, no estabelecimento de uma nova ordem. A síntese de sua metodologia deve implicar numa integração dos conhecimentos parciais, num todo orgânico e lógico, podendo dar origem a um novo conhecimento ou a novas formas de ação. Importante, nesse momento, refletir sobre as considerações apontadas por Nicolini (2003) quando relatava que:

> O problema fundamental dos currículos não é a ordenação das matérias que o compõem. É a inter-relação delas. A divisão do estudo e a fragmentação do saber ganham contornos preocupantes quando os mecanismos de interação entre as matérias são constantemente esquecidos, ignorados ou mesmo desconhecidos. (NICOLINI, 2003, p. 49)

É, exatamente, dentro desse quadro de considerações que a escola tem de construir suas propostas curriculares, com elevado comprometimento metodológico, com o permanente repensar do seu cotidiano. É importante que se consolide, na ação educativa, a convicção de que precisamos educar para o desconhecido, ante um mundo de complexidade crescente que se transforma rapidamente. Estar em consonância com a realidade e os novos contextos que se apresentam na sociedade, não é estar refém de um conhecimento utilitarista,

descartável, amparado pelos modismos da sociedade. A ciência da Administração e seus profissionais precisam estar muito atentos a essa questão.

Torna-se necessária uma mudança de atitude diante da visão do chamado "currículo mínimo" uma vez que o currículo é apenas um instrumento a serviço da aprendizagem e não um fim em si mesmo. Um currículo que possa apreender, no caso da Administração, as variáveis que interferem no fato administrativo, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, e que envolva matérias de cultura geral, instrumentais e de formação profissional, despojado de fronteiras rígidas e estanques. No entanto, na avaliação de Nicolini (2003, p. 47) "a montagem do novo currículo mínimo, aperfeiçoado e modernizado, é verdade, mas ainda longe de retirar as Escolas de Administração da trilha tradicionalista".

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos cursos de Administração, várias instituições somaram esforços na mesma direção. A ANGRAD - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração e o CFA - Conselho Federal de Administração trabalharam, conjuntamente, para a realização de uma pesquisa sobre o Perfil e Habilidades do Administrador (PHAD)[205], em cem (100) IES, o que possibilitou, não só traçar o perfil, mas encaminhar ações proativas de desenvolvimento desse profissional orientando a quantidade dos cursos existentes.

Importante registrar uma síntese dos resultados da referida pesquisa que aponta que o perfil do profissional de administração deverá possuir em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes, o que vem nortear a todos os projetos políticos pedagógicos dos cursos de Administração. Ass exigências são que o profissional possua:

Perfil do Administrador – Pesquisa – Associação Nacional de Graduação em Administração – PHAD – 1996
Visão global e humanística: para tomar decisões num mundo diversificado e interdependente.
Formação técnica: em administração, tanto de aspecto técnico quanto científico e prático.
Ética: internalizando valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional.
Empreendedorismo: no sentido de antecipar e promover transformações.
Aperfeiçoamento profissional: necessidade de estudo contínuo.
Interdisciplinaridade: visão abrangente na formação do profissional, dado o amplo mercado de atuação.

Fonte: PIZZINATTO (1999, p. 179).

A pesquisa mostrou que, para atingir a este perfil, o profissional de administração deve desenvolver habilidades de: visão sistêmica e holística; espírito crítico; comunicação; flexibilidade; estratégias adequadas; capacidade de decisão; inovação e interação como

[205] Disponível no site da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD: http://www.angrad.org.br/cientifica/arquivos/Phad96.pdf.

capacidade de trabalhar em equipe. Completaria com os valores de responsabilidade social, justiça social e ética profissional.

Na análise de Paula (2001, p. 78), o perfil do administrador "demanda uma sólida formação teórico-analítica, o que se traduz na necessidade de ter instituições de ensino que privilegiem a pesquisa e que orientem o processo de aprendizado para o desenvolvimento da cidadania".

Na avaliação do presidente do Conselho Federal de Administração, administrador Rui Otávio Bernardes de Andrade (1997):

> É neste contexto que retorna á agenda de discussões o papel dos Cursos de Administração. O administrador polivalente deve ser um generalista e não um especialista. Para desenvolver as novas funções, há exigências de competências de longo prazo que somente podem ser construídas sobre uma ampla base de educação geral para preparar o administrador competente, o cidadão socialmente responsável e o administrador político comprometido com o bem estar coletivo. (ANDRADE, 1997, p. 33)

Em meio a estes estudos e pesquisas, o Ministério da Educação coordenava o processo de avaliação dos formandos do curso de Administração que deveriam ser submetidos, em 1996, ao Exame Nacional de Cursos – ENC[206], conhecido como Provão, que no seu artigo n° 6 prevê que "O Ministério da Educação e do Desporto exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem".

Para os cursos de Administração, Pizzinatto (1999 p. 180):

> A primeira experiência do ENC ocorreu em 10 de novembro de 1996, prestando o exame alunos de administração, direito e engenharia civil que se formaram no segundo semestre desse ano. A prova realizou-se novamente em 1997 e 1998, em nível nacional, avaliando todos os formandos dos cursos de graduação em administração do País.

O ENC - Provão, criado durante o primeiro ano do governo FHC, era o produto de uma abordagem centralizadora de fazer política do MEC e, desde sua implantação, os cursos de Administração foram avaliados, conforme dados apresentados abaixo:

[206] Exame Nacional de Cursos – ENC, criado em 24 de novembro de 1995, pela Lei 9.131, aprovada no Congresso Nacional e regulamentada pela Portaria 249, de 18 de março de 1996. Disponível em: http:www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm. O Exame Nacional de Cursos - Provão será substituído, posteriormente pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, tem como finalidade promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Disponível: http://www.inep.gov.br/superior/sinaes.

Tabela nº 29: Número de cursos avaliados pelo ENC: 1996-1999

Cursos	Número de Cursos Avaliados			
	1996	**1997**	**1998**	**1999**
Administração	335	354	391	431
Direito	179	196	212	229
Engenharia Civil	102	106	110	112
Total	616	822	1.710	2.151

Fonte: INEP 1999. Apud: GOMES, A., em trabalho apresentado a ANPED.

O processo de avaliação disponibilizava, aos alunos de cada curso, boletins informativos[207] em que explicitava seus objetivos avaliativos, o perfil do aluno do curso, o que se esperava de seu desempenho, a sistemática das provas, e assim, o papel do MEC no processo de avaliação é de medir, de um lado o estudante e as "competências" desenvolvidas e do outro, se as instituições de ensino superior foram "aptas" na formação desse aluno, a partir dos conceitos de A-B (ótimo), C-D (bom) e E-F (regular), e assim legitima as novas funções do MEC no Ensino Superior.

O ENC tinha como objetivo "contribuir para a avaliação das instituições que ministram cursos de Administração, no intuito de estabelecer um diagnóstico permanente, e possibilitar ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino; contribuir para a melhoria de qualidade na formação do administrador, como cidadão e profissional, para que colabore na elevação das condições de vida em sociedade; subsidiar o estabelecimento de novos parâmetros e o redirecionamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem e integrar, um processo de avaliação continuada da formação pessoal e profissional do administrador propiciado pelas instituições" (http://www.inep.gov.br/superior/provao/sintese).

Quanto ao perfil do graduando, o ENC, teria como parâmetro, o seguinte perfil: a)internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional; b) formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente; c) formação técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional; d) competência para empreender, analisando criticamente as organizações e antecipando e promovendo suas transformações; e) capacidade de atuar em equipes interdisciplinares; f) capacidade de compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança.

[207] Os Informativos 1999/2000/2001/2002/2003 estão disponíveis no site do INEP: http://www.inep.gov.br/download/enc/2003/informativos/Administracao.pdf.

Para avaliar este perfil, seria necessária a avaliação das seguintes habilidades: a) capacidade de comunicação interpessoal e expressão correta nos documentos técnicos específicos e de interpretação da realidade das organizações; b) capacidade de utilização de raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e formulações matemáticas e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos; c) capacidade de interagir criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais; d) capacidade de demonstrar compreensão do todo administrativo, de modo integrado, sistêmico e estratégico, em como de suas relações com o ambiente externo; e) capacidade de lidar com modelos de gestão inovadores; f) capacidade de resolver situações com flexibilidade e adaptabilidade diante de problemas e desafios organizacionais; g) capacidade de ordenar atividades e programas, de decidir entre alternativas, de identificar e dimensionar riscos; h) capacidade de selecionar estratégias adequadas de ação, visando a atender interesses interpessoais e institucionais; i) capacidade de selecionar procedimentos que privilegiem formas de atuação em prol de objetivos comuns.

Para tal, as provas aplicadas seriam nas áreas de formação básica e instrumental (Contabilidade; Direito; Economia; Estatística; Filosofia; Informática; Matemática; Psicologia; Sociologia); formação profissional (Teorias da Administração; Administração Mercadológica; Administração de Recursos Humanos; Administração Financeira e Orçamentária; Administração de Sistemas de Informação; Administração de Produção; Administração de Recursos Materiais; Organização, Sistemas e Métodos) e ainda, os tópicos emergentes (Ética; Globalização; Qualidade; Ecologia e Meio Ambiente), tendo em vista o currículo do curso de Administração de 1993.

Relacionar essas exigências no processo de realização do ENC é uma oportunidade de refletir sobre as características do profissional de Administração, o que tem sido exigido a ele e como as IES estão se posicionando na formação desse profissional. Observa-se, pelos estudos que por ser o curso que mais cresce, foi, também, o curso mais avaliado em número de alunos e instituições (conforme dados de 1998: 354 cursos de Administração e o segundo, 196 cursos de Direito).

Os resultados[208] das avaliações dos cursos de Administração no Brasil, no período de 1996 – 2003, podem ser conseguidos através do *site* do INEP. No entanto, julga-se oportuno trabalhar alguns resultados apresentados no ano de 1998, por se tratar do período em estudo, dentro do maior movimento expansionista dos cursos de Administração.

[208] Consultar a relação dos cursos avaliados de 1996 – 2003, através do endereço eletrônico: http://www.resultadosenc.inep.gov.br

Registra-se que 36.098 alunos do curso de Administração foram avaliados no ano de 1998. E ainda que, dos 391 cursos de Administração avaliados 74,4% são mantidos por instituições privadas e 25, 6 %, respondendo às públicas federais, estaduais e municipais. Comparando-se com o ENC-97, constata-se que houve um aumento no percentual de cursos de Administração oferecidos por instituições privadas - de 71,5% em 1997 para os 74,4% atuais.

Na área de Administração, mais da metade dos cursos encontra-se na Região Sudeste: 205 ao todo, ou 52,4% do total. A Região Sul tem cerca de um quarto desses cursos. As demais regiões do País possuem, juntas, 23,6% do total. Observa-se, ainda, que no Sudeste, a participação dos cursos oferecidos pelas instituições privadas, atinge 87,3% dos cursos da região, com um total de 179 cursos privados. Em todas as regiões do País há um predomínio de cursos de Administração mantidos por instituições privadas, exceto na Região Nordeste em que 65,0% dos cursos são mantidos por instituições públicas.

Conforme, tabela abaixo, que demonstra o número de IES criadas, por dependência administração, de acordo com as regiões geográficas, a saber:

Tabela N° 30: Número de Cursos, por Dependência Administrativa e por Região Geográfica

Região/Dependência	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Norte	4	1	1	9	15
Nordeste	12	11	3	14	40
Sudeste	13	7	6	179	205
Sul	6	14	11	63	94
Centro-Oeste	5	3	3	26	37
Brasil	40	36	24	291	391

Fonte: DAES/INEP/MEC - ENC-98.

Conforme os dados, a Região Sul apresentou o melhor desempenho relativo do país, uma vez que 39,4% dos seus cursos atingiram conceitos A e B, e 24,5% deles com conceitos D e E.

A Região Centro-Oeste obteve 22,8% de conceitos A e B no ENC-96, passou para 18,7% no ENC-97 e ficou com apenas 13,5% no ENC-98. Por outro lado, o percentual de conceitos D e E nesta região, que havia alcançado os 65,6% no ENC-97 caiu para 59,5% no ENC-98. *Essa região continua sendo a que apresenta desempenho mais fraco no Exame de Administração*. Grifos nossos. (Fonte: http://www.inep.gov.br/superior/provao/sintese/1998).

A Região Norte, embora tenha, pela primeira vez, conquistado um conceito A em Administração, continua apresentando fraco desempenho relativo: 20,0% de cursos com conceito A e B e 40,0% de cursos com conceitos D e E.

A Região Nordeste, a exemplo do ocorrido nos dois primeiros Exames de Administração, apresentou um bom desempenho relativo no ENC-98: 35,0% de conceitos A e B, percentual um pouco maior do que o de 1997 (31,6%), e 27,5% de conceitos D e E.

O Sudeste teve 26,8% de conceitos A e B e 25,9% de conceitos D e E (no ENC-97, a região teve 25,0% de A e B e 30,0% de D e E). Importante lembrar que as maiores e melhores IES de Administração do país, encontram-se nessa região, e mantém um conceito A na avaliação, do período de 1996 – 2003.

Os cursos de Administração mantidos por instituições públicas federais e estaduais continuam apresentando os melhores desempenhos relativos ao Exame. Os cursos federais praticamente mantiveram o desempenho do ENC-97, passando de 71,0% de conceitos A e B e 10,5% de conceitos D e E naquele Exame, para 70,0% de A e B e 15,0% de D e E no ENC-98. Os cursos mantidos por instituições estaduais passaram de 54,8% de conceitos A e B no ENC-97 para 54,3% este ano. Os cursos estaduais apresentaram, também, o menor percentual de conceitos D e E no ENC-98: 8,6%.

Os cursos de instituições privadas mantiveram, no ENC-98 percentual de conceitos A e B, semelhante ao obtido no ano passado (22,7% em 1997 e 22,2% em 1998). Apresentaram, porém, um desempenho relativo um pouco melhor, na medida em que reduziram o percentual de conceitos D e E de 34,1% no ENC-97 para 32,8% no ENC-98.

Os cursos mantidos por instituições públicas municipais apresentam o desempenho relativo mais fraco. No ENC-98, obtiveram apenas 8,7% de conceitos A e B e 43,5% de conceitos D e E, resultados piores do que os de 1997 (10,0% de A e B; 30,0% de D e E).

Os dados pesquisados junto ao MEC-INEP demonstraram que, nas instituições federais, os cursos avaliados recebiam, predominantemente, os conceitos A e B, nas instituições estaduais os conceitos A, B e C, com predominância para o conceito C. Registra-se, ainda, nas instituições municipais, o conceito C, D e E, predominando o conceito C e, finalmente, as instituições privadas com 40% recebendo o conceito de avaliação C.

Os dados apresentados sugerem reflexões e uma análise crítica quanto ao movimento de avaliação que foi desenvolvido durante a gestão do ministro Paulo Renato no governo FHC, e infelizmente, a história mostra que não reverteu em mecanismos de melhoria

da educação superior no país, não avaliou, não possibilitou um amplo debate das questões fundamentais sobre as deficiências, neste nível de ensino.

A avaliação do Prof. Dr. Antônio Freitas, Presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD, em entrevista, manifestava que:

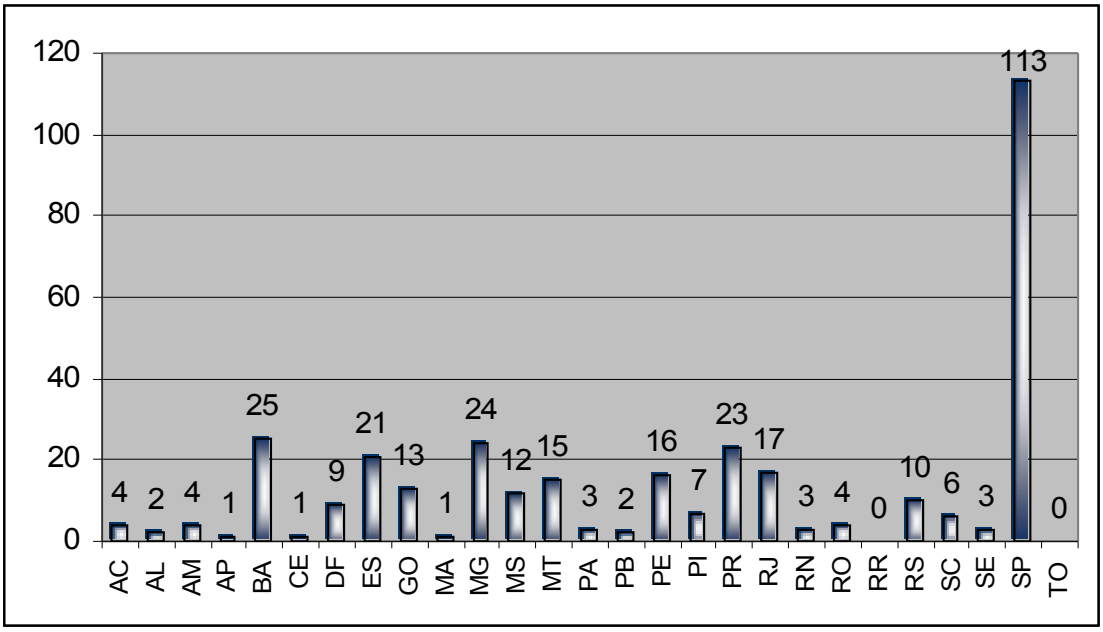
> Fernando Henrique e Paulo Renato montaram, o sistema de avaliar o produto final em vez de fazer entraves burocráticos, avaliar o produto final. O Provão e as visitas *in locco* que você avalia as instalações, incluindo salas de aula, biblioteca, laboratórios, avaliava o corpo docente e o projeto pedagógico dentro de um certo roteiro do MEC e isso aliado ao Provão já é um bom controle de qualidade que poderia ser aprimorado. (Prof. Dr. Antônio Freitas, em entrevista)

Em pesquisa das publicações do MEC-INEP *online*, sobre os resultados do Exame Nacional de Cursos – Provão, tem-se a informação de que somente dois cursos (Odontologia e Fonoaudiologia) receberam média superior a 5,0 pontos, dos 26 cursos analisados, em julho de 2003.

O movimento de expansão do Ensino Superior no Brasil, na década de 1990, foi sentido especialmente, pela multiplicidade de escolas e de faculdades isoladas, a maioria de Administração e, de um incremento da expansão do curso com suas várias habilitações como forma de atender ao mercado de trabalho, nas especificidades que este estava a exigir. Não faltou, assim, o empreendedorismo e ação dinâmica dos empresários das IES para diversificação dos cursos, e assim, registrava-se uma expansão não, mais do curso de Administração, mas de sua habilitações.

Em pesquisa na Revista Documenta, no período da década de 1990, até o ano 2002, registra-se a expansão dos cursos de Administração, deparando-se com a expansão de suas habilitações, citando um dado considerado relevante, uma vez que dos 354 cursos autorizados e reconhecidos pelo CFE e publicado na referida revista, 93 cursos foram criados com diversas habilitações, com predominância para o ano de 1998 e 1999, conforme gráfico a seguir:

Gráfico n º 06: Cursos de Administração criados no período de 1990-1999



Fonte: Revista Documenta – Período 1990 a 1999 - MEC

Importante salientar que no período de 2000 a 2002, dos 432 cursos criados, 210 eram habilitações. Dado relevante, se comparado com toda a década de 1990. A relação das habilitações em Administração demonstra a máscara com que foi encenada essa expansão, comprometendo e empobrecendo o saber administrativo, na ganância de "comercializar" a educação, oferecendo o que o mercado necessitava. O que deveria ser a inserção de cursos tecnológicos, profissionais, com duração de 1 ou 2 anos, transformou-se em cursos de Bacharelado em área muito específicas, conforme quadro abaixo:

Quadro n° 31: Relação das Habilitações em Administração

HABILITAÇÕES
Gestão de Negócios
Planejamento Municipal
Comércio Internacional
Gestão de Negócios e Informática
Administração Financeira
Tecnologia Empresarial
Administração Hoteleira
Administração em Turismo
Administração Bancária
Administração em Agronegócios
Gestão de Pequenas e Médias Empresas
Gestão Pública
Gestão de Pessoas
Administração de Transportes
Gestão Ambiental
Logística Empresarial

Administração em Turismo;
Administração de Recursos Humanos
Administração Postal
Gestão Empreendedora
Ciências Gerenciais
Gestão de Serviços
Administração de Cidades
Administração Sócio-Ambiental
Administração de Sistema de Telecomunicações
Administração Industrial

Fonte: Revista Documenta – 1990-2002. Cursos de Administração com suas várias habilitações autorizados e reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação. Dados trabalhados pela autora.

O movimento de criação dos cursos de Administração e suas diversas habilitações na década de 1990, por Unidades da Federação, pode ser demonstrado na tabela abaixo, utilizando-se como fonte, a Revista Documenta do MEC-CFE, com predominância, mais uma vez, para as regiões Sul e Sudeste, não privilegiando a correção das desigualdades regionais, permanecendo a região Norte com um crescimento vegetativo, frente a grande expansão de outras regiões, a saber:

Tabela N° 32: Curso de Administração: Criados na Década de 1990

Unidade da Federação.	Década de 1990
São Paulo	113
Bahia	25
Minas Gerais	24
Paraná	23
Espírito Santo	21
Rio de Janeiro	17
Pernambuco.	16
Mato Grosso	15
Mato Grosso do Sul	12
Goiás	11
Rio Grande do Sul	09
Distrito Federal	08
Piauí	07
Santa Catarina	06
Rondônia	04
Acre	04
Amazonas	04
Sergipe	03
Pará	03
Rio Grande do Norte	03
Alagoas	02

Paraíba	02
Ceará	01
Maranhão	01
Total de cursos criados na década de 1990	354

Fonte: Revista Documenta, período de 1980-1989. Dados pesquisados e trabalhados pela autora.

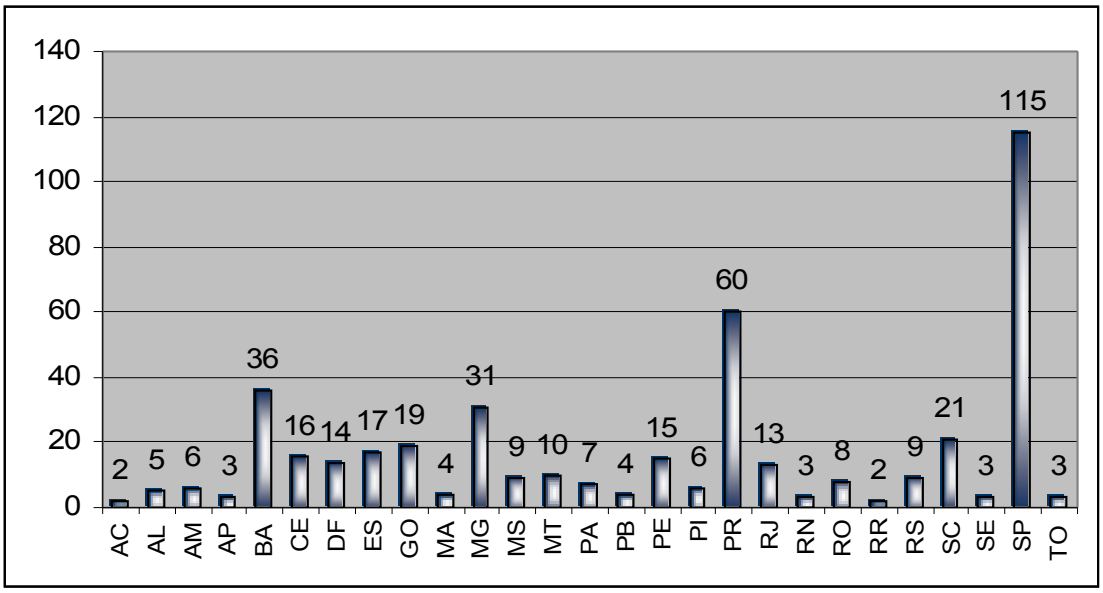
Através destes, dados, pode-se observar que o curso de graduação em Administração é, hoje, o maior curso do país. Concentra o maior número de alunos, "com 564.681 matrículas em todo país, o que corresponde a cerca de 15% do total de alunos matriculados. Essas matrículas são oferecidas por 1.346 cursos, sendo 1.193 em IES privadas", segundo dados do INEP e do ENANGRAD – Encontro Nacional de Graduação em Administração[209]. Na análise do Presidente da ANGRAD:

> Eu me recordo mais ou menos que em 1997 devíamos ter umas 900 instituições de ensino e hoje, nós temos cerca de 2.200, mais ou menos, instituições de ensino. Logo, se nós formos voltar para a década de 1960, o curso de Economia era maior do que o curso de Administração. Hoje o alunado de Administração corresponde mais de 15% do alunado brasileiro. Hoje o Brasil tem cerca de 4 milhões e 200 mil alunos dos quais mais de 15% pertencem a Administração, ou seja, 650 mil alunos de Administração. Próximo á Administração está o Direito com aproximadamente 640 mil alunos. A Economia infelizmente caiu muito, apenas 1,5 % do alunado é de Economia e a Administração está em franca expansão. (Prof. Dr. Antônio Freitas, em entrevista)

A pesquisa realizada na Revista Documenta, no período de 2000 a 2002, demonstra uma surpreendente expansão dos cursos de Administração no Brasil, com a criação de 441 cursos, com predominância para o estado de São Paulo, tendo em vista a liberalidade para criação de cursos de Administração com suas diversas habilitações. Veja o crescimento, conforme gráfico a seguir:

Gráfico nº 07: Cursos de Administração criados no período de 2000-2002

[209] Disponível em (http://www.ufmg.br/online/arquivos/002125.shtml).



Fonte: Revista Documenta – Período: 2000-2002

Importante, ainda, observar que os dados apresentados pelo Conselho Federal de Administração apontam que, em 2003, as matrículas nos cursos de Administração, no Brasil, eram de 619.237 alunos, com predominância para o Estado de São Paulo.

Em 1997, através do Edital 004/97 SESu/MEC, foram convocadas as instituições de Ensino Superior para que encaminhassem propostas para a elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais (e não mais, currículo mínimo), dos cursos de graduação, a serem sistematizadas pelas Comissões de Especialistas de Ensino de cada área. Essas diretrizes deveriam servir de referência para as IES, na organização de seus programas de formação, possibilitando definição do perfil profissional, promover uma integração da graduação com a pós-graduação e outras.

Os Pareceres CNE/CES n° 776/97 e o Parecer n° 583/2001, encaminhava as orientações para as Diretrizes Curriculares dos cursos de Graduação, abrangendo o encaminhamento de propostas para o Projeto Político Pedagógico, Organização Curricular, Estágios e Atividades Complementares, Acompanhamento e Avaliação de Monografia.

Em 2003 e 2004, através dos Pareceres n° 67/2003, n° 134/2003, n° 210/2004 e n° 23/2005[210], que tratam, respectivamente, do referencial para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação; das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Administração Hoteleira; aprecia a indicação CNE/CES n°1/2004, referente a adequação técnica e revisão dos Pareceres e/ou Resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e da retificação da Resolução CNE/CES n° 1/2004 que instituiu as Diretrizes

[210] http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos. Acesso em 24 de maio de 2007.

Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração. Foi importante empreender este caminho e comprreender as alterações ocorridas no processo de definição das diretrizes para o curso de Administração.

Em 2005, o Conselho Nacional de Educação através da Câmara de Educação Superior institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, a partir da Resolução n° 4 de 13 de julho de 2005, publicado do Diário Oficial da União n° 137, de 19 de Julho de 2005, seção 1, p. 26, a saber:

Quadro n° 33: Diretrizes para o Curso de Graduação em Administração. Resolução CNE/CES n° 4, de 13 de julho de 2005

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PERFIL DESEJADO DO FORMANDO
O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
I – reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão; II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais; III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento; IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais; V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional; VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável; VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.
CONTEÚDOS CURRICULARES

Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - **Conteúdos de Formação Básica:** estudos relacionados com as Ciências Sociais, a Filosofia, a Psicologia, a Ética, a Política, o Comportamento, a Linguagem a Comunicação e Informação;

II - **Conteúdos de Formação Profissional**: compreendendo Estudos da Teoria da Administração e das Organizações e suas respectivas funções, dos Fenômenos Empresariais, Gerenciais, Organizacionais, Estratégicos e Ambientais, estabelecidas suas inter-relações com a realidade social, objetivando uma visão critica da validade de suas dimensões, bem como com os aspectos legais e contábeis;

III - **Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias:** abrangendo Pesquisa Operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.

IV - **Conteúdos de Formação Complementar**: compreendendo Estudos Econômicos e Financeiros e de Mercado, e suas inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e na utilização de novas tecnologias;

Fonte: MEC/CNE: Resolução CNE/CES n° 4, de 13 de julho de 2005.

A referida Resolução prevê em seu Art. 11, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta. Na verdade, o que apresenta de novo refere-se ao fim das habilitações e a introdução de atividades complementares, na perspectiva de dar ao currículo maior dinamismo nos estudos de caráter intersisciplinar favorecendo atividades de extensão junto a comunidade e o mundo do trabalho.

No início do século XXI, com as mudanças no mundo do trabalho, tendo em vista uma economia de produção automatizada e o conseqüente desafio do desemprego tecnológico e, a competitividade entre as empresas, demandam por novas maneiras de coordenar e gerir atividades que exigem rapidez das informações e das decisões. Isso requer um administrador com uma multiqualificação que faz com que nem todas as IES estejam preparadas para a formação desse profissional.

Começa a ser desenhada, com as diretrizes curriculares, uma nova forma de pensar os cursos de Administração, numa tentativa de superação de uma herança histórica burocrática, tecnicista, utilitarista e instrumental do conhecimento administrativo. Recai sobre os cursos de Administração a responsabilidade de desenvolver projetos políticos pedagógicos que exijam mais do saber intelectual do que da capacidade técnica. Será possível, ao aluno de

Administração, através de uma reflexão filosófica e sociológica, estabelecer, no mundo da produção e do trabalho, novos fundamentos para uma ação política emancipatória? Seria correto rejeitar a ciência da Administração, por sua histórica subserviência ao capital, e deixar os alunos alienados com as ideologias que são socializadas do "profissional de sucesso" - "aptos" ao mercado de trabalho e que só depende dele o alcance do sucesso profissional"? Ou,

> Seria melhor formar pessoas para a mudança, para o enfrentamento de todas as crises, para evoluir ao longo de sua vida profissional, para transigir entre os vários campos de conhecimento, para saber apostar nas suas competências, para desaprender o que não mais interessa. É importante, nesse processo que o aluno aprenda a explorar seus desejos e pendores. (NICOLINI, 2003, p. 120)

A emergência, de estudiosos da ciência da Administração, considerados pensadores críticos[211] leva a reflexões, numa perspectiva teórico-crítica, no desenvolvimento da consciência crítica dos administradores sobre a realidade sócio-econômica, na possibilidade de pensar e de vivenciar valores diferentes daqueles de mercado, desmistificando o "querer é poder" com a capacidade de analisar que, a construção de um profissional de administração se dá numa sociedade repleta de contradições, de diferenciações e de desigualdades.

Para transformar, é preciso compreender que a educação, em todos os níveis, tem sido usada em alguns momentos históricos, como instrumento de condicionamento e manipulação. Na revolução industrial foi utilizada para transformar o ser humano em instrumento do sistema de produção, de bens e serviços a um custo cada vez mais reduzido. O trabalhador teve de sofrer o expurgo de todas as suas características pessoais, que ameaçassem pôr em risco a lógica do sistema produtivo. Nicolini (2003) colaborando, lembrava que:

> Em um mundo em transformação, porém, há de se esperar mais do que isso de um profissional. Em lugar de treiná-lo para dar respostas prontas aos problemas costumeiros, devemos educá-los para desafios maiores. Aluno precisa ser incentivado a romper paradigmas, a criar e a ousar em um mundo de complexidade crescente e que se transforma rapidamente. Antes de treinar e adestrar alunos é indispensável iniciá-los na ultrapassagem das fronteiras do já conhecido. (p.50)

Acreditar que o processo de formação do aluno, enquanto futuro administrador pelas instituições educacionais deve ter como princípio, o desenvolvimento desse aluno como um guia, como potencializador de pessoas, que busque uma verdade ético-valorativa, que não seja o mero endeusamento da globalização da economia. Uma instituição que tenha a

[211] Importante ir a fonte de um dos principais críticos da ciência da Administração – TRAGTENBERG, M. (1979). Ver Paula, A. P.(2001) e ainda, MOTTA, F.C. P.(1983).

responsabilidade de formar o cidadão e a pessoa humana na sua plenitude, ético, responsável socialmente e, comprometido com o desenvolvimento do seu país, com a sobrevivência da humanidade, dos direitos humanos e da democracia. Será que nossas IES estão preparadas para este nível de reflexão?

Estas questões nos parecem bastantes importantes e, ainda, pouco discutidas. Aparece, muitas vezes em *discursos panfletários*, sem qualquer fundamentação teórica e prática (e é isso, que vemos, ao caminhar nos *sites* das IES em Goiás, na tentativa de compreender seu projeto, sua proposta acadêmica, sua concepção de homem e de mundo), que possibilite o aprofundamento e o desenvolvimento de pesquisa sobre a importância de se repensar o papel dos administradores, no quadro da realidade brasileira.

Os dados apontam para um crescimento constante dos cursos de Administração. Criam-se novas escolas porque existe demanda. A expansão pode ser observada por meio do crescimento das matrículas quando em 2003, registra-se 619.237 matrículas e, em 2005, 704.822 alunos matriculados, que representa um crescimento de 14% nas matrículas em dois anos. E ainda, que o maior número de alunos encontram-se matriculados em IES privadas, conforme tabela a seguir:

Tabela n° 34: Matrículas em Cursos de Administração em 30/06 por categoria administrativa - Brasil - 2005

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO/ IES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS
FEDERAL	26.066
ESTADUAL	22.370
MUNICIPAL	18.387
PARTICULAR	417.781
COMUNITÁRIA/CONFESSIONAL	220.218
TOTAL BRASIL	704.822

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Dados trabalhados pela autora.

Giroletti (2005) ao discutir as potencialidades, problemas e perspectivas para o ensino de Administração, no Brasil, mostrava aspectos positivos da expansão, na perspectiva de que foi possível atender as demandas por gestores nas empresas e organizações públicas, a ampliação da pós-graduação para qualificação docente tendo em vista o significativo número de cursos criados e, conseqüentemente, o crescimento da pesquisa e da produção acadêmica tanto em quantidade, quanto em qualidade. O autor relatava ainda que:

> A grande expansão do ensino superior de administração pode ser visualizada pelos dados do Censo da Educação Superior do INEP/MEC de 2003, em que a Administração aparece e como o curso com maior número de alunos: 564.681

> alunos ou 14,5%do total. Por conseguinte, deve-se reconhecer que essa expansão é fruto do aumento do número e da qualidade dos professores. Somem-se a isso o crescente prestígio social da profissão e as mudanças processadas no mercado e no mundo do trabalho, com estimulo crescente aos empreendedores e ações de natureza individual. (GIROLETTI, 2005, p. 116)

Na mesma linha de análise Freitas, em entrevista, afirmava que:

> Aonde eu vou, vejo um esforço bastante grande no sentido de melhorar o ensino no Brasil de modo geral e em particular, o de Administração, a nível tanto do governo federal, estadual, municipal, nas escolas, então eu vejo um círculo virtuoso no sentido de melhorar. Falta um ou outro instrumento, uma ferramenta, mas eu estou bastante positivo nisso. Acho que a qualidade das escolas no Brasil tem melhorado bastante. Se você pegar aqui em Goiás as escolas de 10 anos atrás e hoje, você já vê uma diferença fantástica. Então eu sou bastante otimista e por outro lado é fundamental que se invista mais no ensino médio e fundamental desse país para que os jovens tenham condições de competir e viver em um mundo globalizado, num mundo primordialmente meritocrático, uma pessoa que não tiver conhecimento, que não tiver preparado, fica em bastante desvantagem em relação aos outros. (Prof. Antônio Freitas, em entrevista)

As recentes exigências do Ministério da Educação quanto à titulação do corpo docente, como condição para ingresso, permanência e promoção nas Instituições de Ensino Superior, favoreceu, com certeza, o surgimento de novos mestres e doutores na área, bem como o incremento dos programas de pós-graduação. Barbosa (2002) relatava que:

> Nos anos 90, visando capacitar os quadros especializados para a modernidade produtiva, o MEC se propôs a ampliar a formação no nível de pós-graduação "stricto sensu", dos docentes de nível superior, estimular a produção de material institucional de alta qualidade, ampliar o sistema de avaliação, com a introdução de exames de final de curso (provão) que, em sua primeira versão avaliou o curso de Administração. (BARBOSA, 2002, p. 38)

Com relação a Pós-graduação *lato-sensu* e *stricto sensu* em Administração, a década de 1990, experimentou uma considerável expansão e diversificação. Na avaliação de Motta (2002):

> A pós-graduação progrediu com a expansão do *lato sensu* – grande marca histórica da Ebape -no qual a escola também foi pioneira, com o programa de módulos intensivos agregando ensino á distância, aula presencial e apoio ao aluno e prática relacionada ao trabalho. A terceira grande transformação na pós-graduação iniciou-se em meados dos anos 1990, com o curso de doutorado. O doutorado constitui uma conquista institucional, quando após, anos de estudos, se formam linhas de pesquisa ou áreas de convergência que determinam uma autonomia de pensamento em campo limitado do conhecimento humano, como o administrativo. (MOTTA, 2002, p. 532)

Registrava-se o incremento da Pós-graduação *lato-sensu* no Brasil, com a consagração da sigla MBA (*Master of Business Administration*) que apesar de importarem a sigla americana, os MBAs brasileiros são muito diferentes dos MBAs americanos, em sua

estrutura e modalidade. Os MBAs, no Brasil, são retratados como um caminho seguro para a empregabilidade e ascensão profissional no mercado de trabalho[212]. Os cursos de MBA expandiram-se, rapidamente, no Brasil, os programas proliferaram, diversificaram, incluindo cursos noturnos, nos finais de semana. Na análise de Wood Jr. & Paula (2004):

> No Brasil, o uso da sigla MBA ocorre de forma livre de controle: a sigla é utilizada tanto para designar os MBAs executivos – programas de pós-graduação *lato sensu* – como para designar cursos variados de especialização, inclusive cursos fechados de longa duração para as empresas. (WOOD JR. & PAULA, 2004, p. 124)

A história mostra que houve avanços e uma multiplicidade de benefícios no que se refere à expansão do Ensino Superior de Administração, observados na ampliação da Pós-graduação para qualificação de professores, na ampliação do número de vagas em IES que primam pela qualidade da educação superior sendo referência para outras escolas e, especialmente, ampliação do debate quanto à necessidade de revisão no processo de formação do administrador. As necessidades da sociedade mudaram e, conseqüentemente, mudou-se o perfil desse profissional: do administrador técnico para administração pública e empresas privadas para o administrador gestor e empreendedor para média gerência e empreendimentos próprios.

Assim, as grandes transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico, a globalização, as redes informatizadas, o trabalho em equipe substituindo o trabalho individual, mudanças organizacionais e outras impõem novas qualificações ao administrador. Andrade (1997) relata que:

> O trabalho repetitivo, prescrito é substituído por um trabalho de arbitragem que é preciso diagnosticar, prevenir, antecipar, decidir e interferir em relação a dada situação concreta de trabalho. A natureza desse tipo de trabalho reveste-se da imprevisibilidade das situações, nas quais o administrador ou o coletivo de administradores têm que fazer escolhas e opções todo o tempo, ampliando-se as operações mentais e cognitivas envolvidas nas atividades (...) a qualificação real dos administradores constitui-se mais no "saber-ser" do que no "saber-fazer". (ANDARADE, 1997, p. 33-4)

Os projetos político-pedagógicos e seus respectivos currículos mudaram na perspectiva de dar maior ênfase às matérias específicas do curso, tendo em vista a amplitude de trabalhos publicados nas áreas de administração de recursos humanos, marketing, finanças, estratégias e outras.

[212] Wood Jr. & Paula, 2004, p. 118, relatam a divulgação dos MBAs na Revista Você S.A, de 2000 2 2001 que apelam para o impacto que os cursos de MBA causam na carreira e na vida profissional como por exemplo: "FGV-*Manegement:* sempre perto de quem quer ir mais longe" ou "O globalizado mundo dos negócios em suas mão" da FEA-USP.

O curso de Administração cresceu e, segundo a última Sinopse da Educação Superior[213], disponibilizada pelo INEP, pode-se afirmar que é o curso que mais cresceu no Brasil: 1578 cursos de Administração e 2.484 com as suas diversas habilitações, enquanto na Pedagogia registra-se 1524 cursos e no Direito, 861 cursos.

Assim, mais do que nunca faz-se necessário ficar atento, trazer alguns problemas para debate com o objetivo de provocar reflexões e discussões de temas relevantes para o fortalecimento da ciência da administração, da educação superior e do processo de formação do jovem cidadão brasileiro.

Nos apoiamos em Giroletti (2005) para registrar algumas análises relevantes que precisam ser colocadas na pauta de todas as IES que oferecem o curso de administração. Aprofundá-las, no momento, não é objeto da tese, mas deixar a reflexão, é obrigação de qualquer pesquisador. O autor relaciona problemas nos cursos de Administração que deveriam ser trazidos para o debate e como grandes desafios a serem superados.

O primeiro deles está relacionado à falta de uma história profunda e atual sobre o desenvolvimento da administração no Brasil; a transformação da expansão quantitativa do Ensino Superior de Administração em expansão qualitativa; a hiperespecialização do ensino da administração; a ênfase excessiva no caráter prático do conhecimento; a visão de que o curso deve formar exclusivamente para o mercado de trabalho.

E ainda, o aumento em quantidade e qualidade de pesquisas na área; crítica à dependência dos autores brasileiros em relação á literatura estrangeira; definição clara do que se entende por educação do jovem, no seu processo de formação, enquanto administrador; um sistema de avaliação que possa dar conta da diversidade e ainda, não mais importante, mas extremamente relevante é a discussão do curso de Administração, na relação indissociável do ensino, pesquisa e extensão.

Assim é preciso estar atento para as seguintes questões, trabalhadas pelo referido autor, quando diz:

> Pela atual legislação, a transformação da quantidade em qualidade estaria mais a cargo dos mecanismos de mercado, que se encarregariam de separar o joio do trigo, garantindo ao final, a sobrevivência dos melhores cursos. Mas isso não é suficiente. A natureza da educação, bem público e direito individual e social, não pode ser reduzido a uma *commodity.* (GIROLETTI, 2005, p. 117)

> O ensino deve prioritariamente incentivar a reflexão para a criatividade, inventividade e inovação. Não deve limitar-se a oferecer aos alunos modelos já constituídos, mas estimulá-los a buscar e a testar novos caminhos. Para tanto, deve-se combater a hiperespecialização e o ensino fragmentado, estimulando o

[213] Consultar: www.inwp.go.br/superior/censosuperior/sinopse/defaut.asp. Acesso em 24 de maio de 2007.

> conhecimento de obras inteiras e a leitura interessada mais do que a interesseira. (p.119)

Repensar as atuais escolas de Administração, enquanto estabelecimentos isolados, cuja preocupação com a formação do aluno restringe-se ao ensino, é uma preocupação, na medida em que, só através do ensino, não se forma e não se desenvolve um perfil profissional, alicerçado em competências intelectuais, técnicas, organizacionais, comunicativas, sociais, comportamentais e políticas, e ainda, no desenvolvimento de habilidades humanas, conceituais e técnicas.

Observa-se, ao concluir o presente capítulo que seu abjetivo foi alcançado na medida em que conseguiu-se traçar um panorama histórico da criação dos cursos de Administração no Brasil, evidenciando sua expansão e a influência dos fatores sócio-econômico, político e cultural que contribuíram para o processo de expansão destes cursos.

O crescimento vertiginoso dos cursos de Administração no país mostra de um lado a importância da ciência administrativa para a sociedade, no entanto preocupa a maneira desordenada e mercantilista desta expansão, que descaracteriza o curso e compromete a qualidade para formar realmente um Administrador. Na análise de Bertero (2006, p. 20), "em nenhuma sociedade será possível empregar massas de administradores como as que se graduam em nossos programas de graduação em todo país".

Ao finalizar esse capítulo, conseguimos atender o objetivo proposto de caminhar no conhecimento e análise de todo o processo de criação, consolidação e expansão dos cursos de Administração no Brasil, de 1952 até os dias atuais. Verificar os fatores sociais, econômicos e políticos na interrelação dinâmica com os fatos e acontecimentos, que possibilitaram esse movimento de expansão do ensino superior de Administração.

CAPÍTULO III
A EXPANSÃO, INTERIORIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO EM GOIÁS: 1960-2006

No segundo capítulo, discutiu-se o desenvolvimento nacional do ensino superior de Administração e, a partir dos dados levantados e, das discussões encaminhadas, buscou-se construir uma compreensão do processo de criação, de consolidação e de expansão dos cursos de Administração no Brasil. Fez-se necessário, desenvolver um caminho em que se pudesse compreender o cenário nacional, do ensino superior no Brasil e, a partir dele, localizar o Estado de Goiás, como centralidade do trabalho proposto.

Para atender a esse objetivo, buscou-se conhecer que fatores sócio-econômico-político influenciaram a expansão do ensino superior de Administração, tanto no Brasil, quanto em Goiás.

O objetivo do presente capítulo é conhecer o processo de criação, de consolidação e de expansão dos cursos de Administração em Goiás, e suas diversas habilitações. Compreender que fatores econômicos, políticos e sociais que favoreceram a expansão deste nível de ensino, em Goiás, no período de 1960, quando ocorre a criação do primeiro curso de Administração, da Universidade Católica de Goiás, em 1963, até o governo Marconi Perillo (2002-2006), período que marca o maior movimento expansionista dos cursos de Administração.

Caminhou-se nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 e, ao realizar a caminhada, deparou-se com o fenômeno da expansão ocorrida de 2000 a 2006. Muitas questões inquietam-nos na tentativa de compreensão desse fenômeno de expansão, de privatização e de interiorização do ensino superior público e privado, com predominância para o ensino particular, e tentar respondê-las, apesar da complexidade da realidade e da falta de participação das pessoas que poderiam ajudar, iluminar e favorecer essa compreensão e que se negaram a participar.

Na estruturação do presente estudo, num primeiro momento, será relevante discutir o surgimento do ensino de Administração em Goiás, a partir da criação do curso de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás, em 1963, atendendo ao apelo desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitscheck no Brasil e de Mauro Borges, em Goiás. Também, toda sua trajetória histórica, pois esteve, por décadas,

sendo referência para o ensino de Administração em Goiás.

Em seguida, caminhar nas décadas de 1970 e 1980, mostrando o movimento dos cursos de Administração, em Goiás, demonstrando que aqui se caminhou na contramão da história do ensino superior, no Brasil. Buscar-se-á justificar essa afirmação, pelo processo expansionista dos cursos de Administração, no Brasil, na década de 1970. O referido curso quando o referido curso chegou a ser o segundo que mais cresceu, conforme dados do Conselho Federal de Educação, que mostrava "a autorização para a criação de oitenta e nove (89) cursos, perdendo, apenas, para Pedagogia quando foi autorizado um total de noventa e sete (97)" (QUARESMA, 1978, p. 101).

Justifica-se a afirmação de que Goiás esteve na contramão da história, uma vez que registra-se, apenas, a criação de um curso de Administração, no interior da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, em 1974, hoje Centro Universitário de Goiás – UNI – Anhanguera, como o segundo curso de Administração na cidade de Goiânia.

Caminhar, também, na década de 1980, estudando a expansão do ensino superior em Goiás a partir dos governos de Íris Rezende (1983-1986). Neste período registra-se a interiorização desse nível de ensino e, o período de contenção do governo Henrique Santillo (1987-1990). Analisar, ainda, nesse período, que a expansão do ensino superior de Administração ocorreu no interior do Estado, mais precisamente nas cidades de Anápolis, Jataí, Rio Verde, Mineiros, Catalão e Goiatuba.

Torna-se necessário interpretar o *boom* expansionista vivido em Goiás, principalmente a partir da segunda metade da década de 90, mais especificamente no período de 1995 a 2006, como um espaço-tempo central do objeto de estudo – a expansão dos cursos de Administração em Goiás e compreender que fatores sociais, econômicos e políticos favoreceram o processo expansionista da educação superior em Goiás.

Discutir que fatores contribuíram para que o ensino superior, em Goiás, no governo Marconi Perillo, experimentasse a maior expansão de sua história. Importante ressaltar que o ensino superior de Administração deu um salto significativo, uma vez que, na década de 1960, registra-se apenas um (01) curso; em 1970, foi criado também, apenas um (01) curso, na década de 1980, foram criadas seis (06) novos cursos, no interior do Estado e, na década de 1990, onze (11) cursos: sendo três (03) em Goiânia e oito (08) cursos no interior - Anicuns, Itumbiara, Jussara, Rubiataba, Caldas Novas, Piracanjuba e Luziânia.

De 2000 a 2006, foram criadas quarenta e sete (47) novos cursos de Administração, em suas várias habilitações, muito mais do que em quatro décadas da história do ensino superior em Goiás. Tal fenômeno ocorre dentro de um processo de privatização, de

interiorização e de expansão das habilitações em Administração como "rótulos", atendendo a um viés mercadológico da educação superior.

Indaga-se quais os fatores sociais, políticos e econômicos possibilitaram esse nível de expansão? Qual o quadro atual da educação superior em Goiás, analisando-se as vantagens e desvantagens desse processo expansionista? Por quê a maioria das Faculdades foram criadas, tendo como "carro-chefe" o curso de Administração? Que motivos possibilitaram a significativa expansão dos cursos de Administração, em suas várias habilitações, especialmente, a partir da segunda metade de 1990 até 2006? Essa expansão dos cursos de Administração vem respaldando e fortalecendo os princípios neoliberais de privatização, de competitividade e da mercantilização?

3.1. Universidade Católica de Goiás: o surgimento do primeiro Curso de Administração em Goiás – 1963-2006

Ao dar continuidade ao estudo sobre a expansão do Ensino Superior de Administração, no Brasil, buscar-se-á conhecer o movimento desse nível de ensino em Goiás, uma vez que a compreensão do processo histórico e, conseqüentemente, a identificação dos fatores sociais, políticos e econômicos que marcaram a história do Estado de Goiás possibilitaram o surgimento, a consolidação e a expansão do ensino superior de Administração, em Goiás.

O período de 1950-1960 representou um momento histórico promissor para Goiás, com destaque para a construção de Brasília, entendida como o "coroamento da Marcha para o Oeste", que representou a política desenvolvimentista, orquestrada por Juscelino Kubitcheck, que possibilitou um amplo processo de desenvolvimento e de modernidade do Estado, já mais fortalecido e com uma gestão mais profissionalizada do Governo Mauro Borges[214].

Registra-se, ainda, a criação da Universidade Católica de Goiás em 17 de outubro de 1959, pelo Decreto Presidencial n. 47.041, e a Universidade Federal de Goiás através da Lei n° 3.834 – C, de 14 de dezembro de 1960. Na análise de Dourado (1997):

> Em Goiás, a consolidação do Ensino Superior, no período, será solidária e contemporânea à configuração de Goiânia, como pólo urbano comercial. A criação das Universidades, Católica (1959) e Federal (1960), ancora-se no embate entre a defesa do ensino público e a defesa do ensino privado, que encontrou na Maçonaria e na Igreja seus interlocutores privilegiados. (DOURADO, 1997, p. 53)

[214] Para aprofundar consultar: NETO (1987).

A Universidade de Católica de Goiás foi criada a partir da reunião de Institutos e Faculdades Isoladas e, assim, a história da Faculdade de Ciências Econômicas que posteriormente acolhe o curso de Administração, funde-se com a história da Universidade Católica de Goiás (UCG). Os estudos registram que:

> O Presidente JK , com base no relacionamento cordial que mantinha com o Governo de Goiás e, especialmente, com a Igreja, foi sensível às reivindicações do Arcebispo. Aprovou o projeto de criação da Universidade de Goiás, prometendo, inclusive, subsídios do Governo Federal (...) no dia 17 de Outubro de 1959, o presidente Juscelino Kubitschek sancionou o Decreto n, 47.041, criando a Universidade de Goiás. (LIMA, 2003, p. 55-56)

A Universidade Federal de Goiás e a Universidade Católica de Goiás representaram um referencial para o desenvolvimento do Ensino Superior em Goiás contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Estado, através da capacitação de profissionais para diversas áreas do saber[215]. Importante ressaltar que a UFG e UCG fizeram, desde sua criação, opções distintas quanto ao oferecimento dos cursos de graduação. Se por um lado, a UFG dedicou-se, com exclusividade, à área de saúde (Medicina, Odontologia, Farmácia), a UCG, por outro, dedicou-se à área de ciências sociais (Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis). Se este foi um acordo tácito entre as duas universidades, não se pode afirmar e, sim, inferir. No entanto, essa situação permanece por mais de 40 anos, quando a UCG cria o curso de Medicina e, a UFG o de Administração.

A década de 1960 colocou, para Goiás, novos e grandes desafios, passando a vivenciar transformações sociais, culturais, políticas e econômicas que impulsionaram a ampliação de demanda pelo ensino superior[216]. A expansão da educação superior, em Goiás, foi fruto da busca de integração do Estado, ao movimento de modernização do país. Registra-se, neste período, a criação do primeiro curso de Administração em Goiás, em 1963, tendo como seu criador e idealizador, o Prof. Délio Moreira de Araújo.

Neste período, começa a se formar uma mentalidade coletiva de que, as mudanças econômicas no Centro Oeste e, especialmente, em Goiás deveriam acontecer através de um impulso ao desenvolvimento cultural, via formação de um quadro de profissionais qualificados para o Estado. É inegável a relação orgânica existente entre o desenvolvimento

[215] A opção da autora em resgatar a história da UCG e não da UFG deve-se ao fato de ter sido a UCG responsável pela criação do primeiro curso de Administração no Estado de Goiás.
[216] Para aprofundamento consultar: DOURADO (1997); SOUZA (1999).

econômico e o surto de ensino superior, em especial o de Administração, que passa a requerer a mão-de-obra de nível superior para lidar com a realidade de grandes empresas. Covre (1991, p. 60) afirmava que "o crescimento do ensino superior vem atender à necessidade de mão-de-obra para as empresas merecendo destaque aos cursos de Administração e Economia".

Em Goiás não foi diferente e, o curso de Administração da UCG é criado num momento em que o Estado de Goiás tem sua economia dinamizada. Importante registrar que o período do governo Mauro Borges representou a profissionalização do Estado de Goiás, através do seu plano global, de nível estadual, conhecido como Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (PDEG) mais conhecido como Plano MB[217]. Na análise de Lima (2003):

> O Governo Mauro Borges firmou-se em diretrizes planejadas, adotando critérios científicos de planejamento, com base no potencial do Estado e de suas necessidades e carências, com estudos encomendados ao Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, para o período de 1961-1965. (LIMA, 2003, p. 68)

Embora o curso de Administração tenha se iniciado em 1963, só obteve seu reconhecimento, em 03 de maio de 1971, através do Decreto Federal n. 68.578, tendo em vista o que consta do Processo n. 1.077-70 do Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação e Cultura. Neste mesmo ano, pelo Decreto Presidencial n. 68.917, ocorre a mudança da Universidade de Goiás em Universidade Católica de Goiás.

Em dezembro de 1987, os cursos do Departamento de Administração, Contábeis e Economia - ACE foram desmembrados, passando a compor, na estrutura da Universidade, o Departamento de Administração, tendo como primeiro Diretor o Prof. Celso Orlando Rosa.

Em 1992, assume a Direção do Departamento de Administração o Prof. Geraldo Fernandes Monteiro que coordenou a estruturação do novo currículo uma vez que, nacionalmente, estava sendo definido o Currículo mínimo do Curso de Administração. Sendo assim, Martins (1989), afirmava que:

> Com a preocupação de melhorar a qualidade dos cursos de Administração, várias instituições somaram esforços na mesma direção... A ANGRAD – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração e o CFA – Conselho Federal de Administração trabalharam conjuntamente para aprovação do novo currículo mínimo de Administração, aprovado em 1993. (MARTINS, 1989, p. 10)

Reassume o Departamento, o Prof. Celso Orlando Rosa, e permanece de 1995 até 2001. Registra-se, em 1998, a criação do Curso de Administração em Turismo e, no ano seguinte, o curso de Administração em Agronegócios. Foi um período, também, em que se

[217] Para aprofundamento consultar: LUZ (1987).

inicia uma grande expansão dos cursos de Administração e suas habilitações, como uma "febre" que contaminou o Brasil inteiro, num viés puramente mercadológico.

No que se refere às ações de Pós-graduação *Lato-Sensu*, o departamento criou programas nas áreas de Gestão Estratégica de Marketing, Gestão Empresarial, Gestão de Cooperativas e Gestão de Cooperativas de Saúde.

O Departamento de Administração, no apagar das luzes do século XX, oferecia os cursos de Administração com 1.988 alunos, Administração em Turismo, com 500 alunos e, Administração de Agronegócios com 168, num total de 2.656 alunos e um quadro de 66 professores.

Em abril de 2001, assume a Direção do Departamento o Prof. João Bosco de Barros. Visualiza-se, neste período, significativo movimento no Departamento com o envolvimento da maioria de seus docentes efetivos concluindo o Mestrado através de uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina.

Foi empossado, dia 04 de junho de 2004, o Prof. Irineu Gomes[218] como Diretor do Departamento de Administração. O projeto de trabalho, desta gestão, pautou-se na construção do Projeto Político Pedagógico, na AvaliaçãoDocente, no incremento da Pesquisa e da Pós-graduação *lato-sensu* e na Pós-graduação *sctricto-sensu.*. Na avaliação do atual Diretor:

> A partir das diretrizes e por uma questão de avaliação interna intensa feita antes da minha gestão, e na minha gestão aprofundamos, com os coordenadores de núcleos, ficou evidente que a proposta rígida que tinha no projeto antigo, não atendia mais às expectativas, não só dos alunos, mas, também, dos professores, dos pesquisadores e, evidentemente, de um mercado extremamente concorrido: ou você se adapta a uma nova situação, buscando inovar, ou você esta fora do processo. Nós nos antecipamos, provavelmente, será o primeiro curso de Goiás que se adaptou às novas diretrizes do MEC. (Prof. Irineu Gomes, em entrevista)

Em 2005, o corpo discente do Departamento de Administração era formado por 2.433 alunos sendo 1.549 no Curso de Administração, 595 no Curso de Administração em Turismo e 289 alunos no Curso de Administração em Agronegócios, com um quadro docente de 105 professores sendo: 59 pertencentes ao quadro efetivo e 46 professores convidados. Dos 59 professores efetivos, sendo seis (6) Doutores, dois (2) Doutorandos, quarenta e um (41) Mestres e dez (10) Especialistas.

No mesmo ano, assume a coordenação do curso de Administração o Prof. Breno Xavier de Brito[219] que faz a seguinte avaliação, quando questionado sobre o referido curso:

---

[218] Entrevista realizada dia 16 de março de 2007, ás 17:00 hs., na sala da diretoria do Departamento de Administração da Universidade Católica de Goiás.

[219] Questionário respondido para a pesquisadora em 22 de março de 2007.

> O curso de Administração da UCG possui excelente quadro de professores, reformulou seu Projeto Político Pedagógico e realiza investimentos em estrutura e corpo docente. Tem pontos a desenvolver, pois a implantação do novo PPP envolverá a elaboração de projetos específicos de pesquisa, extensão e pós-graduação, um eficiente sistema de avaliação discente e docente e metodologias de adequação da teoria e da prática em sala de aula. (Prof. Breno Xavier de Brito)

O novo Projeto Político Pedagógico começou a ser implantado em 2006, buscando adequar-se a uma nova concepção, unindo os três cursos de Administração de Empresas, Administração em Turismo e Administração em Agronegócios, em um núcleo comum, tendo em vista a Resolução CNE/CES n° 4/2005. Na avaliação de quem coordenou e implantou o projeto:

> O que nós gostaríamos de enfatizar, ressaltar, é o que traz o projeto, de inovação. Então, qual é a concepção? Primeiro, que ele tivesse uma identidade, uma clareza de rumo, para onde nós levaríamos o curso, e isso foi muito bem compreendido e estabelecido no Projeto Político Pedagógico. O curso tem um foco claro em Gestão Estratégica (...) E nossa primeira questão, a questão do "DNA", a clareza para onde nós iríamos caminhar. O segundo, a estrutura, a organização curricular e o terceiro, dentro desse enfoque, que instrumentos nós estaríamos trabalhando para chegar a este ponto. (Prof. Irineu Gomes, em entrevista)

Em março de 2007, o Departamento de Administração tem matriculados 1984 alunos, sendo 1.599 no Curso de Administração, 197 no Curso de Administração em Turismo e 188 alunos no Curso de Administração de Agronegócios. Percebe-se uma diminuição no número total de alunos (24%), com ênfase para as habilitações, uma vez que o número de alunos, no curso de Administração, registra um pequeno acréscimo. Quanto à questão da evasão, o coordenador do curso Prof. Breno X. Brito, relata que os motivos detectados são "a incompatibilidade com o curso e a falta de recursos financeiros para arcar com as mensalidades".

O quadro docente do Departamento é composto de 83 professores sendo 59 pertencentes ao quadro efetivo e quarenta e seis (46) professores convidados. Dos cinqüenta e cinco (55) professores efetivos, o Departamento de Administração conta hoje com seis (6) Doutores, cinco (5) Doutorandos, quarenta e um (41) Mestres e dez (10) Especialistas[220].

Em relação ao quadro de professores efetivos, registra-se uma diminuição de 17% no total, provocado por falecimento e por aposentadoria. No entanto, a maior queda foi de professores convidados, de 105 para 88, tendo em vista a diminuição de turmas e à melhor gestão, da carga horária dos professores efetivos.

[220] Dados fornecidos pela Secretaria do Departamento de Administração, por solicitação da autora, em 9 de março de 2007.

O caminhar na história do curso de Administração da UCG, leva-nos a perceber que, desde a sua criação até o início dos anos de 1990, viveu uma longa época de quase exclusividade e consolidação de um nome, uma marca e uma história referentes ao Curso de Administração. No entanto, a explosão de novas IES e, conseqüentemente, novos cursos de Administração, coloca, à UCG, grandes problemas e, principalmente desafios.

Tendo em vista os dados já citados: diminuição do número de alunos, competitividade entre as IES, evasão, mudança no perfil do alunado que ingressa muito mais jovem (16 anos, conforme pesquisa realizada pelo Departamento sobre o perfil do calouro – 2007), uma formação acadêmica frágil no Ensino Médio e, problemas financeiros, exigirão do Departamento ações efetivas para realizar os seus compromissos políticos – pedagógicos, à luz da formação integral do ser humano.

Na oportunidade da entrevista realizada com o Diretor do Departamento de Administração da UCG, questionou-se sobre os fatores que provocaram a expansão do Ensino Superior de Administração no Brasil e, em Goiás. Apresentamos sua avaliação:

> Evidentemente, uma facilidade de implantação do curso pela própria legislação, em que os requisitos deveriam ser muito mais exigentes. A fragilidade do processo de implantação, imensa facilidade: apenas uma sala e uma pessoa falando e muitas ouvindo, sem um mínimo de infra-estrutura. Então, isso me parece muito ruim para a profissão, houve uma desvalorização muito grande da Administração, enquanto ciência, muito amparada pela periferia do conhecimento (...) quando você pulveriza, você perdeu, de alguma forma, a essência da coisa, ficou na periferia do conhecimento. (Prof. Irineu Gomes, em entrevista)

E continua:

> Goiás, eu repito as duas questões fundamentais dessa expansão. Primeiro, é um Estado que cresce acima da média nacional, 8 ou 9 % (...) Segundo: o governo, já de alguns anos, decide por políticas de fomento e incentivos fiscais à industrialização. Goiás tem pólos como o farmacêutico que dá provas de um extraordinário crescimento em poucos anos. Goiás tem pólos na agropecuária. Somos o segundo maior do Brasil, segundo produtor de leite do Brasil, de soja, e por aí vai. E assim, a agroindústria promove esta movimentação. Por quê? Porque as indústrias precisam de quadros de profissionais qualificados. (Prof. Irineu Gomes, em entrevista)

Complementa que, em Goiás, além dos motivos acima citados, faz referência aos incentivos governamentais: “só para você ter uma noção, o governo do Estado tem 70.000 bolsas para estudantes”. Conclui sua análise dizendo “eu não sou contra a expansão. Eu sou contra sim, a essa forma desordenada, desqualificada do processo”.(Prof. Irineu Gomes, em entrevista).

3.2. O Curso de Administração em Goiás: interiorização e expansão na década de 1970 – 1980

A década de 1970 em Goiás sofre ainda os benefícios do desenvolvimento iniciado na década de 1960, com a construção de Brasília, com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para ocupação do Planalto Central, num processo de integração da economia goiana ao mercado nacional. Foi um período marcado por políticas de desenvolvimento regionais que contribuíram para a modernização da atividade agropecuária e para ampliação da infra-estrutura, como energia, saneamento e transporte. Silva (2002), afirmava que:

> A atuação do poder público foi capaz de propiciar não só maior crescimento econômico, mas também diversificação das estruturas produtivas e urbanização, ampliando assim, a capacidade goiana em atrair migrações internas nacionais. Constatou-se, porém, na maioria dos casos, que as políticas beneficiaram os grandes proprietários rurais, contribuindo para maior concentração fundiária regional. (SILVA, 2002, p. 158)

Este movimento, do desenvolvimento econômico de Goiás, promoveu um crescimento de IES através da interiorização, com estímulo para a iniciativa privada. Pesquisas sobre o Ensino Superior, em Goiás, revelava que até o final dos anos de 1970, Goiás possuía duas (2) Universidades (Católica e Federal), nove (09) faculdades isoladas, sendo três (03) estaduais, uma (01) municipal e seis (6) particulares e ainda, um projeto de criação da Universidade Estadual de Goiás que ficou só em projeto. Baldino,1991, p. 121, registrava que este quadro demonstrava "claramente um certo distanciamento político entre o ato de criar e implantar".

Na realidade já se percebia, o processo de criação de IES privadas e a desatenção do governo militar em apoiar a expansão do Ensino Superior público, conforme o quadro que se apresenta:

Tabela n° 35: Instituições de Ensino superior existentes em Goiás, segundo a localização e a natureza da rede na década de 1970

Instituição	Localização	Natureza da Rede
Universidade Católica de Goiás	Goiânia	Particular
Universidade Federal de Goiás	Goiânia	Federal
Escola de Educação Física – ESEFEGO	Goiânia	Estadual
Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão	Anápolis	Particular
Faculdade de Odontologia João Prudente	Anápolis	Particular
Faculdade de Direito	Anápolis	Particular
Faculdade de Filosofia do Vale do São Patrício	Ceres	Particular
Faculdade de Filosofia	Rio Verde	Municipal

Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas	Goiânia	Particular
Faculdade de Filosofia Cora Coralina	Goiás	Estadual
Faculdade de Ciências Econômicas	Anápolis	Estadual

Fonte: Baldino (1991, p. 122).

Quanto ao curso de Administração, em 1973, tem-se o registro da primeira IES privada, com fins lucrativos, a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas que nasce com o curso de Administração, daí a importância de caracterizá-la.

3.2.1. Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA

O Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA originou-se da Faculdade Anhangüera, uma Instituição de Ensino Superior privada fundada em 1973 e regularizada pelo Decreto n° 71.832/73, de 09/02/1973. Iniciou suas atividades acadêmicas tendo como "carro-chefe" o curso de Administração, tendo seu reconhecimento através do Decreto Federal n° 80.180 de 17/08/1977. Desde 13 de maio de 2004, foi transformada em Centro Universitário de Goiás.

Teve, no seu início, a formação de sua Mantenedora a partir de um grupo de professores que percebiam a necessidade de uma IES de expansão da educação superior em Goiás, identificando uma oportunidade de negócio, no ramo educacional.[221]

A missão da Faculdade Anhanguera, veiculada em seus documentos, é contribuir para construção e disseminação do saber e para o desenvolvimento da sociedade, proporcionando a formação integral do educando, garantindo-lhe o crescimento intelectual e o fortalecimento de valores éticos e morais, essenciais ao comprometimento profissional e ao exercício pleno da cidadania.

O curso de Administração da Faculdade Anhanguera teve o seu reconhecimento através do Decreto nº 80.180/77, de 17/08/1977, publicado no Diário Oficial da União em 18/08/1977. A renovação de seu Reconhecimento consta da Portaria nº 1.482/2001, de 13/07/2001 publicado no D.O.U. de 16/07/2001. A intenção de criação do curso de Administração, da Faculdade Anhanguera já respondia aos anseios das novas orientações orquestradas pelo Governo Militar e à influência de organismos internacionais nas questões educacionais do Brasil, na medida em que:

> Escolheu-se a implementação do curso de Administração porque "não existia nenhum curso com condições de ser um *Business Administration* do sistema

[221] Para conhecer e aprofundar sobre toda a trajetória histórica da referida Faculdade, hoje, Centro Universitário, consultar: FERREIRA (2002).

> americano" (Professor A). A intenção como se vê, era de reproduzir na Anhanguera a sistemática americana universitária. A idéia central de seus fundadores consistia em implantar uma faculdade que tivesse um padrão superior ao das instituições locais existentes. (FERREIRA, 2002, p. 106)

Posteriormente, foram criados os cursos de Administração com Habilitação em Planejamento, Marketing, Finanças e Gestão de Pessoas.

Em seus documentos, declara que o curso de Administração dá especial ênfase ao processo educacional - ensino, pesquisa e extensão - enquanto eixos estruturantes de seu projeto pedagógico, por concebê-los enquanto situações vinculantes de sua vocação para autonomia, independência e ética em relação às demandas sociais e do mercado de trabalho contemporâneo.

O projeto acadêmico, do Curso de Administração, registra que sua missão é formar administradores dotados das habilidades e competências necessárias para resolver os problemas complexos de gestão que caracterizam a dinâmica das organizações contemporâneas.

Revela, em seus documentos, que a concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração baseia-se nas seguintes premissas: uma nova abordagem ao ensino que, baseada na integração de conhecimentos, torne mais eficaz o aprendizado dos processos de gestão de negócios; abordagem ao ensino esteja fundamentada na utilização de metodologias de ensino que flexibilizem as oportunidades de aprendizado, permitam a experimentação da realidade, através de sua simulação, além de individualizarem o processo de apropriação e instrumentalização do conhecimento.

A Instituição conviveu com uma situação mercadológica confortável durante toda a década de 1970 e 1980. Não havia concorrência de outras IES, uma vez que existindo apenas a Universidade Católica de Goiás ofertava cursos na área de Economia e Administração. Havia demanda para o fortalecimento da instituição e de seus cursos.

No movimento de expansão do Ensino Superior privado, na década de 1990, a Faculdade Anhanguera organizou-se, dentro das novas orientações do governo nacional quanto ao ensino superior e, em 2004, o Ministério da Educação por meio da Portaria n° 1216, de 11 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2004, aprova a transformação da Faculdade Anhangüera em Centro Universitário de Goiás – Uni-Anhanguera.

Atualmente, encontra-se em funcionamento na Uni-Anhanguera (23) vinte e três cursos de graduação, (11) onze cursos seqüenciais e (21) vinte e um cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e um de *Stricto Sensu*.[222]

A constituição da Faculdade Anhanguera, atual Uni-Anhanguera, representou, na década de 1970, um novo modelo de IES que estava se descortinando no Ensino Superior do Brasil, fruto das políticas educacionais do governo militar. Na análise de Ferreira (2002):

> Nesse contexto, surgiu a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, legitimada e marcada por características que a diferenciavam das demais IES; por exemplo: a implementação de uma estrutura administrativa orientada pelo modelo de empresa privada; por ser auto-sustentada; por pautar-se pela racionalização das atividades acadêmicas, dos recursos humanos e materiais, etc. Esses novos fatores desobrigavam o Estado de qualquer encargo em relação a ela, coadunando com a política expansionista de ensino superior, por ele proposta. Desse modo, os empresários da educação superior, tomados no sentido mais amplo, defendiam a cobrança de mensalidades para sustentar suas atividades, desatrelando a sobrevivência das instituições privadas das verbas oficiais, e pleiteando a não-intervenção no controle de preços das mensalidades e na legitimação do lucro. (FERREIRA, 2002, p.110)

No entanto, percebe-se que, enquanto o Ensino Superior no Brasil apresentou o maior crescimento de sua história, Goiás registra um crescimento nada expressivo. Para colaborar com essa afirmação, Dourado (1997, p. 63), afirmava que Goiás ficava "na contramão da lógica verificada no país, o Estado de Goiás registra pequena expansão do ensino superior" e complementava que "com relação às políticas de expansão, no período, elas não são significativas".

Analisava-se, no capítulo anterior, que o projeto educacional do governo militar tinha como princípio restringir-se a formação de quadros técnicos para o mercado de trabalho, numa visão mecanicista e tecnicista da educação, com possibilidades limitadas à produção do conhecimento científico, privilegiando a interiorização, privatização e expansão de instituições isoladas particulares de educação superior como política educacional.

Como vimos, no primeiro capítulo, esse momento da política educacional do país de orientação economicista tinha como objetivo formar "capital humano", numa concepção liberal e na concessão de privilégios aos interesses privatistas. A Reforma Educacional de 1968 já preconizavam que o ensino era livre à iniciativa privada e, que o ensino superior deveria expandir-se através de incentivos aos "empresários", tendo em vista a impossibilidade de investimento público nesse nível de ensino. Ferreira (2002, p. 109) reforçava que "na

[222] Consulta no Relatório de Auto Avaliação do Centro Universitário de Goiás, disponível no site: www.anhanguera.edu.br/pdf/Relatorioautoavaliacao.pdf. Acesso em 16 de janeiro de 2007.

década de 1970, portanto, as faculdades isoladas começam a surgir com vigor e com um perfil *assumidamente empresarial e mercadológico*".

Em Goiás, registra-se um crescimento tanto do ponto de vista econômico quanto educacional. Fazia emergir novas necessidades educacionais. Conforme dados apresentados por Galindo & Santos (1995, p. 167), "no caso de Goiás, a evolução do PIB entre 1982 e 1991, indica crescimento superior ao País, 3,4 % e 2,3 %, respectivamente". E ainda, afirmava que o período, em Goiás, exigia "maior presença de mão-de-obra com certo grau de especialização" (p. 179).

Será neste contexto, que a abertura de novas IES deverá ser analisada pois, como parte integrante desse contexto, sofre influências e influencia a sociedade e participa, ativamente de seu processo de construção e de transformação. Baldino (1991, p. 128) confirmava essa realidade e afirmava que, para atender a essas novas exigências de desenvolvimento de Goiás e o crescimento do interior do Estado, o governo estadual adotou, em relação ao Ensino Superior, uma "política de *laissez-faire*, altamente consentida". E acrescentava:

> Situarei o *rush* expansionista do Ensino Superior em Goiás/ 1983-87, enquanto euforia nacional/regional, portanto articulado ao GERES. Não naquilo que ele pretende recomendar, mas naquilo que ele não altera: as facilidades de implantação de uma IES no Brasil. (BALDINO, 1991, p. 130)

O crescimento do Ensino Superior, em Goiás, obedeceu a um movimento da Universidade Federal de Goiás, num processo de abertura de Campus Avançados no interior do Estado, com cursos de graduação, criações de fundações municipais articuladas a grupos empresariais, criando IES privadas sob proteção do poder público municipal. Dourado (1997) ao analisar o período afirmava:

> Quanto ao ensino superior, algumas alterações são sinalizadas na década de 1980, com destaque para a expansão e a criação de universidades e escolas isoladas pelo poder público estadual e a implantação de fundações de ensino superior pelos municípios. (DOURADO, 1997, p. 65)

Os dados coletados a partir dos quadros apresentados no trabalho de Baldino (1991) e Dourado (1997) mostram que no referido governo, foram criadas 25 novas IES no interior do Estado, sendo (14) catorze municipais, (9) nove estaduais e (2) duas IES nas cidades de Catalão e Jataí, a partir de convênio da Prefeitura com a Universidade Federal de Goiás.

A expansão do Ensino Superior ocorreu a partir da implementação de escolas estaduais e, especialmente, de "iniciativas públicas de caráter privado, legitimados sob a denominação jurídica de fundações públicas municipais de ensino superior" (DOURADO, 1997, p. 67), dotadas de patrimônio e garantia do poder público municipal de subvenções para a manutenção da IES.

Surgia uma nova modalidade expansionista entendida como a privatização do público[223], em que o privado se serve do público, numa relação contraditória, pois ao mesmo tempo em que consentem com a redução do Estado, fazem uso de seus recursos quando "o município é chamado a assumir o ônus do financiamento e se ausentar do acompanhamento, da administração e da fiscalização das atividades" (DOURADO, 1997, p. 108). Abaixo, apresenta-se um quadro das IES existentes em Goiás, na década de 1980, a saber:

Tabela nº 36: IES Existentes na Década de 1980 no Estado de Goiás

INSTITUIÇÃO	NATUREZA	MUNICÍPIO
Universidade Católica de Goiás	Privada	Goiânia
Universidade Federal de Goiás	Pública	Goiânia
Faculdade de Filosofia Cora Coralina	Estadual	Goiás
Faculdade de Educação, Ciências e Letras.	Estadual	Porongatu
Faculdade de Educação, Ciências e Letras.	Estadual	Goianésia
Faculdade de Educação, Ciências e Letras.	Estadual	Itapuranga
Faculdade de Educação, Ciências e Letras.	Estadual	Iporá
Faculdade de Educação, Ciências e Letras "Ilmosa Saad Fayad"	Estadual	Formosa
Faculdade de Educação, Ciências e Letras.	Estadual	Morrinhos
Faculdade de Educação, Ciências e Letras.	Estadual	Quirinópolis
Escola Superior de Educação Física	Estadual	Goiânia
Faculdade de Ciências Humanas.	Municipal	Anicuns
[224]Faculdades Integradas do Planalto Central	Municipal	Luziânia
Faculdade de Administração	Municipal	Mineiros
Faculdade de Pedagogia	Municipal	Mineiros
Faculdade de Filosofia	Municipal	Rio Verde
Escola Superior de Ciências Humanas	Municipal	Rio Verde
Escola Superior de Ciências Agrárias	Municipal	Rio Verde
[225]Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Municipal	Goiatuba
[226]Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.	Municipal	Itumbiara

[223] Foi na década de 1980 que se inicia a reestruturação do Estado brasileiro a partir, dos princípios emanados pela política neoliberal de diminuição do Estado nas políticas sociais, através da privatização do patrimônio público, desregulação da Economia, ênfase no poder do mercado como instância reguladora, etc, trabalhado no primeiro capítulo do presente estudo e que com certeza, repercute nas orientações dos governos estaduais e municipais, que se viram obrigados a assumirem papéis que antes eram privativos do poder público federal.

[224] Dependência Administrativa Municipal, administradas pela iniciativa privada (privatização do público). Importante registrar que a privatização do público se dá, também, na medida em que o município é chamado a assumir o ônus do financiamento e se ausentar do acompanhamento, da administração e da fiscalização das atividades (Ver: DOURADO, 1997, p. 108).

[225] Dependência Administrativa Municipal, administradas pela iniciativa privada (privatização do público).

[226] Dependência Administrativa Municipal, administradas pela iniciativa privada (privatização do público).

[227]Faculdade de Ciências Agrárias	Municipal	Itumbiara
[228]Faculdade de Administração	Municipal	Itumbiara
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do São Patrício.	Privada	Ceres
Faculdade de Odontologia "João Prudente"	Privada	Anápolis
Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão"	Privada	Anápolis
Faculdade de Direito	Privada	Anápolis
Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas	Privada	Goiânia
Sociedade Objetivo de Ensino Superior	Privada	Goiânia
[229]Centro de Ensino Superior	Privada	Jataí
[230]Centro de Ensino Superior	Privada	Catalão

Fonte: Dados trabalhados pela autora a partir dos trabalhos de Dourado (1997, p.80) e Baldino (1991, p. 144-148).

Vale ressaltar que, em relação ao curso de Administração, objeto de estudo, tem-se o registro de apenas cinco (5) cursos criados, na década de 1980: Fundação de Ensino Superior de Rio Verde – FESURV, Centro Superior de Catalão – CESUC, Centro de Ensino Superior de Jataí – CESUT, na Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior de Mineiros – FAFIMES e na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba – FAFICH, caracterizando o movimento de interiorização do Ensino Superior em Goiás, registrado na década de 1980, conforme tabela abaixo:

Tabela nº 37: Cursos de Administração criados nos anos de 1970-1980

Instituição	Ano de Autorização e Reconhecimento
Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS – antiga Faculdade Anhanguera.	Decreto Federal 71.832 de 09/02/1973 Parecer n° 229/1973 CFE Reconhecimento: Decreto Federal 80.180 de 17/08/1977 Parecer n° 1843/1977 CFE
Fundação de Ensino Superior de Rio Verde - FESURV – RIO VERDE	Decreto Federal 89550 de 11/04//1984 Parecer n° 38/1983 e 551/1983 CEE/GO Reconhecimento: Portaria MEC 1579 de 09/11/1993 - Parecer n° 463/1999 CFE
Centro de Ensino Superior de Catalão – CESUC - CATALÃO	Decreto Federal 91311 de 05/06/1985 Parecer n° 22/1985 CEE/GO Reconh: Portaria MEC 1111 de 16/07/1992
Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis – FACEA.	Decreto Federal 91.261 de 22/05/1985 Reconhecimento: Portaria MEC 26 de 08/01/1992
Centro de Ensino Superior de Jataí – CESUT – JATAÍ	Decreto Federal 91083 de 12/03/1985 Parecer n° 411/1984 Reconh: Portaria MEC 07 de 21/05/1991 Parecer n° 983/1990 CFE de 07/12/1990

[227] Dependência Administrativa Municipal, administradas pela iniciativa privada (privatização do público).
[228] Dependência Administrativa Municipal, administradas pela iniciativa privada (privatização do público).
[229] Privada tendo como mantenedora de direito, Fundações municipais de Ensino Superior.
[230] Privada tendo como mantenedora de direito, Fundações municipais de Ensino Superior.

Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior de Mineiros – FAFIMES – MINEIROS	Lei Municipal 278/86 de 03/11/1986 Reconhecimento: Portaria MEC 1472 de 12/08/1991
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba – FAFICH – GOIATUBA	Decreto 96776 de 27/09/1988 Reconh: Portaria 786 de 04/07/1997

Fonte: MEC/INEP, disponível em Censo da Educação Superior -1980. http://www.educacaosuperior.inep.gov.br

Dourado (1997) trabalha esse período e sintetiza, o movimento da educação superior em Goiás, quando afirmava que:

> É possível depreender que, em Goiás, a década de 1980, foi palco de expressiva expansão do Ensino Superior destacando, nesse contexto, a implementação da interiorização de Instituições Isoladas de Ensino Superior em todo o Estado. Articulado ao discurso de desenvolvimento regional, apregoou-se a necessidade de expansão do ensino superior a partir de iniciativas voltadas para a interiorização de cursos, criação de faculdades e outra modalidades direta ou indiretamente vinculadas no poder público estadual ou municipal. (DOURADO, 1997, p. 81)

O governo Henrique Santillo (1987-1991) não representou um período de ações voltadas ao Ensino Superior, foi um período de contenção da expansão, com foco para a interiorização, visando a acompanhar e a favorecer o desenvolvimento regionalizado. No entanto, a opção pela interiorização já havia sido prioridade do governo anterior de Íris Rezende Machado (1983-1987).

Fato significativo, no período do governo Henrique Santillo, refere-se ao Decreto Estadual n° 3355/90, quando o governo instituiu a Fundação Universidade Estadual de Anápolis - UNIANA.

Pode-se observar que a expansão do ensino superior ocorre, no Estado na década de 1980, com abertura de autarquias estaduais, instituições isoladas privadas, com predomínio para as faculdades municipais, conforme tabela a seguir:

Tabela nº 38: Expansão do Ensino Superior em Goiás: de 1979 ao final da Década de 1980

INSTITUIÇÕES	ANO DE 1979	DÉCADA DE 1980	TOTAL DE IES NO FINAL DA DÉCADA DE 80
Universidades	2	1	3
Autarquias Estaduais	-	9	9
Faculdades Municipais	-	11	11
Instituições Isoladas	-	9	9
Total Geral	**2**	**30**	**32**

Fonte: Expansão do Ensino Superior em Goiás: 1979-1980, de acordo com Dourado (2001, p. 66).

A expansão do ensino superior amparado pela necessidade de desenvolvimento regional, discurso bem articulado do governo do Estado, sinaliza preocupações quanto à

manutenção, à consolidação e à qualidade dos cursos oferecidos, bem como as reais possibilidades de recursos financeiros para manutenção das mesmas e até, as reais possibilidades financeiras dos jovens de permanecerem nas referidas IES privadas. Essa questão foi, com certeza, sendo agravada no decorrer da década de 1990.

Entre o final da década de 1980 até o ano de 1996, manteve-se o número de 32 IES no Estado de Goiás. A continuidade do presente estudo, sobre a década de 1990, irá sinalizar que, após a promulgação da Lei nº 9.394/96, o Brasil e, conseqüentemente, o Estado de Goiás inseriram-se na política de expansão do ensino superior. É o que iremos discutir, uma vez que nossa hipótese reside na relação do desenvolvimento econômico e na expansão do Ensino Superior. Observa-se que as IES foram criadas nos municípios com maior potencial de crescimento econômico, ou seja, Anápolis, Catalão, Mineiros, Jataí, Goiatuba e Rio Verde.

3.3. A Década de 1990: Expansão Privatizada do Ensino em Goiás[231]

O Estado de Goiás vem, nas últimas décadas, experimentando um processo constante de crescimento e de desenvolvimento, a partir da década de 1960, tendo como marco o governo Mauro Borges, no olhar de historiadores e economistas. Tem-se a confirmação de que os índices de desenvolvimento e de crescimento econômico do Estado têm se realizado permanentemente e, "tem sido estável, inclusive em períodos de crises verificadas na economia brasileira" (TANNÚS JR., 2004). O mesmo autor afirmava que:

> Recentemente, com a crise dos anos 90 e as conseqüentes mudanças na política nacional, as políticas regionais e setoriais sofreram transformações profundas, exigindo mudanças nas estratégias da política públicas até então implementadas. É um período de intensa reestruturação da participação do poder público na condução do processo de desenvolvimento do Estado de Goiás. (Disponível em: www.seplan.go.gov.br/sepin/pub. Acesso em 23 de janeiro de 2007)

Do ponto de vista educacional, no decorrer da década de 1990[232], Goiás experimentou um incremento de novos cursos e a abertura de novas vagas nas IES que já existiam, tanto na capital quanto no interior. Outro registro deve-se à continuidade da expansão das instituições isoladas privadas, com fins lucrativos, tendo em vista os estímulos

[231] Todos os dados sobre as IES foram pesquisados através do site: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br e os *sites* específicos de cada uma das instituições. Consultar "Relação de Programas e/ou Cursos de Graduação oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior no Brasil – Cursos da Área de Gerenciamento e Administração do Estado de Goiás" – MEC/INEP (www.inep.gov.br). Acesso no período de setembro/2006 á março/2007.
[232] Para aprofundamento consultar: GOMES (2002).

recebidos da LDB 9.394/96 e do Decreto 2.306/97, que normatizaram a natureza e a organização das IES, conforme já foi trabalhado no capítulo anterior.

O movimento de expansão, de privatização e de interiorização do Ensino Superior que ocorreu em todo o país, inicia-se, em Goiás, na década de 1990, com a criação da Faculdade de Educação, Ciências e letras de Quirinópolis (Decreto n° 98.957 de 15/02/90), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Morrinhos (Decreto n° 98.956 de 15/02/90), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga (Decreto n° 98.955 de 15/02/90), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iporá (Decreto n° 98.558 de 15/02/90), Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Goianésia (sem ato de autorização) implantadas pelo Poder Público Estadual.

Pelo Poder Público Municipal foram implantadas no início dos anos 1990, os cursos de Administração (Decreto n° 99.025 de 5/3/90) e de Pedagogia (Decreto n° 99.010 de 02/03/90) na Fundação de Ensino Superior de Itumbiara e, ainda, a Fundação Educacional de Luziânia também com os cursos de Administração (Decreto n° 99.140 de 12/03/90) e Pedagogia (Decreto n° 99.132 de 12/03/90). Através da iniciativa particular, foi implantado em Anápolis, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Parecer n° 482/90 de 10/05/90).[233]

Em 1991, Íris Resende (1991-1994) assumiu, pela segunda vez, o governo do Estado. Aumentaram, nesse período, os setores da indústria e a implantação dos distritos industriais, nos municípios. O trabalho disponibilizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE (2003)[234]:

> Nos anos 90, a maior expansão do emprego formal, segundo os setores de atividade, em Goiás, ocorreu na agropecuária, com crescimento de 472,81 % (...) *No setor de serviços, os maiores crescimentos, nos anos 90, ocorreram no ensino, que teve expansão de 532,11, muito provavelmente, devido a abertura de escolas particulares em todos os níveis educacionais.* (p. 24) *Grifos nossos*.

Os dados apresentam uma relação orgânica do desenvolvimento do Estado e a expansão e interiorização do ensino superior para alimentar esse desenvolvimento com pessoal qualificado para atender a esse novo cenário. Observa-se que, só no primeiro ano, foram autorizadas (8) oito IES, todas no interior do Estado.

---

[233] Dados obtidos do DEMEC-GO. Conselho Estadual de Educação. Superintendência de Ensino de 3° Grau.

[234] Consultar trabalho completo "Perfil do Mercado de Trabalho na Década de 90 em Goiás" – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE. Goiânia, janeiro, 2003. Disponível em: http://www.dieese.org.br/esp/merformal_goias.pdf. Acesso em 15 de dezembro, 2006.

Este crescimento permaneceu, na segunda metade da década de 1990, para atender ao desenvolvimento sócio-econômico que promove o aumento populacional e, conseqüentemente, ampliando a demanda para o ensino superior. Somado a isso, as grandes transformações ocorridas em nível nacional, abertura de mercado, reforma do Estado, orientações neoliberais, receituários dos organismos multilaterais, colocam novas exigências, impelidas, ainda, pelo avanço da ciência e do desenvolvimento tecnológico. A educação superior passa a ser uma das maiores necessidades nesta nova realidade.

Assim, a expansão dos cursos de Administração, ocorre numa relação dinâmica com o desenvolvimento do Estado, via interiorização, uma vez que, são criadas IES nas cidades de Anicuns, Luziânia, Itumbiara, Rubiataba, Jussara, Caldas Novas e Piracanjuba, faculdades isoladas privadas, localizadas no interior do Estado.

Registra-se, em Goiânia, o curso de Administração da Universidade Salgado de Oliveira autorizado pelo MEC em 29 de dezembro de 1995, Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo em 22 de dezembro de 1997, Faculdade Cambury em 06 de agosto de 1998 e a Faculdade Padrão em 24 de dezembro do mesmo ano. Castro (2004) relata que:

> A década de 90 trouxe para o município uma nova realidade de ensino superior privado mediante um processo expansionista das IES com fins lucrativos, decorrente das novas políticas educacionais que orientaram *a reconfiguração do ensino superior privado, nos moldes empresarias, atraindo investimento de empresários locais e de outros estados.* (CASTRO, 2004, p. 90) *Grifos nossos.*[235]

A tabela abaixo apresenta todas as IES criadas na década de 1990, tendo como prioridade a instalação do curso de Administração, a saber:

Tabela nº 39: Cursos de Administração Criados em Goiás na Década de 1990

Instituição	Ano de Autorização e Reconhecimento
1990	
Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC – LUZIÂNIA – transformada em Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste - UNIDESC	Decreto Federal 99.139 de 12/03/1990 Parecer n° 270/1988 CEE/GO Reconhecimento: Portaria MEC 197 de 19/02/1997 Parecer n° 37/1997 CES/CNE Renovação: Portaria MEC 3.738 de 16/11/2004 Parecer n° 0560/2004 SESu
.Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara – ILES – ITUMBIARA	Decreto Federal 99.025 de 05/03/1990 Reconhecimento: Portaria MEC 1.001 de 01/10/1996 Parecer n° 64/1996 Renovação Portaria SESu 404 de 25/07/2006

[235] Universo e Objetivo são do Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente. Faculdade Cambury e Faculdade Padrão são de empresários goianos.

1995	
Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO – GOIÂNIA	Resolução CONSUN/UNIVERSO 16 de 29/12/1995
1997	
Instituto Unificado de Ensino Superior – OBJETIVO – GOIÂNIA	Portaria MEC 2236 de 19/12/1997 Parecer n° 773/1997 CES/CNE
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER – RUBIATABA	Portaria MEC 820 de 09/07/1997 Parecer n° 354/1997 CES/CNE
Universidade Católica de Goiás - Administração com Habilitação em Turismo	Autorização em 18/09/1997 Reconhecimento: Portaria MEC 1.124 de 30/04/2004
1998	
Faculdade Cambury	Portaria MEC 853 de 05/08/1998 - Parecer n° 477/1998 CES/CNE Reconhecimento: Portaria MEC 1.482 de 13/06/2003 – Parecer n° 0328/2003 SESu
Faculdade de Jussara – UNIFAJ – JUSSARA	Portaria MEC 88 de 12/02/1998 Parecer n° 10/1998 CES/CNE Reconhecimento: Portaria MEC 1.907 de 16/07/2003 Parecer n° 0080/2003 SESu
Faculdade PADRÃO – GOIÂNIA	Portaria MEC 1549 de 23/12/1998 Parecer n° 751/1998 CES/CNE
*Universidade Católica de Goiás - Administração com Habilitação em Agronegócios	Autorização em 17/09/1998 Reconhecimento: Portaria MEC 1.817 de 21/06/2004
1999	
Faculdade de Piracanjuba _ PIRACANJUBA	Portaria MEC No. 1667 de 29/11/1999 Reconhecimento: Portaria nº 1.621, de 03.06.2004
Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS – CALADAS NOVAS	Portaria MEC 1431 de 01/09/1999 Parecer n° 843/1999 CES/CNE
Universidade Estadual de Goiás – UEG - ANÁPOLIS.	Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999.

Fonte: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br.

Em 1999, assume o governo do Estado de Goiás, Marconi Perillo, priorizando uma estratégia de crescimento, definido por regras incluídas em um plano de governo que tinha como diretrizes, o aumento da competitividade do Estado, a melhoria da qualidade de vida da população, e um desenvolvimento harmônico e equilibrado.

Foi elaborado o primeiro PPA – Plano Plurianual – da história do Governo de Goiás, chamado "PPA 2000/2003 Goiás Século XXI" e, posteriormente, o segundo, "PPA 2004/2007 Goiás Século XXI – Avançar Mais".

Como já explorado no primeiro capítulo, o movimento do Ensino Superior, no Brasil, na década de 1990, foi orquestrado com a adoção de uma política educacional privatista, mercadológica e de afastamento do Estado nas ações de financiamento desse nível de ensino. Neto (2003, p. 54) afirmava que "entre 1990 e 1994, o ensino superior privado teve

suas matrículas diminuídas; no período 1995-2001, no governo FHC, o seu crescimento foi de 97,47%, enquanto o ensino superior público aumentou em 34,08%".

No entanto, é preciso analisar que em Goiás, num primeiro momento, o governo Marconi Perillo parece caminhar na contramão do governo FHC, em confronto com a lógica privatista nacional, sobretudo com a criação da Universidade Estadual de Goiás, criada em 1999. Porém, o Programa Bolsa Universitária prevê o atendimento aos interesses privados, uma vez que se transferem recursos públicos para IES privadas, através da concessão das bolsas de estudo para alunos carentes. Castro (2004) relata:

> De acordo com os dados oficiais, havia em Goiás no ano de 2000, 35 IES, sendo 26 privadas representando 74,29 % do total (...) De 2000 para 2002, verifica-se um aumento de 21 IES privadas que vem representar um percentual de expansão de grande relevância (60%), e, sobretudo, por se dar num curto espaço de tempo. (CASTRO, 2004, p. 81)

Os dados mostram que, em Goiás, ocorreu uma expansão privatizada do Ensino Superior, e a criação da Bolsa Universitária beneficia, sem dúvida, ao estudante carente bem como às IES privadas.

Em 2002, o governador foi reeleito no primeiro turno, permanecendo até 2006[236]. Apresenta o "Plano Plurianual 2004-2007/Goiás Século XXI / Avançar Mais", tendo, como uma das metas estratégicas, a área de Ciência, Tecnologia e Educação Superior[237]. Nesse momento, a Superintendência do Ensino Superior passa da Secretaria Estadual de Educação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Em 1999, merece destaque, na atuação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, a criação e expansão da Universidade Estadual de Goiás, através da Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999, que dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.

A Universidade Estadual de Anápolis foi transformada em Universidade Estadual de Goiás, com sede em Anápolis, e seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.112, de 27-9-99 e homologado pelo 5.130, de 11-9-99 e o Regimento Geral homologado pelo Despacho Governamental nº 976, de 29-12-2000, D. O de 24-1-2001.

As unidades administrativas da Universidade Estadual de Goiás, com sede em Anápolis, possuem as seguintes autarquias estaduais, a saber:

---

[236] Afastou-se para candidatar-se ao Senado e em seu lugar, assumiu o vice-governador Alcides Rodrigues, eleito governador em 2007.

[237] Disponível em: www.controleinterno.goias.gov.br/site/relatorios/gestao_governamental. Acesso em 20 de dezembro de 2006.

1. Escola Superior de Educação Física de Goiás – ESEFEGO;
2. Faculdade de Filosofia Cora Coralina;
3. Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis;
4. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Porangatu;
5. Faculdade Estadual Celso Inocêncio de Oliveira, de Pires do Rio;
6. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga;
7. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Santa Helena de Goiás;
8. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luiz de Montes Belos;
9. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Goianésia;
10. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis;
11. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iporá;
12. Faculdade de Educação, Ciências e Letras Ilmosa Saad Fayad, de Formosa;
13. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Morrinhos;
14. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Jussara;
15. Faculdade de Zootecnia e Enfermagem de Inhumas;
16. Faculdade Estadual Rio das Pedras, de Itaberaí;
17. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Uruaçu;
18. Faculdade de Ciências Agrárias do Vale do São Patrício;
19. Faculdade Estadual de Ciências Agrárias de Ipameri;
20. Faculdade de Educação, Agronomia e Veterinária de São Miguel do Araguaia;
21. Faculdade Estadual de Direito de Itapaci;
22. Faculdade Estadual de Ciências Humanas e Exatas de Jaraguá;
23. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Posse;
24. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Crixás;
25. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Luziânia;
26. Faculdade Dom Alano Maria Du Noday;
27. Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Letras de Silvânia;
28. Faculdade Estadual de Agronomia e Zootecnia de Sanclerlândia;

Fonte: www.ueg.edu.br.

Importante registrar, numa retrospectiva histórica, que o embrião, da atual Universidade Estadual de Goiás encontra-se no governo Mauro Borges, no começo dos anos sessenta, quando foram criadas a Escola Superior de Educação Física de Goiás – ESEFEGO e a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis – FACEA.

No começo dos anos de 1990, o governador Henrique Santillo transformou a FACEA em UNIANA e, em 1999, o governador Marconi Perillo, no seu primeiro mandato, criou a Universidade Estadual de Goiás[238].

Vale registrar que os cursos de Administração criados pela UEG foram o de Administração com Habilitação em Turismo, na cidade de Caldas Novas e, Administração com Habilitação em Agronegócios, em Santa Helena de Goiás, no ano 2000.

[238] Consultar: Estatuto da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Disponível no site: http://www.ueg.br/estatutofuegVII.htm. Acesso em 15 de janeiro de 2007.

Em pesquisa realizada nos dados da SEPLAN, observa-se a evolução do Ensino Superior em Goiás, no período de 1996-2001, com manutenção do número de IES públicas e, a "explosão" na expansão do ensino privado, a partir de 1999, com tendência ao crescimento cada vez maior, chegando 2003 com 49 IES, conforme as tabelas abaixo:

Tabela nº 40: Estado de Goiás: Instituições de Ensino Superior – 1996-2001

ANO	IES PÚBLICAS	IES PRIVADAS	TOTAL
1996	26	10	36
1997	26	9	35
1998	26	12	38
1999	21	21	42
2000	9	26	35
2001	10	37	47

Fonte: Ministério da Educação.
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerencia de Estatísticas Socioeconômicas – 2003.

Muitas ações foram desencadeadas, no Brasil e em Goiás, para favorecerem essa expansão privatizada e, uma das ações do governo de Goiás, consideradas hoje, de maior relevância para o Ensino Superior, refere-se ao Programa Bolsa Universitária[239], criado através do Decreto nº 5.536, de 21 de janeiro de 2002[240], que regulamentou a Lei nº 13.918, de 03 de outubro de 2001. O referido Decreto, em seu artigo 1°, explicita objetivo e finalidade do programa, a saber:

> O Programa Bolsa Universitária, de caráter educacional e social, tem por objetivo conceder bolsas de estudos a alunos assíduos e regularmente matriculados, no Estado de Goiás, *em instituições de ensino superior de natureza privada ou integrantes do sistema estadual de educação superior,* com funcionamento autorizado pelo órgão competente, sem recursos financeiros próprios ou de familiares, para o custeio de seus estudos, e visa, principalmente: possibilitar aos *estudantes de classes sociais menos abastadas o acesso ao Ensino Superior*; ajudar na formação de profissionais que possam *colaborar para o pleno desenvolvimento do Estado de Goiás;* incentivar jovens e adultos a continuarem ou retornarem aos seus estudos; *reduzir o elevado índice de evasão nas Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás;* ampliar o número de profissionais com formação superior, valorizando e melhorando o nível tanto de vida quanto do mercado de trabalho em Goiás. (OVG, *Site* institucional, Acesso em 04 de fevereiro de 2007) *Grifos nossos*.

O programa é administrado pela Organização das Voluntárias de Goiás - OVG[241] e atende a estudantes que não têm condições de manter os seus estudos em instituições particulares, que residam em Goiás. Para participar do Programa, o universitário deverá se inscrever, apresentar documento que prove sua carência sócio-econômica que,

[239] Neto (2003).
[240] Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/2002/decreto_5.536.htm. Acesso em 22 de dezembro de 2006.
[241] Consultar: http://www.ovg.org.br/prog_bolsa.php. Acesso em 04 de fevereiro de 2007.

posteriormente, será analisado por uma equipe de seleção e triagem. Se atendidos todos os requisitos estabelecidos, será concedida a Bolsa Universitária, de acordo com os recursos existentes, por um semestre letivo, precisando ser renovada a cada semestre. Neto (2003) analisava que:

> O modelo do PBU/Goiás materializa o discurso hegemônico que recomenda a transferência da gestão das políticas públicas a entidades "públicas não-estatais" sob o pretexto de possibilitar maior participação da sociedade civil e maior eficiência na administração, sem prejudicar o completo controle pela sociedade política. Com a gestão do PBU/Goiás pela OVG, o governo de Goiás consegue compatibilizar uma política social, que não deveria possuir mero caráter assistencialista, com todas as "utilidades" eleitorais do assistencialismo, caracterizando-se pela inconstância e pela individualização. (NETO, 2003, p. 87)

O aluno beneficiário do Programa, em contrapartida, prestará serviços em entidades e instituições governamentais ou não governamentais definidos pela coordenação, com carga horária de 8 a 20 horas semanais, compatíveis com seus afazeres escolares, de trabalho e de acordo com a natureza de sua área de formação. Poderá, ainda, trabalhar em projetos de pesquisas, de acordo com orientações do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

O valor da bolsa poderá variar em até 80% (oitenta) do valor da mensalidade, observando-se o limite máximo de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) e para receber o benefício, o aluno deve cumprir as seguintes exigências: estarem matriculados em instituições privadas de ensino superior; residir no Estado de Goiás; comprovar baixa renda; não receber auxílio de outra fonte e não possuir curso superior completo.

No balancete do governo estadual apresentado à Assembléia Legislativa em 17 de fevereiro de 2005, os dados eram de que "na Bolsa Universitária, os números são orgulho da OVG: 45.239 beneficiados, em 208 municípios, com gastos de R$ 131,7 milhões" (http://www.assembleia.go.gov.br) Acesso em 06 de fevereiro de 2007.

Atribui-se, ao Programa Bolsa Universitária, o benefício que possibilitou a expansão do Ensino Superior em Goiás. O atual Presidente da Associação dos Mantenedores das Instituições Particulares de Goiás – AMESG, Prof. Msc. Jorge de Jesus Bernardo[242], quando questionado sobre o processo de expansão do ensino superior em Goiás, afirmava que, como ponto positivo, vê "a interiorização desse nível de ensino e, ainda, o incentivo aos alunos carentes, através do benefício da Bolsa Universitária".

O trabalho de Neto (2003), revelava que:

> Os dados coletados sobre o PBU/Goiás, os quais, inclusive quanto a sua criação,

[242] Questionário respondido para a pesquisadora em 15 de fevereiro de 2007.

> apontam que, em dezembro de 2002, se encontravam inscritos no programa 15.712 alunos, com um gasto mensal de R$ 3.177.441,32 (três milhões, cento e setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos). (NETO, 2003, p. 17)

Os dados apontam que um total de "62,8 mil estudantes de baixa renda já concluíram os estudos com a ajuda da Bolsa Universitária" e cinqüenta e oito (58) IES particulares, têm convênio, atualmente, com o programa. Quanto aos recursos, o governo informa que "o investimento mensal do Tesouro Estadual é de cerca de R$ 5 milhões, sendo que mais de R$ 190 milhões já foram aplicados nos quase oito anos de existência do programa" (Disponível em: http://www.goias.go.gov.br. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2007).

No capítulo segundo, buscou-se avaliar a inter-relação da expansão do ensino superior de Administração no Brasil e as políticas neoliberais orquestradas pelo governo FHC comprovando a influência e interferência dos organismos multilaterais na Reforma do Estado, na Reforma Educacional em que se desenhou a LDB n° 9.394/96 e o Decreto n° 2.306/97 que encaminham as orientações quanto à privatização, à diversificação, à diferenciação, à mercantilização e à interiorização da educação superior, no Brasil.

Em Goiás, não foi diferente. Neto (2003), em análise a esse movimento dizia que:

> A concessão de bolsas, ao lado das imunidades fiscais, é típica forma de privatização do estado e de articulação entre o setor governamental e o setor privatista, além, de materializar a focalização das políticas sociais, conforme pretensão neoliberal, ao destinar a prestação de serviços e de recursos a grupos específicos, mitigando a responsabilidade de garantir a oferta de serviços a toda população: ao invés de uma escola pública e gratuita como direito de todos, concedem-se bolsas a partir de seleções com cortes de natureza individual. *Essa prática encontra-se muito a gosto do Estado mínimo: financia-se a demanda, mas não se subsidia a escola pública*. (NETO, 2003, p. 60) *Grifos nossos.*

O mesmo autor apresenta uma tabela, para compreensão do espaço político, social e econômico que o PBU/Goiás conseguiu alcançar desde sua implantação, até 2003, conforme dados da própria OVG, a saber:

Tabela n.º 41: Número de IES conveniadas que recebem a Bolsa Universitária e os valores pagos pelo Governo do Estado de Goiás.

ANO	IES CONVENIADAS	BOLSAS	VALORES PAGOS
1999	20	2.305	464.932,92
2000	20	4.497	986.297,21
2001	29	12.636	2.892.990,92

2002	34	15.712	3.177.441,32
2003	42	24.409	4.900.000,00

Fonte: OVG apud NETO (2003, p. 121).

Ater ao entendimento do Programa Bolsa Universitária, como projeto implantado no governo Marconi Perillo, foi importante para compreender sua influência na expansão do Ensino Superior em Goiás e, a cristalização da política neoliberal no Estado, marcada pela privatização do público, pelo assistencialismo, pela mercantilização e pela privatização. Neto (2003), nas considerações finais de seu trabalho, lembrava que:

> Na verdade, faz-se necessário, no mínimo, como alternativa mitigadora dos efeitos da privatização do ensino superiores advindos do modelo de auxílio adotado, uma reavaliação do PBU/Goiás, com o fim de possibilitar o controle e acompanhamento das ações do Estado, da OVG, nos limites de sua atuação, dos bolsistas, das instituições formadores e dos órgãos e entidades receptoras para a contrapartida. Em síntese, que o PBU/Goiás, de fato, caracterize-se como uma efetiva política educacional. (NETO, 2003, p. 131)

Retomando o tema da expansão dos cursos de Administração: na primeira metade da década de 1990, foram criados, apenas, dois (2) cursos de Administração, em Luziânia e em Itumbiara, dando continuidade ao processo de interiorização da educação superior em Goiás. Na segunda metade da década de 1990, foram criados oito (8) novos cursos, sendo quatro (4) no interior, nas cidades de Rubiataba, Jussara, Piracanjuba, Caldas Novas e quatro (4) em Goiânia: a Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, Instituto Unificado de Ensino Superior – OBJETIVO, Faculdade Cambury e a Faculdade Padrão. Todas as IES criadas são instituições privadas, tanto em Goiânia quanto no interior do Estado.

Outra relevante questão, que passa a incorporar o processo de discussão, diante do quadro de expansão do Ensino Superior refere-se, à questão da qualidade. Nas últimas quatro décadas, de acordo com o estudo realizado, houve um expressivo crescimento do ensino superior de Administração: no final da década de 1960, existiam cinqüenta (50) cursos de Administração no Brasil e, em 2006, o registro era de 3.989 cursos. Sobre o assunto, avalia o Prof. Irineu Gomes, Diretor do Departamento de Administração da Universidade Católica de Goiás; “virou uma feira livre, esse estudo no Brasil”.

A tendência continuará sendo o aumento da procura por oportunidades de educação superior, uma vez que, no Brasil, apenas 11% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, estão dentro das IES, devido a vários fatores que pressionaram as transformações da sociedade brasileira, do mundo do trabalho, do desenvolvimento tecnológico, etc. Assim, esse aumento quantitativo precisa vir acompanhado do aperfeiçoamento qualitativo, e esse é o

grande desafio que hoje se apresenta às IES.

Analisar a expansão quantitativa é uma tarefa mais simples; porém avaliar a qualidade é uma tarefa mais complexa, e exige a definição do conceito de qualidade do Ensino Superior. Não resta dúvida que este é um grande desafio para os pesquisadores, estudiosos e gestores da educação superior.

O conceito de qualidade do ensino deverá estar vinculado ao objetivo da educação superior que é a formação do ser humano em sua plenitude (não apenas para o mercado de trabalho) e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa consciência definirá os parâmetros da educação com qualidade, pois o processo educativo só tem qualidade quando atinge aos objetivos propostos.

Este conceito, também, está expresso na LDB/96. Em seu artigo 43, orienta as IES para trabalharem na perspectiva de estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. Várias tentativas foram desenvolvidas pelo MEC na perspectiva de avaliar a qualidade das IES, através dos alunos, das visitas *in locco*, da criação de comissões de avaliação interna, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, etc.

Atualmente o sistema de avaliação das IES é realizado através da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Fundamenta-se nas idéias de integração e de participação, buscando ter uma visão mais ampla das várias dimensões que devem ser consideradas na avaliação de uma IES.

Para analisar os resultados de Goiás, serão utilizados os resultados do Exame Nacional de Cursos – ENC - Provão[243], implantado no governo Fernando Henrique Cardoso, sob a gestão de Paulo Renato no MEC, que avaliou os cursos de Administração, no ano de 2003, em Goiás, a saber:

Quadro n.º 42: Cursos de Administração avaliados em Goiás e conceitos recebidos no ano de 2000 – 2003 – PROVÃO

INSTITUIÇÃO	ANO	CONCEITO	ALUNOS

[243]A - notas acima de um desvio-padrão da média geral;
B - notas entre 0,5 (inclusive) e um desvio-padrão, acima da média geral;
C - notas entre 0,5 desvio-padrão acima e 0,5 desvio-padrão abaixo da média geral;
D - notas entre 0,5 (inclusive) e um desvio-padrão, abaixo da média geral;
E - notas abaixo de um desvio padrão (inclusive) da média geral.

			PARTICIPANTES
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba	2000 2001 2002 2003	D D E E	61 85 67 130
Universidade Católica de Goiás – Goiânia	2000 2001 2002 2003	C C C D	281 216 455 555
Universidade Estadual de Goiás – Anápolis	2000 2001 2002 2003	B A B A	32 32 38 29
Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo – Goiânia	2001 2002 2003	C C E	45 73 101
Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC – Luziânia	2001 2002 2003	E E C	27 86 68
Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas – Goiânia	2000 2001 2002 2003	C C C D	86 100 143 141
Centro de Ensino Superior de Catalão	2000 2001 2002 2003	C D E C	50 57 62 47
Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS	2003	D	38
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba	2002 2003	D E	43
Faculdade de Jussara – UNIFAJ	2001 2002 2003	E E E	36 43 47
Faculdade de Piracanjuba – FAP	2003	E	38
Centro de Ensino Superior de Jataí – CESUT	2000 2001 2002 2003	D D E C	43 36 33 45
Faculdade Padrão – Goiânia	2003	E	48

Fonte: MEC/INEP: www.resultadossenc.inep.gov.br/conceito. Dados trabalhados pela autora a partir dos dados divulgados. Não se encontrou a avaliação das outras IES.

Com esses dados, pode-se aferir que a média de avaliação dos cursos de Administração, em Goiás, classificam-se entre os conceitos C e D, o que provoca um questionamento e uma reflexão sobre a qualidade da formação do Administrador. Observa-se que apenas a UEG obteve conceitos A e B, de todas as IES relacionadas.

Posteriormente, com a Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004[244], instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Criado com a finalidade de melhoria da qualidade da educação superior e a orientação da expansão da sua oferta, dentre outras.

Em seu art. 5° informa que a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE que aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O dirigente da IES terá a atribuição de realizar a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

Na tabela a seguir, apresenta-se os resultados das avaliações dos cursos de Administração em Goiás, no período de 2004 a 2006, com predominância dos conceitos 2 e 3, com exceção para o curso de Administração com conceito 5 e conceito 1 para os cursos de Administração da UNIFAJ, FMB e FAP, respectivamente nas cidades de Jussara, São Luiz dos Montes Belos e Piracanjuba.

Quadro n.º 43: Cursos de Administração avaliados em Goiás e conceitos recebidos no ano de 2006 – SINAES – ENADE

INSTITUIÇÃO	CONCEITO
Centro Universitário de Anápolis	2
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba	2
Faculdade do Instituto Brasil – Anápolis	2
Faculdade Latino Americana – Anápolis	2
Universidade Católica de Goiás – Goiânia	3
Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns	2
Universidade Estadual de Goiás – Anápolis	5
Universidade Estadual de Goiás – Caldas Novas	3

[244] Consultar site: http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/Legislacao/LEI_n10861_14_4_04_SINAES.doc. Acesso em 5 de Junho de 2007.

Universidade Estadual de Goiás – Santa Helena	4
Faculdade Alfredo Nasser	2
Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP –	2
Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo – Goiânia	3
Centro de Ensino Superior de Catalão	3
Faculdade Cambury de Formosa	3
Faculdade ALFA – Goiânia	3
Faculdade Ávila – Goiânia	2
Faculdade Lions – FACLIONS – Goiânia	2
Faculdade de São Luiz de Montes Belos – FMB	1
Faculdade JK – Valparaíso de Goiás	3
Centro Universitário - Anhanguera de Ciências Humanas –	3
Centro de Ensino Superior de Catalão	3
Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS	3
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba	2
Faculdade de Jussara – UNIFAJ	1
Faculdade de Piracanjuba – FAP	1
Centro de Ensino Superior de Jataí – CESUT	2
Faculdade Padrão – Goiânia	2
Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	3
Universidade Paulista – UNIP	3
Faculdade Santa Rita de Cássia – Itumbiara	2
Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara -	2
Faculdade Integradas de Mineiros	3
Faculdade Almeida Rodrigues – FAR – Rio Verde	2
Instituto de Ensino Superior de Rio Verde – IESRIVER	2
Universidade de Rio Verde	2
Centro de Ensino Superior de Jataí	2
Faculdade de Rubiataba –FACER	2

Fonte: MEC/INEP: http://enade.inep.gov.br. Acesso em 10 de junho de 2007. Dados trabalhados pela autora.

3.3.1. Caracterização das IES que oferecem o Curso de Administração: 1995-1999

A definição do universo pesquisado centrou-se nas IES isoladas privadas, com fins lucrativos que oferecem o curso de graduação em Administração, em Goiás, sendo oito (8) criadas no período de 1995-1999, sendo todas privadas, quatro (4) no interior e quatro (4) em Goiânia. Estas apresentam as suas distinções enquanto Instituições de Ensino Superior, (uma (1) universidade e sete (7) faculdades isoladas), porém, se aproximam por fazerem parte de uma lógica mercadológica que move a existência de cada uma delas, frente ao mercado de disputa em que se encontram inseridas.

Foi encaminhado, aos coordenadores dos cursos de Administração um questionário (apêndice n° I) por *e-mail*, e através da Associação dos Mantenedores de Ensino Superior em Goiás - AMESG e só obtivemos resposta dos coordenadores dos cursos de

Administração da Faculdade de Jussara, da Faculdade Betel de Goiânésia e da Faculdade Suldamérica de Aparecida de Goiânia.

Na impossibilidade de coletar dados, junto aos coordenadores dos cursos, buscou-se através da mesma Associação, o preenchimento do questionário (apêndice n° II), com os Mantenedores e obtivemos resposta da Faculdade de Rubiataba, da Faculdade Padrão e da Escola Superior de Goiânia – ESUP.

Diante dessa realidade, optou-se por trabalhar com as IES que responderam ao questionário e as restantes, apresentar os dados disponibilizados em seus *sites* institucionais.

No primeiro momento, a IES será apresentada a partir de uma pesquisa realizada no próprio *site* da instituição, contextualizando sua criação e a inserção do curso de Administração, na sua história, intercalando com a voz de seus coordenadores e mantenedores.

3.3.1.1. Faculdade de Rubiataba[245]

A Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER é uma entidade privada, localizada na cidade de Rubiataba – GO, autorizada pela Portaria do MEC n° 820 de 09/07/1997. A atual Presidente da mantenedora e Diretora da Faculdade, Profa. Zita Pires de Andrade[246], quando questionada sobre os motivos que a levaram a investir no ensino superior respondeu que "o caso da Facer é peculiar. Somos um grupo, inicialmente, organizado como cooperativa que criou a Faculdade para atender aos alunos da região com baixo poder aquisitivo". Hoje a FACER é uma IES privada.

A Diretora relata que a FACER iniciou suas atividades acadêmicas com o curso de Administração e de Filosofia. Sobre os fatores que determinaram iniciar com o Curso de Administração, afirma que foi "para atender à demanda regional e formar profissionais para atuarem, nesta área, no mercado regional". Registra que "ainda hoje, após nove (9) anos de funcionamento, há uma grande procura pelo curso".

O curso de Administração com Habilitação em Administração de Empresas e Administração Rural foram autorizados através da Portaria do MEC n° 820 de 09/07/1997, Parecer n° 354/1997 CES/CNE e reconhecido pela Portaria MEC 567 de 04 de março de 2002, Parecer n° 287/2002 SESu. Renovação Portaria MEC n° 2.940 de 24 de agosto de 2005.

---

[245] www.facer.edu.br . Informações obtidas através do *site*: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br Acesso em 02 de dezembro de 2006.

[246] Questionário respondido pela Diretora da FACER, Prof.a Zita Pires de Andrade, em 15 de fevereiro de 2007, em Assembléia realizada pela AMESG.

O curso de Administração com Habilitação em Sistemas de Informações Gerenciais foi autorizado pela Portaria MEC n° 917 de 17 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial da União em 21/05/2001, Parecer n° 447/2001 CES/CNE. Reconhecido pela Portaria MEC n° 2.940 de 24 de agosto de 2005. A FACER acompanha o movimento de expansão uma vez que se mobiliza para criar mais uma Habilitação em Administração, fenômeno característico da grande expansão detectada no período de 2000 a 2003.

Quando questionada sobre as vantagens da expansão do Ensino Superior em Goiás, a Diretora refere-se ao "aumento do acesso ao ensino superior e que a concorrência estimula a melhoria da qualidade de ensino". Como desvantagem da expansão a análise é da "proliferação de Faculdades que não atendem aos requisitos mínimos exigidos pelo MEC (qualidade) em relação a laboratórios, biblioteca, professores e espaço físico".

Sobre quais os fatores sociais, econômicos e políticos que influenciaram para a expansão do ensino superior em Goiás, sua resposta faz referência à "criação do Programa Bolsa Universitária, a abertura oportunizada pelo MEC que não consegue cumprir metas do Plano Nacional de Educação e ainda, a expansão da UEG", respectivamente.

Ao analisar o período do governo FHC e a expansão do Ensino Superior, a Diretora lembrava que "o Governo Fernando Henrique transfere, ao setor privado, o cumprimento da meta (ainda não alcançada), do Plano Nacional de Educação. Não tomando para si (governo), esta política social de sua responsabilidade, evidenciando o caráter neoliberal de seu governo".

Ao analisar o período do governo Marconi Perillo e a expansão do Ensino Superior, a Diretora reforçava que existe sim, uma relação, e diz que " o ex-governador é empreendedor e o Estado, seguindo seu ritmo, possibilitou a expansão do ensino, pela expansão da Bolsa Universitária, da UEG e de outros instrumentos de incentivos".

Diante da afirmação de que o curso de Administração, com suas várias habilitações, foi o que mais se expandiu no Brasil e em Goiás, a Diretora da FACER, relaciona os seguintes motivos:

> As estatísticas mostram-nos que no curso de Administração concentra o maior número de alunos no ensino superior brasileiro; as empresas de uma maneira geral, abrem-se para o profissional de Administração que se mostram necessários, úteis; os profissionais têm demonstrado conhecimentos especializados com resultados positivos e empreendedorismo. (Prof.a Zita Andrade, em entrevista)

3.3.1.2. Faculdade de Jussara – UNIFAJ.

A Faculdade de Jussara – UniFAJ é uma instituição de ensino superior, de caráter particular, que começou suas atividades acadêmicas no primeiro semestre de 1998, com o curso de Administração com habilitação em Administração Rural. Em entrevista, o Prof. Osmar Oliveira, coordenador do curso de Administração, explica a criação do curso com um discurso muito próximo dos textos institucionais:

> A Faculdade de Jussara foi criada em 1997, pela professora Regina Maria Lopes (*in memória)*. O curso de Administração da Faculdade de Jussara tem como objetivo primordial a capacitação de profissionais em Administração, visando a atender às novas exigências do mercado de trabalho. Para alcançar esse objetivo, o curso proporciona oportunidades de formação qualificada, voltada para os novos campos de trabalho, identificadas com as mais atuais técnicas de gestão. (Prof. Osmar Oliveira, em entrevista)

Atualmente, conta com três cursos: Administração com habilitação em Administração Rural e Administração de Empresas e Ciências Contábeis, e com processo no MEC, para autorização do curso de Direito. Quanto ao projeto político pedagógico do curso de Administração, o professor informava:

> O Projeto Pedagógico do Curso de Administração da Faculdade de Jussara com linhas de formação específica em Administração de Empresas e Agronegócios, está pautado em novos paradigmas, numa visão multireferencial, baseado no crescimento pessoal e profissional constante. (Prof. Osmar Oliveira, em entrevista)

Os documentos apontam, ainda, que a meta da UNIFAJ é formar profissionais qualificados e cidadãos completos, e, sua Missão é atuar no segmento da educação com excelência e ética, promovendo a formação de cidadãos empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O coordenador informou que a IES não desenvolve, no momento, nenhuma atividade de pesquisa. No entanto, a UniFAJ, em parceria com a Universidade Católica de Goiás (UCG), oferece programas de Pós-graduação *lato sensu*.

O currículo do curso de Administração com Habilitação em Administração de Empresas e Administração Rural atende as exigências das Diretrizes Curriculares do Conselho Federal de Administração.

O curso de Administração com Habilitação em Administração Rural foi autorizado a funcionar por meio da Portaria MEC n° 88, de 12 de fevereiro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 16 de fevereiro de 1998 e foi reconhecido pela Portaria MEC n° 1907, de 17 de julho de 2003, "para atender a demanda da região", com 130 vagas (Prof. Osmar Oliveira, em entrevista).

Tabela n° 43: Faculdade de Jussara - UNIFAJ: vagas de vestibular, alunos inscritos, aprovados e matriculados em Administração Rural – 1998 -2005

ANO	Nº VAGAS	INSCRITOS	APROVADOS	TOTAL MATRIC.
1998	130	122	92	82
1999	130	54	54	51
2000	130	89	88	83
2001	130	156	151	131
2002	130	185	133	131
2003	130	115	102	91
2004	130	43	35	23
2005	130	29	22	19

Veicula em seus documentos que o curso visa a formar e a preparar o profissional de nível superior, de modo que possa, quando concluído o curso, atuar na própria região, aproveitando-se as potencialidades rurais não somente da localidade, bem como de todo país, que necessitam de profissionais competentes que possam ser gestores de agronegócios.

O curso de Administração com Habilitação em Administração de Empresas foi autorizado a funcionar por meio da Portaria MEC n° 2.262, de 18 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2001.

O coordenador relata que o Curso de Administração de Empresas da UNIFAJ tem como objetivos "preparar o profissional com sólida formação geral; proporcionar conhecimentos para que o profissional possa buscar soluções ágeis e eficientes para o sucesso da performance empresarial; desenvolver uma formação no sentido não só de habilitar o profissional no desempenho das funções de Administrador, mas, também, prepará-lo para intervir no processo social como agente de transformação". O Prof. Osmar apresentou as seguinte tabela:

Tabela n° 44: Faculdade de Jussara - UNIFAJ: vagas de vestibular, alunos inscritos, aprovados e matriculados em Administraçãode Empresas - 2002/2006

ANO	Nº VAGAS	INSCRITOS	APROVADOS	TOTAL MATRIC.
2002	100	244	125	100
2003	100	188	144	100
2004	100	162	129	86
2005	100	123	76	76
2006	100	116	92	84

Observa-se a diminuição significativa do número de alunos, especialmente, em Administração Rural. Vale ressaltar, para análise, que a UEG instalou, em 2005, o curso de Administração com Habilitação em Agronegócios, na cidade de Sanclerlândia, próxima à

cidade de Jussara (em torno de 100km). Observa-se que o mesmo fenômeno, não ocorreu com o curso de Administração de Empresas.

A UNIFAJ possui, no ano de 2006, vinte e um (21) docentes sendo seis (6) com mestrado (29%), quinze (15) especialistas (71%), todos celetistas, com um (1) professor em regime de trabalho integral, oito (8) no regime de trabalho parcial e doze (12) horistas. No entanto, o quadro de docentes é formado por profissionais da área, ou seja, com aderência à disciplina, principalmente, nas disciplinas profissionalizantes.

Existe um esforço, segundo avaliação do coordenador, para o oferecimento e incremento das atividades de extensão, quando a "instituição oferece cursos de Português e Matemática para os alunos, principalmente, aos ingressantes, e, ainda, alguns projetos que estão em andamento como Educação Ambiental".

Quando questionado sobre as dificuldades que o curso de Administração enfrenta para a realização de seus projetos, o coordenador relata que:

> As dificuldades em manter uma Faculdade isolada, prestando um ensino de qualidade e, estando longe dos grandes centros, e com uma certa escassez de profissionais aptos a exercerem e com disposição de participarem do processo de ensino/aprendizagem. As maiores dificuldades encontradas na reposição de alunos estão ligadas, principalmente, à falta de oportunidade no mercado do trabalho. Com isso, poucos têm capacidade financeira para poderem estudar. (Prof. Osmar Oliveira, em entrevista)

A taxa de evasão é de 40% e, tem como principal motivo à "falta de capacidade financeira do alunado", segundo informações do coordenador do curso.

3.3.1.3. Faculdade Padrão[247]

Instituição de ensino superior privada. Foi criada através da Portaria MEC n° 1.459 de 23 de dezembro de 1998, iniciando suas atividades acadêmcias com o curso de Administração Hoteleira, autorizado, através da mesma portaria, em 01 de maro de 1999.

Em 2001, foi autorizado o funcionamento das habilitações em Administração de Empresas, Comércio Exterior, Administração Pública, Administração Rural, Marketing, Análise de Sistemas e Gestão Turística do curso de Administraçã. (Portaria Nº 1.585/2001).

Vale ressaltar a impressionante concessão do MEC em autorizar essa multiplicidade de habilitações para uma IES recém-criada (1998) e as reais condições da

[247] Informações disponíveis no site: www.faculdadepadrao.com.br. Questionário respondido pelo Diretor João Rodrigues por ocasião da Assembléia realizada na Associação das Mantenedoras de Ensino Superior em Goiás – AMESG, em 15 de fevereiro de 2007.

mesma, em coordenar esses cursos, tendo em vista a quantidade de IES que já ofereciam este curso em Goiânia. Importante registrar que no *site* só consta a informação sobre o curso de Administração e não faz referência às habilitações.

A Faculdade Padrão foi autorizada para ministrar cursos de graduação, bem como cursos de extensão, especialização, atualização, aperfeiçoamento e Pós-graduação, compreendendo programas de Mestrado e Doutorado.

A Faculdade Padrão veicula, em seus documentos, que: "é para a localidade um Centro Educacional, Cultural e de Promoção Social, de forma democrática e participativa*"*. E que seu ensino é dirigido para os reais interesses da sociedade, colaborando na criação de condições para o desenvolvimento regional, conectando-se com a expressão sócio-econômica e cultural de Goiás e do Brasil.

Informa ainda, que o curso de Administração tem, como objetivo formar o profissional Administrador para atuar na micro, pequena e média Empresa (Pública e Privada) dotado de capacidade empreendedora, capacidade analítica para elaborar diagnósticos e propor mudanças, visão sistêmica e que conduza, dentro da ética, as empresas a atender as necessidades da sociedade.

Em resposta ao questionário, o Sr. João Rodrigues, da Mantenedora da Faculdade Padrão, alegava que os motivos que o levaram a investir no ensino superior, em Goiás foram "já fazer parte do setor educacional e a carência nos cursos de Administração Hoteleira". Este curso foi o primeiro ofertado, pela instituição.

Ao ser questionado, como vê o processo de expansão do Ensino Superior em Goiás, relacionou como pontos positivos: "democratização de oportunidades e maior opção para os estudantes". Como ponto negativo: a questão da qualidade, uma vez que, em sua avaliação "a qualidade tende a cair".

Sobre os fatores econômicos e políticos que influenciaram a expansão do Ensino Superior em Goiás, o Diretor João Rodrigues, relata que, do ponto de vista econômico, existe um "número de pessoas sem curso superior, e a necessidade e possibilidades de melhoria no poder aquisitivo" com a aquisição de um diploma de nível superior. Do ponto de vista político, a "abertura do setor pelo governo federal", mostrando assim, a influência do governo FHC no processo expansionista do ensino superior, afirmando que "existe total relação, pois foi essa política que permitiu o crescimento e a expansão do setor".

Em relação ao governo Marconi Perillo em Goiás, o Diretor salienta a importância da Bolsa Universitária e reforça que "as Bolsas da OVG foram fundamentais para esse

crescimento. Deveriam ser mantidas, expandidas e pontualmente pagas". Isso revela a dependência das IES privadas em relação aos subsídios do governo.

No que se refere à expansão das habilitações em Administração, o mesmo afirma que os motivos que provocaram esse movimento é a "carência de mão-de-obra" e o fato de que "Administração é um curso generalista".

A Faculdade Padrão apresenta-se como "a maior faculdade na área de Administração da Região Centro-Oeste" conforme publicado no *site* da instituição ,

3.3.1.4. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO[248]

A Universidade Salgado de Oliveira — UNIVERSO é originária de São Gonçalo, município do Estado do Rio de Janeiro, quando em 1976, implantou os primeiros cursos superiores, com a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Gonçalo.

Com base em seu Plano de Expansão e em seu Estatuto, a UNIVERSO abriu, a partir de 1996, *o campi* de Goiânia, lançando os cursos de Administração com habilitação em Comércio Exterior e Administração com habilitação em Administração de Empresas.

Informa, em seus documentos, que o curso de *Administração com Habilitação em Comércio Exterior* pretende formar profissionais possuidores de uma nova visão quanto à elaboração de políticas empresariais, trazendo-os para o mundo globalizado e que o mercado de trabalho deste profissional, é capacitá-lo para gerenciar, empresariar e organizar programas de comércio exterior. Empresas de consultoria ou multinacionais são as opções de mercado.

Divulga, ainda, que o curso de *Administração com Habilitação em Administração de Empresas* pretende organizar e gerenciar empresas privadas e órgãos públicos, traçando estratégias e táticas de negócios, com atitude empreendedora. O administrador atua como responsável pelo planejamento de empresas públicas e privadas, nos mais diversos setores, como: hospitalar, financeiro, de serviço, industrial etc.

Ressalta que a Administração é "uma das poucas profissões que não é afetada pela crise econômica pois, quanto maior a crise, mais os empresários precisam de pessoas capacitadas para a organização de seus negócios".

3.3.1.5. Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo – IUESO[249]

[248] Informações obtidas no *site*: http://www.universo.edu.br
[249] Informações obtidas através do *site*: www.unilist.com.br/iueso/ensino/graduacao.

A Sociedade Objetivo de Ensino Superior – SOES, pessoa jurídica de direito privado, é uma entidade mantenedora sem fins lucrativos que fez seu ingresso na educação superior em 1988. Sua mantida, o Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo – IUESO, estabelecimento isolado de ensino superior, credenciada pela Portaria Ministerial n. º 1.326, publicada no D.O.U. de 22/04/2005, oferece programas de graduação em diferentes áreas de conhecimento.

Oferece dentre seus cursos, os cursos de *Administração com habilitação em Análise de Sistemas* ***e*** *Administração com habilitação em Comércio Exterior*, autorizada, respectivamente, pelas Portarias n. º 1.316, publicada no D.O.U. de 06/09/1999 e n. º 1.191, publicada no D.O.U. 03/08/1999, e reconhecidos pela Portaria n. º 3.152, publicada no D.O.U. de 06/10/2004; *Administração de Empresas*, autorizado pela Portaria n. º 2.236, publicada no D.O.U. de 22/12/1997 e reconhecido pela Portaria n. º 3.031, publicada no D.O.U. de 28/10/2003.[250]

O documento pesquisado e disponibilizado pela Faculdade Objetivo - Goiânia revela que: por meio de uma proposta acadêmica moderna, vêm expandindo suas atividades em seus *campi*, visando à preparação de recursos humanos altamente qualificados demandados pela política de desenvolvimento nacional. E ainda, promove a formação atualizada dos alunos e sua capacitação para uma sociedade em mudança, por meio de um ensino de qualidade, tecnologicamente avançado e dirigido para o futuro, nas áreas das ciências humanas, sociais, exatas e da saúde. Sua finalidade maior é promover o desenvolvimento do potencial dos alunos, estabelecendo condições que possibilitem uma inserção ativa no mercado de trabalho e, a solução criativa de problemas que a sociedade propõe.

3.3.1.6. Faculdade Cambury[251]

O Instituto Cambury iniciou suas atividades em Goiânia, concentrando suas atividades nas áreas de consultoria, pós-graduação, pesquisa e projetos, em 1994. A criação da Faculdade Cambury ocorreu em 1998, quando realizou seu primeiro vestibular para o curso de Administração.

A pesquisa desenvolvida por Castro (2004, p. 103) revela que "em 1999, foram autorizados novos cursos, o de *Administração com habilitação em Marketing*, em

[250] A informação sobre a IES no *site* restringe-se as disciplinas que são oferecidas na grade curricular para o curso de Administração.
[251] Informações disponíveis no *site*: http://www.cambury.br

Administração Financeira e em *Comércio Exterior*". Isso significa, que a FC entrou no processo de expansão dos cursos de Administração através das habilitações, fenômeno que será trabalhado na próxima parte do presente capítulo.

Castro (2004) informava que:

> A expansão da Faculdade Cambury veio se dando gradativamente até 2002, assentada no seu projeto político-pedagógico. Houve uma expansão considerável de cursos entre os Segundo semestre de 1998 e de 2002. No que se refere ao número de cursos, a FC teve um crescimento na unidade de Goiânia de 200%. Quanto ao número de vagas, o crescimento da IES foi de 460 %. (CASTRO, 2004, p. 118)

Em 2001, o MEC autoriza o funcionamento da Faculdade Cambury de Formosa/GO, sendo realizado, em 2002, o primeiro vestibular oferecendo o curso de Administração Geral e Turismo. Mais uma vez, o curso de Administração aparece como "carro chefe" da expansão do ensino superior em Goiás. É o único curso de Administração da FC, hoje (2007), realizado na cidade de Formosa. Castro (2004) relata que:

> Em 2001, foi criada uma outra unidade, consolidando o programa de expansão e de interiorização da instituição, situada no município de Formosa – GO, escolhido porque, além de possuir um grande potencial turístico, é considerado, por sua posição estratégica, o portal de entrada do Nordeste goiano. Inicialmente foram oferecidos os cursos de Administração Geral e Turismo. (CASTRO, 2004, p. 103)

Em 2003, a FC passou a dedicar-se aos cursos superiores de tecnologia através de sua Unidade Tecnológica em Goiânia, oferecendo vagas para os cursos superiores de tecnologia em Gestão de Serviços Executivos, Hotelaria, Gestão de Recursos Humanos, Gastronomia, todos autorizados pelo MEC.

Em seu *site* a FC coloca-se como "moderno modelo de Ensino pautado para a formação de profissionais completos, preparados para o mercado, pautando-se pela seriedade e pelo compromisso com uma educação de qualidade, contando com um corpo docente formado por doutores, mestres e especialistas".

Revela ainda, em seus documentos que tem como visão formar profissionais com habilidades para análises, interpretação e reflexão sobre problemas e oportunidades, com visão de mercado e gestão, preparados para atuarem como alavancadores de novos negócios e/ou empreendimentos ou nas mais variadas atividades que as organizações publicas ou privadas necessitam.

O conceito de educação de qualidade, de acordo com os documentos produzidos pela FC, está fundamentado no equilíbrio entre: formação humana; formação para o mercado

e gestão; e formação profissional, aplicada através de metodologias de vanguarda educacional e tecnológica. Na análise de quem estudou a FC, vejamos:

> Em seu PPP original, a organização afirma que seu principal compromisso é a formação crítica do aluno. No entanto, suas atuais diretrizes expressas no PDI (2002), e que vêm sendo postas em prática, distanciam-se muito desses princípios. A formação crítica do aluno é incompatível com a concepção de aluno como cliente (...) para a Diretoria da FC, o coordenador do curso é "um gestor de uma unidade de negócios". (CASTRO, 2004, p. 112-113)

Atualmente, a Faculdade Cambury oferece o Curso de Administração, em nível de Bacharelado, apenas no campus de Formosa/GO.

3.3.1.7. Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS[252]

A UNICALDAS - Faculdade de Caldas Novas foi fundada em 1998, como um estabelecimento isolado de Ensino Superior. Ministra atualmente os cursos de graduação em *Administração de Empresas,* Pedagogia, Secretariado Executivo, Turismo, Sistemas de Informação, Ciências Contábeis, Geografia, Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental, *Administração de Agronegócios*, *Administração Hoteleira* e Direito.

Em seus documentos expressa como finalidade da IES participar do *processo de desenvolvimento nacional*, como agente formador de recursos humanos e tem como objetivos a educação integral do cidadão, consciente da necessidade de continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, às novas condições de ocupação e aperfeiçoamento, pela preservação e *difusão dos valores culturais e das conquistas científicas em harmonia com as exigências espirituais do homem . (grifos nossos)*

Seus documentos apontam que em seus objetivos pretende: formar profissionais e especialistas no nível superior, incluindo formação ética, desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, comprometidos com sua inserção no processo de desenvolvimento político-cultural e sócio-econômico do país e, em particular do Município e da Região. Pretende desenvolver esforços para realização de pesquisas e o estímulo às atividades criadoras; extensão do ensino e da pesquisa à comunidade.

Para atingir estes objetivos a UNICALDAS apresenta, em seu *site* institucional que tem como prioridades, diante de sua filosofia de ação, o ensino mediante a transmissão e a produção do conhecimento, o resgate da cidadania, a geração e transferência de tecnologia através da pesquisa, extensão e prestação de serviços especiais.

[252] Disponível no site: http://www.unicaldas.edu.br. Acesso em 27 de novembro de 2006.

O Curso de Administração da Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS – está autorizado pelo Ministério da Educação através da Portaria Ministerial Nº 1.431 de 01/10/1999, publicada no Diário Oficial no dia 04 de outubro de 1999 e reconhecido através da Portaria Ministerial Nº 2.265 de 30/06/2005, publicada no Diário Oficial no dia 01 de julho de 2005. Divulga que esse curso forma o administrador de empresas apto a planejar, organizar e controlar o funcionamento de qualquer tipo de empresa pública ou privada, em seus diferentes departamentos, além de orientar e controlar as atividades da organização, conforme os planos estabelecidos e a política adotada.

Observa-se que no todo, o discurso segue as orientações do Conselho Federal de Administração em suas linhas gerais e no *site* da IES, o chamamento aos alunos, está estruturado da seguinte forma:

> O comportamento ético, comprometimento, determinação e persistência, liderança, iniciativa, criatividade, poder de convencimento e coesão, capacidade de resistência a pressões, atitude e até intuição são características essenciais ao Administrador. Isto é realmente a essência de todo ser humano, não acha? Portanto, tope este desafio... (UNICALDAS, *site* institucional, 2006)

O curso de Administração com Habilitação em Agronegócios e Administração Hoteleira foi autorizado pela Portaria n° 2. 190, de 8 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União n° 154, de 12/08/2003. Não consta no *site* da IES nenhuma informação a respeito das propostas acadêmicas desses dois cursos. O Curso de Administração em Agronegócios teve sua última avaliação externa, pelo MEC, em 2004, quando o curso foi reconhecido com conceito B (Bom), através da Portaria nº 1.621, de 03.06.04, publicada no Diário Oficial da União de 07.06.04.

3.3.1.8. Faculdade de Piracanjuba – FAP[253]

A Faculdade de Piracanjuba - FAP é uma instituição isolada de Ensino Superior, de caráter particular, autorizada pela Portaria MEC No. 1667 de 29/11/1999. Teve seu reconhecimento através da Portaria nº 1.621, de 03.06.2004. Iniciou suas atividades acadêmicas em fevereiro de 2000, com o curso de *Administração, nas habilitações de Administração de Empresas e Administração Rural* e, é mantida pelo Centro de Ensino Superior de Piracanjuba Ltda.

[253] Os dados coletados sobre a Faculdade de Piracanjuba estão disponíveis no *site*: http://www.fapgoias.com.br. Pesquisa realizada em setembro de 2006.

Em seus documentos informa que a missão da instituição é "oferecer um ensino superior de qualidade de modo a satisfazer as necessidades do cliente/aluno, formando profissionais qualificados, e influenciar, direta ou indiretamente, no desenvolvimento sócio-econômico-cultural da região"

A situação legal do curso de Administração da FAP teve sua autorização em 2000, com posterior reconhecimento pela Portaria n° 1. 621, de 03 de junho de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 07.06.04.

O Curso de Administração de Empresas da FAP teve sua última avaliação externa, pelo MEC, em 2004, quando o curso foi reconhecido com conceito B (Bom), através da Portaria nº 1.621, de 03.06.04, publicada no Diário Oficial da União de 07.06.04. O Curso tem como objetivos formar profissionais da administração *qualificados para enfrentar o mercado de trabalho*, através da participação em projetos práticos, atividades de extensão, estágio, visita a empresas, palestras e seminários, atuação em empresa júnior, etc.

Informa que a FAP oferece condições para que os jovens locais possam cursar um curso superior sem que tenham de mudar o domicílio, contribuindo, desta forma, para a interiorização do ensino superior, propiciando à região a mão-de-obra qualificada necessária para alavancar o seu crescimento econômico.

Os seus documentos explicitam que o curso de Administração, com habilitação em Administração de Empresas deve formar profissionais que revelem, as seguintes competências e habilidades:

> Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer o processo da tomada de decisão; desenvolver expressão e comunicação nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais; desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais; ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional; desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável às contingências do mercado.

Informa que seu corpo docente é formado por vinte (20) professores sendo um (1) doutor, um (1) mestre, quinze (15) especialistas e três (3) graduados. Teve sua última avaliação externa, pelo MEC, em 2004, quando o curso foi reconhecido com conceito B (Bom), através da Portaria nº 1.621, de 03.06.04, publicada no Diário Oficial da União, de 07.06.04.

No que se refere aos objetivos do curso de *Administração com Habilitação em Agronegócios*, a FAP relaciona em um discurso bem estruturado, dentro das orientações previstas pelo CFA, que os objetivos são: formar profissionais altamente qualificados voltados para a concepção, gestão e desenvolvimento de atividades vinculadas à agroindústria e ao conjunto de atividades do chamado agronegócios.

Pretende ainda, formar profissionais:

> Capazes de construir conhecimentos relevantes para os processos da cadeia agroindustrial, gerando competências para qualificação da prática gerencial e para a tomada de decisão, contribuindo assim para a formação de profissionais e de pessoas capazes de organizar, dirigir, supervisionar e avaliar com qualidade e competência, as funções do processo administrativo de empresas ligadas ao agronegócios.

O Curso de Administração em Agronegócios da FAP foi reconhecido através da Portaria nº 1.621, de 03.06.04, publicada no Diário Oficial da União de 07.06.04 e, teve sua última avaliação externa, pelo MEC, em 2004, quando este foi reconhecido com conceito B (Bom).

3.4. O Movimento Expansionista do Ensino de Administração em Goiás e o Fenômeno das Habilitações: 2000 – 2006.

A década de 1990 chega ao fim, com balanço positivo na economia goiana, com seu processo de crescimento e desenvolvimento maior que a média nacional, com destaque para o avanço do setor industrial, da agropecuária e da atividade agrícola, com investimentos realizados aproveitando o potencial de cada região.

Ao fazer essa análise, apoderando de estudos realizados por economistas goianos[254], depoimentos de coordenadores e mantenedores das IES em Goiás, análise das regiões de maior crescimento e, criação de IES, pretende-se demonstrar que a expansão do ensino superior em Goiás está, diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico, uma vez que a maior expansão de IES, ocorreu em municípios localizados nas regiões de desenvolvimento acelerado.

Em pesquisa sobre o desenvolvimento econômico de Goiás, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN apresenta resultados do desempenho dos 15 principais municípios mais competitivos do Estado[255], a saber: *1º Anápolis; 2º Rio Verde; 3º Catalão; 4º Aparecida de Goiânia; 5º Senador Canedo; 6º*

[254] Freitas (2005), Paschoal (2005).
[255] http://www.seplan.go.gov.br/sepin/: Ranking dos Municípios Goianos - Tabelas de Resultados Parciais.

Itumbiara; 7º Luziânia; 8º Jataí; 9º Caldas Novas; 10º Mineiros; 11º Trindade; 12º Ipameri; 13º Niquelândia; 14º Morrinhos; 15º Quirinópolis. Todos os municípios grifados possuem mais de uma instituição de ensino superior. Tal fato confirma nossa hipótese de que à expansão do ensino superior está, diretamente, relacionada ao desenvolvimento econômico, quando começa a existir demanda para qualificação profissional por meio do ensino superior na perspectiva de atender à necessidade de pessoal capacitado para as empresas.

O que nos chama a atenção é o fato de que, em todas as cidades citadas acima, existe uma IES criada na década de 1990 até 2006. No resultado geral, é possível observar a formação de um grupo de municípios que se destacam, nitidamente, formado por Anápolis, Aparecida de Goiânia, Itumbiara, Rio Verde e Catalão. Todas estas cidades registram um crescimento significativo do ensino superior, na abertura de novas IES privadas.

A IES nascia embalada pelas políticas educacionais neoliberais, assumindo sua identidade de "negócio", privadas, norteadas por um processo de racionalização em sua forma de gestão, tendo como fim atender o mercado, buscar lucratividade e ser produtiva, numa relação em que o ensino é um "produto" que deve ser comercializado ao aluno considerado "cliente" e em nossa avaliação, o professor passa a ser um "vendedor". Castro (2004) reforça que:

> Dessa forma, tudo é convertido em mercadoria, avaliada por um sistema universal de equivalências, oferecidas no mercado como valor de troca. Esse valor de troca de mercadoria deve ser bem administrado para gerar lucro (...) Se a sociedade entende a educação como mercadoria equivalente à outra qualquer, é possível administrar uma IES segundo as mesmas normas e critérios que se administra uma *fábrica de sapatos*, por exemplo. (CASTRO, 2004, p. 101)

Foi esse movimento que se viu em Goiás, uma significativa expansão do ensino superior, de trinta e cinco (35) IES em 2000 para sessenta e três (63) em 2003, conforme os dados trabalhados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás - SEPLAN, a saber:

Tabela n.º 45: Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Número de Instituições, matrículas e docentes da educação superior – 2000

ESPECIFICAÇÃO	INSTITUIÇÃO	MATRÍCULAS	DOCENTES
Goiás	**35**	**72.769**	**5.231**
Centro-Oeste	134	225.004	15.927
Brasil	1.180	2.694.245	197.712

Fonte: MEC/INEP.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPLIN/ Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2002.[256]

[256] Revista Economia & Desenvolvimento – Conjuntura Socioeconômica de Goiás, Ano III, n° 9, outubro-novembro 2002.

Tabela n.º 46: Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Número de Instituições, matrículas e docentes da educação superior – 2003.

ESPECIFICAÇÃO	INSTITUIÇÃO	MATRÍCULAS	DOCENTES
Goiás	**63**	**137.724**	**8.051**
Centro-Oeste	210	368.906	23.557
Brasil	1.637	3.479.913	268.816

Fonte: MEC/INEP.
Elaboração: SEPLAN-GO/ SEPLIN/ Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2005.[257]

Como a expansão do ensino superior em Goiás se deu, a partir da criação de Faculdades Isoladas Privadas, buscou-se conhecer a avaliação do Presidente da Associação das Mantenedoras de Ensino Superior em Goiás, Prof. Msc. Jorge de Jesus Bernardo que vê como certa preocupação, essa expansão. Relata como pontos negativos "a falta de estrutura pedagógica nas IES e uma cultura educacional que não prioriza a educação"[258]. Complementa sua análise, quando questionado sobre os fatores que influenciaram para a expansão do ensino superior em Goiás, afirmando que:

> Como fator social, elejo a Bolsa Universitária como apoio ao aluno carente ter acesso e permanência nas instituições de ensino superior, como fator econômico faço referência ao desenvolvimento regional e como fator político, a política neoliberal adotada no país e em Goiás. (Prof. Jorge de Jesus Bernardo)

Afirma outrosim, que a relação entre a expansão do ensino superior e o governo Maconi Perillo está na "implementação da política neoliberal que se prima ao apoio da iniciativa privada para expansão desse nível de ensino", bem como a "expansão das habilitações em Administração como possibilidade de especialização por área de conhecimento". Não podemos esquecer, contudo, que houve neste período a expansão da Universidade Estadual de Goiás e a criação dos cursos de Administração na Universidade Federal de Goiás.

Importante discutir a expansão do ensino superior de Administração, a partir do fenômeno das habilitações, uma vez que além, do número de IES criadas, tendo como "carro chefe" o curso de Administração, as IES existentes criaram vários cursos, com habilitações em diversas áreas.

Esse fenômeno ocorreu em todo o país e, em Goiás, atendendo a uma "pseudo" crença de que as IES devem estar "conectadas" às necessidades do mercado de trabalho,

[257] Revista Economia & Desenvolvimento – Conjuntura Socioeconômica de Goiás, Ano VI, n° 18, Janeiro/Março de 2005.
[258] Questionário respondido para a pesquisadora, pelo Prof. Msc. Jorge de Jesus Bernardo, Presidente da Associação das Mantenedorase Ensino Superior de Goiás - AMESG, em 15 de fevereiro de 2007.

quando, na realidade, descaracterizam o curso de Administração; o curso com suas habilitações transformou-se em verdadeira "fábrica de venda de produtos diversificados".

A abertura, para a criação dos cursos de Administração e suas habilitações foi possibilitada a partir da Resolução n° 2, de 04 de outubro de 1993, quando o Conselho Federal de Administração – CFA e a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD, fixavam os mínimos de conteúdos e duração do curso de Graduação em Administração, conforme estabelecido em seus artigos, a saber:

> Art. 3º - Além da habilitação geral prescrita em lei, as instituições poderão criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos correspondentes às matérias fixadas nesta Resolução e em outras que venham a ser indicadas para serem trabalhadas no currículo pleno.
> Parágrafo Único - A habilitação geral constará do anverso do diploma e as habilitações específicas, não mais de duas de cada vez, serão designadas no verso, podendo assim o diplomado completar estudos para obtenção de novas habilitações.

Este currículo permitiu a criação das habilitações como forma de aprofundamento de estudos em uma determinada área da Administração. No entanto, na avaliação feita pelo atual presidente do Conselho Federal de Administração, o administrador Rui Otávio Bernardes, em entrevista, analisa:

> Acontece que as habilitações se tornaram em grande vilã, na formação do administrador ao privilegiar uma formação mais específica e não generalista, fragilizando o núcleo das disciplinas que compõem a formação do profissional do bacharel em Administração. Era comum ver o nome do curso divulgado somente com a habilitação, como por exemplo, curso de comércio exterior, marketing, entre outros. (Disponível em www.cfa.org.br)

Em 2005, os cursos de bacharelado em Administração não puderam mais apresentar uma área específica para habilitação. A proibição é resultado da Resolução n° 4, de 13 de Julho de 2005, do CNE (Conselho Nacional de Educação) de 2005, publicada no Diário Oficial da União[259], não sendo portanto, permitida a criação de cursos de Administração com habilitações., conforme texto abaixo:

> **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**
> **CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**
> **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005 (*).**
> Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

[259] CNE. Resolução CNE/CES 4/2005. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2005, Seção 1, p. 26 e 27.

> § 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

A decisão do CNE (Conselho Nacional de Educação), vinculado ao MEC (Ministério da Educação), tem o aval do CFA (Conselho Federal de Administração) e da Angrad (Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração).

Com a presente resolução, as instituições de ensino superior que oferecem cursos de Administração ficam impedidas de criar habilitações que enfoquem uma área específica. Elas têm um prazo de dois anos para se adaptarem às novas exigências, mas podem começar a aplicar a resolução aos alunos ingressantes, nos cursos ou aos demais estudantes já no segundo semestre deste ano ou, em 2006.

As instituições devem retirar da nomenclatura dos cursos a habilitação, que também não constará no diploma do bacharel. O curso de Administração terá uma formação geral de 4 anos ou o curso de Administração terá 2 anos de formação geral e 2 anos complementados com linhas de formação específica (Turismo, Agronegócios, Marketing, Finanças, etc).

Segundo levantamento do Conselho Federal de Administração, atualmente, há cerca de duzentas e cinquenta (250) nomenclaturas que indicam habilitações para os cursos de Administração. O órgão estima, também, que oitenta (80) mil dos seisentos e cinqüenta (650) mil estudantes de cursos de Administração em um mil e setecentas (1,7) instituições de ensino, públicas ou privadas estão matriculados em carreiras com habilitação.

Em Goiás, todas as instituições de ensino superior oferecem cursos de Administração com alguma habilitação. O curso de Administração mais antigo de Goiás, da Universidade Católica de Goiás, criou as Habilitações em Turismo e Agronegócios, no final da década de 1990, quando começa a "epidemia" das habilitações, provocada pela abertura da Resolução n° 2/1993. A UEG – Universidade Estadual de Goiás, criou em Anápolis sete (7) habilitações em Administração Comercial, Administração de Vendas, Administração Financeira, Administração Geral, Administração Humana, Administração Industrial e Administração Pública, conforme dados apresentados no Portal SiedSup, do INEP/MEC.

Esse movimento não se esgotou e, para cada curso de Administração criado, em uma nova IES, vinha acompanhado de mais uma ou duas habilitações, descaracterizando a ciência da Administração que é única em termos de campo de conhecimento. Interessante perceber este fenômeno, a partir dos dados apresentados na tabela a seguir, que evidencia os cursos criados pelas IES, de 2000 a 2006, com suas respectivas habilitações:

Tabela n° 47: Cursos de Administração e suas Habilitações criadas no período de 2000-2006

INSTITUIÇÃO	ADMINISTRAÇÃO E SUAS HABILITAÇÕES
*UEG – Universidade Estadual de Goiás - CALDAS NOVAS	Administração Hoteleira
*UEG - Universidade Estadual de Goiás – SANTA HELENA DE GOIÁS	Administração de Agronegócios
Faculdade Alves Faria – ALFA – GOIÂNIA	Administração de Empresa, Produção, Publica e Marketing.
*Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica – ANÁPOLIS –	Administração de Empresa, Recursos Humanos e Administração de Marketing.
Universidade Paulista – UNIP – GOIÂNIA	Administração de Empresas, Análise de Sistemas, Comércio Exterior e Marketing.
*Instituto de Ensino Superior de Rio Verde – IESRIVER – RIO VERDE	Administração de Empresas, Comércio Exterior, Marketing e Sistema de Informações Gerenciais.
Faculdade Ávila – GOIÂNIA	Administração em Análise de Sistemas, Gestão Ambiental, Gestão Econômica, Gestão em Telemarketing, Gestão Empresarial e Marketing.
*Faculdade do Instituto Brasil Central – FIBRA – ANÁPOLIS	Administração de Comércio Exterior e Marketing
Faculdade Sul Americana – FASAM – GOIÂNIA	Administração de Analise de Sistemas Administrativos, Marketing, Pública e Privada.
*Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP – APARECIDA DE GOIÂNIA	Administração de Marketing e Gestão de Sistema de Informação.
*Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER	Administração de empresas, Marketing e Turismo.
*Faculdade Almeida Rodrigues – FAR – RIO VERDE	Administração de Sistema de Informação e Agronegócios.
Faculdade Lions – FAC-LIONS –GOIÂNIA	Administração de Comércio Exterior e Empresas.
*Faculdade Montes Belos – FMB – SÃO LUIZ DOS MONTES BELOS	Administração de Empresas, Análise de Sistemas e Administração Rural.
*Faculdade Latina Americana – FLA – ANÁPOLIS	Administração de Empresas, Gestão Industrial e Marketing.
*Faculdade Integrada IESGO – FORMOSA	Administração em Marketing
*Faculdade Santa Rita de Cássia – UNIFASC	Administração de Agronegócios, Gestão de Negócios e Marketing.
*Faculdade Central de Cristalina – FACEC – CRISTALINA	Administração de Agronegócios
Faculdade Tamandaré – FAT – GOIÂNIA	Administração de Marketing e Vendas.
Faculdade Dinâmica – UNCAMPS – GOIÂNIA	Administração de Gestão de Negócios, Gestão de Sistema de Informação e Marketing.
*Faculdade de Iporá – IPORÁ	Administração de Empresas, Análise de Sistemas e Marketing.
Faculdade de Goiás – FAGO – GOIÂNIA	Administração Financeira, Comércio Exterior e Marketing.
*Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG – PIRES DO RIO E PIRACANJUBA	Administração de Empresas e Agronegócios.
*Faculdade de Quirinópolis – FAQUI -	Administração de Empresas, Comércio Exterior, Análise de Sistemas e Marketing.

*Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – FECHA – ANICUNS	Administração de Empresas, Agronegócios e Marketing.
*Faculdade Betel de Goianésia – FABEGO – GOIANÉSIA	Administração de Empresas e Agronegócios
*Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG – PIRES DO RIO	Administração de Empresas e Agronegócios.
Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – FABEC BRASIL – GOIÂNIA	Administração de Empresas, Marketing e Sistemas.
*Faculdade de Inhumas – FAC-MAIS	Administração de Empresas, Marketing, Agronegócios e Análise de Sistemas.
*Faculdade Serra da Mesa – FASEM - - URUAÇU	Administração Empresarial e de Negócios, Turismo e Hotelaria e Administração Gestão Ambiental.
*Universidade Estadual de Goiás – SANCLERLANDIA	Administração de Agronegócios

Fonte: MEC/INEP. http://www.educacaosuperior.inep.gov.br

Ao todo foram criados oitenta (80) cursos com habilitações, com predominância para Administração em Marketing dezenove (19), Administração de Empresas dezesseis (16) e Administração de Agronegócios nove (9), Administração em Análise de Sistema de Informações nove (9) e Administração de Comércio Exterior seis (6).

A Angrad justifica o fim das habilitações como uma forma de melhorar a qualidade do ensino e de evitar a descaracterização dos cursos. Segundo a associação, as habilitações servem apenas como *marketing* para atrair os alunos para os cursos. No entanto, o enfoque prometido pela habilitação quase sempre é superficial. Sem as habilitações, o enfoque de cada curso deverá constar apenas no projeto pedagógico. Quanto ao tema, o Prof. Irineu Gomes, Diretor do Departamento de Administração da Universidade Católica de Goiás, posiciona-se:

> Isso foi uma questão natural, médico é médico, engenheiro é engenheiro, administrador é administrador. Na medida em que se permitiu aí fora, vários nomes e sobrenomes, isso criou dois problemas sérios. Primeiro de gestão acadêmica, muda-se só o nome e criam-se algumas disciplinas só para efeito de mercado e depois, no final, você vai ter 3, 10, 20 Alunos em cada turma, em cada corrente dessas aí e isso aconteceu no Brasil inteiro. Uma pulverização enorme de nomes, quando o curso é um só – Administração. Agora, o MEC foi inteligente, ele criou condições para você criar linhas de formação, mais o núcleo principal é Administração. As habilitações são insustentáveis, do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista de um projeto que leve a uma formação sólida. Se você pulveriza demais, no final vai ficar no varejo. (Prof. Irineu Gomes, em entrevista)

Em nota oficial, o Conselho Federal de Administração afirma que "atraídos pela formação em Administração e desinformados sobre as limitações da atuação no mercado de trabalho, os estudantes matriculam-se em cursos que fogem cada vez mais do projeto

pedagógico da área de Administração e aproximam-se da especialidade". O órgão também apóia o fim das habilitações porque acredita que elas resultam "na formação de profissionais com qualificações diversas, respaldados pela área da Administração, mas que não podem se considerar administradores e nem obter a habilitação profissional necessária". A Associação Nacional de Graduação em Administração, divulgava em seu *site*:

> Descaracterizam os cursos e são usadas por muitas universidades apenas para atrair e ludibriar estudantes. A Associação estima que 80 mil dos 650 mil estudantes de administração do País estejam em carreiras voltadas para determinada habilitação. As universidades terão um prazo de dois anos para se adaptarem à determinação do CNE. (www.angrad.com.br. Acesso em 10de setembro de 2005)

Apresenta-se, no quadro a seguir, as IES que foram criadas no período de 2000-2006, mostrando, com dados concretos, o verdadeiro *boom* expansionista do período. Todas elas ofereciam o Curso de Administração e Administração com alguma habilitação, sendo as mais comuns na área de Turismo e Agronegócios, tendo em vista as características socioeconômicas do Estado de Goiás. Outras habilitações com maior nível de aceitação no mercado referem-se às áreas de Marketing e Recursos Humanos, muito atrelados aos modismos desse mesmo mercado.

Tabela n° 48: Cursos de Administração criados em Goiás no período de 2000 – 2006

INSTITUIÇÃO	ANO DE AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO
2000	
1. *Universidade Estadual de Goiás – CALDAS NOVAS	Decreto Estadual n° 5.181 de 13/03/2000
2. *Universidade Estadual de Goiás – SANTA HELENA DE GOIÁS	Decreto Estadual n° 5.181 de 13/03/2000 Reconhecimento: Portaria Estadual 408 de 29/03/2006
3. Faculdade Alves Faria – ALFA – GOIÂNIA	Portaria MEC No. 443 de 30/03/2000 - Parecer n° 274/2000 CES/CEN. Reconhecimento: Portaria MEC 446 de 04/02/2005 Parecer n° 342/2005 SESU
4. *Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica – ANÁPOLIS – criação do curso de Administração com habilitação em Empresa, Recursos Humanos e Marketing.	Portaria MEC 881 de 23/06/2000 - Parecer n° 527/2000 CES/CNE Reconhecimento: Portaria MEC 1.837 de 21/06/2004 – Parecer n° 873/2004/SESu
5.*Instituto Aphonsiano de Ensino Superior – IAESup - TRINDADE	Portaria MEC 24 de 06/01/2000 Parecer n° 1039/1999 CES/CNE de 10/11/1999 Reconhecimento: Portaria MEC 4.097 de 30/11/2005 Parecer n° 1.600/2005 SESu
6.Universidade Paulista – UNIP – GOIÂNIA	Resolução CONSUN/UNIP n° 10 de 21/01/2000 Reconhecimento Portaria MEC n° 482 de 30/03/1994
2001	
7.*Instituto de Ensino Superior de Rio Verde – IESRIVER – RIO VERDE	Portaria MEC 416 de 09/03/2001. Parecer n° 9/2001 CES/CNE. Reconhecimento: Portaria MEC 2.243 de

	27/06/2005. Parecer n° 1253/2005 SESu
8. Faculdade Ávila – GOIÂNIA	Portaria MEC 2.624 de 06/12/2001. Parecer n° 304/2001 SESu. Reconhecimento: Portaria SESu 323 de 04/07/2006
9. Faculdade Centro – Oeste – FCO – ANÁPOLIS	Portaria MEC 3050 de 26/12/2001 Parecer n° 626/2001 SESu
10. *Faculdade do Instituto Brasil Central – FIBRA – ANÁPOLIS,	Portaria MEC 1819 de 17/08/2001 Parecer n° 1186/2001 CES/CNE Reconhecimento: Portaria MEC 1.302 de 19/04/2005
11. Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Goiás –	Portaria MEC 1392 de 04/07/2001 Parecer n° 855/2001 CES/CNE
12. Faculdade Sul Americana – FASAM – GOIÂNIA	Portaria MEC 1868 de 22/08/2001 Parecer n° 1076/2001 CES/CNE
13.*Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP – APARECIDA DE GOIÂNIA	Portaria MEC 133 de 01/02/2001 Parecer n° 11/2001 CES/CNE
14. *Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER	Portaria MEC 917 de 17/05/2001 Parecer n° 447/2001 CES/CNE
2002	
15. *Faculdade Cambury de Formosa – FORMOSA	Portaria MEC 450 de 15/02/2002 Parecer n° 209/2002 SESu
16. *Faculdade JK – Administração de Valparaíso – VALPARAÍSO – GO	Portaria MEC 2.098 de 18/07/2002 Parecer n° 965/2002 SESu Reconhecimento: Portaria SESu 677 de 27/09/2006
17. *Faculdade Almeida Rodrigues – FAR – RIO VERDE	Portaria MEC 17 de 04/01/2002 Parecer n° 691/2001 SESu
18. Faculdade Lions – FAC-LIONS – GOIÂNIA	Portaria MEC 4047 de 30/12/2002. Parecer n° 1865/2002 DEPES/SESu. Portaria MEC 1884 de 22/08/2001. Parecer n° 1104/2001 CES/CNE. Reconhecimento: Portaria MEC 993 de 08/05/2006.
19. *Faculdade Montes Belos – FMB – SÃO LUIZ DOS MONTES BELOS	Portaria MEC 3.130 de 08/11/2002. Parecer n° 1.394/2002 SESu. Reconhecimento: Portaria SESu n° 1.087 de 14/12/2006
20. *Faculdade Alfredo Nasser – EANES – APARECIDA DE GOIÂNIA	Portaria MEC 627 de 06/03/2002 Parecer n° 315/2002 SESu Reconhecimento: Portaria MEC 4.125 de 30/11/2005
21. *Faculdade Latino Americana – FLA – ANÁPOLIS	Portaria MEC 3050 de 26/12/2001 Parecer n° 626/2001 SESu Reconhecimento: Portaria MEC 750 de 06/10/2006.
22. *Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG – PIRES DO RIO	Portaria MEC 2.219 de 31/07/2002
2003	
23. *Faculdade Integrada IESGO – FORMOSA	Portaria MEC 3.772 de 12/12/2003 Parecer n° 1349/2003 SESu
24. *Faculdade Santa Rita de Cássia – UNIFASC – ITUMBIARA	Portaria MEC 2.966 de 22/10/2003 Parecer n° 932/2003 SESu
2004	
25. Escola Superior Associada de Goiânia – ESUP – GOIÂNIA	Portaria MEC 2.384 de 11/08/2004 Parecer n° 1.146/2004 SESu
26. *Faculdade Central de Cristalina – FACEC – CRISTALINA	Portaria MEC 2.791 de 06/09/2004 Parecer n° 1.383/2004 SESu
27. Faculdade Tamandaré – FAT – GOIÂNIA	Portaria MEC 3.305 de 18/10/2004 Parecer n° 1.605/2004 SESu
28. Faculdade Dinâmica – UNICAMPS	Portaria MEC 2.573 de 24/08/2004

– GOIÂNIA	Parecer n° 1.278/2004 SESu
29.*Faculdade de Iporá – IPORÁ	Portaria MEC 2.753 de 06/09/2004 Parecer n° 1.377/2004 SESu
30. Faculdade de Goiás – FAGO – GOIÂNIA	Portaria MEC 1.248 de 13/05/2004 Parecer n° 0204/2004 SESu
31 *Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG – PIRES DO RIO	Portaria MEC 3.890 de 24/11/2004 Parecer n° 2.247/2004 SESu
32. *Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG –PIRACANJUBA	Portaria MEC 3.890 de 24/11/2004 Parecer n° 2.247/2004 SESu
33.. *Faculdade de Quirinópolis – FAQUI – QUIRINÓPOLIS	Portaria MEC 4.311 de 21/12/2004 Parecer n° 1.678/2004 SESu
34 *Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – FECHA – ANICUNS	Portaria GCG 53 de 14/01/2004 Portaria MEC n° 124 Documento n° 19.082 de 22/01/2003
2005	
35. *Faculdade Betel de Goianésia – FABEGO – GOIANÉSIA	Portaria MEC 719 de 03/03/2005 Parecer n° 471/2005 SESU
36. *Faculdade Sul da América – SULDAMÉRICA – APARECIDA DE GOIÂNIA	Portaria MEC 3.629 de 17/10/2005 Parecer n° 1.322/2005 SESu
37. Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – FABEC BRASIL – GOIÂNIA	Portaria MEC 2.079 de 13/06/2005 Parecer n° 669/2005 SESu
38. *Universidade Estadual de Goiás – Curso de Administração – GOIANÉSIA	Resolução do Conselho Universitário n° do documento 055/2005 de 07/10/2005
39. *Universidade Estadual de Goiás – Curso de Administração – LUZIÂNIA	Resolução do Conselho Universitário n° do documento 055/2005 de 07/10/2005
40. *Universidade Estadual de Goiás – SANCLERLANDIA	Resolução do Conselho Universitário n° do documento 055/2005 de 07/10/2005
41. *Universidade Estadual de Goiás – SILVANIA	Resolução do Conselho Universitário n° do documento 055/2005 de 07/10/2005
42. Universidade Federal de Goiás – GOIÂNIA	Resolução CONSUNI 09/05 de 31/05/2005
2006	
43. *Faculdade Mestra-Mestra – APARECIDA DE GOIÂNIA	Portaria MEC 493 de 10/02/2006 Parecer n° 350/2006 SESu
44. *Faculdade de Inhumas – FAC–MAIS – INHUMAS	Portaria MEC 1.095 de 29/05/2006 Parecer n° 514/2006 SESu
45. *Faculdade Serra da Mesa – FASEM - - URUAÇU	Portaria 1.095, de 29/05/2006 Parecer n° 1.023/2006 SESu.
46. *Universidade Federal de Goiás – Administração – CATALÃO	Resolução CONSUNI 01/06 de 17/02/2006.
47. Faculdade Aliança – ITABERAÍ	Portaria MEC n° 42 de 11/01/2006

Fonte: MEC/INEP. http://www.educacaosuperior.inep.gov.br

O quadro acima indica que, no período de 2000 a 2006, foram criadas quarenta e sete (47) instituições tendo como "carro-chefe" o curso de Administração, sendo seis (6) cursos na Universidade Estadual de Goiás (Caldas Novas, Santa Helena de Goiás, Luziânia, Goianésia, Sanclerlândia, Silvânia) e dois (2) cursos na Universidade Federal de Goiás (Goiânia e Catalão), tendo, portanto, a ampliação de oito (8) cursos de Administração em IES

públicas.

Das quarenta e sete (47) IES criadas entre 2000-2006 que oferecem o curso de Administração, trinta e nove (39) são instituições privadas e oito (8) públicas, sendo doze (12) IES na capital e vinte e sete (27) no interior. Das oito (8) IES públicas, sete (7) cursos foram criados no interior e um (1) na capital Goiânia. Os dados apresentados indicam a privatização e interiorização do ensino superior em Goiás.

Destaque para a Universidade Estadual de Goiás – UEG que criou, seis (6) novos cursos de Administração nas cidades de Caldas Novas, Santa Helena, Goianésia, Luziânia, Sanclerlândia e Silvânia. E ainda, a criação dos cursos de Administração na Universidade Federal de Goiás, em 2005, na cidade de Goiânia e, em 2006, na cidade de Catalão.

Dados que precisam ser analisados, indicando tema para uma nova tese: a expansão dos cursos de Administração da UEG. Existe uma dicotomia do uso do público e do privado, uma vez que, de um lado, o governo Marconi Perillo expande a UEG, do outro, privilegia e consolida o ensino privado com a criação do Programa Bolsa Universitária para as IES privadas.

Ora, se a UEG é uma instituição de ensino estadual, portanto, mantida com recursos do Estado, a verba não deveria ser revertida para a UEG? No entanto, o governo implanta e consolida a política neoliberal de apoio e incentivo a privatização da educação superior.

Os dados gerais do ensino superior em Goiás, em termos de matrículas em cursos presenciais no ano de 2006, registram que existem 149.034 alunos matriculados, sendo 100.206, em IES privadas, o que confirma a privatização desse nível de ensino em Goiás:

Dependência Administrativa das IES – Goiás – 2006	**Número de Alunos Matriculados**
Federal	15.782
Estadual	28.795
Municipal	4.251
Particular	100.206
Total de Alunos matriculados no Ensino Superior em Goiás	149.034

Fonte: MEC/INEP/DEAES. Dados trabalhados pela autora.

O Presidente da Associação Nacional de Graduação em Administração – ANGRAD, vê com bons olhos este quadro, quando relata:

> A maioria das escolas é frágil, porque são novas. No Brasil, a educação ocorria em grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Recife. Hoje 65% das escolas estão no interior do Brasil. São escolas novas, são escolas

> jovens e como conseqüência, elas estão aprendendo, mas, se você imaginar daqui a 20 anos, vai fazer com que as pessoas não tenham que sair da cidade do interior para irem para as capitais, então, isso vai fortalecer o interior do Brasil. Vejo isso como um movimento muito positivo. (Prof. Dr. Antonio Freitas, em entrevista)

3.4.1. Caracterização das IES que oferecem o Curso de Administração: 2000-2006

Os dados demonstram que as maiores explosões dos cursos de Administração em Goiás ocorreram no primeiro qüinqüênio do século XXI, provocado por uma multiplicidade de fatores sociais, econômicos, políticos e ainda, por favorecimentos da legislação da educação superior que oportunizou a criação de uma multiplicidade de habilitações, conforme trabalhado anteriormente.

O propósito aqui estabelecido é o de caracterizar cada uma dessas instituições com seus respectivos cursos de administração, buscando sistematizar dados, que possam servir como fonte de pesquisas posteriores sobre a educação superior em Goiás. Compreender a relação do desenvolvimento econômico e a expansão do ensino superior.

Inicialmente serão apresentadas todas as IES que foram criadas na *Região Metropolitana de Goiânia* incluindo a cidade de Goiânia e Aparecida de Goiânia, Inhumas e Trindade, no período de 2000-2006. Posteriormente, seguindo, a denominação das regiões sistematizadas pela SEPLAN:

Região Centro Goiano: Anápolis, Jaraguá, Goianésia, Ceres, Rubiataba e outros.

Região Entorno do Distrito Federal: Formosa, Valparaíso, Alexânia, Luziânia e outros.

Região Sul Goiano: Caldas Novas, Goiatuba, Itumbiara, Morrinhos, Piracanjuba, Pontalina e outros.

Região Sudeste Goiano: Silvânia, Catalão, Ipameri, Pires do Rio e outros.

Região Sudoeste Goiano: Jataí, Quirinópolis, Rio Verde, Acreuna, Mineiros, Santa Helena e outros.

Região Oeste Goiano: Anicuns, Jussara, Sanclerlândia, São Luiz dos Montes Belos, Iporá, Firminópolis, Santa Fé de Goiás, e outros.

Região Norte Goiano: Uruaçu, São Miguel do Araguaia, Araguaia, Porangatu, Niquelânia, Minaçu, Crixás e outros.

Região Noroeste Goiano: Araguapaz, Aruanã, Goiás, Heitoraí, Itaberaí, Itauçu, e outros.

Qual nosso objetivo em caracterizar cada uma das regiões do Estado de Goiás? Mostrar a relação desenvolvimento econômico em Goiás (regiões mais desenvolvidas) X expansão do ensino superior. Percebe-se que as IES, a maioria privadas trinta e nove (39) são criadas em municípios mais desenvolvidos e que havia demanda para os cursos, tendo em vista o incremento da indústria e do comércio.

Buscar situar o crescimento das IES, as regiões e municípios em que foram criadas; conhecer cada uma das instituições; descrever sua proposta educacional; caracterizar o curso de Administração criado e sua proposta acadêmica, é o que se pretende realizar a seguir:

3.4.1.1. Região Metropolitana de Goiânia

A Região Metropolitana de Goiânia é composta por vinte (20) municípios, dentre eles, *Goiânia, Aparecida de Goiânia, Inhumas e Trindade*. Selecionar estes municípios, deve-se ao fato da criação de instituições de ensino superior ou cursos de Administração, no interior de instituições já criadas (como é o caso da Universidade Federal de Goiás), no período de 2000- 2006. Temos doze (12) cursos de Administração criados em Goiânia, um (1) em Trindade, um (1) em Inhumas e quatro (4) em Aparecida de Goiânia.

Goiânia é conhecida pelo seu índice de desenvolvimento humano e nos últimos anos, o município tornou-se um grande centro comercial e de prestação de serviços. Com uma população de 1.220.402 habitantes (Seplan/Seplin-2006), a capital é hoje, uma economia urbana diversificada e, um dos eixos econômicos de maior dinamismo e crescimento no país.

Fazendo parte da Região Metropolitana de Goiânia, o município de *Aparecida de Goiânia* tornou-se um verdadeiro pólo econômico regional. Os dados de 2005 revelam que a cidade possui 417 mil habitantes, destacando-se a consolidação de setores importantes nos campos industrial, comercial e de prestação de serviços, aparecendo em 4° lugar no ranking dos municípios mais competitivos do Estado de Goiás.

No ensino superior, o município conta com cinco (5) faculdades, representadas pela Faculdade Alfredo Nasser - EANES, Faculdade Nossa Senhora de Aparecida - FANAP e Pólo Universitário da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que juntos ofertam onze (11) cursos em diversas áreas.

Deverá ser incluída, a partir de dados pesquisados em 2006, a Faculdade Sul da América – SULDAMÉRICA, criada através do Parecer n° 712/2005 MEC/SESu, bem como a Faculdade Mestra – Mestra, criada pela Portaria Mec n° 491 de 10 de fevereiro de 2006, tendo

o curso de Administração como "carro-chefe", por ocasião de sua criação, através da Portaria n° 493 de 10 de fevereiro de 2006 (dados obtidos do Portal SiedSup[260], pois a IES ainda não possui o *site* institucional).

Faz parte da Região Metropolitana de Goiânia, o município de *Trindade* localizado apenas 18 km de Goiânia. Conta com uma população em torno de noventa e seis (96) mil habitantes e, uma taxa de crescimento de 4,40% ao ano.

Em 2003, foi instalado o Pólo Universitário da UEG, abrindo grandes perspectivas para o ensino superior, com cursos na área de Ciências Humanas. Anteriormente, o município já contava com a Faculdade Aphonsiano de Ensino Superior – IAESUP: oferece os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Ciências Econômicas.

Consta ainda, fazendo parte, da Região Metropolitana de Goiânia, a cidade de *Inhumas,* objeto, também, de nosso estudo, com a criação, em 2006, da Faculdade FAcMAIS.

A cidade de I*nhumas*[261] possui hoje (2007), uma população de 45.600 habitantes. Fica a uma distância de 39 Km da capital, daí ser considerada como integrante da região metropolitana de Goiânia. Cidade de médio porte; sua base econômica é a agricultura.

Quanto às instituições de ensino superior possui hoje, a Universidade Estadual de Goiás – UEG e a FAC-MAIs, instituição de ensino superior privada que, dentre seus cursos, oferece o curso de Administração.

Após a contextualização da Região Metropolitana de Goiânia, apresentaremos cada uma das IES criadas, nesta região, no período de maior expansão do ensino superior em Goiás, a saber:

3.4.1.1.1. Faculdade Alves Faria – ALFA

Os documentos disponibilizados pela Faculdade Alves Faria declaram que a IES tem como proposta inovadora dar ênfase à gestão de negócios em todas as suas habilitações, com o propósito de criar profissionais capazes de atuar em empresas de todos os portes, que a cada dia mais se instalam em Goiás. Percebe-se com isso que se justifica a instalação de uma "escola de negócios" que é como a instituição se denomina. Oliveira (2005) relata que:

> As Faculdades ALFA são mais um dos empreendimentos do grupo familiar Alves e Faria. Grupo com longa história no estado de Goiás, advinda de uma tradição na área empresarial na qual atua, desde o início do século XX como comerciante de pequeno, médio e grande porte. (OLIVEIRA, 2005, p. 128)

[260] www.educacaosuperior.inep.gov.br.
[261] Informações disponíveis no site: http://www.inhumas.go.gov.br/localizacao/infra_estrutura.php.

Percebe-se que a IES nasce atendendo a um estímulo da nova política educacional no país, em que a abertura de negócios, no ramo da prestação de serviços educacionais, é estimulado pelo modelo de expansão, de privatização e de mercantilização do ensino superior no país. Goiás não esteve à margem desse movimento. Ao contrário, assume-o com extrema "pujança" pois, foi um período em que o ensino superior mais cresceu em Goiás. Cresceu mais do que em 40 anos de sua história. Essa afirmação torna-se clara no trabalho de Gomes (2002), quando relata:

> No caso das Faculdades ALFA, o processo de subsunção institucional ao processo produtivo e econômico é explicado no projeto pedagógico, o qual assinala que, após sucesso no ramo empresarial, torna-se "natural que agora, mediante leis mais flexíveis e disposição empreendedora, viessem as famílias Alves e Faria engajarem-se na luta pelo desenvolvimento da educação regional e nacional, inconformados com a carência de pessoal de alto nível para as lides empresariais". (GOMES, 2002, p. 119)

Para conseguir seu objetivo, a ALFA relata que proporciona, aos seus alunos, uma estrutura arrojada, com o que tem de melhor em laboratórios e uma equipe de professores altamente qualificados. Todo o investimento visa a garantir a qualidade na promoção do trinômio no qual o ensino superior é baseado: ensino, pesquisa e extensão.

Informa, em seus documentos, que todos os seus projetos de graduação foram estruturados e implantados sob a supervisão de renomados consultores brasileiros, conforme a confirmação de Oliveira (2005):

> Conforme registros oficiais, dentre as estratégias de implantação desenvolvidas pela IESA, destaca-se a presença efetiva de consultores externos que trabalharam na elaboração de projetos dos cursos e assumiram o compromisso de assessorar cada um dos coordenadores de curso e seu respectivo corpo docente até a formatura da primeira turma de cada projeto de curso empreendido. (OLIVEIRA, 2005, p. 129)

Atualmente, a ALFA oferece onze (11) cursos de graduação, e dentre eles, o que nos interessa, como objeto de pesquisa, é o curso de Administração com habilitação em Empresas, tendo o primeiro processo seletivo realizado em julho de 2000. No primeiro semestre de 2001, recebeu autorização para os cursos de Administração com habilitação em Administração da Produção e Administração com habilitação em Administração em Marketing. Isso indica que a Faculdades ALFA iniciou suas atividades acadêmicas tendo como "carro chefe" o curso de Administração. Na análise de Oliveira (2005):

> Assim, pode-se deduzir que foi mantido o fortalecimento da área de Ciências Sociais Aplicadas, dando ênfase à concentração dos cursos na área de negócios, o que confere à Instituição o slogan de "A Melhor Escola de Negócios do Centro-Oeste". As vagas que no ano de 2001, somavam um total de 1.675, passaram para 2.735, no ano de 2004, apresentando um crescimento de 1.050 vagas em três anos. (OLIVEIRA, 2005, p. 132)

O documento oficial da IES que aborda sobre o curso de Administração de Empresas informa que esta é uma das mais completas profissões ou de grande atuação seja em empresas de pequeno, médio e grande porte. Desta forma, a faculdade através do curso visa a propiciar o conhecimento necessário sobre as teorias: administrativa e suas funções; os aspectos contábeis e legais; as visões e ferramentas de planejamento estratégico; as formas de gestão e de desenvolvimento das pessoas e outros aspectos empresariais.

Afirma também, que o profissional graduado na Alfa é capacitado a: definir diretrizes e valores para a elaboração de estratégias e planos organizacionais; definir indicadores de desempenho e acompanhar resultados; comandar processos organizacionais principais ou de apoio; promover avaliação e melhoria contínua.

Para o curso de *Administração com Habilitação em Administração em Marketing* a ALFA em sua proposta relata que o curso tem como foco o desenvolvimento do raciocínio estratégico da capacidade de planejar e executar ações integradas de marketing em ambientes altamente competitivos. Desenvolver profissionais capazes de interpretar as forças do mercado e realizar trabalhos em time dentro das empresas.

Além de abranger todo o contexto geral do Marketing, o curso das Faculdades Alfa em seu discurso, declara que desenvolve o espírito empreendedor no aluno e introduz conceitos de negócios, formando *um verdadeiro gestor de negócios do mundo moderno (Grifos nossos).*

O curso de *Administração com habilitação em Administração da Produção* visa, de acordo com os documentos disponibilizados pela IES, a proporcionar os conhecimentos necessários das teorias administrativas; das organizações e suas funções; das visões e ferramentas de planejamento e de gestão estratégica para as concepções de sistema de gestão integradas, envolvendo toda as cadeias produtivas e contribuindo para uma maior disseminação e efetividade desses sistemas.

Propõe que o aluno tenha uma visão integrada da gestão de uma empresa/negócio, da formulação das estratégias à operacionalização dos objetivos. Ele aprende as técnicas necessárias para liderar processos de mudança organizacional; dominar os conhecimentos necessários para trabalhar na implantação e no gerenciamento de sistema integrado na gestão;

compreender a importância do desenvolvimento de competências de todos os participantes da cadeia produtiva e dominar os conhecimentos necessários para atuar numa perspectiva de logística integrada.

A proposta apresentada pela Faculdade ALFA para o curso de *Administração com habilitação em Administração Pública* tem a finalidade de formar gestores capazes de compreender, propor e implementar mudanças significativas no contexto em que se desenvolvem as políticas públicas hoje, especialmente, no domínio municipal. Além disso, o curso visa a contribuir para a formação de um núcleo importante de experimentação e irradiação de inovação e conhecimentos específicos, na região Centro-Oeste.

O administrador público, formado pelas Faculdades ALFA, tem como características: competência pratica e teórica; empreendedorismo; postura ética, autonomia de pensamento para a tomada de decisão.

Nesta perspectiva, recorre-se aos estudos e registros de Oliveira (2005), que por meio de pesquisa realizada nessa IES, identificou:

> Atualmente, a IES convive com o refluxo no interior de seus cursos de graduação e buscam nos seus mecanismos de *flexibilização dos valores cobrados em suas mensalidade* e na persistência pela qualidade dos serviços prestados. Busca contornar a concorrência acirrada em que se encontra frente às demais IES privadas de Goiânia, que ofertam cursos de graduação similares e disputam os mesmos egressos. (OLIVEIRA, 2005, p. 132)

3.4.1.1.2. Universidade Paulista – UNIP[262]

A Universidade Paulista **-** UNIP**,** reconhecida pela Portaria nº 550/88, iniciou suas atividades em 9 de novembro de 1988.

Castro (2005, p. 132) ao estudar a UNIP relata que "Universidade Paulista – UNIP foi à segunda IES com sede em outro Estado Brasileiro, a estabelecer seu Campus em Goiânia, no decorrer dos anos 1990".

A IES apresenta em seus documentos que, promove a formação atualizada dos alunos e sua capacitação para uma sociedade em mudança, por meio de um ensino de qualidade, tecnologicamente avançado e dirigido para o futuro, nas áreas das ciências humanas, sociais, exatas e da saúde. Sua finalidade maior é promover o desenvolvimento do potencial dos alunos, *estabelecendo condições que possibilitem uma inserção ativa no*

[262] Informações disponíveis no *site*: http://www5.unip.br. Acesso em 10 de novembro de 2006.

mercado de trabalho e a solução criativa de problemas que a sociedade propõe (grifos nossos).

Coloca-se como uma IES que vem sendo reconhecida como um importante centro de produção de conhecimento e de sua difusão a um número maior de pessoas, através das atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação.

O Instituto de Ciências Sociais e Comunicação – ICSC, área em que se encontra o curso de Administração, socializa em seus propósitos de formar profissional apto a atuar na sociedade de forma inovadora e eficaz. Os conceitos ministrados ao educando procuram desenvolver a sua capacidade de discernimento para julgar e optar diante de alternativas, além de desenvolver o senso crítico, o que lhe permitirá vincular ações e senso de responsabilidade. Castro (2004) lembra:

> Com referência aos cursos oferecidos, a UNIP foge ao padrão das IES criadas em Goiânia nos anos 1990. Enquanto as demais IES estudadas ofertam seus cursos na área de Ciências Humanas e, em alguns casos se verticaliza a atuação mais expressa na área de Ciências Sociais Aplicadas, a UNIP se destaca como uma instituição que diversifica o seu universo de cursos ofertados, expandindo-se simultaneamente nas três grandes áreas do conhecimento. (CASTRO, 2004, p. 133)

O Instituto de Ciências Sociais e Comunicação apresenta, na graduação, os seguintes cursos: *Administração de Empresas*; *Administração em Análise de Sistemas*; *Administração em Comércio Exterior; Administração em Finanças; Administração em Marketing; Administração em Recursos Humanos;* Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação Social (Habilitações em Jornalismo e em Publicidade e Propaganda); Direito; Estudos Sociais (Habilitações em Geografia e em História); Letras (Licenciatura e habilitações em Tradutor e em Português/Inglês); Marketing; Propaganda e Marketing; Relações Internacionais.

Em Goiânia, o curso *de Administração com Habilitação em Administração de Empresas* iniciou-se em 09 de fevereiro de 2000, através da Resolução CONSUN/UNIP n° 10 de 21 de janeiro de 2000. O curso já havia sido reconhecido pela Portaria MEC n° 875 de 18 de junho de 1993, pelo Parecer n° 255/1993 CFE.

De acordo com os dados levantados, no *site* da instituição, destacam-se algumas questões importantes para compreensão da proposta de cada um dos cursos ofertados na área de Administração, a saber:

> O curso de Administração com Habilitação em Administração de Empresas forma profissionais dotados de uma visão sistêmica dos principais enfoques necessários para a gestão das organizações. Tem por meta buscar o sucesso das empresas, oferecendo ao egresso o conhecimento dos principais métodos e instrumentos que

> possibilitem os melhores resultados na gestão financeira, de mercado, de pessoas e clientes, entre outros. (UNIP, *site* institucional, 2006)

Relata que as principais atividades para o curso de Administração são: definir diretrizes e valores organizacionais; desenvolver estratégias e planos organizacionais; definir indicadores de desempenho e acompanhar resultados; otimizar o desempenho das pessoas e sua satisfação; comandar processos organizacionais principais ou de apoio; promover avaliação e melhoria contínuas.

Como empreendedores, os administradores podem gerir seus próprios negócios, como indústrias, comércio ou atividades de prestação de serviços, ou podem atuar como consultores especializados em assuntos relacionados à administração organizacional.

O curso de *Administração com Habilitação em Comércio Exterior* foi autorizado através da Resolução CONSUN/UNIP n° 10 de 21 de janeiro de 2000, tendo sido reconhecido pela Portaria MEC n° 42 de 30 de março de 1994, pelo Parecer n° 51/1994 do CFE, em 03 de fevereiro de 1994.

O curso para *Administração com habilitação em Análise de Sistemas* forma profissionais centrados na gestão integrada das informações das organizações, com a premissa de que em todos os níveis organizacionais a base para a tomada de decisões é o acesso às informações. É competência desses profissionais cuidar dos processos de seleção e utilização das informações organizacionais. È exigido o conhecimento da tecnologia da informação, tanto no que diz respeito a hardwares como a softwares.

Em todo material de divulgação das IES percebe-se a amplitude das áreas de atuação do Administrador, como profissional generalista, atuando em várias frentes de trabalho o que parece indicar a razão da quantidade de jovens que buscam, nessa profissão, uma possibilidade de acesso ao mercado de trabalho.

A UNIP passou no início do século XXI a dedicar-se ao oferecimento de cursos de tecnólogos, como estratégia expansionista, tendo em vista o movimento percebido na sociedade goiana, tanto no que se refere ao processo de contenção de matrículas e à evasão de alunos.

3.4.1.1.3. Faculdade Ávila[263]

[263] Informações obtidas no site: http://www.faculdadeavila.com.br/vest_cursos.php. Acesso em novembro de 2006.

O Colégio Ávila é uma instituição de ensino que começou sua história em 1989, com uma escola de ensino fundamental e médio. No ano de 2002, entrou em funcionamento a Faculdade Ávila de Ciências Humanas e Exatas através da Portaria do MEC n° 2624 de 06 de dezembro de 2001. No *site* institucional, apresenta seus objetivos:

> Com uma filosofia de vanguarda, tem como prioridade a *formação do aluno como um ser completo,* e que por isso deve ser trabalhado como um todo. Prioriza assim não só *a máxima qualidade na formação* acadêmica do aluno, mas também a preparação psicológica e social para que o mesmo possa se tornar, no futuro, um *cidadão crítico e ciente de seu papel na sociedade.* (ÁVILA, *site* institucional, 2006)

A coordenadora do curso de Administração, Prof.a Msc. Maria Bernadete Serravale Ruguê, em questionário respondido à pesquisadora, em 22 de janeiro de 2007, afirma que a IES iniciou suas atividades acadêmicas com o curso de *Administração com Habilitação em Gestão Empresarial* e *Administração com Habilitação em Gestão Ambiental,* ambos através da Portaria MEC n° 2.624 de 06.12.2001, "por uma decisão da Diretoria".

Em 2002, numa política de expansão da IES, foram autorizados os cursos de *Administração com habilitação em Análise de Sistemas, Administração com habilitação em Gestão de Telemarketing, Administração com habilitação em Gestão Econômica,* e *Administração com habilitação em Marketing* (através da Portaria n° 3.225, de 22 de novembro de 2002).[264]

Os documentos oficiais disponibilizados no *site* da instituição reforçam que o "Curso Bacharelado em Administração é, inicialmente, o marco idealizador da FAC, planejado e implantado pela, então, Faculdade Ávila de Ciências Humanas e Exatas Ltda, em 2002".

A coordenadora, quando questionada sobre o projeto político pedagógico do curso afirma que é "o exigido pelo MEC"; quanto ao quadro docente revela que possui " quarenta (40) professores horistas, tipo de contrato CLT, mestres e doutores". Acrescenta que o perfil do curso "voltado para o empreendedorismo" e que a grade curricular "está no *site*".

Quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão reproduziremos as perguntas e respostas concedidas: sobre quais as atividades de ensino desenvolvidas privilegiam a aprendizagem do aluno, tivemos a resposta: "oficinas, painéis, semana científica, etc"; sobre as atividades de pesquisa desenvolvidas, respondeu: "temos o Instituto de Pesquisa Ávila (ver no *site*) (não respondeu se tem ou não projetos de pesquisa); sobre as atividades de extensão

[264] Dados obtidos do Relatório de Auto-Avaliação da Faculdade Ávila – Comissão Própria de Avaliação, disponível no site: http://www.faculdadeavila.com.br/downloads/docs/cpa.

respondeu “cursos voltados para a formação do aluno” (não respondeu se tem ou não e quais), quanto às atividades de Pós-graduação afirmou que “a primeira começará em abril de 2007”.

Quando questionamos sobre a finalidade do curso de Administração, a Diretora respondeu: “é prática”; sobre a relação do curso com a sociedade local: “procura atender às expectativas”; informa que não tem trabalhos voltados para o aluno egresso, e, na mesma linha, avalia o curso “excelente”; quanto às expectativas em relação ao curso diz que são “boas” e, sobre as dificuldades afirma: “nenhuma”.

Sobre as qualidades do curso, de acordo com o olhar da Diretora: a qualidade citada é “a vivência da prática acadêmica nas semanas culturais e científicas” e que as dificuldades, para implantação do novo Projeto Político Pedagógico - PPP, à luz das novas orientações do Conselho Federal de Administração - CFA, respondeu que está “dentro da normalidade”.

Sobre a avaliação dos professores, a diretora respondeu que “são avaliados duas vezes ao ano. São tabulados os dados e estes lhes são entregues no momento das reuniões pedagógicas”.

Sobre quais os projetos que a IES deveria desenvolver para melhoria do curso, a diretora acredita que necessita de “laboratórios e uma empresa junior mais atuante”.

Sobre a evasão dos alunos, respondeu que é “mínima” e o motivo é “transferência de cidade”.

Quando questionada sobre os fatores que possibilitaram a expansão do ensino superior de Administração, obtivemos como resposta: “facilidade de aprovação pelo MEC”.

Os documentos consultados revelam que o curso de *Administração com Habilitação em Gestão Ambiental* tem como finalidades:

> Fornecer uma formação humanística e uma visão que habilite o aluno a compreender o meio social, político, econômico e cultural no qual está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente, bem como fornecer uma formação técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver as atividades específicas da prática profissional na Gestão Ambiental, em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais. (ÁVILA, *site* institucional)

O site da IES divulga também, o curso de *Administração com Habilitação em Gestão em Telemarketing* construído a partir de dois eixos complementares: um eixo das disciplinas teóricas relacionadas com a prática de laboratório e, um eixo das disciplinas pedagógicas essenciais à prática do ensino. O perfil do egresso pretendido é:

> Ter capacidade de flexibilidade na gestão dos negócios em função das alternativas operacionais e técnicas que o *telemarketing* oferece; capacidade de otimização em função das variáveis de informações necessárias ao desenvolvimento profissional; capacidade de controle já que todas as operações da Gestão de *Telemarketing* trafegam em sistemas; competência para administrar o mercado e os clientes de forma eficaz e produtiva; grande visão mercadológica em função do aprendizado de disciplinas com este foco. (ÁVILA, *site* institucional).

Para o curso de *Administração com Habilitação em Marketing*, a IES declara que "pretende suprir a necessidade crescente de profissionais habilitados, desenvolver as atividades de assessoria e consultoria para sugerir e elaborar políticas mercadológicas" (site institucional) e, também, divulga o campo de atuação do Administrador "habilitado" na área de Marketing, pois, a "demanda de profissionais dessa área é crescente e, com isso, os nossos profissionais tornaram indispensáveis".

No que se refere ao curso de *Administração em Gestão em Análise de Sistemas*, a Faculdade Ávila publica que os seus objetivos são "formar profissionais para atuarem na área de informática, com aptidão para planejar, organizar, coordenar, projetar, desenvolver, implementar e implantar sistemas de informação em organizações públicas e privadas"

As atividades desses profissionais englobam a avaliação, especificação, aquisição, instalação e gestão dos recursos e serviços da Tecnologia da Informação, bem como o desenvolvimento e evolução de sistemas e da infra-estrutura tecnológica para uso em processos organizacionais.

3.4.1.1.4. Faculdade Sul Americana – FASAM[265]

Em seu site institucional, a Faculdade Sul-Americana foi inspirada em princípios que nortearam grandes projetos, declarando que:

> Nasceu de um sonho de educação voltado para o avanço científico-tecnológico-cultural, sem perder, contudo, o significado humanístico capaz de não permitir que o homem vire um bicho ou um robô. (FASAM, site institucional).

E com o mesmo discurso, complementa:

> Com o ideal lavramos o chão formado de capim e no espaço construímos este templo ao saber. Agora, quando o entregamos aos pensamentos, sobe-nos o calor que aquece os conhecimentos. Aqui, morada de professores e alunos, encontraremos o clarão da inteligência. Neste ponto amarelo da BR-153 passa o meridiano da busca do saber.

[265] Informações disponíveis no site: http://www.fasam.edu.br.

Frigotto (1998), ajuda-nos a compreender e refletir, sobre o discurso que vem sendo veiculado pela maioria das IES privadas:

> No plano teórico e filosófico, a perspectiva neoliberal é de uma educação regulada pelo caráter unidimensional do mercado. Este se constitui no sujeito educador. Daí resulta a filosofia utilitarista e imediatista de uma concepção fragmentária do conhecimento, concebido como um dado, uma mercadoria e não como uma construção, um processo. (FRIGOTTO, 1998, p. 85)

O curso de *Administração com Habilitação em Administração Pública e Privada, Administração com Habilitação em Análise de Sistemas Administrativos, Administração com habilitação em Administração de Marketing,* foi autorizado através da Portaria MEC n° 1868, de 22 de agosto de 2001, Parecer n° 1076/2001 CES/CNE.

Para o curso de *Administração com Habilitação em Análise de Sistemas Administrativos* a FASAM propõe:

> Formar administradores em Análise de Sistemas administrativos capazes de analisar as características e necessidades de uma organização para definir, planejar, desenvolver e implantar os sistemas de computadores mais adequados em consonância com o desenvolvimento tecnológico.

A FASAM, relata em seus documentos que o profissional formado em *Administração com habilitação em Análise de Sistemas*, deverá ter:

> Uma formação humanista, sólidos conhecimentos tecnológicos e efetiva prática profissional, visão estratégica e empresarial, capacidade de analise, reflexão critica e raciocínio lógico para detectar problemas e apontar soluções, espírito aberto a mudanças, facilidade para trabalhar em equipe, competência para buscar alternativas que promovem transformações nas organizações, consciência da necessidade de constante atualização e aprimoramento profissional.

Quanto ao mercado de trabalho, a FASAM vê, com otimismo, a multiplicidade de espaços de trabalho que existe para esse profissional, tendo em vista o desenvolvimento da tecnologia, as novas exigências do mundo do trabalho, a necessidade de definir, planejar e implantar os sistemas de computadores mais adequados, fazer prospecção de novas tecnologias, colaborando na sua incorporação, as organizações, etc (ver no *site* institucional, as atribuições propostas para este profissional).

Para o curso de *Administração com Habilitação em Marketing,* a FASAM propõe atender às necessidades das empresas, uma vez que, expostas à concorrência internacional se vêem obrigadas a empreender vigorosos programas de modernização e de especialização, viabilizando produtos e serviços com qualidade e preços mais competitivos. Essa realidade

exige um alto padrão de qualificação do administrador, baseando em uma *formação generalista e especializada.* Para isso, o egresso graduado em Marketing deverá ter:

> Domínio dos conhecimentos técnico-científicos na área de administração e nas matérias corretas a ela, formação humanista e pratica as seguintes habilidades, entre outras: capacidade de comunicar oral e escrita, raciocínio lógico e analítico para conduzir pesquisas, estudos, analises e interpretar dados diversos; disposição para realizar um trabalho inovador, com espírito crítico e reflexivo; capacidade de liderança e para trabalhar em equipe; espírito cooperativo e aberto a criticas e sugestões; compreensão da responsabilidade social de sua atividade a da importância de uma conduta profissional ética; consciência da necessidade de constante atualização e aprimoramento profissionais. (FASAM, *site* institucional)

No que se refere ao curso de *Administração Pública e Privada* da Faculdade Sul-Americana, a mesma declara ter como objetivos: formar administradores com uma visão abrangente do processo administrativo; competência para efetuar análise e reflexão sobre o funcionamento de empresas e organização, promover ações que favoreçam seu fortalecimento e propiciem o bem estar social; enfocar as perspectivas das áreas funcionais de material, produção, finanças, recursos humanos, marketing, dentro de empresas diversas, públicas e privadas.

A IES sinaliza que estas aptidões e habilidades irão capacitar o aluno a atuar da forma "ativa, inovadora, cooperativa e ética junto às organizações". Os documentos que norteiam o aluno na busca de sua escolha profissional, além de outros fatores, são aqueles que ele lê sobre a profissão, a composição do curso em sua estrutura curricular, seus objetivos, perfil do egresso, empregabilidade, mercado de trabalho, dentre outros.

3.4.1.1.5. Faculdade LIONS – FACLIONS[266]

A Fundação Educacional de Goiás (FEG) é uma instituição de caráter técnico-educativo, sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás; lançou seu maior empreendimento de ensino no ano de 2001: a Faculdade Lions (Fac-Lions).

Com a Portaria nº 1.884 de 22 de agosto de 2001 e sua publicação no Diário Oficial da União - DOU de 24 do mesmo mês, a FEG foi autorizada a ser mantenedora da faculdade e, também, do curso de *Administração com habilitação em Comércio Exterior.* Esta IES teve como "carro-chefe" em seu processo de abertura o curso de Administração.

[266] Informações disponíveis no *site*: http://www.unilions.org.

A Portaria nº 2.835 de 13 de dezembro de 2001, publicada no DOU em 17 de dezembro de 2001 aprovou o curso de Turismo. No ano de 2003, foram iniciados os cursos de Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda, Hotelaria e *Administração Geral*.

O curso de *Administração com Habilitação em Comércio Exterior* foi autorizado pela Portaria MEC 11.884 de 22 de agosto de 2001, publicada no DOU em 24/08/2001. Tem como objetivo:

> Formar o profissional voltado para o estudo e preparação da empresa, análise e identificação do mercado alvo, planejamento de atuação e intervenção nesse mercado, de modo a atender ao processo atual de globalização da economia. O trabalho desse profissional deve começar pela busca das relações internacionais, seja exportação, importação e outros. Sendo assim, é importante que tenha afinidade com língua estrangeira, interesse em aprofundar-se na cultura de outros povos e nações, e no desenvolvimento da visão estratégica de negócios. (FACLIONS, *site* institucional)

O curso busca proporcionar ao aluno conhecimentos de administração e na área internacional, oferecendo-lhe oportunidades práticas em comércio exterior, como exportação, importação e troca de divisas, capacitando-o para o desempenho consciente, produtivo e eficaz da profissão.

O mercado de trabalho do profissional de Administração com habilitação em Comércio Exterior é uma área que ainda não está consolidada no Brasil, no que diz respeito à formação de profissionais especializados. Por isso, há uma grande demanda no mercado por pessoas qualificadas para planejar, organizar e desenvolver o funcionamento de empresas voltadas para atividades de exportação e importação, respondendo com produtividade nas operações e transações relativas à área. No mundo globalizado da atualidade é fácil averiguar a importância de um profissional capaz de conviver de forma competitiva com a velocidade das mudanças no contexto internacional.

O curso de *Administração Geral* foi autorizado pela Portaria do MEC n° 4.047 de 30 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 31/12/2002. Tem como objetivo:

> Formar bacharéis em Administração, com perfil de liderança, visão generalista das organizações e senso prático para administrar empresas e os seus problemas técnico-administrativos. Para tanto, o curso apresenta uma série de conhecimentos relacionados com a ética profissional e com a responsabilidade social das organizações, combinados com uma cadeia de conhecimentos técnicos de complexidade crescente. Esse conjunto de conceitos e técnicas é indispensável para a atuação do profissional em Administração. (FACLIONS, *site* institucional)

Os documentos pesquisados indicam que o curso tem por finalidade, dentre outras: capacitar profissionais para as carreiras técnico-gerenciais dentro das organizações privadas e públicas; promover o desenvolvimento de empreendedores e gestores de seus próprios negócios; formar líderes; formar profissionais com habilidade técnica e conceitual para a solução de problemas das empresas e desenvolvimento de suas estratégias, orientando-se também para uma visão humanista no exercício da liderança e do trabalho em equipe.

O mercado de trabalho é muito amplo, incluindo as organizações em geral, tais como: indústrias, comércios, hospitais, laboratórios, escritórios, editoras, bancos, cooperativas, prestadoras de serviços, entre outras. Outro campo de atuação para os administradores são os órgãos públicos. Cada vez mais as organizações precisam de pessoas capacitadas para a gestão de seus negócios, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte.

3.4.1.1.6. Escola Superior Associada de Goiânia - ESUP[267]

A Escola Superior (ESUP), instituição criada em 2004, por um grupo de profissionais do mercado financeiro de São Paulo que decidiram investir no ensino superior em Goiás. No entanto, a IES funcionou por um ano, sendo colocada à venda em 2006 e adquirida pelo Grupo Empreza Recursos Humanos, uma empresa de recursos humanos, consolidada no mercado goiano, há 17 anos.

Uma das empresas do grupo, Empreza Educação, já desenvolve um projeto educacional, com a Fundação Getúlio Vargas - FGV, para programas de Pós-graduação – MBAs. Na informação obtida da Presidente da Mantenedora da referida IES, quando questionamos sobre os motivos que levaram-na investir no ensino superior:

> Acreditar na educação como único meio de alavancar o desenvolvimento sustentável e duradouro de um país, de uma cidade, das pessoas, enfim, de toda uma sociedade. E ainda, a oportunidade de expansão do nosso negócio em educação. (Helena Ribeiro, questionário respondido em fevereiro, 2007)[268]

A parceria com a FGV, já existente na Pós-graduação, recebeu novo desenho com a graduação. A ESUP realizou seu primeiro processo seletivo em Janeiro de 2007, para os cursos de Direito e para o curso de Administração, sendo o último certificado pela Fundação Getúlio Vargas.

---

[267] Informações disponível no site: www.esup.edu.br.

[268] Questionário respondido pela Sra. Helena Barbosa Machado Ribeiro, Sócia-proprietária do Grupo Empreza Recursos Humanos, Presidente da Mantenedora da Escola Superior de Goiânia – ESUP.

O curso de Administração foi o "carro-chefe" na abertura da ESUP e os fatores que determinaram sua abertura foram, na voz da Presidente da Mantenedora:

> Os fatores foram a certificação de Qualidade FGV, dentro de um projeto da Fundação em nível nacional. Pela formação generalista e facilidade de inserção do profissional dessa área no mercado e por estar no nosso "*Core Business*" – Gestão como qualificação, formação e educação. (Helena Ribeiro)

Nos documentos disponibilizados pela ESUP, observa-se que reconhecendo o Estado de Goiás como um lugar de destaque, no contexto econômico nacional, a IES coloca-se como pólo cultural e tecnológico, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do Estado de Goiás tanto no cenário nacional quanto no internacional. Revela em seu Projeto Pedagógico Institucional:

> Uma visão de ensino voltada para a contribuição científica, técnica, política e cultural, sintonizada com uma nova visão de um Estado promissor, gerador de emprego e renda, capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, formando profissionais e técnicos aptos a atuarem na consecução dos objetivos de uma sociedade contemporânea, construindo a plena cidadania. (ESUP, *site* institucional)

A ESUP propõe-se formar profissionais diferenciados, aptos a superar as expectativas do mercado e alcançar posições destacadas no mundo dos negócios e socialmente responsáveis. Para isso, é o único curso de Administração em Goiás certificado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. A IES iniciou sua primeira turma com 20 alunos, na perspectiva de poder efetivamente viabilizar seu projeto educacional diferenciado.

Conta com diferenciais exclusivos como: Projeto pedagógico revolucionário; Corpo docente com alta titulação; Instalações planejadas para cada ambiente dentro de moderna concepção arquitetônica; Salas de aulas climatizadas; Laboratório com equipamentos avançados; Central de Negócios para inserção precoce no mercado de trabalho.

Sua Missão é "educar para formar pessoas capacitadas e comprometidas com o desenvolvimento social". Tem como valores a "ética na relação com os clientes, colaboradores e mercado, bem como a valorização do capital intelectual". E, como Visão "ser reconhecida, como diferencial no mercado, pela excelência na educação".

O Curso de Administração foi criado através da Portaria n° 2.384 de 11 de agosto de 2004, quando o MEC resolve:

> Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Administração, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Escola Superior Associada de Goiânia, na Avenida Antônio Fidélis, nº 515,

> Bairro Parque Amazônia, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela Sociedade Brasileira de Cultura e Ensino Superior Ltda., com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.

O curso de Administração foi concebido para formar administradores com o seguinte perfil: consciência do papel econômico e social que a empresa desempenha numa sociedade aberta à livre iniciativa e extremamente competitiva, mas também responsável pela preservação dos valores éticos e morais e pela defesa ambiental, garantindo o bem-estar das futuras gerações; capacidade de analisar e interpretar as rápidas mudanças econômicas e sociais em escala global e nacional que influem no ambiente empresarial; condições para atuar como agente introdutor de inovações dentro da empresa; capacidade para propor e implementar novas estratégias de competição de mercado, definindo os alvos prioritários e desenvolvendo as vantagens competitivas necessárias.

Com o intuito de consolidar o perfil profissional pretendido, define-se as competências e habilidades que se deseja desenvolver ou aprimorar no desempenho da profissão de administrador: da formação geral, da formação profissional e da experiência de trabalho e social.

Os documentos disponibilizados reforçam que a estrutura curricular do referido curso está de acordo com a Resolução n° 4 de 13 de julho de 2005 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração, a saber:

> A estrutura curricular tem por finalidade proporcionar ao aluno uma formação e uma cultura geral, associadas a um profundo e amplo estudo dos fenômenos administrativos e suas inter-relações com a realidade sociológica, filosófica e antropológica, resguardando a formação lógica, quantitativa, sistêmica e multidisciplinar. (ESUP, *site* institucional)

A preocupação com a capacitação do aluno busca o domínio do instrumental e das tecnologias indispensáveis à intervenção na dinâmica organizacional, associada ao aprofundamento do estudo das características culturais, econômicas e de sociedade em seu contexto local e/ou regional.

Quando questionada sobre o processo de expansão do ensino superior em Goiás a Presidente da mantenedora aborda os pontos positivos e negativos desse processo, a saber:

> Como ponto positivo, facilidade de acesso ao ensino superior de todas as classes sociais; a concorrência que obriga a busca pela excelência e possibilidade de melhoria da mão-de-obra produtiva em Goiás. Como pontos negativos, o excesso de ofertas de vagas em Administração obriga a competição pelo menor preço e pode

> baixar a qualidade do ensino e *o risco de visão da gestão do conhecimento como meio de comercializar um produto sem a preocupação e responsabilidade social de educador*, excesso de oferta de administradores e falência ou dificuldades de muitas instituições de ensino superior. (Helena Ribeiro) *Grifos nossos.*

A Presidente da Mantenedora faz referência aos fatores que influenciaram a expansão, em Goiás, fazendo referência:

> A "falta de investimento do governo federal nas IES públicas propiciando o aumento da procura de grupos empresariais independendes que viam a educação como um negócio de primeira necessidade, tendo em vista a demanda de mercado e a ainda, o incentivo à educação como pauta dos políticos tendo em vista o desenvolvimento do Estado. (Helena Ribeiro)

Continua seu discurso, fazendo uma relação da expansão do ensino superior e o governo FHC, lembrando "o crescimento desenfreado do setor privado nas instituições de ensino superior" e quanto ao governo Marconi Perillo, acredita haver total relação desse governo com a expansão, uma vez que o governo, "investiu em educação, acredita em educação, tendo em vista os investimentos realizados na UEG e no sistema de bolsas universitárias".

3.4.1.1.7. Faculdade Tamandaré - FAT[269]

A Faculdade Tamandaré - FAT, sediada em Goiânia, Goiás, foi credenciada pelo Ministério da Educação – MEC, através da Portaria Nº 2.497, de 19 de agosto de 2004, publicada no D.O.U de 20 de agosto de 2004. A Faculdade Tamandaré é mantida pela Sociedade Assistencial de Educação e Cultura – SAEC, com sede em São José do Rio Preto, São Paulo, instituída em 10 de novembro de 1.970.

Para credenciar a FAT, a mantenedora pleiteou e obteve autorização para implantar os cursos de *Administração com Habilitação em Administração Geral*, através da Portaria Nº 2.500, de 19 de agosto de 2004, *Administração com Habilitação em Marketing e Vendas*, através da Portaria Nº 3.305, de 18 de outubro de 2004.

O Curso de Administração com Habilitação em Administração Geral tem o objetivo de:

> Formar o profissional responsável pelo planejamento e funcionamento das atividades gerais de uma empresa; avaliar, definir, analisar e fazer cumprir as metas de uma organização; trabalhar em todos departamentos, nos quais gere recursos financeiros, materiais, humanos e mercadológicos; conduzir as relações entre a

[269] Informações disponíveis no site: http://www.fatago.com.br.

> empresa e os empregados, participando dos processos de seleção, admissão e demissão de funcionários; implementa planos de carreiras e programas de benefícios. (FAT, *site* institucional)

As características profissionais e pessoais que ajudam na profissão são: raciocínio abstrato, facilidade para lidar com números, espírito de liderança, criatividade, capacidade de adaptar-se às diferentes situações, além de iniciativa e atualização permanente. Tais características compõem as orientações do currículo do curso de Administração aprovado pela CFA em 1995, portanto encontra-se desatualizado, tendo em vista as novas orientações da Resolução n° 3/2005.

No projeto político pedagógico do Curso de Administração os objetivos gerais estabelecidos para o curso são:

> Formar o bacharel pleno em Administração e suas habilitações, capaz de promover a gestão empresarial humanística e eficaz com profissionalismo, criatividade e espírito crítico, além de capacitá-lo para administrar organizações de forma que as mesmas prosperem no novo contexto empresarial, observando as tendências e exigências relacionadas às questões éticas, sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas. (FAT, *site* institucional)

O conjunto de saberes e conhecimentos ministrados ao longo do curso de *Administração com Habilitação em Administração Geral*, desenvolverá as seguintes competências e habilidades:

> Compreender as ações administrativas, de modo integrado, sistêmico e estratégico e suas relações com o Meio Ambiente; criar e propor modelos de gestão efetivamente inovadores; comunicar-se e expressar-se adequadamente nos documentos técnicos específicos; expressar-se de modo criativo e crítico diante dos diversos contextos organizacionais e sociais; organizar e coordenar atividades, programas e projetos; identificar, equacionar e avaliar riscos; selecionar procedimentos que proporcionem uma atuação interativa em benefício dos objetivos comuns da instituição e do grupo. (FAT, *site* institucional)

Ao relacionar as competências e habilidades previstas nas diretrizes curriculares, a Faculdade Tamandaré, reproduz as orientações já explícitas nos documentos do Conselho Federal de Administração, a saber:

> Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos; exercer o processo da tomada de decisão; desenvolver expressão e comunicação; negociação; relacionamentos interpessoais ou intergrupais; desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim *expressando-se de*

> *modo critico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais.* (FAT, *site* institucional)

O Curso de *Administração com Habilitação em Marketing e Vendas***,** autorizado pela Portaria Ministerial nº. 3.305 de 18/10/04 – DOU 19/10/04, com 100 vagas para o período noturno.

Para que esse profissional possa exercer, com competência, sua função, deve ser apresentado não apenas a técnica administrativa de excelência, mas, também, ter estimulado o seu aspecto comportamental, visando a desenvolver sua capacidade de lidar com desafios complexos e incertezas de grande porte.

Os objetivos, perfil profissional, perfil do professor, mercado de trabalho, atividades acadêmicas, relacionadas para este curso, são exatamente os mesmos apresentados para Administração com habilitação em Administração Geral.

3.4.1.1.8. Faculdade de Goiás[270]

A Sociedade de Ensino Superior do Centro Norte, mantenedora da FACULDADE DE GOIÁS - FAGO, foi autorizada através da Portaria n° 1.247, de 13 de maio de 2004:

> Art. 1º Credenciar a Faculdade de Goiás, a ser estabelecida na Rua 67-A Quadra 140 Setor Industrial, Bairro Zona Norte, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela Sociedade de Ensino Superior do Centro-Norte, com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, aprovando neste ato o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, pelo período de cinco anos, e o seu Regimento. (FAGO, *site* institucional)

Divulga em seus documentos que a FAGO quer conquistar amplo reconhecimento por parte dos alunos e, da comunidade goiana de modo geral e, espera poder contribuir para satisfazer a demanda por formação profissional de qualidade, que cresce com as mudanças no mundo globalizado e as exigências da empregabilidade pessoal e empresarial, *na busca de profissionais competentes e empreendedores e cidadãos que querem profissionalizar-se e pretendem ingressar no mercado de trabalho.*

Inserida no mercado goiano, pretende aproveitar as "oportunidades criadas por uma sociedade que caminha a passos largos para ampliar sua participação no cenário nacional, na medida em que o *fortalecimento dos investimentos privados e a modernização*

[270] Informações disponível no site: http://www.fago.edu.br.

do Estado criam novas solicitações e estímulos em todas as áreas da produção e do conhecimento" (*Grifos nossos*).

Nesse contexto, os cursos foram concebidos para oferecer aos alunos uma sólida *formação técnica*, amparada por um *embasamento humanístico* que lhes proporcione condições de adquirir uma visão abrangente da realidade em que atuarão, interferindo com consciência nos padrões de educação da comunidade. A IES entende que:

> *São muitas as possibilidades socioeconômicas* criadas no momento por que passa a sociedade goiana. Como sempre, tais possibilidades precisam orientar-se com base em referências científicas e culturais que abram novos horizontes de desenvolvimento auto-sustentado. Para tanto, *as instituições de ensino desempenham papel único e insubstituível como, aliás, tem sido amplamente reconhecido pela sociedade brasileira.* (FAGO, *site* institucional) *Grifos nossos*.

A Faculdade de Goiás integra em seu discurso, sua importância ao crescimento e desenvolvimento de Goiânia e revela ter como missão:

> Oferecer educação de qualidade e continuada para atender às transformações e aos desafios do mercado de recursos humanos e de trabalho, aliada à formação de cidadãos éticos, dinâmicos e conscientes de seu papel nas sociedades goiana e brasileira. (FAGO, *site* institucional)

Apresenta metas, arrojadas para uma IES privada, na medida em que se propõe "oferecer aos seus alunos um corpo docente qualificado, *apoiar a pesquisa*, a *produção acadêmica*, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito crítico, como garantia para a qualidade do ensino que ministra".

O Curso de Administração da Faculdade de Goiás – FAGO foi autorizado pelo Ministro da Educação, em 2004, através da Portaria n° 1.248 de 13 de maio, quando resolve:

> Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Administração, bacharelado, com habilitações em *Administração em Comércio Exterior, Administração Financeira, Administração Geral e Administração em Marketing,* com 100 (cem) vagas anuais no turno diurno e 100 (cem) vagas anuais no turno noturno, para cada habilitação, a ser ministrado pela Faculdade de Goiás, a ser estabelecida na Rua 67-A Quadra 140 Setor Industrial, Bairro Zona Norte, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, mantida pela Sociedade de Ensino Superior do Centro-Norte, com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás. (FAGO, *site* institucional)

O curso de Administração, com habilitação em Administração Geral, formará profissionais para o novo milênio, considerando as exigências legais, o mercado de trabalho e as mudanças que caracterizam essa nova sociedade, com o novo foco das empresas, organogramas e no sistema de trabalho e área de produção.

A FAGO explicita, em seu projeto pedagógico a formação de um profissional generalista, polivalente e assim, o curso de Administração tem por objetivo:

> Formar profissionais qualificados para compreender as transformações que vêm ocorrendo na dinâmica social e empresarial, onde o conhecimento polivalente, a globalização de mercados, o capital intelectual e a liderança são primordiais no desenvolvimento econômico, social e profissional. Esses profissionais devem ser conscientes de sua inserção no contexto das atividades empreendedoras, iniciadoras e criativas enquanto parâmetros necessários à sua contribuição empresarial, tal como se configura no momento atual. (FAGO, *site* institucional, 2006)

O egresso deverá ser um profissional com: capacidade de diagnóstico; solução de problemas; intervenção no processo de trabalho; capacidade para trabalhar em equipe; auto-organizar-se e enfrentar situações de constantes mudanças, sem se desviar da ética profissional e do compromisso com a sociedade.

3.4.1.1.9. Faculdade Brasileira de Educação – FABEC – BRASIL[271]

A Faculdade Brasileira de Educação e Cultura, entidade particular, localizada no centro da cidade de Goiânia, foi concebida para ministrar cursos de graduação, bem como cursos de extensão, especialização, atualização, aperfeiçoamento e capacitação profissional, através da Portaria MEC 2.078, do dia 13 de junho de 2005.[272]

Declara, em seus documentos que "suas atividades principais são: o ensino, a pesquisa e a extensão no campo da educação superior, entendendo que o conhecimento cientifico e/ou tecnológico, deve servir à sociedade com acompanhamento dos avanços dos novos tempos".

Afirma, ainda, que faz "intercâmbio com as universidades e IES da Região Centro-Oeste, visando ao melhor desenvolvimento do ensino, da pesquisa e de extensão".

Informa que "seu ensino é dirigido para os reais interesses da comunidade, colaborando na criação de condições para o desenvolvimento regional, conectando-se com a expressão sócio econômica e cultural de Goiás e do Brasil" (*site* institucional).

A proposta educacional da FABEC – BRASIL é:

> Formar bacharéis em Administração e Contábeis, que possam exercer suas atribuições profissionais, com competência e responsabilidade ética, perante as organizações que representam e a sociedade em geral, possuidor de visão crítica e analítica, com capacidade de antecipar e promover mudanças e tomar decisões, de

[271] Informações disponíveis no site: http://www.fabecbrasil.edu.br
[272] Informações no site: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br.

> modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida do Centro Oeste e especificamente Goiás. (FABEC-BRASIL, *site* institucional)

O curso de Administração com Habilitação em Administração de Empresas, foi autorizado pela Portaria n° 2.079 de 13 de junho de 2005, Parecer n° 669/2005 SESu, o que demonstra ter sido a IES criada tendo como "carro chefe" o curso de Administração.

A proposta do Curso de Administração é:

> Graduar administradores; formar cidadãos compromissados, com competência; formar um generalista com visão sistêmica, integral do contexto da realidade; simultaneamente, cultivar visão especializada numa área específica de conhecimento de administração; formar um indivíduo com espírito empreendedor, capaz de visualizar estratégias de negócios, bem como projetar novos empreendimentos, estruturas e comportamentos. (FABEC-BRASIL, *site* institucional)

São trezentas (300) vagas oferecidas pela FABEC – Brasil para os cursos de Administração de Empresas e trezentas (300) para o curso de Administração em Análise de Sistemas.

O curso de *Administração com Habilitação em Análise de Sistemas* tem como missão, e propostas, exatamente os mesmos do curso de Administração com habilitação em Administração de Empresas. Não nos sentimos confortáveis em repeti-los, até por acreditar ser, totalmente desnecessário e, que nos coloca interrogações. Se os cursos são em habilitações diferenciadas, deveriam ter propostas, também, diferenciados?

O objetivo deste curso é:

> A formação de analistas de sistemas capazes de realizar trabalhos de criação e racionalização de atividades nas organizações e de prestar suporte aos seus sistemas de controle operacional e gerencial através da análise, projeto e implementação de sistemas de processamento de dados. (FABEC-BRASIL, *site* institucional)

A FABEC divulga, ainda, em seu *site*, o curso de Administração de Marketing. No entanto, não consta informações específicas sobre o curso na página do *site* que foi utilizada como fonte de pesquisa (http://www.fabecbrasil.edu.br. Acesso em 20 de outubro de 2006).

3.4.1.1.10. Universidade Federal de Goiás: Curso de Administração em Goiânia[273]

A Universidade Federal de Goiás criou, provisoriamente, o Curso de Administração no interior da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, através da

[273] Informações disponíveis no site: http://www.ufg.br. Acesso em 18 de novembro de 2006.

Resolução CONSUNI 09/2005, de 31/05/2005 em Goiânia. É o primeiro curso de Administração criado dentro de uma Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos. Por quê? Não é objeto deste estudo, analisar cada um dos cursos e sim, caracterizá-los, demonstrando a expansão dos cursos de Administração, em Goiás. No entanto, a criação do curso de Administração da UFG, já é, *a priori* um excelente tema para novas pesquisas, especialmente por ter nascido no interior de uma Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos. Outra questão é a criação do Curso de Administração modalidade a Distância – Pólo de Goiânia, Pólo Jataí, Pólo Morrinhos, Pólo Quirinópolis, Pólo Porangatu.[274]

Declara em seus documentos que o curso de Administração tem por objetivo:

> Formar o bacharel administrador para o exercício da profissão e para o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da Ciência Administrativa. O curso desenvolve a capacidade analítica, crítica, e empreendedora, bem como habilidades técnicas, conceituais e humanas com vistas a capacitar o aluno na observação, diagnóstico e intervenção nas organizações tanto públicas quanto privadas. (UFG, site institucional, 2006)

O administrador deverá possuir habilidades como senso crítico, inovação, flexibilidade e análise intuitiva. Para tanto, sua formação profissional requer domínio das várias áreas da administração e dos negócios, abrangendo o planejamento, e a operacionalização, o controle e a divulgação em todas as etapas do processo de gestão administrativa de uma organização.

O curso de Administração capacita os profissionais para as seguintes áreas: recursos humanos, administração de produção, administração de materiais, logística, administração financeira, custos, planejamento e orçamento, mercado de capitais, pesquisa de mercado, desenvolvimento de produto/serviço, gerência de produto/mercado/negócios, promoção de vendas, vendas e administração de vendas, distribuição física, planejamento de negócios e projetos.

Os bacharéis em Administração são habilitados e capacitados para compreender e exercer questões relacionadas às entidades, à pesquisa científica, ao mercado e à sociedade, tais como:

a) reconhecer e identificar problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar

[274] Informações obtidas do *site*: http://www.ufgvirtual.ufg.br/moodle. Acesso em 18 de novembro de 2006.

conhecimentos, e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

b) desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais.

3.4.1.1.11. Faculdade Dinâmica – UNICAMPS[275]

A Faculdade Dinâmica – UNICAMPS foi criada pela Portaria do MEC n° 2.572 de 24 de agosto de 2004, instituição privada, localizada na cidade de Goiânia, no bairro de Campinas. Em seu *site* institucional constam as seguintes informações:

> CHEGOU A FACULDADE QUE VOCÊ ESPERAVA!!! Venha para a Faculdade que se preocupa com a prática, preparando ainda mais o profissional para atuar no mercado de trabalho. Faça hoje mesmo seu vestibular com resultado imediato. ADMINISTRAÇÃO é com a gente. Fone (62)3091-6600"Nós confiamos em Deus".
>
> Aqui você tem além de excelentes aulas teóricas, professores qualificados e preocupados em trazer a prática de sua profissão para a sala de aula e vice-versa. Saia da Faculdade preparado para conquistar o disputado Mercado de Trabalho. Unicamps unindo Prática e Teoria.
>
> Ligue para AGENDAR SEU VESTIBULAR e tenha o resultado no MESMO INSTANTE!!! Você tem total PRIVACIDADE e só você fica sabendo do seu resultado. Ligue ou envie um e-mail e entraremos em contato com você!!!

Impressionava a forma de "comercialização" da educação superior. O discurso de preparação para o mercado de trabalho é bem claro e objetivo. O critério do Vestibular, via Internet, rápido, ágil, garantindo "exclusividade" e "privacidade", considerando isso, como valores. A socialização do nome UNICAMPS, e a relação que se pode fazer com a conceituada Universidade de Campinas no Estado de São Paulo é para nós, uma estratégia mercadológica, por sinal, não ética.

Ao fazer referências aos cursos oferecidos, anuncia: "ESPECIALIZE-SE, aumente sua empregabilidade e seus conhecimentos". Está claro, que o foco é a empregabilidade, depois o conhecimento.

E continua: "Reserve já sua matrícula em um dos nossos cursos":

> Gestão de Pessoas: Formar especialistas na gestão de pessoas proporcionando capacitação técnica e competência crítica no campo da administração. Desenvolver visão estratégica e ampliar a visão de negócios sempre considerando a importância central das pessoas e do Marketing para o desempenho das organizações.

[275] Informações obtidas do site: www.unicamps.com.br.

> Gestão Financeira: O curso tem o objetivo de capacitar os profissionais para gerir e assessorar as empresas na gestão financeira e controladoria, com competência técnica e responsabilidade no processo decisório, por meio do estudo de técnicas inovadoras e da gestão estratégica nas áreas financeira e contábil, que permitirão aos profissionais diferenciarem-se no mercado de trabalho.
>
> Docência Universitária: Analisar os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e didático-pedagógicos nos quais ocorre a atividade docente universitária, a fim de nela intervir, qualificando o profissional para a Docência no Ensino Superior.
>
> Educação Especial: Capacitar profissionais para a educação de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, possibilitando a compreensão de suas possibilidades, potencialidades, limitações e diferenças, propondo e promovendo projetos e ações interativas e inclusivas no espaço escolar e na comunidade em geral.
>
> Educação Infantil: Capacitar pessoal de nível superior com graduação em licenciatura plena e bacharelado, visando aprimorar sua atuação técnico-pedagógica no desempenho profissional de ser professor especializado em educação infantil garantindo um aprofundamento de estudos para um melhor desempenho na sua atividade profissional.
>
> Psicopedagogia: Qualificar o profissional para atuar em Clinicas multidisciplinares e no contexto escolar, possibilitando aos profissionais da educação e da saúde a análise, intervenção e compreensão do processo educativo, relacionando as teorias psicopedagógicas às práticas pedagógicas com as dificuldades de aprendizagem, diagnosticando, intervindo e atuando no processo, bem como Capacitar profissionais de nível superior, para o magistério de 3º grau, em áreas afins.

No *site* do INEP, registra a autorização para o curso de Administração, através da Portaria n° 2.573 de 24 de agosto de 2004, indicando que a IES iniciou suas atividades acadêmicas, tendo como "carro-chefe", o curso de Administração com habilitação em Gestão de Negócios, Gestão de Sistemas de Informação e Marketing, o que contradiz aos cursos oferecidos no *site* institucional que são: Gestão de Pessoas e Gestão Financeira.

3.4.1.1.12. Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP[276]

Nos documentos pesquisados, a FANAP inicia suas atividades, em março de 1999. Aparecida de Goiânia contava sua primeira instituição de ensino superior. Justifica sua criação, a partir da seguinte fala:

> A relevância do município de Aparecida de Goiânia no cenário brasileiro, e principalmente no Estado de Goiás por destacar-se como importante pólo agro-industrial regional em vertiginoso crescimento econômico e demográfico, evidencia a importância do atendimento da demanda social por conhecimento e capacitação profissional, que em constante processo de mudanças, carece de profissionais

[276] Informações disponíveis no site:http://www.fanap.br.

> qualificados e adaptados aos novos conceitos e processos tecnológicos de informação do mundo globalizado. (FANAP, *site* institucional)

Em fevereiro de 2001 foram autorizados os cursos de *Administração com Habilitação em Marketing* e *Administração com habilitação em Sistemas de Informação* (autorizados respectivamente pela Portaria nº 133 de 01/02/2001, publicada no D.O.U. em 02/02/2001). Teve seu reconhecimento através da Portaria n° 405 de 25 de julho de 2006.

A habilitação em Gestão de *Marketing*, parte do curso de Administração, integra-se ao curso na formação profissional geral, para a qualificação de profissionais com uma visão geral da área, ao tempo em que se aprofundará estudos no campo da gestão de *marketing*, o desenvolvimento estratégico de organizações de marketing, o uso da tecnologia da informação, o desenvolvimento da criatividade e da inovação e a diversificação estarão contemplados na organização curricular, a fim de promover uma formação especifica atualizada, ao mesmo tempo abrangente.

O egresso do curso de Administração deve caracterizar-se pela aceitação de um novo paradigma no ensino da Administração, que valoriza *a formação de um profissional generalista/polivalente, envolvendo dimensões cognitivas e afetivas.* (grifos nossos). Por isso exige-se desse profissional:

> Capacidade de diagnóstico, de soluções de problemas, de intervenção no processo de trabalho, de trabalhar em equipe, auto organizar-se e enfrentar situações de constantes mudanças, sem se desviar da ética profissional e do compromisso com a sociedade. Trata-se da qualificação real do administrador, entendida como somatório de competências e habilidades e diferentes tipos de conhecimento, oriundos de fontes de formação geral, profissional e da cidadania. (FANAP, *site* institucional)

O curso de *Administração com Habilitação em Gestão de Marketing* proporciona, ao profissional, embasamento técnico para proceder no planejamento, na organização, na supervisão, na gerencia e direção, dando à empresa rentabilidade com menor custo, assegurando produtividade, qualidade e a satisfação do cliente.

O curso de *Administração com Habilitação em Sistema de Informação* foi autorizado pela Portaria n° 133 de 01 de fevereiro de 2001 e reconhecido através da Portaria n° 405, de 25 de julho de 2006. Revela em seus documentos, o "compromisso com desenvolvimento sustentável, na comunidade em que a instituição está inserida, e as oportunidades sócio-econômicas relativas à região e do próprio município e Estado".

O referido curso está estruturado para atender às necessidades do mercado local e regional, com profissionais qualificados, com formação especifica em disciplinas desta área.

Seu currículo instrumentaliza o profissional em aspectos específicos da gestão, estratégias, aplicações e desenvolvimento dos sistemas de informação. A parte geral abriga disciplina de formação geral, instrumental e profissional da Administração, com base na Resolução 02/1993 do MEC[277] e nas propostas das diretrizes curriculares, elaboradas pela Comissão de Especialistas do Ensino de Administração. (O que já se encontra desatualizado, pois tem novas orientações a partir da Resolução n° 4, de 13 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Educação).

Expressa, em seus documentos, que o objetivo do curso é:

> Formar Administradores de perfil diferenciado *generalista/polivalente*, com visão futurística para formação global e humanística forte e que seja hábil negociador, planejador por excelência e preparado para conduzir grupos de trabalho a exercerem atividades para as organizações. (FANAP, *site* institucional)

O egresso do curso de Administração deve caracterizar-se pela aceitação de um novo paradigma no ensino da Administração, que valoriza a formação de um profissional *generalista/polivalente*, envolvendo dimensões cognitivas e afetivas. Repetem-se as mesmas exigências do profissional Administrador em *Marketing*, conforme expresso anteriormente.:

Dentro desta visão, terá como referência o mesmo perfil delineado para o curso de Administração com Habilitação em *Marketing*. Interessante perceber, que as IES, em sua maioria, reproduzem para cursos que têm habilitações diferenciadas, o mesmo perfil (uma cópia), o que confirma a incoerência da multiplicidade de habilitações quando o curso é um só – Administração.

3.4.1.1.13. Faculdade Alfredo Nasser[278]

A UNIFAN – Faculdade Alfredo Nasser, em seus documentos disponibilizados no *site* institucional, relata que nasceu dos esforços dos membros da Associação Aparecidense de Educação – AAE, principalmente da figura de seu Presidente, o Professor Alcides Ribeiro Filho, pioneiro em educação do município de Aparecida de Goiânia. Assim, a faculdade carrega o seu nome, numa expressão muito característica da "propriedade privada".

Iniciou suas atividades enquanto IES, em 2000, através da Portaria MEC n° 1.682 de 19/10/200, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 23/0/2000, com a implantação dos cursos de Letras e Pedagogia.

[277] As informações no *site* encontram-se desatualizadas, pois já se tem uma nova Resolução n° 4 de 13 de julho de 2005 do Conselho Nacional de Educação.
[278] Informações disponíveis no *site*: http://www.unifan.edu.br.

Os documentos pesquisados registram que a UNIFAN foi criada centrada na "filosofia da qualidade, comprometimento, participação e competência" e que sua perspectiva é:

> Estabelecer o aperfeiçoamento institucional por meio de reflexões constantes, numa busca de análise de objetivos, metas, filosofia e política para possíveis redefinições. A grande meta é construir a imagem da Faculdade como instituição de excelência, comprometida com aqueles que são a razão de ser da escola: os estudantes. (UNIFAN, *site* institucional)

Declara em seus documentos que a proposta da Instituição fundamenta-se no "oferecimento de condições para o desenvolvimento integral e harmonioso do aluno, colocando à sua disposição os meios de que necessita para facilitar-lhe a educação como parte do acervo cultural criado pelo próprio Homem, que se constitui no espaço de sua educação, de sua comunicação com o outro, de seu desenvolvimento como ser-em-relação". E aponta, suas finalidades:

> Constitui finalidade primordial da Instituição contribuir para a formação de pessoas aptas a inserir nos diversos setores profissionais, pessoas que sejam capazes de pensar a realidade em que vivem e transformá-la, e que sejam capazes, antes de tudo, de exercer sua liberdade e autonomia de acordo com seus princípios e valores morais éticos e sociais. (UNIFAN, *site* institucional)

Sua Visão de Futuro é "Ser uma Instituição de Ensino Superior reconhecida nacionalmente como referência em termos de qualidade educacional".

Seus valores constituem os compromissos educacionais da Faculdade a formação do futuro profissional com os seguintes valores: dimensão Moral**:** Saber ser; dimensão Técnico-científica: Saber conhecer*;* dimensão Política**:** Saber fazer e a dimensão Social**:** Saber conviver. A instituição reproduz aqui, os quatro pilares da educação, a partir do "Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI", produzido para a UNESCO.[279]

O curso de Administração Geral foi autorizado com quinhentas (500) vagas, sendo duzentas e cinqüenta (250) para o período matutino e duzentas e cinquenta (250) para o período noturno (grifos nossos), através da Portaria MEC n° 627 de 06/03/2002, publicado no DOU em 07/03/2002, Parecer n° 315/2002, e reconhecido pela Portaria n° 4.125 de 30/11/2005. Informa que o curso está estruturado "sob uma visão empreendedora, possibilitando a formação de profissionais com habilidades e competências gestoras do desenvolvimento empresarial". Fica aqui, um questionamento: que critério o MEC utiliza na

[279] Consultar: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez. Brasília, MEC/UNESCO, 1999.

autorização do número de vagas? A IES tem estrutura acadêmica para acolher quinhentos (500) alunos?

Destaca, em seus documentos, os objetivos do curso de Administração, que se resumem em: proporcionar, ao aluno, domínio dos conteúdos fundamentais de teoria e práticas administrativas, para uma visão crítica das organizações, da sociedade e da profissão; proporcionar, ao aluno, instrumentações intelectuais, culturais e tecnológicas; desenvolver entre os alunos, um relacionamento social de cunho cooperativo, de respeito mútuo e de participação responsável e criadora; difundir o conhecimento na área de Administração.

E dentre outros, os documentos fazem ainda referência ao objetivo de preparar o aluno como empresário e executivo, empreendedores, gerentes e técnicos preparados para enfrentar, com liderança, as mais diferentes situações de mercado, com iniciativa suficiente para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências; preparar os gestores envolvidos em decisões e estratégias, para lidar com e estabelecer vantagens competitivas num mercado globalizado.

3.4.1.1.14. Faculdade Suldamérica[280]

A Faculdade Suldamérica, localizada no município de Aparecida de Goiânia – GO, faculdade privada em sentido estrito, foi criada através da Portaria MEC n° 3.627 de 17 de outubro de 2005.[281]

Na tentativa de melhor caracterizar a referida IES, buscamos a participação do Prof. Msc. Eugênio de Britto Jardim, Diretor Geral da Faculdade Suldamérica, que em resposta ao questionário[282], relatou que a referida IES iniciou suas atividades acadêmicas com o curso de Administração, "por ser um curso de maior demanda na sociedade".

Informa que para o curso de Administração Geral, foram oferecidas, duzentas (200) vagas, realizando as duzentas (200) matrículas, tendo recebido o conceito "A" na avaliação do MEC. Possui um corpo docente de dezenove (19) professores, sendo quinze (15) especialistas, três (3) mestres e um (1) doutor.

O curso de Administração foi criado através da Portaria MEC n° 3.629 de 17 de outubro de 2005, com o Parecer n° 1.322/2005 SESu.

---

[280] Informações disponíveis no site: http://www.suldamerica.edu.br/instituicao.html. Acesso em 20 de novembro de 2006.
[281] www.ensinosuperior.inep.gov.br.
[282] Questionário respondido pelo Prof. Msc. Eugênio de Britto Jardim, Diretor Geral da Faculdade Suldamérica. Respondido em 23 de março de 2007.

Quando questionado sobre os pontos fortes do curso, o Diretor relaciona: “conteúdo adequado à região; forte demanda e profissionais competentes como docentes”. Os pontos que precisariam ser melhorados, salienta: “a relação acadêmica x prática; fortalecer conhecimentos de informática e desenvolver pesquisas”.

Relaciona, como motivos da evasão dos alunos, a “falta de recursos financeiros dos mesmos, para arcarem com as mensalidades”.

Sua opinião sobre a expansão do ensino superior, em Goiás, afirma ser, “um grande avanço na qualidade de vida da população, melhoria da mão de obra, em função da vinda de empresas com tecnologias cada vez mais complexas”, o que indica a relação da expansão do ensino superior e o desenvolvimento econômico do Estado, tendo em vista a instalação de grandes empresas em solo goiano. Como pontos negativos da expansão, o Diretor ressalta o fato de “muitas faculdades estarem sendo exploradas por pessoas fora do ramo”, o que significa empresários que não tem conhecimento do processo educacional. Ressalta ainda, “unidades educacionais criadas por critérios políticos e falta de compromisso com a ciência”, o que reforça a percepção de IES cuja preocupação é a transmissão do conhecimento, sem quaisquer possibilidades de produção do conhecimento através da pesquisa.

Ao ser questionado sobre os fatores sociais, econômicos e políticos que influenciaram a expansão do ensino superior em Goiás, afirma:

> Os fatores sociais estão relacionados à posição (status) na sociedade; promoção na atividade profissional, melhoria da auto estima; melhoria nas relações interpessoais e mudança cultura. Quanto aos fatores econômicos: a expansão econômica; aumento do PIB, industrialização do produto primário e maior volume de moeda no mercado. Os fatores políticos que influenciaram esta expansão foram a alteração no planejamento das políticas de ação do Estado e um novo comportamento na relação político/eleitor. (Eugênio Jardim, em questionário)

Sobre a relação entre expansão do ensino superior de Administração e a política do governo FHC, o Diretor não vê relação, salientando que:

> A expansão do curso é devido ao grande número de empresas registradas sem as pessoas preparadas para gerenciá-las neste mundo globalizado e de mudanças muito rápidas. O curso é novo no Brasil e no mundo, ele preenche o vácuo que existe entre trabalho técnico específico e a coordenação destas técnicas em prol dos objetivos da empresa.

Mesmo respeitando a posição do Diretor, quanto a relação expansão dos cursos de Administração e o governo FHC, a pesquisa já demonstrou estreita relação, na medida em que o referido governo "abriu as comportas" para a expansão deste nível de ensino.

Quando questionado sobre a relação da expansão do ensino superior em Goiás e o governo Marconi Perillo, o Diretor também, não vê relação afirmando:

> O mercado é que estava necessitando deste profissional há muitos anos, pois as empresas sofrem de gerenciamento profissional e fazem as estatísticas mostrarem um quadro tenebroso de fechamento de 80% delas em 24 meses de vida.

Torna-se necessária uma ressalva, na perspectiva de reforçar a voz de outros entrevistados; dados do MEC/INEP, documentos disponibilizados das IES criadas e, outras fontes, mostram uma relação muito próxima da expansão do ensino superior em Goiás e, o governo Marconi Perillo. A relação é tão estreita, que nos instiga a ampliar o período da pesquisa, uma vez que, nos dois governos de Marconi Perillo, o ensino superior, em Goiás, cresceu mais em seis (6) anos, do que em toda uma década. Não resta dúvida de que, com o desenvolvimento econômico, o surgimento de novas empresas, demandam a necessidade desse profissional. No entanto, os fatores de incentivos governamentais, criação da Bolsa Universitária, expansão dos distritos industriais, em várias regiões do Estado e, muitos outros a que já fizemos referência, confirmam a relação entre a expansão do ensino superior e o governo Marconi Perillo.

3.4.1.1.15. Instituto Aphonsiano de Ensino Superior – IAESup[283]

A Associação Trindadense de Educação e Cultura é a pessoa jurídica mantenedora das Faculdades e Colégio Aphonsiano, pessoa jurídica de direito privado, criada através da Portaria MEC n° 1.854 de 27 de dezembro de 1999.

Socializa, em seus documentos, que tem como missão "atuar solidária e efetivamente para o desenvolvimento integral da pessoa humana e da sociedade, por meio da geração e comunhão do saber, comprometida com a qualidade e os valores éticos e cristãos na busca da verdade".

Os documentos consultados, neste trabalho, trazem um discurso que justifica a necessidade da criação dessa faculdade nos seguintes termos: tanto o Colégio quanto as Faculdades Aphonsiano, seguindo a missão delineada se comprometem com:

[283] Informações disponíveis no *site*: http://www.aphonsiano.edu.br/aadministracao.php

> A valorização da vida em todas as suas formas; *o respeito à dignidade da pessoa humana e a liberdade pessoal; a busca da verdade e do transcendente;* o relacionamento de estima consigo mesmo, com os outros, com o mundo e com Deus; a busca constante do conhecimento intelectual científico como um serviço que prestamos na *construção de um mundo mais fraterno.* (APHONSIANO, *site* institucional) *Grifos nossos*.

O curso de Administração da Faculdade Aphonsiano foi criado através da Portaria MEC n° 24 de 06 de janeiro de 2000, Parecer n° 1.039/1999 de 10/11/1999. Revê o curso reconhecido pela Portaria n° 4.095 de 30 de novembro de 2005, Parecer n° 1.600/2005 SESu.[284]

Em seus documentos, o curso de Administração da IAEsup tem como objetivo "administrar, controlar e dirigir empresas, buscando os melhores resultados em termos de produtividade e de lucratividade".

O discurso que justifica o curso é o seguinte: a carreira do Administrador é uma das mais promissoras do mundo dos negócios; a formação do Administrador requer conhecimentos fundamentais de psicologia organizacional por atuar não só na dimensão vertical, como também por se relacionar com profissões de outras áreas.

3.4.1.1.16. Faculdade de Inhumas - FACMAIS

A Faculdade de INHUMAS - FACMAIS[285] é uma instituição de ensino superior de caráter particular, mantido pelo Centro de Educação Superior de Inhumas Ltda – CESIN, criada pela Portaria do MEC n° 1.095 de 29 de maio de 2006, através do Parecer n° 1.023/2006 SESu.

Oferece à comunidade o curso de Administração, nas linhas de formação em *Administração de Empresas, Administração em Análise de Sistemas, Administração em Marketing, Administração em Agronegócios* e, Ciências Contábeis. Já apresenta, seus cursos de Administração, na nova formatação de acordo com, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, exigidas pela Resolução n° 4 de 13 de Julho de 2005.

O curso de Administração da FACMAIS está autorizado a funcionar pela Portaria nº. 1.095, de 29.05.06, do Sr. Ministro da Educação, publicada no Diário Oficial da União

[284] Disponível em: www.educacaosuperior.inep.gov.br
[285] Informações obtidas no site: www.facmais.com.br.

(DOU) de 30.05.06. Esta informação indica que a FACMAIS nasceu tendo o curso de Administração como "carro-chefe" no seu processo de criação. Informa em seus documentos:

> Como espaço aberto à criação, à reflexão, *à produção/construção de saberes*, tem a missão de oferecer ensino superior de qualidade, formando profissionais em condições de enfrentar a competitividade no mercado de trabalho, influenciando direta e indiretamente no desenvolvimento sócio-econômico e cultural desta região. (FACMAIS, *site* institucional)

O curso de Administração foi o primeiro na área a ser implantado na cidade e, o primeiro da instituição. Isto demonstra que esta IES, nasceu tendo como carro-chefe, o curso de Administração. A FACMAIS pretende realizar um trabalho que:

> Vise quebrar os paradigmas existentes, que impulsione o ensino médio, que incentive os jovens a estudar, contribuindo, desta forma, para que haja na cidade um rico e instrutivo debate de idéias novas, um intercâmbio de conhecimentos, uma divulgação efetiva da ciência e da tecnologia, bem assim a difusão da arte e da cultura, enfim, que crie a atmosfera e as condições necessárias para o aprimoramento do homem como um todo. (FACMAIS, *site* nstitucional)

Apresenta como Missão "contribuir para o desenvolvimento da cidade, com a colocação, no mercado, de mão-de-obra qualificada que, com certeza, gerará um incremento na economia local". É dentro deste contexto que se pretende inserir o Curso de Administração da FACMAIS, colocando-se como "um agente transformador da sociedade, que a impulsiona visando à melhoria da cidade e da região, através de ações concretas, numa parceria constante e proveitosa entre Faculdade/Comunidade".

Os objetivos propostos do curso de Administração da Faculdade de Inhumas – FACMAIS são os seguintes:

> Formar profissionais da administração altamente qualificados para enfrentar o mercado de trabalho; propiciar aos alunos, através de projetos de extensão e outros, uma atividade prática desde o início do curso; oferecer *condições para que os jovens locais e das cidades circunvizinhas possam ingressar em um curso superior sem que tenham de mudar o domicílio, e a um custo mensal menor do que o existente na Capital do Estado, Goiânia,* contribuindo, desta forma, para a interiorização do ensino superior; propiciar à região a mão-de-obra qualificada necessária para alavancar o seu crescimento econômico; *possibilitar às pessoas que concluíram o ensino médio e não deram continuidade aos estudos a oportunidade de realizar um curso de graduação;* suprir a carência de mão-de-obra especializada na área da administração, dentre outros. (FACMAIS, *site* institucional)

Os grifos realizados na citação dos documentos da FACMAIS traz de diferente a preocupação em manter o jovem no seu município, reforçando a interiorização do ensino superior, fazendo uma referência "real" às melhores e maiores possibilidades financeiras do

jovem estudar em sua própria cidade em comparação com os estudos realizados na capital, mesmo que esta pertença à região metropolitana de Goiânia.

3.4.1.2. Região Centro Goiano

A Região Centro Goiano, de acordo com os dados disponibilizados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN, é composta pelos municípios de Anápolis, Jaraguá, Ceres, Goianésia, Rubiataba, Rialma, dentre outros.

A cidade de Anápolis[286] é denominada como o "principal pólo de desenvolvimento do Estado" e se encontra em primeiro lugar no *ranking* dos municípios mais desenvolvidos do Estado de Goiás, com uma população de 307.977 habitantes.

Localizada entre a capital do Estado e a Capital Federal e, no eixo econômico de grande potencial de consumo, dotada de parque industrial com destaque para o segmento farmacêutico e, de forte comércio atacadista.

No Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA funciona, também, o maior pólo farmacêutico do Estado. Acolhe indústrias de outros segmentos, como beneficiamento de grãos, fertilizantes, metalurgia, gráfica, bebidas, esmagamento de soja, alimentos, fios elétricos, embalagens, cerâmica, vidros temperados, entre outros.

Na área da educação superior, Anápolis é a sede da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ainda possui as Faculdades Integradas da Associação Educativa Evangélica, a Faculdade de Filosofia São Miguel Arcanjo, a Fundação do Instituto Brasil (FIBRA), a Faculdade Raízes (SER), a Faculdade Centro - Oeste, a Faculdade Latino Americana (FLA) e Faculdade Tecnológica SENAI Roberto Mange. As instituições oferecem quarenta e quatro (44) cursos de graduação e conta com cerca de 9.200 alunos. Anápolis possui oito (8) IES que oferecem, juntas, mais de doze mil (12.000) vagas.

Neste trabalho, interessa caracterizar as IES criadas, no período em estudo, com os cursos de Administração e sua relação com o desenvolvimento econômico da região. Será caracterizada a UniEvangélica, a Faculdade Centro-Oeste que aparece no MEC como "descredenciada" e foi comprada pela Faculdade Latino Americana – FLA e a Faculdade do Instituto Brasil Central – FIBRA.

Faz parte, também, desta região, *Goianésia*, cidade que se encontra no 29° lugar no *ranking* dos municípios goianos, mas, que aparece como um município com relativo

[286] SANTANA, Mariza. *Anápolis:* principal pólo de desenvolvimento do Estado. Ranking dos Municípios Goianos - 2005. Disponível em: www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/rank/2005/anapolis.pdf.

dinamismo econômico, tendo em vista sua agricultura com produtos de alto valor agregado e o incremento do movimento de industrialização. Possui 53.317 habitantes, distante da capital a 176 Km é um município que se destaca na produção e na industrialização da cana-de-açúcar, no plantio de grãos e na pecuária leiteira e de corte.

Quanto ao ensino superior, o dado do IBGE, de 2004, apresenta a carência deste nível de ensino, com uma IES pública estadual, com seissentas e sessenta e três (663) matrículas[287]. Tal dado demonstra a importância da criação de uma nova IES no município, como a Faculdade Betel de Goiánésia - FABEGO que nasce com o curso de Administração e, a criação do curso de Administração da UEG.

3.4.1.2.1 – UniEVANGÉLICA – Centro Universitário[288]

De acordo com documentos consultados, a Associação Educativa Evangélica nasceu tendo como "carro chefe" os cursos de *Administração com habilitação em Administração de Empresas*, autorizado pela Portaria n° 1.497/99, o curso de *Administração com habilitação em Finanças*, autorizado pela Portaria n° 1.860/99 e *Administração com habilitação em Hotelaria,* autorizado pela Portaria n° 881/99.

Em agosto de 2004, foram iniciados os cursos de *Administração com habilitação em Recursos Humanos e Administração com habilitação em Marketing*. Este quadro, responde à questão da expansão dos cursos de Administração, através da "máscara" das habilitações.

Declara que sua Visão é de que em 2010, a Associação Educativa Evangélica será reconhecida "como instituição cristã de educação e centro de excelência em ensino, pesquisa e extensão, utilizando conceitos inovadores de gestão".

Quanto ao curso de Administração, acredita que:

> No mundo moderno, a administração vem despontando como uma das carreiras mais sólidas e necessárias para promover mudanças necessárias nas organizações; o curso está concebido com ideais de prover subsídios que visam aprimorar e qualificar o profissional em bases mais amplas e aprofundadas no saber científico e técnico, de forma a fornecer o mercado de profissionais com qualificação diferenciada, que se destinem a trilhar carreiras que culminem com posições de direção de empresas comerciais, industriais ou de serviços. (UNIEVANGÉLICA, *site* institucional)

A UniEvangélica informa que o objetivo geral do curso de Administração é:

---

[287] Informações obtidas do site:http://www.ibge.gov.br.
[288] Informações disponíveis no site: http://www.unievangelica.edu.br. Acesso em 27 de novembro de 2006.

> Obter resultados por meio das pessoas seja nas indústrias, no comércio, na atividade agropecuária, nas organizações de serviços públicos, nas instituições de saúde, de educação, militares ou religiosas, ou em qualquer outra forma de empreendimento humano. A eficácia com que as pessoas trabalham em conjunto para conseguir objetivos comuns depende, principalmente, da capacidade daqueles que exercem função administrativa. (UNIEVANGÉLICA, *site* institucional)

Percebe-se que a IES tem uma preocupação com os programas de pós-graduação, na linha de educação continuada, na medida em que oferece, conforme divulgado em seu *site*:

> Programas de pós-graduação *lato-sensu* nas áreas de Administração de Empresa; Administração Pública e Governo; Economia de Empresas e Administração de Negócios e nas áreas específicas da Administração: Financeira, de Material, Marketing, de Produção, de Recursos Humanos, Orçamento e de Organização e Métodos. (UNIEVANGÉLICA, *site* institucional)

Disponibiliza, em seu material de divulgação, o curso de *Administração com Habilitação em Finanças***,** com Portaria de Reconhecimento n° 1.837, de 21 de junho de 2004 informando que o curso tem, como objetivo, capacitar profissionais de Administração na área de finanças, voltados para o mercado financeiro, tanto no âmbito empresarial como no bancário; mercado de capitais com ênfase em análise de investimentos, riscos/crédito e planejamento e otimização de resultados.

Quanto ao curso de *Administração com Habilitação em Gestão Hoteleira,* Portaria de Reconhecimento n° 1.837, de 21 de junho de 2004, a UniEvangélica declara que o referido curso, tem como objetivo:

> Formar profissionais capazes de atuar como administradores de empresas e empreendimentos nas áreas de hotelaria, incluindo análises relativas ao: planejamento, organização e supervisão de departamentalização e estrutura funcional, administração setorizada, gestão financeira e política da empresa; elaboração de programas buscando o aperfeiçoamento dos diferentes setores; elaboração de planos de marketing e comercialização de produtos e serviços; elaboração de projetos de estrutura e funcionamento de hotéis. (UNIEVANGÉLICA, *site* institucional)

O perfil do *Administrador em Gestão Hoteleira* deverá possuir as seguintes características: liderança, sociabilidade, habilidade de lidar com pessoas, capacidade de abstração para o desenvolvimento de atividades de planejamento e organização, senso administrativo e habilidade numérica; iniciativa e dinamismo para enfrentar situações, procurar novas soluções e ter disposição para o desempenho de intensa atividade em ambientes de hospedagem e lazer.

Para o curso de *Administração com Habilitação em Marketing*, a IES informa que o curso tem como objetivo formar e desenvolver profissionais com capacidade de

empreender, planejar, promover, executar e desenvolver estratégias de comercialização de produtos e serviços, não só satisfazendo desejos e necessidades dos consumidores, como também, antecipando e criando demandas futuras em um ambiente global competitivo.

O curso foi reconhecido através da Portaria n° 628, de 15 de março de 2004. Tem como atividades de Pós-graduação os cursos de Comunicação em *Marketing*; MKT Empresarial; *Endomarketing*; *Marketing* Estratégico; *Marketing* em Serviços; *Marketing* Político e *Marketing* Esportivo.

Quanto ao curso de *Administração com Habilitação em Recursos Humanos*, reconhecido pela Portaria n° 628, de 15 de março de 2004, apresenta-se com o objetivo de:

> Prover líderes organizacionais à sociedade com capacidade empreendedora, experiência educacional no campo dos negócios. Formar profissionais com flexibilidade intelectual que lhes permita ter sucesso num ambiente dinâmico dos negócios, gerando uma fonte de estudos, pesquisa e extensão para o aperfeiçoamento e inovação da prática da área de Recursos Humanos, para buscar excelência em suas funções, tornando-se um centro de referência nas aplicações desta habilidade. (UNIEVANGÉLICA, *site* institucional)

3.4.1.2.2. Faculdade Centro Oeste – FCO[289] Atual é a FLA de Anápolis

Faculdade privada localizada em Anápolis-Go, autorizada através da Portaria MEC, documento n° 3.049, de 26 de dezembro de 2001.

A situação legal atual é de "descredenciada", através da Portaria SESu n° 347, de 13 de julho de 2006. Mais dados veja a seguir sobre a FLA

3.4.1.2.3. Faculdade Latino Americana – FLA[290] – Anápolis/GO

A Faculdade Latino Americana foi credenciada pelo Ministério da Educação – MEC em dezembro de 2002 e, iniciou suas atividades em fevereiro de 2003**.** Localizada no município de Anápolis – Goiás, atualmente a Instituição oferece vinte e três (23) cursos de graduação, e, no ano de 2006, foi comprada pelo grupo UniAnhanguera do Estado de São Paulo, mantenedor de doze (12) faculdades, dentre estas, a maioria no interior do Estado de São Paulo, perfazendo um total de 40 mil alunos. Existem informações de que as ações da instituição, deverão ser comercializadas na Bolsa de Valores. Este, contudo, em nossa avaliação, representa o total empresariamento da educação superior.[291]

Nos documentos pesquisados no *site* da instituição, a FLA coloca-se como uma IES que "desenvolve um trabalho sério compromissado com a qualidade de ensino", e que seu projeto institucional "contempla todos os requisitos atinentes à Responsabilidade Social das

[289] www.educacaosuperior.inep.gov.br.
[290] Informações disponíveis no *site*: http://www.latinoamericana.edu.br
[291] Consultar: NEVES, L. M. W.

Instituições de Ensino Superior" desenvolvendo, desde sua criação, "projetos de extensão de cunho social com grande relevância para o atendimento à comunidade, especialmente a população carente e de baixa renda".

Apesar dos vinte e três (23) cursos oferecidos, o que nos interessa como objeto é o curso de Administração autorizado pela Portaria MEC n° 3.050 de 26 de dezembro de 2001 é o curso mais numeroso da faculdade e "tem por objetivo formar um profissional para trabalhar nas áreas dos negócios, da gerência de empresas e organizações, em funções administrativas nos ramos de Marketing e Gestão Industrial". Disponibiliza, de forma extremamente sintética, o que esses cursos pretendem, a saber:

> O curso de *Administração com Habilitação em Marketing* desenvolve habilidades relacionadas ao planejamento e a definição das estratégias para atuação das organizações no mercado; estuda as necessidades dos consumidores desenvolve produtos e serviços para atendê-los, planejando e organizando as vendas, visando aproximá-los do mercado com o desenvolvimento de campanhas promocionais.
>
> O curso de *Administração com Habilitação em Gestão Industrial* desenvolve habilidades relacionadas ao planejamento industrial, empregando racionalmente os recursos humanos, materiais e financeiro, visando alcançar níveis desejados de produtividade e competitividade: gerencia o espaço de trabalho e tempo, gerindo organizações produtoras de bens e serviços, fundamentando-se sempre nos postulados e princípios da ciência administrativa abrange todas as áreas da atividade produtiva. Identifica e dimensiona riscos, inova e ordena atividades e programas com planos estratégicos. (FLA, *site* institucional)

3.4.1.2.4. Faculdade do Instituto Brasil Central – FIBRA[292]

A Faculdade do Instituto Brasil Central – FIBRA, entidade privada, particular em sentido estrito, localizada em Anápolis-Go, foi criada através da Portaria MEC n° 1.819, de 15 de agosto de 2001, mantida pelo Instituto Brasil de Ciência & Tecnologia Ltda – IBCT.

Informa que é grande a demanda reprimida na região, face à forte pressão exercida pelas empresas que, ao longo de mais de dez (10) anos, migraram para Anápolis, sobretudo estabelecimentos industriais e prestadores de serviços especializados que exigem profissionais altamente qualificados nas mais diversas áreas do conhecimento humano.

Além das atividades inerentes ao ensino de graduação e de formação profissional, a Faculdade do Instituto Brasil "tem por meta a implementação de programas de *Pós-graduação* e um programa estruturado de *extensão e de pesquisas* que promovam o desenvolvimento econômico e social de Goiás". Tal afirmação indica que a IES tem, por meta, em seus documentos, não apenas o ensino, mas, a pós-graduação, pesquisa e extensão

[292] Informações obtidas do *site*: http://www.fibra.edu.br/instituicao.php.

através da utilização de seus departamentos para o desenvolvimento de programas de prestação de serviços à comunidade, em parceria com a "iniciativa privada e agências governamentais, bem como pelo intercâmbio cultural, técnico e científico com universidades do país e do exterior" (*site* institucional). Não conseguimos localizar no referido *site* nenhum trabalho que indique a realização dessas atividades (pesquisa, pós-graduação e extensão).

Declara que sua filosofia é "ser uma instituição de vanguarda, seguindo um conjunto de princípios fundamentais em direção, qualidade e excelência". Na impossibilidade de relacionar todos, apresentamos os cincos primeiros:

> O aluno como razão de ser da faculdade; capacitação de seus recursos humanos (professores e pessoal administrativo); promoção e execução de convênios com outros centros de excelência universitária; garantir padrões de excelência e qualidade no ensino, na pesquisa e nas atividades de extensão, de modo a conquistar o reconhecimento da comunidade. (FIBRA, *site* institucional)

Afirma que "o principal compromisso da instituição é com o aluno", e por isso se propõe a desenvolver ações no interior da IES que possam "facilitar o aprendizado e a formação do corpo discente, com consciência crítica de suas responsabilidades como profissional e cidadão".

A Faculdade do Instituto Brasil desenvolverá atividades de graduação através de seus cursos, segundo os padrões de qualidade e diretrizes curriculares do Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria do Ensino Superior-SESU, bem como das rigorosas exigências do mercado de trabalho.

A FIBRA disponibiliza à sociedade anapolina, os cursos de *Administração com Habilitação em Marketing* e de *Administração com Habilitação em Comércio Exterior*, autorizados pela Portaria n° MEC n° 1819 de 15 de agosto de 2001 e reconhecido pela Portaria n° 1.302 de 19 de abril de 2005.

O que encontra disponibilizado no *site* da IES refere-se aos objetivos dos referidos cursos, a saber:

> O Curso de *Administração com Habilitação em Administração de Marketing* forma profissionais aptos a decidir sobre o posicionamento estratégico de produtos e serviços frente às necessidades de mercado. O acadêmico será instruído sob todos os aspectos de administração e desenvolverá habilidades inerentes ao marketing e seus compostos. Obterá conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento da visão estratégica, do talento e raciocínio objetivo. (FIBRA, *site* institucional)

> O objetivo do curso de *Administração com habilitação em Comércio Exterior* é formar administradores aptos a gerenciar transações comerciais com países e empresas estrangeiras. O acadêmico aprenderá a planejar importações e exportações; a analisar as oportunidades no mercado internacional; a estudar normas mercantis,

> alfandegárias e fiscais de cada país potencialmente parceiro. (FIBRA, *site* institucional)

3.4.1.2.5. Faculdade Betel de Goiânésia - FABEGO[293]

A Faculdade Betel de Goianésia – FABEGO, foi criada através da Portaria MEC n° 641 de 01 de março de 2005[294], com o objetivo de "ser lugar de referência no Estado de Goiás, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da Região de Goianésia e Vale do São Patrício. Para garantir seus objetivos, a FABEGO pretende organizar a Educação que desenvolve em torno de quatro aprendizagens fundamentais, recomendadas pelo Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI:

> "Aprender a conhecer" - caracterizado pela busca do domínio dos instrumentos do conhecimento com a finalidade precípua de descobrir, compreender, fazer ciência;
> "Aprender a fazer" - entendendo-se que, embora indissociável do "aprender a conhecer", o "aprender a fazer" refere-se diretamente à formação profissional;
> "Aprender a viver juntos" - constituindo-se num grande desafio para a Educação, tendo em vista que trata de ajudar os alunos no processo de aprendizagem para a participação, a cooperação e, sobretudo, para a busca coletiva de soluções para os problemas contemporâneos;
> "Aprender a ser" - integrando as três aprendizagens anteriores e caracterizando-se pela elaboração de pensamentos autônomos e críticos que contribuam na formulação própria de juízos de valor, formando assim um cidadão e profissional decidido e preparado para agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Para cumprir essas diretrizes, a FABEGO informa, em seus documentos oficiais, que precisa de estratégias educativas variadas no pensar e fazer acadêmico. O Prof. Msc. Geraldo Fernandes Monteiro, atual coordenador do curso de Administração[295], quando questionado sobre com qual curso a FABEGO iniciou suas atividades acadêmicas, informa:

> *O curso de Administração foi uma questão de oportunidade verificada pelos investidores. O Vale do São Patrício apresenta-se como um pólo desenvolvimentista com grandes potencialidades tanto no setor industrial-pecuarista quanto na mineração.* A carência de profissionais para gerenciamento das inúmeras empresas existentes e outras em processo de implantação e a falta de IES próximas para uma formação universitária aos atuais empreendedores e gerentes, e ainda pela grande quantidade de jovens naquela região que almejam uma formação universitária para aproveitar das potencialidades da região, foram fatores que motivaram aos proprietários a investir na educação neste município. (Prof. Geraldo Monteiro) G*rifos nossos*.

---

[293] Informações obtidas no site: http://www.fabego.com.br.
[294] Disponível no site: www.educacaosuperior.inep.gov.br.
[295] Questionário respondido em 11 de março de 2007, pelo Prof. Msc. Geraldo Fernandes Monteiro, coordenado e professor do curso de Administração da Faculdade Betel de Goianésia – Goiás.

Confirma-se a relação que se estabelece entre o desenvolvimento econômico e a expansão de novos cursos de Administração, especialmente em regiões promissoras, com abertura de novas indústrias, como é o caso do município de Goianésia.

O curso de Administração com habilitação em Administração de Empresas e Administração de Agronegócios foram criados através da Portaria do MEC n° 719 de 03 de março de 2005, o que confirma que o "carro chefe" para a criação da IES foi o curso de Administração.

O Diretor relata que os cursos de Administração iniciaram-se com quatrocentas (400) vagas no ano de 2005, preenchendo 100% de suas vagas, no primeiro vestibular, o que demonstra a demanda reprimida de jovens para o ensino superior. Já no ano de 2006, foram oferecidas duzentas (200) vagas e, realizada a matrícula de cento e vinte (120) alunos. Tal afirmação revela a seriedade na socialização dos dados, pois isso é um fenômeno comum hoje e que são "proibidos" de serem divulgados (uma das razões relatadas verbalmente, para a pesquisadora, por coordenadores dos cursos de Administração pesquisados, que se negaram a fornecer informações, daí o "abortamento" da pesquisa, a que fizemos referência, no início do presente estudo).

Informa que o corpo docente da FABEGO é formado por dezenove (19) professores, sendo treze (13) especialistas e seis (6) mestres.

A FABEGO, ao oferecer o curso de *Administração com habilitação em Administração em Agronegócios*, relaciona, os seguintes objetivos:

> Contribuir para a formação de administradores com foco em agronegócios, aptos para o desempenho de atividades gerenciais e empreendedoras em qualquer tipo de organização da cadeia agroindustrial por meio de conhecimentos e habilidades técnicas, espírito empreendedor, visão sistêmica e postura ética. (FABEGO, *site* institucional)

O curso de *Administração com habilitação em Administração de Empresas* tem por objetivo:

> Transmitir ao aluno o domínio dos conteúdos fundamentais de teoria e de prática administrativa para a construção de uma visão crítica das organizações, da sociedade e da profissão; proporcionar ao aluno instrumentação intelectual, cultural e tecnológica para o desempenho de funções e papéis nas empresas; formar profissionais e líderes com visão empreendedora, para atuar no mundo empresarial, nas áreas de planejamento, de gestão e organização, de controle e de direção de empresas. (FABEGO, *site* institucional)

Quando questionamos ao Diretor, sobre os cursos de Administração oferecidos, relatou que existem pontos positivos e pontos a desenvolver, como todo projeto que encontra-se em construção. Em sua avaliação:

> O curso tem pontos positivos como um bom projeto pedagógico, um quadro de professores com boa formação – experientes e comprometidos, existe aderência entre as disciplinas ministradas e a formação do profissional/professor, boa infra-estrutura a disposição dos alunos e seriedade por parte dos proprietários, coordenação experiente e ônibus executivo, próprio, a disposição dos alunos e professores para visitas técnicas. Os pontos a desenvolver estão relacionados com a implantação dos projetos de pesquisa e extensão em andamento, novas instalações que já estão em andamento, maior investimento no corpo docente e discente, para participar de eventos em geral e implantação do Estágio Supervisionado, que já está sendo estruturado. (Prof. Geraldo Monteiro)

No que se refere ao processo de evasão dos alunos, fato corriqueiro que tem acontecido em todas as IES, mesmo que algumas não admitam e tratem o assunto como sigiloso por se tratar de "dados confidenciais da gestão", o Diretor relata que a evasão existe e suas razões são a falta de recursos financeiros para arcar com as mensalidades e a sobrecarga de trabalho na vida profissional dos alunos, reforçando que "uma quantidade significativa de alunos trabalham nas indústrias locais e, como o trabalho é sazonal, acaba prejudicando a freqüência do aluno e desmotivando-o a continuar, por exemplo indústria de álcool e açúcar".

Para compreender melhor o processo de expansão do ensino superior em Goiás, questionamos ao coordenador sobre o tema e, obtivemos a seguinte avaliação, num primeiro momento positiva:

> Formação de uma maior quantidade de jovens com capacidade crítica capaz de influenciar na própria educação, na política, no mundo dos negócios etc; a importância para o desenvolvimento do Estado, com profissionais melhores capacitados tornando as empresas mais competitivas; também é positivo, porque inúmeros profissionais de outras áreas do conhecimento estão buscando o aperfeiçoamento em Administração, para tentar gerir melhor seu empreendimento, médicos, engenheiros, advogados etc; Percebo que ainda tem muito espaço para cursos que primam pela qualidade. (Prof. Geraldo F. Monteiro, questionário respondido em março de 2007)

O professor faz também referência aos aspectos negativos desta expansão e relata:

> *Pouca fiscalização* por parte dos órgãos responsáveis, deixando a qualidade dos cursos, quase que a critério de cada instituição; a educação, muitas vezes, é tratada *apenas como mais um negócio lucrativo*; poucas exigências para criação de um curso superior; *grandes divergências nas matrizes curriculares*, dificultando o acadêmico, aproveitar seus créditos cursados em uma IES transferidos para outra; *baixa qualidade no ensino* e conseqüentemente de egressos; *desvalorização do profissional de Administração;* excessiva *preocupação com a forma em detrimento ao conteúdo.* (Prof. Geraldo Monteiro) *Grifos nossos.*

Hoje, o crescimento indiscriminado de faculdades privadas isoladas de ensino superior, no Brasil e, especialmente em nosso Estado, revela um quadro de perplexidade conforme bem analisado pelo professor, ao afirmar o que aconteceu, nos últimos anos: foi " um "loteamento" do modelo de educação e, neste contexto, o curso de Administração, em nome da expansão, talvez influenciado pelo poder político/econômico, criou centenas de terminologias, que facilitariam, ao meu ver, a "cooptação" de alunos para o curso de Administração". Por outro lado, outro fator que permitiu e está contribuindo para esse momento histórico, na análise do diretor: "é a "crista da onda" que estamos vivenciando em Administração"

Questionado sobre os fatores sociais, econômicos e políticos que influenciaram a expansão do ensino superior em Goiás, sua avaliação foi:

> O sistema de cotas, o Prouni do governo federal, a importância do ensino para os filhos é valorizada pelos pais, que acabam se sacrificando para dar uma formação para os filhos e ainda, como fator político de relevância algumas contribuições por parte do poder público que contribuem para que um maior número de alunos freqüentar a educação superior em Goiás tais como: Bolsas da OVG (programa regionalizado) e parcerias das IES com algumas prefeituras. (Prof. Geraldo Monteiro)

Quanto à relação entre expansão do ensino superior de Administração e a política neoliberal do governo Marconi Perillo:

> Quer nos parecer que os fatores regionais são semelhantes aos nacionais. Entretanto, mesmo com a subordinação da questão social à estabilidade econômica, o *Governo Marconi Perillo criou alguns mecanismos e neste sentido*, uma de suas preocupações foi o aspecto social, com *o fortalecimento dos programas das bolsas universitárias que, por certo, contribuíram, sobremaneira, com a expansão do ensino superior em Administração. Por outro lado, com a expansão do pólo industrial em Goiás, fez transparecer a necessidade, cada vez maior, destes profissionais. (*Prof. Geraldo Monteiro) G*rifos nossos.*

3.4.1.2.6. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Cursos de Administração[296] - UEG: Unidade Universitária de Goianésia

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Goianésia – Facilgo foi criada pela Lei nº 9.777, de 10 de dezembro de 1985 e, por meio da Lei nº 13.456, 16 de abril de 1999. Transformou-se em Unidade Universitária de Goianésia, da UEG.

Criou o Curso de Administração através da Resolução do Conselho Universitário n° do documento 055/2005 de 07/10/2005.

[296] Informação disponível no site: www.ueg.br.

Prepara o profissional na área de gestão organizacional e administração de produção. Capacita-o para o trabalho cada vez mais competitivo e complexo, dotando-o de habilidades para desenvolver pesquisas.

O mercado de trabalho inclui as organizações em geral, tais como: empresas, organismos públicos, escolas, instituições sociais, sociedades civis e outras.

O administrador é responsável pelo planejamento e funcionamento de uma empresa, seja ela pública ou privada, devendo ter habilidades numéricas, que é um dos requisitos fundamentais para o administrador, assim como liderança, sociabilidade e capacidade de argumentar e transmitir idéias.

3.4.1.3. Região Entorno do Distrito Federal

A Região do Entorno do Distrito Federal, segundo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, é composta pelos seguintes municípios: *Valparaíso de Goiás, Formosa, Cristalina, Abadiânia, Alexânia, Corumbá de Goiás, Luziânia, Pirenópolis, Planaltina,* dentre outros.

Em publicação da SEPLAN[297], destaca-se *Valparaíso de Goiás* que obteve a 16ª posição no ranking dos municípios goianos, com uma população atual é de 123.921 habitantes (IBGE-2004)[298]. Sua localização constitui-se em um dos fatores de competitividade de Valparaíso, por estar situada próxima ao mercado consumidor de Brasília. Tem seu potencial produtivo voltado para as atividades comerciais e de prestação de serviços.

Um aspecto que diferencia Valparaíso das outras cidades do Entorno do DF diz respeito à concentração de entidades de ensino superior. Há um total de cinco (5) faculdades instaladas na cidade: Faculdade Sena Aires, a FIPLAC - Faculdades Integradas do Planalto Central, com dois *campi,* tem três mil alunos matriculados, Faculdades Católicas, a Faculdade JK e o CESB - Centro de Ensino Superior de Brasília. Todas essas faculdades atraem estudantes das cidades do Entorno do DF e de Brasília.

Adiante, iremos caracterizar a Faculdade JK, selecionada por possuir o curso de Administração.

Outro município que faz parte da Região do Entorno do Distrito Federal que sedia o Instituto de Ensino Superior de Goiás: Faculdades Integradas – IESGO é o município de

[297] Informações disponíveis: http://www.seplan.go.gov.br/sepin"Ranking dos Municípios Goianos – 2005 e 2003".
[298] http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php.

Formosa[299] . Possui uma população, estimada em 2005, de 90.247 habitantes. É uma região de atrações turísticas, considerado um centro regional comercial, de moradia e armazenagem de produtos.

Cristalina, que sedia a Faculdade de Cristalina. O município de Cristalina está localizado a 257 quilômetros da capital e a 100 quilômetros de Brasília. Dotada de um subsolo rico em minerais é privilegiada por sua localização geográfica. É o canal natural de exportação e o ponto de intersecção das rotas de transporte para escoamento da produção agro-industrial. A cidade é tradicionalmente um centro produtor e comercializador de pedras preciosas.

Em *Luziânia,* temos a Universidade Estadual de Goiás – UEG, criou o curso de Administração - UEG: Unidade Universitária de Luziânia. Possui uma população de 154.228 mil habitantes ocupa atualmente, a quarta posição dentre os municípios goianos mais populosos, perdendo apenas para Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis. Uma das cidades históricas de Goiás, distante 198 quilômetros de Goiânia.

3.4.1.3.1. Faculdade JK – Administração de Valparaíso[300]

A Rede de Ensino Juscelino Kubitschek cresce e, inaugura em 1999 a Faculdade Juscelino Kubitschek, que em conjunto com as unidades de Taguatinga Centro, Guará, Valparaíso I e Valparaíso II, (em Goiás, por isso, a Faculdade JK, torna-se objeto do presente estudo), com os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Enfermagem, Nutrição, Pedagogia, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.

O Curso de Administração da Faculdade JK de Administração de Valparaiso – GO, tem por finalidade:

> Preparar pessoas para o mercado de trabalho, desenvolvendo uma consciência crítica, solidária, empreendedora, responsável e ativa na sociedade. Pessoas interessadas não apenas no desenvolvimento de suas habilidades técnicas, mas também, preocupadas com a formação e expansão da sua dimensão social enquanto agente transformador de realidades. (FACULDADE JK, *site* institucional)

Continua, em seus documentos, informando que o profissional de administração deve receber uma formação completa de forma a capacitá-lo tanto nas técnicas necessárias ao bom desempenho das tarefas específicas de sua profissão, como também capaz de através das disciplinas humanistas, ser um agente social de mudanças, mediante a busca de soluções que

[299] Dados obtidos nos sites: IBGE, SEPLAN, Jornal Diário da Manhã.
[300] Informações disponíveis no *site*: http://www.faculdadejk.com.br

priorizem as melhores respostas e os serviços mais eficientes em benefício da sociedade, cujas necessidades de informação constituem a razão de ser da profissão.

Informa o perfil do Administrador que pretende formar, com embasamento, nos documentos produzidos pelo CFA, não trazendo, portanto, nada de novo em relação às outras IES, a saber:

> Ser um profissional administrador generalista, com visão de todo o ambiente da comunidade e do mundo dos negócios, planejador, capaz de fornecer aos executivos das organizações grandes linhas de ação, indicando os caminhos, os meios, as formas, os processos e os sistemas mais apropriados à realidade da organização; ser um profissional influente na consecução de objetivos organizacionais que influenciem o comportamento das pessoas, o rumo dos negócios, a perspectiva das atividades empresariais; ser um profissional preparado para atuar como agente condutor de mudanças e para adaptar as organizações a esse processo; ser capaz de elaborar pareceres, relatórios, planos, projetos e laudos em que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de organização; ser capaz de racionalizar os custos, através do planejamento, do controle, da organização e da direção de todos os setores de uma empresa. (FACULDADE JK, *site* institucional)

3.4.1.3.2. Instituto de Ensino Superior de Goiás: Faculdades Integradas - IESGO[301]

A IESGO foi criada em 2001 com os cursos de Letras, diferenciando-se da maioria que são criadas com o curso de Administração.

Em 2002, a IES se consolida e começa, de acordo com seus documentos, a concretizar a visão dos seus idealizadores que é "consolidar-se como centro de excelência" e assim, em 2003 constrói sua sede própria, "numa arquitetura arrojada e moderna, capaz de atender à demanda de dois mil e duzentos alunos por turno". E explicita sua Missão e Visão, que devem orientar a caminhada:

> A missão institucional das Faculdades Integradas IESGO constitui-se em servir a comunidade provendo conhecimento calcado em valores e princípios éticos e humanísticos, oferecendo recursos relevantes para o desenvolvimento científico, filosófico, profissional, social e cultural, buscando sempre o bem-estar da sociedade e contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a elevação do Ser, defendendo a expressão e o cumprimento da verdade.
>
> Sua Visão é consolidar-se como centro de excelência, reconhecido nacionalmente na produção, sistematização e difusão do conhecimento e na qualidade dos serviços prestados à comunidade. (IESGO, *site* institucional)

Ainda no ano de 2003, criou-se o curso de Administração através da Portaria n.º 3772 de 12 de dezembro de 2003 e o MEC resolve:

[301] Informações disponíveis no site: http://www.iesgo.edu.br.

> Autorizar o funcionamento do curso de Administração, bacharelado, com a habilitação Marketing, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pelas Faculdades Integradas IESGO, na Avenida Brasília, n.º 2001, Bairro Formosinha, na cidade de Formosa, no Estado de Goiás, mantidas pela Sociedade de Ensino Superior Fênix S/C LTDA, com sede na cidade de Formosa no Estado de Goiás. (IESGO, *site* institucional)

O curso de *Administração com habilitação em Administração de Marketing* da IESGO foi criado com o objetivo de preparar um profissional com as características desejáveis de um Administrador moderno, preparado para atuar na sub-área de Marketing.

Justifica sua criação afirmando que "os fenômenos da globalização, da horizontalização de estruturas e redefinição de funções profissionais têm levado a um acirramento brutal da concorrência entre empresas, marcas e produtos. Fidelidade do consumidor já é um fenômeno cada vez mais raro. Dentro deste contexto, a necessidade de um Administrador com um conhecimento, mais específico deste segmento é uma exigência real do mercado".

3.4.1.3.3. FACEC - Faculdade Central de Cristialina[302]

No *site* institucional da Faculdade Central de Cristalina encontra-se apenas a divulgação dos cursos de graduação que são oferecidos.

O curso de Administração, objeto de pesquisa, o Curso de Administração com Habilitação em Agronegócios da Faculdade Central de Cristalina – FACEC foi autorizado pela Portaria n° 2.791, de 06 de setembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União e tem como objetivo "formar o profissional e prepará-lo para gerenciar, administrar e realizar ações de liderança nos diversos setores da atividade rural".

Informa ainda, que o mercado de trabalho é grande e exige capacitação e que na região a pecuária e a agricultura são importantes componentes da economia. Por isso, a FACEC oferece uma formação completa para quem deseja se formar como Administrador em Agronegócios, preparado para atuar com destaque no mercado de trabalho.

3.4.1.3.4. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Cursos de Administração[303] - Unidade Universitária de Luziânia

A Unidade Universitária de Luziânia foi criada pela Lei nº 13.456 de 16 de abril de 1999. Criou o Curso de Administração através da Resolução do Conselho Universitário n°

[302] Informações disponíveis no site: http://www.facec.edu.br.
[303] Informação disponível no site: www.ueg.br

do documento 055/2005 de 07/10/2005. Tem como objetivo preparar o profissional na área de gestão organizacional e administração de produção e capacitar para o trabalho cada vez mais competitivo e complexo, dotando-o de habilidades para desenvolver pesquisas.

O mercado de trabalho inclui as organizações em geral, tais como: empresas, organismos públicos, escolas, instituições sociais, sociedades civis e outras.

O administrador é responsável pelo planejamento e funcionamento de uma empresa, seja ela pública ou privada, devendo ter habilidades numéricas, que é um dos requisitos fundamentais para o administrador, assim como liderança, sociabilidade e capacidade de argumentar e transmitir idéias.

3.4.1.4. Região Sul Goiano

A Região Sul Goiano, de acordo com a definição da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, é composta pelos seguintes municípios: *Itumbiara*, *Caldas Novas*, Goiatuba, Morrinhos, Piracanjuba, Pontalina, Indiara e outros.

Iremos fazer referência aos municípios de Itumbiara e Caldas Novas pelo fato de ter sido criado, no período em estudo, faculdades de Administração nestas localidades, que representam o *pool* de desenvolvimento desta região. Itumbiara encontra-se no 6° lugar no ranking dos municípios goianos e Caldas Novas em 9°, dos municípios mais competitivos do Estado de Goiás.

Itumbiara é apresentada com um grande parque industrial, sendo, a maioria das empresas ligadas ao agronegócio. Possui 164 estabelecimentos industriais, um distrito agroindustrial com diversas unidades em funcionamento e 1.080 estabelecimentos comerciais. A população gira em torno de 82 mil habitantes.

A Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) oferece treze (13) cursos de graduação para três mil (3.000) alunos e Pós-graduação para oitenta (80) alunos. A UEG oferece cursos na área de educação para seisentos e cinco (605) alunos. Faremos referência, adiante, à nova instituição de ensino superior criada em Itumbiara: a Faculdade Santa Rita de Cássia – UNIFASC.

Outro município que faz parte da Região Sul Goiano é a cidade de *Caldas Novas*[304], que será objeto de estudo, tendo em vista a instalação de um pólo universitário da UEG – Universidade Estadual de Goiás, criando o curso de Administração.

O município de Caldas Novas é tradicionalmente um município com vocação para o turismo devido à presença do maior manancial de águas hidrotermais do Brasil. Localizada

[304] Artigo: "Calor das águas aquece a economia de Caldas Novas" Cláudia Cristina Borges de Souza. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/rank/2005/caldas.

a 161 km de Goiânia, conta com duas instituições de ensino superior: a Universidade Estadual de Goiás - UEG que funciona desde 2000, e tem hoje, aproximadamente 885 alunos matriculados nos cursos de Administração em Hotelaria, Licenciatura Plena parcelada em Letras e Pedagogia; e a Unicaldas - Faculdade de Caldas Novas, fundada em 1999, atualmente com quatorze (14) cursos, dentre outros: Administração de Empresas, Turismo, Engenharia Ambiental, Administração em Agronegócios e Hotelaria.

3.4.1.4.1. Faculdade Santa Rita de Cássia - UNIFASC[305]

A Faculdade Santa Rita de Cássia - UNIFASC, instituição privada de ensino superior, foi criada, na cidade de Itumbiara – Go, pela Portaria MEC n° 2.966 de 22 de outubro de 2003, através do Parecer n° 932/2003 SESu.

A diretora Prof.a Marta Freire Furtado, conforme divulgado nos documentos da IES, por ocasião da abertura do ano letivo, declara que:

> As transformações no mundo contemporâneo redimensionam o papel social da educação e das instituições educativas, uma vez que questionam, particularmente, o papel da escola como agência de formação para o mundo do trabalho e para a vida societária. A nossa proposta, neste momento, é apresentar aqui algumas considerações sobre a prática pedagógica, tendo como fio condutor a formação contínua dos professores. (UNIFASC, *site* institucional)

E complementa:

> Essa temática nos leva a refletir sobre *qual deve ser o papel da educação superior* nesse panorama de mudanças aceleradas, especialmente no tocante à produção do conhecimento e formação de recursos humanos, cabendo aqui alguns questionamentos: *Como as instituições de ensino superior estão reagindo aos problemas atuais? Como formar cidadãos e profissionais a altura dessas novas exigências e dos grandes desafios contemporâneos? De que formação necessitam os futuros professores para que se tornem sujeitos formadores de sujeitos?* (UNIFASC, *site* institucional) *Grifos nossos.*

Percebe-se, com satisfação, as questões colocadas pela Direção da IES e, se nós educadores estaríamos atentos às respostas a essas questões.

Declara como Missão "divulgar, por intermédio do ensino, com excelência pedagógica e metodológica, os conhecimentos científicos, técnicos e culturais de forma a promover e desenvolver o espírito crítico, científico, reflexivo e despertar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional dos acadêmicos e dos docentes".

[305] Informações disponível no *site*: http://www.unifasc.com.br.

Apresenta-se uma visão de educação na perspectiva da formação do cidadão e do profissional, bem como uma visão do professor como "formadores de sujeitos". Trata-se de uma visão que coloca o professor e o aluno num processo de socialização e produção do conhecimento.

Nos documentos a IES divulga o curso de *Administração com Habilitação em Agronegócios* tendo como objetivos:

> Contribuir para a formação de profissionais capazes de organizar, dirigir, supervisionar e avaliar com qualidade e competência as funções básicas do processo administrativo de empresas ligadas ao agronegócios; promover a atualização em modernas técnicas e estratégias gerenciais e oportunizar aos alunos o desenvolvimento de habilidades que permitam a observação e a implementação de modelos inovadores de gestão no campo do Agronegócios, bem como a utilização de sistemas e metodologias de gestão administrativa pertinente a esse contexto. (UNIFASC, *site* institucional)

Informa que o público alvo desse curso são profissionais que atuam no segmento – em empresas de agronegócios, empreendedores do setor e interessados em geral. Terá como campo de atuação, o planejamento e a gestão de organizações de agronegócios, assessoria econômica e financeira a órgãos públicos e instituições vinculadas ao agronegócios.

Para o curso de *Administração com habilitação em Administração em Marketing,* os objetivos são:

> Proporcionar uma sólida fundamentação técnica-cientifica-holística, orientada para a compreensão dos conceitos de Marketing, como base da estrutura organizacional; relacionar conceitos e fatos históricos para compreender o panorama sócio-econômico atual, suas necessidades e prioridades; formar profissionais competentes para atender a demanda de mercado de trabalho da região sul de Goiás e demais regiões circunvizinhas. (UNIFASC, *site* institucional)

Para o curso de *Administração com habilitação em Gestão de Negócios* apresenta seus objetivos repetindo todos os objetivos relacionados aos outros dois cursos citados anteriormente. O mesmo discurso é formulado para o curso de *Administração com habilitação em Administração Geral.*

3.4.1.4.2. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Cursos de Administração[306] - UEG: Unidade Universitária de Caldas Novas

Por meio da Lei nº 13. 456, de 16 de abril de 1999, foi criada a Unidade Universitária de Caldas Novas, da Universidade Estadual de Goiás. Seu funcionamento teve

[306] Informação disponível no site: www.ueg.br.

início em 17 de janeiro de 2000, com o curso de Licenciatura Plena Parcelada em Pedagogia. Hoje, a Unidade Universitária de Caldas Novas tem aproximadamente oitocentos e oitenta e cinco (885) alunos, cinquenta (50) professores e vinte e dois (22) servidores do quadro técnico-administrativo.

A UEG criou, em Caldas Novas, o curso de Administração com habilitação em Hotelaria através do Decreto Estadual n° 5, 181 de 13 de março de 2000. Justifica-se a importância da criação do referido curso:

> O curso prepara o profissional para uma atuação crítica, criativa e reflexiva em planejamento estratégico, organização e administração nas áreas hoteleira, extra-hoteleira e setores relacionados à hospitalidade (UEG, *site* institucional).

O profissional deverá atuar em um mercado altamente competitivo, com economia globalizada e com novos paradigmas de administração, lazer, marketing e serviços, em níveis regionais e nacionais.

3.4.1.5. Região Sudeste Goiano

A região do Sudeste Goiano é composta dos municípios de Ouvidor, Cumari, Três Ranchos, Goiandira, Catalão, Pires do Rio, Silvânia, dentre outros.

O município de *Catalão*[307], situado na Região Sudeste Goiano e com 69,4 mil habitantes, destaca-se no cenário econômico de Goiás devido ao seu potencial econômico que lhe renderam o título de terceira cidade mais competitiva do Estado de Goiás, no ano de 20005, tornando-se um centro de grandes empresas industriais. O trabalho de Silva (2005)[308] revela que:

> Foi a partir da década de 70 com a instalação das empresas mineradoras em Catalão que houve um surto de crescimento urbano da cidade e, conseqüentemente, o município veio a se tornar em pólo de desenvolvimento econômico da micro região. (SILVA, 2005, p. 29-30)

Catalão possui três instituições de ensino superior; o Campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG), unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC). Estes institutos dispõem de cursos nas áreas de Administração, Direito e Educação. Dados pesquisados do IBGE (2005)[309], informam que

[307] Mendes e Rossi (2005). Disponível em: www.seplan.gov.go.br.
[308] SILVA, M.(2005).
[309] Disponível em: www.ibge.gov.br

existem 2.950 alunos matriculados nas IES de Catalão, sendo cento e dezesseis (116) na Universidade Estadual de Goiás, um mil cento e quarenta e quatro (1.144) na Universidade Federal de Goiás e, um mil seissentos e noventa (1.690) nas IES Privadas.

Outro município que faz parte da região Sudeste Goiano é *Pires do Rio*[310]. Cidade com uma população, em torno de 29.258 (dados IBGE-2006) mil habitantes, o forte da economia é a avicultura. O Distrito Industrial começa a atrair investidores. Os dados do IBGE (2005) apontam que em Pires do Rio, existem um mil e vinte e cinco (1.025) alunos matriculados no ensino superior sendo oitocentos e oitenta e seis (886) na UEG e cento e trinta e nove (139) em instituição privada.

Silvânia, dista 77 quilômetros de Goiânia, com uma população de 20.351 mil habitantes. Economia baseada em pecuária e agricultura. O município recebeu, em 2005, o curso de Administração, criado na UEG, daí sua inclusão em nosso estudo.

3.4.1.5.1. Universidade Federal de Goiás: Curso de Administração em Catalão

A Universidade Federal de Goiás criou o Curso de Administração, na cidade de Catalão, com a Resolução CONUNI n° 01/06 de 17/02/06.

O curso de Administração tem por objetivo formar o bacharel administrador para o exercício da profissão e para o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da Ciência Administrativa. O curso desenvolve a capacidade analítica, crítica, e empreendedora, bem como habilidades técnicas, conceituais e humanas com vistas a capacitar o aluno na observação, diagnóstico e intervenção nas organizações tanto públicas quanto privadas.

O administrador deverá possuir habilidades como senso crítico, inovação, flexibilidade e análise intuitiva. Para tanto, sua formação profissional requer domínio das várias áreas da administração e dos negócios, abrangendo o planejamento, e a operacionalização, o controle e a divulgação em todas as etapas do processo de gestão administrativa de uma organização.

O curso de Administração capacita os profissionais para as seguintes áreas: recursos humanos, administração de produção, administração de materiais, logística, administração financeira, custos, planejamento e orçamento, mercado de capitais, pesquisa de mercado, desenvolvimento de produto/serviço, gerência de produto/mercado/negócios,

[310] Dados obtidos da Seplan, referente a 2003, quando o referido município esteve entre os 15, mais competitivos do Estado de Goiás.Disponível em: www.seplan.gov.go

promoção de vendas, vendas e administração de vendas, distribuição física, planejamento de negócios e projetos.

Os bacharéis em Administração são habilitados e capacitados para compreender e exercer questões relacionadas às entidades, à pesquisa científica, ao mercado e à sociedade, tais como:

> a)reconhecer e identificar problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos, e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão; b) desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais. (UFG, *site* institucional)

3.4.1.5.2. FASUG - Faculdade do Sudeste Goiano Ltda[311]

A Faculdade do Sudoeste Goiano – FASUG foi criada, na cidade de Pires do Rio, através da Portaria do MEC n° 2.219 de 31 de agosto de 2002, iniciando suas atividades com os cursos de Ciências Contábeis e Normal Superior.

A FASUG tem uma história recente, no campo da Educação, no interior do Sudeste Goiano, mas tem demonstrado, através do trabalho de seus idealizadores que veio para ficar e, para tanto tem empreendido todos os seus esforços na concretização de sua missão:

> Formar, com perspectiva humanística, indivíduos que, além da aquisição de conhecimentos, adquiram a capacidade de auto-aprendizagem e desenvolvam atitudes e habilidades que possibilitem o desempenho profissional competente, crítico e ético. (FASUG, *site* institucional)

A direção da FASUG está convicta de que esta Instituição será um marco na história da Educação Superior do Sudeste Goiano, uma vez que acredita na Educação como meio de estímulo para a vida e como caminho de formação do cidadão para o futuro.

O Curso de Administração foi autorizado pela Portaria MEC 2.273 de 30/06/2005, Parecer n° 712/2005 SESu. Propõe um curso com flexibilidade para adaptar-se ao contexto histórico de mudanças que vêem ocorrendo no cotidiano das organizações.

O perfil que o processo pedagógico deve garantir ao graduando ao final do curso:

> Internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional; formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente; formação técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da

[311] Informações disponível no site: http://fasug.edu.br.

> prática profissional em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais; competência para empreender, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações; capacidade de atuar em equipes multidisciplinares; capacidade de compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança; capacidade para interpretar cenários internos e externos; capacidade para trabalhar em equipe e conduzi-las quando necessário; capacidade de assumir e correr riscos calculados; formação diversificada; facilidade no relacionamento interpessoal; comunicação e expressão; boa visão sistêmica e estratégica; raciocínio lógico e analítico; criatividade e iniciativa; flexibilidade para negociações. (FASUG, *site* institucional)

A composição curricular do curso de Administração de Empresas está formado com disciplinas organizadas seqüencialmente dentro de quatro grupos de formação, que têm como objetivo capacitar o aluno a partir dos primeiros semestres com predominância das disciplinas básicas associadas a outras de cunho profissional. Essas últimas fazem uma interface com as disciplinas complementares e profissionais complementares.

3.4.1.5.3. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Cursos de Administração[312] - UEG: Unidade Universitária de Silvânia

A Unidade Universitária de Silvânia – Faculdade "Padre Lobo" foi criada sob forma de autarquia, pela Lei nº 12.228, de 28 de dezembro de 1993. Em 16 de abril 1999, por meio da Lei nº 13. 456, integrou-se à Universidade Estadual de Goiás – UEG.

Começou a funcionar em 2001, com o curso de Letras – Licenciatura Plena Parcelada Estadual. A inauguração de sua sede própria ocorreu no dia 4 de julho de 2002.

Criou o Curso de Administração através da Resolução do Conselho Universitário n° do documento 055/2005 de 07/10/2005.

Prepara o profissional na área de gestão organizacional e administração de produção. Capacita-o para o trabalho cada vez mais competitivo e complexo, dotando-o de habilidades para desenvolver pesquisas.

O mercado de trabalho inclui as organizações em geral, tais como: empresas, organismos públicos, escolas, instituições sociais, sociedades civis e outras.

O administrador é responsável pelo planejamento e funcionamento de uma empresa, seja ela pública ou privada, devendo ter habilidades numéricas, que é um dos requisitos fundamentais para o administrador, assim como liderança, sociabilidade e capacidade de argumentar e transmitir idéias.

3.4.1.6. Região Sudoeste Goiano

[312] Informação disponível no site: www.ueg.br

De acordo com pesquisa na Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, Rio Verde encontra-se em 2° lugar no ranking dos municípios goianos; apresenta-se como a região com melhor desenvolvimento econômico e social do Estado, com o 3º maior PIB goiano e uma população de 130.211. mil habitantes. Contextualizar o município de Rio Verde tem como objetivo compreender as razões que justificam a existência de três (3) IES particulares, além da presença da UEG e da UFG.

Apresenta-se, no momento, o Instituto de Ensino Superior de Rio Verde – Faculdade Objetivo - IESRIVER e, em seguida, a Faculdade Almeida Rodrigues – FAR, instituições criadas no período do estudo e que oferecem o curso de Administração. Importante ressaltar que Rio Verde possui sua maior IES que é a Fundação de Ensino Superior de Rio Verde – FESURV, criada na década de 1980.

Outro município que faz parte da Região do Sudoeste Goiano é a cidade de *Quirinópolis*[313], 15° lugar no ranking dos municípios mais competitivos do Estado de Goiás. Sua seleção, neste momento, deve-se à criação da Faculdade de Quirinópolis, criada em 2004.

No campo do ensino superior, além da unidade da Universidade Estadual de Goiás, que ministra nove (9) cursos diferentes e atende cerca de oitocentos (800) alunos da própria cidade e de municípios vizinhos, em 2004, entrou em funcionamento a Faculdade Quirinópolis, com o curso de Administração de Empresas.

O município de *Santa Helena de Goiás*[314] destaca-se como um dos mais dinâmicos da região Sudoeste de Goiás. Está situado a 205 quilômetros de Goiânia e tem uma população de 35.582 pessoas, segundo projeção do IBGE em 2005. Santa Helena destaca-se pela produção agrícola e pecuária, mas também pelo avanço da agroindústria.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) em Santa Helena conta com seissentos e trinta e seis (636) alunos, nos cursos de *Administração em Agronegócios*, Licenciatura em Matemática, Licenciatura Plena em Letras, Pedagogia, Sistemas de Informação e Gestão Pública. Registrava, em 2005, segundo dados do IBGE, oitocentas e setenta e quatro (874) matrículas no ensino superior, através da UEG.

3.4.1.6.1. Instituto de Ensino Superior de Rio Verde – Faculdade Objetivo[315]

[313] Dados disponíveis no artigo de Lício "Um salto em competitividade: Quirinópolis". Consultar site: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/rank/2005/quirinopolis

[314] Revista Economia & Desenvolvimento nº 21, outubro/dezembro, 2005**, "**Crescimento econômico e social, a marca de Santa Helena de Goiás".

[315] Informações disponíveis no *site*: http://www.faculdadeobjetivo.com.br.

O Instituto de Ensino Superior de Rio Verde - Faculdade Objetivo, cuja mantenedora é a Associação de Ensino Superior de Goiás – AESGO – foi criado em 8 de outubro de 1999, através da Portaria do MEC n° 229 de 12 de fevereiro de 2001.

Seu primeiro vestibular ocorreu em 2001, com os cursos de *Administração com habilitação em Comércio Exterior*, *Administração com habilitação em Marketing* e Turismo.

Mais tarde, outras autorizações foram concedidas, passando a funcionar, também, os cursos de *Administração de Empresas*, *Administração em Sistemas de Informações Gerenciais*, Direito, Enfermagem e Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda.

De acordo com os dados levantados no *site* da instituição, o IESRIVER/Faculdade Objetivo possui uma estrutura universitária sólida e de qualidade, com uma infra-estrutura moderna e, docentes altamente preparados e qualificados.

O curso de *Administração* foi criado através da Portaria MEC n° 2263, de 18 de outubro de 2001, de acordo com o Parecer n° 116/2001. Seu reconhecimento foi concedido através da Portaria 2.243 de 23/06/2005, publicado em 27/07/2005.

Declara que o objetivo principal do curso de Administração de Empresas é preparar profissionais para atuarem no campo da Administração, desempenhando de modo competente e ético, seu exercício profissional; fazendo uso das modernas ferramentas de gestão, associadas com as macro-mudanças do ambiente. É indispensável ainda que o curso proporcione ao estudante a formação adequada que aprimore suas competências empreendedoras para o exercício de atividades que contribuam com o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste do Brasil.

O curso de *Administração com Habilitação em Comércio Exterior* criado através da Portaria MEC n° 416, de 12 de março de 2001, de acordo com o Parecer n° 09/2001CES/CNE. Seu reconhecimento foi concedido através da Portaria 2.243 de 23/06/2005, publicado em 27/07/2005.

Em sua proposta divulga que o bacharel em Administração com habilitação em Comércio Exterior deve ter como foco o mundo globalizado e suas constantes oscilações. Ele precisa demonstrar competência para atuar em várias situações, de acordo com as exigências do mercado. Deve ser capaz de planejar importações e exportações de produtos, analisando oportunidades do mercado internacional além de estudar as normas mercantis, alfandegárias e fiscais de cada país. E complementa:

> O bacharel em Administração com habilitação em Comércio Exterior, ao termino de seu curso, estará apto a trabalhar em empresas de comércio exterior, importação e

> exportação, multinacionais e outras. Para tanto, faz-se necessário ter domínio de informática e conhecimento de línguas estrangeiras, especialmente inglês e espanhol, sem quais as portas desse mercado não se abrem. (IESRIVER, *site* institucional)

O curso de *Administração com Habilitação em Sistema de Informações Gerenciais* foi criado através da Portaria MEC n° 2263, de 18 de outubro de 2001, de acordo com o Parecer n° 116/2001. Seu reconhecimento foi concedido através da Portaria 2.243 de 23/06/2005, publicado em 27/07/2005. O curso proposto visa a formação de recursos humanos para a automação dos Sistemas de Informação nas organizações, utilizando-se de forma efetiva a tecnologia da computação (em relação a este curso, encontra-se pertinência no seu oferecimento, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico, que não escolhe tamanho de cidades e nem de empresas e muito menos, de fronteiras).

O *site* da IES declara ainda, que hoje é uma área de trabalho considerada extremamente promissora, pois o mercado de trabalho absorve de 50 a 75% de egressos do curso de Sistemas de Informação. O bacharel poderá atuar na indústria, comércio, ensino, em empresas de informática e instituições públicas em geral. É possível ainda trabalhar na implantação de políticas de informação, programas e métodos de trabalho, no sentido de contribuir para a gestão e eficácia da utilização de informações nas organizações, interpretando as regras e leis que regulam o processo gerencial das organizações.

Outro curso, que se encontra disponibilizado no *site,* é o de *Administração com Habilitação em Marketing,* autorizado através da Portaria MEC n° 416 de 09/03/2001.

Destacam-se algumas informações importantes para compreensão da proposta acadêmica da IES quando afirma que:

> O bacharel em Administração com habilitação em MKT deverá possuir adequada formação acadêmica e conhecimento referente ao campo de atuação dentro da moderna administração de MKT. Além do mais, assim como em outras áreas, é indispensável ter consciência da necessidade de continuar aprendendo e assimilando novos conhecimentos. O objetivo principal do curso é possibilitar uma formação específica na área de Administração de MKT, voltada para a condução do processo de gerenciamento logístico da força de vendas de empresas, da definição de estratégicas para o lançamento de novos produtos e da concepção e condução de campanhas publicitárias. (IESRIVER, *site* institucional)

3.4.1.6.2. Faculdade Almeida Rodrigues – FAR[316] – Rio Verde – GO

[316]Informações disponíveis no *site*: http://www.faculdadefar.com.br.

A Faculdade Almeida Rodrigues – FAR, mantida pelo Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues Ltda, e constituída como estabelecimento de ensino superior de caráter particular, localizada na cidade de Rio Verde-GO.

Em seus documentos disponibilizados no *site* institucional, declara que é "uma instituição séria, competente, que mostra seus primeiros resultados tendo recebido o conceito "B" em todos os cursos aprovados". E complementa:

> A Faculdade Almeida Rodrigues (FAR) é uma instituição que nasceu forte, alicerçada nos princípios básicos dos padrões de qualidade exigidos pelo ministério da Educação (MEC). O nosso corpo docente é constituído, até o momento, de profissionais pós-graduados sendo que 90% são mestres e doutorados. (FAR, *site* institucional).

Como objeto da presente pesquisa os cursos criados pela FAR, interessa-nos, imediatamente, os cursos de: *Administração com habilitação em Gestão de Agronegócios*, *Administração com habilitação com Gestão de Sistemas de Informação*, ambos no período noturno.

Disponibiliza a informação de que o curso de *Administração com habilitação em Gestão de Sistemas de Informação* visa a "formação de gestores de informática no âmbito empresarial", uma vez que se trata de uma profissão nova e em franco crescimento no mercado que vem ganhando força enquanto formação universitária em face da necessidade em todas as áreas de atuação profissional. Reforça que o gestor dessa área "incorpora uma missão de inestimável valor no funcionamento da empresa, na medida em que da sua atuação depende toda a arquitetura de informação da empresa".

Relaciona todos os objetivos aos quais a IES se compromete no oferecimento do referido curso, a saber:

> O Curso de Administração com habilitação em Gestão de Sistemas de Informação visa possibilitar a formação de profissionais que atuem no gerenciamento dos sistemas de tecnologia de informação de uma empresa, atualizando seus equipamentos e programas e utilizando as técnicas apropriadas e perfeitamente adaptadas às transformações do ambiente empresarial. Oferece uma grade curricular dinâmica e atualizada, capaz de tornar apto o profissional em todas as áreas de gestão e a desenvolver negócios e organizações com o suporte dos sistemas e tecnologias da Informática. (FAR, *site* institucional)

No que se refere ao mercado de trabalho, informa que "o gestor de Sistemas de Informação pode atuar em qualquer uma das áreas internas de todas as ramificações dos três setores básicos da Economia", colocando-o como "um prestador de serviços".

Para o curso de *Administração com Habilitação em Gestão de Agronegócios,* informa que "configuração desse profissional tende para as novas estruturas empresariais em agronegócios e agroindustriais em ênfase especial à ação empreendedora".

Nos documentos disponibilizados informa que o curso pretende:

> Formar profissionais com uma sólida base social e humanística, capazes de absorver, processar e adequar-se às necessidades e aos requisitos do moderno ambiente das organizações contemporâneas, ao tempo em que provê a base técnico-científica necessária à execução das atividades administrativas, estimulando a imaginação e a criatividade, exercitando o raciocínio lógico, crítico e analítico, inspirando a capacidade de realização profissional e desenvolvendo as habilidades de expressão escrita e oral. (FAR, *site* institucional)

A instituição se compromete na formação de um profissional que, atue pelo desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado de Goiás, em função da criação de grandes empresas do mercado agroindustrial. Este fato nos provoca a pensar em uma nova pesquisa: os profissionais formados pelas IES de Rio Verde são absorvidos por essas indústrias?

Justifica a importância da criação do curso quando ressalta, em seus documentos que:

> A área de Agronegócios é uma das que mais se desenvolve, principalmente agora com o forte crescimento do mercado de agronegócios do Brasil e com a intensificação do intercâmbio político e econômico entre os países, bem como a participação do Brasil no Mercosul, a presença de grandes empresas e indústrias no estado e o aumento de investimentos internacionais contribuem para ampliar as opções de trabalho para o administrador voltado ao agronegócios. O profissional tem a possibilidade, ainda de empreender seu próprio negócio, trabalhando como autônomo. (FAR, *site* institucional)

3.4.1.6.3. Faculdade de Quirinópolis[317]

Em 2005, foi criada a Faculdade Quirinópolis por força da Portaria Ministerial n° 4.272 de 21 de dezembro de 2004, personalidade jurídica mantida pela Associação de Educação e Cultura de Goiás Ltda., com "o objetivo de construir uma história a favor da cidadania, visando ao progresso e ao desenvolvimento da comunidade goiana".

A Faculdade Quirinópolis iniciou suas atividades oferecendo o curso de Administração, conferindo aos futuros formandos, o título de Bacharéis em Administração, com habilitação em *Administração de Empresas*, *Análise de Sistemas* e *Marketing.* Declara que:

[317] Informações disponíveis no site: http://www.faculdadequirinopolis.com.br

> P*romove o pensar*, mostra-se dinâmica, cheia de vida, datada e situada como o próprio homem, na busca de renovação e aperfeiçoamento e na esperança de que todos estejam sonhando juntos. Por isso é nossa proposta inserir novos cursos, inclusive o Curso de Direito, para melhor atender Quirinópolis e região. (FAQUI, *site* institucional)

A Proposta Pedagógica da Faculdade Quirinópolis, expressa em seus documentos, visa criar um "*espaço público não* estatal, onde possa desenvolver as atividades de *ensino, pesquisa e extensão*, voltado para a abordagem interdisciplinar, complexa e crítica do processo do ensino".Informa que para consecução desses objetivos algumas premissas são necessárias:

> O currículo pleno em que se evidencia uma abordagem interdisciplinares de disciplinas formativas, técnicas e atividades práticas; um *corpo docente habilitado com titulação de especialista, mestre e doutor, com visão crítica e reflexiva,* com *projetos integrados no ensino, pesquisa e extensão;* direção e órgão colegiados compostos por nomes de reputação acadêmica, profissional e política, com titulação de especialista, mestre e doutor, bem como administração acadêmico-administrativa formada por pessoal qualificado e experiente em otimizar a organização e registros acadêmicos. (FAQUI, *site* institucional)

Declara, em seu *site* institucional, que os núcleos de pesquisa e extensão estão previstos para funcionar de forma integrada, a médio e longo prazo; e que as discussões preliminares dos eixos de pesquisa já tiveram início afirmando que sua proposta é ter o aluno desde cedo no contexto da pesquisa.

O *Curso de Administração com linhas de formação em Análise de Sistemas* foi autorizado através da Portaria Ministerial nº 4.311, de 21 de dezembro de 2004 e, tem como objetivo a formação de analistas de sistemas capazes de realizar trabalhos de criação e racionalização de atividades nas organizações e de prestar suporte aos sistemas de controle operacional e gerencial através da análise, projeto e implementação de sistemas de processamento de dados.

O *Curso de Administração com linha de formação em Administração de Empresas,* autorizado pela Portaria Ministerial nº 4.311, de 21 de dezembro de 2004. Tem como objetivo Formar o profissional Administrador para atuar na micro, pequena e média Empresa (pública e privada) dotado de capacidade empreendedora, capacidade analítica para elaborar diagnósticos e propor mudanças, visão sistêmica e que conduza, dentro da ética, as empresas a atender às necessidades da sociedade.

O *Curso de Administração com linhas de formação em Comércio Exterior* foi autorizado pela Portaria Ministerial nº 4.311, de 21 de dezembro de 2004. Seu objetivo é dar

uma visão completa e abrangente dos principais mecanismos administrativos fiscais e cambiários e particularidades que o Comércio Exterior e a globalização do Comércio e da Produção Mundial apresentam na atualidade, face à exportação e à importação de bens e serviços brasileiros, bem como no intercâmbio de bens culturais e sociais para engrandecimento da união dos povos. Será que em um município do porte de Quirinópolis justifica a criação de um curso de Administração com habilitação em Comércio Exterior?

3.4.1.6.4. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Cursos de Administração[318] - Unidade Universitária de Santa Helena

A Unidade Universitária de Santa Helena foi criada pela Lei 13. 456 de 16 de abril de 1999.

A UEG criou, em Santa Helena, o curso de Administração com habilitação em Agronegócios através do Decreto Estadual n° 5.181 de 13/03/2000 e teve seu reconhecimento com a Portaria Estadual 408 de 29/03/2006.

O curso prepara o profissional para comandar todos os processos da cadeia de agronegócios nas atividades agrícolas, agroindustriais e fornecedores de bens e serviços, definindo estratégias para o aumento da produtividade e sugerindo novas fontes de recursos para tornar a empresa rural mais eficiente. Cabe-lhe planejar, organizar e gerenciar empreendimentos de agronegócios, desenvolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão, nas empresas rurais, agroindustriais e outras entidades envolvidas no processo agropecuário.

3.4.1.7. Região Oeste Goiano

A Região Oeste Goiano, de acordo com a definição da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, é composta pelos seguintes municípios: Adelândia, São *Luiz dos Montes Belos*, Turvânia, Jussara, Aurilândia, *Iporá*, *Sanclerlândia*, Córrego do Ouro, *Anicuns*, e outros.

São Luís de Montes Belos está localizada a 123 quilômetros de distância de Goiânia e sua população estimada em 2004 era de 27.376 habitantes, segundo dados do IBGE, 2005. A principal riqueza natural é a madeira e a pecuária é uma das maiores atividades econômicas.

[318] Informação disponível no site: www.ueg.br.

Outro município que faz parte desta região é a cidade de *Iporá,* situado a 216 quilômetros da capital; conta com uma população de, aproximadamente, 32.491 habitantes. O comércio representa a atividade econômica mais dinâmica de Iporá. A região é, também, produtora de minério e de leite. A cidade possui duas faculdades: a Universidade Estadual de Goiás – UEG e a Faculdade de Iporá - FAI.

Faz parte desta região a cidade de *Sanclerlândia*, com 7.661 mil habitantes. A força do município de Sanclerlândia está na pecuária e na industrialização do leite. Objeto do presente estudo, tendo em vista a criação de um pólo da UEG, com um total de 263 matrículas, de acordo com dados do IBGE, 2005.

Também, faz parte desta região a cidade de *Anicuns*, com 19.159 mil habitantes, localizada a 75 quilômetros da capital. Economicamente, Anicuns destaca-se pela variedade de atividades industriais desenvolvidas no município e na agropecuária.

3.4.1.7.1. Faculdade de São Luiz de Montes Belos – FMB[319]

A Faculdade de São Luiz de Montes Belos – FMB Iniciou suas atividades acadêmicas tendo, como "carro-chefe", o curso de Administração de Empresas (Portaria n° 3.129/2002), o curso de Administração com habilitação em Análise de Sistemas (Portaria n° 3.215/2002), o curso de Administração Rural (Portaria n° 3.130/2002), publicada no D.O.U em 08/11 e 21/11 de 2002.

A Diretoria da FMB manifesta-se relacionando os princípios que nortearam a criação da IES, captados pela pesquisadora no *site* institucional:

> Diante dessa empreitada, queremos ressaltar que a Faculdade Montes Belos e o Instituto Superior de Educação Montes Belos está sendo idealizada pelos dirigentes como uma Instituição de Ensino Superior com pauta no foco regional, na formação de profissionais com perfis para atender às necessidades do mercado de trabalho regional, estadual e nacional. (FMB, *site* institucional).

Os dados de 2004, apresentados pela FMB: três (03) cursos de Pós-Graduação em andamento, sete (07) cursos autorizados pelo MEC, abrigando aproximadamente novecentos (900) alunos. Equipe de professores experientes e com a devida titulação acadêmica (especialistas, mestres, doutores e pós-doutores).

Os documentos consultados apresentam o curso de Administração, autorizado através da Portaria MEC n° 3.130 de 08 de novembro de 2002, que tem por objetivo:

[319] Informações disponíveis no *site*: http://www.fmb.edu.br.

> Formar o profissional Administrador na empresa Pública e Privada dotado de capacidade empreendedora, capacidade analítica para elaborar diagnósticos e propor mudanças, com visão sistêmica e ética; demonstrar capacidade de utilização de tecnologia na construção de inovações no processo administrativo; exteriorizar um comportamento inovador, compatível com as exigências da sociedade; aproveitar as oportunidades vivenciadas na Instituição para consolidar o comportamento ético e práticas de cidadania, no desempenho da profissão do Administrador. (FMB, *site* institucional)

A FMB disponibiliza, como produção acadêmica, a Revista eletrônica Faculdade Montes Belos, com o objetivo de "divulgar para todos os segmentos sociais, os resultados de trabalhos de pesquisas, artigos e estudo de casos, visando contribuir para a divulgação de trabalhos científicos e do conhecimento nos meios acadêmico".

3.4.1.7.2. Faculdade de Iporá – FAI[320]

A FAI divulga em seu *site* institucional que sua política é "ter uma relação de muito envolvimento com a comunidade da cidade e região em que atua, com responsabilidade social e compromisso com o progresso e desenvolvimento da região". Para concretizar tal política, atua tanto na área social, cultural ou esportiva, enquanto entidade que tem a responsabilidade de liderar as iniciativas em prol da sociedade civil organizada. Para isso, afirma que:

> Oferece um ensino de qualidade e a um custo acessível, além de prestar serviços para a comunidade através de uma competente política de extensão, vez que uma IES, sobretudo do interior, não pode atuar sozinha e isolada do contexto social em que se insere. (FAI, *site* institucional)

Sobre o curso de Administração a FAI informa que:

> O Curso de Administração com Habilitação em Administração de Empresas da Faculdade de Iporá – FAI, foi criado através da Portaria de autorização nº 2.753, de 06.09.04, publicada no Diário Oficial da União de 09.09.04. Tem por missão contribuir para o desenvolvimento da região, com a colocação no mercado de mão-de-obra qualificada que, com certeza, gerará um incremento na economia, além de oferecer a possibilidade de o aluno da cidade e região ingressar em um curso superior de qualidade e concluí-lo com êxito. (FAI, *site* institucional)

É dentro deste contexto que se insere o curso de Administração de Empresas da FAI, numa interação constante com a sociedade, de modo a contribuir para o progresso e desenvolvimento da cidade e da região, através de ações concretas, numa parceria constante e

[320] Informações disponíveis no site: http://www.faculdadedeipora.com.br

proveitosa entre Faculdade/Comunidade. O curso de Administração foi o primeiro implantado na cidade, o que indica que foi, também, o "carro-chefe" na criação dessa IES.

Quanto ao perfil do profissional de Administração que a FAI pretende formar, informa em seus documentos publicados no *site* da instituição, que o alu8no deverá ter os seguintes atributos:

> Senso de responsabilidade; capacidade de desenvolver o pensamento científico; ser cidadão ético e responsável; agilidade de raciocino e criatividade; capacidade de identificar as próprias potencialidades e limitações; espírito empreendedor; espírito de equipe; capacidade de desenvolver críticas construtivas e de evitar destrutivas; disponibilidade para cooperar no equacionamento de problemas e na busca de soluções que satisfaçam objetivos profissionais comuns; capacidade de envolvimento e participação em iniciativas de interesse comum e capacidade de gerenciamento de pessoas. (FAI, *site* Institucional)

Relaciona, em seus documentos, todos os objetivos do curso de Administração de Empresas, a saber: formar profissionais da Administração, altamente qualificados para enfrentar o mercado de trabalho; *oferecer condições para que os jovens locais e das cidades circunvizinhas possam ingressar em um curso superior sem que tenham de mudar o domicílio, e a um custo mensal menor do que o existente na Capital do Estado, Goiânia, contribuindo, desta forma, para a interiorização do ensino superior;* propiciar a região a *mão-de-obra qualificada necessária para alavancar o seu crescimento econômico*; dentre outros. (*grifos nossos*).

Ao analisar os objetivos propostos pela FAI para o curso de Administração observa-se uma preocupação maior de inserção do jovem na sua própria região, a relação que estabelece entre o curso e o desenvolvimento econômico; o apoio e valorização do processo de interiorização do ensino superior, sentindo-se, inclusive, participante ativo desse processo.

A FAI criou, também, o curso de *Administração com habilitação em Marketing,* tendo como base legal a Resolução Nº 2/93 do CFE. Resolução Nº 10, de 11 de março de 2002-CNE. Decreto 3.860/01, Portaria de Autorização Nº 2.753, de 06.09.04, publicada no Diário Oficial da União de 09.09.04. Declara que a missão do curso é:

> Contribuir para o desenvolvimento da região, com a colocação, no mercado de mão-de-obra qualificada que, com certeza, gerará um incremento na economia, além de oferecer a possibilidade de o aluno da cidade e região ingressar em um curso superior de qualidade, e concluí-lo com êxito.

Os objetivos do curso Administração em Marketing da Faculdade de Iporá – FAI que são os seguintes, dentre outros "formar profissionais da administração, altamente

qualificados, para enfrentar o mercado de trabalho" e ainda, propiciar à região a mão-de-obra qualificada, necessária para alavancar o seu crescimento econômico".

O curso de *Administração em Análise de Sistemas* da Faculdade de Iporá – FAI foi autorizado através da Portaria nº 2.753, de 06.09.04, publicada no Diário Oficial da União de 09.09.04. Pretende-se, com esse curso, o primeiro da área a ser implantado na cidade:

> Realizar um trabalho que vise quebrar os paradigmas existentes, impulsionando o ensino médio e incentivando os jovens a estudar, contribuindo, desta forma, para que haja na cidade um rico e instrutivo debate de idéias novas, um intercâmbio de conhecimentos, uma divulgação efetiva da ciência e da tecnologia, bem assim a difusão da arte e da cultura. Pretende-se, enfim, criar uma atmosfera e as condições necessárias para o aprimoramento do homem como um todo. (FAI, *site* institucional)

O perfil do profissional em Administração em Análise de Sistemas que a Instituição pretende formar deverá ser delineado por meio da identificação dos seguintes atributos indispensáveis à pessoa do futuro profissional:

> Agilidade de raciocínio lógico e abstrato; criatividade e postura de desenvolvimento e análise; senso de responsabilidade e ética profissional; capacidade de identificar as próprias potencialidades e limitações do ser humano; formação empreendedora; capacidade de atuar em equipe; capacidade de desenvolver críticas construtivas e de evitarem destrutivas; disponibilidade para cooperar no equacionamento de problemas e na busca de soluções que satisfaçam objetivas profissionais comuns; capacidade de envolvimento e participação em iniciativas de interesse comum; capacidade de liderança e gerenciamento de pessoas; visão conjunto da área de informática, dentre outras competências. (FAI, *site* institucional, 2006).

3.4.1.7.3. Universidade Estadual de Goiás – UEG: Unidade Universitária de Sanclerlândia. Cursos de Administração[321]

A Universidade Estadual de Goiás - Unidade de Sanclerlândia, implantada e autorizada em 20 de julho de 2000, no VIII Conselho Universitário, realizado no município de São Miguel do Araguaia, iniciou suas atividades educacionais com o primeiro processo seletivo, em novembro/2000.

Criou o Curso de Administração com Habilitação em Agronegócios através da Resolução do Conselho Universitário n° do documento 055/2005 de 07/10/2005.

O curso de Administração, nos documentos da UEG, tem como objetivo:

> Preparar o profissional para comandar todos os processos da cadeia de agronegócios nas atividades agrícolas, agroindustriais e fornecedores de bens e serviços, definindo

[321] Informação disponível no site: www.ueg.br.

> estratégias para o aumento da produtividade e sugerindo novas fontes de recursos para tornar a empresa rural mais eficiente.

Ao administrador de agronegócios cabe planejar, organizar e gerenciar empreendimentos da área, *desenvolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão*, nas empresas rurais, agroindustriais e em outras entidades envolvidas no processo agropecuário.

3.4.1.7.4. Faculdade de Anicuns – FECHA – FEA[322]

A Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, da Fundação Educacional de Anicuns, pública municipal, tem como um dos objetivos *fixar os jovens às suas cidades ou centros regionais mais próximos do berço familiar*. Em seus documentos oficiais, seus objetivos estão voltados para a profissionalização, no intuito de assegurar aos acadêmicos um cabedal de conhecimentos específicos na área do curso ministrado.

Divulga, em seu *site*, que a *Administração é um dos campos mais excitantes e importantes dos cursos universitários, pois envolve o direcionamento das empresas para serem competitivas e lucrativas.* É um campo de atividades profissionais que afeta todas as demais atividades existentes.

Informa que os administradores, atualmente, se confrontam com desafios que incluem uma crescente competição global, uma demanda por qualidade e valor para os consumidores e uma necessidade de mudar, radicalmente, o modo como as organizações funcionam.

Quer-se, pois, que ao concluir o curso de graduação o estudante universitário evidencie não apenas o pensamento analítico-flexibilidade de raciocínio para entender, administrar e projetar situações novas, mas também, e sobretudo, o domínio da linguagem, visão de globalidade, atitude pluralista, visão prospectiva, capacidade de iniciativa, habilidade para o exercício de liderança, compreensão, crítica e análise de idéias, bem como dos valores do passado e do presente.

Neste contexto, o curso de Administração objetiva:

> A formação de profissionais capazes de analisar e de interpretar a realidade, com vistas à sua transformação, e também uma *formação humanística no sentido crítico e criativo, acompanhados sempre pela dimensão ética da vida em todas as suas circunstâncias*. Essas competências incluem a postura pluralista e interdisciplinar e consciência da necessidade da constante atualização e aperfeiçoamento da prática social. (FECHA-FEA, *site* institucional)

[322] Informações disponível no site: www.faculdadedeanicuns.edu.br.

Além disso, as seguintes capacidades de: raciocínio, análise e síntese; visão perspectiva e de globalidade; iniciativa; investigação, intervenção, reflexão e negociação; liderança; trabalho em equipe e, desenvolvimento de hábitos de convivência com o mundo e seu dinamismo.

A Faculdade de Anicuns oferece os curso de Administração de Empresas com oitenta (80) vagas, o curso de Administração com Habilitação em Marketing oitenta (80) vagas, Administração em Agronegócios quarenta (40) vagas e Administração em Eventos com quarenta (40) vagas.

O curso de *Administração em Agronegócios* visa à formação de profissionais que possam atuar, tanto no mercado regional como no global, participando de maneira ativa do processo de mudança do perfil econômico do Estado de Goiás que, no momento, está deixando de ser exportador de matéria-prima, para ser um Estado Industrial, com a implantação de diversos pólos industriais em todas as suas regiões.

O curso de *Administração de Empresas-Habilitação em Marketing* tem como objetivo formar profissionais capazes de atender às demandas do mercado de trabalho e da comunidade em geral, voltados para o conhecimento e para a aplicação das tecnologias de administração das organizações e processos administrativos e que reúnam condições não só para analisar e avaliar a realidade regional, mas também para propor as modificações que se fizerem necessárias.

3.4.1.8. Região Norte Goiano

A Região Norte Goiano é composta dos municípios de Uruaçu, São Miguel do Araguaia, Araguaia, Porangatu, Niquelânia, Minaçu, Crixás e outros. Fazer referência a esta região deve-se ao fato, da criação da Faculdade Serra da Mesa – FAZEM na cidade de *Uruaçu*, no período estudado.

Situado ao norte do Estado de Goiás, o município de *Uruaçu*[323] possui 33.515 habitantes, segundo o censo do IBGE. Sua economia é baseada na produção agropecuária, tendo destaque os setores da indústria e comércio. Uruaçu é um dos municípios expressivos dessa região.

3.4.1.8.1. Faculdade Serra da Mesa - FASEM[324]

[323] http://novo.dmonline.com.br/cidadesgoias2.php?psyko=economia&cidade=uruacu.
[324] Informações disponíveis no site: www.cesem.com.br.

A Faculdade Serra da Mesa – FASEM foi criada no município de Uruaçu – GO, pela Portaria MEC 1.095 de 29/05/2006, através do Parecer n° 1.023/20065 SESu. A Faculdade Serra da Mesa – FASEM surge como primeira Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC na região (Portaria 1.095, de 29 de Maio de 2006) para oferecer um ensino superior de qualidade e criar novas oportunidades profissionais para os habitantes de Uruaçu e região.

Seus documentos institucionais apresentam a FASEM como uma IES que tem por Missão "formar profissionais qualificados, que possam influenciar, diretamente, no desenvolvimento regional sustentável, bem como contribuir para o progresso sócio-cultural de sua área de atuação".

Oferece o curso de Administração em Empresas e Negócios, cujo objetivo é: propiciar, ao graduando, o desenvolvimento de competências profissionais para utilização de técnicas de gestão, que proporcionem resultados eficazes, considerando o contexto regional, as mudanças aceleradas e os cenários competitivos do mercado.

Além disto, tem os seguintes objetivos:

> Formar profissionais da Administração altamente qualificados para enfrentar o mercado de trabalho; propiciar aos alunos, através de projetos de extensão; oferecer condições para que os jovens locais e das cidades circunvizinhas possam ingressar em um curso superior sem que tenham de mudar o domicílio, e a um custo mensal menor do que o existente na Capital do Estado, Goiânia, contribuindo, desta forma, para a interiorização do ensino superior; propiciar à região a mão-de-obra qualificada necessária para alavancar o seu crescimento econômico; possibilitar às pessoas que concluíram o ensino médio e não deram continuidade aos estudos a oportunidade de realizar um curso de graduação; suprir a carência de mão-de-obra especializada na área da administração; formar futuros professores de administração, depois de se submeterem a um curso de pós-graduação quando concluído o curso superior; ser uma referência no ensino da administração na região norte do Estado. (FASEM*, site* institucional)

3.4.1.9. Região Noroeste Goiano

A Região Noroeste Goiano é composta dos municípios de Araguapaz, Aruanã, Goiás, Heitoraí, *Itaberaí,* Itauçu, e outros. Fazer referência a essa região deve-se ao fato da recente criação, em 2006, da Faculdade Aliança, localizada no município de Itaberaí.

Itaberaí[325] é uma cidade de 29.775 mil habitantes. O ponto forte da economia é a avicultura e a agricultura.

Na educação superior, Itaberaí conta desde 2004, com um pólo da UEG - Faculdade Estadual de Ciências Agrárias, Humanas e Letras de Itaberaí – Faculdade Estadual Rio das Pedras, com seissentos e dez (610) alunos, com os cursos de Pedagogia, Matemática,

[325] Revista Economia e Desenvolvimento, ano VIII, n° 25, Janeiro/Março 2007 e no Jornal Diário da Manhã, através do site: http://novo.dmonline.com.br/cidadesgoias2.php?psyko=economia&cidade=itaberai.

Sistema de Informação e Tecnologia em Processamento de Dados. A UEG é de extrema importância para o município, porque tem garantido o acesso, ao ensino superior, para aquele aluno que antes não tinha condições de fazer uma faculdade.

Em 2006, foi criada, na cidade, uma IES particular – Faculdade Aliança, conforme publicado:

> Itaberaí acaba de receber outra unidade de ensino superior, a Faculdade Aliança, que realizou seu primeiro vestibular este ano (2007) para os cursos de Administração e Ciências Contábeis. (Revista Economia & Desenvolvimento, 2007)

3.4.1.9.1. Faculdade Aliança

Faculdade Aliança, criada pela Portaria MEC n° 42 de 11 de janeiro de 2006, na cidade de Itaberaí – GO, tendo o curso de Administração como "carro-chefe", por ocasião de sua criação, através da Portaria SESu n° 20 de 10 de janeiro de 2007 de 2006 (dados obtidos do Portal SiedSup[326], pois a IES ainda não possui o *site* institucional). Instituição Privada – Particular em sentido estrito.

3.4.5. Algumas considerações

Ao buscar caracterizar todas as instituições de ensino superior em Goiás que possuem o curso de Administração, alcançou-se o objetivo proposto, na constatação da expansão, da privatização, da interiorização deste nível de ensino, em Goiás, está em sintonia com o movimento nacional.

No período de 1960 a 2006, foram criados, em Goiás, sessenta (60) IES que oferecem o curso de Administração, sendo: quarenta e nove (49) cursos oferecidos em IES privadas, e onze (11) cursos oferecidos em IES públicas, sendo dois (2) na Universidade Federal de Goiás (Goiânia e Catalão), dois (2) em IES Pública Municipal (Rio Verde e Mineiros), sete (7) cursos na Universidade Estadual de Goiás (Anápolis, Catalão, Luziânia, Silvânia, Sancrerlânida, Goianésia, Santa Helena), o que demonstra, claramente, o processo de **expansão e privatização**.

Registram-se onze (11) cursos oferecidos em IES públicas e quarenta e nove (49) nas IES particulares, conforme quadro a seguir:

IES por Categoria Administrativa: Cursos de Administração	**Quantidade**

[326] www.educacaosuperior.inep.gov.br .

Criados – 1963-2006	
IES PÚBLICA FEDERAL	2
IES PÚBLICA ESTADUAL	7
IES PÚBLICA MUNICIPAL	2
IES PRIVADA	49
Total de Cursos Criados	**60**

Fonte: MEC/INEP – Sinopse 2005. Disponível em: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp. Acesso em 01 de junho de 2007.

Dos sessenta (60) cursos oferecidos, quinze (15) estão na capital do Estado e, quarenta e cinco (45) no interior deste, o que indica o **processo de interiorização** desse nível de ensino. Tal processo, na realidade, inicia-se na década de 1980, pois mesmo com o momento de contenção de crescimento deste nível de ensino, as IES criadas estavam no interior do Estado. A partir da década de 1990, a expansão foi tanto na capital quanto no interior, com predominânica para este último, conforme dados já apresentados.

Do ponto de vista de IES por Organização Acadêmica temos seis (6) Universidades (três (3) públicas e três (3) particulares), três (3) Centros Universitários (UNI-Anhanguera , UNI-Evangélica, UNIDESC), cinco (5) Institutos de Educação Superior ou Escola Superior (IESRIVER, AFHONSIANO, OBJETIVO, ILES, ESUP) e trinta e oito (38) Faculdades Isoladas, o que indica a predominância de IES com dedicação ao ensino, em detrimento da pesquisa e, confirma a opção por um sistema de educação superior privada com organização acadêmica em Faculdades Isoladas.

Observa-se, ainda, na descrição de cada uma das IES, por meio da pesquisa nos respectivos sites institucionais que os cursos de Administração atendem às exigências da Resolução n° 2 do Conselho Federal de Educação, de 4 de Outubro de 1993, tendo em vista as Diretrizes Curriculares e respectivas orientações quanto à elaboração dos projetos dos cursos de Administração, definindo o perfil do aluno que se pretende formar, dentre outras orientações.

No entanto, percebe-se a necessidade de uma adequação à nova Resolução n° 4, do Conselho Nacional de Educação, datada de 13 de julho de 2005. Tal adequação torna-se extremamente importante na medida em que não é mais permitido a criação de cursos de Administração com habilitações e define novas orientações para elaboração do Projeto Político Pedagógico para o curso de Graduação em Administração.

Decorrente desta questão, percebe-se, por parte dos diretores entrevistados, uma grande preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos, com a banalização da profissão do administrador, com ênfase na formação para o mercado de trabalho em detrimento as

competências essenciais e da preparação para o pensar e refletir criticamente; a excessiva especialização através das habilitaçãoes que descaracterizam a ciência da Administração, com o nível frágil de formação do aluno que chega ao ensino superior pela flexibilização das regras de entrada (vagas em demasia); formação frágil dos docentes, dentre outros.

Percebe-se, um curso que estimula a iniciativa privada, aos empresários da educação, pela elevada demanda de jovens que querem fazer Administração e baixo custo e reduzidos investimentos, o que demonstra que empresarialmente é um "produto" interessante, pois faculdades isoladas e institutos superiores ou escolas superiores foram abertas, tendo como "carro chefe" o curso de Administração. A história da IES se confunde com a história do curso de Administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final de nossa pesquisa. O caminho foi construído pelo próprio processo de caminhar, tendo como mapa o diálogo com uma multiplicidade de autores, alguns mantenedores da IES, professores, coordenadores, diretores de entidades (ANGRAD) e de instituições em que surgiram os primeiros cursos de Administração no Brasil (FGV-EBAPE) e em Goiás (ADM-UCG), que dinamicamente vivem o movimento de expansão destes cursos.

A caminhada foi estruturada com a perspectiva de poder responder à multiplicidade de questões que nortearam o trabalho e cujas respostas foram extraídas dos elementos teórico-práticos levantados ao longo dos três capítulos da presente tese.

No primeiro capítulo, buscamos conhecer e analisar a história da Educação Superior no Brasil e assim, atingimos ao objetivo proposto de responder à questão levantada sobre a influência dos fatores históricos, culturais, políticos e sociais que possibilitaram a expansão, a privatização e a mercantilização do Ensino Superior no Brasil.

Optamos por fazer um longo caminho de volta à história da expansão do ensino superior no Brasil e, ao construirmos o objeto, percebemos que o primeiro surto expansionista do ensino superior no Brasil ocorreu na Primeira República (1889-1930), período em que a educação superior era vista como espaço de prestígio e ascensão social. Como resultado desse movimento, tivemos a expansão quantitativa de IES tanto públicas quanto privadas. Registra-se, inclusive, a criação da primeira Universidade no Rio de Janeiro. Não nos detivemos muito nesse período, e sim a partir de 1930.

Para o entendimento específico da expansão do ensino superior de Administração, o estudo sobre o período de 1930 a 1964 permitiu responder aos primeiros problemas: os fatores sociais, políticos e econômicos que deram a sustentação para vários movimentos que ocorreram na política educacional brasileira, bem como para o surgimento do primeiro curso de Administração no Brasil no interior da Fundação Getúlio Vargas: a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, em 1952.

Apesar da presente tese não ser sobre a história da educação no Brasil, seria impossível contextualizar o objeto sem a leitura atenta e cuidadosa desse momento histórico, haja vista que uma das respostas da problematização está na história econômica, política e social do Brasil, especialmente para esse objeto, nas últimas duas décadas.

Buscando respostas às nossas indagações, no início dos anos de 1960, constatamos que o sistema de ensino superior não atendia à demanda de vagas exigida pela sociedade, tendo em vista o processo de industrialização e a necessidade de formar a burocracia especializada para atender às necessidades de qualificação exigidas pelas empresas. Por isso, a orientação do MEC e de consultores americanos era de que a expansão deveria ocorrer para atender às exigências de um país em desenvolvimento e carente de crescimento econômico. Esse período findou-se com a elaboração da Lei de Reforma Universitária n° 5.540, de 1968, no auge do governo militar.

Na década de 1970, registramos um movimento nas políticas para a educação superior direcionadas para a expansão com contenção de gastos, promovendo incentivo à privatização deste nível de ensino. A orientação era apoiar a criação das IES privadas e ampliar o número de matrículas sem que o Estado se envolvesse diretamente com os custos dessa expansão. Visualizamos, ainda, um período marcado pelo autoritarismo do regime militar em que a debilidade do debate sobre os ensinos público e privado impediram uma mobilização para sustar a privatização do ensino superior.

A década de 1980 foi muito importante para se compreender o momento atual: "perdida" do ponto de vista econômico, porém, "presente" na redemocratização do país. No entanto, o quadro da crise que se instalou permitiu a interferência dos organismos internacionais na condução das políticas econômicas do país e a submissão do governo às exigências impostas pelos mesmos, dentre elas, a redução da presença do Estado nas políticas sociais e a valorização do mercado nas decisões das políticas governamentais. Como resultado desta ação, o que vimos foi a ausência do Estado nos investimentos para a educação superior e a posição clara de que seu crescimento só ocorreria via privatização. Esse período era de contenção do processo expansionista, tendo como um dos mecanismos, o controle de autorização de novas IES.

Ainda, para responder à problematização, tornou-se relevante estudarmos a década de 1990 e compreendermos os frutos colhidos da ideologia econômica e política que conhecemos por neoliberalismo: globalização, mundialização do capital, um "novo" papel para o Estado, mudanças no mundo do trabalho, reestruturação produtiva, privatizações, desemprego, desigualdades sociais, internacionalização da economia, valorização do mercado como definidor das políticas sociais, inclusive as políticas educacionais, dentre outros.

Concluímos que, no plano educacional, estamos a colher: o declínio da escola pública, à privatização do ensino, à conversão da educação em mercadoria, a banalização do modelo de Universidade, a priorização do ensino em detrimento da pesquisa, uma visão

economicista e mercantilista da educação superior, ênfase no processo de expansão, diversificação das fontes de recursos e financiamento, diferenciação das IES, descentralização, avaliação, privatização e mercantilização da educação superior.

Ao encontrarmos respostas às nossas indagações sobre a expansão do ensino superior no Brasil, entramos na década de 2000 e percebemos que, até o momento (2007), as ações encaminhadas ao campo educacional pelo governo Lula não apontam para mudanças. As medidas que vêm sendo encaminhadas reproduzem o modelo do governo anterior e as orientações dos organismos internacionais, reafirmando a mercantilização do conhecimento.

A análise sócio-econômica e política do Brasil de 1930 até os dias atuais, na primeira parte da tese, foi condição essencial para entender em que contexto nascia, se consolidava, se expandia, se massificava e se banalizava-se os cursos de graduação em Administração, atendendo ao objetivo de conhecer os fatores que promoveram esse processo expansionista. Para compreender a expansão do ensino de graduação em Administração, o cenário foi o mesmo e, por tratar-se de uma tese com objeto específico, o foco foi a expansão deste ensino.

Acreditamos que respondemos à outra indagação, mostrando que seu surgimento aconteceu a partir da criação do Departamento de Administração do Serviço Público – DASP (1938) – e da Fundação Getúlio Vargas – FGV (1944) - quando se preparou o alicerce para a criação da primeira Escola de Administração Pública – EBAP, no Rio de Janeiro, em 1952, e em São Paulo, em 1954, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP.

As fontes nos permitiram atingir o objetivo de mostrar que o curso de Administração continuou crescendo num movimento "frenético". Esse período promissor de democracia e desenvolvimento do país, a década de 1960, registra o maior surto expansionista do ensino de Administração. Os dados pesquisados revelam que de dois (2) cursos de Administração existentes na década de 1950 passou-se para trinta e um (31) cursos na década de 1960, registrando-se um aumento de 1.450%. Não por acaso, em 1965, registra-se a regulamentação da profissão do Administrador, através da Lei n°. 4.769, de 09 de setembro de 1965, dispondo sobre a definição legal de seus direitos, prerrogativas e deveres, especificados no exercício da profissão de "Técnico em Administração".

Não parou por aí. De trinta e um (31) cursos em 1960 saltou para duzentos e quarenta e sete (247) na década de 1970, registrando-se um aumento de 480%, que representou o segundo maior surto expansionista, com ênfase na interiorização e na privatização. Durante esse período, ocorreu um crescimento acentuado de grandes empresas, principalmente estrangeiras e estatais, permitindo a utilização crescente da técnica, surgindo a

figura do tecnocrata, de profissionais com treinamento específico em administração pública e de empresas visando a profissionalização dos quadros funcionais, ampliando o campo de trabalho para o profissional de Administração. Registramos um momento importante para a ampliação da pós-graduação *lato sensu* e o início da pós-graduação *stricto sensu* em Administração.

Mesmo na década de 1980 (período considerado de contenção na expansão do ensino superior), dos duzentos e quarenta e sete (247) cursos em 1970 passou-se para trezentos e cinco (305) em 1980, tendo um aumento de 25%. O curso continuava a ter uma demanda significativa em decorrência do modelo econômico voltado para o crescimento do mercado empresarial, criando um contexto propício ao fortalecimento da profissão do administrador. Percebemos uma maior atuação dos conselhos regionais de Administração, regulamentando as atividades dos administradores e a sua fiscalização.

Aqui, respondemos a outra indagação inicialmente colocada: por quê o surto expansionista da década de 1990? Verificamos a retomada da expansão "descontrolada" na massificação de um conjunto de "habilitações", provocado pelas mudanças no mundo do trabalho, reestruturação produtiva, com ênfase na competitividade, racionalização, informatização e técnica, especialização, bem como a diversificação de conhecimentos com ênfase na área de gestão. E, 1980 havia trezentos e cinco (305) cursos e registrou-se, em 1990, oitocentos e vinte e três (823) cursos perfazendo-se um aumento de 169%. Esse quadro permaneceu até 2000, com um registro de um mil quatrocentos e sessenta e dois (1.462) cursos que, em relação à década de 1990, cresceu 77,6%.

Registramos uma expansão surpreendente das habilitações em Administração para atender às "necessidades" do mercado de trabalho, onde o discurso da importância das teorias de gestão administrativa nas empresas capitalistas é embalado sob a justificativa de que o mercado é o espaço legítimo de organização das instituições de ensino superior e da sociedade.

Nesse contexto, visualizamos um quadro já mencionado de expansão desenfreada e desordenada, amparada por modismos, gerando um forte apelo ao marketing institucional, à competitividade entre as IES privadas, à ênfase nas especialidades, descaracterizando a ciência da Administração, a banalização do ensino de graduação de Administração, a quantidade de cursos em detrimento da qualidade, a indefinição do perfil do administrador diante da comercialização de um curso que, entrando na rota da massificação, perde os princípios de um projeto político pedagógico consistente.

Afirmamos com base nos dados que até 2000 haviam um mil quatrocentos e sessenta e dois (1.462) cursos existentes no Brasil, e de 2000 a 2006, houve uma explosão para três mil novecentos e oitenta e nove (3.989) cursos, com um aumento de 172% em apenas 6 anos, provocado pelo excesso de cursos de Administração com diversas habilitações. O quadro de expansão dos cursos de Administração e suas diversas habilitações mostrava um resultado totalmente sem controle.

Tal situação fez com que o Conselho Nacional de Educação interferisse, baixando a Resolução n° 4, de 13 de Julho de 2005, que impede o oferecimento das habilitações em Administração propondo novas diretrizes curriculares.

Foi possível compreeender e responder à questão de que o processo de expansão do Ensino Superior de Administração foi fruto direto da política neoliberal do governo FHC no Brasil, e nos possibilitou concluir que houve uma relação orgânica entre as políticas adotadas pelo Estado e o processo de expansão, privatização, mercantilização, diferenciação e diversificação do ensino superior no Brasil. A educação superior sofre permanentemente a influência dos fatores sociais, culturais e políticos, dentro de um contexto histórico em que se constrói a sociedade e que é por ela construído.

Buscamos conhecer a realidade do ensino superior de Administração em Goiás, partindo de 1963, com a finalidade de visualizar esse crescimento. Os dados pesquisados demonstraram que durante 30 anos foram criados oito (8) cursos de Administração em Goiás, sendo dois (2) em Goiânia e seis (6) no interior. Na década de 1990, período considerado de maior expansão em todo o Brasil, registrou-se, em Goiás, a criação de onze (11) novos cursos de Administração. Não resta dúvida que isso foi significativo, uma vez que o número de cursos cresceu mais do que em 30 anos, com um crescimento de 40 %. No entanto, de 2000 a 2006, tivemos a criação de quarenta e sete (47) novos cursos de Administração, um aumento de 330%.

Tal fenômeno nos instigou a ampliar o período de estudo, definido inicialmente (1995-2002), a ter necessidade de compreender a relação do Governo Marconi Perillo (1998-2006) e a expansão do ensino superior em Goiás, conhecer os cursos criados no período e em quais IES e analisar as vantagens e desvantagens desse processo expansionista para o ensino de Administração em Goiás.

O estudo mostrou a complexidade e amplitude do tema e muitas questões conseguimos responder, descortinando o quadro expansionista desse ensino em Goiás, caracterizando cada uma das IES e confirmando que foram criadas tendo como “carro-chefe” o curso de Administração.

Apesar das limitações, nos propomos a discutir a relação da expansão x habilitações, a formação do administrador com perfil especialista x generalista, a questão do público x privado, a expansão desenfreada das IES privadas x IES públicas, a ênfase no ensino em detrimento à pesquisa, a banalização da profissão do administrador e as reais possibilidades de inserção desse profissional no mercado de trabalho.

Inicialmente, podemos afirmar que a expansão dos cursos de Administração em Goiás vem respaldando e fortalecendo os princípios neoliberais de privatização, competitividade, diversificação, diferenciação e mercantilização da educação superior. E, ainda, que as políticas educacionais que legalizaram e legitimaram essa expansão estão expressas nas leis de reforma do ensino superior de 1968 e 1996, na Reforma do Estado de Bresser Pereira, nas orientações dos organismos multilaterais, dentre eles o Banco Mundial, dentre outros.

Para responder à questão sobre a relação existente entre o governo Marconi Perillo e a expansão do ensino superior, foi necessário caminhar por todas as IES criadas em Goiás, no período de 1995 a 2006.

Ao traçarmos o caminho, percebemos com clareza que as primeiras escolas de administração tinham como tendência produzir para os setores público e privado uma elite administrativa com cursos focados na formação, embasados nas ciências sociais, como sociologia, antropologia, economia, ciência política e alguns ramos do direito.

Hoje, percebe-se com clareza que as novas instituições têm como objetivo produzir os quadros qualificados para o mercado de trabalho, frente à multiplicidade de habilitações que foram criadas como forma de "treinar" pessoal para as diversas áreas de pequenas e médias empresas. Os cursos passam a focalizar disciplinas instrumentais, alicerçadas por um conjunto de técnicas em que as ciências como a sociologia perde sua importância para a tecnologia da informação, o marketing, a logística, dentre outras.

A educação integrada a lógica do mercado tornou-se "mercadoria". O aluno passou a ser "consumidor" dentro de uma política exclusivista e individualista quando a discussão deixou a esfera da coletividade e se transferiu para o campo das potencialidades individuais E é isso que as IESs veiculam:"você tem que ser competente, pois o mercado só quer os melhores; se você não é, a responsabilidade é sua". A IES se exime de qualquer responsabilidade no processo de formação desse aluno. O modelo de competência mais adequado é o que se encaixa: as necessidades do processo produtivo, valorizando sobremaneira a atuação individual.

Não seria exagero afirmar que o raciocínio eficientista de produtividade e de competência, incorporado às reformas educacionais, fez com que as IES assumissem sua face operacional, estruturando-se e atuando como uma organização de tipo capitalista. Esta organização toma a educação como uma simples prestação de serviço, tendo que ser gerenciada de maneira mais simples, ágil e competitiva, refletindo diretamente no projeto político-pedagógico dos cursos.

Quanto à face desse ensino em Goiás, concluímos que: nas sessenta (60) IES pesquisadas em Goiás e que oferecem o curso de Administração com suas várias habilitações, quarenta e nove (49) são privadas, consolidando-se o processo de empresariamento e mercadorização do ensino. O curso de Administração possibilita atender aos empresários que querem investir em educação, pois trata-se de um curso que exige poucos investimentos em ativo fixo, possui uma grade curricular de meio período, grande demanda, baixo custo, reduzidos investimentos e, assim, empresarialmente, passou a ser um "bom negócio".

Uma constatação que preocupa é que na medida em que as IES se afastam de seu papel social, de desenvolvimento científico e tecnológico, estas entronizam o papel do mercado. É o movimento que claramente se percebe no ensino superior em Goiás é uma "macdonaldização" do ensino, através da proliferação de escolas isoladas, com foco na quantidade de alunos em detrimento da qualidade do curso oferecido. Tal fato, afasta o aluno da possibilidade concreta do exercício da profissão de administrador.

Tal afirmação nos faz refletir que as necessidades do mercado devem estar presentes nas IES mas não devem ser prioridade na definição e orientação de seus projetos político-pedagógicos. A IES deve interagir dinamicamente com a sociedade, socializando e produzindo o saber, numa política de ensino, pesquisa e extensão. As IES, em Goiás, majoritariamente, realizam o ensino.

O sistema de ensino superior encontra-se fragmentado, a expansão ocorre em IES privadas, sem planejamento de demanda e de efetividade social, numa pática mercantilista.

O quadro que descortinamos em Goiás confirma essas análises, uma vez que, das sessenta (60) IES que possuem o curso de Administração, quarenta e nove (49) são privadas, onze (11) são públicos sendo dois (2) público-federais, dois (2) municipais e sete (&) são estaduais, demonstrando claramente o processo de privatização.

Dos sessenta (60) cursos oferecidos, quinze (15) estão na capital e quarenta e cinco (45) no interior do Estado, o que indica o processo de interiorização desse nível de ensino. Do ponto de vista, de organização acadêmica, temos seis (6) universidades (3 públicas e 3 particulares), três (3) centros universitários, cinco (5) instituto superior ou escola

superior e trinta e oito (38) faculdades isoladas, o que indica a predominância de IES com dedicação ao ensino em detrimento da pesquisa. É importante lembrar que todas essas IES tiveram no seu processo de abertura o curso de Administração ou Administração com Habilitações como "carro-chefe" para a instalação delas.

Quanto à atuação do governo estadual nesse período, constatamos que o Governo Marconi Perillo, nas pesquisas realizadas e na voz de diretores e professores pesquisados, teve uma grande relação com o processo de expansão do ensino superior, alicerçado nas flexibilizações para a abertura de novas IES através de incentivos fiscais e tributários. Este governo também ampliou a UEG, num processo de interiorização. A expansão do pólo industrial em Goiás, passou a necessitar de profissionais qualificados na área de Administração. A criação da Bolsa Universitária, subsidia grande parte das IES privadas.

Outra questão que procuramos responder refere-se aos discursos que os principais autores fazem a respeito dessa expansão. Como benefícios são evidenciados: ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior, a melhoria da qualidade dos profissionais para atender às empresas goianas e à sociedade, as possibilidades de ascensão social através da qualificação profissional, a competitividade entre as IES na busca pela qualidade, os incentivos fiscais e tributários para abertura de novas IES, os subsídios para alunos carentes através da Bolsa Universitária, a abertura de IES em pólos de desenvolvimento econômico, a interiorização como forma de manter o jovem no seu município sem se deslocar para a capital, dentre outras.

No entanto, muitos desses apresentam problemas, como o excesso de vagas para os cursos de Administração, a banalização da profissão do administrador; o enfraquecimento da formação do administrador, o exesso de habilitações especializando uma profissão que possui formação generalista, o comprometimento da qualidade e do nível do alunado pela flexibilização excessiva nos critérios de entrada, a competitividade entre as IES pelo menor preço, a falência e dificuldades financeiras das IES, a ênfase apenas no ensino em detrimento da pesquisa e extensão, um projeto político-pedagógico com ênfase na técnica em detrimento de uma formação crítica, dentre outros.

Um problema grave hoje é o valor das mensalidades das IES que inviabilizam a permanência do jovem, gerando um alto índice de evasão.

Finalizando, concluímos que o desenvolvimento do Estado promoveu a expansão do ensino superior, uma vez que a ampliação do parque industrial em praticamente todas as regiões do Estado possibilitou o aparecimento de grandes e médias empresas, despertando a demanda pela qualificação como forma de ascenção social e profissional. Tal fato confirma

nossa hipótese de que a expansão do ensino superior está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico, quando começa a existir demanda para qualificação profissional por meio do ensino superior, na perspectiva de atender à necessidade de pessoal qualificado para as grandes empreas. Tal tema demanda a necessidade de novas pesquisas sobre o real aproveitamento desses profissionais formados pelas empresas que se instalam nos novos parques industriais.

As expressivas mudanças que ocorreram no final do século XX, que já nos referimos durante o presente estudo, demandam por novas maneiras de gestão, que exigem das empresas e dos profissionais de Administração uma multiqualificação. Assim, como pesquisadora, sugerimos que é preciso pensar em uma nova proposta de formação do administrador através da superação de um curso tecnicista, utilitarista e instrumental para a construção de um projeto político-pedagógico que exija um maior saber intelectual e habilidades sociais do que um conhecimento técnico. Este projeto formará o jovem para o dinamismo das mudanças, para ver a empresa como campo de forças políticas em que os atores sociais se interagem e no qual a ação organizacional só poderá existir como resultado de uma coalizão de atores diversos.

Por último, o número de cursos de Administração existentes no Brasil e em Goiás é testemunho da divulgação da área e de sua importância para a sociedade. Um curso com possibilidades de emprego em sintonia com as tendências do mundo do trabalho, de baixo investimento financeiro para abertura, tornou-se possível de expandir-se. No entanto, a forma como veio ocorrendo sua expansão nos preocupa pela sua qualidade e pelas reais possibilidades do exercício da profissão do administrador.

O curso de Administração deve habilitar para a formação, não para o exercício profissional. É um curso que abre uma série de possiblidades de informação e formação do cidadão, com oportunidades de trabalho e de intervenção para a construção de uma sociedade menos desigual. É necessário analisar que a educação enquanto construção social não significa, apenas, obter conhecimento e informação, mas diz respeito, também, ao desenvolvimento da dimensão psicológica, cultural, social e de história de vida deste profissional, entendendo o trabalho como espaço de relações sociais e de expressão de sentimentos e vivências.

Esperamos que essa tese contribua para novas pesquisas e que suscite novas reflexões e novos debates em um contexto mais amplo, uma vez que o fenômeno da expansão dos cursos de graduação em Administração não é um fato localizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A.J. *Avaliação educacional:* regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2001.

AGUIAR, M. A. Os Institutos Superiores de Educação: uma das faces da reforma educacional no Brasil. In: SGUISSARDI, V. *Educação Superior*: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

ALMEIDA, S. C. *O avanço da privatização na educação brasileira*: o ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado. Niteroi, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niteroi, RJ, 2006.

AMARAL, N. C. *Financiamento da Educação Superior:* estado x mercado. São Paulo: Cortez; 2003.

_____. A Vinculação Avaliação/Financiamento na Educação Superior Brasileira. *Revista de Ciências Sociais e Humanas*, Piracicaba, v. 16, maio/ago. 2005.

ANDRADE, R. O. B. *História e perspectiva dos cursos de administração no Brasil.* In: Seminário Nacional sobre Qualidade e Avaliação dos Cursos de Administração. II., 1997, *Anais*...Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo,1997.

ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).* Campinas: Autores Associados, 2004.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Brasília: IBGE, 1972-1978. v. 33 a 39.

ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. *Educação & Sociedade.* Campinas, v. 23, n. 80, set., p. 25-48, 2002.

BALDINO, J. M.*Ensino superior em Goiás em tempos de euforia*: da desordem aparente à ordem ocorrida na década de 80. Goiânia, 1991. 286 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 1991.

BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARBOSA, M. C. M. *A Formação do administrador de empresas na sociedade global:* perspectivas e contradições do ensino da Filosofia e da Ética. Campinas, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, 2002.

BERNDT, A.; NAGELSCHMIDT, A. M. Atributos do administrador recém-formado: um estudo de caso. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo.* São Paulo, v. 30, n. 3, p. 91-97, jul/set. 1995.

BERTERO, C. O. *Ensino e Pesquisa em Administração.* São Paulo: Thomson, 2006. (Coleção debates em administração).

BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.* São Paulo: Xamã, 1999.

BOMENY, H.; MOTTA, M. *A Escola que faz escola:* EBAPE 50 anos. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BOUZAN, A. O Administrador de empresa no desenvolvimento do Brasil. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, v. 6, n. 19, jun., 1966.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: MEC/INEP, 2001.

_____. *Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil.* 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. *Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001*. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: **http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf**. Acesso em: 17 de setembro de 2005.

_____. MEC/INEP. *Evolução da Educação Superior – Graduação – Anos 1980/1998.* Disponível em: **http://www.inep.gov.br/dowloand/censo/1998/superior/evolução-1980-1998.pdf**. Acesso em 26 de outubro de 2005.

_____. MEC/INEP. *Sinopse estatística da educação Superior:* 2002. Disponível em: **http://www.inep.gov.br**. Acesso em 10 de janeiro de 2006.

_____. *Decreto n. 2.026, de 10 de outubro de 1996*. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/Antigos/D2026.htm. Acesso em: 15 de outubro de 2005.

_____. *Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997*. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 de Medida Provisória no. 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e inciso 1°, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União de

20/08/1997. Disponível em: http://www.cesur.br/cecex/conteudo/arquivos/decreto_2306.pdf Acesso em: 18 de outubro de 2005.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil:* entre 1930 e 1967. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. O administrador profissional e as perspectivas da sociedade brasileira. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 20, p. 89-110, set.1966.

_____. Economia e Administração: mercado e poder. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 39-43, out-dez., 1979.

_____. A estratégia brasileira de desenvolvimento entre 1967 e 1973. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 17-26, jul.-ago., 1977.

BRZEZINSKI, Iria.(org.) *LDB Interpretada*: diversos olhares se entrecuzam. São Paulo: Cortez, 1998.

CAMPOS, E. S. *Educação Superior no Brasil.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do Desenvolvimento:* Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARMO, J. C. *Classe Trabalhadora e Educação:* um exercício contra – hegemônico. Campinas, 2004. Tese (Doutorado em Educação). Campinas – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2004.

CARVALHO, C. H. A. *Reforma Universitária e os mecanismos de incentivo á expansão do ensino superior privado* no Brasil (1964-1984). Campinas, 2002. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de Campinas, Instituto de Economia, 2002.

CASTRO, C. M. O Ensino da Administração e seus dilemas: notas para debate. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de janeiro, v.21, n.. 3, p. 58-61, 1981.

_____. A Profissionalização do Administrador e o Amadorismo dos Cursos. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, v. 14, n°. 2, , p. 59-66, mar/abr.,1974.

CASTRO, R. M. J. *Expansão da educação superior privada no Brasil a partir da década de 1990:* o caso da Faculdade Cambury de Goiânia – GO. Goiânia, 2004, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Faculdade de Educação, 2004, mimeo.

CATÁLOGO *Geral de Instituições de Ensino Superior*. Brasília: MEC-SESu, 1990. Disponível: www.educaçãosuperior.inep.gov.br. Acesso em: 28 de fev.de 2006.

CATANI, A.; OLIVEIRA, J.F. *Educação superior no Brasil*: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alterações no sistema e nas universidades públicas. In: *Educação Superior:* velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

CATANI, A.; DOURADO, L.F. ; OLIVEIRA, J.F. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D.I. (Orgs.). *Avaliação democrática para uma universidade cidadã.* Florianópolis: Insular, 2002.

CÊA, Geórgia S.S. As versões do projeto de lei da reforma da Educação Superior: Princípios, Impasses e Limites. In: SIQUEIRA, A. M. ; NEVES, L. M. (org). *Ensino Superior*: uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006.

CHAGAS, V. A Luta pela Universidade do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* Rio de Janeiro, v. 48, n. 107, p. 52, jul-set., 1967, pg. 52.

CHIAVENATO, I. *Administração nos novos tempos*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COSTA, J.G.. *Fundação Getúlio Vargas:* pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil:* ensaios sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problema de concepção? In: TOMMASI, L., WARDE, M., HADDAD, S. (Org.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.* São Paulo: Cortez, 1998.

COVRE, M. L. M. *A formação e a ideologia do administrador de empresa.* São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *A Fala dos homens*: estudo de uma matriz cultural de um Estado do Mal-Estar. São Paulo, Brasiliense, 1993.

_____. Uma discussão teórica: ideologia neocapitalista e processo de burocratização. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 43-61, jan - mar. 1980.

_____. *Educação, tecnocracia e democratização.* São Paulo: Ática,1990. (Série princípios).

CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *A Universidade crítica:* o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. *A Universidade reformanda:* o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *A Universidade temporã:* o ensino superior da Colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T. e FARIA FILHO, L. M. ; VEIGA, C. G. *500 Anos de Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. A Pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 66-70, 1974.

_____. Crise e reforma do sistema universitário*:* debate**.** *Novos Estudos* CEBRAP, São Paulo, n. 46, 1996.

_____. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? In: TRINDADE, H. (org.) *Universidade em ruínas na república dos professores.* Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Zigue Zague no Ministério da Educação: uma visão da educação superior. *Revista Contemporânea de Educação Online*, Rio de Janeiro: UFRJ, n.1, abr, 2006.

CUNHA,.L.A.; GÓES, M. *O Golpe na Educação.* Rio de janeiro: Zahar, 1985.

CURY, C. R. J.. *Ideologia e educação brasileira:* católicos e liberais. São Paulo: Autores Associados, 1986.

D' ARAÚJO, M. C. S. A volta de Vargas ao poder e a polarização das forças políticas e sociais. In: SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R. (orgs) *Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea.* São Paulo: HUCITEC, 2004.

DAVIES, N. Mecanismos de financiamento: a privatização dos recursos públicos**.** In: NEVES, L. M. W. (Org.). *O empresariamento da educação*: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

DELORS, J. *Educação*: um tessouro a descobrir. São Paulo: Cortez; 1999.

DEMARTINI, Z. B. F. O coronelismo e a educação na Primeira República. *Educação e Sociedade.* Campinas, ano 10, n. 34, p. 44-74, dez., 1989.

DIAS SOBRINHO, J. Concepções de universidade e de avaliação institucional In: TRINDADE, H. (org.) *Universidade em Ruínas:* na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Universidade e Avaliação:* entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, L. F; CATANI, A; OLIVEIRA, J. F. (orgs) *Políticas e gestão da Educação Superior:* transformações recentes e debates atuais**.** São Paulo: Xamã, 2003.

DOURADO, L. F. *A interiorização da educação superior e a privatização do público.* Goiânia: UFG, 2001.

_____. A reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. *Educação & Sociedade.* Campinas, v. 23, n. 80, p. 235-53, set.,2002.

_____. *Expansão e interiorização do ensino superior em Goiás nos anos 80:* a política de privatização do público. Rio de Janeiro, 1997, Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de janeiro, Faculdade de Educação, 1997.

_____. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil In: DOURADO, L. F; CATANI, A; OLIVEIRA, J. F. (orgs) *Políticas e gestão da Educação Superior:* transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003.

DOURADO, L. F; BUENO, M. S. O público e o privado em educação. In: WITTMANN, L. C. ; GRACINDO, R. V. *O Estado do Arte e Gestão da Educação no Brasil:* 1991 a 1997. Campinas: Autores Associados, 2001.

DOURADO, L. F; CATANI, A; OLIVEIRA, J. F. (orgs) *Políticas e gestão da Educação Superior:* transformações recentes e debates atuais**.** São Paulo: Xamã, 2003.

DUPAS, G. A lógica econômica global e a revisão do *Welfare State*: a urgência de um novo pacto. IN: PEREIRA, L.C.B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs). *Sociedade e Estado em Transformação.* São Paulo: UNESP, 2001.

FAVERO, M. de L. A. *A Universidade brasileira em busca de sua identidade.* Tese (Livre Docência). Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. A Universidade do Brasil*:* um itinerário marcado de lutas. *Revista Brasileira de Educação.* Brasília, n. 10, jan/abr, 1999.

_____. *Universidade do Brasil:* das origens à construção. Rio de Janeiro: UFRJ/Inep, 2000, v. I.

_____. *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada:* Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Universidade e Poder - análise crítica, fundamentos históricos:* 1930 – 1945. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FÉLIX, M. F. C. *Administração de Empresa e Administração Escolar – Administração Científica?* uma análise da proposta do Estado capitalista brasileiro para burocratização do sistema escolar. Campinas, 1982, 125 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1982.

FERREIRA, A. C. ; ALVIM, V.(org.) *A Trama da Privatização:* a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis: Insular, 2001.

_____. As agências multilaterais e a política econômica do governo FHC. In: FERRREIRA, A. C.; ALVIM, V.(org.) *A Trama da Privatização:* a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis: Insular, 2001.

FERREIRA, S. *Políticas de expansão e estruturação da educação superior em Goiânia nos anos 90:* o caso da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas. Goiânia, 2002, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Faculdade de Educação, 2002.

FIORI, J. L. *60 lições dos 90*: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FISCHER, T. Administração Pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 278-288, : out.-dez., 1984.

_____. *Centralização e Descentralização na Administração Pública Brasileira*. Salvador, 1985. 158 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 1985.

FONSECA. D. M. *O Pensamento privatista em educação.* Campinas: Papirus, 1992.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional. In: OLIVEIRA, R. P. (org.) *Política Educacional:* impasses e alternativa. São Paulo: Cortez, 1998.

FLEURY, P. F. O ensino de graduação em administração: um estudo de caso. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 29-42, out-nov. 1983.

FLEURY, S. Brasil: uma agenda de reforma. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 38, n.6, p. 1085-1094, nov/dez. 2004.

FREITAS, C. A. L. L. Goiás: quais os caminhos para o desenvolvimento. *Revista Conjuntura Econômica Goiana,* n° 04, maio, 2005.

FLORESTAN FERNANDES. *A Revolução Burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. *Universidade brasileira:* reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade.* São Paulo: Edart, 1978.

FRIGOTTO, G. *Educação e Crise do Trabalho:* perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A Produtividade da Escola Improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Educação e Crise do Capitalismo Real.* São Paulo: Cortez, 1995.

GALEANO, E. *As Veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALINDO, O.; SANTOS, V. M. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In*: Desigualdades Sociais e Desenvolvimento.* São Paulo: FUNDAP, 1995, p. 157-194.

GEBARA, J. J. Algumas considerações sobre o Estado, a Tecnoburocracia e a Economia. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 84-7, jan/mar,1978.

GERMANO, J. W. *Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

GENTILI, P. *A falsificação do consenso:* simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. (org.). *Universidades na penumbra:* neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) *A Cidadania negada:* políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez; 2001.

GHIRALDELLI JR., P. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

GIROLETTI, D. Administração no Brasil potencialidades, problemas e perspectivas. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, v. 45, p. 116-20, 2005. (Edição Especial Minas Gerais).

GOERGEN, P. A Crítica da modernidade e a educação. *Revista Pró-Posições*.Campinas, v. 7, n. 2, p. 5-28, jul., 1996.

GOÍS, P. A investigação científica: dever social da Universidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* Brasília, v. 35, n. 82, abr-jun, 1961.

GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. *Ranking dos municípios goianos.* Goiânia, 2005. 114p.

GOIÀS. Governador (Perillo, Marconi, 2004-2006). *Plano Goiás Século XXI:* Avançar Mais PPA. Goiânia, 2004.

GOMES, M. A. *A expansão e a reconfiguração do ensino superior privado nos anos 90:* o caso do município de Goiânia. Goiânia, 2002, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2002.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

HAWERROTH, J. L. *A expansão do ensino superior das Universidades do Sistema Fundacional Catarinense.* Florianópolis: Insular, 1999.

HORTA, J. S. B. Expansão do ensino superior no Brasil. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, n. 69, p. 29-48, 1975.

_____. *Liberalismo, Tecnocracia e Planejamento Educacional no Brasil:* uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930 – 1970. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.

IANNI, O. *O Ciclo da Revolução Burguesa.* Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. A "Redemocratização" de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica" In: SZMRECSÁNYI, T. ; GRANZIERA, R. (orgs) *Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea.* São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 97-111.

_____. Ideologia e prática do planejamento durante o Estado Novo. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan.-mar, p 7-15. 1971.

IGLÉSIAS, F. Aspectos Políticos e Econômicos do Estado Novo. In: SZMRECSÁNYI, T. & GRANZIERA, R. (orgs) *Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea.* Campinas: UNICAMP, São Paulo: HUCITEC, 2004.

KEINERT, T. M. M. Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92). *Revista de Administração de Empresas.* Rio de janeiro, v. 34, n° 3, p. 41-48, mai-jun.,1994.

KNIGHT, P. T. Desenvolvimento sócio-econômico brasileiro: questões para a década de 80. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 5 – 22, jul./set., 1982.

LA ENSEÑANZA *SUPERIOR:* las leciones derivadas de la experiencia. Washington: Banco Mundial, 1995. mimeo.

LEITÃO, L. *A política educacional do ensino superior e o regime autoritário* – A configuração do Ensino Superior em São Paulo. São Paulo, 1994, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, 1994.

LEHER, R. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: GENTILI, P. (Org.). *Universidades na penumbra:* neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, L. F; CATANI, A; OLIVEIRA, J. F. (orgs) *Políticas e gestão da Educação Superior:* transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003.

LIMA, T. C. P. *O Curso de Administração da Universidade Católica de Goiás:* criação e consolidação. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

LIMA, K. R. S. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. IN: NEVES, L. M. W. (org.) *O empresariamento da educação*: novos contornos do ensino superior dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

LIMA, K. R. . *Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal:* de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro, 2005, Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2005.

_____. Reforma Universitária do Governo Lula: o relançamento do conceito de Público não Estatal. In: NEVES, L. M. W. *Reforma Universitária do Governo Lula:* reflexões para o debate.São Paulo: Xamã, 2004.

LODI, , J. B. *História da Administração.* São Paulo: Pioneira, 1993.

LUZ, J. M. *A primeira experiência de planejamento estatal em Goiás*: o Plano e a Reforma Administrativa do Governo Mauro Borges (1961-1964). Goiânia, 1978. 198 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Ciências Humanas e Letras, 1987.

MACEDO, C. T.; CAMPOS JR., P. B. Pelos Caminhos do Desenvolvimento de Goiás. *Revista Conjuntura Econômica Goiana*. n. 06, nov., 2005.

MACHADO, M. *O ensino de Administração Pública no Brasil***.** Rio de Janeiro: FGV, 1966.

MANCEBO, D. M. & FÁVERO, M. L. *Universidade:* políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

MANCEBO, D. Reforma Universitária: Reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Revista Educação & Sociedade* Campinas, v. 25, n. 88, p. 845-866, out. 2004.

MARCELINO, G. O Estado no Brasil e as reformas administrativas planejadas. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v. 23, n. 4, p. 9-15, out/dez, 1988.

MARTINS, A. S. & NEVES, L. M. W. A Proposta de Autonomia Universitária do Governo Lula. In: NEVES, L. M. W. (org). *Reforma Universitária do Governo Lula*: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

MARTINS, C. B. *Ensino pago:* um retrato sem retoques. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Ensino Superior Brasileiro:* transformações e perspectivas. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. O Público e o Privado na Educação Superior Brasileira nos anos 80. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, *v.* 25, 1991.

MARTINS, C. E. Tecnocracia ou Tecnoassessoria. *Revista de Administração de Empresas* Rio de janeiro, v. 10, n. 2, p. 39-66, jul/set.,1970.

_____. *Tecnocracia e Capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1974.

MENDES, D. T. *O Planejamento Educacional no Brasil.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

MENEGHEL, S. M. *A Crise da Universidade Moderna no Brasil.* Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001.

_____. A Função da Universidade na Sociedade: elementos para repensar a organização universitária bradileira. In: ZAIKO, M.A.S ; GISI, M. L. (orgs) *Políticas e Gestão da Educação Superior.* Florianópolis: Insular, 2003.

MINTO, L. W. *As Reformas do Ensino Superior no Brasil:* o público e o privado em questão. Campinas: Autores Associados, 2006.

MOTTA*, F. C. P.* A questão da formação do administrador. *Revista de Administração de Empresa.* Rio de janeiro, v. 23, n. 4, p. 53-55, out.-dez., 1983

MOTTA, P. R. EBAPE, a escola que faz escola: 50 anos. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 531-532, maio/jun, 2002.

MORAES, R. C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado - sociedade. In: *Educação & Sociedade.* Campinas, v. 23, n. 80, p. 13-2, set. 2002.

MORAES, S. (orgs.). *Escola e Universidade na Pós-Modernidade.* Campinas: Mercado das Letras, 1994, pp.101-161.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República.* São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO A., SILVA A.; ALGEBAILE, M. Estado Mercado e Trabalho: Neoliberalismo e Políticas Sociais. In: NEVES, L. M. W. (org.) *O empresariamento da educação:* novos contornos do ensino superior dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NETO, A. A. *A Bolsa de Estudos Universitários em Goiás:* privatização do público ou publicização do privado? Goiânia, 2003, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, 2003.

NETO, P. E. M. *Universidade:* ação e reflexão. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1983.

NETO, T. M. *A contribuição de Brasília para o desenvolvimento de econômico de Goiás – 1960 – 1980*. Goiânia, 1987. 190 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Ciências Humanas e Letras, 1987.

NEVES, L. M. W. (org.) *O empresariamento da educação:* novos contornos do ensino superior dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. (org.): *Reforma Universitária do Governo Lula*: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

NEVES, L. M. W. ; FERNANDES, R. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, L. M. W. (org.). *O empresariamento da educação:* novos contornos do ensino superior dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a Sociedade Civil.* São Paulo: Cortez, 2005.

NOSELLA, P. *Qual compromisso político?* Ensaios sobre a educação brasileira pós-ditadura. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

NICOLINI, A. Educação: os novos desafios da universidade. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de janeiro, v. 44, n. 1, 2003.

OLIVEIRA, F. de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, C. N. (org.) 1964: *Visões críticas do Golpe:* democracia e reforma ao populismo. Campinas: UNICAMP, 1997.

OLIVEIRA, F. B. *Pós-Graduação:* educação e mercado de trabalho. Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, E. M. Instituições de Ensino Superior: centros de excelência acadêmica ou fábricas de profissionais? *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, abr/jun., 1974.

OLIVEIRA, J. F. *A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das Universidades Federais:* o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG). São Paulo, 2002, Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2002.

OLIVEIRA, D. *A expansão dos cursos de Pedagogia em Goiânia:* um estudo comparativo. Goiânia, 2005, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2005.

OLIVEN, A. C. Resgatando o significado do departamento na Universidade Brasileira. In: MARTINS, C. B. *Ensino Superior Brasileiro*, São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 46 – 66.

OS NÚMEROS Censo do Ensino Superior de 2001. Brasília: INEP, 2001.

OTRANTO, C. R. A reforma da educação superior do governo Lula da Silva: da inspiração à implantação. In: *REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 29°, 2006. Caxambu. *Anais*...Caxambu, ANPED, 2006.

PARO, V. H. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 14, n. 2, p. 243-251, jul/dez., 1998.

PASCHOAL, J. A. R. A interiorização dos investimentos como meio para se chegar ao desenvolvimento sustentável. *Revista Conjuntura Econômica Goiana*. n° 06, nov., 2005.

PAULA, A. P. P. Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 77-81.jul-set., 2001.

PEIXOTO, M. G. *A expansão do ensino superior privado após a década de 1990:* parte integrante da reforma antidemocrática da educação nacional. Goiânia: Educativa, v.. 5, n. 1, p. 177-95, jan. /jun. 2002.

PEREIRA, L. *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1971.

PINTO, J. M. R. Financiamento da Educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). In: *Educação & Sociedade.* Campinas, v. 23, n. 80, p. 109 – 136, set. 2002.

PINHEIRO, M. F. S. O "Estado Mínimo" e a Educação. In: MARTINS, C. B. O Público e o Privado na Educação Superior Brasileira nos anos 80. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25,1991.

PIZZINATTO, N. K. Ensino de Administração e o Perfil do Admministrador: contexto nacional e o curso de administração da UNIMEP. *Revista Impulso*, n. 26, p. 173-180, dez. 1999.

POERNER, A. J. *O Poder Jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PRESTES MOTTA, F. C. *Empresários e Hegemonia Política.* São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUARESMA, M. R. *Expansão dos cursos de Pedagogia no período de 1939/75.* Rio de Janeiro, 1978, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de janeiro, Faculdade de Educação, 1978.

RAMOS, M. N. *Pedagogia das Competências:* autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2002.

RAMPINELLI, W. J. A Globalização e as Privatizações. In: FERRREIRA, A. C. ; ALVIM, V.(org.) *A Trama da Privatização:* a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis: Insular, 2001.

REVISTA DOCUMENTA.Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1960-2002.

RIBEIRO, D. *UnB: invenção e descaminhos*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

_____. Universidade de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 83, p. 161-230, jul./set., 1961.

RIBEIRO, M. L. *História da Educação Brasileira.* Campinas: Autores Associados, 1998.

RIBEIRO, M. das G. M. *Educação Superior Brasileira:* reforma e diversificação institucional. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

RISTOFF, D. I.. Avaliação da Educação Superior: flexibilização e regulação. In: DOURADO, L. F; CATANI, A; OLIVEIRA, J. F. (orgs) *Políticas e gestão da Educação Superior:* transformações recentes e debates atuais**.** São Paulo: Xamã, 2003.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil. 1930/1973.* Petrópolis: Vozes, 1993.

ROSSATO. R. *Universidade:* reflexões críticas. Santa Maria: UFSM, 1988, mimeo.

_____. *Universidade:* nove séculos de história. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

RELATÓRIO *"A educação superior no Brasil"* IESALC – Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – UNESCO – CAPES (www.iesalc.unesco.org.ve). Acesso em 22 fevereiro de 2005.

SÁ e SILVA, G. Administração de empresas e desenvolvimento. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 5-20, jul.-set. 1971.

SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMPAIO, H. M. *O Ensino Superior no Brasil:* o ensino privado. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SANTOMÉ, J. T. *A educação em tempos de neoliberalismo.* Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, A. S. *Perfil pretendido do Administrador graduado em algumas instituições da Bahia.* Salvador, 2002, Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2002.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice:* o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, D. *Política e Educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1999.

SEIBEL, R. J. Debilidade institucional e políticas não-públicas. In: FERRREIRA, A. C. ; ALVIM, V.(org.). *A Trama da Privatização:* a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis: Insular, 2001.

SIQUEIRA, D. S. *Estudo de Avaliação da Expansão de Cursos de Administração na Região Metropolitana de Salvador (1994 – 2000).* Salvador, 2001, Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2001.

SIQUEIRA, A. M. & NEVES, L. M. (org). *Ensino Superior*: uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006.

SIQUEIRA, A. C. Organismos Internacionais, gastos sociais e reforma universitária do Governo Lula. In: NEVES, L. M. W. (org.): *Reforma Universitária do Governo Lula*: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

SILVA, B. *Gênesis do ensino de Administração Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1958 (Cadernos de Administração, 49).

SILVA, M. J. *A construção histórica do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás* (1983-2002). Goiânia, 2005, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2005.

SILVA, M A. *Intervenção e Consentimento*: a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados, 2002.

SILVA JR., J. R. *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC.* São Paulo: Xamã, 2002.

_____. *Pragmatismo e populismo na educação superior:* nos governos FHC e Lula. São Paulo: Xamã, 2005.

SILVA JR, J. R; SGUISSARDI, V. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil*: Reforma no Estado e mudança na produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

_____. Reforma da educação superior: a produção da ciência engajada ao mercado e de um novo pacto social. In: DOURADO, L. F; CATANI, A; OLIVEIRA, J. F. (orgs) *Políticas e gestão da Educação Superior:* transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*. Brasília, n. 29, mai/ago, 2005.

SILVA, Jr. e MANCEBO, D. *A Reforma Universitária no contexto de um governo popular democrático:* primeiras aproximações. Disponível em: www.lpp.uerj.net/outrobrasil. Acesso em 24 de maio de 2007.

SOUZA, M. I. S. *Os empresários e a educação:* o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUSA, E. M. *Crises & Desafios no ensino superior do Brasil.* Fortaleza: UFC, 1980.

SOUZA, J. O. *Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás:* embate entre o público e o privado: 1940-1960. Goiânia, 1999. 224 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 1999.

SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade científica no Brasil.* São Paulo: Nacional, 1974.

SCHWARTZMAN, J. *Políticas de ensino superior no Brasil na década de 90.* São Paulo: USP, 1996.

SGUISSARDI, V. *Educação Superior:* velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 96, out. 2006. (número especial).

SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. R. *Educação superior:* análise e perspectivas de pesquisa. São Paulo: Xamã, 2001.

SZMRECSÁNYI, T. & GRANZIERA, R. (orgs) *Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea.* São Paulo: HUCITEC, 2004.

SHEEN, M. R. C. C. *O contexto da política de criação das Universidades estaduais do Paraná.* Campinas, 1986, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1986.

SHIROMA, E; MORAES, M. C; EVANGELISTA, O. (orgs). *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

STORCK, V. S. Notas para a história e origens da Administração brasileira: origens e desenvolvimento. *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, v.23, n°. 3, p. 57-62, jul.-set,1983.

_____. Reforma Administrativa do governo Collor. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo.* São Paulo, v. 27, n. 3, p. 66-77, jul-set., 1992.

TANGUY, L. ; ROPÉ, F. *Saberes e competências:* o uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas: Papirus, 1997.

TANNÚS JR., H. A evolução da economia do Estado de Goiás e suas relações com o Centro-Oeste. *Revista Conjuntura Econômica Goiana.* n° 01, julho, 2004.

TEIXEIRA, A. *Ensino superior no Brasil:* análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

_____. A expansão do ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* Rio de Janeiro, v.36, n.83, jul. /set. 1961.

_____. *Educação no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

TOLEDO, C. N. Estado Nacional e desenvolvimento capitalista no Brasil. In: COSTA, S. *Concepções e Formação do Estado Brasileiro.* Goiânia: UCG, 2004.

_____. *1964: Visões críticas do Golpe:* democracia e reforma ao populismo. Campinas: UNICAMP, 1997.

TOMMASI, L., WARDE, M., HADDAD, S. (Org.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.* São Paulo: Cortez, 1998.

TRAGTENBERG, M. *A delinqüência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder.* São Paulo: Rumo, 1979.

_____. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1990.

TRINDADE, H. (org.). *Universidade em ruínas na república dos professores.* Petrópolis: Vozes, 1999.

UNESCO. *Documento de política para a mudança e o desenvolvimento na educação superior***.** 1995. Mimeo.

_____. Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI: visão e ação. Conferência Mundial sobre a Educação Superior. Paris. In: *Universidade e Sociedade*. n° 17, ANDES-SN, nov. 1998.

VALENTE, I. & ROMANO, R. PNE: Plano Nacional de Educação ou Carta de Intenção? . *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 23, n. 80, p. 97, set., 2002.

VEIGA, L. Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e Universidade no Brasil (1954-1964). *Revista Educação & Sociedade*. São Paulo, n. 11, jan., 1982.

VIEIRA, S. L. *Política Educacional em tempos de transição (1985-1995).* Brasília: Plano, 2000.

_____. O discurso sobre a Universidade nos anos 80. In: MARTINS, C. B. *O Público e o Privado na Educação Superior Brasileira nos anos 80.* Cadernos CEDES. v. 25 Campinas: Papirus, 1991.

VIZENTINI, P. G. F. Política Exterior e Desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e a política externa independente. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 14, n. 27, 1994.

WAHRLICH, B. M. S. *Uma análise das teorias da organização*. Rio de Janeiro, FGV, 1974.

WANDERLEY, L. E. W. Criação de novas universidades: um processo à brasileira! *Revista Brasileira de Educação***.** Brasília, n. 8 , mai.-ago, 1984.

WOOD Jr., T.; PAULA, A. P. O fenômeno dos MPAs brasileiros: hibridismo, diversidade e tensões. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 116 – 129, 2004.

Sites eletrônicos

www.inep.gov.br

www.mec.gov.br

www.iesalc.unesco.org.ve

www.abmes.org.br

www.ifi.unicamp.br

www.inesc.org.br/conteudo/publicacoes/livros

http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos

www.scielo.br

www.anped.or.br/26/trabalhos

www.angrad.org.br

www.anpad.org.br
www.enangrad.com.br
www.fgv.br
www.ucg.br
www.ufg.br
www.unicamp.br
www.unifaj.com.br
www.faculdadeavila.com.br
fco@genetic.com.br
secretaria@fibra.com.br
www.fasam.edu.br
www.fanap.br
www.facer.edu.br
www.faculdadejk.com.br
www.cambury.br
www.faculdadefar.com.br
www.uinilions.org
www.fmbm.com.br
www.latinoamericana.edu.br
www.iesgo.edu.br
www.unifasc.com.br
www.esup.edu.br
www.facec.com.br
www.fatago.com.br
www.faculdadedeipora.com.br
www.fago.edu.br
www.fasug.com.br
www.faculdadequirinopolis.com.br
www.faculdadeanicuns.edu.br
www.fabego.com.br
www.suldamerica.com.br
www.fabecbrasil.edu.br
www.ueg.com.br
www.ufg.br

www.facmais.com.br

www.cesem.com.br

www.sieg.go.gov.br

www.sefaz.gov.br

www.rae.com.br

www.rausp.usp.br

www.ebape.fgv.br

www.anhanguera.edu.br

www.dieese.org.br

www.educacaosuperior.inep.gov.br

www.terra.com.br/istoe

www.ovg.org.br/prog_bolsa

www.controleinterno.goias.gov.br

www.ueg.edu.br

www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos

www.resultadossenc.inep.gov.br/conceitos

www.unilist.com.br/iueso/ensino/graduacao

www.ufgvirtual.ufg.br

Relação dos Entrevistados

Prof. Dr. Bianor Scelza Cavalcanti - Entrevista realizada dia 6 de outubro de 2006, ás 15:30 horas, nas dependências da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE da Fundação Getúlio Vargas - FGV, no Rio de Janeiro.

Prof. Dr. Antônio Freitas - Entrevista realizada em 29 de novembro de 2006, na sala de reunião do Castros Park Hotel, em Goiânia. Presidente da Associação Nacional de Graduação em Administração – ANGRAD.

Prof. Msc. Irineu Gomes - Entrevista realizada dia 16 de março de 2007, ás 17:00 hs., na sala da Diretoria do Departamento de Administração da Universidade Católica de Goiás.

Prof. Jorge de Jesus Bernardo, Presidente da Associação das Mantenedoreas do Ensino Superior Privado de Goiás – AMESG, em 17 de fevereiro de 2007..

Questionários respondidos

Coordenador do Curso de Administração da Faculdade de Jussara Prof. Osmar de Paula Oliveira, no Campus da Faculdade de Jussara, na cidade de Jussara – GO, em 11 de maio de 2006.

Coordenadora do Curso de Administração da Faculdade Ávila, Prof.a Msc. Maria Bernadete Snavalle Ruguê, em 14 de janeiro de 2007.

Coordenador do Curso de Administração Prof. Geraldo Fernandes Monteiro, em 08 de março de 2007.

Diretor da Faculdade SUDAMÈRICA, Prof. Eugênio Brito Jardim, em 16 de março de 2007.

Coordenador do Curso de Administração da Universidade Católica de Goiás, Prof. Breno Xavier de Brito, em 22 de março de 2007.

Diretor/proprietário da Faculdade Padrão, Prof. João Rodrigues, em 17 de fevereiro de 2007.

Diretora/proprietária da Faculdade de Rubiataba – FACER, Prof.a Zita Pires de Andrade, em 17 de fevereiro de 2007.

Diretora Acadêmica da Faculdade LIONS, Prof.a Sônia Galvão, em 17 de fevereiro de 2007 .

Presidente da Mantenedora da Escola Superior de Goiânia – ESUP, Sra. Helena Barbosa Machado Ribeiro, em 17 de fevereiro de 2007.

A P Ê N D I C E S

APÊNDICE I

Universidade Federal de Goiás: Programa de Doutorado em Educação Brasileira
Doutoranda: Prof.a Msc. Tereza Cristina Pinheiro de Lima
Tese: "A expansão, mercantilização e privatização do ensino superior de Administração em Goiás: 1995-2006".

Questionário com as Mantenedoras das Instituições de Ensino Superior de Goiás
Dados pessoais
Nome_____
E-mail_____
Denominação da Instituição_____
1. Quais os motivos que o levaram a investir no ensino superior em Goiás?
a)_____
b)_____
2. Com qual curso sua instituição iniciou as atividades?
( ) Administração ( ) Direito( ) Pedagogia( ) Outro
Caso tenha sido com o curso de Administração, quais os fatores que determinaram para a escolha do mesmo?
1_____
2_____
3. Como o sr. (a) vê o processo de expansão do ensino superior em Goiás:
Pontos favoráveis
1_____
2_____
Pontos desfavoráveis
1_____
2_____
4. Quais os fatores que influenciaram para a expansão do ensino superior em Goiás?
Fatores Sociais:
_____
Fatores Econômicos
_____
Fatores Políticos
_____
5. Qual a relação entre expansão do ensino superior e a política do governo Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato?
_____
_____
6. Pode-se afirmar que o curso de Administração com suas várias habilitações foi o que mais se expandiu no Brasil e em Goiás. Porque? Relacione 3 motivos:
a) _____
b)_____
7. Em Goiás, o sr. (a) vê relação entre expansão do ensino superior e o governo Marconi Perillo?
a)_____
_____

Obrigado por sua valiosa participação

APÊNDICE II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO: PROGRAMA DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Profa. Tereza Cristina Pinheiro de Lima

Senhor Diretor/Coordenador do Curso de Administração,

Como doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás estamos estudando "A expansão do ensino superior de Administração em Goiás".
Seria fundamental para nossa pesquisa a participação de V.Sa e autorização para que pudéssemos usar as informações que nos serão fornecidas como dados fundamentais para a escrita da tese. Solicitamos a gentileza de responder as seguintes questões:

Questionário para os Coordenadores de Curso de Administração em Goiás
Data: Goiânia, ____ de _____ de 2006.
Nome: _____
Função Atual: _____
Telefone para contato: _____
E-mail:_____
Denominação da Instituição: _____
Dependência Administrativa: _____
1. Com qual curso a Instituição iniciou suas atividades acadêmicas?_____
Porque este curso?

_____
2. Ano de autorização do curso de Administração: _____
3. Data de Reconhecimento: _____
4.Tempo de atuação frente á frente da coordenação do curso de administração:_____

5.Quais as Habilitações e Administração e o ano que foi criado:

Habilitações	Ano de Criação

6.Quantos vagas/matrículas no ano de abertura? E nos anos subseqüentes até 2006?

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2006
VAGAS									
MATRÍCULAS									

7. O curso teve avaliação do MEC? Qual o conceito recebido?

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2006
CONCEITO									

8. Quadro de professores?

Titulação	GRADUADO	ESPECIALISTA	MESTRE	DOUTOR
Quantidade				

9. Como você avalia o curso: expectativas e dificuldades?

Pontos Favoráveis
1_____
2_____
Pontos a desenvolver:
1._____
2._____
10. Caso tenha experiência com evasão, quais os motivos que leva o aluno a evadir?
( ) incompatibilidade com o curso
( ) falta de recursos financeiros para arcar com as mensalidades
( ) sobrecarga de trabalho na vida profissional
( ) Outro. Qual?
11. Como o sr. (a) vê o processo de expansão do ensino superior em Goiás:
Pontos positivos
1._____
_____
2._____
_____
Pontos Negativos
1._____
_____
2._____
_____
12. Quais os fatores que influenciaram para a expansão do ensino superior em Goiás?
Fatores Sociais:
_____
Fatores Econômicos
_____
Fatores Políticos
_____
13. O sr. (a) vê a relação entre expansão do ensino superior de Administração e a política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso?Porque?
_____
_____
_____
14. O sr. (a) vê a relação entre expansão do ensino superior de Administração e a política do governo Marconi Perillo em Goiás?
_____
_____
_____

Obrigado por sua valiosa participação.

Prof.a Tereza Cristina Pinheiro de Lima
Doutoranda da UFG – Faculdade de Educação
e-mail: tereza.cristina@brturbo.com.br
Fone: 62 – 8414 2030

APÊNDICE III

Entrevista para Tese de Doutorado
Entrevistado: Prof. Dr. Bianor Scelza Cavalcanti
Diretor da Escola de Administração Pública e de Empresas – EBAPE da Fundação Getúlio Vargas – FGV

Data: 06 de outubro de 1006 - Horário: 17:30
Local: Diretoria da EBAPE – FGV, no Rio de Janeiro

Entrevistadora: Prof.a Msc. Tereza Cristina Pinheiro de Lima
Doutoranda do Programa de Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás.

Questões :
1. Prof. Bianor o senhor me autoriza a usar todas as informações que o senhor me conceder nesta entrevista para que eu possa escrever minha tese de doutorado?

2. Como atual Diretor da primeira escola de Administração no Brasil, como o senhor vê o movimento da educação superior em Administração no país, a partir da década de 1940? Por ocasião da criação da FGV (1944), EBAP (1952) e EAESP (1954), que são os marcos da Administração no Brasil?

3. Quais os acontecimentos marcantes sociais, políticos e econômicos, que aconteceram no país e interferiram no processo de consolidação dos cursos de Administração – nas décadas de 60 - 70 - 80 - 90?

4. Na década de 1980 tem-se o registro do período de contenção do ensino superior. A que o senhor atribui esse movimento da década de 80?

5. Quando mudou o nome de EBAP para EBAPE?

6. Qual a avaliação que o sr. faz das reformas educacionais do governo FHC, orquestradas por seu Ministro da Educação Paulo Renato? E sua repercussão para o ensino da Administração?

7. Como o senhor vê o movimento expansionista do ensino superior de Administração?

8. Por que o MEC liberou a graduação e tem restrições com a pós-graduação *sctrico sensu.* Temos um quadro de que a graduação cresceu em quantidade e não em qualidade e por que este movimento explodiu sem nenhum controle da graduação por parte do MEC e o que isso representa hoje para a profissão do Administrador?

9. Uma forma de melhorar a graduação não seria também o investimento na pós-graduação?

10. Em sua avaliação, o que precisa ser repensado nos cursos de Administração para o atual momento do país e da educação superior?

11. Encerrando a entrevista, gostaria de deixar o senhor a vontade para dizer o que achar importante, completar alguma idéia, deixar uma mensagem.

APENDICE IV

Entrevista para Tese de Doutorado
Entrevistado: Prof. Dr. Antônio Freitas
Presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD

Data: 29 de novembro de 2006 - Horário: 22:00
Local: Sala de Reunião do Castros Park Hotel em Goiânia.

Entrevistadora: Prof.a Msc. Tereza Cristina Pinheiro de Lima
Doutoranda do Programa de Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás.

Questões :
1. Prof. Antônio Freitas o senhor me autoriza a usar todas as informações que o senhor me conceder nesta entrevista para que eu possa escrever minha tese de doutorado?

2. Como o senhor analisa o moveimento de expansão dos cursos de Administração no Brasil?

3. Gostaria de saber do senhor sua avaliação do surgimento dos cursos de Administração no Brasil, a partir da década de 1940? Por ocasião da criação da FGV (1944), EBAP (1952) e EAESP (1954), que são os marcos da Administração no Brasil?

4. Quais os acontecimentos marcantes sociais, políticos e econômicos, que aconteceram no país e interferiram no processo de consolidação dos cursos de Administração – nas décadas de 1950 - 60 - 70 - 80 - 90?

5. Na década de 1980 tem-se o registro do período de contenção do ensino superior. A que o senhor atribui esse movimento da década de 80?

6. Qual a avaliação que o sr. faz das reformas educacionais do governo FHC, orquestradas por seu Ministro da Educação Paulo Renato? E sua repercussão para o ensino da Administração?

7. Como o senhor vê o movimento expansionista do ensino superior de Administração?

8. Prof. Freitas, diante desse quadro que o senhor apresenta e até na entrevista que realizamos com oi Prof. Bianor da EBAPE, seu colega, ele diz: “meu amigo Fretas, tem todos os dados”. Como o senhor vê a questão da quantidade e da qualidade, neste processo expansionista do ensino da Administração?

9. E a questão da evasão atualmente? Como o senhor analisa?

10. Existem alguns autores hoje na Administração, que são considerados estudiosos críticos da ciência da Administração. Dizem que os cursos de Administração não forma o Administradores, informam e informam mal. Como o senhor vê isoo, na condição de Presidente da ANGRAD.

11. Em sua avaliação, o que precisa ser repensado nos cursos de Administração?

12 Encerrando a entrevista, gostaria de deixar o senhor a vontade para dizer o que achar importante, completar alguma idéia, deixar uma mensagem.

APENDICE V

Entrevista para Tese de Doutorado
Entrevistado: Prof. Irineu Gomes
Diretor do Departamento de Administração da Universidade Católica de Goiás

Data: 16 de março de 2007 - Horário: 17:00
Local: Diretoria do Departamento de Administração da Universidade Católica de Goiás.

Entrevistadora: Prof.a Msc. Tereza Cristina Pinheiro de Lima
Doutoranda do Programa de Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás.

Questões :

1. Prof. Irineu o senhor me autoriza a usar todas as informações que o senhor me conceder nesta entrevista para que eu possa escrever minha tese de doutorado?

2. Como atual Diretor da primeira escola de Administração em Goiás, como o senhor vê o momento do curso de Administração da UCG. Gostaria que o senhor me fizesse uma análise do momento atual do curso, a partir de sua gestão, novos rumos, novos projetos.

3. Como o senhor vê o processo das Habilitações criadas nos cursos de Administração e o que isso representou e representa para a profissão do Administrador?

4. Qual a avaliação que o sr. faz das reformas educacionais do governo FHC, orquestradas por seu Ministro da Educação Paulo Renato? E sua repercussão para o ensino da Administração?

5. Quais os fatores que provocaram a expansão do ensino superior de Administração em Goiás?

6. Qual a relação entre a expansão do ensino superior e mo governo Marconi Perillo em Goiás?

7. O que o senhor atribui a Universidade Federal de Goiás ter criado o curso de Administração?

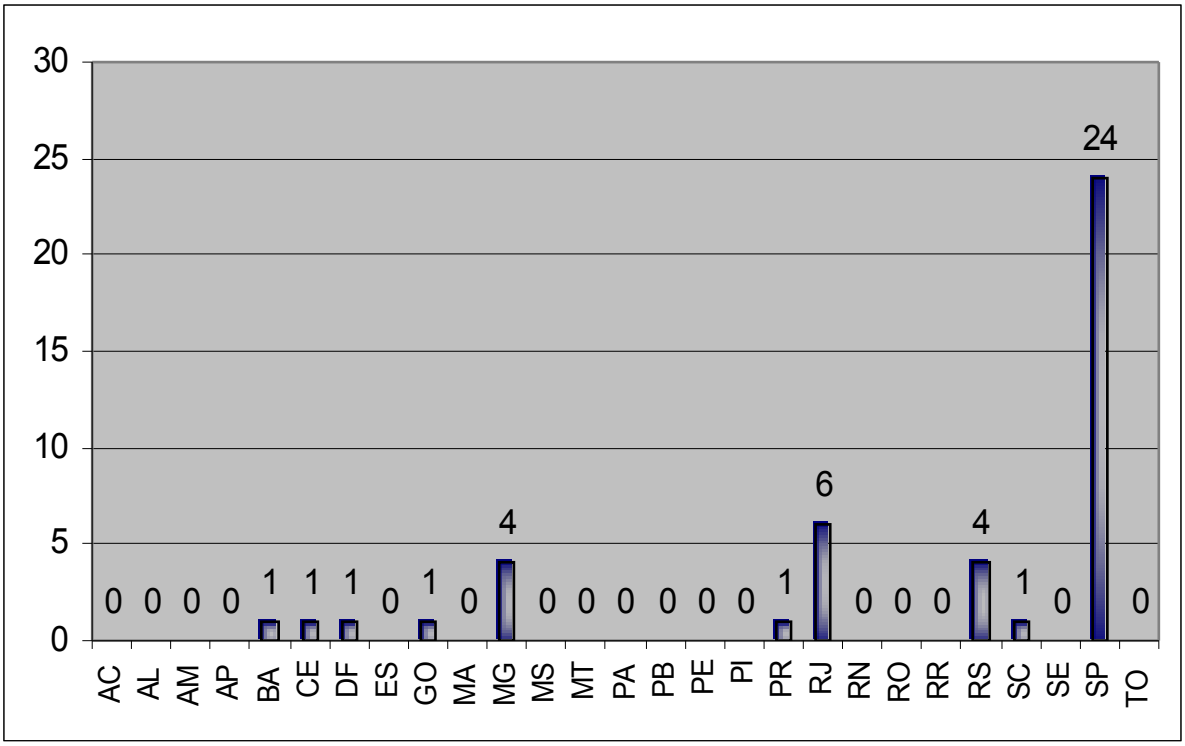
8. Nessa avaliação que o senhor fez, me trouxe uma nova questão: a expansão da UEG e a utilização dos recursos públicos através da Bolsa Universitária para instituições privadas. Porque esses recursos não são canalizados para instituições públicas? Existe uma contradição: recursos públicos para Instituição privada?

9. Encerrando a entrevista, gostaria de deixar o senhor a vontade para dizer o que achar importante, completar alguma idéia, deixar uma mensagem.

APÊNDICE VI

TABELA I

Cursos de Administração criados na Década de 1960 – Registro de 44 cursos

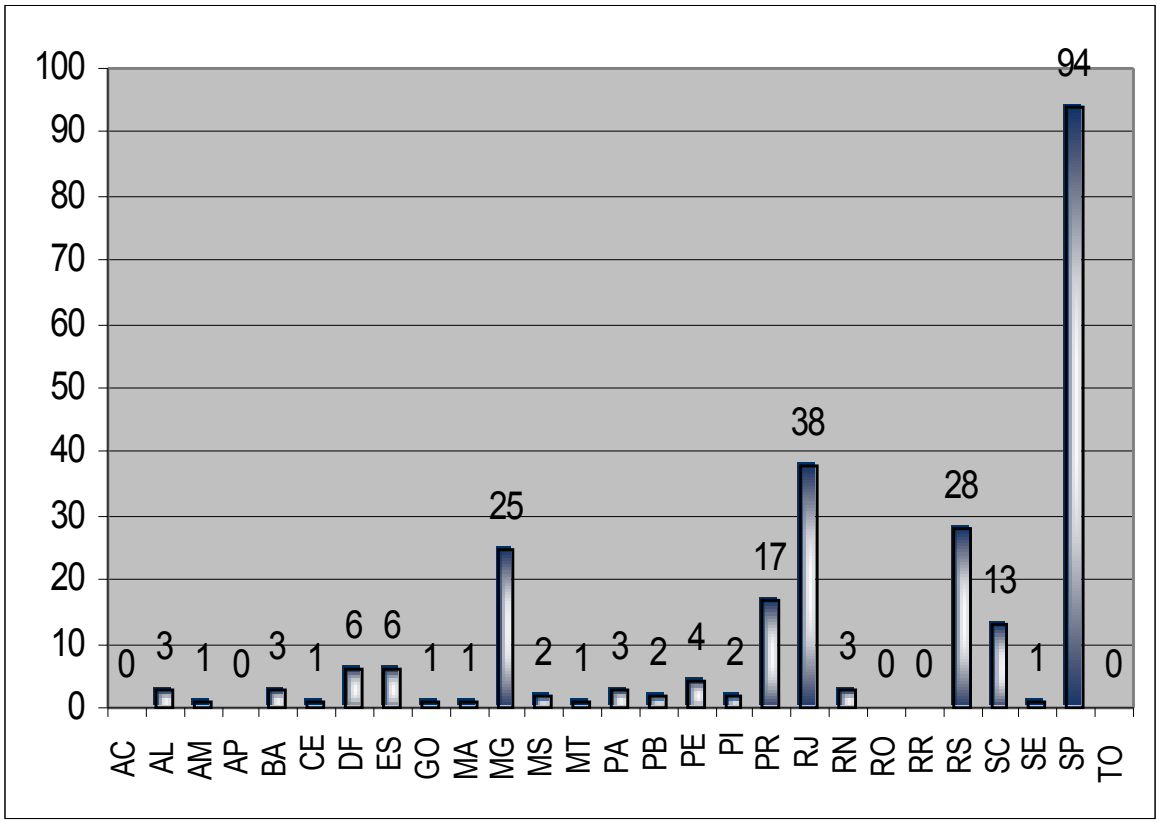


Fonte: Revista Documenta – 1960-1969.

APÊNDICE VII

TABELA II

Curso de Administração: Criados na Década de 1970 – Rergistro de 255 cursos

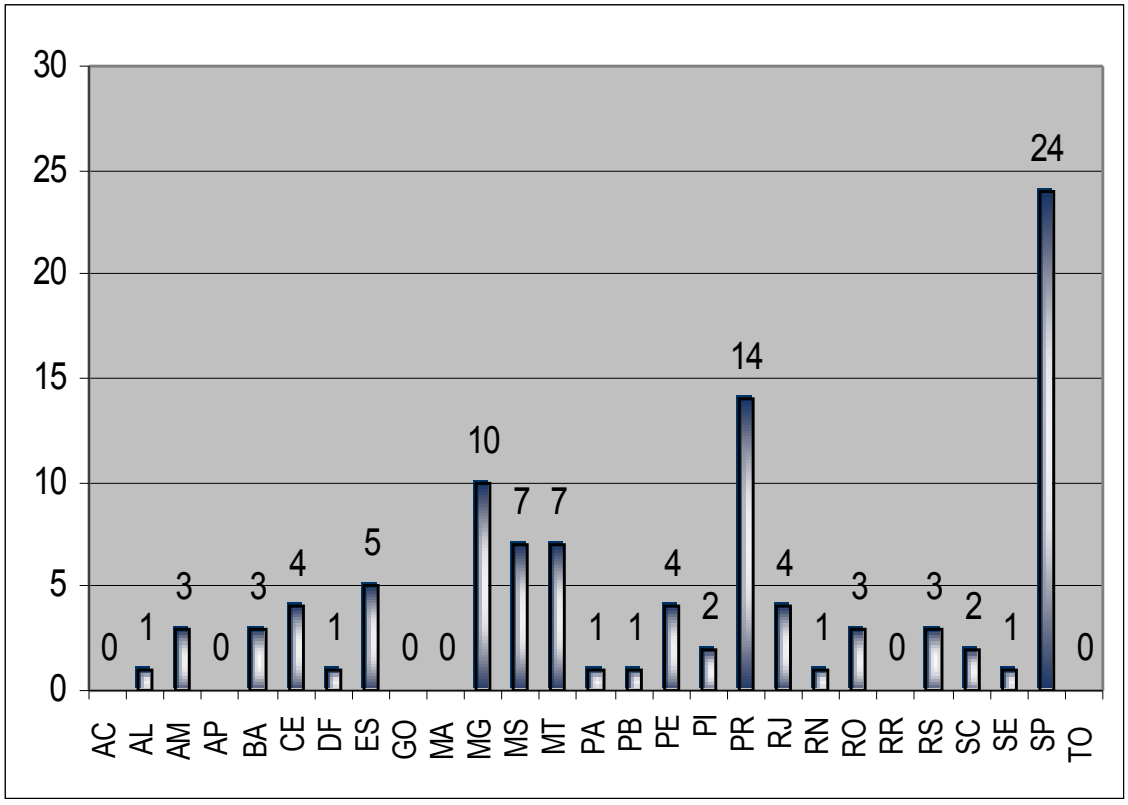


Fonte: Revista Documenta: 1970 a1979.

APÊNDICE VIII

TABELA III

Curso de Administração: Criados na Década de 1980 – Registro de 101 cursos

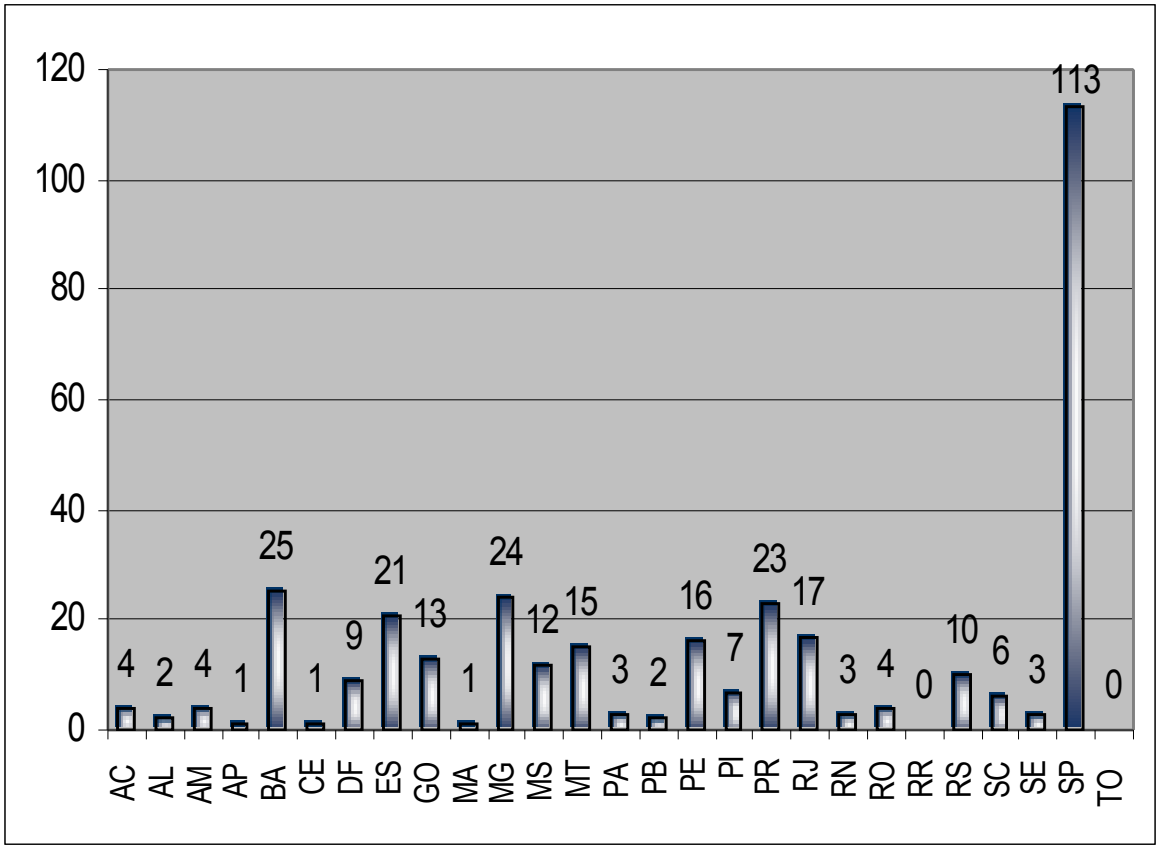


Fonte: Revista Documenta: 1980 a 1989.

APÊNDICE IX

TABELA IV

Curso de Administração: Criados na Década de 1990 – Registro de 339 cursos

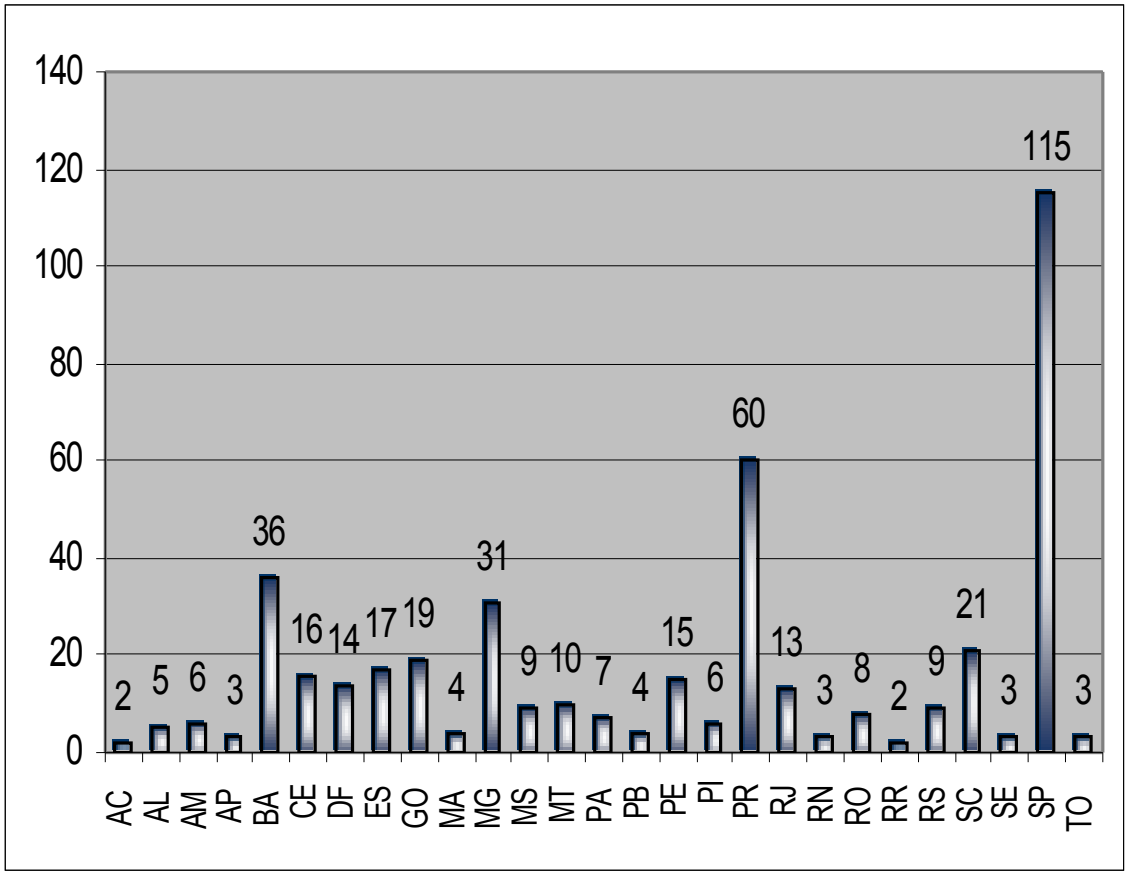


Fonte: Revista Documenta: 1990 a 1999.

APÊNDICE X

TABELA V

Relação das Instituições de Ensino Superior - Criação dos Cursos de Administração e suas Habilitações no período de 2000 – 2002 – Registro de 411 cursos



Fonte: Revista Documenta Janeiro de 2000 a Dezembro de 2002.

A N E X O S

ANEXO I

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nos 776/97 e 583/2001, bem como considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nos 67/2003; 134/2003, 210/2004 e 23/2005, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, 9/9/2003, 24/9/2004 e 3/6/2005, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;
VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
X - concepção e composição das atividades complementares; e,
XI - inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.
§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

§ 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e
VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;
II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;
III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e
IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Administração estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação

científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Administração o Trabalho de Curso, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. A carga horária mínima dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subseqüente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, e a Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004.

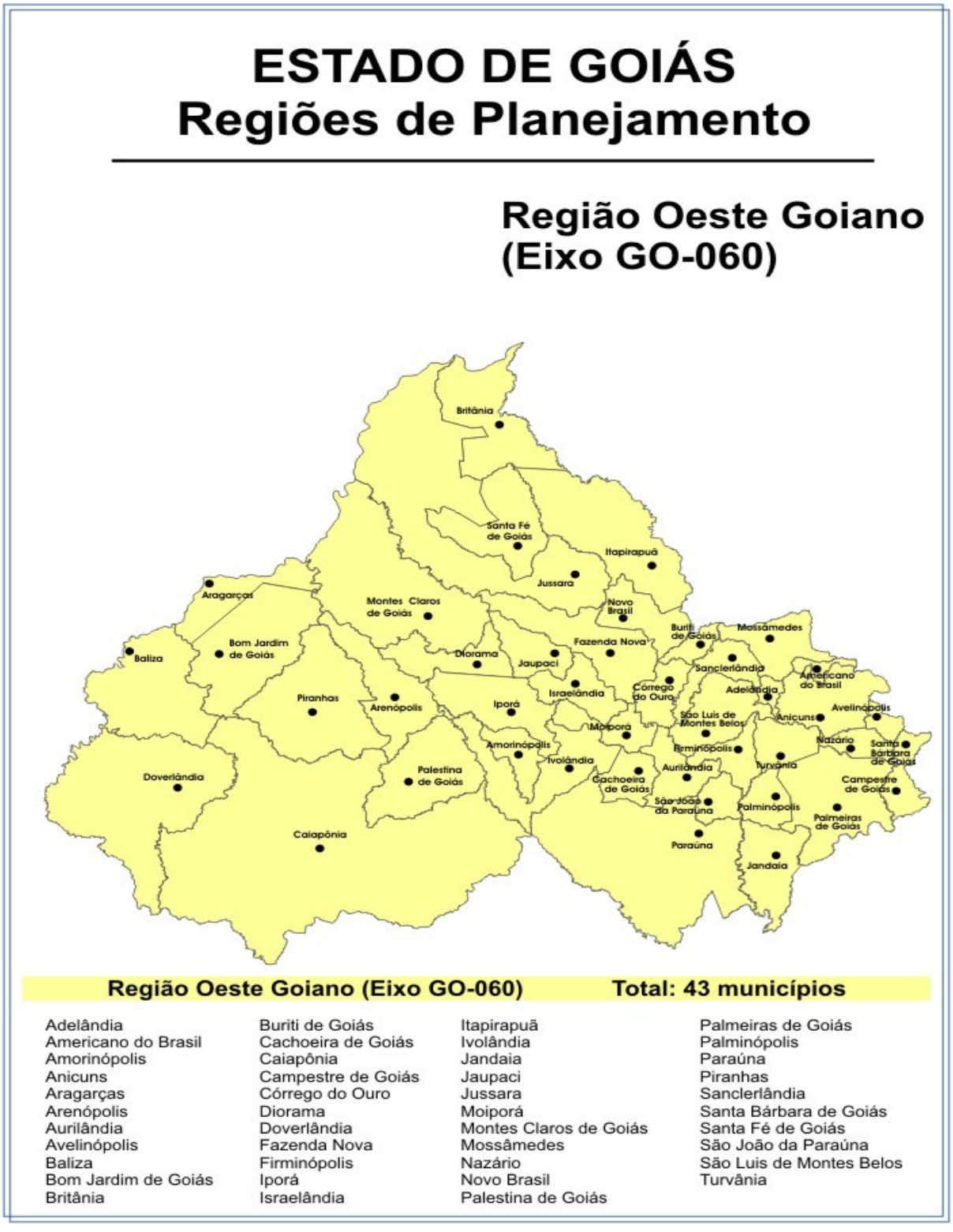
EDSON DE OLIVEIRA NUNES
Presidente da Câmara de Educação Superior

CNE. Resolução CNE/CES 4/2005. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2005, Seção 1, p. 26 e 27.

ANEXO II

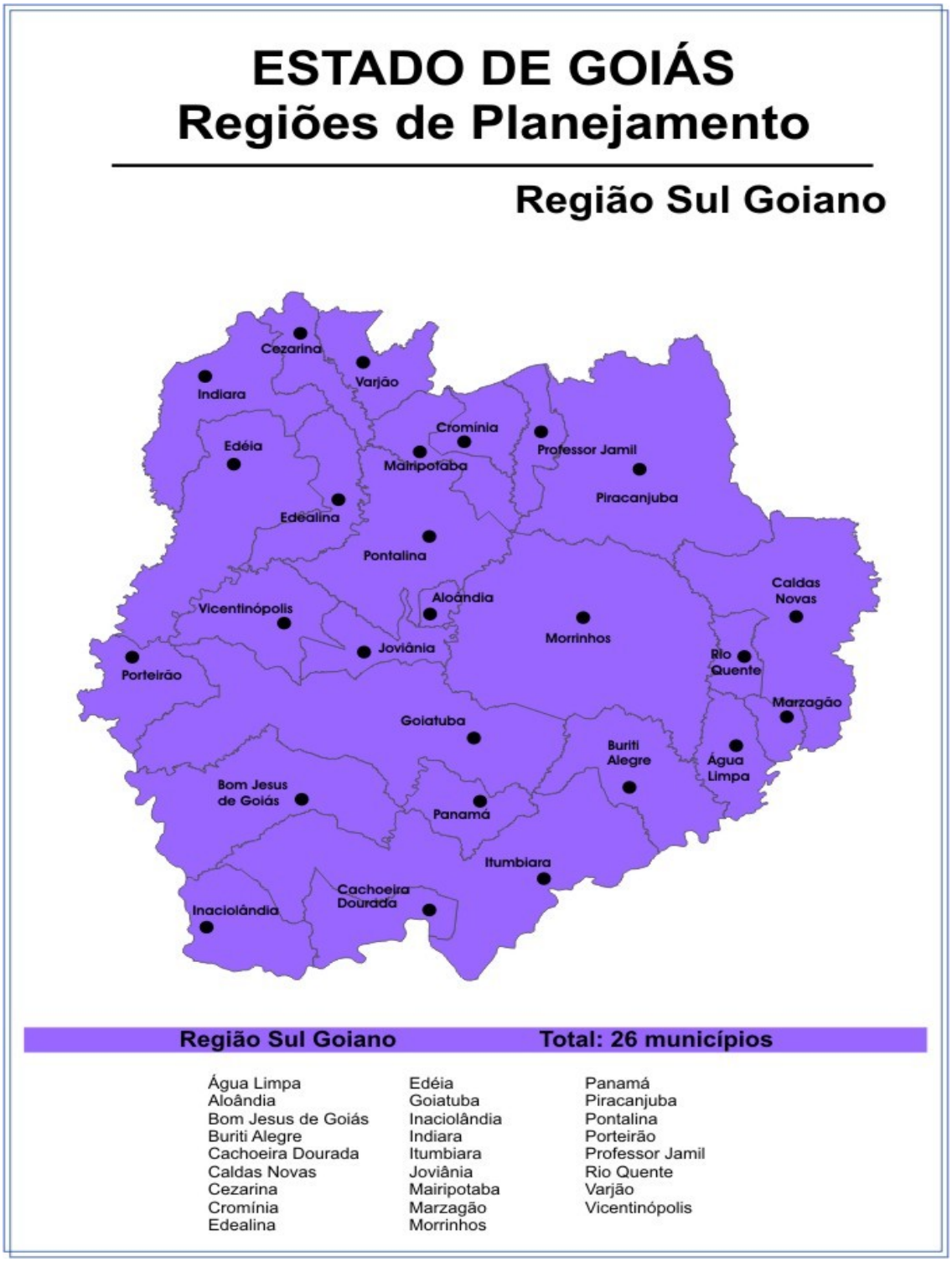
Região Sudeste Goiano

Região Oeste Goiano



Região Sudoeste Goiano

Região Sul Goiano

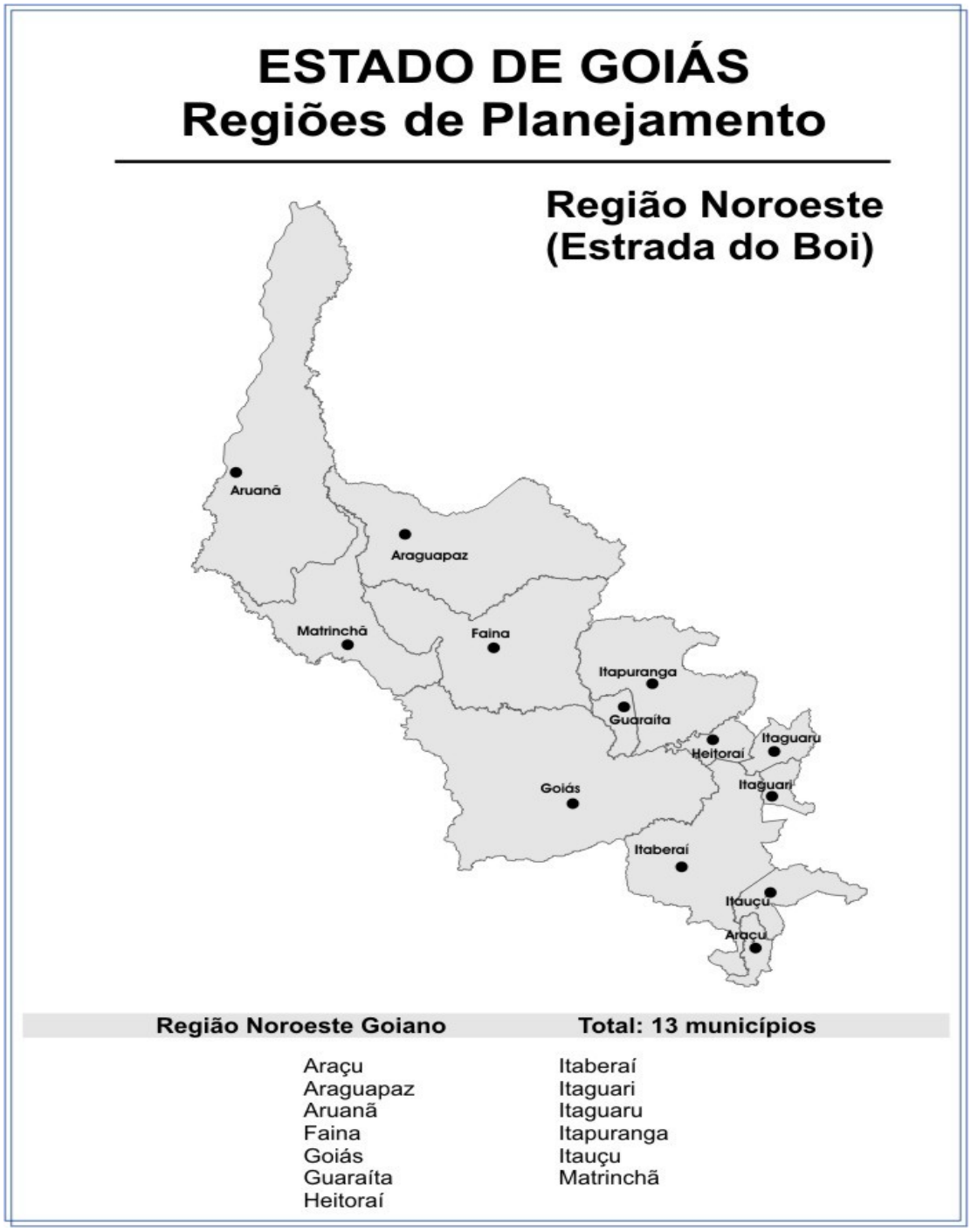


Região Entorno do Distrito Federal

Região Centro Goiano (Eixo BR-153)

Região Metropolitana de Goiânia

Região Noroeste Goiano (Estrada do Boi)



Região Norte Goiano

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo